



ORGANIZADORAS

Jiani Adriana Bonin

Lívia Saggin

INVESTIGAÇÃO CRÍTICA EM COMUNICAÇÃO

construções epistêmicas, teóricas e metodológicas





ORGANIZADORAS

Jiani Adriana Bonin

Lívia Saggin

INVESTIGAÇÃO CRÍTICA EM COMUNICAÇÃO

construções epistêmicas, teóricas e metodológicas



| São Paulo | 2 0 2 2 |



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I62

Investigação crítica em comunicação: construções epistêmicas, teóricas e metodológicas / Organizadoras Jiani Adriana Bonin, Livia Saggin. – São Paulo: Pimenta Cultural, 2022.

Livro em PDF

ISBN 978-65-5939-597-2

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972

1. Comunicação. 2. Pesquisa. 3. Metodologia. I. Bonin, Jiani Adriana (Organizadora). II. Saggin, Livia (Organizadora). III. Título.

CDD: 302.2

Índice para catálogo sistemático:

I. Comunicação

Janaina Ramos – Bibliotecária – CRB-8/9166

ISBN da versão impressa (brochura): 978-65-5939-596-5

Copyright © Pimenta Cultural, alguns direitos reservados.

Copyright do texto © 2022 os autores e as autoras.

Copyright da edição © 2022 Pimenta Cultural.

Esta obra é licenciada por uma Licença Creative Commons: Atribuição-NãoComercial-SemDerivações 4.0 Internacional - (CC BY-NC-ND 4.0). Os termos desta licença estão disponíveis em: <<https://creativecommons.org/licenses/>>. Direitos para esta edição cedidos à Pimenta Cultural. O conteúdo publicado não representa a posição oficial da Pimenta Cultural.

Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Editora executiva	Patricia Bieging
Coordenadora editorial	Landressa Rita Schiefelbein
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Naiara Von Groll
Marketing digital	Lucas Andrius de Oliveira
Edição eletrônica	Peter Valmorbidia Potira Manoela de Moraes
Imagens da capa	Akomov, Freepik - Freepik.com
Tipografias	Swiss 721, Geometos, Steelfish
Revisão	Jan Pöhlmann Januário Marques de Souza Luana Chinazzo Müller Mariana Guedes Maya Lopes Maytê Ramos Pires Rafael Tourinho Raymundo
Organizadoras	Jiani Adriana Bonin Lívia Saggin

CONSELHO EDITORIAL CIENTÍFICO

Doutores e Doutoradas

Adilson Cristiano Habowski
Universidade La Salle, Brasil

Adriana Flávia Neu
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Adriana Regina Vettorazzi Schmitt
Instituto Federal de Santa Catarina, Brasil

Aguimario Pimentel Silva
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Alaim Passos Bispo
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Alaim Souza Neto
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Knoll
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Alessandra Regina Müller Germani
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Aline Corso
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Aline Wendpap Nunes de Siqueira
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Ana Rosângela Colares Lavand
Universidade Federal do Pará, Brasil

André Gobbo
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Andressa Wiebusch
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Andreza Regina Lopes da Silva
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Angela Maria Farah
Universidade de São Paulo, Brasil

Anísio Batista Pereira
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Antonio Edson Alves da Silva
Universidade Estadual do Ceará, Brasil

Antonio Henrique Coutelo de Moraes
Universidade Federal de Rondonópolis, Brasil

Arthur Vianna Ferreira
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Ary Albuquerque Cavalcanti Junior
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Asterlindo Bandeira de Oliveira Júnior
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Bárbara Amaral da Silva
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Bernadette Beber
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Bruna Carolina de Lima Siqueira dos Santos
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Bruno Rafael Silva Nogueira Barbosa
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Caio Cesar Portella Santos
Instituto Municipal de Ensino Superior de São Manuel, Brasil

Carla Wanessa do Amaral Caffagni
Universidade de São Paulo, Brasil

Carlos Adriano Martins
Universidade Cruzeiro do Sul, Brasil

Carlos Jordan Lapa Alves
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Caroline Chioquetta Lorenset
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Cássio Michel dos Santos Camargo
Universidade Federal do Rio Grande do Sul-Faced, Brasil

Christiano Martino Otero Avila
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Cláudia Samuel Kessler
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Cristiana Barcelos da Silva
Universidade do Estado de Minas Gerais, Brasil

Cristiane Silva Fontes
Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil

Daniela Susana Segre Guertzenstein
Universidade de São Paulo, Brasil

Daniele Cristine Rodrigues
Universidade de São Paulo, Brasil

Dayse Centurion da Silva
Universidade Anhanguera, Brasil

Dayse Sampaio Lopes Borges
Universidade Estadual do Norte Fluminense Darcy Ribeiro, Brasil

Diego Pizarro
Instituto Federal de Brasília, Brasil

Dorama de Miranda Carvalho
Escola Superior de Propaganda e Marketing, Brasil

Edson da Silva
Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, Brasil

Elena Maria Mallmann
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Eleonora das Neves Simões
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Eliane Silva Souza
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Elvira Rodrigues de Santana
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Éverly Pegoraro
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Fábio Santos de Andrade
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Fabírcia Lopes Pinheiro
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Felipe Henrique Monteiro Oliveira
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Fernando Vieira da Cruz
Universidade Estadual de Campinas, Brasil

Gabriella Eldereti Machado
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Germano Ehlert Pollnow
Universidade Federal de Pelotas, Brasil

Geymeesson Brito da Silva
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Giovanna Ofretorio de Oliveira Martin Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Handerson Leylton Costa Damasceno
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Hebert Elias Lobo Sosa
Universidad de Los Andes, Venezuela

Helciclever Barros da Silva Sales
*Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais
Anísio Teixeira, Brasil*

Helena Azevedo Paulo de Almeida
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Hendy Barbosa Santos
Faculdade de Artes do Paraná, Brasil

Humberto Costa
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Igor Alexandre Barcelos Graciano Borges
Universidade de Brasília, Brasil

Inara Antunes Vieira Willerding
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Ivan Farias Barreto
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Jaziel Vasconcelos Dorneles
Universidade de Coimbra, Portugal

Jean Carlos Gonçalves
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Jocimara Rodrigues de Sousa
Universidade de São Paulo, Brasil

Joelson Alves Onofre
Universidade Estadual de Santa Cruz, Brasil

Jônata Ferreira de Moura
Universidade São Francisco, Brasil

Jorge Eschriqui Vieira Pinto
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Jorge Luís de Oliveira Pinto Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Juliana de Oliveira Vicentini
Universidade de São Paulo, Brasil

Julierme Sebastião Moraes Souza
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Junior César Ferreira de Castro
Universidade de Brasília, Brasil

Katia Bruginski Mulik
Universidade de São Paulo, Brasil

Laionel Vieira da Silva
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Leonardo Pinheiro Mozdzenski
Universidade Federal de Pernambuco, Brasil

Lucila Romano Tragtenberg
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Lucimara Rett
Universidade Metodista de São Paulo, Brasil

Manoel Augusto Polastrelli Barbosa
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Marcelo Nicomedes dos Reis Silva Filho
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Marcio Bernardino Sirino
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Marcos Pereira dos Santos
Universidad Internacional Iberoamericana del Mexico, México

Marcos Uzel Pereira da Silva
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Maria Aparecida da Silva Santandel
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Maria Cristina Giorgi
Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, Brasil

Maria Edith Maroca de Avelar
Universidade Federal de Ouro Preto, Brasil

Marina Bezerra da Silva
Instituto Federal do Piauí, Brasil

Michele Marcelo Silva Bortolai
Universidade de São Paulo, Brasil

Mônica Tavares Orsini
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil

Nara Oliveira Salles
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Neli Maria Mengalli
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil

Patrícia Biegging
Universidade de São Paulo, Brasil

Patricia Flavia Mota
Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil

Raul Inácio Busarello
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Raymundo Carlos Machado Ferreira Filho
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Roberta Rodrigues Ponciano
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Robson Teles Gomes
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Rodiney Marcelo Braga dos Santos
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Rodrigo Amancio de Assis
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Rodrigo Sarruge Molina
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Rogério Rauber
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Rosane de Fatima Antunes Obregon
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Samuel André Pompeo
Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

Sebastião Silva Soares
Universidade Federal do Tocantins, Brasil

Silmar José Spinardi Franchi
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Simone Alves de Carvalho
Universidade de São Paulo, Brasil

Simoni Urnau Bonfiglio
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Stela Maris Vaucher Farias
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Tadeu João Ribeiro Baptista
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Taiane Aparecida Ribeiro Nepomoceno
Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Brasil

Taiza da Silva Gama
Universidade de São Paulo, Brasil

Tania Micheline Miorando
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tarcísio Vanzin
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Tascieli Feltrin
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Tayson Ribeiro Teles
Universidade Federal do Acre, Brasil

Thiago Barbosa Soares
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

Thiago Camargo Iwamoto
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

Thiago Medeiros Barros
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Tiago Mendes de Oliveira
Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Brasil

Vanessa Elisabete Raue Rodrigues
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Vania Ribas Ulbricht
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

Wellington Furtado Ramos
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Brasil

Wellton da Silva de Fatima
Instituto Federal de Alagoas, Brasil

Yan Masetto Nicolai
Universidade Federal de São Carlos, Brasil

PARECERISTAS E REVISORES(AS) POR PARES

Avaliadores e avaliadoras Ad-Hoc

Alessandra Figueiró Thornton
Universidade Luterana do Brasil, Brasil

Alexandre João Appio
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Bianka de Abreu Severo
Universidade Federal de Santa Maria, Brasil

Carlos Eduardo Damian Leite
Universidade de São Paulo, Brasil

Catarina Prestes de Carvalho
Instituto Federal Sul-Rio-Grandense, Brasil

Elisiene Borges Leal
Universidade Federal do Piauí, Brasil

Elizabete de Paula Pacheco
Universidade Federal de Uberlândia, Brasil

Elton Simomukay
Universidade Estadual de Ponta Grossa, Brasil

Francisco Geová Goveia Silva Júnior
Universidade Potiguar, Brasil

Indiamaris Pereira
Universidade do Vale do Itajaí, Brasil

Jacqueline de Castro Rimá
Universidade Federal da Paraíba, Brasil

Lucimar Romeu Fernandes
Instituto Politécnico de Bragança, Brasil

Marcos de Souza Machado
Universidade Federal da Bahia, Brasil

Michele de Oliveira Sampaio
Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Pedro Augusto Paula do Carmo
Universidade Paulista, Brasil

Samara Castro da Silva
Universidade de Caxias do Sul, Brasil

Thais Karina Souza do Nascimento
Instituto de Ciências das Artes, Brasil

Viviane Gil da Silva Oliveira
Universidade Federal do Amazonas, Brasil

Weyber Rodrigues de Souza
Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Brasil

William Roslindo Paranhos
Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil

PARECER E REVISÃO POR PARES

Os textos que compõem esta obra foram submetidos para avaliação do Conselho Editorial da Pimenta Cultural, bem como revisados por pares, sendo indicados para a publicação.

Avaliadoras e avaliadores Ad-Hoc da obra *Investigação crítica em comunicação: construções epistêmicas, teóricas e metodológicas*

Adrian José Padilla Fernández
*Universidad Nacional Experimental Simon Rodríguez,
Venezuela*

Alberto Efendy Maldonado
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Alexis Rasftopolo
Universidad Nacional de Misiones, Argentina

Angela Pavan
Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Brasil

Bruna Lapa
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Elson Faxina
Universidade Federal do Paraná, Brasil

Fabício Lopes da Silveira
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Felipe Gue Martini
Centro Universitário da Serra Gaúcha, Brasil

Helânia Thomazine Porto
Universidade do Estado da Bahia, Brasil

Jiani Adriana Bonin
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Lívia Saggin
Universidade Federal do Pampa, Brasil

Julherme José Pires
Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Brasil

Laura Wottrich
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Leila Sousa
Universidade Federal do Maranhão, Brasil

Lisiane Aguiar
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Marco Bonito
Universidade Federal do Pampa, Brasil

María del Rosario Millán
Universidad Nacional de Misiones, Argentina

Nivea Bona
Boston University, Estados Unidos

Noel Padilla
*Universidad Nacional Experimental Simon Rodríguez,
Venezuela*

Rafael Foletto
Universidade Federal do Pampa, Brasil

Tais Flores da Motta
Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil

Tamires Ferreira Coelho
Universidade Federal de Mato Grosso, Brasil

Thays Helena Silva Teixeira
Universidad Nacional de La Pampa, Argentina.

Vilso Santi
Universidade Federal de Roraima, Brasil

Yvets Morales Medina
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil

Este livro é dedicado a todas as pessoas que participaram da trajetória de 20 anos de existência do Processocom, colaborando para a construção de pesquisas comprometidas com a transformação social, construindo processos educativos críticos e tecendo uma cultura científica alternativa, comunitária e cidadã.

Que as sementes que plantamos continuem germinando, crescendo, ocupando espaços e colaborando para reconstruir o ecossistema científico e social rumo a modos de vida emancipadores, benfeitores de todos os seres, do planeta e do cosmos.

SUMÁRIO

Prólogo 15
Jiani Adriana Bonin

Apresentação..... 25

PARTE I

PERSPECTIVAS EPISTÊMICAS E TEÓRICAS

Capítulo 1

**O desafio epistemológico da *práxis* teórica
na construção de teorias da comunicação** 35
Alberto Eféndy Maldonado Gómez de la Torre

Capítulo 2

“Qualquer coisa serve”: Paul Feyerabend
e a ciência anárquica da comunicação 58
Fabício Silveira

Capítulo 3

Produções epistêmico-teóricas:
confrontações, aberturas, reelaborações 81
Livia Saggin

Capítulo 4

**Perspectivas para pensar a cidadania
comunicativa vinculada às lutas feministas** 102
Bruna Lapa
Jiani Adriana Bonin

Capítulo 5

**As narrativas do grotesco e as resistências
nos espaços/territórios campo 122**

Yvets Morales Medina

Capítulo 6

**Estudos sobre masculinidades
para além da hegemonia 140**

Vanessa Drehmer

Capítulo 7

Territorialidades sônicas do skate de rua..... 158

Felipe Gue Martini

PARTE II

REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Capítulo 8

**As pichações gritam: “o rei está nu”
... gestos urbanos em ação iconoclasta 180**

Pedro Russi

Capítulo 9

**Travessias metodológicas na prática
da pesquisa em comunicação 199**

Laura Wottrich

Capítulo 10

**(Re)pensando o grupo focal como recurso
investigativo: o percurso desenvolvido
no contexto *online* e de pessoas com deficiência..... 220**

Graziela Bianchi

Felipe Collar Berni

Capítulo 11

Narrativas audiovisuais, movimentos

sociais e cidadania: o desafio do olhar

plural sobre pluralidades comunicativas 240

Elson Faxina

Capítulo 12

Percursos (trans)metodológicos

para investigar processos comunicacionais

de sujeitos comunicantes surdos 264

Sônia Maria Queiroz de Oliveira

Capítulo 13

Conhecimentos compartilhados na experiência:

a construção de uma metodologia dos afetos 283

Paulo Júnior Melo da Luz

Renata Cardoso de Almeida

Vitória Brito Santos

PARTE III

CONSTRUÇÕES INVESTIGATIVAS CONCRETAS

Capítulo 14

Cultura digital e conectividade contestatória:

Pataxós da Bahia em redes sociais digitais 306

Helânia Thomazine Porto

Capítulo 15

Experiências metodológicas antropofágicas:

produção de *podcast* como ferramenta

de comunicação alternativa e subversiva

com comunicadores indígenas 333

Luan Correia Cunha Santos

Lisiane Machado Aguiar

Capítulo 16

Descobrimo rupturas na publicidade tradicional:

os vídeos do Porta do Fundos no YouTube

e a presença incomum das marcas..... 355

Taís Flores da Motta

Capítulo 17

Máquinas de signos e subjetivação:

a potencialização das semióticas assignificantes

na publicidade contemporânea 372

João Batista Nascimento dos Santos

Capítulo 18

Táticas de resistência no subcampo da criação:

desenvolvimentos teórico-reflexivos sobre

as mulheres produtoras da publicidade 399

Camila Scarrone

Capítulo 19

Padrões de beleza femininos: colonialidade

do gênero e do poder em publicidades

de cosméticos na América Latina..... 418

Ana Paula Cardoso Dorneles

Capítulo 20

Comunicação e agricultura familiar

no Rio Grande do Sul: da produção audiovisual

digital às práticas de consumo midiático..... 443

Bruna Bonadeo

Joel Felipe Guindani

Rafael Foletto

Capítulo 21

Educomunicação e cidadania: práticas educativas no contexto da pandemia de COVID-19	470
<i>Mariluce L. Pedroso Veiga</i>	

Capítulo 22

Cinema <i>neonoir</i> italiano: o hedonismo e a <i>femme fatale</i> contemporânea	490
<i>Alexandre Rossato Augusti</i>	

Capítulo 23

Perspectivas materialistas para o estudo da cidadania digital de pessoas com deficiência	510
<i>Vivian Corneti</i>	

Sobre as organizadoras	533
-------------------------------------	------------

Sobre as autoras e os autores	534
--	------------

Índice remissivo	543
-------------------------------	------------

PRÓLOGO

ALICERCES DAS PRÁXIS INVESTIGATIVAS, EDUCACIONAIS E DA CULTURA DO GRUPO DE PESQUISA PROCESSOCOM

Jiani Adriana Bonin

Se, na verdade, não estou no mundo para simplesmente a ele me adaptar, mas para transformá-lo; se não é possível mudá-lo sem um certo sonho ou projeto de mundo, devo usar toda possibilidade que tenha para não apenas falar de minha utopia, mas participar de práticas com ela coerentes. (FREIRE, 2000, p. 33).

A construção de pesquisas científicas que gerem conhecimentos relevantes e comprometidos com as necessidades de nossas realidades e que, simultaneamente, se coloquem como *práxis* central de uma formação científica aprofundada, rigorosa, inventiva, sensível, ética e politicamente compromissada, é um desafio complexo e multidimensional. Para realizar-se de modo profícuo, o labor investigativo nestes moldes necessita de ambiências coletivas que atuem, de modo contínuo e colaborativo, na formação crítica dos pesquisadores e na produção compartilhada das investigações.

É estratégico, portanto, trabalhar na construção de grupos, coletivos, equipes e redes comprometidas com este desafio de complexidade e com a construção concreta e cotidiana da cidadania científica como *práxis* coletiva produtora de biosferas, *ethos* e culturas científicas renovadoras da vida científica e comprometidas com a construção de um outro mundo possível. É neste sentido que temos caminhado, ao

longo dos 20 anos de existência do Grupo de Pesquisa Processocom (*Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização e recepção*), comemorados em agosto de 2022.

Argumentando sobre a cultura do grupo, o professor Efendy Maldonado, fundador do Processocom, num texto publicado na Revista Intercom intitulado *Desafios ético-políticos no exercício da cidadania científica em Comunicação* faz referência a ele como “um coletivo de investigação” e também como “um grupo radical, que gerou, ao longo dos anos, uma cultura acadêmica solidária e transformadora, como exercício concreto de cidadania científica, como agir existencial emancipatório, e como compromisso ético/político estratégico com a vida, a humanidade e o bem-viver” (2021, p.63). Essas colocações permitem situar três alicerces¹ fundamentais de trabalho do grupo, sobre os quais desejo aqui tecer algumas considerações: 1) o caráter coletivo colaborativo do trabalho do grupo; 3) a pesquisa como eixo central da *práxis* produtiva e formativa 2) o compromisso com a construção de uma cultura crítica e comprometida com a transformação.

Para falar do *caráter coletivo e colaborativo do trabalho do grupo*, queria partir de uma reflexão mais ampla em relação à cooperação como dimensão constitutiva da *teia da vida* (CAPRA, 2006). Sabemos hoje que as relações colaborativas formam parte dos processos que permitiram a sobrevivência das múltiplas espécies viventes, incluindo a nossa. A cooperação ajudou a forjar mundos habitáveis. No largo processo de criação e de especialização da vida – que poeticamente poderíamos metaforizar como *a dança da vida* – foram se criando mundos entretecidos por malhas colaborativas intra e interespecies.

A formação agrônômica que recebi na juventude me permitiu, entre outras coisas, entender algo sobre esta multi-intra-interdependência das espécies: entre as plantas e delas com o solo e a estruturação dele,

1 É importante assinalar que trato aqui de alguns dos alicerces que selecionei para refletir dada a sua crucialidade na constituição da cultura e das *práxis* de pesquisa e formativas do grupo.

que inclui múltiplas intervencções químicas, moleculares e bioquímicas, de seres microscópicos construídos em redes cooperativas e em arranjos simbióticos com plantas. Um fino ajuste de convivência, codependência e cooperação, construído em milhões de anos entre espécies e delas com os ambientes tornou-se crucial da constituição da *teia da vida*. Meus estudos etológicos desta época permitiram-me entender também que, em sua longa marcha evolutiva, espécies animais constituíram etologias orientadas a modos coletivos de vida, desenvolvendo processos de comunicação sustentadores de nexos e vínculos entre elas.

Sabemos que na natureza há competição, mas estas subterrâneas e profundas intervencções são estratégicas e fundamentais à vida. Tais dimensões colaborativas têm sido desprezadas, negadas, apagadas nas relações mercadológicas, extrativistas e utilitaristas que nossas sociedades capitalistas têm desenvolvido com a natureza e entre seres humanos em múltiplos campos, entre eles o científico. Essa epistemologia cooperativa, codependente que forja a natureza deve nos interpelar profundamente, como também as epistemologias autóctones e suas cosmovisões e *práxis* comunitárias, de vínculos profundos com a natureza e com o cosmos.

A cooperação e a solidariedade são princípios fundamentais que orientam o trabalho e a atuação do grupo Processocom ao longo de seus 20 anos. Cultivar culturas colaborativas, recíprocas, solidárias, fraternas tem sido para nós um desafio formativo e vivencial cotidiano, diante das marcas do individualismo que atravessam nossa constituição como seres das sociedades capitalistas neste tempo histórico. Desconstruir estas matrizes, erigir e fortalecer vínculos comunitários e cooperativos são parte dos grandes desafios a que temos nos dedicado sistematicamente. Posso dizer que tem sido regenerador esse exercício cotidiano da busca daquilo que nos une, que nos vincula, que cria *um nós* sem fazer desaparecer diferenças e individualidades produtoras da ciência. Estes valores e práticas ligados à comunalidade

geram, entre outras coisas, sentimento de pertença ao grupo, abertura ao outro, compromisso com a construção do comum.

Assim, temos trabalhado para criar uma biosfera vivencial agregadora, uma comunalidade não negadora das diferenças, das contradições, das singularidades das pessoas e mesmo de conflitos. E temos aprendido a limar nossas asperezas comportamentais, culturais, a negociar nossas diferenças, a construir zonas de fricção produtivas, como diria Silvia Rivera Cusicanqui (2018), a escutar e a nos fazermos escutar, a considerar o ponto de vista do outro – a dialogar, se pensamos na perspectiva freireana. Nesta caminhada, também fomos aprendendo coletivamente a discernir o que são para nós valores inegociáveis, fundamentais do *ethos* processocônico. Construir a trajetória de um grupo nestes moldes é também, plantar, viver, ensinar e aprender valores.

As sabedorias e humanas milenares, as maternas, as etológicas as da natureza tem nos ensinado, ainda, que construir um grupo de pesquisa em matriz de comunalidade científica e vital requer compartilhar e viver afetos, não negar esta dimensão tão crucial nesta complexidade que é a pessoa humana e sua existência no comum. Educadores como Paulo Freire (2020) e Carlos Rodrigues Brandão (2014) souberam reconhecer a necessidade de trabalhar o afeto para educar, para pensar bem, para viver.

Neste sentido, os afetos têm sido uma dimensão cultivada, valorizada e cuidada nas relações entre viventes do Processocom. Eles são um cimento poderoso na construção de comunidades de vida científica renovadoras, como temos tido a oportunidade de vivenciar. Só uma racionalidade míope pode negar a importância dos afetos para a construção de biosferas saudáveis de produção de conhecimentos, de formação e de ação comum e de racionalidades renovadas que possam fazer a diferença no mundo. Em diálogo com sabedorias ancestrais, temos aprendido que razão e sentimento não são dimensões incompatíveis. Essas sabedorias nos convocam a complexificar

a compreensão da nossa racionalidade, em direção à uma posição sentipensante (FALS BORDA, 2009).

Quando reflito sobre a *pesquisa como eixo central do aprendizado do grupo*, não posso deixar de lembrar das reflexões de Bachelard sobre a necessidade de romper com a formação esquemática, fechada, conservadora e de investir na construção de processos educativos formadores de espíritos científicos questionadores, curiosos, abertos, construídos no trabalho refletido sobre o real; sobre a necessária formação de uma racionalidade mobilizada, ativa, empenhada, reflexiva e crítica (2005).² Também me vem à mente Paulo Freire, que nos ajudou a compreender a importância de construir e experimentar metodologias educativas pautadas no reconhecimento dos saberes e talentos de todas as pessoas, de instaurar relações de aprendizagem pautadas no diálogo, na problematização crítica coletiva dos objetos a conhecer, na formação que considere o sujeito histórico e multidimensional, na construção da autonomia.

Neste sentido, nestes 20 anos de trabalho do Processocom temos construído, testado, experimentado e reformulado metodologias formativas para potencializar os processos de aprendizado coletivo, tendo a pesquisa como eixo central deste processo. Estas metodologias formativas em pesquisa incluem: reflexão e ação metodológica como dimensões indissociáveis na produção das pesquisas, nutridos pela perspectiva transmetodológica; reflexão e trabalho com múltiplas *práxis* investigativas entrecruzadas como componentes construtivos de toda pesquisa: pesquisa teórica, contextual, da pesquisa, metodológica, empírica exploratória e sistemática; exploração, reformulação e construção de metodologias inventivas e transformadoras, para dar conta dos objetos investigados, das especificidades do campo empírico, aproveitando

2 Lembramos das palavras de Bachelard sobre a formação do espírito científico: "[...] toda cultura científica deve começar [...] por uma catarse intelectual e afetiva. Resta, então, a tarefa mais difícil: colocar a cultura científica em estado de mobilização permanente, substituir o saber fechado e estático por um conhecimento aberto e dinâmico" (2006, p.20).

também os talentos dos pesquisadores; consideração, exploração e inclusão de lógicas artísticas, estéticas, sensitivas, etc. como componentes fecundos da *práxis* científica e da pesquisa; reconhecimento do lugar coprodutivo que grupos, coletivos, culturas, movimentos sociais etc. jogam na construção de nossas investigações, como parte do diálogo com saberes que foram negados pela ciência moderna.

Como resultados deste trabalho que o Grupo Processocom, tem sido produzidas relevantes pesquisas sobre processos comunicacionais e midiáticos contemporâneos vinculados: à cidadania comunicativa; à educomunicação ou comunieducação; aos movimentos sociocomunicacionais de povos originários, travestis, mulheres, negros, pessoas com deficiências; às inter-relações entre sujeitos e mídias; à comunicação digital alternativa; à comunicação comunitária; às corporalidades; à dimensão econômico-política dos sistemas midiáticos, de controle e vigilância, entre outras dimensões. O grupo também colaborou para a construção e consolidação da rede de cooperação sistemática Comunicação, cidadania, educação e integração – a Rede AMLAT; para a formação de grupos constituídos por investigadores formados na sua cultura; para o fortalecimento de grupos e de programas de PPGs com os quais o Processocom e a Rede AMLAT estabeleceram relações de solidariedade e de cooperação.

Nas *práxis* que construímos no Processocom, em alinhamento com a orientação transmetodológica (MALDONADO, 2013), temos investido fortemente numa *formação crítica e comprometida com as necessidades de transformação de nossas sociedades*. Em diálogo com pesquisadores vinculados às epistemologias críticas, temos questionado sistematicamente a trajetória da ciência moderna, os modos como vinculou-se aos poderes, às lógicas expansionistas, colonialistas, logocêntricas, patriarcais e aos interesses ligados à sustentação do sistema capitalista. Temos refletido sobre as consequências sociais dos conhecimentos produzidos por estas ciências, como aqueles relacionados

à comunicação instrumental, que serviram aos projetos difusionistas para converter as populações atrasadas em modernas (leia-se, integradas ao modo de vida capitalista, às lógicas do consumo); sobre suas cumplicidades com lógicas de segregação, extermínio, epistemicídio, bélicas e destruidoras da vida. Temos, portanto, incorporado ao nosso fazer interrogações sobre os fins sociais da ciência, a quem serve e que tipo de sociedade tem no horizonte (JAPIASSU, 1988).

Alimentadas por esta perspectiva crítica, nossas *práxis* investigativas e formativas vêm sendo norteadas pelo compromisso com a construção de uma ciência socialmente responsável, vinculada às necessidades de transformação de nossas sociedades, à construção de um mundo mais justo, inclusivo, orientado ao bem viver, ao respeito e à atenção à vida de todos os seres, do planeta e do cosmos.³

Essa construção de um grupo de pesquisa nos moldes de *comunidade de vida acadêmica* tem sido intencionalmente forjada por nós como uma forma de resistência e de subversão de lógicas perversas – sistêmicas, competitivas, produtivistas, individualistas, consumistas, utilitaristas, instrumentais e agressoras da vida. Lógicas que vem sustentando a insensata marcha de nossas sociedades rumo à crise ambiental, às brutais desigualdades, à barbárie das guerras, ao genocídio e ao extermínio de populações, ao epistemicídio de culturas, saberes e conhecimentos, a múltiplas formas de violências.

Nossos campos científicos, sabemos, também têm sido atravessados por lógicas pouco edificantes que, como grupo, temos buscado reconhecer, questionar e entender criticamente, não para cultivarmos um

3 É neste sentido que caminha uma das premissas da transmetodologia, que propõe “situar o ser humano, a espécie, a vida, as outras espécies e o mundo como elementos centrais de respeito, atenção e consideração”. O que demanda “desenvolver uma ecologia científica que aprenda das diversas culturas valores (éticos, políticos e filosóficos) bem feitos dos seres todos” e que, ao invés de se orientar pelo domínio e pela exploração da natureza, busque o “conhecimento ecológico da mesma, num sentido de benefícios múltiplos: espécie humana, espécies, natureza, universo” (MALDONADO, 2013, p.40-41).

criticismo cético, paralisante e desencantado, mas para sustentar e nutrir nossa capacidade propositiva, de construir alternativas. E ainda, para desenvolver concepções e projetos que colaborem para a transformação das estruturas, instituições e culturas científicas de modo a potencializar seu papel na transformação de nossas realidades (MALDONADO, 2011). Neste sentido, para nós o grupo de pesquisa é também um espaço de experimentação, de exercício de liberdade, de imaginação e de construção cotidiana de outros mundos científicos e vitais possíveis.

Para isso, tem sido fundamental ao longo destes anos realizar experimentações em termos de metodologias educativas críticas que possibilitem uma formação científica reflexiva, rigorosa, inventiva e comprometida socialmente; capaz de promover o aprendizado e o cultivo de culturas científicas alternativas, renovadoras do campo científico.

Para finalizar este prólogo, vale dizer algumas palavras sobre o projeto deste livro. Ele foi se gestando ainda durante a pandemia da Covid 19, em tempos difíceis, que testaram nossa capacidade de sobreviver, resistir e reexistir individual e, sobretudo, coletivamente. Nunca ficou tão claro que nossa existência, sobrevivência, resistência e possibilidade de escrever um futuro diferente dependem do cultivo delicado, vivo e cotidiano *do comum*. É a grande sabedoria que vamos descobrindo na natureza, que nutriu a resistência de tantos grupos e povos contra a morte, o genocídio, a fome, a exclusão.

Ao olhar para a trajetória de 20 anos de existência do nosso grupo, vemos que a força dos laços que tecemos teimosamente nestes anos garantiram o enredamento da nossa subjetividade nessa *trama do comum processoconiano* forjando seus trabalhos, lutas, aventuras, invenções e experiências vitais. Enlaçados nesta trama, temos buscado teimosamente, *artesanar* uma ciência que deseja contribuir para a transformação do mundo; cultivar subjetividades subversoras, comprometidas, blasfemas, fraternas, inventivas, abertas, alegres, caminhan-tes, dançantes, brincantes, amantes, lutadoras, erótica e esteticamente

vivas, radicalmente teimosas na fé nas pessoas. Essa esfera vital comum nos ensina, alenta, irmana, multiplica nossas forças, renova nossa esperança e nos ajuda a dar um sentido profundo ao nosso trabalho intelectual e docente e à nossa vida nesta passagem pela terra.

Como produto do trabalho do Grupo Processocom este livro expressa, nas suas linhas e entrelinhas, um pouco dessa cultura subversora e de seus compromissos com a pesquisa, com a formação crítica e reflexiva, com a construção de uma ciência socialmente relevante, ética e politicamente situada, benfeitora das vidas, cuidadosamente comprometida com o planeta e com o cosmos. Que possa estimular e mobilizar sensibilidades e inteligências para a tarefa comum de reinventar o mundo, é nosso desejo.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A formação do espírito científico**: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. 5. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 2005.

BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 2006.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aprender o amor**: sobre um afeto que se aprende a viver. São Paulo: Papyrus, 2014.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da vida**: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São Paulo: Cultrix, 2006.

FALS BORDA, Orlando. **Una sociología sentipensante para América Latina**. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y CLACSO, 2009.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

JAPIASSU, Hilton. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 5. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia

Martins. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p. 31-57.

MALDONADO, Alberto Efendy. Desafios ético-políticos no exercício da cidadania científica em Comunicação. **Intercom – RBCC**, São Paulo, v. 44, n. 3, p.161-173, 2021.

RIVERA CUSICANQUI, Silvia. **Un mundo ch'ixi es posible**: ensayos desde un presente en crisis. Buenos Aires: Tinta Limón, 2018.

APRESENTAÇÃO

O ano de 2022 marca os 20 anos de atuação do Grupo de Pesquisa Processocom -epistemologia, midiaticização, mediações e recepção. Nacional e internacionalmente reconhecido e respeitado por seu trabalho de pesquisa e investigação científica comprometida ética, social, cultural, política e comunicacionalmente, o Processocom celebra duas décadas de existência, resistência, produção científica, acadêmica, discente e docente de excelência. Ao longo desses anos, mais de uma centena pesquisadores passaram pelo grupo, entre estudantes de Iniciação Científica, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado, que atualmente prosseguem suas atividades acadêmicas em diferentes Universidades e Institutos de Pesquisa e Educação no Brasil e na América Latina. Vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), o Grupo de Pesquisa Processocom integra a Linha de Pesquisa “Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação” e contribuiu para a conquista da nota 6 junto à Capes, sendo apenas o terceiro programa brasileiro a possuir esta avaliação – considerada de excelência – na área da Comunicação.

Com uma trajetória assentada na investigação crítica e transformadora em Comunicação, o Processocom se consolida como um Grupo de Pesquisa de referência, prezando pela prática de uma *ciência viva*, que se mescla intimamente com as conjunturas analisadas e que se desassossega diante das injustiças sociais, culturais, educacionais, socioeconômicas, políticas, dentre outras que assolam inúmeros contextos e sujeitos em investigação.

A formação e o trabalho das pesquisadoras e dos pesquisadores que assinam esta obra demonstram o compromisso com a construção científica a partir do pensamento questionador, que interroga contextos e se comporta a partir de uma *práxis* epistemológica ativa

e não passiva. Centralizada como uma das preocupações e compromissos do Processocom está a reflexão sobre o papel da ciência na sociedade e de que modo os entrelaçamentos entre as produções acadêmicas potencializam transformações nos cenários concretos sobre os quais se debruçam.

Nestes 20 anos, o cultivo desses princípios caminhou entrelaçado a outras atividades do grupo, como as realizadas junto à *Rede Amlat – Rede Temática de Cooperação: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina*,⁴ como o Seminário Internacional de Metodologias Transformadoras e o Colóquio Internacional de Investigação Crítica em Comunicação. Recortes destas produções e de outras atividades acadêmico-científicas organizadas pelo Processocom estão compilados em mais de 15 livros publicados, grande parte socializada de forma livre com a comunidade acadêmica⁵.

O trabalho em projetos de pesquisa e eventos científicos com vinculações e cooperação de entidades e organizações de pesquisa, universidades públicas brasileiras e universidades estrangeiras⁶ possibilitou ao grupo inserir-se de maneira produtiva em processos de internacionalização. A partir do diálogo constante com pesquisadores de

4 Com a temática Educação, Comunicação, Cidadania e Integração Latino-americana, a Rede Amlat é uma rede de cooperação formada por diversas Universidades latino-americanas. Tem como objetivo realizar um processo de aprofundamento metodológico e epistemológico sobre o trabalho de pesquisa e ensino realizado nas universidades e grupos de pesquisa nos quais está presente. Mais informações podem ser consultadas no site da Rede <http://www.redeamlat.org/>.

5 Nossos livros fazem parte do acervo de inúmeras bibliotecas espalhadas pela América Latina. As publicações em formato e-book podem ser acessadas e baixadas em nosso site: www.processocom.org/livros.

6 No Equador: Ciespal; Universidade Andina Simón Bolívar; Venezuela: *Universidad Nacional Experimental Simón Rodríguez; Universidad Nacional Experimental de las Artes; México: Iteso – Universidad Jesuíta Guadalajara; Colômbia: Pontificia Universidad Javeriana; Chile: Universidad Católica de Temuco; Argentina: Universidad Nacional de Misiones; Bolívia: Universidad Andina Simón Bolívar; Peru: Universidad Antonio Ruiz de Montoya; Uruguai: Universidad de la República; Espanha: Universidade Autônoma de Barcelona; No Brasil: Universidades Federais do Rio Grande do Sul; de Roraima; do Rio Grande do Norte; do Pampa; da Paraíba; do Pará; de Ponta Grossa; de Pernambuco; de Santa Catarina; do Piauí; do Mato Grosso; do Sul da Bahia; de Santa Maria; Unochapecó e Universidade de São Paulo.*

outros contextos, do estudo e imersão em obras e investigações produzidas para além das imediações que tradicionalmente cercam um Grupo de Pesquisa, o Processocom forjou sua história a partir da integração das diversidades como atividade paradigmática fulcral: diversidades socioculturais, étnicas, raciais, comunicacionais, estéticas, filosóficas, epistemológicas, conjunturais, metodológicas etc. são constituintes das pesquisas realizadas, dos processos de orientação formativa, das linhas de pesquisa teórica, metodológica e epistemológica.

Olhando com responsabilidade para o solo fecundo da América Latina em termos históricos, teóricos, metodológicos e epistemológicos, o Processocom prima pelo desenvolvimento de investigações que tragam contribuições relevantes para a Comunicação e para as realidades em que estão inseridas. Além da publicação de coletâneas em formatos de livros, da publicação de trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses, nossos pesquisadores também são assiduamente reconhecidos e premiados nos principais eventos acadêmicos e científicos brasileiros e latino-americanos. Dentre eles, destacamos o Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação (Intercom); o encontro anual da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (Compós); o Congresso anual da Associação Latino-Americana de Pesquisadores da Comunicação (Alaic); o Encontro Nacional de Pesquisadores em Jornalismo (SBP-Jor); o Encontro Anual de História da Mídia (Alcar); o Encontro anual da Sociedade Brasileira de Estudos de Cinema e Audiovisual (Soci-ne); O Simpósio Nacional do Rádio; o Encontro anual da Associação Brasileira de Pesquisadores em Publicidade (Pró-Pesq PP); a Jornada Gaúcha de Pesquisadores em Recepção (Jogper); entre outros.

Para celebrar essa história, uma pequena amostra da produção científica de estudantes e docentes que fazem parte destes 20 anos está presente nesta coletânea que agora publicamos. O livro apresenta 23 trabalhos – fruto de resultados de projetos de pesquisa, extensão, teses, dissertações e da experiência acadêmica e científica vivenciada

junto ao Processocom – que refletem a história e as trajetórias formativas e investigativas que permeiam o Grupo de Pesquisa. A obra é organizada a partir de três eixos que procuram demonstrar a abrangência das investigações realizadas pelas pesquisadoras e pesquisadores que assinam cada um dos capítulos.

A primeira parte, dedicada a Perspectivas epistêmicas e teóricas, reúne textos que condensam debates epistêmicos nucleares ao trabalho do grupo Processocom, assim como problematizações teóricas de conceitos vinculados às pesquisas realizadas pelos autores. Os textos encaram desafios abertos à produção teórica no sentido de dar conta da complexidade dos fenômenos vinculados aos processos comunicacionais contemporâneos.

Efendy Maldonado é convidado a abrir esta parte da obra. Seu capítulo discute profundamente o desafio epistemológico da *práxis* teórica na construção de teorias da comunicação. A reflexão considera múltiplas dimensões vinculadas à *práxis* teórica, incluindo seu sentido epistêmico e estratégico, o papel dos múltiplos contextos em que a investigação se desenvolve e as *práxis* concretas de construção, convidando-nos ao desafio de produzir teorias complexas e afinadas com a multidimensionalidade dos processos comunicacionais. Fabrício Silveira e Livia Saggin subscrevem os dois capítulos seguintes, nos quais as questões teóricas e epistemológicas têm como temas centrais as provocações e inquietações de Paul Feyerabend e de sua ciência anárquica para o campo da Comunicação e a problematização das diversidades epistemológicas como possibilidade de constituição científica no campo comunicacional, respectivamente.

Na sequência, Jiani Bonin e Bruna Lapa debatem a construção do conceito de cidadania no campo das ciências sociais e da comunicação. As autoras apontam caminhos para pensar a perspectiva de construção da cidadania comunicativa vinculada às lutas feministas. Yvets Morales Medina recorre às narrativas do grotesco

para problematizar e compreender as resistências nos espaços/territórios dos povos que se autodefinem como camponeses e indígenas na América do Sul. Vanessa Drehmer levanta contribuições teóricas dos estudos de gênero para pensar as masculinidades, com foco na masculinidade hegemônica. O trabalho prossegue apresentando as contribuições teóricas acerca das masculinidades não-hegemônicas, como as negras e as não-heterossexuais.

O capítulo assinado por Felipe Martini encerra o primeiro eixo ao apresentar um ensaio autoreflexivo sobre as territorialidades sônicas do skate de rua, recorrendo, para isso, a memórias, percursos e produções acadêmicas, filosóficas e epistemológicas iniciadas desde sua graduação, no início dos anos 2000. Uma mescla de ambientes, abordagens, referenciais, leituras e caminhos nos quais o pensar teórico, epistemológico e comunicacional está intrincado, legando aos leitores um olhar plurifacetado e complexo, característico dos trabalhos desenvolvidos no Grupo de Pesquisa Processocom.

Já na *segunda parte*, as questões pautadas pelos autores voltam-se para *Reflexões metodológicas*, esfera que é historicamente analisada pelo Processocom, sendo central em sua existência. O conjunto de trabalhos oferecem uma compilação de propostas, interrogações e proposições acerca dos desafios metodológicos avistados na pesquisa em Comunicação. Os textos metodológicos aproximam-se do trabalho artesanal, processual, multimetodológico e transmetodológico reconhecidamente assumidos como desafio pelo Processocom em suas investigações e demais atividades científicas.

Neste eixo, Pedro Russi prossegue a discussão sobre o território urbano iniciada anteriormente por Felipe Martini, e apresenta as intervenções urbanas denominadas 'pichações' no Brasil como formas de intervir e viver a cidade-cidadania. O autor oferece reflexões de como olhar, se aproximar e estudar estas intervenções. O próximo trabalho é de Laura Wottrich, que aborda as travessias metodológicas na prática de pesquisa

no campo da Comunicação. A autora considera e problematiza, em suas reflexões, o atual contexto de produção do conhecimento no campo da Comunicação no Brasil e recupera aspectos suscitados pela sua prática docente na disciplina Metodologias da Pesquisa em Comunicação.

O capítulo seguinte é de autoria de Graziela Bianchi e de Felipe Collar Berni. Nele, os pesquisadores debatem a necessidade de reformulação da abordagem metodológica do grupo focal, migrada para o ambiente digital em razão da necessidade de distanciamento social provocada pela pandemia de Covid-19. Sinalizam que os rearranjos metodológicos impostos às investigações tendem a reverberar nos achados da pesquisa por eles realizada e que, por isso, seu registro e reflexão devem no futuro, contribuir para a compreensão dos encadeamentos que o vírus provocou nas ciências.

As narrativas audiovisuais dos movimentos sociais são tema capítulo desenvolvido por Elson Faxina, que apresenta um recorrido sobre a natureza da pesquisa e da análise de produções audiovisuais de movimentos sociais. A partir de um olhar transdisciplinar e com enfoque em processos transmetodológicos, o trabalho procura evidenciar os conhecimentos em questão, seja do conteúdo explicitado, seja das apropriações tecnológicas e de linguagem requeridas nesse tipo de produção. Sonia Queiroz de Oliveira prossegue o debate acerca da perspectiva transmetodológica a partir investigação realizada no doutorado sobre os usos e apropriações realizadas no Facebook por sujeitos surdos na perspectiva da constituição de cidadania comunicativa. Para isso, as estratégias metodológicas necessitavam ser sensíveis, reflexivas e multidimensionais. Os caminhos investigativos tomados e o modo como a transmetodologia se torna um fio condutor da pesquisa são debatidos no texto.

Paulo Junior Melo da Luz, Renata Cardoso de Almeida e Vitória Santos Brito encerram este eixo com um trabalho que remonta à própria essência do Grupo de Pesquisa Processocom. O capítulo

assinado pelos autores apresenta a ideia da constituição da metodologia dos afetos. Importa ressaltar que o trio de autores tem como experiência formativa a efetiva participação no Processocom em todas as fases de suas formações acadêmicas, da Iniciação Científica na graduação, passando pelo mestrado até o doutorado, experiência narrada de maneira tocante e pedagógica em seu capítulo.

A *terceira parte* que constitui esta obra é formada por capítulos que tratam de *Construções investigativas concretas*. Os trabalhos que compõem esta parte exemplificam a frutífera pluralidade de temáticas de investigação que nutrem a *práxis* da produção científica promovida pelo Grupo de Pesquisa Processocom. Os resultados apresentados e debatidos demonstram aos leitores as preocupações sociais, culturais, étnicas, raciais, locais, de gênero, de transformação tecnológica e cidadã centralmente focalizadas nas problemáticas dos pesquisadores e pesquisadoras vinculados ao nosso Grupo de Pesquisa.

Helânia Thomazine Porto é responsável por iniciar as discussões, debatendo a cultura digital e a conectividade contestatária a partir das lógicas discursivas que estruturam os posicionamentos políticos e de resistência dos Pataxós da Bahia, incluindo suas participações em redes sociais digitais. A temática indígena reaparece no trabalho de Luan Correia Cunha Santos e Lisiane Machado Aguiar, que abordam a comunicação alternativa e subversiva de Comunicadores Indígenas a partir da experiência de construção de *podcasts* junto ao Conselho Indígena de Roraima. No trabalho apresentado neste livro, compreendem o podcast como uma tecnologia de comunicação híbrida, capaz de subverter normalizações em produções sonoras.

As pesquisas em Publicidade demarcam importante presença nesta obra. Os capítulos subscritos por Taís Flores da Motta, João Batista Nascimento dos Santos, Camila Scarrone e Ana Paula Cardoso Dorneles versam sobre esse campo temático da Comunicação e sinalizam que a publicidade conquistou espaço e interesse de pesquisa junto ao Grupo de Pesquisa Processocom ao longo dos anos. Taís Flores

da Motta discute os resultados da pesquisa que levou à construção de sua Tese de doutorado, que analisou rupturas na publicidade tradicional através do estudo de vídeos do canal Porta dos Fundos no YouTube e a presença incomum de marcas nestes vídeos. Já no texto de João Batista Nascimento dos Santos, a problemática de investigação da publicidade parte para o campo da semiótica. No capítulo apresentado, o autor investiga o modo de funcionamento da publicidade alicerçado nas semióticas assignificantes, a partir do Gerenciador de Anúncios do Facebook. No capítulo em que assina, Camila Scarrone procura demonstrar, com base na sua pesquisa de mestrado, que as disputas de poder e a hegemonia masculina, constitutivas do campo publicitário, sobretudo do subcampo da criação, vêm sendo confrontadas por mulheres produtoras da publicidade por meio da utilização de táticas de luta e resistência que desafiam a naturalização da ordem social vigente no subcampo na criação. Fechando o debate sobre publicidade, o capítulo de Ana Paula Cardoso Dorneles discute os resultados de pesquisa exploratória realizada em seu doutoramento, que examinou os padrões de beleza femininos a partir da perspectiva da colonialidade do gênero e do poder em publicidades de cosméticos na América Latina. A autora desenvolveu sua investigação no eixo Brasil-México, trabalhando com consumidoras de cosméticos nestes dois contextos.

Bruna Bonadeo, Joel Felipe Guindani e Rafael Foletto apresentam as movimentações analíticas da pesquisa empreendida para compreender os movimentos da produção audiovisual digital referentes à agricultura familiar do estado do Rio Grande do Sul. Os autores sinalizam que os resultados quanti-qualitativos obtidos consideram a perspectiva das representações sociais e o cotidiano dos sujeitos desse contexto. Na continuidade, o capítulo seguinte, de Alexandre Rossato Augustti apresenta resultados de sua pesquisa de pós-doutorado. O autor discute filmes representativos do cinema *noir* e *neonoir* italianos, avaliando a presença do hedonismo nesse gênero e do elemento *femme fatale* como o principal ponto de apoio para a análise de tais obras.

A temática da educomunicação é trabalhada por Mariluce Pedroso Veiga. A partir do contexto de surgimento da pandemia de Covid-19, a autora problematiza as articulações existentes entre os campos da Educação e Comunicação. O capítulo considera as múltiplas transformações da comunicação e o seu papel fundamental na formação de sujeitos críticos e autônomos na construção da cidadania. Encerrando esta obra, no prosseguimento dos debates acerca da cidadania, Vivian Corneti apresenta resultados de análise comparativa entre duas situações relacionadas à prática da cidadania digital de pessoas com deficiência, considerando as plataformas digitais como *lócus* de discussão e de interpretações sobre as materialidades, o novo materialismo e a potência das transformações decorrentes dos usos improvisados das novas tecnologias de informação e comunicação.

Convidamos nossas leitoras e leitores a acompanhar e partilhar do pequeno recorte de nossos 20 anos de percurso, esperando que as reflexões teóricas, metodológicas e epistemológicas propostas, os desafios enfrentados e as experiências compartilhadas possam servir de inspiração, contribuir para aprendizados e avanços, em alguma medida, em nosso campo científico. Boa leitura!

Livia Saggin
Jiani Adriana Bonin
Organizadoras



Parte

**PERSPECTIVAS
EPISTÊMICAS
E TEÓRICAS**

1

Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre

**O DESAFIO
EPISTEMOLÓGICO
DA *PRÁXIS* TEÓRICA
NA CONSTRUÇÃO
DE TEORIAS
DA COMUNICAÇÃO**

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.1

PRÁXIS TEÓRICA E INVESTIGAÇÃO TEÓRICA

Neste primeiro eixo de diálogo e debate com colegas latino-americanos que trabalham a dimensão teórica nas ciências da comunicação, é importante retornar dois aspectos que não têm sido suficientemente situados no conjunto de problemas e componentes do trabalho teórico acadêmico e científico.

Um primeiro aspecto, necessário para a reflexão e compreensão dos problemas teóricos, é aquele que problematiza a própria atividade teórica. Essa *práxis*, em comunidades carentes de produção teórica sistemática, é concebida e exercida como o estudo escolar de uma série de autores, escolas e paradigmas consagrados pelo poder oficial institucional, transnacional e local, que privilegiam e garantem a circulação de certas linhas editoriais,⁷ visões de mundo, valores, filosofias, modos de compreensão, premissas, postulados e culturas intelectuais (MALDONADO, 2009, 2015; MALDONADO et al. 2013). Essa configuração não foi um acidente na trajetória histórica, ela é uma estruturação central dos poderes hegemônicos, gerados pelos processos de modernização ocidental. E foi nessa estruturação que o *paradigma positivista* estabeleceu áreas e campos de conhecimento em formato de disciplinas, as quais foram necessárias para a institucionalização do conhecimento e para a estruturação técnica/científica das sociedades do século XX.

A institucionalização das ciências, como necessidade dos Estados e das empresas capitalistas (WALLERSTEIN *et al.*, 1998), produziu uma configuração contraditória que favoreceu, por um lado, as invenções tecnológicas e, simultaneamente, criou normas, regras e obstáculos ao livre exercício do pensamento, da experimentação e da produção de conhecimentos inventivos. Os paradoxos que marcaram

7 Um trabalho de pesquisa relevante para a compreensão da problemática editorial nos campos acadêmico e científico é o sintetizado por Robert Darnton na sua obra *A Questão dos livros: passado e futuro*, editado em São Paulo pela Companhia das Letras, em 2010.

esse processo, no caso da comunicação, foram articulados pelo modelo *funcionalista/estrutural* que, a princípio, foi reconhecido como o “*universo*” de nossa área de pesquisa, ao restringi-lo à *Mass Communication Research* dos EUA. Essa legitimação, ocorrida um século após a institucionalização das ciências sociais na Europa Ocidental e nos Estados Unidos, não foi fruto de uma expressão revolucionária do pensamento liberal burguês. Foi, ao contrário, uma necessidade do sistema econômico e político, dada a reconfiguração do capitalismo no século XX em face dos avanços do socialismo. É, de fato, uma realização de reivindicações oligopolistas em nível mundial, quando o modelo capitalista já havia mostrado seus aspectos anacrônicos, conservadores, autoritários e castradores da liberdade, ao produzir duas guerras mundiais de intensa destruição em massa. De fato, será na época da *Era dos extremos* (HOBSBAWM, 1995) que emergiram a *Escola de Frankfurt* (crítica, transdisciplinar), a *Escola de Palo Alto* (ecológica, transdisciplinar) (WINKIN, 2000) e a pesquisa estadunidense de mídia (integrada, positivista, funcional) (MATTELART; MATTELART, 2014; MALDONADO, 2009; MATTELART, 1994). O caráter contraditório, dinâmico e desestabilizador desses referenciais teóricos gerou bases para a constituição de um campo de produção de ideias, noções, conceitos e conjuntos teóricos, com forte presença no contexto internacional estadunidense / europeu ocidental e, posteriormente, a partir de 1959, em América latina.

A investigação e análise destas realizações teóricas têm contribuído, e ainda colabora, para elucidar como a dimensão teórica é atravessada, direta⁸ e indiretamente⁹, pelas configurações econômicas, sociais, políticas e pelos vários contextos em que a investigação se desenvolve.

- 8 Como exemplo, é importante consultar o seguinte texto: Iñesta, A. & Oteo, L.A. A indústria farmacêutica e a sustentabilidade dos sistemas de saúde nos países desenvolvidos e na América Latina. *Rev. Ciência e saúde coletiva*, v.16, n. 6, Rio de Janeiro, 2011.
- 9 A obstrução oligárquica a políticas e estratégias para a construção de um campo científico latino-americano forte e o consequente boicote ao estabelecimento de condições educacionais, sociais e culturais para a promoção e o fortalecimento do trabalho científico manifestam-se expressamente na falta de estratégias e políticas científicas consistentes e realistas na maioria dos países da região.

A história da estruturação dos campos científicos tem mostrado a existência de inter-relações necessárias entre fatores filosóficos, ideologias políticas e promoção da ciência. Essas ligações são observadas, de forma ilustrativa, nas revoluções tecnológicas, que têm possibilitado a estruturação de sociedades industrializadas que foram o resultado de revoluções filosóficas, culturais e sociais que situaram o conhecimento como um valor e uma categoria central da vida em sociedade (MATTE-LART, 2015, 2014, 2009). A Europa ocidental industrializada (tecnologizada) e os EUA foram o resultado das revoluções *Iluminista* e *Positivista*, que estabeleceram a hegemonia dos paradigmas cartesiano e newtoniano nos modos, premissas, bases teóricas, concepções e expectativas de produção de conhecimento hegemônico (SANTOS, 2010).

De forma dialética, esses antecedentes filosóficos/científicos favoreceram a ruptura com os modos especulativos de trabalho teórico e, também, beneficiaram e promoveram a investigação empírica de processos de pesquisa concretos e reais (BACHELARD, 1983; SANTOS, 2010; MALDONADO, 2015). De fato, esses referentes centrais (*positivismo, funcionalismo, estruturalismo*), em confluência com as filosofias pragmáticas estadunidenses, a partir da segunda metade do século XIX, geraram uma cultura científica totalitária e excludente, que se proclamou exclusiva para o mundo e para todos os campos do conhecimento. Essa natureza contraditória, paradoxal, intensa e penetrante da ciência na vida socioeconômica, educacional e cultural do século XX, possibilitou a estruturação de sociedades informatizadas e midiáticas que são problematizadas na pesquisa em comunicação. Nesse processo, a tecnociência estabeleceu-se como modelo hegemônico e global (OGIBOSKI, 2012).

Durante vários séculos, o trabalho paciente, sistemático, dialógico, curioso, inventivo e audacioso de pensadores, observadores, experimentadores, *designers*, artistas, artesãos, alquimistas, astrônomos, calculadores, gastrônomos e construtores de todos os tipos, mostrou

a ligação profunda entre o pensamento e processos criativos (GORTARI, 1980). Nas culturas asiática, indo/americana, africana, oceânica e europeia, a observação sistemática da natureza, do cosmos, dos seres, dos movimentos, dos sintomas, dos sinais, dos desejos e das necessidades, orientou e inspirou o trabalho reflexivo, argumentativo, lógico e discursivo da humanidade (KOYRÉ, 1991). É assim que teorias consistentes e transcendentais, com uma longa presença histórica, necessitavam de uma *práxis* para sua produção, no sentido da combinação de pesquisa empírica e pesquisa teórica (GORTARI, 1980).

A *práxis* teórica não deve ser pensada apenas como mera especulação, divagação, contemplação, enredamento, eloquência e pompa discursiva. Essas atividades, embora façam parte de empreendimentos intelectuais abstratos, não são suficientes para gerar conhecimento científico. A *práxis* teórica, em nossa perspectiva, necessita de pesquisa sistemática e transformadora. Investigar teorias, conceitos, noções, hipóteses, premissas, postulados, filosofias e argumentos, no campo científico, inclui confrontar as construções teóricas com os diversos processos de fluxo da realidade (MARX, 1973; BACHELARD, 1983; GORTARI, 1956; MALDONADO, 2015, 2019, 2020).

A *práxis* teórica, portanto, se nutre do caráter criador, construtor e transformador das atividades estratégicas. Não se reduz ao estudo de temas, ideias, conceitos e teorias. Embora esse estudo seja necessário, ele é insuficiente sem pesquisa teórica. A memorização, a exposição, a enunciação e a difusão das teorias ocupam um lugar privilegiado nas culturas escolares e administrativas, mas não conseguem transformar, porque são reprodutivas, institucionalizadas, consagradas (MARTÍN-BARBERO, 1988, 2018). A *práxis* teórica implica investigação, e para isso, é necessário entrar nas teorias, conhecer seus componentes e suas lógicas; a posteriori desmontá-los e reconstruí-los; colocá-los em diálogo e confronto com outras teorias;

e produzir articulações argumentativas renovadas, que coletam e questionam sua relevância e plausibilidade.

A pesquisa teórica requer uma *práxis* específica que parte do estudo, o aperfeiçoa e o supera. Aplicações analíticas, exames, memorizações, formação intelectual, esforços para aprender com nossas inteligências demandam a formulação de projetos de conhecimento (BACHELARD, 1983) nos quais a *práxis* teórica e a pesquisa são inevitáveis. Não existem trabalhos teóricos consistentes, que contribuam para a constituição de campos e áreas, sem problemas e reconstruções teóricas consistentes (FUENTES, 2015; FUENTES; LOPES, 2001; LOPES, 2003).

Com base no que aqui se sustenta, considera-se que todo projeto, seja de iniciação científica ou de ciência avançada, necessita problematizações e reconstruções teóricas. Por mais limitados que sejam, todos os projetos precisam contribuir com alguma produção teórica. Muitas vezes são contribuições específicas, baseadas na aplicação de determinados modelos, matrizes ou estratégias; em outras ocasiões, são extensões e aprofundamento de problemas anteriormente colocados; raramente envolvem grandes contribuições para os campos científicos como um todo, ou para um campo específico (MALDONADO *et al.*, 2011; MALDONADO, 2013, 2019, 2020).

O importante em termos da necessidade de produção de teoria, em qualquer projeto, é o fato de que a *práxis* teórica e a pesquisa são inevitáveis e garantem a qualidade argumentativa de toda pesquisa. As teorias, concebidas como conjuntos argumentativos sobre problemas, são geradas a partir da definição de projetos de pesquisa, que incluem desafios para a fabricação de conceitos. Como fabricações intelectuais necessárias, eles reconstruem a partir do que já é conhecido e geram novos conhecimentos em inter-relação com os objetos-problema investigados. Em termos de atividade inventiva teórica/prática

combinada (*práxis*), eles produzem reformulações de pensamentos, noções, hipóteses, conceitos, categorias, premissas e argumentos.

Os projetos de produção de conhecimento teórico, nesta perspectiva, são desafiados por problemas/objetos complexos que, no caso do conhecimento em comunicação, combinam *mediações teóricas e lógicas* pertencentes a um conjunto expressivo de campos do conhecimento. O óbvio e o trivial, em que o comunicativo se conjuga é, na realidade, uma multiplicidade de imbricações, bifurcações, misturas, enredamentos, tecidos, explosões e dinâmicas entre as várias dimensões constitutivas do problema/objeto da comunicação (socioesfera, tecnosfera, psicofera, semiosfera, etnosfera, ecosfera etc.). Essa diversidade exige a produção de conhecimentos teóricos transdisciplinares. Na comunicação, não bastam a interdisciplinaridade, o diálogo e a colaboração teórica nas diversas áreas do conhecimento. Os conceitos (conjuntos de argumentos inter-relacionados para definir objetos/problemas teóricos) requerem combinações, traduções, misturas, reconstruções (mistas e plurais), que os modelos positivistas, empiristas, pragmático-instrumentais não têm possibilidade ou consistência para realizar (MALDONADO, 2009, 2013, 2015, 2019c, 2020).

Para trabalhar em linhas teóricas férteis de pesquisa, é necessário definir estratégias que reúnam problematizações transcendentais, que desestabilizem a validade da tecnociência monopolista ultraliberal, dado que é a referência predominante e condicionante do campo científico contemporâneo. Com efeito, essa estruturação capitalista reúne poderes econômico-políticos decisivos para a manutenção do *status quo* de exploração, injustiça e exclusão na maioria das formações sociais atuais. O trabalho teórico, a *práxis* teórica, não podem estar isentos de sua necessidade política e ética. Pensar o mundo e transformá-lo não pode se restringir a atividades escolares de repetição de esquemas, fórmulas, modas, frases, clichês, discursos, ideias e até raciocínios um tanto sofisticados. A produção teórica requer problematizações,

reconstruções, desmontagens, novos argumentos, aprofundamentos, extensões, traduções e invenções (MALDONADO *et al.*, 2011; MALDONADO, 2013, 2014, 2015, 2018, 2019a, 2019b, 2019c, 2020).

No meio acadêmico, é comum encontrar modismos doutrinários de incorporação e, às vezes, até de “transubstanciação” de personagens que “personificam” certos autores ou doutrinas consagradas. Culturas teóricas especulativas, rotineiras e pomposas favorecem essas tendências. É triste ver como alguns talentos são desperdiçados em figurações de ignorância erudita. Para enfrentar e fragilizar esses modelos de práticas teóricas, é necessária a opção problematizadora que combina a *práxis* teórica com um exercício de cidadania científica, com a relevância conceitual, a ação transformadora, a fecundação argumentativa, a necessidade inventiva e estratégias de fortalecimento do campo científico brasileiro e latino-americano (MALDONADO *et al.*, 2011).

A *práxis* teórica, como exercício político existencial inventivo no campo científico, produz um primeiro compromisso com a investigação: é preciso produzir conhecimento e situá-lo sobre todas as outras atividades institucionais ou gerenciais, seja qual for a área, a vertente, o campo e a linha em que se trabalhe.

Uma segunda questão refere-se aos pré-requisitos éticos para a produção teórica dado que ela, em termos de cidadania científica (MALDONADO, 2016), deve favorecer a geração de conhecimentos que contribuam para o bem-estar da espécie, do cosmos, da natureza e, principalmente, do ser humano. O processo de teorização não é neutro e seus exercícios não podem se omitir das tarefas epistemológicas, reflexivas que questionam o sentido de suas realizações e resultados.

Uma terceira atribuição político-científica está orientada para a necessidade de transformar as culturas acadêmicas, institucionais, empresariais, escolares, micro e macrossociais no que se refere às concepções e à produção de conhecimento científico teórico (MALDONADO, 2015).

É necessário promover e fertilizar culturas inventivas colaborativas coletivas, sem marcas do individualismo competitivo que aspira produzir um ciborgue eficiente, incapaz de criar um pensamento crítico construtivo. Um quarto requisito da cidadania científica está relacionado com a necessidade de estabelecer laboratórios teóricos de experimentação mental como alternativa concreta, existencial, operacional, para articular as dimensões teóricas e empíricas dos nossos processos de operação/problematização/tradução do pensamento. Por meio da *práxis*, as tarefas egocêntricas são quebradas, a relevância da comunidade é promovida e a liberdade heurística é oferecida para pensar, projetar e concretizar argumentos em vários modos e formas de exposição (ciência, arte e artesanato combinados).

Um quinto compromisso com a cidadania científica exige que pensemos sobre nosso lugar no mundo, inspirados nos grandes mestres e na história da ciência. Qual é o papel de pensadores, cientistas, pesquisadores, professores e estudantes nas formações socioeconômicas? Em termos liberais, a opção é constituir uma meritocracia, uma elite intelectual, um poder tecnocrático, um grupo orgânico de classe a serviço das grandes capitais transnacionais. E em termos socialistas, renovados, qual é a alternativa do cidadão no campo da ciência? Talvez a alternativa seja ser um eterno aprendiz das sabedorias ancestrais, contemporâneas, críticas, ecológicas e transformadoras: das sabedorias proposicionais dos mundos possíveis. A existência tem várias temporalidades, acelerações, movimentos, dinâmicas, espacialidades e experiências de vida; a vida investigativa e científica oferece oportunidades existenciais para contribuir com visualizações, sistematizações, construções teóricas, estratégias, novas soluções, processos alternativos, invenções desestabilizadoras (SARTRE, 2011). É um tipo de vida que pode ser transcendente caso se afaste do modelo ciborgue/*tecno-business*, e se oriente para a construção de teorias para o bem-estar da humanidade.

Um sexto compromisso dos cidadãos, como trabalhadores intelectuais estratégicos, pesquisadores, cientistas, pensadores, é gerar teorias que fundamentem e socializem a vida investigativa; que, em termos transmetodológicos (MALDONADO, 2013, 2019a), democratizem o exercício, o ensino, o conhecimento e a práxis metodológica. Há uma diversidade de métodos teóricos que devem ser trabalhados, desmontados, debatidos, criticados reconstruídos, ampliados e reformulados. O exercício investigativo, a experimentação mental, devem ser concebidos como um modo de vida que potencializa as múltiplas inteligências de crianças, adolescentes, jovens e cidadãos, em sintonia com a curiosidade e a capacidade inventiva. Para teorizar, em termos vigorosos e prospectivos, é imprescindível incluir esta *práxis* teórica em projetos de investigação, em projetos de conhecimento teórico, em estreita relação com os processos históricos reais, com as condições concretas de produção do conhecimento, com as epistemologias reconstituintes críticas do científico, das culturas políticas e sociais.

Para completar esta reflexão, localizamos um sétimo componente cidadão para pensadores/cientistas/pesquisadores que se refere ao primado de uma vida digna, amorosa, criativa e rebelde no campo científico. Essa primazia vital diferencia, distingue, rompe e fortalece o *sujeito histórico pensante* em sua condição transformadora (GORTARRI, 1980; SARTRE, 2011; LEFEBVRE, 2013; MATTELART e SÉNÉCAL, 2014). Viver e realizar a cidadania científica, desta forma, implica construir autonomias, liberdades, comunidades, socializando dimensões comunicativas com alegria, entusiasmo, esforço, dedicação, concentração, ternura e sabedoria. O cidadão científico precisa construir uma forte humildade que lhe permita ver os limites do conhecimento e, ao mesmo tempo, necessita estruturar forças organizacionais, constitutivas, comunitárias, argumentativas, lógicas, que os provoquem, desafiem e orientem na produção fecunda de projetos de conhecimento.

O DESAFIO DAS EPISTEMOLOGIAS DA CONTINUIDADE E DA RUPTURA E O CONSUMO FREQUENTE DE FRAGMENTOS DE MODA

Nos estudos latino-americanos contemporâneos, é frequente o uso e o abuso de referências teóricas fora do contexto, na maioria das vezes produzidas em centros de poder editorial anglo-saxões (DARTON, 2010; FUENTES *et al.* 2001). Na área da comunicação, é frequente o fascínio apologético e mercadológico pelas técnicas eletrônicas e informáticas, o que tem produzido uma nebulosa intelectual digna de algumas seitas de autoajuda. Problemas tecnológicos/lógicos (MALDONADO, 2007) são fragmentados por simples raciocínios instrumentalistas e produzem continuidades funcionais aos enquadramentos que os paradigmas hegemônicos instilaram e realizaram desde o século XIX. O conhecimento operacional é desconectado de seu caráter teórico, esquece-se que as técnicas são “teorias em ação” (SARTRE, 2011).

Em outra dimensão constitutiva, as técnicas são fabricações lógicas concretas que manifestam um método de construção e operação consistente com a teoria e, em outro aspecto, programam operações (algoritmos) para a execução de determinadas tarefas e processos. As tecnologias, portanto, condensam as dimensões teórica, metodológica e operacional na mesma configuração. Assim, pesquisar tecnologias requer problematizações teóricas (MALDONADO, 2007), empíricas e contextuais. A repetição de discursos retóricos entusiastas sobre o poder “total” das técnicas para transformar sociedades, culturas e economias, nada mais é do que uma elucubração astuta para garantir o *status quo* e os lucros das transnacionais de TI e telecomunicações.

Nesse panorama, o grave e o triste é verificar a superficialidade entusiástica de um expressivo setor da área, quando repete noções, diretrizes, premissas e interesses dos oligopólios transnacionais.

Na verdade, existem poucas pesquisas sérias e estratégicas sobre os processos de digitalização, informatização, controle, vigilância, robotização, intensa midiáticação do cotidiano das pessoas. No campo da comunicação, predominam a euforia, a repetição, as formas neo-coloniais e seus métodos de raciocínio.

Atualmente, na área, não existe um conjunto suficiente e necessário de pesquisas teóricas históricas consistentes sobre os processos de invenção, produção e socialização de técnicas na vida cotidiana e na transformação do mundo. A produção científica não está ligada de forma alguma ao utilitarismo, à invenção da agricultura, à produção artificial do fogo, à invenção da gastronomia e à sua relação com a medicina. As tecnologias de inteligência, promovidas nos anos noventa do século passado, foram abandonadas devido ao uso e consumo ignorante de aplicativos. Faltam problematizações teóricas sobre algoritmos como programas de cálculo que contenham teoria/método combinados para condicionar, delimitar, observar, registrar, orientar e acomodar processos, hábitos, vidas, relacionamentos, modos de visualizar a existência (MATTELART e VITALIS, 2015; MATELART, 2009; ASSANGE, 2014; GREENWALD, 2014; VOGELSTEIN, 2014).

As múltiplas inteligências que a psicologia (GARDNER, 1995), a neurolinguística (NICOLELIS, 2011; HERCULANO-HOUZEL, 2017), a inteligência artificial e as ciências da vida descobriram são relegadas a descrições repetitivas da atividade social e de trabalho. As necessidades transdisciplinares são ignoradas, banidas, escondidas pela facilidade localizada de ideias ultra/especializadas. Os métodos, em sua diversidade e riqueza, são enquadrados em fórmulas e esquemas redutores de complexidade transmetodológica. A multidimensionalidade do comunicativo não é de todo explícita (MALDONADO, 2013). Nessa linha, as redes são consideradas analogicamente como estruturas simples, sem reconfiguração constante. Os usuários da Internet são considerados ciborgues “soberanos”, anárquicos, “livres” e inovadores.

Hoje se atualizam as demandas epistemológicas de *continuidade* e *ruptura*. Por um lado, os problemas tecnológicos requerem uma investigação teórica histórica de suas trajetórias, suas bases teóricas, suas condições, suas orientações, suas possibilidades, seus quadros e suas potencialidades. Por outro lado, as naturalizações de ideias, concepções, valores e hábitos culturais requerem processos epistemológicos de ruptura. Não é possível superar o condicionamento sistêmico atual sem estratégias de transformação complexas, que questionem os fundamentos estruturais e o sistema geral em vigor. Nessa perspectiva, não é aceitável mudar processos, premissas, dinâmicas e comportamentos acadêmicos e científicos sem programas permanentes de alteração gradual das culturas conservadoras. Problematizar o conservadorismo cotidiano requer propostas e ações para romper pensamentos, hierarquias, procedimentos, relações, costumes, hábitos e estratégias, que construam alternativas teóricas ecológicas, heurísticas, dialéticas, analíticas, hermenêuticas e transformadoras para a estruturação atual (MALDONADO, 2015).

O poder transnacional no campo do conhecimento acadêmico e científico concentra-se em instituições, empresas e estruturas militares que sustentam o funcionamento dos modos de existência hegemônicos (GOMES; MERCHÁN, 2017). Apesar da preponderância desse setor, a humanidade continua a produzir saberes e conhecimentos a partir da sua condição inventiva, dinâmica, experimental, descobridora e subversiva. As sabedorias seculares, o conhecimento étnico, as inteligências múltiplas de populações marginalizadas, o talento e a força dos núcleos, grupos, coletivos e de produtores independentes, que liberam conhecimento, são alternativas importantes de renovação e transformação.

Em termos de cidadania científica, os trabalhadores intelectuais, em vários níveis e setores, têm se organizado em associações, grupos de pesquisa, laboratórios, institutos, escolas, ramos, programas de pesquisa, centros de experimentação e comunidades que

investigam sistematicamente os problemas do conhecimento e desafiam a hegemonia contemporânea. Desse modo, cientistas, pensadores, epistemólogos, filósofos, pesquisadores, tecnólogos, estudantes de iniciação científica, professores, artesãos e artistas trabalham, diariamente, e produzem pesquisas importantes que originam conhecimentos relevantes e, simultaneamente, geram as mudanças necessárias na ordem oficial do trabalho acadêmico e investigativo das sociedades capitalistas, neoliberais, autoritárias, anacrônicas e conservadoras vigentes em *Nossa América*.

Em termos epistemológicos de continuidade, é preciso trabalhar a riqueza de conhecimentos de gerações de cientistas, pensadores, pesquisadores, tecnólogos, artistas e inventores que, durante séculos, constituíram saberes transcendententes sobre o cosmos e sobre a existência humana. Em termos de ruptura, surge o desafio de superar os modelos predominantes de culturas acadêmica, científica, intelectual, profissional, técnica e sociocultural que condicionam a formulação de projetos, políticas de financiamento, planos de formação, ambientes de trabalho e distribuição de recursos para a pesquisa. Essa ruptura epistemológica adquire hoje um significado crucial, dada a força da “onda conservadora” que flui na vida contemporânea.

A *práxis* teórica na comunicação requer esforços sistemáticos que promovam a reflexão/paixão pelo estudo, pelo exercício contínuo da construção de problemas (elaboração de conceitos) e pela investigação teórica que atue na resolução de problemas básicos (e complexos) da vida. Modelos predominantes de culturas teóricas – sejam elas utilitárias, instrumentalistas, funcionalistas ou orientadas para o mercado – estabelecem ambientes, condições e padrões que castram o sentido inventivo/transformativo e livre da *práxis* teórica.

UMA OPÇÃO TRANSFORMADORA: A CONSTRUÇÃO NECESSÁRIA DAS TEORIAS DE COMUNICAÇÃO

No campo das ciências da comunicação, no seu primeiro século de existência diversa, contraditória, intensa e fragmentada, notou-se uma presença direta e decisiva de dimensões econômicas e políticas na sua constituição (MATTELART e SÉNÉCAL, 2014). De fato, sem a estruturação de sistemas eficientes de meios de comunicação para promover e dinamizar a circulação do capital através de culturas de consumo crescentes (publicitárias); sem produção simbólica estratégica para penetrar e manter cumplicidades favoráveis ao funcionamento dos poderes das elite e sem a produção de formatos, gêneros, estratégias, modelos, narrativas e programas para a distração diária das tensões psíquicas, sociais e econômicas, o sistema hegemônico transnacional não teria sido capaz de manter o consenso necessário para a sua continuidade.

A combinação de civilização e barbárie, característica do capital (MARX, 1973), gerou interrogações profundas sobre as suas degradações nazistas e fascistas. Foi nessas contradições que surgiu a Escola de Frankfurt, como uma importante alternativa teórica crítica para explicar os aspectos bárbaros desses fenômenos (MOGENDORFF, 2012). Num processo simultâneo, a estruturação hegemônica do poder imperial dos EUA, dos seus poderes militares, econômicos e políticos no contexto internacional, exigiu a formação de indústrias culturais sofisticadas: primeiro, cinema, rádio e imprensa escrita e, imediatamente a seguir, televisão e informação. Todo esse conjunto de processos e técnicas foi orientado por teorias básicas, consideradas durante as primeiras décadas da existência do mundo acadêmico da comunicação como “*as teorias da comunicação*” (MATTELART e SÉNÉCAL, 2014).

Os processos de midiaticização das sociedades do século XX e início do século XXI contribuíram decisivamente para que o *Príncipe Eletrônico/Digital* (sistemas midiáticos oligárquicos que concentram o poder simbólico/político e sistemas robóticos neofascistas para condicionar o comportamento) mantivesse a sua hegemonia no contexto latino-americano. Embora durante várias décadas no século passado, a incapacidade das oligarquias e os interesses das empresas hegemônicas norte-americanas tenham levado à instalação de formas ditatoriais repressivas e destrutivas, foi a partir de meados dos anos 80 que as elites conseguiram instalar regimes de *democracias restritas* na maior parte da América Latina, nos quais o *Príncipe Eletrônico* (sistemas midiáticos hegemônicos) (IANNI, 2000) desempenhou um papel central na produção de consenso e de cumplicidade para o funcionamento das instituições políticas vigentes. Os processos de midiaticização atingiram níveis notáveis de penetração, articulação e eficiência nesse momento, e condicionaram os *modos e formas de vida sociocultural* das formações sociais de uma forma preponderante.

Essas operações, realizadas no âmbito macropolítico/social/cultural, tiveram como garantia de eficácia a fabricação sistemática de produtos simbólicos, que funcionaram em sintonia com as necessidades da ordem reinante. Assim, surgiram narrativas jornalísticas mistas, cada vez mais distantes das necessidades de informação. Estas narrativas combinaram discursos de autoajuda, entretenimento, drama, simulação, espetáculo para produzir discursos em linha com lógicas, valores e conteúdos das elites, em sintonia com os grandes sistemas midiáticos. Em combinação com essa estratégia, o *Príncipe Eletrônico* produziu ficção, que na maioria dos casos articulou narrativas, cenários, conteúdos, envolvimento, soluções, valores, visões de mundo e culturas que favoreceram a manutenção de modos de vida anacrônicos, racistas, repressivos, patrimonialistas, misóginos, excludentes e injustos. Embora a ficção tenha sido um campo com

melhores possibilidades de ruptura, crítica e enriquecimento do debate e da vida social comunicativa, verificou-se que na maioria das produções de ficção se mantiveram matrizes ideológicas e produtivas conservadoras, nas quais o patriarcalismo, o machismo, o autoritarismo, o oportunismo, o racismo e a segregação econômica e social foram naturalizados e atualizados sobre formas estéticas, discursivas e técnicas sofisticadas (MALDONADO; BONIN; ROSÁRIO, 2013).

Os sistemas multimídia são uma realidade concreta, histórica e epocal. Estas configurações tecnológicas precisam ser teorizadas na sua complexidade e configuração específica. Não é plausível problematizar estes processos apenas com base no comunicador geral (biológico, físico, digital, sociológico, antropológico, psicológico, semiótico etc.). É necessário transformar, (des)construir e reconstruir os múltiplos conhecimentos que potencialmente alimentam os problemas teóricos da área com problemáticas teóricas transdisciplinares que combinam estas complexidades nos problemas/objeto concretos que enfrentamos, como centrais, na nossa contemporaneidade. Esse movimento paradoxal refere-se a um processo particular cheio de amplos problemas epistemológicos, uma vez que a opção transdisciplinar não é exclusiva da comunicação, mas resultado dos avanços gerais das ciências em pouco mais de um século (JAPIASSU, 1977). No nosso caso, devido às bifurcações antes mencionadas, e independentemente da nossa vontade, a hegemonia é midiática; com efeito, os múltiplos processos comunicacionais são, de forma ampla e intensa, condicionados por processos midiáticos.

Em contraste com algumas abordagens funcionalistas, instrumentalistas, utilitárias, sistêmicas e tecnóforas e a partir de uma posição crítica latino-americana, afirmamos que os processos de midiaticização são fortemente influenciados pelas culturas regionais, locais, ancestrais, étnicas, sociais, comunitárias, organizacionais, econômicas e alternativas da Nossa América. *Os príncipes eletrônicos* mais fortes, consistentes

e eficientes, que alcançaram uma penetração continental vigorosa, tiveram uma capacidade singular de se apropriar dessas matrizes culturais e de construir mediações comunicacionais eficientes, expressamente reconhecidas pelos espectadores, ouvintes, leitores e internautas. Teoricamente, a problemática dos problemas/objeto relevantes a respeito das mídias, no contexto mais vasto dos problemas de comunicação, requer investigação teórica que articule conhecimentos das ciências da linguagem, das ciências históricas, das ciências políticas, das ciências sociais, das ciências psicológicas, das ciências econômicas, das neurociências etc. Em outras palavras, as ciências necessárias para repensar, construir, renovar, interpretar, compreender, explicar e questionar processos empíricos/concretos mediante pensamento transcendente, *problematizador* e múltiplo (MALDONADO, 2009, 2013, 2014, 2015).

A riqueza teórica é constituída na continuidade respeitosa, rigorosa e inventiva. A renovação e atualização teóricas demandam pesquisas das *teorias de produção* (aquelas que se têm constituído como estratégicas) para gerar teorizações contemporâneas fecundas. Essa fertilidade também se realiza na tradução, na montagem, na articulação, na combinação e no confronto com teorias de outras origens. Finalmente, essa fertilidade é formada na construção particular de conjuntos de hipóteses, teses, argumentos, interpretações, análises e reflexões sobre cada *problema/objeto*¹⁰.

CONCLUSÕES

A investigação e a prática teórica em comunicação precisam ser promovidas, incluídas e realizadas de forma abrangente e penetrante

10 Para aprofundar este aspecto vale considerar os livros *Metodologias de pesquisa em comunicação [...]* de Maldonado et al. (2011) e *Perspectivas metodológicas em Comunicação: novos desafios na prática investigativa*, de Maldonado et al. (2013), que oferecem um conjunto de investigações e teorizações importantes sobre a inter-relação/conceito *problema/objeto*.

tanto nos grupos acadêmicos, técnicos e de investigação, quanto nas instituições e nas comunidades da Nossa América. Esse é um fator estratégico para a transformação dos modos de existência intelectual, pedagógica, profissional, de investigação e sociopolítica na atual fase de crise política, social e econômica na região. A constituição de uma produção teórica própria, consistente, é uma condição necessária para a transformação sociopolítica, cultural, educacional e científica das nossas realidades.

É necessário levar a cabo um permanente confronto epistemológico, teórico e metodológico com os meios e formas de vida escolar anacrônicos, conservadores, instrumentalistas, mecanicistas e superficiais, que fragmentam e reduzem as questões teóricas e comunicacionais. A *práxis* teórica deve ser vista como uma atividade permanente que sustenta outros tipos de *práxis* e investigação.

A particularidade do campo de conhecimento em comunicação exige, na sua constituição transdisciplinar, uma abertura rigorosa que saiba articular, a partir de sua multiplicidade teórica, sua complexidade argumentativa, e que se desenvolva na diversidade da sua particularidade, a partir de traduções e montagens consistentes, relevantes e transcendentais no conjunto existencial das ciências.

Os sistemas transmídia e multimídia contemporâneos são centrais para as problemáticas teóricas na área¹¹; ao mesmo tempo, são insuficientes para dar conta da complexidade. O sistema de categorias, que é importante em vários campos do conhecimento, ajuda a compreender aspectos teóricos relevantes, mas não consegue problematizar a riqueza global do humano comunicacional e sociocultural. Nesse sentido, a problematização sociocomunicativa das culturas, nos seus múltiplos aspectos simbólicos, é necessária e não pode ser adiada.

11 A este respeito, as problemáticas contidas no livro *Ciberespacio y resistências: exploración en la cultura digital*, compilado por Silvia Lago, publicado pela editora Hekht Libros de Buenos Aires em 2012, são inspiradoras.

A problematização teórica dos *sujeitos comunicantes*, como complexos humanos multidimensionais, é essencial. A problematização das tecnologias e da tecnologia, para além do sistêmico e dos meios de comunicação, é necessária. A problematização do poder hegemônico na sua multiplicidade, na sua penetração e nos seus poderes é pertinente. A necessária transformação sociocultural e comunicativa das sociedades requer profundas e sistemáticas problemáticas sobre ambientes, cenários, situações, contextos; em suma, sobre o tempo/espaço comunicacional concreto e seus processos de constituição, fluxo e renovação.

REFERÊNCIAS

- ASSANGE, Julian. **Quando Google encontrou WikiLeaks**. Buenos Aires: Capital Intelectual, 2014.
- BACHELARD, Gaston. **Epistemologia**. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1983.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros**: passado, presente e futuro. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.
- FUENTES, Raúl; LOPES, Maria Immacolata (Comps.). **Comunicación, campo y objeto de estudio**. Perspectivas reflexivas latinoamericanas. Guadalajara, México: ITESO, Univ. Guadalajara, 2001.
- FUENTES, Raúl. **Centralidad y marginalidad de la comunicación y su estudio**. Guadalajara, México: ITESO, 2015.
- GARDNER, Howard. **Inteligências múltiplas**: a teoria na prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- GOMES, Marcus Vinícius Peinado; MERCHÁN, Catherine Rojas. Governança Transnacional: Definições, Abordagens e Agenda de Pesquisa. **Revista de Administração Contemporânea (RAC-ANPAD)**, v. 21, n.1, p. 84-106, jan./fev. 2017.
- GORTARI, Eli de. **La ciencia en la historia de México**. México: Grijalbo, 1980.
- GORTARI, Eli de. **Introducción a la lógica dialéctica**. México: Fondo de Cultura Económica, 1956.

GREENWALD, G. **Snowden sin lugar donde esconderse**. Barcelona: Ediciones B, S.A, 2014.

HERCULANO-HOUZEL, Suzana. **Como nosso cérebro se tornou superpoderoso**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

HOBBSAWM, Eric. **A era dos extremos: o breve século XX 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IANNI, Octavio. **Enigmas da modernidade- mundo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

IÑESTA, Antonio; OTEO, Luis Angel. La industria farmacéutica y la sostenibilidad de los sistemas de salud en países desarrollados y América Latina. **Revista Ciência e Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 16, n. 6, p. 2713-2724, 2011.

JAPIASSU, Hilton Ferreira. **Introdução ao pensamento epistemológico**. 2. ed. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.

KOYRÉ, Alexandre. **Estudos de história do pensamento científico**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1991.

LAGO, Silvia (Comp.). **Ciberespacio y resistencias: exploración en la cultura digital**. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica formal, lógica dialéctica**. 2. ed. Madrid: Siglo XXI, 2013.

LOPES, Maria Immacolata (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MALDONADO, A. Efendy. **Transmetodologia de la investigación teórica en comunicación: análisis de la vertiente Verón en América Latina**. Quito: CIESPAL, 2009.

MALDONADO, A. Efendy (Coord.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil: processos receptivos, cidadania e dimensão digital**. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014.

MALDONADO, A. Efendy. **Epistemología de la comunicación: Análisis de la vertiente Mattelart en América Latina**. Quito: CIESPAL, 2015.

MALDONADO, A. Efendy. Transmetodologia en tiempos de fascismo social. **Revista Chasqui**, v. 3, n. 133, p. 211- 227, set./dez., 2016.

MALDONADO, A. Efendy. Articulaciones transmetodológicas para una epistemología latinoamericana en comunicación. **Revista Latinoamericana de Ciencias de La Comunicación (ALAIIC)**, v. 15, p. 60-71, 2018.

MALDONADO, A. Efendy. El pensamiento transmetodológico en ciencias de la comunicación: saberes múltiples, fuentes críticas y configuraciones. **Chasqui: Revista latinoamericana de comunicación**, v. 141, p. 193-213, 2019a.

MALDONADO, A. Efendy. A perspectiva transmetodológica: produtos midiáticos, estratégias e inter-relações comunicativas. *In*: OLIVEIRA, Gerson de Lima; SANTOS, Larissa Conceição dos; BONITO Marco (Orgs.) **Comunicação em contexto de pesquisa**. São Borja/Assis: Editora Triunfal/ UNIPAMPA, v. 1, 2019b, p. 183-212.

MALDONADO, A. Efendy. Trilhas históricas da vertente teórica Mattelart na América Latina. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; LEÓN, Edizon. (Org.). **Investigación crítica en comunicación en América Latina**: diálogos con la vertiente Mattelart. 1 ed. Quito/Equador: CIESPAL, v. 1, p. 27-66, 2019c.

MALDONADO, A. Efendy. Desafios para o exercício da cidadania comunitária, na conjuntura de desastres biológicos/ecológicos e políticos do século XXI. *In*: GOBBI, Maria Cristina; RENÓ, Denis. (Orgs.). **Reflexões sobre o Pensamento Comunicacional Latino-americano**. 1ed. Aveiro: Ria Editorial, v. 1, 2020, p. 86-115.

MALDONADO, A. Efendy et al. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MALDONADO, A. Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013.

MALDONADO, Tomás. **Memoria y conocimiento**: sobre los destinos del saber en la perspectiva digital. Barcelona: Gedisa, 2007.

MARTÍN BARBERO, Jesús. **Procesos de comunicación y matrices de cultura**: itinerarios para salir de la razón dualista. Barcelona: Gustavo Gili, 1988.

MARTÍN BARBERO, Jesús. **La palabra y la acción**: por una dialéctica de la liberación. Bogotá: Editorial PUJB, 2018.

MARX, Karl. **El capital**: crítica de la economía política (Volumen I). Buenos Aires: Cartago, 1973.

MATTELART, Armand. **La publicidad**. Barcelona: Paidós, 1991.

MATTELART, Armand. **Comunicação mundo**: história das ideias e das estratégias. Petrópolis/RJ, 1994.

MATTELART, Armand. **Un mundo vigilado**. Barcelona, España: Paidós Ibérica, 2009.

MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **História das teorias da comunicação**. 16. ed. São Paulo: Loyola, 2014.

MATTELART, Armand; SÉNÉCAL, Michel. **Por una mirada-mundo: conversaciones con Michel Sénécál**. Barcelona, España: Gedisa, 2014.

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al Cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015.

MOGENDORFF, Janine Regina. A Escola de Frankfurt e seu legado. **Revista Verso & Reverso**, v. 26, n. 63, p. 152-159, set./dez., 2012.

NICOLELIS, Miguel. **Muito além do nosso eu: a nova neurociência que une cérebro e máquinas – e como ela pode ajudar nossas vidas**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

OGIBOSKI, Vitor. **Reflexões sobre a tecnociência: uma análise crítica da sociedade tecnologicamente potencializada**. Dissertação (Mestrado em Ciência, Tecnologia e Sociedade) – Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

SANTOS, Boaventura. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la razón dialéctica I: teoría de los conjuntos prácticos**. Buenos Aires: Losada, 2011.

VOGELSTEIN, Fred. **Briga de cachorro grande: como a Apple e o Google foram à guerra e começaram uma revolução**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. **Para abrir as ciências sociais**. São Paulo: Cortez, 1998.

WINKIN, Yvets. **La nouvelle communication**. 3. ed. Paris, Francia: Éditions du Seuil, 2000.



2

Fabrcio Silveira

“QUALQUER COISA SERVE”:

Paul Feyerabend
e a ciência anárquica
da comunicação

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.2

O PROBLEMA GERAL

Causa espanto que Paul Feyerabend não seja citado no debate epistemológico vigente há anos no campo da Comunicação. Karl Popper, Thomas Kuhn, Theodor Adorno e Edgar Morin são nomes incomparavelmente mais frequentes quando se trata de refletir sobre os contornos, as práticas e os problemas disciplinares de nossa área.¹² Desde sua reclusão, em 2014, o GT de Epistemologia da Comunicação da Compós¹³, por exemplo, não acolheu nenhum trabalho que se propusesse a examinar o legado do filósofo da ciência e físico austríaco falecido em 1994. Em setenta artigos apresentados nesse fórum de pesquisadores brasileiros, nos últimos sete anos, Feyerabend é uma ausência retumbante. Não foi citado uma única vez sequer¹⁴.

Se examinarmos um conjunto de publicações dedicadas à natureza e às particularidades de nossa ciência – conjunto esse que abrange e pontua duas décadas do pensamento comunicacional brasileiro (FAUSTO NETO, PRADO e PORTO, 2001; LOPES, 2003,

- 12 Este trabalho foi apresentado ao Grupo de Trabalho Teorias da Comunicação, durante o XXI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do 44º Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, realizado entre 04 e 09 de outubro de 2021.
- 13 Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. A entidade realizou em 2021 seu 30º encontro anual.
- 14 Estipulamos aqui, arbitrariamente, uma janela de sete anos (2014-2020) para observar com maior atenção a produção acadêmica que transcorre no âmbito da Compós. Uma dessas comunicações, apresentada por Luís Mauro Sá Martino, em 2014, propunha-se a localizar as “trilhas da investigação epistemológica da área”, debruçando-se sobre um *corpus* de 126 artigos, debatidos entre 2001 e 2013, dentro do mesmo GT. Paul K. Feyerabend não consta na relação dos referenciais teóricos visitados. Nosso diagnóstico poderia então se ampliar: há vinte anos ele não nos serve, não significa praticamente nada à reflexão crítica sobre a cientificidade da Comunicação. Outro dado importante: de “um total de 819 autores citados no conjunto de artigos [...], 559 (68%) são mencionados uma única vez” (MARTINO, 2014, p. 04). É fundamental dispor de sistematizações semelhantes (conferir, em acréscimo, para fins de complementações e outros paralelos, MALCHER, LOPES e MIRANDA, 2015; SIGNATES, 2017; MATTOS e OLIVEIRA, 2018). Esse tipo de mapeamento, porém, constitui, ele próprio, um debate de outra natureza. O texto de Martino, no caso, é ciente de suas próprias limitações: sabe que fazer epistemologia não é fazer senso bibliométrico nem estabelecer um *ranking* de autores, sabe que o debate epistemológico, propriamente dito, precisa transcorrer num patamar menos cartográfico, constataivo e taxonômico.

2016; FERREIRA, 2007; BRAGA, FERREIRA, FAUSTO NETO e GOMES, 2013; MARTINO, 2017^a) –, encontraremos a perspectiva de Feyerabend mencionada em apenas uma ocasião. Nesse momento foi equiparada, em termos de sua importância e de sua projeção históricas, ao falsificacionismo de Popper, ao historicismo de Kuhn e ao refutacionismo de Imre Lakatos (SANTAELLA *in* LOPES, 2016, p. 37)¹⁵. Mesmo assim, o que temos é apenas uma referência solta e isolada, como se não fosse necessário ampliá-la, dar-lhe maior espaço ou atenção. Feyerabend – este é o fato – não repercute entre nós, não ganha fortuna crítica nenhuma.

É estranho que seja assim, não há dúvida¹⁶. Gostaria de especular aqui sobre as razões desse silenciamento. Ao recusar Feyerabend, ao se afastar dele – supondo-o, talvez, como desimportante ou inapropriado –, o que a área enuncia a respeito de si própria, de sua autoimagem e das buscas epistêmicas que se coloca? É sua imaturidade que assim se evidencia, afinal, mostrando-se incapaz de processar um clássico inquestionável da epistemologia moderna? Isso se deve ao baixo capital epistemológico do campo, à sua precária e ainda titubeante cultura de pesquisa? O que incide sobre esse ocultamento: lógicas epistêmicas tão somente, ou, para além delas, e/ou junto delas, lógicas atinentes à institucionalização do campo, às lutas políticas, aos arranjos sociológicos que produzem um consenso tácito sobre o *conhecimento legítimo* – sobre *um tipo* legítimo de conhecimento, pelo menos?

15 Estes três autores – Popper, Kuhn e Lakatos – constituem o círculo de referências intelectuais e afetivas no qual Feyerabend se formou. Suas ideias são desenvolvidas, em parte, como resposta a eles, numa interlocução às vezes explícita – tal como acompanhamos em *Matando o Tempo* (FEYERABEND, 1996), sobretudo nos capítulos “Sexo, canto e eletrodinâmica”, “Londres e depois” e “Londres, Berlim e Nova Zelândia”. No acervo de setenta comunicações científicas do qual aqui partimos, Popper, Kuhn e Lakatos aparecem referidos – individual, em dupla ou conjuntamente, todos eles – em oito artigos (ver BARBOSA, 2014). É intrigante que, nessa constelação relativamente visível, a estrela de Feyerabend se mantenha oculta.

16 Nosso espanto se faz ainda mais sensível quando nos acreditamos trabalhando num *espaço aberto*, de fronteiras disciplinares pouco rígidas, extrema diversidade e trânsito contínuo de teorias.

E as questões continuariam. O chamado “anarquismo epistemológico” de Feyerabend não se torna um tiro no pé, um obstáculo para a aquisição de respeitabilidade por parte da ciência da comunicação, num momento em que se esforça para se organizar e se fazer reconhecer, interna e externamente, como ciência digna, com “C” maiúsculo? Incorporá-lo não é algo contraproducente do ponto de vista da viabilidade de um “programa disciplinar forte” (para usarmos as palavras de Luiz Cláudio Martino [2017^a])¹⁷? É inviável reivindicar a ação anárquica – ou algo assim, como faz o filósofo austríaco, conforme veremos – como padrão de uma identidade e modelo de suficiente coesão disciplinar? Que benefícios, enfim, poderíamos extrair ao correlacionar essas valências (num polo, o legado de um epistemólogo controverso [deixado, entre nós, à sombra]; noutro, as expectativas de uma ciência bem delineada e madura da Comunicação)? Tais questões recobrem múltiplos planos (são históricas, epistêmicas, sociológicas...) e podem, de fato, caso destrinchadas, render especulações produtivas. É esse o debate que procuraremos aqui empreender.

Para isso, o artigo está organizado da seguinte forma: num primeiro momento – concluindo-se agora –, consta a construção geral do problema e o chamado às questões de fundo, formulamos nossas perguntas-guia e o esboço do enquadramento a ser perseguido. Em momento posterior apresentaremos, de forma breve, sem pretender exaustão ou abrangência, porém síntese, os pressupostos fundamentais da filosofia da ciência de Paul Feyerabend; estaremos nos valendo, para tanto, dos livros *Contra o Método* (FEYERABEND, 2011), *Ciência, um Monstro. Lições trentinas* (FEYERABEND, 2016) e da autobiografia *Matando o Tempo* (FEYERABEND, 1996). Numa terceira etapa encaminharemos nossas suposições finais e conclusivas,

17 Luiz Cláudio Martino (2017a, p. 224) vê uma oposição entre um “programa fraco”, para o qual a Comunicação seria um *campo* de estudos, e um “programa forte”, segundo o qual teríamos efetivamente uma *disciplina* científica no seio das ciências sociais aplicadas. É uma recorrência epistemológica, um assunto muito tratado na área. Em razão disso, para manter o foco e seguir em frente, nos dispensaremos desse rigor terminológico (que opõe área x campo x ciência x disciplina x saber).

as quais estarão dispostas em três núcleos ou estratos: a) as razões hipotéticas atinentes ao baixo impacto dessa matriz epistemológica no campo da comunicação (que se deixa subentender através do acervo de escritos acumulados, entre 2014 e 2020, no fórum da Com-pós – esses escritos não serão esmiuçados individualmente, mas apreendidos no conjunto global que formam); b) reflexões sobre a virtual adequação de uma “apropriação” de Feyerabend para os arazoados e as deliberações futuras da área; c) um relato de caso, no registro da sociologia da ciência, que nos permitirá voltar à discussão epistemológica, ilustrá-la e amarrá-la.

O ANARQUISMO EPISTEMOLÓGICO DE PAUL FEYERABEND

Obviamente, nenhum autor, nem mesmo o mais badalado filósofo das ciências, tem cadeira cativa ou participação compulsória nos estudos de Comunicação. Ninguém é obrigado a citar ninguém¹⁸. Nenhuma presença deve ser imposta. Existem, porém, ausências e ausências. A invisibilidade de uns, em alguns momentos, é mais pronunciada que a de outros. O caso de Feyerabend, como suspeitamos, é o caso de um *desinteresse interessante*, uma dessas omissões reveladoras, dignas de serem investigadas. E – Por que não? – digna de ser mitigada.

Mas como explicar esse apagamento? Uma primeira hipótese é a de ele que se deve, em parte, ao rótulo do senso comum acadêmico que aderiu a essa abordagem desde meados de 1970. “Anarquismo metodológico” foi o selo que acabou recebendo. Quase todo debate se esgotou em torno disso, da força redutora e autoexplicativa dessa expressão

18 Considerar as marcas de um pensamento expresso na materialidade de um texto como número de citações localizáveis realmente é pouco. E pode ser bastante enganador. Não precisamos ressaltar que o essencial é o modo como um sistema de pensamento é apropriado e se põe em marcha, mostrando-se na superfície de um texto ou não, nos pressupostos que adota, na lógica interna que garante sua força e seu funcionamento.

cunhada, como o próprio autor chegou a nos contar, por Imre Lakatos. Essa expressão, “anarquismo metodológico” – admitidas aí suas versões mais frequentes: “anarquismo epistemológico”, “dadaísmo epistêmico”¹⁹ –, todavia, transformou-se num *slogan* publicitário, auxiliando na obtenção de alguma notoriedade, fixando o sobrenome do responsável na memória dos diletantes e dos pesquisadores impacientes.

Lançado originalmente em 1975, o livro *Contra o Método* ([1975] 2011) sedimentou essa reputação. Feyerabend sustenta, ao longo do texto – que ele próprio definiu como sendo uma “provocação”, “uma montagem”, longe de um “tratado sistemático” –, a imagem da ciência como um “vale tudo” científico. O título da obra corrobora essa impressão²⁰. Nada mais equivocados, contudo, do que atribuir ao livro um desmerecimento irrefletido e irrestrito do método científico. O que está em xeque não é isso: antes, é o *racionalismo*, o *epistemocentrismo* e o *monismo metodológico* (a ideia de que o método científico é um só e a única via para a obtenção de conhecimentos). A “ideologia científicista”, em duas palavras, é o alvo justificado da crítica. Trata-se de atacar seus exageros e os privilégios que encobre.

No famoso prefácio à edição chinesa de *Contra o Método*, o autor é cristalino: “os eventos, os procedimentos e os resultados que

- 19 Em *Ciência, um Monstro*, assim que provocado, Feyerabend respondeu: “ao serem confrontados com a história da ciência em todo seu esplendor, os filósofos da ciência que acreditam na lei da razão ficariam tão chocados que diriam que a ciência é pura anarquia” (FEYERABEND, 2011, p. 131). Em *Contra o Método*, ao início, é possível encontrar: o “ensaio a seguir é escrito com a convicção de que o *anarquismo*, ainda que talvez não seja a mais atraente filosofia política, é, com certeza, um excelente remédio para a *epistemologia* e para a *filosofia da ciência*” (FEYERABEND, 2011, p. 31).
- 20 Fenômenos similares são comuns entre estudiosos das mídias. Umberto Eco, Marshall McLuhan, Guy Debord, Vilém Flusser, Daniel Boorstin e Jesús Martín-Barbero, para citarmos figuras ilustres, já flagraram seus conceitos centrais – ou os títulos de seus livros – funcionando como “buracos negros”: atraindo para si e fazendo desaparecer em seu interior uma ecologia muito mais rica de nuances, considerações interpretativas e variações de posicionamento. Os problemas advindos do êxito publicitário e mercadológico das escolhas editoriais dos títulos dos livros de Feyerabend foram tratados, de passagem, pelo filósofo Luis Henrique de Lacerda Abrahão, no que toca à obra *Ciência, um Monstro*, lançada no Brasil em 2016 (FEYERABEND, 2016). A autobiografia *Matando o Tempo* é ilustrativa, nesse mesmo sentido: além de um ótimo título – em especial por se tratar de um relato autobiográfico, confessional, em tom de despedida –, é uma tradução quase literal do que significa, em alemão, a expressão “*feierabend*” (FEYERABEND, 1996).

constituem as ciências não têm uma estrutura comum” (FEYERABEND, 2011, p. 19). É essa assertiva que será demonstrada, capítulo a capítulo. Inúmeras consequências são extraídas daí:

1) o sucesso científico não pode ser explicado de maneira simples; 2) o êxito da “ciência” não pode ser usado como argumento para tratar de maneira padronizada problemas ainda não resolvidos; 3) procedimentos “não-científicos” não podem ser postos de lado por argumentos; 4) o público pode participar da discussão sem perturbar caminhos existentes para o sucesso (não há tais caminhos); e 5) pode haver muitas espécies diferentes de ciência” [inclusive dentro de uma mesma ciência, complementamos] (FEYERABEND, 2011, p. 19-21).

O corolário disso tudo é a máxima um tanto quanto empobrecedora, equivocadamente erigida, às vezes, à condição de um *princípio*, de que “vale tudo” (“*anything goes*”) ²¹. Para Feyerabend, não há soluções gerais. Mesmo a física e a biologia são “aglomerados de práticas”, são coleções dispersas de assuntos, contendo tendências antagônicas. O fazer científico seria essencialmente heterogêneo, conflituoso e desarmônico. “Ora” – ele comenta (FEYERABEND, 2011, p. 15) –, “se a ciência não é mais uma unidade, se partes diferentes dela procedem de maneiras radicalmente diferentes e se as conexões entre essas maneiras são ligadas a episódios particulares de pesquisa, então os projetos científicos têm de ser considerados individualmente”.

Fragmentação. Casuística. Diversidade exuberante. Saberes cruzados e corresponsivos. Apesar disso, Feyerabend não é um epistemólogo pós-moderno, restringindo-nos à acepção que Boaventura de Sousa Santos deu ao termo (SANTOS, 1990). Também não é um defensor

21 “*Anything goes*” é um verso retirado de uma canção de Cole Porter que Feyerabend ouvia durante a campanha de escrita do livro. “Vale tudo” foi a expressão consagrada pelas traduções brasileiras. Em italiano, foi escolhida uma forma mais coloquial: “*tutto fa brodo*”, algo como “tudo funciona igualmente bem”. A edição portuguesa de *Contra o Método* (Lisboa: Relógio D’Água, 1993) optou por uma variação mais formal: “qualquer coisa serve”.

renitente da transdisciplinaridade ou de qualquer outro tipo de interdisciplinarismo espetacular ou transgressor (BOAVENTURA, 2015)²². Embora advogue em defesa de um “pluralismo crítico” e da multiplicação de frentes epistemológicas concomitantes e até colidentes – “você irão fazer descobertas apenas quando proliferarem seus pontos de vista”, ele disse (FEYERABEND, 2016, p. 143) –, não podemos reduzi-lo à condição de um defensor banal da multidisciplinaridade.

Feyerabend, numa síntese, confronta a primazia da razão no que tange às práticas científicas. Alega que não existem, na acidentada história da ciência, evidências suficientes para acreditarmos que o progresso científico decorra de um acúmulo progressivo de racionalidade e capacidade explicativa. Não é através de uma razão depurada ao longo do tempo que os avanços científicos irão se dar, ele sustenta. Ou seja: suspeita da capacidade humana de compreensão racional do mundo, ponderando que recai sobre ela uma confiança exagerada. Essa confiança está na base daquilo que chama de uma “ideologia da ciência”, o *cientificismo*: a suposição de que a verdade dos cientistas – com seus métodos, suas liturgias, seus procedimentos e sua linguagem – seria mais confiável e mais legítima que outras formas de inteligibilidade e outros modos de saber. O autor desconfia da própria viabilidade de um conhecimento universal, de formulação de teorizações abrangentes e generalizáveis que possam ser apreendidas indutivamente da análise de casos particulares e remeter, a partir daí, a uma visão de conjunto, às leis nomotéticas, “inexoráveis e sem exceções”, à percepção de traços recorrentes e invariáveis. Para ele, nada garante que isso venha a ocorrer.

22 Na investigação de Katrine Boaventura (2015) há uma citação de Alan Chalmers. Nessa citação, Chalmers diz: a “política ‘vale tudo’, interpretada num sentido mais geral daquele que Feyerabend provavelmente pretendeu, deve ser evitada devido à sua impotência” (CHALMERS *apud* BOAVENTURA, 2015, p. 09). Vale prestar atenção aqui: não é Feyerabend que está sendo citado, diretamente; além disso, ele está sendo utilizado para referir àquilo que não lhe diz respeito, que lhe é colocado como oposto – um típico *exemplum in contrarium*; o “vale tudo” que ele “*provavelmente pretendeu*”, por sua vez, não é perseguido nem explicitado, encontra-se fora do foco do estudo (e da citação que o estudo reproduz). Salvo algum engano grosseiro de nossa contagem, essa “não citação”, indireta, inespecífica e adversativa, é uma “ilha”, uma ocorrência isolada nos textos da Compós que consideramos mais de perto.

O anarquismo epistemológico de Feyerabend – é agora o filósofo Milton Vargas quem comenta –,

[...] apesar de sua pessoal descrença na segurança, [na] certeza e [na] indubitabilidade da ciência, não é nem uma oposição à ordem estabelecida, como é o caso do anarquismo político, nem um ceticismo que desiste de valorizá-la. Consiste essencialmente em defender qualquer enunciado que encerre uma conjectura plausível, por mais absurda que pareça, desde que prometa um progresso dos [nossos] conhecimentos (VARGAS, 1997, p. 173-174).

Feyerabend optou pela “prática da ciência”, continua Vargas, em detrimento dos “padrões de excelência científica”. Ele não está comprometido com *fatores internos* ao desenvolvimento científico. Quem faz isso é Karl Popper. Feyerabend, ao contrário, pensa que a ciência precisa ser validada externamente, reconhecendo-se (ou fazendo-se reconhecer) como útil, capaz de proporcionar uma rotina tranquila e o *bem-estar comum*, para além de atender aos rigores e aos critérios exclusivos dos cientistas.

A boa ciência, no caso, é aquela que melhor serve à sociedade, que melhor interpreta, traduz e sistematiza os conhecimentos que lhe fazem progredir, economizar esforços e manter-se em paz. Ser dispensável é o maior pecado da prática científica. Esse acento pragmatista²³ – onde os produtos científicos se deixam instrumentalizar por propósitos éticos, mais éticos que políticos –, aflora, especial e sintomaticamente, no já citado prefácio à edição chinesa de *Contra o Método*. “Meu principal motivo para escrever esse livro foi humanitário,

23 Nos anos em que ensinou em Berkeley, Feyerabend deu-se conta de que a “cultura americana” era muito maior que [John] Dewey e [William] James. É o que narra no capítulo “Berkeley, os primeiros vinte anos”, em *Matando o Tempo* (FEYERABEND, 1996, p. 119-133). Para o filósofo Tiago Oliveira, com maior precisão, o realismo professado por Feyerabend seria um realismo *pluralista, hipotético e instrumental* (OLIVEIRA, 2012). Nesse contexto, a crítica e o avanço da ciência se dariam por *proliferação*. Numa fórmula, teríamos: *realidade teoria realismo crítica proliferação realismo* (no plural) \leq *formas de vida*.

não intelectual. Eu queria dar apoio às pessoas, não ‘fazer avançar o conhecimento’”, admite o autor (FEYERABEND, 2011, p. 22)²⁴.

Façamos uma suposição. Suponhamos que Paul Feyerabend decide nos visitar. Durante um ano ele acompanha o que fazem os pesquisadores da Comunicação no Brasil. Ele frequenta grupos de estudos, aulas e grupos de pesquisa. Ele interage nos corredores das universidades, conversa com estudantes e professores. Assiste bancas, palestras e seminários de pós-graduação. Ele prestigia os fóruns da área.

Depois de alguns meses, ele passa a suspeitar que o pensamento epistemológico produzido no país não se encontra no GT de Epistemologia da Comunicação, por exemplo, não está lotado num espaço como esse, onde as discussões são muito formalizadas, num nível altíssimo; onde os debates se autoalimentam e, assim, num processo de autoestimulação contínua, produzem convergências e ocultamentos que falam mais sobre os micropoderes e as práticas de imitação, cortejo, conagraçamento e influência mútua que ali ganham terreno, ano a ano, do que sobre qualquer outra coisa, do que sobre a diversidade inabarcável de experiências concretas de pesquisa, de racionalismos exóticos, de teorias em choque, de gambiarras, vieses e saídas insólitas que agitam a vida dos pesquisadores no campo, na pressão de suas agendas, reféns de sua precária formação escolar e de seus regimes pessoais de sobrevivência e trabalho.

Feyerabend resolve intervir no GT. Quer submetê-lo a uma espécie de “concílio de sábios”. Esses sábios, no entanto, são “leigos instruídos”, educados pela ciência²⁵. São cientistas não profissionais. São eles

- 24 Em sua autobiografia, Feyerabend reforça essa ideia. “Entre meus motivos para escrever *Contra o Método*”, diz ele, “estava o de libertar as pessoas da tirania dos ofuscadores filosóficos e de conceitos abstratos como ‘verdade’, ‘realidade’ ou ‘objetividade’, que estreitam a visão e as maneiras de ser das pessoas no mundo” (FEYERABEND, 1996, p. 195).
- 25 Uma epistemologia política da comunicação já foi cogitada por Lucrécia D’Aléssio Ferrara (FERRARA, 2016). Mais recentemente, o filósofo Martim Vasques da Cunha publicou *A Tirania dos Especialistas* (2019). Entre si, são formulações distintas. Caberia, de todo modo, filtrá-las, colocá-las em confronto, ampliando a crítica ao cientista como déspota, ao *cientificismo absolutista*, na margem daquilo que Feyerabend nos concede. Luiz Cláudio Martino, numa terceira via, nos fornece subsídios igualmente interessantes para pensarmos (e compatibilizarmos, se for o caso) as dimensões *exteriores* (dentre elas, as dimensões éticas e comunicológicas) das práticas epistêmicas (MARTINO, 20017b).

que irão reter, a partir de agora, as verbas de pesquisa, irão dizer quem entra e quem sai, irão avaliar – em prol do bem comum – o que se faz ali.

Para nosso ilustre visitante as Ciências, assim como a Religião, precisam estar radicalmente apartadas do Estado. De modo igualmente radical, precisariam apartar-se dos próprios cientistas. Por que, afinal de contas, eles desejam ter poder? Numa sociedade aberta, verdadeiramente livre, a ciência só tem sentido se estimular um humanismo mais razoável, Feyerabend termina por concluir, um relativismo cosmológico mais civilizado. Esse é o núcleo de sua crítica ao *racionalismo* e ao *cientificismo* enquanto ideologia, enquanto “visão de mundo científica” que pode se fazer alastrar, pode tentar se impor sobre as demais. O autor – nosso interventor hipotético, movido por suas nobres intenções – cogita uma *externalidade necessária*, capaz de contrabalançar os desígnios da razão.

Na verdade, Feyerabend sustentava que *cidadãos não especialistas* (organizados ou não em “comitês leigos”) deveriam examinar – munidos de “todas as informações relevantes” – os produtos materiais e intelectuais da pesquisa científica. Como defensor da “democratização completa da ciência”, o autor de *Contra o Método* sublinhava que o público tinha “obrigação” de participar da ciência: “primeiro, porque é parte interessada (muitas decisões científicas afetam a vida pública); segundo, porque tal participação é a melhor educação científica que o público pode obter” (ABRAHÃO, 2016, p. 21).

Feyerabend, como vemos, desloca o foco dos métodos (nisso, assemelha-se a Thomas Kuhn²⁶) e esvazia qualquer profissão de fé em torno de um ideal abstrato de “razoabilidade”. O que importa é a prática mundana dos cientistas. Em sua *práxis*, esses sujeitos se

26 Uma discordância de Feyerabend em relação a Thomas Kuhn diz respeito à noção kuhniana de “ciência normal”. Feyerabend é taxativo: não existe tal coisa. Certa vez, o professor José Luiz Braga escreveu algo semelhante: “não há ciência normal em Comunicação”. É o aforismo número 29, num escrito sobre o conhecimento aforismático (BRAGA, 2014, p. 49). Estaria Braga citando Feyerabend sem explicitá-lo? Ambos estariam disferindo golpes de ceticismo da mesma cepa?

transformam em déspotas e publicistas, trapaceiros e mentirosos, se for necessário. Lançam mão de todos os recursos e artimanhas de que dispõem para homologar a razão que, no mais das vezes, têm. *Contra o Método* está centrado em torno de Galileu Galilei, sublinha suas peripécias retóricas e propagandísticas para defender o argumento do *heliocentrismo* perante a sociedade de sua época, seus pares científicos e o Santo Ofício, as autoridades vigilantes da Igreja Católica, na transição para a Idade Moderna²⁷. A história particular concreta e a vida prática – admitindo-se aí o conhecimento vulgar, os contrapoderes e a chancela do leigo como variável relevante, digna de ser disputada – são os motores reais do avanço científico, Feyerabend pontifica.

Alguma outra coisa poderia calar mais fundo no interesse de um grupo de pesquisadores?

HIPÓTESES DE TRABALHO

É arriscado demais especular sobre os motivos ocultos de uma comunidade, sobre as motivações por trás de um estrondoso silêncio coletivo. A questão que plantamos aqui, no entanto, não será respondida através de uma enquete. Nem mesmo a soma ou a listagem

27 Galileu Galilei é um personagem recorrente nos escritos de Feyerabend. No capítulo treze de *Contra o Método*, ele afirmou que o “veredito da Igreja contra Galileu foi *racional e justo*” (FEYERABEND, 2011; ABRAHÃO, 2016, p. 14-23). Em março de 1990, o então cardeal Joseph Ratzinger proferiu uma palestra na qual citava esse trecho, defendendo a mesma posição. Feyerabend considerava Galileu “um dos maiores cientistas-filósofos que já existiu”. Explica, porém, que, em se tratando da descoberta científica, as “questões de fato” não se dissociam das “questões de valor”. “Assim, na ótica feyerabendiana, a Igreja teria condenado um *expert* ‘atrevido e totalitário’ que colocava a autonomia da ciência (e uma visão particular da Verdade e da Realidade) na frente da sociedade e das ‘realidades básicas’ da vida humana” (ABRAHÃO, 2016, p. 19). Feyerabend retorna a esse episódio nas conferências trentinas, realizadas entre os dias 04 e 08 de maio de 1992. Para ele, a história de Galileu Galilei serviria para demonstrar que a racionalidade pode (ou precisa [ou, em algum momento, termina por]) se apoiar no irracionalismo, na tirania e na retórica, nos truques psicológicos e nas manobras políticas (ABRAHÃO, 2016, p. 14-23).

de razões individuais, anunciadas por um ou outro, aqui ou ali, nos dariam evidências satisfatórias. O que buscamos não é uma verdade objetiva, um dado de objetividade. O que nos interessa é a trilha de um problema, explorar um campo de razoabilidades. O importante, no caso, não é a verdade. É o plausível.

Em artigo já referido, Luís Mauro Sá Martino (2014) localiza sete bolsões de problemas epistemológicos em torno dos quais se engaja a área da Comunicação. São eles: 1) estudos sobre modelos, teorias e conceitos; 2) estudos sobre o conceito de Comunicação; 3) estudos sobre epistemologia e sobre a “extensão” da área; 4) questões de método e objeto; 5) estudos sobre autores específicos; 6) estudos de casos; e 7) estudos sobre interfaces disciplinares. O reconhecimento dessas reentrâncias, como já dissemos, certamente auxilia o debate epistemológico.

Mas o que se pode extrair daí no tocante à reiterada e sistemática ausência de Feyerabend? No mínimo, que o campo potencial de sua inserção estaria encurtado. Dado esse encurtamento, seus interlocutores de maior notoriedade – como Kuhn e Popper – teriam ganhado a vez, teriam preferência.

E o que mais, enfim, se pode alegar quanto a isso? Pois bem. Recapitulemos. Nossa primeira hipótese, já aventada, diz respeito a uma desatenção motivada por um *senso comum acadêmico*. Funda-se, portanto, numa indisposição pouco razoável, num *pré-juízo racionalista*.

A segunda hipótese atribui o silenciamento de Feyerabend a uma *conveniência política*, de caráter tático. “Convém não se aproximar de um autor disruptivo, de reputação controvertida”, algum de nós poderá ter pensado. Numa longa e penosa travessia pré-paradigmática, num processo de institucionalização ainda em vias de consolidar-se, não é seguro apoiar-se num *irracionalista crítico* – ou num “reconstrutor irracionalista da razão”, como testemunhou

o psicanalista italiano Sérgio Benvenuto a respeito das conferências de Trento (*in* FEYERABEND, 2016, p. 199)²⁸.

A terceira, referida três parágrafos acima, reconhece um elemento interno à produção do conhecimento: a *dinâmica do debate entre pares* teria promovido um desenho específico de questões de força, reincidências e escaninhos temáticos (e subtemáticos). Nesse “loteamento”, examinar a sério o suposto legado do “anarquismo epistêmico” de Feyerabend tornou-se algo desnecessário, pouco urgente.

Em quarto lugar, relacionado ao anterior, encontra-se a suposição de que os *encaixes entre* epistemologias locais (“da” Comunicação, como quisermos apostar, sejam elas quais forem) e epistemologias gerais (Popper, Kuhn, Lakatos – mas também Bruno Latour, Foucault, Bachelard e tantos outros), não se consolidou ainda como enfoque prioritário da área. Os pesquisadores sentem-se mais mobilizados por seus objetos empíricos singulares, por seus arranjos teóricos locais, com suas trabalhosas “costuras” interdisciplinares, e por mapeamentos panorâmicos ou semipanorâmicos, quase sempre mais reconfortantes, pois se prestam a propósitos administrativos e, na ausência de maior lastro, maior preparo e compromisso epistêmicos, causam boa impressão, são mais práticos e limpam o terreno.

Em quinto lugar, porque o acionamento epistemológico em curso – como tendência dominante, postura de sete entre cada dez colegas – se dá num tom preponderantemente *afirmativo, racionalista, doutrinário, disciplinar e cientificista*.

Por fim, mas sem esgotar as possibilidades de explicação – e elas sempre podem ser mais prosaicas e numerosas do que pensamos

28 Os depoimentos coligidos em *Ciência, um Monstro. Lições trentinas* (FEYERABEND, 2016) dão conta de Feyerabend como um sujeito “malvisto” por alguns de seus pares, alguém que “parecia um gênio”, “um diretor de cinema”, muito embora “gentil, jovial, sem formalidade e sem pompa”. Era um “provocador”, um “aventureiro”, cujo desejo consistia em encontrar menos filosofia da ciência e mais cientistas filósofos. Era excessivamente “irônico”, “irreverente” e “dadaísta” para aquela cena de intelectuais italianos do início da década de 1990.

–, a suspeita de que a adesão ao *presenteísmo*, à instantaneidade e à novidade tecnológica – nosso encarceramento nos domínios da atualidade, poderíamos dizer – torna a História das Ciências uma disciplina de baixa adesão, muito pouco atraente, pouco útil às urgências de uma epistemologia da Comunicação consistente e paciente. É também aí que nosso autor perde terreno.

ALGUMAS REFLEXÕES ADICIONAIS

É quase impossível tomar contato com os preceitos gerais da filosofia da ciência de Paul K. Feyerabend, com suas posições controversas, erráticas e brincalhonas²⁹ – como apresentamos aqui, enfrentando uma brutal restrição de espaço –, sem pensar nos problemas que nucleiam o debate epistemológico em vigor há cerca de uma década (ou mais) no campo da comunicação. A diversidade interna da área, a multiplicação e a dispersão exponenciais das teorias, o desconcerto quanto aos métodos e as fronteiras disciplinares, o ressentimento quanto aos limites e ao alcance estreito da razão, tudo isso parece estar lá. Todos esses pontos foram tocados, fica nos parecendo.

É absurdo compreender como “anárquica” uma ciência que já foi definida como “agonística”, “indiciária”, “tentativa” e “aforismática” (BRAGA, 2004, 2008, 2011, 2014)? É provável que não. Qualificá-la desse modo talvez seja, por certo, menos sofisticado. Com certeza, irá conduzir também a equívocos e mal-entendidos. Por outro lado, talvez

29 Consultado sobre as lições de Trento, o sociólogo italiano Riccardo Scartezzini relatou: “Feyerabend apelou para que as novas gerações pudessem assumir a tarefa de ‘tornar as pessoas mais pacíficas e interessantes, sem se esquecer de melhorar a qualidade da cerveja’ – e, àqueles que se escandalizavam, ele salientava: ‘são, ambos, objetivos racionais; e não estou brincando quando menciono a cerveja, porque acredito que precisamos redimensionar as pretensões daqueles que defendem que temos de nos ocupar exclusivamente com a busca da Verdade’, negligenciando os pequenos prazeres cotidianos” (in FEYERABEND, 2016, p. 205-206).

expresse com exatidão a experiência real que hoje temos do campo, em termos de sua surpreendente vivacidade e de sua amplitude crescente, mais ou menos desorganizada. O termo denota também a institucionalização irregular e até, em alguma medida, disfuncional, dado o excesso de burocracia e a atual escassez de recursos públicos, dada a extensão de continente e o desenvolvimento desigual do país, dada a ausência de parâmetros formais menos variáveis e de sistemas de resposta social qualitativamente mais orgânicos e integrados.

A questão, entretanto, não é saber se Feyerabend é pertinente ou não à autoimagem que a área faz de si, compreendidos nessa demarcação um tanto quanto esdrúxula seus objetos teóricos e empíricos, os ângulos analíticos e os procedimentos investigativos que imagina como *sendo seus* – por herança, por adoção ou por empréstimo. Nem mesmo cabe esperar que ele nos dê “respostas”. Tampouco se trata de tentar “aplicá-lo”, “sequestrá-lo” ou fazer com que se torne palatável à compreensão dos fenômenos midiático-comunicacionais, capacitando-nos, de súbito – por magia ou por malabarismo –, a deslindá-los, a produzir algum norte ou alguma convicção explicativa. Como se viesse salvar a nossa pele.

Mais cauteloso, de nossa parte, é tentar fazer com que ele se posicione (ou melhor: seja assumido e posicionado, perfilando-se no horizonte) enquanto *epistemologia geral*. Quando circunscrita, essa *episteme* poderia – por teste, por hipótese ou por aproximação – reenquadrar problemas, redistribuir os pesos de cada um deles, permitindo que assim se reequalizem, se recoloquem numa nova perspectiva, numa hierarquia distinta, aceitando-se, claro, que não irão se desfazer de todo, mas que podem, ao menos, perder dramaticidade, podem ser apaziguados e, assim, facilitar o sono, atenuando as angústias do pesquisador.

UMA NOTA CONCLUSIVA

Para concluir, uma nota de sociologia da ciência³⁰. A intenção é acentuar que os problemas enfrentados têm uma enormidade monstruosa. Não dizem respeito apenas à sedução do cientificismo, à percepção de que a maturidade epistêmica precisaria tangenciar o *epistemocentrismo* – superá-lo é o que Feyerabend nos ensina. Construir a área seria evitar enrijecê-la num ideal insustentável e absolutista de ciência. Ceder à *cientificidade* não é ceder à “ideologia do *cientificismo*”, como vimos. E tudo isso ainda precisaria ser feito, digamos, com “eficiência administrativa”. Nossa autonomização – compreendida como autoemancipação disciplinar, mas não só – precisaria ser capaz de agrupar logisticamente o diverso, pondo a trabalhar em conjunto pesquisadores com interesses distintos, oportunizando que uma certa ordenação se imponha entre eles, que seja disputada num clima de “vale tudo” livre e tendencial, marcado por vetores mínimos de unificação (observacional, temática e metodológica), sob pena de que a confusão, o *déficit*, a ausência de prumo e calibragem no plano epistemológico legitimem (e, num efeito reverso, dissipativo e deletério, dupliquem) a confusão no plano do gerenciamento dos cientistas e de seus investimentos laborais.

Certa vez, me submeti a dois processos seletivos simplificados para atuação como professor visitante em duas renomadas universidades federais do país. Esses dois processos ocorreram quase em simultâneo, no intervalo de poucos meses entre um e outro. Ambos visavam compor quadros docentes para a atuação nos respectivos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. Os editais que regulavam esses pleitos eram editais padronizados, similares em boa medida, seja do ponto de vista das exigências impostas aos candidatos, dos conteúdos, das condições e da temporalidade de trabalho, seja do ponto de vista

30 Embora pertinente, invocar aqui Pierre Bourdieu (2004) seria uma flagrante extrapolação do foco e da estrutura expositiva com os quais nos comprometemos desde o início.

dos critérios avaliativos a serem utilizados, dos pesos atribuídos a cada um dos itens da produção de cada participante. Até aqui, nada a objetar.

Quando comparados, no entanto, os resultados me intrigaram. Num desses concursos eu havia sido aprovado em primeiro lugar, com nota 9,5, entre cinco candidatos. Noutro, eu havia sido reprovado, junto com mais um postulante – éramos, no total, apenas dois –, com nota inferior a 6,0. O edital de divulgação dos resultados fazia constar que meu concorrente fora eliminado devido a inconsistências em sua documentação comprobatória. Informava também que eu não possuía produção científica regular na área, não dispunha de seis publicações no período dos três anos imediatamente anteriores ao pleito. Consultei a comissão de seleção e me noticiaram que dois livros meus haviam sido descartados, não haviam sido validados, para efeitos de contagem: um porque era um livro de “ficção”, “literatura brasileira” constava na ficha catalográfica (muito embora estivesse visceralmente relacionado às minhas investigações acadêmicas em curso, muito embora constituísse o núcleo de minha participação em seis fóruns [três, nacionais; três, internacionais] da área, nos últimos dois anos, conforme atestava meu currículo)³¹; outro porque era uma coletânea de artigos científicos na qual eu atuara como um dentre seis organizadores. Meus protestos e minhas alegações foram em vão. No endereço de um daqueles *campi* – precisei me conformar – eu havia batido na trave: um item havia me faltado.

31 Esse tópico mereceria um artigo à parte. Logo em sua primeira página, o livro em questão se definia como um exercício *transficcional*: uma *escrita de apropriação* (conferir ABREU, 2018), um experimento *paracientífico* baseado na história de um personagem *real* (!). Uma distinção abrupta entre “ciência” e “ficção” muitas vezes é inviável e imprecisa mesmo em termos notariais. Em termos epistemológicos, esse corte “rigoroso” parece ainda mais ingênuo e equivocado. Oliveira, Machado, Franco e Santin Filho (2019) nos lembram que Feyerabend teria dito: “não há campos que sejam ‘puramente científicos’ e outros que nada mais são que ‘arte pura’, com uma área entre eles na qual as duas coisas se misturam, mas [existem] sim procedimentos artísticos que ocorrem por todo lado nas ciências e sobretudo lá onde se têm feito descobertas surpreendentes” (FEYERABEND *apud* OLIVEIRA, MACHADO, FRANCO e SANTIN FILHO, 2019, p. 240). Feyerabend, concordam os autores, (OLIVEIRA, MACHADO, FRANCO e SANTIN FILHO, 2019, p. 256), “aliou procedimentos artísticos e científicos na sua argumentação sobre as ciências, também entendidas por ele como [profundamente] atravessadas pelas artes”.

“Qual é o saldo disso tudo?”, eu me perguntava. Pode um mesmo pesquisador, com a mesma produção, atuando e concorrendo numa mesma área, dentro do mesmo hiato temporal (dentro do mesmo semestre, no caso), diante das mesmas responsabilidades, ser avaliado tão diferentemente? Pode esse pesquisador ser apto e inapto ao mesmo tempo? Por mais que aceitemos a autonomia das instituições universitárias, que venhamos a reconhecer a ciência como o leito natural do dissenso – junte dez especialistas num mesmo assunto e você jamais terá um consenso absoluto; você terá, ao contrário, avaliações com dez nuances distintas –, por mais que a comunicação se apresente, com orgulho, como um campo plural, que tudo isso seja muito evidente, assim como o vidro limpo é transparente, ainda assim, não há aqui uma discrepância excessiva? Qual seria o limite justo dessa variação?

Embora constitua um relato prosaico na rubrica da sociologia das ciências, como disse antes, nada além de uma exposição indiscreta dos bastidores que definem não só a vida dos cientistas, mas a própria prática da ciência no Brasil, esse episódio pode ser tomado como *trampolim* para (retomarmos as) questões propriamente epistemológicas. As últimas, aliás, em se tratando de nossa cotidianidade vivida, não se apartam com facilidade das primeiras. Para o corpo vibrátil do pesquisador, epistemologia e sociologia da ciência constituem uma coisa só: uma massa amorfa de sensações, de compósitos, a princípio, indiscerníveis (envolvendo suspeitas, temores, regras, competências e automistificações – um cálculo difícil de fazer). Não se trata, com certeza, de estipular qual das instituições federais, dando continuidade à exploração do exemplo, está mais ou menos correta, está mais ou menos equivocada. Ambas podem estar certas. Cada uma a seu modo.

Trata-se de admitir, contudo, que, quando despovoado – isto é, quando rarefeita a cultura epistemológica instalada num dado campo –, o espaço epistêmico se permite colonizar, se faz tomar de assalto pelo formalismo das normatizações, pelo furor da cienciometria, pelas

garantias legais e administrativas, pela máquina burocrática dos órgãos setoriais e pela preservação daquilo que é conveniente aos agentes circunstancialmente imbuídos de poder decisório.

Será sempre assim? É bem provável.

A ciência – para concordarmos então com Paul Feyerabend e para encerrarmos com ele – é o que resulta desse caos. O melhor cientista é aquele que melhor assimila essas tensões, que melhor convive com a irracionalidade que as permeia (e, muitas vezes, as define). O *cientificismo* é o lodo no qual ele se retorce. O melhor cientista é um negociador mais ou menos hipócrita, um cínico inabalável, que finge não ver o que vê (e vice-versa). A ciência é o que esse sujeito escreve – sem desconsiderar a forma como irá jogar seus textos no mundo.

REFERÊNCIAS

ABRAHÃO, Luiz Henrique de Lacerda. Um elogio da fragmentação: comentários sobre o “ultimo trabalho” de Paul Feyerabend. *In: FEYERABEND, Paul K. **Ciência, um monstro**. Lições trentinas. Belo Horizonte: Autêntica, 2016. p.7-36.*

ABREU, Luís Felipe Silveira de. Vozes comuns: notas sobre a apropriação e a propriedade como problemas comunicacionais. *In: ANAIS DO 28º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2019, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2019. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2019/papers/vozes-comuns--notas-sobre-a-apropriacao-e-a-propriedade-como-problemas-comunicacionais>. Acesso em: 14 ago. 2021.*

BARBOSA, Rodrigo Miranda. A metodologia dos programas de pesquisa para a comunicação: uma proposta com base em Marshall McLuhan e Harold Innis. *In: ANAIS DO 24º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2015, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2015. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2015/papers/a-metodologia-dos-programas-de-pesquisa-para-a-comunicacao-uma-proposta-com-base-em-marshall-mcluhan-e-harold-innis>. Acesso em: 10 jul. 2021.*

BOAVENTURA, Katrine Tokarski. Interdisciplinaridade e comunicação: um levantamento crítico. *In: ANAIS DO 24º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2015, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2015. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2015/papers/interdisciplinaridade-e-comunicacao--um-levantamento-critico>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**. Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.

BRAGA, José Luiz. Um conhecimento aforístico. **Questões Transversais** – Revista de Epistemologias da Comunicação, São Leopoldo, v. 1, p. 44-53, 2014.

BRAGA, José Luiz. Nem rara, nem ausente - tentativa. **MATRIZES**, [S. I.], v. 4, n. 1, p. 65-81, 2011. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38276>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRAGA, José Luiz. Comunicação, disciplina indiciária. **MATRIZES**, [S. I.], v. 1, n. 2, p. 73-88, 2008. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/38193>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BRAGA, José Luiz. Mais que interativo, agonístico. *In: LEMOS, André; PRYSTON, Angela; SILVA, Juremir; SÁ, Simone (Orgs.). Mídia.Br*. Porto Alegre: Sulina, 2004. p. 62-79.

BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antônio; GOMES, Pedro Gilberto (Orgs.). **Dez Perguntas para a produção de conhecimento em comunicação**. São Leopoldo: Editora Unisinos, 2013.

CUNHA, Martim Vasques. **A Tirania dos especialistas**: desde a revolta das elites do PT até a revolta do subsolo de Olavo de Carvalho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

FAUSTO NETO, Antônio; PRADO, José Luiz Aidar; PORTO, Sérgio Dayrrel (Orgs.). **Campo da comunicação**: caracterização, problematizações e perspectivas. João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2001.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. A epistemologia política da comunicação. *In: ANAIS DO 25º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS*, 2016, Goiânia. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2016. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2016/papers/a-epistemologia-politica-da-comunicacao>. Acesso em: 15 jul. 2021.

FERREIRA, Jairo (Org.). **Cenários, teorias e epistemologias da comunicação**. Rio de Janeiro: E-Papers, 2007.

FEYERABEND, Paul. **Ciência, um monstro**. Lições trentinas. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2016.

FEYERABEND, Paul. **Contra o método**. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

FEYERABEND, Paul. **Matando o tempo**: uma autobiografia. São Paulo: Editora Unesp, 1996.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de (Org.). **Epistemologia da comunicação no Brasil**: trajetórias autorreflexivas. São Paulo: ECA / USP, 2016, 248p.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Epistemologia da comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

MALCHER, Maria Ataíde; LOPES, Suzana Cunha; MIRANDA, Fernanda Chocron. Circulação das discussões teóricas e epistemológicas da comunicação no norte do Brasil. *In*: ANAIS DO 24° ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2015, Brasília. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2015. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2015/papers/circulacao-das-discussoes-teoricas-e-epistemologicas-da-comunicacao-no-norte-do-brasil>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MARTINO, Luiz Claudio. **Escritos de epistemologia da comunicação**. Porto Alegre: Sulina, 2017a.

MARTINO, Luiz Claudio. A Produção do conhecimento como jogo ético: para uma comunicologia do conhecimento. *In*: ANAIS DO 26° ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2017b. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2017/papers/a-producao-do-conhecimento-come-jogo-etico-para-uma-comunicologia-do-conhecimento>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MARTINO, Luiz Claudio. Trilhas da investigação epistemológica: o GT Epistemologia da comunicação da Compós. *In*: ANAIS DO 23° ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2014, Belém. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2014. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2014/papers/trilhas-da-investigacao-epistemologica--o-gt-epistemologia-da-comunicacao-da-compos>. Acesso em: 15 jul. 2021.

MATTOS, Maria Ângela; OLIVEIRA, Max Emiliano. Uma mirada no passado para projetar os novos rumos da metapesquisa (2011-2016). *In*: ANAIS DO 27° ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2018, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2018. Disponível em: <https://proceedings.science/>

compos/compos-2018/papers/uma-mirada-no-passado-para-projetar-os-novos- rumos-da-metapesquisa--2011-2016-. Acesso em: 14 jul. 2021.

OLIVEIRA, Francine Marcondes Castro; MACHADO, Cristina de Amorim; SANTIN FILHO Ourides. Ciência e arte nas estratégias argumentativas de Paul Feyerabend. Rio de Janeiro, **Em Construção** – Arquivos de epistemologia histórica e estudos de ciência, n.6, p. 239-257, 2019.

OLIVEIRA, Tiago Luis Teixeira. O argumento pluralista em favor do realismo hipotético de Feyerabend. **Sapere Aude**, Belo Horizonte / MG, v. 3, n. 5, p.142-160, 2012.

SANTAELLA, Lucia. Por uma epistemologia antidualista. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (Org.). **Epistemologia da Comunicação no Brasil: trajetórias autorreflexivas**. São Paulo: ECA/USP, 2016. p.35-48.

SANTOS, Boaventura de Souza. **Introdução a uma ciência pós-moderna**. Porto: Afrontamento, 1990.

SIGNATES, Luiz Antonio. Comunicação como ciência básica tardia: uma hipótese para o debate. *In*: ANAIS DO 26º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2017, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2017. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2017/papers/comunicacao-como-ciencia-basica-tardia-uma-hipotese-para-o-debate>. Acesso em: 20 jul. 2021.

TERRA, Paulo S. **Pequeno manual do anarquista epistemológico**. Ilhéus: Editus, 2016.

VARGAS, Milton. Paul Feyerabend, o anarquista. **Revista USP**, [S. l.], n. 34, p. 166-174, 1997. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/26094>. Acesso em: 20 jul. 2021.

3

Livia Saggin

**PRODUÇÕES
EPISTÊMICO-TEÓRICAS:**

confrontações,
aberturas,
reelaboraões

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.3

DIVERSIDADES EPISTEMOLÓGICAS: ASPECTOS PROBLEMATIZADORES

A partir da perspectiva da antropologia, podemos compreender que os homens sempre se preocuparam em conhecer e registrar seus saberes sobre a realidade. Povos primitivos explicitaram as razões de alguns fenômenos a partir da construção de mitos; a vida e a morte ganharam distintas explicações por parte de religiões ao redor do mundo; a organização social, o papel do sujeito, o poder e o controle também foram alvo de tentativas de elucidação por diferentes filosofias, cada uma a seu tempo. A arte, como dimensão singular da condição humana, também desvelou (e assim continua fazendo) padrões do comportamento humano, de sua natureza complexa, do inconsciente e do cotidiano. No universo de produção do conhecimento, a ciência configura-se apenas como uma das inúmeras formas de manifestação do desejo de conhecê-lo. Em vista disso, é ingênua a pretensão de uma ciência única, capaz de estabelecer explicações acabadas sobre as realidades estudadas. O conhecimento – e por consequência o pensamento epistemológico – não deve ser reduzido à uma leitura do real, mas sim à uma ruptura e um descentramento em relação ao mesmo, produzindo, a partir disso, uma trama mais rica e mais propositiva para seu avanço processual, como argumentava Wallerstein (2007).

Ainda assim, as ciências têm proeminência no trabalho de buscar, em seus percursos ao longo da história, oferecer ao mundo explicações razoáveis sobre os fenômenos que instigavam a produção de dúvidas na sociedade. Tais produções acompanharam as questões centrais postas à prova frente às demandas societárias de cada época. É verdade que algumas propostas explicativas elaboradas no decorrer de séculos ainda permanecem soando quase como dogmas, inalcançáveis em suas complexidades e sofisticação elucidativa. Um dos exemplos que melhor explicitam isso é o da *teoria da relatividade*, proposta por Albert Einstein em 1905 e que até hoje parece soar como *um novo mito*.

O fato é que vivemos em uma sociedade configurada a partir de uma organização social que toma a produção científica como forma hegemônica de construção da realidade. A capacidade das produções científicas de responderem questões de ordem técnica, que condizem com processos da revolução industrial, e no caso do campo comunicacional da midiatização, pode ser considerada uma das razões pelas quais conquistam tamanho espaço na organização social. Ainda assim, apesar da presença de arranjos teóricos extremamente sofisticados, entrelaçados às problemáticas vigentes e às questões emergentes de distintas áreas, o campo científico é transpassado por contradições e conflitos.

É frente a este pano de fundo intrincado que penso possibilidades de apreensão e de produção teórica-metodológica que deixem em suspenso a assunção de teorizações e métodos acabados de modo a permitir um mergulho no universo das dúvidas, do questionar progressivo, de maneira que não se caia num *modus operandi* da citação irrefletida, apática e preguiçosa. Junto ao pensamento científico sistematizado, não cabe outra postura por parte do pesquisador senão a de questionar o conclusivismo e o determinismo, considerando que a provisoriade é, sob meu ponto de vista, a principal característica do campo das ciências sociais e, em específico, da comunicação.

DA INOCÊNCIA HISTÓRICA À HISTORICIDADE CRÍTICA: O TRABALHO EPISTÊMICO FÉRTIL

É preocupante, em termos epistemológicos, a mirada para a teoria ao longo da história e como sua construção foi, ao longo do tempo, esvaziando as possibilidades de gerar perspectivas de futuro para o avanço do pensamento e do conhecimento para todas as ciências. Historicamente, o Iluminismo ainda ocupa espaço central nessa

discussão por ter gerado ideais de avanço científico, proposições que construíam expectativas positivas àqueles que trabalhavam na produção do conhecimento. O fato é que desde os finais do século XV e XVI o mundo vivencia uma grande movimentação e expectativa em torno da ideia de modernidade, de recuperação, de renascimento, de uma caminhada que traria à humanidade respostas às mais diversas dúvidas que assolam a existência de todos os povos.

Não é novidade que a ciência e a humanidade têm falhado, secularmente, na busca por respostas mais sofisticadas para dar conta de questões complexas como: de onde viemos? para onde vamos? qual a origem do universo? Santos (2008) argumenta que as teorias modernas têm tido um movimento orientado para o futuro e que giram em torno das palavras “revolução”, “progresso” ou “evolução”, sem apoderar-se de maneira crítica dos avanços e, principalmente, das dúvidas geradas durante séculos de caminhada investigativa no âmbito científico. Para o autor, uma epistemologia produtiva à prática científica seria aquela que se compromete com o avanço, com o progresso, mas que também sabe reconhecer seu passado e recuperá-lo de maneira tensionadora e reflexiva.

A partir de Santos (2008), compreendo o conhecimento histórico condensado nas diversas áreas como um conjunto de saberes que precisa ser retomado contemporaneamente de modo questionador. Não basta à teorização que ela apreenda os conhecimentos já produzidos somente para fins de menção, como um enciclopedismo – criticado também por Popper (1975). É fundamental uma retomada que se afaste de um determinismo restrito, e que permita olhar para um conhecimento constituído no passado, considerando que ele pode ser repensado, refeito, aperfeiçoado.

É nessa inquietude com o passado que reside a possibilidade de transformação científica a partir do trabalho epistêmico. A retomada problematizante daquilo que a história da ciência oferece às pesquisas

atuais revisa e atualiza questões fundamentais para as quais ainda não temos respostas suficientes. Para a investigação contemporânea em comunicação, mais do que respostas acabadas – embora saibamos de suas impossibilidades – vale a produção de interrogações poderosas, desestruturantes, fruto da construção de problemáticas fortes e que possibilitam a movimentação, a dúvida, o repensar de práticas, de observações, de inferências e de decisões teórico-metodológicas, assim como proposto por Haller (1990).

Nesse sentido, a transformação do conhecimento, seu aperfeiçoamento é ato. A simples observação paralisada, conformada por modismos intelectuais, teóricos e metodológicos, não conduz à revelação frente aos problemas que angustiam nossa existência humana e científica.

Se avançarmos nessas problematizações para um âmbito mais amplo, no sentido da retomada de paradigmas da comunicação, as obras de Umberto Eco em *Apocalípticos e Integrados* (1979), Miquel Rodrigo Alsina em *Los modelos de la Comunicación* (1989), e Mauro Wolf na obra *Teorias da Comunicação* (1995), apresentam proposições que são fundamentais ao campo, principalmente por oferecerem uma força pragmática que mantém as questões apresentadas atuantes até hoje em distintas abordagens de pesquisa. Uma das problematizações epistêmicas que perpassa todos os modelos discutidos pelos autores é a que considera as suas capacidades de *reatualização*, permitindo uma perpetuação dentro da área. Existe nestes modelos teóricos uma força sinóptica, algo que confere poder aglutinador e de explicitação de diversos fenômenos contemporâneos.

Do mesmo modo, outra obra importante é a organizada por Lima (1975), a qual recupera abordagens teóricas que são marcos ao campo da comunicação ao problematizar o conceito de *massa*. Por muito tempo, uma espécie de fetichização pairou sobre conceitos que trabalhavam em torno da ideia da presença e atuação das mídias junto às massas. Pensadores de distintos países – principalmente de matriz

eurocêntrica – empenharam seus esforços para compreender como as mesmas se comportam diante da presença constante das esferas midiáticas; como as mídias exerciam poder sobre elas; e, ainda, se era possível a manipulação dos sujeitos individualizados nas massas através da atuação da mídia. Cabe recuperar, de modo sucinto, que a ideia de uma cultura de massas pressupõe a existência de tecnologias comunicacionais avançadas que encontram um cenário favorável à sua penetrabilidade junto a uma sociedade de consumo, contexto muito semelhante ao encontrado no cenário contemporâneo.

A questão de transição no pensamento *frankfurtiano*, responsável por grande parte da disseminação da teorização acerca dos conceitos que bebem da ideia das massas, reside na incapacidade de considerar os sujeitos como ativos, atuantes junto às esferas midiáticas. A ideia de massa considerava-a como formada por “um conjunto homogêneo de indivíduos que, enquanto seus membros, são essencialmente iguais, indiferenciáveis, mesmo que provenham de ambientes diferentes, heterogêneos, e de todos os grupos sociais” (WOLF, 1995, p. 22). Essa definição compreendia os indivíduos como isolados, anônimos, atomizados, constituindo o pressuposto principal de diversas problemáticas, dentre elas, a *dos efeitos*. Desse modo, esses indivíduos, isolados dentro de uma massa amorfa, estariam expostos às ordens dos meios de comunicação, sem possibilidade de fuga, reflexão, trabalho crítico, intercomunicação e inter-relação pessoal-social. Coexiste uma simplificação nesses modelos, que considera a existência de uma relação direta entre a exposição das mensagens e o comportamento social.

Frente aos paradigmas postulados pela corrente funcionalista e pela Escola de Frankfurt considero que, em perspectiva histórica, a própria constituição do campo da comunicação é perpassada por esforços de investigação que se preocupavam em compreender o âmbito das audiências e suas produções de sentido junto às mídias.

As formulações teóricas que se formaram, desde então, contribuíram para a constituição de entendimentos que modificaram a configuração do paradigma comunicacional, orientados desde essas teorias por uma perspectiva linear.

No que diz respeito às pesquisas que desenvolvi³², pensando a construção de conhecimentos preocupados com a esfera da recepção, algumas pontuações sobre o desenvolvimento teórico acerca deste âmbito são necessárias. A primeira diz respeito à vertente dos estudos culturais que, em suas propostas mais fecundas, gerou uma complexificação da compreensão do lugar dos sujeitos nos processos comunicacionais. A partir delas, os sujeitos foram concebidos como produtores de sentido nos processos de inter-relação com as mídias e situados em contextos socioculturais concretos, reconhecidos como constitutivos de suas significações. Em contrapartida, essa vertente fabricou, também, em desdobramentos de suas proposições, a ideia de um “receptor” soberano, com poder integral de decisão sobre suas formas de consumo. Contemporaneamente, as possibilidades de escolha entre as diversas opções midiáticas abertas pela comunicação digital potencializaram esse tipo de concepção, ainda que a ela caibam questionamentos.

A segunda pontuação refere-se aos processos de midiaticização descortinados e debatidos teoricamente (FAUSTO NETO, 2010, VERÓN, 1997), e que penetram e reconfiguram os diversos campos sociais constituindo, também, as culturas e identidades dos sujeitos que se apropriam das mídias. É preciso reconhecer, no entanto, que sua incidência e suas consequências se dão de formas distintas nos diversos campos sociais e domínios da experiência. Este processo extrapola as fronteiras midiáticas, entrelaçado nas práticas de apropriação comunicativa dos sujeitos que potencialmente criam e recriam, reconstroem e modificam práticas sociais mais variadas a partir dos contextos concretos em que vivem.

32 Refiro-me às pesquisas de mestrado e doutorado, sendo esta última a que despertou maiores movimentações, reflexões e produções epistemológicas (ver SAGGIN, 2016; 2020).

Em termos da constituição do pensamento comunicacional que problematiza a atuação dos sujeitos, torna-se fundamental desarticular ideias que se baseiam em esquemas lineares, situando sujeitos e suas práticas dentro dos processos comunicacionais a partir do estabelecimento de relações de alteridade passiva, apartada das esferas de produção da comunicação e, por consequência, do próprio conhecimento.

Evidentemente, os paradigmas “clássicos”³³ – assim como em qualquer produção teórica – estão situados histórica e socioculturalmente em períodos que se distinguem das características nas quais os fenômenos comunicacionais que observamos e analisamos contemporaneamente estão alocados. Todavia, é necessário considerar que reside nestes paradigmas uma confluência de dimensões complexas que conferem aos mesmos uma tessitura intensa, difícil de ser completamente rompida e que ainda apresenta uma força em termos de encaminhamentos às questões impostas pelas pesquisas em curso. Desconsiderar por completo propostas de paradigmas fundantes para o campo da comunicação soa como uma vulgarização de conhecimentos complexos, ainda atuantes e com capacidades de aproveitamento no cenário da investigação científica contemporânea.

Nessa intenção, parece mais interessante ao campo das ciências da comunicação a produção de renovados paradigmas a partir da problematização de conjecturas teóricas históricas e que ainda podem ser visualizadas em distintas abordagens acadêmicas. Como questão epistemológica fértil, pondero que cabe às pesquisas em curso a tarefa de não subjugação das proposições paradigmáticas, mas sim, de discussão sobre o poder de permanência e atualização que elas possuem. Essa abordagem permitiria alcançar aquilo que Kuhn (1987) indicava como uma transformação – ainda que processual – para a ciência.

33 Aqui, utilizo o termo “clássico” com a conotação de *fundante*. A ideia do *clássico* não demarca a presença de uma classificação de ordem de proeminência, importância ou qualidade teórica.

POSSIBILIDADES EPISTEMOLÓGICAS PARA TRANSFORMAÇÕES ALICERÇADAS EM TRABALHO TEÓRICO

O campo do pensamento epistemológico manifesta uma série de desafios e questões cujas problemáticas ainda se encontram numa esfera de inquietação. O levantamento de interrogações que movem o desenvolvimento do conhecimento epistemológico desponta como combustível deste processo. Teoria, empiria e trabalho epistemológico coerente necessitam caminhar lado a lado na jornada científica.

Sartre (1963) pensa a epistemologia enquanto filosofia que pensa o obrar científico em ato, não podendo ser, portanto, única, cerrada, determinista. Contrariamente, tende e necessita conformar-se como espírito procedimental, transcendente em relação à sociedade e indissociável das cosmovisões metodológicas às quais orienta e configura. A isso Maldonado (2002; 2008) se aproxima quando pondera que as construções teórico-metodológicas devem ser aptas a dar conta da multidimensionalidade comunicacional de cada problema e situação concreta de pesquisa.

Pensar o contexto de modo a articulá-lo às problematizações teóricas e epistemológicas norteia também o pensamento de Martín Barbero (2008). Ao considerar as profundas transformações provocadas no continente latino-americano a partir das mutações tecnológicas ocorridas desde meados do século XX, sobretudo pela atuação das esferas da comunicação digital, o autor argumenta que se torna evidente a necessidade de trabalho no campo epistemológico que concretize e abarque tais mudanças no cerne de suas problematizações. A articulação teórica entre processos locais e universais da globalização é concebida como imanente. Os fenômenos oriundos dos processos de globalização atravessam práticas e culturas midiáticas latino-americanas de distintas maneiras, modificando-as progressiva e complexamente.

Essa concepção cobra uma produção de pensamento epistemológico tecido a partir das conjunturas latino-americanas. A importação de ideias e correntes teórico-epistemológicas pensadas externamente a esse contexto tende a desconsiderar, por vezes, as particularidades e – dentro de uma dinâmica de pesquisa que considera suas práticas como potenciais para a transformação – necessidades investigativas do panorama comunicacional da América Latina. Juntamente a isso, é central no pensamento de Martín Barbero (2008) a intenção de produção de rupturas que extrapolam as dimensões teóricas, podendo proporcionar deslocamentos políticos. Para o autor, esses desdobramentos são importantes para os modelos políticos visto que tendem a possibilitar seu questionamento, a participação cidadã, e, a longo prazo, a geração de formas políticas mais democráticas, participativas e emancipatórias.

Mattelart e Mattelart (2004) elucidam o entendimento de que qualquer sistema político hegemônico, por mais bem estruturado que seja, apresenta algum tipo de brecha, entendida nesse conceito como *falha*. Contra hegemonicamente, é produtivo às tentativas democráticas a construção de transformações a partir dessas brechas. Essa renovada construção seria possível a partir do trabalho teórico e epistemológico que consegue avistar, no entrelaçamento política/comunicação, importantes vetores para a transformação sociocultural, política e cidadã.

Por isso mesmo, entre outras razões, me aproximo de Martín Barbero (2008) quando declara que aos pesquisadores da comunicação caberia a missão de investigar as mudanças nas estratégias e táticas de domínio e hegemonia, principalmente aquelas exercidas pelo âmbito da política e que são potencializadas pela midiatização.

Sodré (2015; 2016) reflete que a vivência dentro de uma sociedade constituída pelo contexto do *turbocapitalismo* afeta a experiência dos sujeitos nos seus domínios mais distintos. A financeirização da comunicação, sobretudo pelos excessivos processos do consumo desenfreado e pelas práticas que permitem a transição entre classes dos sujeitos

corroborar para o surgimento de um cenário no qual política, comunicação e cidadania encontram-se amalgamados. Nesse horizonte, a investigação em comunicação detém papel fundamental ao trazer à tona esses vínculos, abordando de maneira questionadora a cumplicidade entre as elites financeiras e políticas e como as mesmas ocupam, cada vez mais, espaços comunicacionais hegemônicos. Por essa razão, considero fundamental a abertura à discussão de como a dimensão econômica se entrelaça à comunicação e aos fenômenos dela observados.

A sistematização da dimensão econômica junto ao fazer científico provoca realizar recortes históricos e, também, a filiação a determinada corrente de pensamento. Maldonado (2014) reitera essa ideia ao defender que a pesquisa, em sua *práxis*, não se encontra vinculada somente às instituições, a saber, universidades, associações, grupos de pesquisas, grupos sociocomunicacionais etc. As construções de saberes desenvolvidos pela caminhada investigativa conformam “fortalezas de saber”, estruturas vivas e em movimento de articulação com modos de ver, sentir, viver e transformar o mundo.

Minha experiência de pesquisa em comunicação demonstra que o deslocamento do estudo da economia política confronta e desestabiliza o próprio sujeito pesquisador, pois o obriga a repensar sua idealização de sociedade. Nesse sentido a economia política, problematizada à luz dos objetos comunicacionais midiáticos, enfatiza uma dupla relação com a *práxis* científica: estabelece zonas de contato contextual com o problema-objeto e oferece subsídios epistêmicos ao sujeito pesquisador.

A comunicação midiática estabelece-se como parte do sistema capitalista acumulativo que regulamenta, em diferenciadas circunstâncias, as ações dos sujeitos na sociedade. Em razão disso, o estudo da economia política torna-se vital para a compreensão da vida social entremeada, contemporaneamente, pelos processos da comunicação midiática. A socióloga Tania Quintaneiro, ao resgatar o pensamento de Marx, afirma:

Marx acreditava que a razão era não só um instrumento de apreensão da realidade mas, também, de construção de uma sociedade mais justa, capaz de possibilitar a realização de todo o potencial de perfectibilidade existente nos seres humanos. As experiências do desenvolvimento tecnológico e as revoluções políticas, que tornaram o Setecentos uma época única, inspiraram sua crença no progresso em direção a um reino de liberdade (QUINTANEIRO, 2002, p. 25).

Reside na vasta e complexa obra marxista um potencial questionador profundo, que revigora o pensamento crítico diante da análise da economia em vistas da história. O emprego do método dialético gera um interessante paradigma teórico para a compreensão do surgimento e funcionamento do capitalismo, da transição nas formas de produção social da revolução industrial, bem como da urbanização, do nascimento da classe operária e do pensamento burguês como base hegemônica social, econômica e cultural. Este paradigma subsidia, ainda, grande parte do pensamento sociológico atual, embora já transcorridos mais de 150 anos desde suas formulações originais. Quintaneiro (2002) justifica o lastro teórico deixado pelo marxismo ao remontar que Marx:

[...] afastando-se da filosofia idealista alemã, concentrava seus esforços em compreender “os homens de carne e osso”, movidos por suas necessidades materiais e inseridos no rio da História. Embora sua obra não possa ser considerada estritamente sociológica, ela lançou as bases para explicar a vida social a partir do modo como os homens produzem socialmente sua existência por meio do trabalho, e de seu papel enquanto agentes transformadores da sociedade. Isto trouxe de volta ao centro do debate político e intelectual o tema da desigualdade social, vinculando-o a processos histórico-sociais (QUINTANEIRO, 2002, p. 21-22, grifos da autora).

Em Marx, encontra-se o debate sobre a necessidade da razão e do espírito em ato, afastando-se da contemplação estagnada, superficial, panorâmica. “A razão nasce da prática, do trabalho e de sua organização, da produção e da reflexão inerente à atividade criadora considerada em toda a sua amplitude” pleiteia Lefebvre (1991, p. 21) ao examinar o pensamento marxista em relação ao de Hegel.

No transcurso do idealismo *hegeliano* para a elaboração das propostas do materialismo histórico, Marx e Engels debatem fortemente, também, com Feuerbach, essencialmente com sua noção de alienação. O estudo da obra *Teses contra Feuerbach*, de Marx e Engels, revela que a ideia de alienação levantada tinha por base o fenômeno religioso, que secciona a natureza humana e promove a subjugação do homem às forças divinas. O universo religioso conquista *status* de dimensão projetada e fantástica, por isso, alienada. O abandono da alienação seria possível, então, pela crítica religiosa e posterior liberação da consciência.

O materialismo histórico e dialético perpassa, dessa maneira, uma crítica acentuada, seguido do desvencilhamento com a dialética de Hegel e com os fundamentos da alienação feuerbachiana, que bebia do idealismo filosófico clássico alemão, tal qual Hegel. É produto dessa movimentação crítica e reformuladora a asserção “Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de distintos modos, cabe transformá-lo” (MARX, 1845, p. 11).

A alienação na teoria marxista ganha profundidade e atemporalidade. Para Marx e Engels, a alienação se relaciona com condições materiais de vida e só a ação política na vida cotidiana tem capacidade de combatê-la. Na perspectiva da sociedade capitalista, paira sobre as mãos dos sujeitos a capacidade de transformação da história, sob a forma do proletariado, que potencialmente pode libertar-se da consciência alienada, que camufla a realidade histórica a partir de um véu de aparência mágica. “A coincidência da modificação das circunstâncias e da atividade humana só pode ser apreendida e racionalmente compreendida como prática transformadora” (MARX, 1845, p. 3).

Já em “*O capital*” despontam orientações para a compreensão da organização social frente às dinâmicas da sociedade moderna e do predomínio do pensamento burguês sobre a sociedade. A acumulação primitiva é narrada por Marx e Engels como o processo histórico

que antecedeu a sistematização capitalista urbana e industrial. Historicamente, entre os séculos XV e XVI, após a vassalagem e o período do feudalismo, inicia-se o processo de expropriação das terras dos servos (camponeses), que seguiu até meados do século XVII. Nesse intervalo, outra marca mais dura do processo se evidencia com a chamada limpeza das propriedades, na qual o Estado toma posse das terras repassando-as, mais tarde, à iniciativa privada, o que obriga os camponeses a uma migração para espaços urbanos. A migração forçada para os embrionários centros urbanos industriais gera um estado entrópico, no qual a figura do controle violento desponta como solução imediata ao combate da “vadiagem” campesina, agora deslocada, violentada e empregada como mão de obra assujeitada junto ao novo ciclo mercadológico inaugurado (MARX, 1989, p. 826-847).

O desequilíbrio nas condições de vida e bem-estar entre trabalhadores e iniciativa privada é o que sustenta esse processo. Como bem observou Marx, a partir da análise das fábricas e de seus trabalhadores na Inglaterra, “a expropriação e a expulsão de uma parte da população rural libera trabalhadores, seus meios de subsistências e seus meios de trabalho, em benefício do capitalista industrial” (MARX, 1989, p. 865).

Compreender o processo histórico por detrás da construção da desigualdade social revela aspectos não superados na história da vida social contemporânea. A revolução industrial com fins capitalistas e a expansão dos centros urbanos desencadeou um movimento contínuo e progressivo de construção de disparidades econômicas, sociais, culturais e educativas.

Protegido pelas elites financeiras e políticas, o capitalismo e suas estratégias ganharam dinamismos e discursos de defesa. Nesse sentido, o discurso econômico é constituído por uma base ancorada em pretextos sociais contextualmente situados. Piketty (2014) intenta redimensionar e problematizar, à luz das dinâmicas do século XXI os fundamentos marxistas. O autor demonstra, através de uma análise

crítica-histórica, que existe uma tendência de fomento da desigualdade econômica, balizada pelas relações díspares entre trabalhadores e iniciativa privada. O próprio Marx alertava sobre essa tendência em seus textos elaborados no interior do século XVIII: “el economista nos dice que todo se compra con trabajo y que el capital no es otra cosa que trabajo acumulado, pero al mismo tiempo nos dice que el obrero, muy lejos de poder comprarlo todo, tiene que venderse a sí mismo y a su humanidad” (MARX, 1980, p. 57). E ainda, “la Economía Política sólo conoce al obrero en cuanto animal de trabajo, como una bestia reducida a las más estrictas necesidades vitales” (MARX, 1980, p. 61).

A dimensão econômica, seguindo esta perspectiva, atravessa a multidimensionalidade da vida humana. A sustentação das desigualdades econômicas e sociais é medular às trocas e intercâmbios de produção e, junto a isso, a sociedade permanece amarrada às lógicas perversas do capital. *A comunicação está inclusa neste processo.* Enquanto as principais redes de televisão e espaços comunicacionais digitais permanecem nas mãos do capital privado, sobretudo dos grandes oligopólios internacionais – como no caso do América Latina –, tentativas de fuga e de produção contra hegemônica encontram-se forçadamente colocadas à margem. No Brasil, cinco famílias controlam mais da metade dos meios de comunicação com maior audiência no país. É o que aponta a 11ª edição da pesquisa de Monitoramento da Propriedade da Mídia (Media Ownership Monitor ou MOM), realizada em 2017. Esse dado coloca o Brasil como um país de *alto risco à pluralidade da mídia*³⁴. Frente a este cenário, a transformação histórica pela comunicação perpassa o trabalho dos sujeitos em comunicação. São eles que possuem capacidades de libertação da alienação pela ação política, aqui compreendida como *ação política e comunicacional*.

34 Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/cinco-familias-controlam-50-dos-principais-veiculos-de-midia-do-pais-indica-relatorio/>. Acesso em 25 jan. 2020.

Eben Moglen, em seu texto *El manifiesto puntoComunista* (2012), defende o argumento de que a revolução industrial e as transformações tecnológicas mais recentes afetam transversalmente os processos da comunicação. O autor baseia seu estudo em casos de vazamentos de informações como, por exemplo, o conhecido caso de divulgação de dados chamado *WikiLeaks* que provocou, entre diversas circunstâncias, desestabilidades políticas e movimentações populares. Em eventos como este, o acesso de pessoas *comuns* a informações reconhecidas como confidenciais, pertencentes a governos, provoca crises de diferentes ordens. Questões como o debate sobre os direitos autorais, a propriedade intelectual, a utilização de *softwares* livres e o acesso dos cidadãos à *free flow information* vêm à superfície. O emaranhado de informações e o acesso a elas proporciona, então, uma rediscussão sobre as liberdades de expressão que permanecem, sob o prisma da comunicação e da vigilância global, sob ataque sistêmico. Ao avistar este panorama, Moglen (2012) sugere uma outra revolução, popular e organizada e que dê conta de disputar, na esfera comunicacional, direitos de liberdade sobre a produção intelectual, compartilhada, circulada socialmente. Em seu manifesto, tecido segundo inspiração marxista, o autor apresenta argumentos sobre a imprescindibilidade das liberdades de produção e de expressão; do desenvolvimento de uma infraestrutura comunicacional, tecnológica, acessível a todos para que possam acessar e produzir comunicacionalmente.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES FINAIS

As premissas trabalhadas, quando pensadas como modos de exercício político – inerente à atividade epistemológica – apresentam potencialidades de transformação sociocultural, educativa e econômica, desmantelando o sistema de propriedade privada que se apossa da produção cultural e intelectual e permitindo, assim, segundo as

palavras de Moglen “una sociedad verdaderamente justa, en la cual el desarrollo libre de cada uno es la condición para el desarrollo libre de todos” (2012, p. 10).

Para Piketty (2014), a própria produção da ciência é entrecruzada pela dimensão econômica. O exercício do cientista social ocorre dentro deste contexto. Entendo que o cientista ocupa espaço central como sujeito crítico e epistemológico. Analisando o horizonte sociocomunicacional e como os processos políticos vêm transformando profundamente suas práticas e, além disso, – especificamente no cenário brasileiro – como as próprias atividades de pesquisa científica vem sofrendo com mudanças, cerceamentos e tentativas de silenciamento por poderes hegemônicos perenes, compreendo que o pensamento epistemológico necessita questionar fortemente o fazer ciência no contexto atual e a interesse de quem ele se constrói; para quem se destina, e, por fim, de onde e como se alimenta. No âmago das inquietudes provocadas está a reflexão sobre o papel da ciência na sociedade e de que modo os entrelaçamentos entre as produções acadêmicas potencializam (ou não) transformações nos cenários concretos sobre os quais se debruçam.

Como parte da ciência viva, aquela que se mescla intimamente com as conjunturas analisadas e que se desassossega diante das injustiças sociais, culturais, educacionais, socioeconômicas, políticas, dentre outras que assolam inúmeros contextos e sujeitos em investigação, defendo uma *práxis* epistemológica ativa e não passiva.

Cabe, portanto, às ciências a atribuição singular de avistar, nos horizontes tangíveis de investigação, elementos relacionados às suas necessidades enquanto contextos conformados por dinâmicas múltiplas e, por vezes, adversas. Esse trabalho – diferenciado de grande parte daqueles observados tradicionalmente no âmbito da pesquisa científica – apresenta potenciais para a constituição de uma cultura de fortalecimento dos vínculos existentes entre sociedade e academia, promovendo uma ruptura necessária, sob meu ponto de vista,

nas práticas cotidianas em investigação e, mais profundamente, na própria *práxis* epistemológica.

A *práxis* epistemológica desalienada, que se entende como transformadora e como espaço de atuação política para a reconquista dos espaços e dos direitos do povo exige trabalho humilde, comprometido, profundo, que é crítico de si e que aprende com as demais pesquisas, nutrindo-se de um saber que é histórico, mas não inocente.

Com isso, os próprios recortes e encaminhamentos teóricos eleitos para guiar uma pesquisa acabam por se alimentar em um projeto político de sociedade. As pesquisas que desenvolvi avistam no universo capitalista algo que se alicerça na construção e manutenção das desigualdades econômicas e sociais. Frente a isso não é possível, dentro da dinâmica da produção científica social, deixar de assumir ao lado de qual perspectiva a construção da ciência caminha. A mirada epistêmica sobre as práticas de investigação enquanto instâncias produtoras do conhecimento permite, ainda, avistar um cenário paradoxal, no qual o pesquisador se depara com uma dialética desafiante: deve, por um lado, assumir sua presença no campo acadêmico/científico como sujeito partícipe, mas que, no entanto, procura se afastar e desconstruir percepções advindas do senso comum; e, por outro lado, necessita também reconhecer a si mesmo como sujeito comunicante, que possui saberes, competências, inteligências, sensibilidades, ideologias e limitações. Entre outros aspectos, este horizonte de compreensão contribui para a desconstrução e negação da perspectiva que concebia, equivocadamente, a produção científica a partir de um paradigma da neutralidade.

O pesquisador não pode ser avistado como um sujeito pasteurizado, insensível, que não se “contamina” com seu objeto e com o panorama de investigação. Esta perspectiva dialoga com os pressupostos trabalhados na obra de Wallerstein (2007) que instiga a repensar o papel e o protagonismo do pesquisador enquanto sujeito da prática científica.

Para concluir, vale a breve recuperação do pensamento do Eduardo Galeano. Desprestando-se do ortodoxismo literário e jornalístico e mesclando análise histórica e política, Galeano encontrou caminhos para circular seu pensamento sobre a subjugação e exploração sistêmica sobre a América Latina. Seus escritos estampam a mescla entre a observação dos contextos sociais latino-americanos e a análise histórica e política, como revela nas palavras de uma de suas obras mais conhecidas, *As veias abertas da América Latina*: “A primeira condição para modificar a realidade consiste em conhecê-la” ou no trecho “Somos o que fazemos, mas somos, principalmente, o que fazemos para mudar o que somos”.

A lembrança de Galeano reacende o entendimento de que a dimensão econômica é uma esfera que necessariamente precisa coexistir nos encaminhamentos teórico-metodológicos e epistemológicos do obrar da ciência. Compreendo que ela alimenta o esforço de desalienação frente aos paradigmas estabelecidos no campo, iluminando os limites e as possibilidades de transposição destes, como brechas e oportunidades de tensão. Nesse sentido, além da manifesta produção científica, a pesquisa em comunicação coloca-se, também, como atividade transformadora por meio da ação política e cidadã.

REFERÊNCIAS

ECO, Umberto. **Apocalípticos e integrados**. São Paulo: Perspectiva, 1979.

FAUSTO NETO, Antônio. As bordas da circulação. **Revista Alceu**. Rio de Janeiro, v. 10, n. 20, p. 55-69, 2010.

FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HALLER, Rudolf. **Wittgenstein e a filosofia austríaca**. São Paulo: Edusp, 1990.

- HEGEL, Georg W. F. **A fenomenologia do espírito**. São Paulo: Abril, 1974.
- KUHN, Thomas. **A Estrutura das Revoluções Científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1987.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.
- LIMA, Luiz Costa. **Teorias da Cultura de Massa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- MALDONADO, Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca, Espanha: Comunicación social ediciones y publicaciones, 2014. p. 17-40.
- MALDONADO, Efendy. Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Revista Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 713-727, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58439/35359>. Acesso em: 15 jul. 2021
- MARTÍN BARBEIRO, Jesús. Comunicación y culturas em América Latina. **Revista Anthropos/Huellas del conocimiento**. n. 219, p.21-42, 2008.
- MARX, Karl. **Manuscritos: economia e filosofia**. Madrid: Alianza Editorial, 1980.
- MARX, Karl. **O capital**. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.
- MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.
- MATTELART, Armand; MATTELART, Michèle. **Pensar as mídias**. São Paulo: Loyola, 2004.
- MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. *In*: LAGO, Silvia (Org.). **Ciberespacio y resistencias**. Exploración en la cultura digital. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012.
- PIKETTY, Thomas. **O capital no século XXI**. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.
- POPPER, Karl R. **Conhecimento objetivo**. São Paulo: EDUSP, 1975.
- QUINTANEIRO, Tania. **Um toque de clássicos: Marx, Durkheim e Weber**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- RODRIGO ALSINA, Miquel. **Los modelos de la comunicación**. Madrid: Tecnos, 1989.

SAGGIN, Livia Freo. **Educomunicação, mídias digitais e cidadania:** apropriações de oficinas educacionais por jovens da Vila Diehl na produção do blog Semeando Ideias. 2016. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2016.

SAGGIN, Livia Freo. **Educomunicação comunitária.** Horizontes para repensar a educação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa. 2020. 612f. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SODRÉ, Muniz. A comunicação eletrônica é epistemológica. **Revista Parágrafo**, v. 1, n. 3, p. 120-128, 2016.

SODRÉ, Muniz. Mídia, política e financeirização. **Revista Oficina do Historiador**, v. 8, n. 1, p. 135-157, 2015.

SARTRE, Jean-Paul. **Crítica de la razón dialéctica.** Buenos Aires: Editorial Losada, 1963.

VERÓN, Eliseo. Esquema para el análisis de la mediatización. *In: Diálogos de la Comunicación*. Lima, n.48, p.9-16, out. 1997.

WALLERSTEIN, Immanuel et al. (Orgs.). **Abrir las ciencias sociales.** Informe de la Comisión Gulbenkian para la reestructuración de las ciencias sociales. Buenos Aires: Siglo XXI editores, 2007.

WOLF, Mauro. **Teorias da Comunicação.** Lisboa: Presença, 1995.

4

Bruna Lapa
Jiani Adriana Bonin

**PERSPECTIVAS
PARA PENSAR
A CIDADANIA
COMUNICATIVA
VINCULADA
ÀS LUTAS
FEMINISTAS**

[DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.4](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95972.4)

INTRODUÇÃO

O conceito de cidadania vem sendo objeto de debate no campo das ciências sociais e, também, da comunicação. Desde sua concepção clássica na Grécia antiga, sofreu modificações à medida em que se transformavam as sociedades, as relações de poder, as interações sociais, políticas, econômicas e culturais. Atualmente as reformulações do conceito de cidadania vêm buscando dar conta de múltiplas dimensões ligadas às demandas das realidades contemporâneas. A pesquisa comunicacional que investiga problemáticas que vinculam comunicação, cultura e cidadania também é desafiada a construir articulações e reformulações de perspectivas para pensar estas relações.

É nesta linha que este texto se coloca, ao propor explorar proposições para construir um arranjo conceitual que problematize a cidadania em vínculo com a comunicação. A discussão tem como horizonte uma pesquisa cujo objetivo é investigar as práticas comunicacionais de coletivos feministas de Porto Alegre e Salvador na perspectiva de construção da cidadania comunicativa vinculada às lutas femininas. No texto, articulamos propostas que refletem sobre a construção de uma cidadania multifacetada, vinculada às lutas em torno das desigualdades e opressões de gênero, raça e classe, entendendo a comunicação como uma dimensão crucial deste processo. Aproveitamos, também, algumas constatações realizadas em pesquisa exploratória vinculada à realidade comunicacional dos coletivos feministas investigados para concretizar aspectos da construção.

PROBLEMATIZANDO O CONCEITO DE CIDADANIA

Iniciamos o texto refletindo sobre o conceito de cidadania, reconhecendo a necessidade de articular perspectivas que deem conta de especificidades dos contextos contemporâneos. As variadas possibilidades significativas do conceito de cidadania movimentam-se em torno das relações entre indivíduos e sociedade, sendo o universo de direitos e o seu reconhecimento apenas uma delas. Ampliando o viés jurídico, Botelho e Shwarcz (2012) nos convidam a pensar a cidadania como “identidade social politizada” (2012, p.11), tendo como ponto de partida um entendimento de identidade como construção social. Nesta linha de compreensão, a cidadania se constitui coletivamente e ganha sentidos a partir de experiências sociais e individuais. Configura-se como identidade social e política por se construir em negociações e confrontos práticos e simbólicos no tecido social, como respostas políticas a partir de situações igualmente políticas.

Identidade social politizada significa, portanto, que a extensão dos direitos da cidadania democrática deve ser pensada como resultado possível das contendas concretas de grupos sociais e que essas contendas, por sua vez, são fontes poderosas de identificação e de reconhecimento entre as pessoas. Nesse sentido, identidade e cidadania não são conceitos essenciais, fixos por natureza. Eles variam conforme a agência que fazem deles os homens que os mobilizam.

Em perspectiva convergente, Elias (1994) nos leva a considerar a cidadania a partir dos vínculos e das interconexões dos sujeitos com a sociedade e com a construção do comum. O pesquisador marca a necessidade de não tomar indivíduo e sociedade como instâncias separadas e de perceber que a sociedade se constrói também a partir de relações e da agência dos sujeitos. Essas relações são permeadas por conflitos, disputas, diálogos e confluências, de forma mutável, por

meio da inter-relação eu-nós. A sociedade é formada por sujeitos e suas inter-relações, assim como esses sujeitos são constituídos pela sociedade em que vivem. Essa perspectiva reforça a necessidade de levar em conta as identidades, os vínculos sociais e os modos de reconhecimento para analisar a construção e operação do social e do comum e os sentidos ligados ao ser cidadão.

Em via complementar, as propostas de Cortina (2005) nos instigam a pensar a cidadania por um viés que, entre suas múltiplas dimensões (jurídico-política, social, econômica), considere os aspectos culturais, as sociabilidades e a multiculturalidade. Construir uma compreensão complexa e multifacetada de cidadania, vinculada às teorias da democracia e de justiça seria um dos desafios dos estudos contemporâneos. Para esta filósofa, um conceito pleno de cidadania deve contemplar um *status* legal (um conjunto de direitos), um *status* moral (um conjunto de responsabilidades) e uma identidade que possibilite construir, no sujeito cidadão, o sentimento de pertencimento a uma sociedade. A cidadania é concebida como um conceito mediador, que integra exigências de justiça e sentimento de pertença dos membros à comunidade. Observar a cidadania por esse ângulo pode oferecer argumentos para fortalecer uma democracia sustentável em que se encontrem as exigências liberais de justiça e as comunitárias de identidade e de pertença.

A identidade, nesta concepção, é negociada, conquistada, construída e assumida, sendo as lutas sociais relevantes para seu reconhecimento social. A partir do reconhecimento das identidades e do sentimento de pertença à comunidade, os cidadãos podem se comprometer com a sociedade em que vivem e com o fortalecimento de uma esfera pública política, social e cultural vinculada à necessidade de criar lógicas, ações e soluções para os problemas enquanto coletividade.

Cortina (2005) também nos instiga a incluir a problemática das diversidades culturais presentes em muitas sociedades contemporâneas e a complexidade que essas interações assumem no mundo

da vida. As identidades se constituem historicamente, em complexas relações e disputas de poder. Nesses processos, culturas e identidades têm sido hierarquizadas, inferiorizadas, negadas, estigmatizadas, assimiladas e exterminadas por outras a partir de lógicas dos sistemas econômicos, políticos e midiáticos. Ao falar da multiculturalidade presente em diversas sociedades hoje, a autora nos alerta para os mecanismos de hierarquização e de dominação que agem através de materialidades e imaginários de maneira a circunscrever quais culturas devem ser consideradas relevantes e quais devem ser relegadas à “segunda classe”. Tais relações de poder são um forte empecilho para a efetivação de uma cidadania plena.

O diálogo, na perspectiva desta autora, se coloca como um elemento fundamental para enfrentar os problemas da convivência multicultural. Longe de tratar as culturas como espécies raras que precisam ser mantidas intocadas, é necessário considerar que nenhuma delas possui soluções definitivas para os problemas sociais e vitais e que, portanto, podem e devem aprender uma com as outras.

É necessário incluir neste debate não apenas as desigualdades que perpassam as diferenças culturais, mas todo um sistema-mundo que polariza e hierarquiza culturas e que também atua diretamente sobre corpos, raças, gêneros, sexualidades, subjetividades, saberes e epistemologias. Um sistema mundo que, além da ideia de culturas de primeira e de segunda classe, produz a noção de cidadãos de primeira e de segunda classe (SANTOS, 2018).

Nesse sentido, Butler (2018) nos ajuda a pensar acerca dos sistemas de hierarquização e de precarização social como realidades politicamente induzidas, nas quais a condição de precariedade é socialmente distribuída de forma diferenciada, assim como suas consequências. A precariedade, como entende a autora,

[...] designa a situação politicamente induzida na qual determinadas populações sofrem as consequências da deterioração de redes de apoio sociais e econômicas mais do que outras, e ficam diferencialmente expostas ao dano, à violência e à morte. [...] também caracteriza a condição politicamente induzida de vulnerabilidade e exposição maximizadas de populações expostas à violência arbitrária do Estado, à violência urbana ou doméstica, ou a outras formas de violência não representadas pelo Estado, mas contra as quais os instrumentos judiciais do Estado não proporcionam proteção e reparação suficientes (BUTLER, 2018, p. 40).

Para ampliar a concepção de cidadania e relacioná-la às significações e aos contextos das lutas das mulheres na sociedade contemporânea ocidental, dialogamos também com as proposições de Rocha (2007) que problematiza as limitações da noção liberal e capitalista de cidadania e sua conexão a lógicas de monoracionalidade e de universalismo que se estendem às mais diversas formas de organização social. Com a expansão do pensamento liberal capitalista e dos preceitos do direito liberal nas sociedades do mundo ocidental, a cidadania liberal constituiu-se como o modo formal de cidadania juridicamente consagrada. A categorização de cidadão baseada no princípio racional e na ideia de que todos os indivíduos são iguais enquanto cidadãos perante a lei, baseada na defesa do universalismo dos direitos humanos, está na base das constituições democráticas liberais. No entanto, essa concepção colaborou para a formação de estratégias do Estado capitalista que se orientam a fins diversos aos que ideologicamente se inscrevem em suas matrizes.

Como observa Butler (2018), a moralidade neoliberal incentiva o individualismo, onde cada um é responsável apenas por si mesmo e não pelo coletivo. Essa responsabilidade está principalmente atrelada à exigência de que as pessoas se tornem economicamente autossuficientes e independentes em um contexto em que as condições para que essa autossuficiência se efetive estão profundamente

comprometidas para grande parte da população. Na ausência de fortes pensamentos de coletividade, em uma realidade de condições desiguais, a moralidade neoliberal e sua elite produzem a ideia de que aqueles que não correspondem com as expectativas neoliberais de sucesso são, em geral, vistos como descartáveis.

Dessa forma, a ideia de universalização dos direitos dos cidadãos pode funcionar para legitimar lógicas capitalistas ao invés de efetivamente buscar combater as desigualdades e potencializar a democracia. Tal ideia, nesses casos, é limitadora, pois não possibilita a percepção das diferenças, das lógicas e dos modos de operar culturais e sociais e das necessidades e demandas diversas dos sujeitos.

A reflexão de Santos (2008) converge com essas problematizações ao conceber a desigualdade e a exclusão como dois sistemas de pertença hierarquizada: no sistema de desigualdade, esta pertença se dá pela integração subordinada e no sistema de exclusão, pela segregação. A desigualdade está relacionada à constituição estrutural da sociedade e está vinculada a uma hierarquização onde uns são situados como superiores em relação a outros. Já o sistema de exclusão, além de igualmente hierárquico, é dominado pelo princípio da segregação, onde quem é inferiorizado está fora. É a lógica da exclusão, da rejeição e do extermínio. O sexismo, o machismo e o racismo são, sob esta ótica, práticas sociais que combinam desigualdade e exclusão.

A regulação social da modernidade capitalista, ao mesmo tempo em que é constituída por processos que geram desigualdade e exclusão, estabelece mecanismos de controle desses processos, visando uma “gestão controlada do sistema de desigualdade e de exclusão, e, com isso, a redução das possibilidades de emancipação social às que são possíveis na vigência do capitalismo” (SANTOS, 2008, p. 282). O universalismo é o dispositivo ideológico de gerenciamento da desigualdade e da exclusão, um modo de categorização essencialista que pode assumir tanto a negação quanto a absolutização das diferenças.

Assim, ou nega as especificidades dos sujeitos e das situações, homogeneizando e simplificando complexidades, ou torna as diferenças inconciliáveis. Ambos os processos possibilitam a utilização de noções abstratas de normalização, baseados numa diferença com poder social de negar todas as outras ou de torná-las inassimiláveis.

Em suma, a noção liberal e capitalista de cidadania, baseada em preceitos universalizantes e hierarquizantes, não permite considerar adequadamente e nem solucionar as desigualdades e relações de poder entre os cidadãos, as instituições e seus contextos. Assim, ela não consegue resolver os problemas relativos às desigualdades, às distinções e hierarquizações sociais, de gênero, raça, classe, sexualidade, religiosidade, entre outros, manifestando-se concretamente, como uma cidadania excludente (ROCHA, 2007; SANTOS, 2008; SOUZA, 2018). De modo específico, as políticas de gênero neoliberais são orientadas por “pressupostos que permitem defender que apenas o mercado estará em condições para impulsionar naturalmente a maior igualdade entre homens e mulheres” (ROCHA, 2007, p. 1723).

No Brasil, profundamente marcado pelo racismo estrutural e um dos países com os maiores índices de violência contra as mulheres no continente americano, ainda hoje práticas jurídicas e institucionais revelam racismo, machismo e misoginia, problemas que também constituem o senso comum e as práticas da sociedade. Por mais que direitos tenham sido conquistados, a concretização de leis, como a Maria da Penha, muitas vezes se dá de forma insatisfatória e questionável. Mulheres de classes subalternas são, comumente, tratadas como “cidadãs de segunda classe”, sendo menos valorizadas, mais silenciadas e desacreditadas.

Sem desconsiderar a importância fundamental de leis e políticas públicas para a cidadania e o valor da conquista de direitos legais, vale ressaltar que elas por si só não são suficientes para sanar chagas profundas e estruturais de uma sociedade desigual, que não se desfazem

por decreto. São necessárias mudanças estruturais e transformações que atinjam os modos de conhecer, pensar, criar e se identificar nas comunidades e na sociedade. É imprescindível refletir sobre cidadania por um viés mais amplo que o jurídico e o liberal, que seja capaz de abrigar e incluir as diferenças e de se empenhar efetivamente no combate das desigualdades; que possibilite não só igualdade em nível jurídico e de acesso, mas também, a eliminação de concepções redutoras e excludentes vigentes na sociedade (ROCHA, 2007; CORTINA 2005).

Entendemos, assim, que ser cidadão vai muito além de ser votante ou de cumprir as leis e os deveres em uma sociedade e, inclusive, de ser reivindicador de direitos, ainda que estas sejam dimensões fundamentais da conquista e do exercício de cidadania. É preciso ampliar esta concepção restrita de cidadania de modo a incluir as variadas formas de interligação entre os sujeitos e a construção do comum de uma sociedade, os modos de agir, pensar, entender, interconectar-se, pertencer e participar do comum, de uma comunidade.

Concordamos com Rocha (2007) sobre a urgência de uma noção de cidadania multidimensional que preze pela democratização das relações de poder, tanto nas esferas política e pública quanto na privada assim como sobre a necessidade de considerar o campo dos discursos e suas imbricações com o poder. Como observa a pesquisadora “o poder e o discurso não são só estruturas de dominação, mas também relações de poder instituintes e eminentemente comunicativas que se desenvolvem numa multiplicidade de configurações políticas, sociais e organizacionais” (p.1725). Onde há poder surgem contrapoderes e, assim, o campo da comunicação e do discurso, que podem ser palco de concepções opressoras e excludentes, pode ser resignificado e estrategicamente ocupado por cidadãos e grupos sociais em luta pela democratização e horizontalização das relações, pela construção de narrativas alternativas e de outros imaginários sociais possíveis. O sistema social de desigualdades e de exclusão na modernidade capitalista não é impenetrável e nem infalível. Sua constituição se dá em

um campo de relações sociais complexas, conflitantes e contraditórias em que grupos sociais, movimentos e indivíduos intervêm, com maior ou menos eficácia, de acordo com o tempo histórico, os contextos, as culturas e as sociedades em que se inserem (SANTOS, 2008).

Neste sentido, movimentos sociais como os feministas, de reivindicação pela igualdade/diferença, têm contestado as formas de cidadania parcial e de precariedade vivenciadas pelas mulheres. Através de suas lutas, vêm reivindicando que todos os espaços sociais são políticos e devem integrar a esfera pública com os mais variados modos de comunicação e participação que possam ser potentes para a construção, extensão, conquista e exercício de cidadania. Essa perspectiva nos convida a dar atenção aos modos como os movimentos sociais foram aperfeiçoando suas habilidades e possibilidades de representação e participação política. Dessa forma, através de resistência e de manifestações, eles vêm viabilizando a emergência de contrapoderes nos sistemas democráticos, atenuando as desigualdades nas relações de poder, alargando a democracia e moldando novas formas de cidadania orientadas por ações emancipatórias.

De um ponto de vista epistemológico, o sistema de desigualdade e de exclusão opera através de hierarquias que inferiorizam, ignoram e exterminam também modos de conhecer, processo em que também se assentou a ciência moderna às custas de “sucessivos epistemicídios cometidos contra os conhecimentos rivais.” (SANTOS, 2008, p. 313). Como os modos de produzir conhecimentos dizem de lógicas e de racionalidades que constituem entendimentos de sociedades, culturas, padrões, identidades e diferenças, os epistemicídios resultaram, muitas vezes, em identicídios. Assim, as novas políticas e lógicas de identidade e diferença precisam passar pela construção e desconstrução de paradigmas epistemológicos, na perspectiva de construção de um saber emancipador, que conheça e reconheça as diferenças.

Refletimos com bell hooks (2019), sobre o caráter teórico e crítico que o feminismo vem assumindo ao longo de sua luta enquanto movimento social. O esforço em produzir coletivamente um estudo crítico sobre o sexismo na sociedade tem acompanhado a *práxis* do movimento feminista mesmo antes de existirem espaços formais de estudo para esse campo. Dentro do movimento, a educação interessada e engajada, através da comunicação, tem o papel de enfrentar e desconstruir lógicas e pensamentos sexistas enraizados no tecido social. Neste sentido, nas pesquisas exploratórias e empíricas realizadas em nossa investigação, constatamos que essa dimensão educacional está presente na *práxis* dos coletivos feministas que investigamos (Odara, Feminino Plural e Olga Benário) e na construção de estratégias e táticas de comunicação, materializando-se tanto em bibliotecas comunitárias e grupos de estudos que observamos quanto nas postagens nas redes sociais dos coletivos e nas falas das mulheres com quem conversamos. Estas observações dão a ver que esses coletivos entendem a educação como uma dimensão relevante da formação de senso crítico e das lutas que empreendem.

PENSANDO A CIDADANIA COMUNICATIVA A PARTIR DE LENTES FEMINISTAS

A comunicação integra e constitui as práticas e dinâmicas de organização e de mobilização social. É por meio da comunicação que nos relacionamos e nos confrontamos com o Outro, que nos reconhecemos, criamos laços e alianças, alimentamos o imaginário social constituindo simbolicamente os alicerces daquilo que é comum, compartilhado.

Em relação à comunicação, é necessário levar em conta que as sociedades contemporâneas vivenciam o aprofundamento do processo de midiaticização, marcado pela penetração das mídias nos campos

e esferas sociais, com a conseqüente reconfiguração de suas dinâmicas. O ecossistema midiático, hoje profundamente transformado pela digitalização, institui-se como uma dimensão chave dos processos de produção social de sentido, de articulação e de reconhecimento social (MARTÍN BARBERO, 2014; SODRÉ, 2006).

Neste contexto, as mídias representam um espaço estratégico de apropriação para os movimentos sociais em suas lutas pela construção de sociedades mais justas e para participação ativa do cidadão comum enquanto protagonista de processos comunicativos, sócio-políticos e culturais (PERUZZO, 2007). Mesmo que esta comunicação não consiga atingir o patamar de força predominante ou competitiva de poder equivalente às tradicionais mídias hegemônicas, desempenha papel relevante no processo de democratização da informação, da cidadania e do poder da comunicação; na ampliação da oferta de fontes de informação e emissores (e assim de narrativas); na constituição de processos educativos que ampliam o conhecimento de aspectos da realidade e na viabilização de formas mais intensas de participação direta dos cidadãos e dos grupos sociais no fazer comunicacional.

Em nossa problematização sobre o conceito de cidadania, pensamos ser crucial lançar um olhar mais atento para a comunicação a partir da compreensão de que ela é uma dimensão constitutiva das múltiplas dinâmicas societais e subjetivas. Lembremos, que a comunicação é parte constituinte dos sujeitos em suas vivências, já estes são “seres que não podem ser fora da comunicação, pois que são comunicação” (FREIRE, 2011, p.172). A comunicação é também uma dimensão chave na construção da cidadania, já que é constitutiva da produção de vínculos de pertencimento e do comum, dos processos de construção de sentidos e de reflexão crítica sobre a realidade social. Ela é também dimensão central da constituição, organização e coletivização de demandas, propostas e projetos, das lutas por reconhecimento e existência pública dos coletivos e movimentos sociais, entre outros aspectos.

A participação do cidadão, como reflete Peruzzo (2007), é uma dimensão chave na construção da cidadania comunicativa. Os meios de comunicação comunitários e as práticas comunicativas de coletivos e movimentos sociais podem potencializar tanto a organização popular quanto processos educativos de participação direta nos processos de planejamento, produção de mensagens, gestão e organização da comunicação.

Nessa perspectiva, a participação direta dos cidadãos na produção comunicacional permite a expressão de suas competências comunicativas, possibilita o desenvolvimento de suas habilidades e saberes e colabora para a ampliação de perspectivas e para o fortalecimento de seu senso crítico. Ao se apropriarem dos meios de comunicação e participarem dos processos comunicacionais (quaisquer que sejam: internet, redes sociais digitais, panfletos, manifestações, atuações artísticas, rádios poste ou jornais) os cidadãos se constroem como sujeitos da ação comunicacional em múltiplas dimensões. Assim, podem adquirir conhecimento estratégico relativos aos modos de operar meios e tecnologias e se apropriar dos processos comunicacionais e midiáticos, entendendo como a comunicação opera na estruturação de uma comunidade.

Monje *et al.* (2009) também colaboram a esta discussão no sentido de pensarem a comunicação e as mídias como elementos centrais da constituição do espaço público em nossas sociedades e a cidadania comunicativa como o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direitos e deveres no cenário da comunicação pública e do exercício efetivo desses direitos. Apontam, desse modo, para as apropriações de processos comunicacionais por parte dos sujeitos comunicantes como parte da construção de práticas cidadãs. Dessa forma, os direitos à comunicação, à informação de qualidade, ao acesso a meios de expressão livre são fundamentais e integram, também, a noção de cidadania comunicativa que alicerçamos.

Pensamos, ainda, que a cidadania comunicativa se atrela à necessidade de processos de educação, de construção de pensamentos e de lógicas que consigam romper com paradigmas hegemônicos, capitalistas, universalizantes, cartesianos para promover a experimentação, a criatividade, o exercício de alteridade e a emancipação crítica em prol da luta contra as desigualdades e a favor do bem viver, do desenvolvimento comunitário e da emancipação humana.

A cidadania comunicativa se realiza na construção do comum, de vínculos e de conexões entre os sujeitos, de imaginários coletivos que se dão por meio da comunicação. Inclui os modos como os sujeitos e os coletivos se apropriam da comunicação e das mídias para construir comunidades de convivência e de luta, participar ativamente da sociedade, conscientizar e educar, coletivizar e lutar por demandas, legitimar sua existência socialmente, conquistar espaços, garantir a manutenção de direitos já conquistados e lutar contra situações de precariedade, de opressão e de exclusão e pela construção de uma realidade mais justa e humanizante.

Assim, entendemos que o debate sobre a redemocratização da mídia e dos meios de comunicação é chave para a construção da cidadania comunicativa, não apenas no sentido de acesso, mas principalmente de redemocratização do poder de comunicar. Apenas garantir o acesso aos meios de comunicação e a produção desses meios não é suficiente para a conquista de uma cidadania plena. Aliada com o acesso, deve estar uma revolução comunicacional que se preocupe com os modos como essa comunicação é feita, com os sentidos que ela aciona e em como ela afeta a sociedade. Para que a cidadania comunicativa se efetive, é preciso o exercício de construção de uma comunicação voltada a uma construção social mais justa, democrática e humana. Uma comunicação que dispute narrativas e que amplie as vozes contra hegemônicas, antirracistas e antipatriarcais. Que se baseie em um sentido amplo de tradução de lutas, culturas e perspectivas e que caminhe em prol de uma política efetiva de solidariedade e de construção do comum.

As observações exploratórias que realizamos nos coletivos em investigação forneceram elementos para visualizar uma experimentação comunicacional neste sentido emancipatório, construída no cotidiano, como dimensão das lutas. Constatamos narrativas que buscam romper com estereótipos machistas e racistas, além de denunciar situações de exclusão e de precariedade. Percebemos que esses coletivos utilizam os meios de comunicação, realizam manifestações nas ruas e ocupam o ambiente digital para provocar debates, compartilhar notícias e chamar a atenção para temáticas que não possuem espaço nas mídias hegemônicas. Observamos que os coletivos constroem e exercitam, em diversos graus através de suas lutas, cidadania por meio da comunicação – cidadania esta que, estruturalmente, muitas vezes lhes é negada.

Em linha convergente, a reflexão de Butler (2018) acerca dos sentidos de ações políticas que ultrapassam a esfera pública colabora à nossa reflexão. A autora critica a oposição binária vinculada às noções de esfera pública como lugar da ação e de esfera privada como de inação e de dependência, bem como a ruptura entre corpo e mente que essa noção pressupõe. Não podemos conceber a ação política sem considerar a dimensão corporificada dos sujeitos e a biopolítica; caso contrário, continuaremos a reproduzir o entendimento de que a fala, como modelo de ação política, situa-se apenas na esfera pública, separando-a da esfera privada que foi socialmente codificada como o lugar das mulheres, das crianças, e historicamente dos escravizados. Esse pensamento de política restrita a uma noção antiquada de esfera pública desconsidera ações políticas, por mais que sutis, do cotidiano e da vida íntima.

Em alinhamento a esta perspectiva, entendemos que a comunicação cotidiana e as agências de cidadania comunicativa que ocorrem nos espaços privados não se dão de maneira isolada da esfera pública. Pelo contrário, funcionam como apoio e formação de consciência política e de transformação prática que reverbera no espaço público convencional. Podemos pensar, assim, a cidadania comunicativa para além

dos espaços e dos objetivos de visibilidade, como dimensão que se constrói nas rodas de conversas entre cidadãos e no esforço coletivo, mesmo que íntimo, de buscar novos saberes e pensar a comunidade. O que não significa desconsiderar a vital importância da visibilidade, da formação de redes de comunicação, das apropriações comunicacionais, da criação de meios alternativos, da participação nas mídias massivas e até mesmo da resignificação de espaços hegemônicos de comunicação e das lutas representativas no espaço público.

Reforçamos a relevância de pensar uma cidadania comunicativa multidimensional, que inclua questões de identidade, comunicação, cultura, sociabilidades, emocionalidade, pertença e práticas sociais. Diferentes modos de exercer cidadania comunicativa podem promover manifestações no sentido de garantia de direitos e deveres, assim como projetos comunitários, debates, reflexões e expressões que se vinculem à constituição de várias dimensões cidadãs. Podem possibilitar, também, que os sujeitos desenvolvam capacidades e lógicas de maior autonomia comunicacional, social, política e cultural vinculadas ao exercício de democracia.

As propostas de Maldonado (2013) também colaboram para ampliar nossa perspectiva, ao argumentar que a cidadania comunicacional implica no agir para a mudança social, de modo a superar o instrumentalismo e o funcionalismo, fazendo da prática comunicacional um exercício para a construção da reflexão crítica criativa e transformando-a em uma ferramenta de resistência e força de produção política emancipatória e subversora. A práxis da cidadania comunicativa pode, ainda, potencializar culturas de fraternidade e multiculturalidade democrática.

Pensamos, desta forma, que a cidadania comunicativa passa pela construção de uma comunicação mais democrática e acessível e por uma concepção dos sujeitos como agentes comunicantes, históricos, complexos e multidimensionais (MALDONADO, 2014; BONIN, 2016). A comunicação é um direito e reclama condições necessárias para que os sujeitos possam construir e erguer suas próprias vozes.

Uma questão cara às mulheres e aos movimentos feministas têm sido a luta pela conquista de espaços de fala ou, como coloca bell hooks (2019), a transição dos silêncios para a fala. É importante problematizar essa questão, visto que um dos modos que o sistema mundo capitalista patriarcal, racista e colonial possui para negar ou limitar as experiências cidadãs de determinados sujeitos é justamente a exclusão ou limitação dos espaços de produção, distribuição e circulação da comunicação. Em nossa sociedade, em que a informação é capital econômico, social e político, a comunicação é território de disputa de poder. Quanto mais afastados os sujeitos estão das esferas de poder e privilégio (afastados do homem branco, enquanto metáfora), menos legitimada é a sua expressão, sua voz, suas perspectivas e seus saberes.

Os mecanismos de silenciamento são múltiplos mesmo quando, em teoria, não há restrições legais ou formais que limitem a livre comunicação. Eles operam tanto através de punições sociais e do terror subjetivo acerca destas, quanto da deslegitimação dos sujeitos enquanto seres pensantes e críticos. As tecnologias para mantê-los são igualmente múltiplas, pois os mecanismos de silenciamento colaboram com a sustentação da ordem dominante de opressão ao trabalhar em prol do descarte de qualquer ideologia ou narrativa que perturbe suas lógicas. Alguns desses mecanismos atuam na formação de subjetividades de modo tão eficiente que conseguem com que naturalizações penetrem na sociedade.

É fundamental pensar em modos de superação destes silenciamentos; trabalhar na elaboração de imagens libertadoras e de narrativas resistentes aos sistemas opressores; construir uma cidadania comunicativa que combata a objetificação e a desumanização de mulheres e de todos os sujeitos empurrados para situações de precarização social. Como argumenta bell hooks (2019), apenas como sujeitos escutados podemos ter uma voz própria, nosso modo de expressar nossas perspectivas, nossos saberes e nosso senso crítico.

O exercício de desenvolver e manter uma voz libertadora, que emana da posição de sujeito, de ser pensante, crítico, e não de objeto, é uma forma de expressar e materializar a luta contra as opressões de classe, gênero, raça e as dominações colonizadoras.

Nossas observações exploratórias sinalizam que a cidadania comunicativa se constrói, também, nas práticas de cuidado presentes no modo de se conectar e de comunicar dos coletivos de mulheres que investigamos. Esse esforço demanda outros, entre eles o de mudar os paradigmas dos nossos modos de comunicar e de aprender a falar, como também, de escutar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste texto procuramos explorar perspectivas para problematizar o conceito de cidadania e a considerar a dimensão comunicacional em sua problematização. Nosso itinerário reflexivo nos levou a questionar criticamente as restrições da noção liberal e capitalista de cidadania em sua incapacidade de resolver o problema das desigualdades e exclusões sociais; a reivindicar uma perspectiva multifacetada de cidadania, que permita incluir dimensões vinculadas à cultura, às identidades culturais e à comunicação.

As perspectivas trabalhadas tomam a comunicação como dimensão estratégica dos processos de construção, extensão, conquista e exercício da cidadania e permitem pensar que a construção da cidadania comunicativa se vincula, entre outros aspectos, à apropriação da comunicação para construir comunidades de convivência e de luta, refletir criticamente sobre a realidade, organizar e coletivizar demandas, lutar por reconhecimento social e pela emancipação. Diante dos processos de mediatização social e da instituição das mídias como componentes relevantes do espaço público contemporâneo, a construção da

cidadania comunicativa passa também pela reflexão crítica em relação aos ambientes midiáticos, pela ocupação estratégica e apropriação dos espaços midiáticos de forma que contribuam para construir comunidades, disputar narrativas, conscientizar e educar, coletivizar demandas e participar da sociedade.

REFERÊNCIAS

- BONIN, Jiani. Questões metodológicas na construção de pesquisas sobre apropriações midiáticas. *In*: MOURA, Cláudia Peixoto de; LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. (Org.). **Pesquisa em comunicação**: metodologias e práticas acadêmicas. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016. p. 213-231.
- BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz. Introdução - Cidadania e direitos: aproximações e relações. *In*: BOTELHO, André; SCHWARCZ, Lilia Moritz (Orgs.). **Cidadania, um projeto em construção**: minorias, justiça e direitos. São Paulo: Claro Enigma, 2012. p.7-25.
- BUTLER, Judith. **Corpos em aliança e política das ruas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- ELIAS, Nbert. **A Sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.
- GUIA, Bruna Lapa da. **Feminismo e cidadania comunicativa**: usos e apropriações digitais de coletivos feministas de porto alegre e Salvador. 2021. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021.
- hooks, bell. **O feminismo é para todo mundo**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2019.
- MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. *In*: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 20., 2011, Porto Alegre. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2011. Disponível em: <https://proceedings.science/compos-2011/papers/a-construcao-da-cidadania-cientifica-como-premissa-de-transformacao-sociocultural-na-contemporaneidade>. Acesso em: 11 junho. 2021.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura da mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nisia Martins do. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2013. p.31-57.

MALDONADO, Alberto Efendy. Perspectivas transmetodológicas na pesquisa de sujeitos comunicantes em processos de receptividade comunicativa. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy. (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca, Espanha: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014. p. 17-40.

MARTÍN-BARBERO, J. Diversidade em convergência. **MATRIZES**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 15-33, 2014. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/90445>. Acesso em: 11 nov. 2021.

MONJE *et al.* Ciudadanía comunicativa: aproximaciones conceptuales y aportes metodológicos. *In*: PADILLA FERNANDÉZ, Adrian. **Metodologías transformadoras**: tejiendo la red em comunicación, educación, ciudadanía e integración en América Latina. Caracas: Fondo editorial CEPAA/UNESR, 2009. p. 179-199.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Direito à comunicação comunitária, participação popular e cidadania. **Lumina**, Juiz de Fora, v. 1, n. 1, p.1-29, 2007. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/lumina/article/view/20989>. Acesso em: 11 nov. 2021.

ROCHA, Maria Custódia Jorge da. Relações de gênero, relações de poder: de uma cidadania instituída e excludente a uma cidadania comunicativa e instituinte. *In*: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO, 5., 2007. Braga. **Anais eletrônicos** [...]. Braga: Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, 2007. p.1720-1728. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/8590>. Acesso em 10 jun. 2021.

SANTOS, Boaventura de Souza. **A gramática do tempo**: para uma nova cultura política. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiaticização. *In*: Moraes, Denis de. (Org.). **Sociedade Midiaticizada**. Rio de Janeiro, RJ: Maud, 2006. p. 19-31.

SOUZA, Jessé. **Subcidadania brasileira**: para entender o país além do jeitinho brasileiro. Rio de Janeiro: Leya, 2018.

TIBURI, Marcia. **Feminismo em comum**. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.

5

Yvets Morales Medina

**AS NARRATIVAS
DO GROTESCO
E AS RESISTÊNCIAS
NOS ESPAÇOS/
TERRITÓRIOS CAMPO**

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.5

O desejo espasmódico do Quase Verdadeiro nasce apenas como reação neurótica ao vazio das lembranças, o Falso Absoluto é filho da consciência infeliz do presente sem consciência. (ECO 1984, p. 40).

INTRODUÇÃO

É a partir da noção de hiper-realidade nas perspectivas de Umberto Eco (1984) e Jean Baudrillard (1991) que surge a proposta de pensar a disputa pelo senso de realidade dos povos que se autodefinem como camponeses, indígenas/camponeses que lutam pelos territórios na América do Sul. São povos que operam na relação de integração com a natureza³⁵. O sentido de pertença e de cuidado do território determina uma configuração singular do EU camponês/camponesa. São povos e sujeitos que habitam fora da centralidade das cidades, em lugares que são espaços geográficos conhecidos no cotidiano como “campo”, geralmente relacionados a atividades agrícolas, pecuárias e pesqueiras. Segundo Milton Santos (1994, 2002), o espaço deve ser considerado “como conjunto contraditório, formado por uma configuração territorial e por relações de produção, relações sociais; [...] o espaço formado por um sistema de objetos e um sistema de ações” (SANTOS, 1994, p. 110). Ou seja: na construção e na compreensão do espaço-território-tempo, é preciso o encontro com os sujeitos para entender as relações complexas e contraditórias que se estabelecem nas dinâmicas das sociedades

35 Natureza como categoria da modernidade para entender a separação entre o corpo humano e o outro que está fora da “humanidade”. “Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso — enquanto seu lobo não vem —, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza.” (KRENAK, 2019, p. 09-10).

modernas. Assim, neste artigo, as e os camponeses³⁶ serão reconhecidas/os como sujeitos históricos, políticos e processuais que habitam e convivem no espaço/território campo.

Segundo Baudrillard (1991), a sociedade procura ressuscitar o real que se escapa no processo de produzir e reproduzir. É essa produção material da semelhança (obsessiva) que vira hiper-real.

Ela [a produção “material” – hiper-real] conserva todas as características do discurso da produção tradicional, mas não é mais que a sua refração desmultiplicada (assim, os hiper-realistas fixam numa verossimilhança alucinante um real de onde fugiu todo o sentido e todo o *charme*, toda a profundidade e a energia da representação). Assim em toda a parte o hiper-realismo da simulação traduz-se pela alucinante semelhança do real consigo próprio. (BAUDRILLARD, 1991, p. 34, parênteses meus).

Por sua parte, Umberto Eco (1984) tensiona o sentido de verdade e o falso absoluto para pensar a hiper-realidade encravada numa sociedade de consumo, onde a reprodução fiel do original, o desejo

36 No dia 17 de dezembro de 2018, a Organização de Nações Unidas adota a “Declaración sobre los derechos de los campesinos y de otras personas que trabajan en las zonas rurales” (versão espanhol). No artigo 1.1, declara: “A efectos de la presente Declaración, se entiende por “campesino” toda persona que se dedique o pretenda dedicarse, ya sea de manera individual o en asociación con otras o como comunidad, a la producción agrícola en pequeña escala para subsistir o comerciar y que para ello recurra en gran medida, aunque no necesariamente en exclusiva, a la mano de obra de los miembros de su familia o su hogar y a otras formas no monetarias de organización del trabajo, y que tenga un vínculo especial de dependencia y apego a la tierra.” Disponível em: <https://bit.ly/3pXMF-cL>. Acesso em: 13 ago. 2021. Para olhar a evolução da compreensão de camponês nos organismos internacionais, na sequência apresentamos a definição que constava no projeto da declaração, de 2013 (versão espanhol): Artigo 1.1. “Un campesino es un hombre o una mujer de la tierra, que tiene una relación directa y especial con la tierra y la naturaleza a través de la producción de alimentos u otros productos agrícolas. Los campesinos trabajan la tierra por sí mismos y dependen sobre todo del trabajo en familia y otras formas en pequeña escala de organización del trabajo. Los campesinos están tradicionalmente integrados en sus comunidades locales y cuidan el entorno natural local y los sistemas agroecológicos.” Disponível em: <https://bit.ly/2J4s0TC>. Acesso em: 13 ago. 2021. Aliás segundo Shanin, “a dualidade principal da posição dos camponeses na sociedade consiste em que são, por uma parte, uma classe social (de escasso ‘caráter de classe’ e em geral dominada pelas demais classes) e, por outro, ‘um mundo diferente’, uma ‘sociedade em si mesma’ muito autosuficiente, que ostenta os elementos de um padrão de relações sociais separado, claro e fechado”. (SHANIN, 1979 apud MARQUES, 2008, p. 50).

de realidade, ainda na reprodução absoluta da fantasia, poderia evocar um tecido artificial do cotidiano de uma sociedade que opera na acumulação de objetos. Assim, a realidade é a representação (imitação) ironicamente fiel de um original que é esquecido, e a fronteira entre realidade e imaginação se confunde, e o senso de verdade e o falso ficam em questão. Umberto Eco (1984, p. 13) afirma: “Para falar de coisas que se pretende conotar como verdadeiras, essas coisas devem parecer verdadeiras. O ‘todo verdadeiro’ identifica-se como ‘todo falso’. A irrealidade absoluta se oferece como presença real”. Eco (1984) reflete a partir da duplicação do gabinete oval da Casa Branca, o “Oval Room” fielmente reproduzido na Fortaleza do Presidente Johnson em Austin-Texas. Desse modo, faz pensar que, no imaginário do norte-americano médio, o passado deve ser conservado como cópia absoluta do formato real, de modo que o signo, ao converter-se na “coisa” mesmo, permite esquecer a existência do original de onde provém o “decalque”, para converter a fantasia da reprodução na produção de uma hiper-realidade.

Alhures do exemplo de Umberto Eco, pensa-se a hiper-realidade no *grotesco*³⁷ da realidade que habita os povos da América Latina. Esses se encontram num permanente processo de confronto e lutas com os poderes econômicos, sociais e políticos dos sistemas nacionais e transnacionais, o que implica viver num *continuum* extermínio de lideranças, de povos, de ecossistemas, agressão à vida em todas suas dimensões. Aquilo que pareceria irrealidade absoluta, um exagero, acaba tornando-se uma presença permanente, onde a “morte” se constitui em estratégia de controle do Estado e das transnacionais, para exercer coação sobre os povos e as vidas, que estão em situação de exclusão social,

37 Em castelhano, existe o termo *ESPERPÉNTICO*, que quiçá possa ser mais significativo na hora de representar a realidade da América Latina. Segundo a Real Academia Española, *ESPERPENTO* significa: “1. m. Persona, cosa o situación grotescas o estafalarias. 2. m. Concepción literaria creada por Ramón M.^o del Valle-Inclán hacia 1920, en la que se deforma la realidad acentuando sus rasgos grotescos.” Disponível em: <https://dle.rae.es/esperpento?m=form>. Acesso em: 13 ago. 2021.

econômica e produtiva. Porém, paradoxalmente, os excluídos se encontram na posse dos territórios, da água, dos minerais, dos bosques.

A condição de exclusão do espaço/território campo causa um permanente confronto entre os grupos de poder que representam o sistema capitalista e os camponeses, indígenas/camponeses que defendem a vida nos territórios. A segurança dos povos camponeses na cotidianidade está sumamente vulnerável e agredida, tanto que eles precisam reagir com estratégias de mobilização, de ações na rua, de visibilizar seus conflitos, ao mesmo tempo que recolhem seus mortos para não se esquecer de sua história. O código do relato histórico é a MORTE exemplificadora e a VIDA em constante perigo num sistema capitalista, patriarcal e colonial, que se caracteriza pela manipulação das subjetividades e a eliminação dos corpos. É possível olhar uma extrapolação do nível de vertigem da interpretação dos acontecimentos no cotidiano devido à crueldade das estratégias de dissuasão do capitalismo. Baudrillard (1991, p. 26) afirma:

É que estamos numa lógica da simulação que já nada tem a ver com uma lógica dos factos e uma ordem das razões. A simulação caracteriza-se por uma precessão do modelo, de todos os modelos sobre o mínimo facto – os modelos já existem antes, a sua circulação, orbital como da bomba³⁸, constitui o verdadeiro campo magnético do acontecimento. Os factos já não têm trajetória própria, nascem na interseção dos modelos, um único facto pode ser engendrado por todos os modelos ao mesmo tempo.

Na lógica da simulação, os fatos não são o resultado do acaso, ou de momentos não previsíveis, pelo contrário: os fatos podem ser programados a partir de modelos pré-determinados que mobilizam ou provocam os acontecimentos. Na compreensão de Baudrillard (1978, 1991), a

38 O autor faz referência a um atentado na Itália, e se pergunta: "Um dado atentado à bomba na Itália é obra dos extremistas de esquerda, ou provocação de extrema-direita, ou encenação centrista para desconsiderar todos os extremos terroristas e desprezar o seu poder vacilante, ou ainda cenário policial e chantagem à segurança pública?" (BAUDRILLARD, 1991, p. 25). Desse jeito, estamos falando sobre relações que se estabelecem entre hipóteses e causalidades possíveis que tecem vários sentidos de um modo simultâneo, sem obter a certeza de chegar na verdade.

ação da simulação é nuclear e genética, o que determina que o real seja produzido por células miniaturizadas de matrizes, memórias e modelos que serão repetidas inúmeras vezes de modo reiterativo. Aliás, os sistemas de signos também entram em tensão, já que estarão representados na sua vez pelos sistemas de equivalência que farão um decalque do signo, mas que não será o signo real. Na realidade simulada, apela-se a estratégias de persuasão para legitimar-se. “No se trata ya de imitación ni de reiteración, incluso ni de parodia, sino de una suplantación de lo real por los signos de lo real, es decir, de una operación de disuasión de todo proceso real por su doble operativo”³⁹. (BAUDRILLARD, 1978, p. 07). É assim que se chega a pensar o grotesco no viés da hiper-realidade como uma exacerbação da realidade, um tensionamento extremo do decalque do real para se chegar à hiper-realidade como a recorrência orbital de modelos de violências e à geração simulada de diferenças.

OS MODELOS DE SIMULAÇÃO NA CONSTRUÇÃO DE HIPER-REALIDADE

Os modelos de dominação se impõem através de estratégias sutis de espalhar o medo no povo, mediante a coerção e a violência contra os corpos dos sujeitos. A ideia do panóptico no século XXI ainda é eficiente, já que é exemplificadora e opera sobre as subjetividades dos sujeitos para neutralizar seus desejos. De um jeito sutil, controlam ou eliminam as narrativas de interpelação, rebeldia e autonomia que desenvolvem os povos na sua emergência de sobreviver. Bem se sabe que, em um processo de disputas de território, existem forças totalmente desiguais, que estabelecem modelos que vão determinar os

39 Em tradução livre: “Já não se trata de imitação ou de reiteração, nem mesmo de paródia, mas de uma suplantação do real pelos signos do real, isto é, de uma operação de persuasão de todo processo real pelo seu dobro operativo”. (BAUDRILLARD, 1978, p. 07).

fatos – é o modelo estabelecido por quem ostenta o poder do capital, que tem a capacidade de dissuadir e impor a narrativa imperante.

Nas narrativas hegemônicas, o importante não é a verossimilitude do acontecimento, mas a construção do relato que se elabora sobre ele; a posta em cena do falso que se apresenta como verdadeiro constitui uma *hiper-irrealidade* que se revela como real. Em outras palavras, é possível dizer que se constitui um falso que se impõe como verdadeiro, gerado a partir de repetição e legitimação de discursos simulados. É a fluidez do absurdo que frequenta a modernidade e que fornece força ao sistema capitalista, que ainda com suas estruturas debilitadas continua se regenerando, pela sua capacidade de adaptação e reconfiguração.

As situações violentas, por mais grotescas que se apresentem, não são fatos conjunturais, mas, sim, modelos de extermínio e despojo que vêm se espelhando no tempo, como assassinatos, desaparecimentos, detenções, agressões, pauperização contra todo aquele que fique fora das lógicas de exploração – extrativista, do agronegócio ou das hidrelétricas. São, em suma, violências exercidas pelos estados nacionais em contubernio com o capital financeiro e empresarial local e transnacional. Assim, gera-se um simulacro da produção, em que o espectro do real exerce pressão sobre o imaginário para posicionar a ideia do “desenvolvimento”, do “progresso” para as populações subalternas, como se os detentores do capital estivessem dispostos a fazer concessões em benefício da utopia da equidade social – outro simulacro do capitalismo. Jean Baudrillard (1991) afirma que a ideia do contrato social é uma fantasmagoria (capital como espelho da equidade da sociedade). “O capital, esse, nunca esteve ligado por contrato a esta sociedade que domina. É uma feitiçaria da relação social [...]” (BAUDRILLARD, 1991, p. 24). No sistema capitalista, essa relação com o Outro sempre será problemática, entre outras razões, pela imanência dos modelos de confronto e despojo.

Mas nem sempre o confronto é corpo a corpo. As estratégias da persuasão apagam o rastro da coerção, “a persuasão é a violência neutralizante dos sistemas”. (BAUDRILLARD 1978, p. 62, tradução minha). Portanto, a repetição orbital dos modelos de simulação levaria a acreditar em um mundo “universal” e “homogêneo” de signos neutralizados, que mantêm uma certa calma e uma disposição para a negociação; eis que já não existiria pretexto para a explosão social, pois tudo estaria abaixo do simulacro do controle⁴⁰. No entanto, para alcançar essa neutralização do imaginário, é preciso elaborar estratégias, matrizes e modelos que são legitimados pelas instituições estatais e supraestatais. Assim, por exemplo, os mesmos organismos internacionais constituem-se em aliados estratégicos do modelo, quando geram ferramentas legais para “proteger” o bem-estar dos povos indígenas e camponeses.

Para construir simulação de direitos, criam mecanismos técnicos, como a governança da terra, que consistiria na capacidade de adquirir os direitos de uso e controle da terra e de outros recursos naturais por parte de comunidades, indivíduos e entidades, na procura de estabelecer princípios e normas aceitas internacionalmente sobre práticas “responsáveis” (*Guía sobre la Gobernanza de la Tenencia*, 2014). Porém, na prática, nos territórios se tornam mecanismos para universalizar, generalizar e neutralizar os problemas que têm os povos originários e camponeses na disputa pelos territórios. Perante esse olhar funcionalista de boa-fé dos organismos internacionais, será possível desconstruir somente com outras narrativas, outras realidades como dos povos indígenas/camponeses, povos originários, povos quilombolas, povos não contatados que existem, e que têm a fortaleza de resistir e existir por mais de 500 anos de exploração do sistema capitalista na modernidade.

O rio Doce, que nós, os Krenak, chamamos de Watu, nosso avô, é uma pessoa, não um recurso, como dizem os economistas.

40 Porém, como será visto mais adiante, os povos geram seus próprios modelos de subversão para induzir explosões semióticas, muitas das vezes provocadas na fragilidade das fronteiras da semiosfera (LOTMAN, 2019).

Ele não é algo de que alguém possa se apropriar; é uma parte da nossa construção como coletivo que habita um lugar específico, onde fomos gradualmente confinados pelo governo para podermos viver e reproduzir as nossas formas de organização (com toda essa pressão externa). (KRENAK, 2019, p. 21).

Essa vida que Ailton Krenak mostra com sabedoria tem dificuldades para permear as estruturas do sistema capitalista. Enquanto isso, os intentos dos governos nacionais e transnacionais continuam avançando na imposição de estratégias de dissuasão, tecnicamente expostas para que seja seguido o roteiro dominante – em termos gerais, eficiente – e outorgar à expropriação um caráter de legitimidade no benefício dos grandes capitais. Consegue-se, então, colocar em xeque a institucionalidade, os sistemas de valores e de crenças, a confiança e a desolação dos sujeitos singulares e coletivos para fazê-los parte de uma outra realidade esvaziada.

Quando o real já não é o que era, a nostalgia assume todo o seu sentido. Sobrevalorização dos mitos de origem e dos signos de realidade. Sobrevalorização de verdade, de objetividade e de autenticidade de segundo plano. Escalada do verdadeiro, do vivido, ressurreição do figurativo onde o objeto e a substância desapareceram. Produção desenfreada de real e de referencial, paralela e superior ao desenfreamento da produção material: assim surge a simulação na fase que nos interessa – uma estratégia de real, de neo-real e de hiper-real, que faz por todo o lado a dobragem de uma estratégia de dissuasão. (BAUDRILLARD, 1991, p. 14).

Desta forma, encontra-se ante expressões de hiper-realidade, que são modelos que estão sendo reproduzidos de modos diferentes, em algumas ocasiões recorrendo à sobrevalorização da realidade dos dominantes para deslegitimar e desvalorizar processos sociais. Contudo, na atualidade, os simulacros em que o poder hegemônico é o produtor de signos de uma realidade violenta potencializada arrancam as possibilidades da ilusão, colocando em questão o real para mutar até o hiper-real.

DIGITALIZANDO A MEMÓRIA (TIPNIS), CAMINHANDO A PALAVRA (MINGA INDÍGENA)

Para as sociedades ocidentais, pode parecer que se encontram ante grupos sociais silenciosos e silenciados, que aparentemente estariam destinados ao NÃO SER, e SER objeto alvo de toda classe de simulacros. Mas não é assim. A rebeldia social demonstra o contrário. Para sobreviver mais de 500 anos, eles tiveram que ser estratégicos e aprender a conviver com um sistema capitalista, patriarcal e colonial e, ao mesmo tempo, defender sua cultura, sua cosmovisão, sua espiritualidade, a relação com os territórios. É preciso reconhecer que não foi e nem é fácil para esses povos subsistirem, e que dizer o contrário seria manter um discurso essencialista, que leva a um apagamento da sua existência em meio às vulnerações. É preciso reconhecer, também, que os modelos de coerção do sistema capitalista foram eficientes e conseguiram eliminar povos inteiros, fizeram desaparecer línguas, ocultaram saberes, julgaram crenças, anularam cosmovisões e atravessaram as subjetividades dos sujeitos com as lógicas do consumo, das violências, e, às vezes, do branqueamento da pele e das subjetividades. Mas, mesmo assim, como diz Ailton Krenak, continuam (re)existindo e resistindo.

Além disso, nos últimos 20 anos (tomando como referência a virada do milênio), a situação de vulnerabilidade tem ficado cada vez mais aterradora – se bem que os sistemas e as tecnologias da comunicação permitem maior circulação dos acontecimentos de forma simultânea e em diferentes territórios. Também é certo que os povos originários e camponeses na América Latina estão sendo atingidos, já que são os guardiões de territórios preciosos e protegidos, sendo, portanto, possuidores de minerais desejados, força hídrica e terras produtivas ricas em biodiversidade. São esses territórios que o poder do capital quer possuir e, para isso, não poupa estratégias de dissuasão.

O apelo à memória é um dos mecanismos que o povo aciona para resistir e afrontar a hiper-realidade construída, por demais grotesca, em que o código da morte se corporificou na cotidianidade da vida. Mas a vida continua, e a vida também são as montanhas com quem se fala a cada dia, o rio que ensina a fluir, as árvores que detêm a paciência da existência, as plantas que curam o corpo e a alma, e assim por diante. Cada elemento é vida que se ressignifica. Umberto Eco (1984, p. 40) afirma que “o senso da história permite evitar as tentações da hiper-realidade”. Se algo tem a América Latina, são as histórias entrelaçadas com lendas, com mitos, com ritos, com memória viva, porque a memória histórica também tem seu arranjo na tradição oral que se transmite nos papos, nos ritos, na mística, na prática cotidiana de saberes ancestrais. Porém, as narrativas se atualizam, e as práticas se sofisticam com outros mecanismos para deixar o rastro da existência. Como exemplo, há o arquivo documental do *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure*, mais conhecido como TIPNIS. É um território protegido da Bolívia que se localiza numa zona de alta diversidade biológica e, também, de povos originários – ali é espaço de convivência e de vida dos povos originários de *Mojeño-Trinitario*, *Yuracaré* y *Tsimane*. O território se encontra na faixa *subandina*, uma das regiões de maior biodiversidade do mundo.

Em 1965, foi criado o *Parque Nacional Isiboro Sécure*. Nas décadas de 1980 e 90, os grupos indígenas locais se reorganizaram e pegaram a pauta da defesa do território indígena e da área protegida, já que tiveram que enfrentar o avanço descontrolado da colonização, a exploração de minerais e o cultivo expansivo da folha de coca. Apenas em 1990, graças à organização e à mobilização dos povos indígenas, conseguiram o reconhecimento legal do Estado como *Tierra Comunitaria de Origen*, e foi a partir daí que se chamou *Territorio Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécure – TIPNIS*. (TIPNIS, [s. d.]).

Mas as ameaças nunca acabaram e se intensificaram pelas políticas estatais desenvolvimentistas com o projeto de construção da estrada *Villa Tunari-San Ignacio de Moxos*, que tensionou a relação entre os povos originários e o Estado. Em 2011, as relações foram mais complexas e violentas com as organizações indígenas do TIPNIS, o que conduziu essas a procurarem o apoio de outras comunidades para organizar uma grande caminhada desde Trinidad até La Paz (uma das capitais da Bolívia, a 394 km). A ação pressionou o governo a aprovar uma lei que interditava a construção da estrada e declarava o TIPNIS como área intangível. Em 2017, o governo retirou a intangibilidade que protegia o TIPNIS, ficando as comunidades e organizações indígenas em situação de vulnerabilidade. (TIPNIS, [s. d.]).

É possível perceber os processos de lutas e disputas se alargarem no tempo, o que demanda fortalecimento e atualização permanente da organização indígena e exige que esses povos se repensem nos territórios, na sua cultura, nas suas ancestralidades e nas relações com o Estado, a justiça, os outros “colonos”. Nessa dinâmica de disputa, a organização do TIPNIS decide organizar o Arquivo documental Isiboro Sécore, que “se constitui num aporte à recuperação da história recente do Território Indígena y Parque Nacional Isiboro Sécore (TIPNIS) e dos povos indígenas das Terras Baixas da Bolívia, para sua preservação e para seu uso na defesa dos territórios”. (TIPNIS, [s. d.]).⁴¹

Esse arquivo, que se encontra digitalizado e organizado sob critérios taxonômicos, além de ser um aporte à memória da Bolívia, também se constitui como uma estratégia de disputa dos imaginários. Utilizou-se a circulação massiva dos documentos digitalizados, mediante o envio periódico aos *e-mails* dos assinantes. Desse jeito, rompe-se a lógica do arquivo como lugar fechado e esquecido para construir

41 Fonte: página web do TIPNIS. Disponível em: <https://tipnisbolivia.org/archivo-documental/>. Acesso em: 13 ago. 2021. Na mesma fonte, diz-se que “o Arquivo está composto por quase 800 documentos de distinta natureza, que abarcam os últimos 30 anos de história da região” (tradução minha).

senso de memória e a proteção da memória na ampla circulação dos documentos.⁴² Apelando ao critério, quanto mais pessoas tiverem os registros, mais difícil será apagar o rastro da memória – aliás, gerando interesse em acompanhar o processo do TIPNIS.

Assim como as estratégias organizativas do arquivo, existem outras estratégias que apelam à criatividade dos povos, às sabedorias ancestrais. Pode até constituir-se em ações de emergência, de manter aceso o fogo do alento e, assim, encontram-se estratégias que determinam a participação do coletivo para ocupar os espaços públicos, as caminhadas das populações indígenas e camponesas. Em alguns países da América Latina, são gestos políticos que interpelam o aconchego do poder.

A centralidade urbana dos Estados Nacionais demanda, por parte das populações periféricas, um esforço de mobilizações até as cidades capitais, como aconteceu com a marcha do TIPNIS, na Bolívia, em 2011, a marcha das MULHERES AMAZÓNICAS⁴³, do Equador, em 2018, e a marcha MINGA INDÍGENA, na Colômbia, em 2020. Nesse sentido, Jean Baudrillard (1991, p. 08), na sua tese sobre a simulação do território, afirma que: “Hoje a abstração já não é a do mapa, do duplo, do espelho ou do conceito. A simulação já não é a simulação de um território, de um ser referencial, de uma substância. É a geração pelos modelos de um real sem origem nem realidade: hiper-real”.

Quiçá os modos de caminhar nos territórios encham de conteúdo a geografia por onde transitam, isso também entendido como a experiência do tempo alongado. Nesses processos, o ritual de caminhar rompe a instantaneidade e convida a pensar o significado do

42 O registro que consegui arquivar a partir dos e-mails enviados vai de 15 de novembro de 2018 até 30 de maio de 2019, com o recebimento de 759 e-mails.

43 Matéria sobre a Marcha das Mulheres Amazônicas no Equador. ANAGONÓ, Génesis. La lucha amazónica tiene voz de mujer. GK, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://gk.city/2018/03/18/mujeres-amazonicas-piden-ser-recibidas-por-lenin-moreno/>. Acesso em: 13 ago. 2021.

deslocamento, dos pés em conjunção com o chão, com o ser referencial. Então, é possível pensar em termos de antítese à destruição do real para propor mecanismos de construir a realidade e habitar o presente, de devolver o sentido à substância. E, ao mesmo tempo, é dar outro sentido à luta, é reconhecer modos diferentes de entender o coletivo/comunidade, a comida, o diálogo, a partilha, esse estar junto nas diferenças, até nas dificuldades. Não significa que durante os processos não existam problemas, disputas de poder, confusão nos objetivos. Mas, mesmo com tudo isso, existe um compromisso com a vida e com a defesa de um território ancestral.

Eis, por exemplo, a MINGA INDÍGENA, da Colômbia, um trabalho coletivo pedagógico no qual se envolve toda a comunidade para pensar, refletir, organizar, fazer todo o processo de semear, *compostar*, cuidar para colher. *Minga* (no Equador, *Minka*), significa “trabalho comunal”⁴⁴ que se realiza em benefício da comunidade. Faz parte da cosmovisão do mundo político ancestral andino e que ainda em alguns povos se conserva.

A mobilização da MINGA INDÍGENA reuniu mais de 8 mil⁴⁵ indígenas em Bogotá (de 18 até 21 de outubro de 2020), sob o lema “caminando la palabra”. Foi uma mobilização que pretendia estabelecer um diálogo com o presidente Ivan Duque, diálogo que não se concretizou. Além disso, a mobilização foi uma festa intercultural, foi a reivindicação da vida e, também, a denúncia das mortes diárias de lideranças camponesas e indígenas.

Segundo o *Instituto para el desarrollo y la paz – Indepaz*, as estatísticas demonstram que, desde 2016, quando se assinou o acordo de

44 Dicionário de Kichwa do Equador. Disponível em: https://educacion.gob.ec/wp-content/uploads/downloads/2013/03/RK_diccionario_kichwa_castellano.pdf. Acesso em: 10 ago. 2021. Em quéchua, minga (Mink'a) é “sistema de trabalho comunitário”. Disponível em: <http://etimologias.dechile.net/?minga>. Acesso em: 10 ago. 2021.

45 Dependendo do meio de comunicação, falam de 4 mil, 6 mil, até 8 mil indígenas que chegaram a Bogotá. O dado de 8 mil aqui recolhido tem como fonte a BBC News. Disponível em: <https://www.bbc.com/mundo/noticias-america-latina-54625586>. Acesso em: 13 ago. 2020.

paz na Colômbia, até 21 de agosto de 2020, foram registrados um total de mil líderes sociais e defensores de direitos humanos (DDHH) assassinados: 37,6% indígenas, 10,1% afrodescendentes e 52,1% camponeses (comunais, ambientalistas, vítimas). No período de janeiro até 20 de outubro de 2021, segundo o mesmo instituto, existe um registro de 77 massacres e 279 vítimas⁴⁶, das quais 140 são líderes sociais, defensores de direitos humanos e ambientais.

Quadro 1 – Registro de lideranças assassinadas desde a assinatura da paz na Colômbia

Ano	Quantidade
2016	21
2017	208
2018	298
2019	279
2020	310
2021 (até 18 out)	140

Fonte: INDEPAZ, PERAFÁN, 2020⁴⁷.

Os dados referenciais citados levam a repensar as violências que operam como simulacros da exploração no sistema capitalista. É possível encontrar um correlato nas estratégias da Minga Indígena, no lema “Caminando la palabra”, para resgatar o caráter simbólico das lutas indígenas camponesas, onde a palavra recobra seu valor, um gesto político de dignidade, confiança e pertença coletiva e/ou comunitária, matrizes de memória que se encarregariam de reproduzir o real de maneira indefinida. A resistência se faz desde as raízes, lembrando que há uma ancestralidade, que os saberes dos velhos não podem ser esquecidos. É a memória que fortalece a resistência e que permite aguentar no tempo.

46 Disponível em: <http://www.indepaz.org.co/informe-de-masacres-en-colombia-durante-el-2020-2021/>. Acesso em: 22 out. 2021.

47 Fonte: Instituto de estudios para el desarrollo y la paz. Disponível em: <http://www.indepaz.org.co/1-000-lideres-y-defensores-de-ddhh/>. Acesso em: 10 ago. 2020.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É imprescindível, ao fazer as considerações finais, questionar-se: acaso é muito difícil vivenciar outras narrativas para produzir a realidade? Por que modos de vida simples incomodam os modelos elitistas do poder capitalista? Por que o projeto moderno/colonial pretendeu e pretende encobrir o Outro? E Ailton Krenak (2019) se questiona:

E as pessoas que vivem nesses vales fazem festas para essas montanhas, dão comida, dão presentes, ganham presentes das montanhas. Por que essas narrativas não nos entusiasmam? Por que elas vão sendo esquecidas e apagadas em favor de uma narrativa globalizante, superficial, que quer contar a mesma história para a gente? (KRENAK, 2019, p. 10).

O questionamento do questionamento apela para além dos mundos que coexistem na modernidade, para superar o projeto moderno/colonial mediante a construção de outros modos de existir (ser, pensar, sentir, amar), em um movimento emancipador, como propõe Enrique Dussel (1994), com a trans-modernidade⁴⁸. Afinal, quanto menos coexistem, mais se multiplica a representação do grotesco, através dos modelos de exploração, hegemonia, violências justificadas nas lógicas de desenvolvimento e progresso, que levam a interpelar o projeto da humanidade como faz Ailton Krenak (2019). Foi possível olhar os tensionamentos que existem nas narrativas sobre a realidade, os modelos de simulação com estratégias de violências exacerbadas, que nos levam a encontrar na categoria “grotesco” um modo de explicar a construção de uma hiper-realidade – atrelada à compreensão de um senso de realidade, baseado na produção e na reprodução obsessiva de matrizes e modelos, esses baseados no exercício das violências como estratégias de dissuasão e, ao mesmo tempo, de imposição.

48 “Para la superación de la ‘Modernidad’ (no como Post-modernidad, que ataca a la razón en cuanto tal, desde el irracionalismo de la inconmensurabilidad, sino como Trans-Modernidad, que ataca como irracional a la violencia de la Modernidad, en la afirmación de la ‘razón del Otro’), será necesario negar la negación del mito de la Modernidad”. (DUSSEL, 1994, p.176).

Porém, também se encontra a existência de correlatos que fazem um contraponto aos acontecimentos que antecedem as narrativas do grotesco. Os grupos sociais organizados pela defesa dos direitos dos povos camponeses e indígenas conseguem, de algum modo, desequilibrar e interpelar essa realidade, estabelecendo estratégias de sobrevivência para dar resposta ao esvaziamento de sentido, pela reprodução obsessiva e orbital dos modelos de espolição exercidos na lógica da simulação, num sistema de concentração capitalista, patriarcal e colonial. Aliás, este trabalho é parte de um processo de repensar a apropriação e o tensionamento de categorias que se constroem no norte global e com as quais, desde a comunicação, é possível dialogar, com intuito de estabelecer modos de ressignificar categorias, na compreensão dos autores que as desenvolveram.

REFERÊNCIAS

- ANAGONÓ, Génesis. La lucha amazónica tiene voz de mujer. **GK**, 18 mar. 2018. Disponível em: <https://gk.city/2018/03/18/mujeres-amazonicas-piden-ser-recibidas-por-lenin-moreno/>. Acesso em: 13 ago. 2021.
- BAUDRILLARD, Jean. **Simulacros e Simulação**. Lisboa: Relógio d'Água, 1991.
- BAUDRILLARD, Jean. **Cultura y simulacro**. Barcelona: Editorial Kairós, 1978.
- DUSSEL, Enrique. **1492 el encubrimiento del otro: hacia el origen del mito de la modernidad**. La Paz: UMSA. Facultad Humanidades y Ciencias de la Educación Plural Editores, 1994.
- ECO, Humberto. **Viagem na irrealidade cotidiana**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.
- KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Editora Schwarcz S.A, 2019.
- LOTMAN, Iuri. **La semiosfera**. Lima: Universidad de Lima Fondo Editorial, 2019.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. Agricultura e campesinato no mundo e no Brasil: um renovado desafio à reflexão teórica. *In*: PAULINO, Eliane Tomiasi; FABRINI, João Edmilson. (Org.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN DEL ECUADOR. **KICHWA, Runa Shimi – Mishu Shimi Kichwa – Castellano Mishu Shimi – Runa Shimi Castellano – Kichwa**. Quito: MINEDUC, 2019. Versão on-line. Disponível em: <https://bit.ly/3l4kN2Q>. Acesso em: 10 ago. 2021.

NACIONES UNIDAS. Asamblea General Naciones Unidas Tercera Comisión. **Declaración de las Naciones Unidas sobre los derechos de los campesinos y de otras personas que trabajan en las zonas rurales**. Bolívia, out. 2018. Versão on-line, espanhol. Disponível em: <https://bit.ly/3608qAA>. Acesso em: 13 ago. 2021.

NACIONES UNIDAS. Asamblea General Naciones Unidas Consejo de Derechos Humanos. **Declaración sobre los derechos de los campesinos y de otras personas que trabajan en las zonas rurales [proyecto]**. 15 ao 19 julho 2013. Versão on-line, espanhol, 2013. Disponível em: <https://bit.ly/2J9VpMa>. Acesso em: 13 ago. 2021.

PERAFÁN, Leonardo González. 1.000 LÍDERES Y DEFENSORES DE DDHH. **Indepaz**, 21 ago. 2020. Disponível em: <http://www.indepaz.org.co/1-000-lideres-y-defensores-de-ddhh/>. Acesso em: 10 ago. 2021.

REAL ACADEMIA ESPAÑOLA. **Diccionario online**. [s./d.]. Disponível em: <https://dle.rae.es/esperpento?m=form>. Acesso em: 13 ago. 2021.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e mio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC, 1994.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço**. São Paulo: EDUSP, 2002.

TIPNIS. **ARCHIVO documental Isiboro Sécre**. Versão online. [s.d.]. Disponível em: <https://tipnisbolivia.org/archivo-documental/https://tipnisbolivia.org/>. Acesso em: 13 ago. 2021.



6

Vanessa Drehmer

**ESTUDOS SOBRE
MASCULINIDADES
PARA ALÉM
DA HEGEMONIA**

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.6

INTRODUÇÃO

Os estudos sobre as masculinidades são recentes, surgindo como tema central de investigações apenas na década de 1990. Antes disso, o termo aparecia em estudos que problematizavam as teorias dos papéis de gênero, sobre o que seriam comportamentos socialmente aceitos, considerando sexo e gênero como imbricados, a feminilidade própria do sexo feminino e a masculinidade inerente ao sexo masculino.

No período que antecedeu o início das produções sobre o tema, o termo “masculinidade hegemônica” é citado por R. W. Connell (2013), o que provoca debates até os dias de hoje, surgindo como termo questionável e que acaba por excluir as masculinidades que não se enquadram em um modelo supostamente preponderante, como as negras e indígenas, não-heterossexuais, transexuais e de portadores de deficiências, assim como outras tantas outras que não são representadas por esse padrão.

Neste artigo pretendemos fazer um breve estado da arte, levantando algumas produções sobre masculinidades não-hegemônicas (em especial as negras e não-heterossexuais) de autores brasileiros e estrangeiros. Encontramos estes referenciais teóricos, artigos, dissertações e teses a partir do estado da arte realizado para a dissertação de mestrado, em que a busca inicial foi ampla, a partir da palavra-chave ‘masculinidade’, em bancos de dados como a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD) e Scielo, nos deparando com abordagens que extravasam a temática das masculinidades hegemônicas, que articulavam com os marcadores sociais da diferença.

Não temos a pretensão de abarcar em poucas páginas toda a produção de um tema que, apesar de contemporâneo, já rende centenas de produções nacionais e internacionais. Nosso objetivo é realizar um panorama de como alguns autores relacionam suas produções com as masculinidades, e como procuram problematizar o termo “hegemônico”.

Inicialmente, buscamos analisar autoras que abordavam o tema dos papéis de gênero antes mesmo das masculinidades se tornarem um tema a ser problematizado, como Margaret Mead (2003) e Simone de Beauvoir (1967), que discorreram sobre o assunto na primeira metade do século XX. Na sequência, trouxemos as primeiras produções sobre o tema, dos autores Connell (1987; 2005), Connell e Messerschmidt (2013) e Almeida (1995), ocorridas entre as décadas de 1980 e 1990. Adiante, abordamos as masculinidades não-hegemônicas, dando atenção especial neste artigo às negras e não-heterossexuais. As produções brasileiras finalizam este artigo, com as colaborações de Nolasco (1993), Muszkat (2018), Oliveira (2006) e Medrado e Lyra (2008).

MUITO ANTES DAS MASCULINIDADES: OS PAPÉIS DE GÊNERO

A divisão entre homens e mulheres procura justificar a ideia de que há papéis distintos para ambos, atribuídos em função de características biológicas, sexuais, que seriam consideradas inatas dos corpos, além das construções sociais que ocorrem a partir desta segmentação. A partir do que se chamou de “primeira onda” do feminismo, entre o final do século XIX e início do século XX, mulheres brancas e de classe média questionaram as posições de desigualdade, exigindo direitos iguais aos homens, como direito ao voto e à educação. A partir da década de 1930 o conceito de papéis sociais passa a ser difundido, como se cada indivíduo tivesse uma posição na sociedade e precisasse desempenhar um papel, um determinado tipo de comportamento aceito pelo coletivo. Entre os atributos estava o sexo, em que homens e mulheres deveriam desempenhar papéis culturalmente construídos, ou seja, os papéis sexuais (PISCITELLI, 2009). Ainda na mesma década, Margaret Mead (2003) problematiza a teoria dos papéis, a partir de

um estudo publicado com o título de “*Sexo e temperamento*”, realizado com povos da Guiné, com culturas distintas à estadunidense, da qual a antropóloga se originava, constatando que as noções de feminilidade e masculinidade não eram fixas, variando de uma cultura para a outra, não tendo relação com o sexo biológico dos indivíduos. Na década seguinte, Simone de Beauvoir publica “*O Segundo Sexo*”, obra na qual considera que é preciso enfrentar as questões sociais que colocavam as mulheres em posição subalterna e homens como dominadores. Para ela, mais que exigir leis e direitos, seria preciso lutar contra conceitos estabelecidos socialmente, a partir de uma lógica euro-americana de modelo de família nuclear, como a concepção de que mulheres deveriam ser educadas para servir aos homens, que seriam destinadas ao casamento e à maternidade, assim como permitia mais liberdade sexual aos homens, os quais também podiam escolher suas profissões e ter melhores salários que elas, entre outros aspectos que eram considerados até então culturalmente normais na sociedade ocidental da primeira metade do século XX. Lamentavelmente, as lutas dos movimentos feministas desta época defendiam as mulheres brancas e de classe média, sem considerar mulheres de outras etnias e classes sociais menos favorecidas, que precisavam formar a força de trabalho para que as demais pudessem sair em busca dos seus direitos.

Mead e Beauvoir questionaram os papéis atribuídos culturalmente a partir das diferenças biológicas, problematizando a ideia de que homens e mulheres teriam funções inatas que os distinguiam. É apenas a partir da década de 1970 que surgem as primeiras produções que utilizam o termo “papel masculino”, criticando o patriarcado, que consiste em colocar o homem como o sujeito que tem poder sobre sua esposa e filhos, além de questionar a posição opressora destes homens com relação às mulheres. Até a década de 1980 as produções que falam sobre os homens os colocam em posição de poder e dominação com relação às mulheres, mas até então as masculinidades ainda não são problematizadas, não são objeto central de estudos e pesquisas.

AS PRIMEIRAS PRODUÇÕES SOBRE O TEMA

É a partir da década de 1980 que surgem os primeiros trabalhos que buscam aprofundamento e enfocam no conceito de masculinidade. Em 1995 Robert William Connell (hoje Raewyn Connell) lança “*Masculinities*” (sem tradução para a língua portuguesa), obra dividida em três partes, sendo que na primeira a socióloga australiana traz as tentativas que a levaram a criar uma ciência da masculinidade a partir das perspectivas psicanalíticas e sociais, sobre a teoria dos papéis sexuais, trazendo as crenças do que se supunha uma “masculinidade verdadeira”, as ideias que defendiam que o conjunto de ações e comportamentos que compõem o ‘ser homem’ estão inerentes ao corpo, que são atributos biológicos e naturais. Na segunda parte ela traz os relatos referentes a um estudo de campo realizado com quatro grupos de homens, com entrevistas e histórias de vida de indivíduos, muitos deles não tendo as características de uma masculinidade dita hegemônica, mas que eram cúmplices de um projeto patriarcal de dominação e poder. E na última parte faz um apanhado histórico sobre a masculinidade nos últimos séculos, sobre questões políticas, as transformações do presente e o que se espera do futuro. Esta obra é considerada uma das mais populares entre os estudos das masculinidades. De acordo com a própria autora, durante os anos que antecederam a publicação desta obra, surgiram livros e conferências que tratavam sobre a masculinidade, mas que ignoravam ou distorciam estudos e dados investigativos, assim como determinadas campanhas publicitárias que valorizavam a uma suposta diferença natural e a verdadeira masculinidade, além de um movimento neoconservador que ia contra os avanços dos direitos das mulheres e dos homossexuais, então se constatou a importância de uma obra embasada e séria sobre o tema (CONNELL, 1995).

Connell tem outras produções sobre estudos de gênero que tem importância para o campo, mas destacamos alguns que são mais

relevantes para as masculinidades, os quais são “*Gender and Power*”, de 1987, onde traz pela primeira vez o conceito de masculinidade hegemônica. O termo, que na década de 1980 serviu para provocar discussões, hoje continua sendo entendido por estratos da sociedade como um padrão de normalidade e, por outros grupos, como conceito que deve ser problematizado e repensado. A autora escreve em conjunto com James W. Messerschmidt, em 2013, um artigo intitulado “*Masculinidade hegemônica: repensando o conceito*”, que justamente propõe pensar em múltiplas masculinidades. O termo “hegemonia” foi utilizado, em 1987, de acordo com a própria autora, inspirada em escritos de Gramsci, que focavam “dinâmicas da mudança estrutural envolvendo a mobilização e a desmobilização de classes inteiras” (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 243). O termo é questionável pois acaba normatizando um conjunto de atributos inatingível para a maioria dos homens. Para Connell e Messerschmidt,

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL; MESSERSCHMIDT, 2013, p. 245).

Um padrão hegemônico acaba por subordinar as demais formas de ser homem, como se fossem menores ou menos autênticas. Como acontece com homens homossexuais, que sofrem violência por parte de homens heterossexuais, isso sem falar nas agressões que outros grupos sofrem, como negros, pobres, transexuais e indígenas. Ainda, para Connell e Messerschmidt, “Qualquer estratégia de manutenção do poder é mais comumente envolvida na desumanização de outros grupos e num correspondente definhamento da empatia e do envolvimento emocional subjetivo.” (2013, p. 271).

Em 1995 antropólogo português Miguel Vale de Almeida lança a obra “*Senhores de Si*”, baseado em um estudo etnográfico dentro de uma pequena comunidade em Portugal. Almeida mora nesta localidade por um ano e convive com os seus habitantes, buscando informações sobre o funcionamento da família, trabalho, relações de poder, a política, uso do dinheiro, as sociabilidades masculinas e os locais de homens, como o café, as festas e as touradas e a educação de crianças e adolescentes dentro desse meio. O autor utiliza como referência o conceito de *habitus* de Pierre Bourdieu para abordar as dicotomias e divisões de atividades e funções entre homens e mulheres no local, assim como traz o conceito de masculinidade hegemônica de Connell, em função dos homens não apenas estarem em constante troca simbólica com as mulheres da aldeia, mas também com outros homens, sejam os colegas de trabalho ou seus superiores, seus amigos do café e os demais homens da comunidade, estabelecendo uma relação de dominantes e subordinados nessas esferas. Almeida também aponta a necessidade de demonstrar a sua masculinidade a partir de aspectos sexuais; não podendo fazê-la de forma visível, acabam utilizar o discurso verbal para agredir e se afastar da homossexualidade, buscando nas palavras aproximar o homossexual do mundo feminino. “Este recurso retórico é usado em todas as relações competitivas e conflituosas entre homens, seja no trabalho, nos negócios ou no jogo.” (ALMEIDA, 1995, p. 41).

AS MASCULINIDADES NÃO-HEGEMÔNICAS

Como já dissemos, o surgimento do termo “masculinidade hegemônica”, provocou debates sobre o que seria esse modelo e abordagens do que seriam as masculinidades que não se enquadram nesse modelo, ditas como não-hegemônicas., como as negras, indígenas, não-heterossexuais, de homens portadores de deficiências e pobres

são algumas formas que não são abarcadas por esse suposto modelo. Neste artigo trouxemos autores que tratam das masculinidades negras e das não-heterossexuais como forma de exemplificar as produções que se contrapõem à problemática expressão acima referida.

Alan Augusto Moraes Ribeiro e Deivison Mendes Faustino elaboram, em 2017, um artigo que tem como título *“Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora”*, que faz um levantamento dos estudos dessas masculinidades e do peso de ser negro em um país que ainda subjugava pessoas pela raça. Os estereótipos que homens negros carregam geralmente possuem conotação sexual (remetendo os sujeitos ao exercício de habilidades eróticas), a discriminação racial, exclusão de espaços, a violência, letalidade física e desigualdades econômicas. Os autores realizaram uma divisão dos estudos de masculinidades negras em três abordagens interpretativas, as quais se ‘dividem em “raça e gênero” (em que há uma centralidade de “raça” sobre o gênero), “gênero e raça” (onde as questões de gênero antecedem as de raça) e a intersecção das duas, aparecendo imbricadas e complementares.

JJ Bola é um autor negro nascido na República Democrática do Congo, e que atualmente mora no Reino Unido. No livro *“Seja homem: a masculinidade desmascarada”* o autor fala das violências que crianças adolescentes e adultos do sexo masculino sofrem por outros homens com relação às condutas da masculinidade, questionando por que certas atitudes fazem deles mais ou menos masculinos perante a sociedade. No decorrer dos capítulos ele fala sobre amor, consentimento, política, igualdade de gêneros, interseccionalidades, esporte e os homens nas redes sociais. Como pano de fundo de toda a publicação, ele problematiza o patriarcado, que mesmo aparente, em muitas relações ele parece velado, e assim se perpetua, por várias gerações. Bola afirma que

O sistema e a ideologia do patriarcado catequizam tanto os homens quanto as mulheres sobre o que é a masculinidade

e também a virilidade, sobre o que é ser um menino e o que significa ser um homem. Mas esse é sistema e uma ideologia que foram criados e são mantidos pelos indivíduos, e, por isso, eles podem ser modificados, transformados e erradicados da mesma forma, também pelos indivíduos. (BOLA, 2020, p. 156)

Ainda com relação às masculinidades negras, Henrique Restier e Rolf Malungo de Souza organizam a coletânea de trabalhos sobre o tema na obra *“Diálogos contemporâneos sobre homens negros e masculinidades”*, lançado em 2019 e que problematiza várias questões em cima do machismo, racismo e sobre o lugar dos homens negros diante desses pontos. Os artigos são pertinentes às problemáticas do racismo estrutural e sobre as masculinidades que buscam inferiorizar o homem negro, como as perspectivas que procuram atribuir estereótipos que remetam a figura de um homem “bruto, degenerado crônico, moralmente deficitário e pouco promissor.” (RESTIER, 2019, p. 37), assim como os clichês que distorcem características dos seus corpos, como atribuir força sobre-humana, porte físico ultrarresistente e detentor de uma sexualidade desenfreada, sendo o pênis o ponto central da fetichização. A obra em si reflete sobre a urgência do tema nas discussões, já que a maioria carcerária no Brasil é composta de homens negros, assim como os negros que morrem vítimas do tráfico ou de violência policial.

As masculinidades não-heterossexuais englobam todas aquelas que não se identificam com o modelo heterossexual cisgênero. O historiador Fernando Seffner aborda em sua tese chamada *“Derivas da masculinidade: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual”* aprofundamentos sobre questões da masculinidade bissexual, abordando conceitos de identidade e representação, o que implica reconhecer-se como homem bissexual. Além do aprofundamento teórico da obra, o autor também faz a construção de sua tese com relatos de indivíduos que se dispuseram voluntariamente. Ele também aborda as questões sobre os estereótipos que os bissexuais carregam, como o da promiscuidade. De acordo com Seffner,

a palavra bissexual está relacionada muitas vezes de forma confusa ou distorcida, com outros termos como travesti, transexual, homossexual, hermafrodita, o que geralmente ocorre em jornais ou revistas. Além dos estereótipos negativos e distorções quanto ao seu conceito, criam-se dicotomias a fim de distanciar heterossexuais e bissexuais, tal como a diferenciação dos sistemas de relações que cria divisões como, por exemplo, o sistema homem versus bicha, em que aparece a visão tradicional de que o homem é sempre ativo e masculino, enquanto a bicha é passiva e feminina (SEFFNER, 2016). E, além desses dados mencionados, a bissexualidade é relacionada a pandemia do vírus da aids, culpando os homens bissexuais pela disseminação do vírus.

Ainda sobre o viés das masculinidades não-heterossexuais, Guilherme Almeida aborda no artigo “*‘Homens Trans’: novos matices na aquarela das masculinidades?*” reflexões sobre homens trans e faz nesse texto um panorama, identificando brevemente as formas variadas da transição por grupos que fazem sua assiguação para o gênero masculino, os quais são: aqueles que não desejam um total descolamento do feminino, utilizando roupas e certas atitudes com características masculinas mas deixando alguns traços do feminino; os que apenas se vestem como homens, sem transformações estéticas ou corporais; os que realizam performances públicas com roupas e acessórios masculinos, utilizam hormônios mas optam por não realizar procedimentos cirúrgicos, assim como um último grupo que faz uso de todos os recursos disponíveis para as suas modificações corporais, como as cirurgias, próteses, hormônios e vestimentas, tal como reconhecimento jurídico de nome e sexo. Almeida também fala das dificuldades que os homens trans relatam com relação à discriminação

[...] há frequentes experiências de discriminação compostas de marcos, como a rejeição do lugar outorgado pelo binarismo de gênero (baseado na leitura inicial de sua genitália) e por experiências sociais variadas de sexismo e homofobia em decorrência dessa rejeição (ainda na infância e prolongando-se

na idade adulta). Essas experiências e marcos culminam na decisão de, em algum momento da vida, reclamar a identidade masculina. Tal decisão é associada não só à possibilidade de obtenção de conforto psíquico, mas de respeito e reconhecimento social. (ALMEIDA, 2012, p. 517).

O TEMA DAS MASCULINIDADES NO BRASIL

Como já indicamos no capítulo introdutório, procuramos realizar um breve estado da arte, onde buscamos abordagens para além do conceito de masculinidades hegemônicas. Além das masculinidades não-heterossexuais e negras que trouxemos neste artigo, apresentamos um pequeno número de produções brasileiras que consideramos relevantes para o debate, algumas que, em nossa opinião, colocam de maneira equivocada o homem como vítima de um sistema opressor, outras que buscam problematizar de que formas os homens operam nesta lógica heteronormativa, colocando-os como parte deste sistema, e não apenas como uma vítima.

Uma das primeiras produções brasileiras sobre o tema foi do psicólogo Sócrates Nolasco, que em 1993 lança o livro *“O mito da masculinidade”*, baseado em pesquisas com grupos de homens, com objetivo de verificar os aspectos de família e paternidade, trabalho, violência, intimidade e dilemas contemporâneos do que é ser homem. Os relatos dos homens desse grupo demonstram “elevado nível de tensão e angústia quando falávamos sobre o significado de ser homem” (NOLASCO, 1993, p. 11), além de relatos de solidão e sofrimento. Apesar da obra trazer importantes elementos para reflexão das masculinidades, o homem aqui é colocado como peça frágil e em permanente crise, como vítima deste padrão masculino que lhe causa sofrimento, e não necessariamente sobre o seu papel opressor perante as mulheres. Isso ocorre, quando por exemplo, ele fala sobre questões de sexualidade:

O apelo sexual que circunda os homens, aliado a um estado de alienação da dinâmica e dos significados de suas subjetividades, torna-os escravos dos próprios desejos, na medida em que não se sentem livres para dizer não aos apelos da ordem social. São tantos os obstáculos que se interpõem entre dois homens que, uma vez proibidos de estabelecerem contato uns com os outros, resta senão reproduzirem mecanicamente o que está definido em seu papel social. Desta forma, ficam impossibilitados de realizarem a partilha de seus sonhos e dores mais íntimos, sem o que não há como caminharem em direção a seus desejos e realizarem relações de encontro e de entrega. (NOLASCO, 1993, p. 128).

Mesmo assim, as suas reflexões são interessantes pelo ponto de vista de que homens estão inseridos culturalmente em masculinidades que parametrizam comportamentos, e que devem ser problematizados e repensados.

A psicóloga Malvina Muszkat vai em direção semelhante à de Nolasco, no seu livro *“O homem subjugado”*, de 2018, por acreditar que “o masculino em nossa cultura é tão subordinado quanto o feminino” (MUSZKAT, 2018, p.8). Diferente dos autores trazidos até então, ela aborda a infância e como se atribuem papéis sociais para meninos e meninas desde bebês, sobre a castração dos afetos, espécie de ritos de passagem que os meninos são submetidos como forma de assegurar que se tornarão homens. Ela traz elementos da masculinidade hegemônica e os problematiza, como por exemplo o estereótipo de herói, que muito mais do que coragem e a habilidade com armas, ele prefere exibir seu poder e dominação, perpetuando a hegemonia do falo.

Esse modelo de herói é aquele que tem servido de inspiração para o exercício dos pequenos poderes e entre estes as ações que iludem os homens com o falso sentimento de reassseguramento, como ao exercer, por meio da força, o domínio sobre sua mulher. Trata-se de um herói acovardado, cada dia mais desgastado e condenado à extinção. (MUSZKAT, 2018, p. 79)

“A construção social da masculinidade” é o livro que se originou da tese do sociólogo Pedro Paulo de Oliveira, lançado em 2004, no qual ele aprofunda questões da masculinidade e temas transversais, tratando o tema por uma perspectiva crítica com relação à visão vitimária. Ele realiza suas reflexões em cinco capítulos, sendo que o primeiro aborda questões relacionadas à história, como guerras, nazismo, ideais burgueses, a racionalidade, a busca pelo corpo perfeito. No capítulo dois traz as questões contemporâneas, tais como o mercado de trabalho, a crise na família, o consumismo e o modismo. O capítulo três tem como enfoque as discussões políticas e acadêmicas, espaços conhecidos por serem predominantemente frequentados por homens. Nesse capítulo traz para discussão a questão dos discursos vitimários da masculinidade, os movimentos gay, de conservadores e cristãos. O autor argumenta, a respeito dos conservadores:

O interessante no caso dos conservadores é o fato de que eles sejam, neste momento, incitados a virem a público para defender o que até então, pelo menos até poucas décadas atrás, era tido como “natural”, ou seja, os privilégios e as prerrogativas de poder atribuídas aos homens, dentro do regime de gênero. No atual quadro de mudanças societárias, esses privilégios e prerrogativas não estão mais sendo aceitos com tanta facilidade, como acontecia algumas décadas atrás. Os conservadores aparecem principalmente alinhados com os discursos religiosos, ou então paramentados com uma roupagem aparentemente mais moderna, como no caso do movimento mitopoético. (OLIVEIRA, 2004, p. 159)

O movimento mitopoético é uma frente que utiliza dos conceitos junguianos e dos arquétipos de gênero para defender um estado de equilíbrio e maturidade, harmonizando-se com padrões de uma masculinidade típica, hegemônica. Para os mentores desse tipo de movimento, a socialização de homens por mulheres, sejam suas mães ou professoras, é que seria a causa de homens sentirem-se inadequados perante os atributos masculinizantes. Este tipo de movimento é frequentado predominantemente por homens brancos, ricos,

heterossexuais, com formação superior e idade entre 35 e 60 anos. Este tipo de pensamento acaba por reforçar os aspectos de uma masculinidade hegemônica enquanto promove que outras formas de ser homem seriam menos legítimas.

No capítulo quatro, Oliveira aborda as questões comportamentais, como uma suposta crise da masculinidade, em função das exigências de uma masculinidade hegemônica inatingível para a maioria dos homens, enquanto ocorrem transformações na relação entre os gêneros e no próprio conceito de masculinidade. Por fim, no capítulo cinco, aborda as vivências interacionais da masculinidade, o seu valor social (simbólico) assim como em âmbitos diversos, como a publicidade, que frequentemente reforça aspectos hegemônicos do homem. Para Oliveira,

Vivências interacionais produzem consensos e, neste sentido, aproximam-se das diversas formas de comunicação para a conformação, sendo uma linguagem em que estruturas de comportamento se reproduzem através de modelos reiterados em várias instâncias de expressão simbólica, tais como filmes, romances, fábulas, lendas, anedotas, canções, entre outros. Funcionam também como forma de controle social a partir da reiteração de prescrições assumidas como legítimas e adequadas e, assim, aproximam-se de outras formas de controle social, como, por exemplo, a fofoca e o mexerico. (OLIVEIRA, 2004, p. 265).

Benedito Medrado e Jorge Lyra são professores na Universidade Federal de Pernambuco e trabalham com as questões das masculinidades além do ambiente acadêmico. Medrado coordena o GEMA (Núcleo Feminista de Pesquisas em Gênero e Masculinidades) e Lyra é um dos fundadores do Instituto Papai, que trabalha no desenvolvimento dos homens com relação a questões de sexualidade, desconstrução do machismo e revisão dos sentidos da masculinidade e processos de socialização⁴⁹. Em conjunto, eles produzem artigos sobre masculinidades, e são uns dos principais nomes dos estudos no país.

49 Sobre o Instituto Papai: http://www.papai.org.br/antigo/conteudo/view?ID_CONTEUDO=537 – acesso em 14/08/2021.

Um dos mais importantes escritos é *“Por uma matriz de gênero feminista para os estudos de homens e masculinidades”*, publicado em 2008 na Revista Estudos Feministas. Eles propõem nesse trabalho um apinhado geral das produções feministas que salientam as contribuições para a discussão das masculinidades, na perspectiva da saúde, sexo/gênero (a partir do marco teórico de Gayle Rubin, que problematiza essa relação, em 1975) e poder. Eles citam as concepções que orientam os estudos de masculinidades, a partir de Figueroa-Perea, que organizou em 5 perspectivas, que são: “1) satanização dos homens”; 2) “homens como vítimas”; 3) “autoflagelação”; 4) “desigualdades de gênero patriarcais”; e 5) “uma leitura que contextualiza as normas”.” Além disso, discorrem sobre o constante uso da expressão ‘masculinidade hegemônica’ que acaba provocando uma leitura binária, que não reconhece a dimensão relacional de gênero (MEDRADO; LYRA, 2008), assim como expressões que não enfatizam o entendimento das pesquisas sobre o tema, como por exemplo “crise da masculinidade”.

A partir das pesquisas trazidas neste levantamento que buscou questionar o conceito de masculinidade hegemônica, refletimos que, no âmbito da comunicação brasileira, as masculinidades manifestadas na mídia ainda representam muito de um modelo de homem branco, heterossexual, jovem, bem-sucedido financeiramente e com corpo magro. Seja nos meios de comunicação tradicionais, como a televisão aberta, ou nas redes sociais que fazem parte da internet, ainda é predominante a circulação de um estereótipo de homem com os atributos acima mencionados, sem contemplar, ou fazendo de forma distorcida, os corpos masculinos de negros, indígenas, gays, transexuais, bissexuais, gordos, portadores de deficiência, entre tantas outras formas de retratar o masculino. Ao nosso ver, já existe um movimento que procura desconstruir a norma, desconstruindo um modelo ensinado e perpetuado há tantas décadas dentro da comunicação. A publicidade tem provocado o debate ao trazer

corpos não convencionais que representem a diversidade⁵⁰, assim como novelas que deixam de representar personagens LGBTQIA+ de forma caricata, com traços excessivamente marcantes (como os gays afeminados e histéricos), formato comum até as décadas de 1990, e passam a se referir a estas pessoas com mais respeito às suas características físicas e emocionais⁵¹.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir das produções trazidas neste artigo podemos verificar que, apesar das masculinidades serem um tema relativamente novo dentro das pesquisas, existem produções que levantam questões pertinentes. Observamos que o termo ‘masculinidade hegemônica’ ainda é frequentemente pautado e problematizado em diversos trabalhos, com objetivo de deixar claro de que não existe uma única masculinidade tida como a ideal. Esse modelo hegemônico não leva em consideração as masculinidades diversas que escapam do modelo predominantemente branco, heterossexual, saudável e bem-sucedido financeiramente e, mesmo assim, determinados grupos religiosos e conservadores utilizam esses atributos como ideais a serem seguidos. As contribuições dos autores trazidos nessa análise são um contraponto que serve de base para análises e debates sobre as mais variadas formas de masculinidade.

A partir da problematização do que seria o modelo hegemônico, os debates sobre essa temática se tornam regulares, o que

50 A marca de perfumaria O Boticário vem realizando campanhas em que traz personagens que representam gays, lésbicas, idosos, portadores de deficiência, como na campanha de Dia dos Namorados de 2021, intitulada “Amor é sempre amor”: <https://youtu.be/gi3r-sEVx2wk> – acesso em 12 out 2021.

51 Em 43 anos, Globo produziu 62 novelas com personagens LGBTQs, aponta pesquisa: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2015/11/em-43-anos-globo-produziu-62-novelas-com-personagens-lgbts-aponta-pesquisa-4896360.html> - acesso em 12 out 2021.

demonstra a relevância de se questionar padrões nas representações destes corpos nos âmbitos comunicacionais, que acabam por retratar uma minoria de sujeitos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Guilherme. 'Homens trans': novos matizes na aquarela das masculinidades? **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis v. 20, n.2, p. 513-523, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/wkWvfpf58vHyvr35KTZyvtr/abstract/?format=html&lang=pt>. Acesso em 05 jul. 2021.

ALMEIDA, Miguel Vale de. **Senhores de si**: uma interpretação antropológica da masculinidade. Lisboa: Etnográfica Press, 1995.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: a experiência vivida. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BOLA, JJ. **Seja homem**: a masculinidade desmascarada. Porto Alegre: Dublinense, 2020.

CONNELL, Raewyn W. **Gender and power**: Society, the person, and sexual politics. Stanford: Stanford University Press, 1987.

CONNELL, Raewyn W. **Masculinities**. Los Angeles: University of California Press, 2005.

CONNELL, Raewyn W.; MESSERSCHMIDT, James W. **Masculinidade hegemônica**: repensando o conceito. *Revista Estudos Feministas*, Florianópolis, v.21, n.1, p.241-282, 2013. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/S0104-026X2013000100014>. Acesso em: 04 abr. 2020.

FAUSTINO, Deivison M.; RIBEIRO, Alan A. M. Negro tema, negro vida, negro drama: estudos sobre masculinidades negras na diáspora. **Revista Transversos**, Rio de Janeiro, n. 10, p. 163-182, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/transversos/article/view/29392>. Acesso em: 5 jul. 2021.

MEAD, Margareth. **Sexo e Temperamento**. São Paulo: Perspectiva, 2003.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v.16, n.3, p. 809-840. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ref/a/7VrRmvB6SNMwQL5r6mXs8Sr/?lang=pt>. Acesso em: 10 maio 2020.

NOLASCO, Sócrates. **O Mito da masculinidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1993.

O BOTICÁRIO | Dia dos Namorados 2021 – Amor é sempre amor | Comercial de TV. 25 maio 2021. 1 vídeo (52 s). Publicado pelo canal Propaganda e Música by Lalala. Disponível em: <https://youtu.be/gi3rsEVx2wk>. Acesso em: 12 out 2021.

OLIVEIRA, Pedro Paulo. **A construção social da masculinidade**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Rio de Janeiro: IUPERJ, 2004.

Quem somos. **Instituto PAPAÍ**, 2021. Disponível em: http://www.papai.org.br/antigo/conteudo/view?ID_CONTEUDO=537. Acesso em: 14 ago. 2021.

PISCITELLI, Adriana. Gênero: a história de um conceito. In ALMEIDA, Heloisa Buarque de; SZWAKO, José Eduardo (Orgs.) **Diferenças, igualdade**. São Paulo: Berlendis & Vertecchia, 2009.

RESTIER, Henrique; SOUZA; Rolf Malungo de (Orgs.) **Diálogos Contemporâneos sobre homens negros e masculinidade**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

RESTIER, Henrique. O duelo viril: confrontos entre masculinidades no Brasil mestiço. In RESTIER, Henrique; SOUZA; Rolf Malungo de (Orgs.) **Diálogos Contemporâneos sobre homens negros e masculinidade**. São Paulo: Ciclo Contínuo Editorial, 2019.

SCALEI, Vanessa. Em 43 anos, Globo produziu 62 novelas com personagens LGBTs, aponta pesquisa. In: GZH Cultura. 08 nov. 2015. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/cultura-e-lazer/noticia/2015/11/em-43-anos-globo-produziu-62-novelas-com-personagens-lgbts-aponta-pesquisa-4896360.html>. Acesso em: 12 out 2021.

SEFFNER, Fernando. **Derivas da masculinidade**: representação, identidade e diferença no âmbito da masculinidade bissexual. 2003. Tese (Doutorado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2003. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/4340>. Acesso em: 25 jun. 2020.



7

Felipe Gue Martini

**TERRITORIALIDADES
SÔNICAS
DO SKATE
DE RUA**

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.7

INTRODUÇÃO

Esse ensaio é uma autorreflexão. Um texto provisório a respeito de um projeto em elaboração. Ainda na graduação em jornalismo, realizei um filme sobre a cena skate de Esteio, cidade da região metropolitana de Porto Alegre, lugar reconhecido pelo talento dos seus praticantes, inclusive profissionais de alcance nacional. *Skate por quê? (2001)*⁵² aborda as situações comuns de amizade e solidariedade entre skatistas, as primeiras experiências dos profissionais da cidade (como atletas e como empresários), além do universo da Praça da Legalidade, pico mítico que acabou destruído alguns anos depois. O documentário completou 20 anos e decidi dar sequência à história, que alcançou excelente público na época, após exibição na TVE, canal público aberto do estado do Rio Grande do Sul. O personagem principal do filme, Timão, não seguiu como profissional do skate, mas se arriscou na música, como um *rapper* que canta as mazelas da Vila Pedreira, onde vive até hoje. Retomar o projeto como documentarista abriu o desejo de conciliar os interesses de realizador e pesquisador.

Minha vivência com o skate era anterior ao projeto do filme, já convivía com esses personagens de formas e intensidades diversas. Posso afirmar que essa cultura moldou minha personalidade, sobretudo musical. Foram muitas as descobertas com os parceiros da Legalidade ou da Praça Coração de Maria, nos circuitos e campeonatos, nas ruas das cidades desse interior metropolitano. Sempre acreditei que meus gostos e valores foram marcados pelo skate em todas as suas manifestações, nas mídias que consumimos, nos lugares que frequentamos, nas conversas que tivemos, nas músicas que amamos juntos.

Sei, porém, que entre a percepção empírica e a elaboração de um problema objeto de pesquisa existe um longo percurso. Até que

⁵² Disponível em: <https://youtu.be/dGpJi26B20U>. Acesso em: 4 ago. 2021.

ponto minha memória e experiência são válidas na reconstituição do real concreto vivenciado nesse período? Entre fabulações e afetos dispersos, minha tentativa aqui é uma primeira elaboração desse eu músico skatista que emerge pesquisador, como numa psicanálise do conhecimento objetivo. Um primeiro enfrentamento racional sobre o olhar e a escuta imediatos dos meus sentidos comuns arraigados dos tempos da adolescência (BACHELARD, 1971).

Apresento três movimentos distintos arranjados numa expectativa de unidade. De início, relato em tom pessoal o contexto da pesquisa, articulando memória com informações e referências do tempo vivido, que foi da virada dos anos 1990 até o início dos anos 2000. O segundo movimento é uma articulação teórico filosófica entre referências sobre o skate e meu repertório anterior, fabricando aproximações. Por fim, tento imaginar modos de cercar esse contexto com base nas teorias, já antevendo o choque epistemológico que gostaria de fabricar.

Importante destacar que, embora eu tenha feito de *Skate Por quê?* meu objeto empírico do trabalho de conclusão de curso da graduação, nunca publiquei nada sobre o tema. Nessa nova investida, nas primeiras buscas e conversas com colegas, notei que há materiais publicados, mas raros articulando música e skate (apenas breves textos e capítulos). Além disso, em recente artigo sobre o estado da arte de teses e dissertações publicadas sobre o tema, nenhuma é da área da Comunicação (BRANDÃO; MACHADO, 2019), embora Leonardo Brandão (2012) já tenha estudado as mídias especializadas e transitado pelas dimensões musicais e visuais do esporte.

Nos trabalhos que visitei, não há uma abordagem categórica unívoca sobre os grupos que praticam o skate. Aparecem diferentes noções: grupos sociais, culturas, subculturas, cenas, tribos, *habitus* etc. Entre as distinções, saliento que minha abordagem se refere ao *street skate* (skate de rua), praticado de forma não profissional, sem objetivos competitivos imediatos. Como abordo a música, a fim de uma

categorização inicial, parto da noção de territorialidades sônico-musicais, como proposta por Michael Herschmann, que busca “compreender a dinâmica dos agrupamentos sociais (a maioria protagonizada por jovens), que giram em torno de gêneros musicais os quais vêm ressignificando (e reconfigurando) – mais ou menos temporariamente – os espaços, especialmente das cidades contemporâneas” (2018, p. 130); entre o skate, as musicalidades/sonoridades e os lugares. Mesmo sem definir de modo concreto onde observar os fenômenos, acho importante delimitar o interesse nessa perspectiva.

É minha prática, de uns tempos para cá, depois que desenvolvi a noção de musicalidades dialéticas (MARTINI, 2018), pensar uma espécie de subtexto sônico para meus escritos sobre o tema. Talvez por isso eu enfatize no processo da escrita algumas músicas, bandas ou sonoridades. É a escuta como leitura complementar.

QUEM EU ERA NA PRAÇA DA LEGALIDADE

Uma das únicas vezes que fui parar na delegacia acusado de contravenção foi por andar de skate no centro da cidade de Esteio, especificamente sobre a calçada da agência do Banco Banrisul deste município situado a 30 quilômetros da capital Porto Alegre, com cerca de 84 mil habitantes (IBGE, 2021). Como era menor de idade, tive que recorrer ao meu pai para reaver o carrinho apreendido. Após um sermão do delegado, saímos da delegacia escutando *Body Count* a todo volume.

Não foi um caso isolado, eram ocorrências pontuais, mas comuns, às vezes até estruturais, como no episódio de proibição total da prática do skate em São Paulo, no governo Jânio Quadros, inicialmente no parque Ibirapuera, depois nas ruas de toda a cidade (BRANDÃO, 2012, p. 232-238). Os anos 1980 e 1990 foram marcados por esse enfrentamento e pela desobediência civil de quem gostava de andar nos

espaços públicos não destinados ao skate. Nessa espécie de terceira onda, já estávamos em processo de formalização, com associações em muitas cidades, campeonatos e circuitos organizados, espaços na mídia, como as revistas especializadas *Tribo* e *CemporcentoSkate*, passando por programas de TV e rádio e os nascentes portais da internet.

Uma impressão que tenho, lembrando de tantas falas agressivas e violentas dos defensores da moral, é que o mais irritante não era o fato de andar de skate e danificar os patrimônios. Esteio daquela época tinha um ar de descuido e abandono, parecido com as piscinas californianas da era dos *Z-Boys* (voltaremos a esse tema). Na cena musical *indie* da região metropolitana, nos apelidamos de *Detroit*, uma fala pronunciada à exaustão por Everton Cidade, vocalista da extinta *Viana Moog*, dono de um dos estribilhos mais ácidos dessa geração pré-pós-skater dos anos 2000: “estou me destruindo pro verão”.

Nem tudo que consumíamos culturalmente vinha de fora. Como é comum nesses processos transculturais, um skate à brasileira se formou desde o início. Para mim, por exemplo, a história começou ainda muito novo, com uns 12 anos (1993), quando via o Marcelo Bexiga saltar numa rampa transicionada na pracinha da Bíblia, em frente à minha casa. Aquele skate mais *freestyle*⁵³ parecido com um malabarismo meio torto me levou a pedir um presente diferente. Logo o Bexiga me interpelou descendo a saída da garagem de casa com aquele carrinho de loja de brinquedos, repleto de proteções de plástico rosa-choque sobre a tábua prateada de corte ondulado e sem *nose*⁵⁴, “as rodinhas dá pra aproveitar” – ele disse. Uma primeira dica que estabeleceu contato e me levou a frequentar os ensaios de sua banda, ORTN. Naquela última formação do grupo, que foi precursor do *punk* na cidade ainda nos anos 1980, eles ensaiavam a uma quadra da minha casa, na oficina mecânica do Silvinho, o baterista. Ele tinha um Passat amarelo

53 Estilo livre onde as manobras são executadas com os pés e com as mãos, mas num terreno liso, livre de obstáculos.

54 Inclinação na parte dianteira da tábua do skate feita para facilitar a execução de manobras.

transformado e no galpão da casa-mecânica mantinha uma sala cheia de equipamentos de som, aberta ao público (mais ou menos selecionado), onde podíamos assistir aos ensaios e eventualmente até plugar uns instrumentos e sair tocando.

Ali, ouvi pela primeira vez *Skate Punk*⁵⁵, “vamos chegar agora a este lugar, e nosso estilo nós vamos inventar, o nosso som vai arrepiar, se você não está gostando, essa é a hora de se mandar, ô skate punk, ô skate punk, ô ô skate punk!”, composição de Bexiga e Fabinho que deu um clique na minha percepção sobre o que era ser um skatista. Através daquela letra gritada sobre sair pela rua e andar, acompanhada da batida da *Gang of Four* e o baixo quase distorcendo ao natural, me aproximei de um dos universos que o skate ainda desenhava no início dos anos 1990 (BRANDÃO, 2012). Percebi que ser skatista tinha a ver com ser *punk*, tinha códigos de vestuário, de músicas a ouvir, de condutas e atitudes comportamentais e políticas. Para um adolescente, aquilo foi um convite irrecusável e quis me enturmar. Porém, meus vizinhos skatistas já estavam quase desativados da prática; mesmo assim, me encantavam com as histórias sobre o auge do Bom Fim, da Oswaldo Aranha e do Escaler (todos em Porto Alegre), histórias de amigos mais velhos, embaladas por música popular brasileira sobre nossos muros baixos, “linda como neném, que sexo faz, que sexo tem, namora sempre com gay, que nexo faz, tão sexy gay” (*Totalmente Demais, Hanói-Hanói*).

O que eu viria a descobrir, nas minhas primeiras idas à Praça da Legalidade, é que a tribo contemporânea de 94 estava muito ligada num som que estourou alguns anos antes: *Jump Around*, do *House of Pain* (1989), quando outra porta se abriu deixando sonar o *rap* e o *hip-hop* noventista. Mas naquela praça também fazíamos sessões de violão embaladas por cigarro e vinho tinto barato e, naquele violão que circulava de mão em mão, escutei *Where's my mind*, *The Wagon*, *In the mouth a*

55 Disponível em: <https://www.facebook.com/100022988691694/videos/950907002352247/>. Acesso em: 25 jul. 2021.

desert e *Cachórros Pódres*, uma banda fictícia que se materializava conforme alguns membros do grande grupo se reunissem, tocando composições autorais e surreais, tais como *Hoje, apenas existir*, *Brigadianos: gente como nós* e *Fiz uma parada de pó*. Me senti aceito no dia em que toquei e cantei *Jane Says*, com aquela voz que nem sabia que tinha.

No Brasil, uma das referências teóricas sobre esse período é Leonardo Brandão, que apresenta com muita qualidade a consolidação do skate no país, como esporte e como cultura. Segundo ele, desde muito cedo, nos anos 1970, surgiram as primeiras publicações especializadas, como *Esqueite* e *Brasil Skate*. E logo no início dos anos 1980 as revistas já traziam em suas páginas listas e fotografias de manobras, dicas sobre peças e equipamentos, mas sobretudo matérias sobre comportamento, estilo de vida e música; “a presença da música não é aleatória ou casual. Não se toca qualquer música, mas determinadas bandas e estilos, sobretudo aqueles já articulados com a modalidade no plano internacional” (BRANDÃO, 2012, p. 205).

Na revista *Yeah!*, colaboradores como Charles Gavin e João Gordo propunham listas como uma espécie de sugestão de trilha sonora para a sessão. Em geral, muito *punk*, *punk rock* e *hardcore*, gêneros que muito cedo foram incorporados ao modo de vida do skate, após a primeira fase mais ligada ao rock e ao surfe californiano. Em muitos relatos de cientistas e na cena skate em si ouvimos essa narrativa linear de uma passagem gradual do skatismo para o contexto urbano, amparado e em diálogo com a tomada das ruas pelo *punk*. Fábio Bolota, um dos precursores do movimento, contou para Janice Caiafa sua visão sobre o assunto: “o que fez o skate se tornar popular de verdade foi a roupagem do punk-rock que se incrustava nos praticantes de todo mundo. No Brasil não foi diferente. Sai o estilo freak-heavy-metal-cabeleira-surf e entra o estilo agressivo eu-quebro-tudo-mesmo do punk-rock” (CAIAFA, 1985, p. 75 apud BRANDÃO, 2012, p. 191).

É certo que a irrupção violenta do *punk* na segunda metade dos anos 1970, transformando tudo sem pretender salvar nada instituiu, através da música e do comportamento, uma espécie de liberdade sobre a terra arrasada do que era o rock e seu modo de ser até então (CAIAFA, 1985, p. 9). O lema de ser acessível, desprezioso e a voz feroz das ruas (REYNOLDS, 2006, XVII) tinham muito a ver com a liberdade de embalar um carrinho, invadindo parques ou terrenos abandonados, ressignificando a própria juventude munida de energia e um *walkman*.

O estudo de Maurício Bacic Olic propõe três estilos majoritários para a prática do skate, articulados com outras manifestações juvenis: o *skate-surf*, o *skate-punk* e o *skate-rap*. Sua análise não se restringe a relacionar os gêneros musicais com o que se escuta nas pistas, mas ousa pensar os próprios gestos sobre o carrinho como uma extensão do que soa nos fones de ouvido ou nas caixas de som. Não se trata, portanto, de gosto musical, mas de performance com base na musicalidade. O que e como se escuta produz um modo de estar sobre o skate e flunar sobre os obstáculos. Cada fase representa modelos heterogêneos, mas que podem ser percebidos como tendências comportamentais.

O *skate-surf* remete ao esporte aquático, quando os praticantes deslizam mais, gesticulam em movimentos mais fluidos, simulando a interação com as ondas. O modo como se pega velocidade no skate, para além do embalo com um dos pés no chão, é a remada (ou pisada) que imita o movimento na prancha de surfe. Essa é a base para esse tipo de atuação que se concentra mais em pistas, como os *banks*, *bowls* ou *half-pipes*. O *skate-punk* traz o componente faça você mesmo (*DIY*) em primeiro plano através da recriação dos espaços urbanos em locais “skatáveis”. Ele é mais agressivo e veloz, invoca o peso do choque gravitacional, é arriscado, ousado, num estilo pogo. Sua base é a rua, o *street skate*, pois esse também é o espaço de disputa do movimento *punk*, ressignificar as ruas. Assim como no *skate-rap*, mas nesse estilo a velocidade e a agressividade dão espaço às cadências do

rap e do *hip-hop*, aos estilos corporais mais desenhados e pontuados pelas manobras de giro e de borda (OLIC, 2010, p. 20-23). Entre esses estilos, talvez, poderíamos enquadrar o *skate-metal* ou *skaterock*, que seria essa transição do surfe para o asfalto quando surgiu esse ímpeto de agressividade nos movimentos e na postura em relação ao mundo (BRANDÃO, 2012, p. 206-207).

Apesar dessas três vertentes já identificadas por Olic (2010), os rapeiros, os rockeiros e os *punks*, a cultura musical vinculada ao skate é extremamente eclética. Num dos primeiros vídeos de skate que assisti, numa fita VHS mascada, *Plan B Virtual Reality (1993)*⁵⁶, descobri *Isaac Hayes*, *Primus*, *Buffalo Springfield* e ouvi pela primeira vez *Serenade*, de *Stevie Miller Band*, som que não saiu dos meus ouvidos por meses, com trecho gravado da TV direto para a fita. Andar de skate, fui aprendendo, nunca era apenas andar, mas participar de muitos rituais: conversar enquanto dividia um refrigerante dois litros, correr quando algum camarada apedrejava um pátio ou roubava frutas de um quintal, levar uma surra no dia do aniversário, falar sobre e compartilhar a escuta do que se ouvia no *walkman*. Essa alteridade, constituída nas dinâmicas de pertencimento e estranhamento, ajudou a forjar gostos e valores culturais e musicais. Por mais que o skate seja um esporte individual, que você pratica tentando superar suas dificuldades, escutando o que gosta, ele tem no convívio com a coletividade uma característica marcante. Tentamos mostrar isso em *Skate, por quê?*, o filme tem um unísono: a amizade é fundante na prática do skate. Ao assistir hoje, penso na minha inocência de estudante ao deixar assim, sem questionar, essa verdade absoluta que atravessou gerações e foi proferida 20 anos depois, na primeira etapa olímpica do esporte em Tóquio.

É difícil determinar o que é amizade, por isso creio que um bom ponto de observação e escuta do skate na atualidade seja o sentido de pertença ao bando, à tribo, à subcultura frente às transformações de

56 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=h1yL23W1L8M>. Acesso em: 20 maio 2021.

um nicho *outsider* para uma cultura estabelecida. Até que ponto essas práticas que identifico na memória como traços formadores de minha personalidade e dos meus modos de escutar permanecem? Como a escuta é compartilhada no universo do skate atualmente?

FILOSOFEMAS SOBRE TERRITORIALIDADES ESCUTÁVEIS E SKATÁVEIS

As histórias sobre a origem do skate traçam paralelos com o surfe, que é considerado o precursor das aventuras sobre o asfalto. Para os tempos de escassez de ondulações na costa californiana, surgiram os primeiros desenhos das pranchas para terra firme, mania que ganhou vida própria. Acho produtivo manter esse paralelismo para pensar o skate como uma espécie de duplo dialético do surfe. Da maleabilidade da onda para a rigidez do asfalto.

Em sua leitura de Deleuze e Guattari sobre o liso e o estriado, Konstantin Butz ressalta que foi na navegação que nos deparamos pela primeira vez com as estrias, vencidas aos poucos pelas cartografias dos mapas. Esses rumos e traçados fazem os espaços lisos e estriados interagirem e se misturarem, assim como dinamizarem e interconectarem a dualidade entre mar e cidade. “Apenas com referência a uma compreensão tão flexível de suavidade e estrias na oscilação dinâmica é possível entender o skate como uma continuidade da trajetória que o movimento do surf lança” (BUTZ, 2012, p. 238)⁵⁷.

Noutra dinâmica dialética entre o orgânico e o mecânico, podemos afirmar as dimensões plásticas do asfalto e do concreto ao invés de sua rigidez aparente. Essas matérias são uma espécie de

57 Do original em inglês: “Only with reference to such a flexible understanding of smoothness and striation in dynamic oscillation, does it become possible to understand skateboarding as a continuity of the trajectory that the movement of surfing launches.”

concretização da plasticidade em dureza e duração. Ao contrário do que exibem na superfície, são matérias em movimento que, apesar da funcionalidade, não são eternas. O skate não é, portanto, uma inversão (ou duplicidade): sair do maleável (água) para o rígido (asfalto). Sobre a tábua, é como se estivéssemos no estágio intermediário entre a realização do asfalto e do concreto, no percurso da plasticidade à dureza; rigidez que implica destruição (o chão de terra não se esgota tão facilmente). O skatista é protagonista da brecha, da ranhura, da rasura através da realização de encontros entre o liso e o estriado, entre o orgânico e o mecânico, entre o mar e a cidade (OLIC, 2012). Há sempre um resto de asfalto colado nas rodinhas, mesmo invisível. O mar é sempre o mesmo, é sempre novo, se refaz quando se extingue. Exibe uma lógica que parece menos urgente (embora aparentemente pareça mais rara) do que o asfalto. Além disso, o asfalto depende da modernidade, ele é urbanidade, embora em termos ideológicos represente uma espécie de exaustão e falência. A matéria asfáltica não é sustentável, não tem porosidade, altera paisagens e cursos naturais da água e do orgânico. É a alternativa dita mais popular (junto com o cimento) para atestar a inserção urbana de uma localidade. Ele é motivo de luta e constitui uma espécie de fronteira entre a barbárie e o progresso. O asfalto, ao expulsar poeira e barro, determina um novo estágio de civilização.

O skate, além de sua matriz aquática, é derivado desse modelo. Embora seja crítico, não é um ponto fora da curva. Ele exhibe seu tempo histórico ao realizar-se. Das caixas de madeira com pranchas e rolimãs até o produto industrial completo dos anos 1970, acompanha o apogeu do petróleo e do plástico, o *design* industrial norte-americano pós 1930, a infantilização dos adultos, a invenção da juventude e da adolescência, a era do entretenimento e do esporte como simulação da guerra. Seu triunfo é o apogeu do individualismo neoliberal dos anos 1980, a apropriação do *punk* e a incursão das tarraxas e dos *pins* nos desfiles de moda.

É uma espécie de raiz que brota debaixo dos bueiros da cidade, embora tenha sua origem romântica nos *bowls* e nas pistas, no diálogo com o mar e o sol. Seu espectro tipo exportação *baby-boomer* renasce nublado e noturno, perigoso e radical, marginal e matreiro, crítico e irônico. É o skate de rua, essa subversão dentro da subversão que absorve a lógica da cidade no modelo mental do praticante. Para Butz, as piscinas abandonadas das cidades litorâneas da Califórnia exibiam um modelo de sociedade em franca decadência. Em algum momento, são tomadas pelos *punks* skatistas que nos oferecem uma leitura privilegiada do espírito do tempo. Eles parecem denotar o fim das utopias, a necessidade de operar nas bordas do sistema e das piscinas, onde o *design* arredondado permite não só deslizar de volta ao centro de gravidade, mas saltar para fora, criar lugares novos na suspensão aérea.

Cada *drop* na bacia vazia, cada *grind* em seu *coping*, cada salto sobre a soleira de concreto enfatiza um fato simples: esta piscina está vazia, este local está em pousio, mudou devido a forças econômicas e ecológicas, e sua implantação por *punks* skatistas enfatiza “as promessas vazias da utopia” e seus restos de concreto. (BUTZ, 2012, p. 223 – grifo meu)⁵⁸.

Para Brandão, não se trata de distopia, mas heterotopia, como propõe Foucault (BRANDÃO, 2012), pois multiplica e amplifica não só imagens e projeções dos obstáculos e brinquedos, mas as sonoridades, as músicas nos ouvidos e nos amplificadores, o ronronar dos rolamentos e das rodas, o estalar do compensado (madeira de mentira), o tilintar dos truques metálicos, os segredos das conversas. O anglicismo se expande pelos bairros e leva consigo não só o nome das manobras ou as expressões a respeito delas, mas os modelos de escuta, regimes de audibilidade, regras e valores sobre gosto musical.

58 Do original: “Every drop into the empty basin, every grind on its coping, every jump over the concrete threshold emphasizes a simple fact: This pool is empty, this site is fallow, it has changed due to economic and ecological forces, and its deployment by skate punks emphasizes “the empty promises of utopia” and their concrete remains.”

A paisagem metropolitana renasce como signo novo, passa a ser mítica, pois recebe novos nomes, novos monumentos e realizações (o *Vale do Anhangabaú*, a *Praça da Matriz*, a *Praça da Sé*, o *Macba*). As revistas estampam fotografias de manobras realizadas em pontos secretos no centro e na periferia. Suor e sangue se espalham em lugares antes desertos ou pouco frequentados. Os códigos instituem territorialidades múltiplas que estão e não estão no mundo comum. De início, voltar nas manobras é uma transcendência mística, gesto que, aos poucos, retorna para o espaço-tempo do capital, para a zona de confluência e influência da competição e da mais-valia. Até que ponto se preserva a magia inventiva dos primeiros tempos?

MUSICALIDADES DIALÉTICAS DO SKATE

O som também aponta nessa direção. Enquanto no surfe o deslizar parece acompanhar o orgânico, exceto pelos baques secos nos pontos críticos, no asfalto, a inércia provoca ruídos industriais. Rodas também plásticas, recheadas de rolamentos metálicos, competem com o barulho da metrópole e reinserem a modernidade na contravenção. Talvez não seja a roupa ou o estilo o que mais incomoda no skate, mas a sonoridade das rodinhas, uma espécie de paródia do som do progresso estampada na ironia do marginal e da vagabundagem. O todo do skate é uma espécie de artefato industrial subversivo, não só por sua forma e pela apropriação do plástico, do compensado e do rolamento como atitude antissistema (BUTZ, 2012), mas nas próprias iniciativas sistêmicas industriais e comerciais para a elaboração das peças, das artes, do vestuário, que ainda hoje seguem lógicas de mercados locais e menores geridos por skatistas. Resistência que talvez não dure muito.

A prática do skate é estridente desde seu ponto de partida. E a sonoridade produzida pelo contato do equipamento no solo é

significativa. É uma sensibilidade corporal e sônica. Uma superfície lisa implica uma sonoridade com tendência estática. Esse intervalo sônico menos diferenciado, que escutamos muito nos *bowls* ou nas práticas de *downhill*, quando os estampidos das tábuas e dos truques são menos profusos, são uma base rítmica do esporte. O que escutam os skatistas a partir dessa base são os sons da cidade ou as sonoridades de algum dispositivo que utilizem. Por muito tempo, os *sound systems* criaram a trilha das sessões, ampliando o consumo comum para além dos diálogos e das relações pessoais dos picos. Eu mesmo toquei em algumas *free sessions* de skate que forneciam à paisagem sonora da pista repertórios ecléticos combinando *punk*, *hardcore*, *pós-punk*, *indie rock* e improvisos intermináveis.

O interesse desse estudo é pensar como essas territorialidades sônico-musicais do skate se estabelecem a partir das subjetividades. Como skatistas escutam suas práticas e realizam performances físicas materiais e estéticas. É visível numa pista de skate, ou num rolê pelas ruas, a experimentação sensorial a partir dos fones de ouvido, que acrescentam significados sonoros à camada comum cotidiana. Num primeiro momento, minha proposta seria observar e acompanhar os praticantes que utilizam esses dispositivos, que criam essa outra camada como uma espécie de estímulo sensorial e padrão rítmico. Importante levar em conta, no entanto, que a escuta musical não acontece apenas no momento da fruição sonora. A música é um processo permeado pela memória, toda nova escuta remete a uma escuta anterior e a imaginação tem papel ativo nesse processo. Podemos, facilmente, andar conduzidos por uma trilha imaginária. Será que essa distinção com base nos dispositivos faz sentido?

Ao nuclear a pesquisa na empiria da escuta produtiva, tenho o objetivo de mapear arranjos rítmicos nos corpos como suporte. Uma referência importante nesse sentido aparece no estudo de Barreto, Barros e Oliveira Jr. (2017), que propõem cruzar a *hexis* corporal de

skatistas do *Skate Plaza*, na cidade de Ponta Grossa, PR, com suas escutas musicais. A *hexis* corporal é apresentada, a partir de Pierre Bourdieu, como o conjunto de gestos físicos realizados pelos skatistas em suas práticas diárias. As escutas musicais identificadas no estudo são enquadradas nas categorias de Olic (2012), apresentadas anteriormente, distinção entre surfe, *punk* e *rap*. Os autores afirmam que o esquema, embora redutor, surgiu de modo êmico na investigação. Ali, através de observação de campo e entrevistas, eles notaram a existência de um estilo privilegiado de movimento, que exerceria uma espécie de poder carismático no ambiente.

A partir dos rigores do que seria um skate verdadeiro se suspenderiam determinadas práticas estéticas por um modelo gestual específico, pelo menos no discurso. Entendemos que isso é significativo no funcionamento de algumas relações tácitas entre os skatistas. (2017, p. 58).

Os grupos vinculados ao estilo *skate-rap*, na época do estudo, dominavam o espaço, não só através do movimento, mas na definição do repertório de eventos locais e de outras dinâmicas de uso da pista. Embora restrito aos discursos dos praticantes, o estudo aponta para distinções identitárias fundadas nos conflitos característicos da heterogeneidade de qualquer grupo. Além disso, apresenta um elemento geracional para essas diferenças de perspectivas e escutas. Os *punks* seriam de uma geração mais velha.

[...] temos entendido que a relação entre o grupo de skatistas vinculados à estética punk tem sido prejudicada na órbita do skate local pelos vinculados à estética do rap. Isso faz com que os sujeitos dessa pesquisa afirmem certo fechamento da cultura do skate enquanto diversidade musical, ou uma expressão pejorativa como “esses guangueiros”, referindo-se aos skatistas vinculados ao skate-rap. (BARRETO; BARROS; OLIVEIRA JR., 2017, p. 59).

Dois elementos me interessam na pesquisa. O primeiro deles é a própria concepção que atravessa o estudo e os discursos dos skatistas em relação a esse modelo definido no ano de 2010. Será que as

relações de consumo musical permanecem importantes e definidoras do modo como os skatistas performam suas manobras ou percebem o estilo gestual dos demais? Um dos maiores campeões do skate nacional do início dos anos 2000, Ferrugem, executava suas passadas nos campeonatos ao som de louvores evangélicos. O que isso nos diz sobre o reducionismo genérico na relação do corpo sobre o skate? Como fluem o *skate-jazz*, o *skate-forró*, o *skate-funk*? Quão rígidas são as demarcações dos gêneros musicais entre os grupos?

O filme *Kids* (Larry Clark, 1995) traz uma amostra do que poderíamos chamar de *skate-indie*. Tanto a atmosfera quanto o roteiro do filme retratam essa espécie de fatalismo da geração de 1990, trazendo na trilha musical, supervisionada por Lou Barlow (das bandas *Dinosaur Jr.* e *Sebadoh*, e que nessa trilha encampa o projeto chamado *Folk Implosion*), os demônios de Daniel Johnston como *leitmotiv* do personagem principal, *Casper*. Essa figura deslocada e com dificuldades para se inserir no grupo parece dialogar com a própria estética *outsider* de *Johnston*, *Lou Barlow*, *Jim Mascis*, entre tantos outros dessa geração.

Com câmeras desestabilizadas, direção de arte e fotografia propositalmente (?) descuidadas, as cenas lembram alguns videoclipes do período, como a tetralogia audiovisual *folk lo-fi* escrachado das canções do *Mellow Gold* (1993), disco de estreia de *Beck Hansen: Loser*, *Beercan*, *Fuckin with my hand* e *Pay no mind*. Apesar do videoclipe *Loser* ser um pouco mais limpo, são vídeos que abusam da distorção das lentes ultra grande angulares (olho de peixe), da textura VHS e das cenas de bastidores ou familiares, sempre em momentos de avacalhagem (linguagem muito presente nos vídeos de skate). O videoclipe da canção *1979*, do *Smashing Pumpkins*, lançado no mesmo ano que *Kids* é uma inspiração declarada ao universo do filme, roteiro proposto pelo vocalista da banda, *Billy Corgan*, que convidou *Larry Clark* para dirigi-lo, mas acabou marcando época nas mãos de *Valerie Fariss* e *Jonathan Dayton* (JOORY, 1996, s/p). Se nessa época chegássemos na *Praça da Legalidade* para a sessão noturna de skate, 80% estaria

escutando uma coletânea de *indie rock*, manobrando ao som de guitarras excessivamente sujas e vocais em segundo plano. *My Bloody Valentine*, *Polvo* e *Pavement* eram *hits*!

Um olhar histórico ou anarqueológico sobre esse período, trazendo à tona múltiplas dimensões e interpelações das músicas, dos gêneros, das cenas musicais do entorno, das formações subjetivas que todo esse caldo cultural entornou é um percurso de pesquisa interessante. Talvez comparar as novas gerações e suas práticas com os “da antiga”, que hoje são empresários ou profissionais de variadas áreas correlatas ao skate como esporte. Será que esses universos atuais preservam a riqueza que vislumbro, nostalgicamente, no universo skate da minha juventude? Quais são as trilhas e os filmes que sintetizam o skate dos anos 2020? Como são as trocas e os usos sociais das musicalidades e afins nesses contextos? Perguntas que sugerem entradas culturalistas, observacionais, etnográficas.

Uma segunda dimensão que as lacunas do estudo me fazem imaginar é a possibilidade ou viabilidade de mapear essa *hexis* corporal específica. Seria possível reconstituir, metodologicamente falando, essa relação quase causal entre escuta musical e movimento corporal? Qual a diferença entre um *ollie rap* e um *ollie punk*?⁵⁹ Penso que uma abordagem kinésica dos micromovimentos permitiria encontrar traços semióticos das musicalidades transpostas em corporalidades.

Antes, porém, de definir procedimentos, é necessário prever que tipo de insumo um estudo desse tipo brindaria. A territorialização sônico-musical que o skate promove, observada na pista, para além dos discursos dos praticantes, fornece uma espécie de visualidade performática das escutas. Ou seja, se seguirmos a hipótese levantada pelos entrevistados da pesquisa de Ponta Grossa, seria possível escutar a música de grupos de skatistas em seus gestos nas pistas. Como sistematizar esses ritmos e arranjar essas musicalidades?

59 *Ollie* é a manobra básica do skate, o salto simples executado a partir da batida da tábua no solo.

Se seguirmos a noção de territórios sônicos de Guilherme Obici, em sua leitura da obra de Deleuze e Guattari (OBICI, 2008), esses códigos corporais que transcodificam as músicas escutadas (nos alto-falantes ou fones ou na memória, mais os sons das rodinhas no solo) recriam outros meios de fruição das sonoridades. Eles territorializam nas ruas e nas pistas outros modos musicais, visíveis para além de audíveis, que não seriam da ordem da dança ou da performance, pois obedeceriam às lógicas transversais dos desafios do piso, do equilíbrio, do trajeto, da borda.

Se para Deleuze e Guattari o ritmo é a modulação reiterada e variante de códigos e meios (OBICI, 2008, p. 64), podemos dizer que o skate de rua é uma produção de diferença rítmica intensa. Tal profusão instaura territorialidades sônicas por onde passa. Mas, em geral, quem escuta a procissão de fora vivencia apenas parte do fenômeno, já que cada manobra, cada ato sobre o carrinho é marcado pelas escutas individuais. Por outro lado, o observador escutador da rua ou da pista tem diante de si outros códigos, visuais e sônicos, advindos da percepção sobre o todo. A diferença provocada pela manobra pode ser percebida como uma pulsação linear que age sobre o tempo cíclico do rodar sobre o asfalto, experiência rítmica que produz o espaço (LEFEBVRE, 1991). Nessa produção, corpo, skate e rua transitam entre ser meio, código e ritmo. Um obstáculo ou transição é código ao ser percebido, meio ao ser saltado, ritmo ao fazer durar o voo e interromper o atrito das rodas, por um tempo soltas no ar. Um pé é meio ao mover uma tábua, é código ao realizar um traçado e ritmo que movimenta o ar. O skate é código em sua constituição e por traçar percursos, ritmo quando gira, se desprende do corpo, orbita, meio quando restitui aos pés e ao piso um ponto de encontro. Seriam essas as melodias visuais do skate? Seria esse jogo do trânsito um modelo para escutar e arranjar a relação música e skatismo?

Quando penso em abordar esse problema/objeto através das musicalidades dialéticas, levo em consideração a escuta poética como uma fenomenotécnica. Em sua plasticidade, essa escuta imaginaria e delinearia possibilidades criativas para a observação e o campo. Como insumos, poderia recolher discursos, listas de músicas, sons ambientes, entre outros, mas acho importante abrir para debate as possibilidades que o devaneio enseja para flunar junto dos praticantes, retrazando e reinterpretando também aquilo que eles mesmos ignoram que dizem nos seus gestos.

As musicalidades dialéticas como métodos exigem um novo arranjo, uma espécie de visada alegórica do desenho físico das coreografias e manobras nas pistas, nos rolês, nas sessões. Não produziriam, portanto, um catálogo ou conexões exatas entre movimentos do corpo e sonoridades do ouvido, mas imaginariam, criativamente, com base na experiência singular do processo de pesquisa, novos produtos musicais frutos das experiências. Por outro lado, na descrição do processo, esse método dialogaria com as abordagens culturalistas e etnográficas, retratando vivências e ocorrências que nos aproximariam de uma formulação problemática: como os skatistas de determinado lugar, em determinado tempo, compartilham suas escutas musicais (para além de seus corpos, através de seus discursos, das observações, das entrevistas etc.)?

Algumas premissas para o processo de pesquisa-criação e campo, com base nas musicalidades dialéticas: a) levar em conta a singularidade de cada sessão e observação; b) sobrepor o ouvido às pernas, é a musicalidade que determina o movimento; c) ignorar ou saber o que se escuta em cada dispositivo? d) fazer registros aéreos de sessões pela cidade, desenhar mapas, convertê-los em tablaturas; e) catalogar listas musicais das sessões; f) catalogar fontes de consumo musical dos skatistas; g) registrar movimentos em ultra câmera lenta; h) gravar sons de rodinhas e manobras em alta qualidade, no liso e no estriado.

ENFIM...

A partir dessa aproximação preliminar entre comunicação, skate de rua e musicalidades dialéticas, estabeleço um ponto de partida para a pesquisa aplicada que pretendo produzir, vinculando olhar e escuta científica com a elaboração da sequência do filme documental *Skate, por quê?* (2001). São premissas e articulações provisórias que abrem brechas e linhas de fuga para imaginar traçados interdisciplinares de meu interesse atual e que podem servir como fonte para interessados pelo tema.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1971.

BARRETO, Alexandre Albuquerque; BARROS, Solange Moraes; OLIVEIRA JR., Constantino Ribeiro. Gosto musical e hexis corporal: a questão do estilo na prática do skate de rua em Ponta Grossa-PR. **Motrividência**. v. 29, n. 50, p. 50-61, maio 2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-8042.2017v29n50p50>. Acesso em: 10 jul. 2021.

BRANDÃO, Leonardo. **Por uma história dos “esportes californianos” no Brasil**: o caso da juventude skatista (1970-1990). 2012. Tese (Doutorado em História Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em História, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2012.

BRANDÃO, Leonardo; MACHADO, Giancarlo Marques Carraro. A pesquisa sobre skate nos programas de pós-graduação do Brasil: panorama e perspectivas. **Record**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 2, p. 1-21, jul.-dez. 2019.

BUTZ, Konstantin. **Grinding California**. Culture and Corporeality in American Skate Punk. Bielefeld: Transcript, 2012.

CAIAFA, Janice. **Movimento Punk na cidade**: a invasão dos bandos sub. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HERSCHMANN, Micael. Das Cenas e Circuitos às Territorialidades (Sônico-Musicais). **Logos**, v. 25, n. 1, p.124-137, 2018.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Esteio. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rs/esteio.html>. Acesso em: 4 out. 2021.

JOORY, Eva. Clipe celebra a cultura teen nos anos 90. *In: Folha de São Paulo*. Ilustrada. São Paulo, sábado, 15 jun. 1996.

LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ática, 1991.

MARTINI, Felipe Gue. **Platina**: transmetodologia radical e escutas poéticas musicais entre Porto Alegre e Montevideú. 2018. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2018.

OBICI, Giuliano. **Condição da escuta**. Mídias e territórios sonoros. Rio de Janeiro: 7Letras, 2008.

OLIC, Maurício Bacic. **Entre o liso e o estriado**: skatistas na metrópole. 2010. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2010.

REYNOLDS, Simon. **Rip it up and start again**. Postpunk 1978-1984. London: Faber and Faber, 2006.

Parte



**REFLEXÕES
METODOLÓGICAS**

8

Pedro Russi

AS PICAÇÕES GRITAM:

“o rei está nu” ... gestos urbanos
em ação iconoclasta

pasamos y repasamos
y el paisaje no es el mismo
pero a veces se entrelazan
lo humano con lo divino⁶⁰

Como *práxis*, procuro aqui compreender as intervenções urbanas denominadas pichações (no Brasil) como formas de intervir e viver a cidade-cidadania, que (re)fazem o fluxo narrativo dos corpos. São gestos de ressignificação e iconoclastia à moral da museologização, uma resistência interpretativa na cidade ao redesenhar a leitura-ação do ser cidadão-cidade. As pichações, cnicamente, desde lugares outros, derrubam e explodem a linearidade dos percursos; a iconoclastia, presença do outro, atua como ruptura do narcisismo narrativo dos mapas estabelecidos pelo *status quo* da cidade. Signos que, na intensidade da sutilidade, sublevam a ordem dos sistemas ao deslocar por subversão (subverter, pôr embaixo o que está em cima), o poder declarado sobre os corpos da cidade.

Penso a iconoclastia, empreendida nessas formas de narrar as vivências urbanas, como ações éticas (*ethos*) de resistência. As pichações, por suas características, encontram-se nas afirmações de um estilo rápido e espontâneo. Mas, paradoxalmente, tensionam pela interrupção iconoclasta sobre o aceleramento cotidiano, ou seja, cnicamente, um traço rápido suspende o culto ao acelerado. Misteriosas, clandestinas e reveladoras, anônimas, mas reconhecidas, interpelam tornando-nos parte desse (novo)espaço, pois, quando cúmplices dormimos, deixamos livres os caminhos para que os “pontas da espada”, no silêncio lento, registrem suas iconoclastias.

A POTÊNCIA DO GESTO INICIAL

A história humana não se desenrola apenas nos campos de batalhas e nos gabinetes presidenciais. Ela se desenrola também nos quintais, entre plantas e galinhas, nas

60 Parte do poema “Calidoscopio”, de Mario Benedetti (2006).

ruas de subúrbios, nas casas de jogos, nos prostíbulos, nos colégios, nas usinas, nos namoros de esquinas. Disso eu quis fazer a minha poesia. Dessa matéria humilde e humilhada, dessa vida obscura e injustiçada, porque o canto não pode ser uma traição à vida, e só é justo cantar se o nosso canto arrasta consigo as pessoas e as coisas que não têm voz. Ferreira Gullar (1930-2016)

De início, quero destacar que a pichação⁶¹ constitui a dinâmica urbana e se constitui nela, de forma vitalmente iconoclasta. O interesse que atravessa minhas reflexões, aqui compartilhadas, é de colocar na mesa do banquete dialógico – mais *freiriano* do que *platônico* – alguns operadores de sentido para compreender e problematizar as manifestações icônicas e iconoclastas nomeadas geralmente como *grafites*⁶², embora eu centre as reflexões naquelas definidas como *pichações*⁶³, uma distinção não menor se falarmos de gestos na ressignificação da cidadania. Ao focalizar as pichações, entendo que elas configuram uma imagem-ação de resistência pela atitude transgressora de manifestar-se em algum tipo de suporte – do mais acessível ao mais esdrúxulo – ainda que por poucas horas, aos olhos de quem se defronta com eles

- 61 Pichação representa, aqui, as várias formas de intervenções urbanas: pixo, grafite, estêncil, colagem etc.
- 62 Alguns consideram os grafites expressões artísticas, encaixando-os na arte como estrutura. Trata-se de desenhos executados em geral em paredes planas, de uma dimensão determinada e apropriada, diferenciando-se em termos de utilidade espacial com a pichação. Uma outra distinção importante está no tempo de execução e também na procura e escolha do muro adequado. Para certos grafiteiros a atividade não passa de *hobbie*, para outros se converte em uma profissão. Os grafiteiros são em certos momentos contratados para pintar paredes, ônibus, metrô, para eliminar o fato da pichação. Este tipo de grafite gesta-se no movimento hip-hop. Os grafites que levam o nome deste movimento surgiram como “culturas de resistência” negra em guetos dos EUA. Depois foram à Europa, onde sofreram modificações e tomaram outra função pela sua incorporação por diferentes setores sociais. Nos EUA, começaram a chamar esses desenhos de Aerosol-Art (Arte do Aerosol), uma nova forma de oficializar essa expressão alternativa.
- 63 A pichação é uma forma de expressão que surgiu antes do grafite. Podemos lembrar das primeiras pelas aparições na mídia, pichações feitas como protesto político ou em referência às Guerras Mundiais, temos assim a suástica do movimento nazista, a foice e martelo do comunismo soviético e o famoso símbolo *hippie* numa estreita relação com a Guerra do Vietnã. Encontramos texto (puro), simbologias, desenhos com traços que sugerem mais que explicar; ainda, identificações com grupos musicais, poemas, marcas territoriais, nomes, mensagens, saturação num palimpsesto de palavras em relação ao espaço-suporte pichado.

e a partir disso, continuar em semiose ‘tocando’ outros sujeitos; porque invadem o espaço público, apropriando-se dele e o ressignificando, promovendo estranhamentos e, assim, tornando esses espaços essencialmente públicos. Algo que incomoda ao *ethos*, ao *pathos* e ao *logo* da propriedade privada no absoluto do narcisismo espacial.

Essas manifestações e intervenções, que se dispõem em paredes, muros, placas... propõem-se indicar o ato de tomar posse, de inserir-se no, de expressar-se, propondo outros desenhos da rua, das cidades, isto é, das miradas que se esbarram com essas atitudes ou gestos que redesenham os sentidos planejados pelos planos burocráticos da urbanidade. A abrangência contextual urbana é essencial em sua observação, assim como a amplitude da concepção mental-imaginário da mesma. Por isso, a ideia neste texto não consiste em compreender apenas a pichação em si, por ela mesma, como algo plasmado em um suporte, mas entendê-la no cerne desses gestos que se manifestam como sentipensar a cidade (RUSSI, 2016a). Por esse motivo, entendo a pichação como gesto participante do cotidiano e, assim, como operador de sentido, isto é, signo. Ela intervém na urbe, como fluxo urbano, e dinamiza as forças interpretativas que atuam iconoclasticamente (DIESEL; RUSSI, 2021).

As pichações, por suas características, encontram-se nas afirmações de um gesto (*ethos*) manual, rápido, espontâneo e anônimo. Misteriosas, são clandestinas e reveladoras, anônimas, mas reconhecidas porque nos interpelam, tornando-nos parte desse espaço – querendo ou não – pois, quando cúmplices dormimos, deixamos livres os caminhos para que os “pontas da espada”, nesse silêncio aparentemente congelado, registrem seu discurso. E, justamente nesse instante, gritam ao céu aberto e do meio da multidão transeunte “o rei está nu”⁶⁴, para sentir quem quiser e quem não quiser.

64 “El Rey Desnudo”, “El traje nuevo del Rey”, “A nova roupa do rei” é um conto normalmente atribuído a Hans Christian Andersen (1837), mas pode ser encontrado anteriormente no *Livro dos exemplos* ou *O conde Lucanor* (1335) uma coleção de contos compilados por Juan Manuel. Disponível em: https://es.wikipedia.org/wiki/El_traje_nuevo_del_emperador.

Os guardiões da moral (constantemente temos que nos perguntar sobre nossas ações nesse sentido) tentam colocar as coisas numa definição, porém o ato das intervenções é lutar contra essas definições, contra essas coisas que vão nos encaixar, para dizer que somos isso ou aquilo. Porque os guardiões dizem o que é ser, mesmo que o outro não queira ser isso; dessa maneira, rejeitam a antropofagia. A cidade, nós, necessitamos ser antropofágicos, ou seja, temos que devorar a cidade. Neste sentido, por exemplo, a cidade de Brasília dificulta e desafia porque ela não tem escala humana, não foi pensada para humanos. A antropofagia é, justamente, essa reinterpretção, essa resignificação.

Tenho mencionado em outros momentos e espaços, que Augusto Boal propunha nas suas ações o seguinte: quando falamos de um teatro sindical, de um teatro invisível, ou quando a gente vai atuar na rua, temos que estar convencidos do que isso significa, não no sentido da ação do ato de atuar, mas do que isso significa em relação à nossa filosofia de interpretação do mundo. Essa é uma questão interessante; quem faz esse tipo de teatro (invisível, sindical, alternativo...) não o faz por ser alternativo, para estar na moda e responder a um *status quo* de ser alternativo. Estamos falando, nesse sentido, de um *ethos* vital de uma intervenção ética, política e filosófica que vai muito além do espetacular.

As cidades vividas, à diferença das planejadas, lutam por um viver mais antropofágico ou iconoclasta, para serem mais subversivas, isto é, para subverterem a ordem e a forma das perguntas, para deslocar, subverter, tirar do conforto do mapa – isto é, o que está em um lugar, colocá-lo em outro. Nesse sentido, metaforicamente as pichações permitem pensar mais como Mafalda (e vice-versa), que continua sempre criança, e não tanto como a Mônica que agora virou *teenager* (Turma da Mônica Jovem, novas histórias mercadologicamente atualizadas). Posso dizer que a pichação é um ato de *mafaldear* nosso cotidiano, propor e inserir questões, das mais localizadas às mais absurdas, desbanalizar o cotidiano, sair da naturalização e normalização das coisas, exercitar nosso ato filosófico, isto é, ser-fazer intervenções.

O mapa, por sua higienização, rendeu-se aos cânones do dever ser, retirou seu corpo da rua dos questionadores, dos imorais; apartou-se dos devaneios, da embriaguez, para morar em um condomínio de luxo 'intelectual' com tudo incluído – praça, piscina e até barzinho. A pureza da assepsia faz perder a força e vivência do desconforto, da problematização, algo tão caro e vital para pensarmos e sentirmos as cidades como cidadãos, para construir o direito à cidade como justiça espacial.

Nesse sentido, entendo a resistência como força que se opõe a outra, como a que defende um organismo do desgaste da doença ou do cansaço. Por isso, fazer resistência é não ceder, relutar, fazer frente, defender-se, não sucumbir. O gesto resistente é aquele que se opõe às forças contrárias, que resiste ao tempo, que é durável além do indivíduo e da sua finitude. Assim, as tensões provocadas pelas pichações são aqui consideradas como manifestações de resistência, de resistência iconoclasta. Esse último termo (no sistema oficial) se ampara num conceito formal e normativo de *cultura* como *sistema* dominante e principal, contendo no seu interior *outros* chamados de *subculturas*, tratados como *subsistemas menores*-descartáveis. Uma caracterização normativa que estimula a divisão e amplificação dualista-maniqueísta entre uns e outros. Então, a mirada se dirige às pichações como resistência nesse gesto urbano frente a um sistema e a um *logos* dominante, expressões estas que têm suas particularidades locais interagindo globalmente.

A intenção, ao refletir sobre as pichações, não é realizar uma caminhada linear precisa, definida e monocromática, mas sim, um percurso labiríntico. Alguma vez mencionei que Julio Cortázar, o escritor argentino, quando fala do grafite (pichação), diz duas coisas. A primeira é o problema das cidades, no sentido amplo, que você não consegue percorrer ou não consegue caminhar nelas porque não têm vida: é como se você tomasse o metrô de um ponto e descesse no outro ponto, você perde tudo o que tem no caminho. É interessante mencionar aqui a cidade de Brasília, que tem zonas para cinema, para

shopping, para sair, para diversão... então, se você vai de ponto a ponto, você perde o entremeio. E, a outra coisa que fala Cortázar (1980) é que para entender e enxergar o grafite não podemos olhá-lo de frente, temos que vê-lo de forma oblíqua, meio estranha, porque é dessa forma que conseguimos observar as coisas.

Com isso ele justamente nos provoca para que não tenhamos um olhar higienizado, domesticado, e para que comecemos a observar de forma oblíqua, transversal, de forma meio estranha, marginal, pelas margens, ludicamente. Se não olharmos obliquamente, revitaliza-se a homogeneização, a domesticação e, dessa forma, nossas ações tornam-se higiênicas. Nessa lógica, a cidade deve ser habitada pelos detentores e conhecedores dos preceitos da moral estabelecida; aqueles que são considerados diferentes em relação ao foi planejado para a ordem e cosmetologia da cidade não aparecem e não podem aparecer, ficam soterrados diante da paisagem postal. A domesticação está no nosso cotidiano, no nosso estado normal, na nossa higiene ao entender o dever ser ou não dever ser de uma cidade. Como e quando oferecemos resistência às domesticações urbanas cada vez mais intensas e diversas? Onde ancoramos nossas forças interpretativas e subversivas?

As pichações são textos que se constroem como resultado de uma produção conjunta, realizada pela comunidade-grupo que as sustenta, a partir da ação de normas próprias e internas. Maffesoli, a esse respeito, diz que "sus expresiones pueden estar ciertamente muy diferenciadas, pero su lógica es constante: el hecho de compartir un hábito, una ideología, un ideal determina el ser conjunto y permite que este sea una protección contra la imposición, venga de donde venga" (1990, p.72).

Essas tensões nos levam aos confins do sistema, membrana de filtração e lugar onde se produzem forças e limitações – no sentido de levar até o limite mediante as tensões– exercidas pelas resistências. Os movimentos de resistência são propostas de criação de tensão questionadora, característica apropriada pelas pichações.

GESTOS DE PERTENÇA E TENSÃO DE SENTIDO

O progresso urbano traz a redução do espaço, onde os fluxos espontâneos e canais de relacionamento deparam-se e com esse efeito também no tempo⁶⁵. Para Harvey (1992), as mudanças, por meio dos deslocamentos flutuantes da *experiência humana*, inibem ou facilitam a espacialização, provocando os movimentos sociais que cunham as identidades, forjadas nos relacionamentos espaciais e temporais, as identidades se vinculam ao que Bourdieu (1988) conceitua como *habitus*, a capacidade de estruturar matrizes nas formas de pensamento, expressão, percepção e valoração. Em todas essas formas de expressão, de codificação e de reprodução das relações sociais, não podemos deixar de considerar a intervenção do corpo como espaço irredutível sobre o qual os poderes atuam como forças de repressão, de socialização e, também disciplinarmente, de punição. O ser humano-corpo se relaciona com os outros corpos numa cidade que também tem essa estrutura corpórea.

As intervenções, nas urbes não são só fluxos de energia ou concepções que se cruzam, são volumes que se chocam. Neste sentido, Hall (1994) destaca a necessidade e a grande importância, como também angustiante (na ausência), do próprio espaço de movimento, no qual o corpo se acomoda e desde esse contexto interage constantemente com os outros corpos, humanos ou não. Essas realocações “obrigatórias” e contínuas dos corpos e gestos nas urbes apresentam-se e representam um conceito espacial que está enquadrado em um “círculo de segregação” que, contemporaneamente, está se configurando nas fortificações de núcleos conglomerados, nos *shoppings*, nos condomínios fechados, nos bairros exclusivos, nos lugares de

65 Uma clarificação arquitetônica dessa conjunção de tempo e espaço nos centros urbanos, são os *shoppings*, onde se estabelecem uma outra concepção e um outro sentido de tempo-espaço. Neles a noite não existe, por exemplo. Podemos ver este tema tratado por SARLO (1997).

acesso limitado etc. (SARLO, 1997). Essas segregações são propriamente urbanas, mas conduzem a “desurbamanização”⁶⁶.

“*O que significa pertencer a uma cidade?* questiona García Canclini (1995. p 101), para quem pertencer ao espaço cidade (urbe) tem significados estabelecidos nas diferentes apropriações do território realizadas pelos indivíduos nos reconhecimentos dos espaços e dos tempos da cidade. Assim, se estabelece ou se restringe o horizonte da cidade ao próprio bairro, onde se elaboram redes de interação que passam a representar o conceito e o imaginário de cidade. Mas, para alguns indivíduos, o horizonte se expande na “invasão” dos outros territórios. O lugar urbano vai muito além dos tijolos colocados um em cima do outro. Assim, para o autor, as cidades são esse meio onde

[...] aún las protestas contra ese orden se hacen [...] manifestando en las calles o plazas que otros diseñaron. Por más usos transgresores que se hagan de la lengua, de las calles y las plazas, [...] no anula el peso de los hábitos con que reproducimos el orden sociocultural, fuera y dentro de nosotros (GARCÍA CANCLINI, 1990, p. 324).

Nesse sentido, não se pode falar de uma só cultura, determinada, limitada, delineada, mas sim “plural, desencontrada, segmentaria, conflitual” (CANEVACCI, 1996, p. 14). Não se pode ver a cultura como unitária e compacta, o sincretismo manifesta-se como compreensão desse processo no mundo, nos modos de produção das culturas, do consumo e nas formas de comunicação de resistência, como as pichações. Um sincretismo que “atropela, dissolve e remodela a relação entre os níveis alheios e os familiares, entre os da elite e os de massa das culturas contemporâneas” (p.13).

Estas manifestações procuram novas formas de gestos e estilos. Apresentam-se como fatos que necessitam leituras diferentes, novas concepções do texto-e-obra marcadas por um deslocamento para uma

66 Encontrei essa forma para a representação da *des-urbanização* que estamos vivenciando, pela perda do sentido de relacionamento na construção do ser humano na urbe, por isto a *des-humanização*.

textualidade aberta, outras formas de aceder e ressignificar a cidade a través do gosto, onde a vida quotidiana, o corpo e as coisas podem ser lidos como um conjunto de interdiscursos diferentes, reconhecendo neste processo intertextualidades como circulações de sentidos.

TRAÇOS DE CONTINUIDADE, ESPAÇOS VIVIDOS

Permito-me vivenciar a força e o desafio de olhar e caminhar pelas margens interpretativas, isto é, construir olhares hereges e heterotópicos. Não podemos compreender um tema que potencialmente desloca com olhares de uma estética analítica modeladora. Nossa forma de olhar e escutar a cidade, necessariamente, deve ser profana e profanadora como gesto iconoclasta e problematizador para complexificar a linearidade abusiva da gentrificação como epistemologia interpretativa. Sem pedir licença infiltrar, nas formas de apreender as ruas, um poema escrito por Charles Bukowski, nomeado como 'Um poema é uma cidade', presente no livro *Amor é Tudo que dissemos que Não Era*. Seguem algumas linhas desse poema:

um poema é uma cidade de ruas e esgotos
cheia de santos, heróis, mendigos, loucos,
cheia de bebida e banalidade,
cheia de chuva e trovão e períodos de
estiagem, um poema é uma cidade em guerra,
um poema é uma cidade perguntando ao relógio por quê,
um poema é uma cidade em chamas,
um poema é uma cidade armada
suas barbearias cheias de bêbados cínicos,
um poema é uma cidade onde deus passeia nu
pelas ruas como Lady Godiva⁶⁷,
(...)

67 Lady Godiva é uma personagem de um mito inglês, ambientado a princípios do século XI. Teria sido uma anglo-saxã, famosa pela sua bondade e beleza, casada com Leofric (968–1057), conde de Chester e de Mercia senhor de Coventry. Godgifu ou Godgyfu quer dizer *gift of God* ('presente de Deus'). Godiva é a sua versão latina do nome. Adaptado de https://es.wikipedia.org/wiki/Lady_Godiva

um poema é uma cidade, um poema é um país,
um poema é o mundo...
e agora eu ponho isso debaixo de uma redoma
para análise do editor maluco,
e a noite está em outro lugar
e senhoras grisalhas e abatidas fazem fila,
cão segue cão até o estuário,
os clarins trazem o cadafalso
enquanto homenzinhos anunciam as coisas
que não conseguem realizar.

Essa parede que ontem formava parte de um urbanismo teórico, doutrinado, estilizado e oficializado, “hoje” amanhece com outras formas. Abre os olhos com outra “função”, agora denuncia, comunica, diz que nela aconteceu um gesto dos *pontas de espada* no urbano, no concreto, no cimento. Essências de irreproduzibilidades que não podem ser reproduzidas em outro *médium* (do muro ao papel, à internet...), sem que se anule ou domestique o sentido gestor.

Gestos que se apresentam tensionando as práticas quotidianas, que se sobrepõem, se solidarizam e polemizam, sem a necessidade de esclarecer a ninguém o sentido dado ao discurso ali marcado. Longe de uma visão materialista, essas apropriações dos lugares, portanto do tempo urbano, são ordenações simbólicas que dizem *quem* e o *que* somos na sociedade. A incisão dessas marcas simbólicas, por menores e inventadas que sejam, comunicam que somente nessa determinada relação tempo-espaço foi possível imprimir aquela mensagem. Daí que em um outro lugar teria outro significado.

Como corpos na cidade, temos a necessidade de lugar em constante renovação, querendo ou não, modificando a organização e dinâmicas do quotidiano. Daí o aparecimento de novas direções, sentidos, trajetórias de cidade que apresentam novos “rostos” por meio das pichações. Elas nos colocam e acordam para nos dizer que somos autopoieses urbanas, somos ações migrantes por diferentes fronteiras do tempo e espaço, numa cidade que explode e se (re)faz no ato de

cada cidadão-cidadã. Esses gestos, que querem ser higienizados pelas normas cidadinas, nos falam que somos e temos direito à cidade.

Porque somos relacionamentos e transformações culturais, vividas nos conflitos, nos conduzem a complexidade do mundo urbano. O cotidiano da cidade é o lugar onde as diferentes e variadas tensões manifestam-se nas formas de rostos, vocês, trajetos, impressões, escritos, marcas, numa renovação constante do contexto. O urbano, como já observamos, é compreendido como espaço onde se apresentam as práticas culturais, as interações, um lugar pelo qual se circula; onde se projetam os usos, percepções e concepções cognitivas desse espaço. Interatuar, na formação das redes comunicativas nos processos sociais, encontra-se mediado pelo que se considera como gestos culturais.

Estas culturas são organizadas e organizadoras do aparelho cognitivo, instâncias nas quais se cria o capital cognitivo, manifestam-se as representações, a consciência e o imaginário coletivo. As pichações estão para chamar a atenção nesse sentido. São gestos que falam de acontecimentos que interatuam na ação da mirada nas condições de reconhecimento, transmissão e articulação das formas simbólicas. A utilidade dos suportes por essas expressões conduz a pressões sociais às vezes muito elevadas defrontando-se com organizações e grupos de segurança, indústrias anti-grafite, anti-pichações, perseguição pelas forças públicas (e privadas) da ordem.

Esta faceta ilegal ha condicionado de forma innegable la propia fisionomía de las obras de graffiti. (...). Por otra parte, esta ilegalidad forma parte intrínseca de la propia producción del graffiti (...) desde el mismo momento en que los parámetros esenciales de esta cultura radican en la resistencia social y es en sí misma una estrategia de actuación urbana frente a la desigualdad y carencia de espacio vital en la sociodinámica urbana. (GILLER, 1997, p. 5).

Esse impacto de interação configura experiências e relações sociais por meio das quais se organiza a vida cotidiana como sucessão de sociabilidade. Um “repertório pedestre” que se introduz no

tempo e mapa urbano como atos-miradas que também representam registros, marcas, emblemas, corpos, discursos que “de sonho, (...) [passaram] a pesadelo onde se apresenta, de modo indiferenciado, toda repressão sexual, esportiva ou musical” (CANEVACCI, 1990, p. 202). A intenção de controle, pela pichação, não é só do espaço, mas também dos objetos e de outras manifestações institucionais, embora às vezes mesmo se realiza sobre outros grafites, saturando e esculpindo modificações, conformando um vital palimpsesto, como pontos de explosão e cultura pela saturação.

Impressões territoriais dos espaços vividos, marcas para todos, legíveis e ao mesmo tempo ilegíveis, as pichações são uma forma de imprimir presença, posse e procedência de um lugar. Nessa possível (ou não) leitura das marcas impressas, existe um tensionamento aos indivíduos e à sociedade, que a partir dessa linguagem constituída também elaboram sua ordem simbólica. Essas marcas forçam a identidade do sujeito, que não se pode dar à margem da linguagem. No contexto urbano, a comunicação está intensamente construída pela circulação dinâmica de capitais simbólicos, inscritos nos objetos cidadãos, de amplo e contínuo consumo.

Dessa maneira a pichação, tomando-a nos grandes traços e na sua essência, é sinônimo do contestatário. Isso porque as lendas nas paredes se estabeleceram como meios de manifestação das forças perseguidas, dos que vivem na clandestinidade da higienização e conjuraram suas mágicas nas paredes, para difundir ideias e convocar a luta pelo direito à cidade. Contestação que se apresenta para pôr em dúvida e desafiar sem outorgar trégua. Esta inscrição no espaço urbano responde e corresponde a um conjunto de mensagens que se filtram pelas margens ou interstícios das linhas de proteção do estático-estabelecido, do seguro. As pichações, gestos irreverentes em relação ao estabelecido, manifestam desejos que necessitam comunicar, e fazem-no violando uma mácula estabelecida pela respectiva ordem urbana e senatorial dentro da qual se manifestam.

Os centros urbanos misturam-se em e com publicidade comerciais; nas portas, fachadas, igrejas, instituições, também as diferentes mídias mostram um espaço cheio de mensagens. Estes modificam – ou tentam fazê-lo– comportamentos, crenças, opiniões, posturas políticas, sociais etc. São imensos conglomerados onde a saturação aos estímulos faz quase impossível a percepção nítida pelos sujeitos. As escrituras proibidas irromperam vorazmente na cidade cheia de signos, homogênea e fragmentada, ali se incorporaram, não para ser consumidas como os outros signos, senão para desatar a luta contra esse consumo. O que nas palavras de Giller podemos ver como esta expressão alternativa de proposta é a tensão, dado que o grafite

[...] no publicita nada más que a la obra misma y se establece como una entidad negativa. Tomando un espacio ajeno y codiciado comercialmente, como el propietario sugiere, el graffiti no cumple los dictados de los procesos de la cosificación en bienes de consumo (1997, p. 4).

Essa movimentação corporal e simbólica, exigida ao leitor, reproduz o efêmero das pichações, como golpe instantâneo ao transeunte, cinética como metonímia de um movimento urbano que mostra uma forma de percepção e expressão dos sentidos de cidade. Nessa linha posso entender, que os/as pichadores, nas suas técnicas e estratégias, articulam diferentes elementos de exposição, composição e observação que são próprios dessa postura em resistência. Transgressão dos limites sociais e “naturais”, como acontece ao pichar em lugares de risco; gestos que provocam e afrontam a normalização panorâmica da cidade puramente desejada:

[...] exigencia de una lectura rápida, por parte del destinatario en movimiento, atenta obviamente contra la complejidad del mensaje o la densidad de su información. Su lectura se efectúa por lo general con la mirada en desplazamiento de los peatones o conductores y ocupantes de los vehículos. (...) el desplazamiento por parte del peatón o del automovilista la convierte en una imagen furtiva (GUBERN, 1987, p. 204).

As pichações são gestos em andamento. Como produto simbólico de resistência, se apresentam sociais e urbanas apropriando-se dos suportes para exercer propositalmente essa (im)propriedade discursiva. São pinceladas de outras *epistemes*, de outros saberes que se estampam nas ruas e afrontam ao transeunte no próprio tecido-texto urbano, resultado da mútua construção. Caminhos das cidades onde se entrecruzam e se enfrentam os caminhantes com aquele que caminha em sentido contrário – ele para mim e eu para ele. É assim, no movimento, que se integram os percursos diferentes. Daí a força do enfrentamento, de ser desafiado e desafiante. O rápido e imediato parece deter-se em uma simetria imaginária, porém real, entre as condições de produção e as de reconhecimento.

Os gestos de resistência dessas marcas urbanas (pichações), são uma direta tensão ao nosso agitado cotidiano, onde o imediato e o veloz é vivido com orgulho e as relações de sociabilidade se veem limitadas à alta velocidade algorítmica. Milton Santos (1994), chama a atenção nessa linha, ao destacar que vivemos inseridos em uma contabilização mercantil na qual o tempo é fetichizado pelo capital. Perder o controle do tempo é perder mercadoria. As interações sociais estão sendo comprimidas em um tempo, produto, mercado, capital, isto é, em febre temporal-espacial. Por isso, posso destacar que são escrituras de interatividade urbana.

Esta interatividade pode acontecer, também, de forma diferida, representada pela lembrança daquilo que me enfrentou em algum momento na rua. São ações de retorno que acontecem depois do “confronto” com aqueles gestos. Podemos entender que são interatividades que põem ação na sociedade porque dinamizam os sentidos em circulação. Nessa linha, se uma pichação é apagada, ela é (re)feita nesse ato de apagamento e com maior intensidade. Há tempos, venho compartilhando a pergunta: “o que se apaga, quando se apagam as pichações?”.

Podemos ver nas pichações traços de sonhos, consignas, brigas, desejos, amores, programas, piadas, desafios, como ressurreição de heterogêneo editorial cotidiano. As pichações são intertextualidades com essa capacidade de assimilar e transformar uns signos em outros, misturando-os e produzindo *kistch*, pastiche, *colage*, *zapping* nos muros. Uma transtextualidade iconoclasta.

Esse novo texto que se apresenta perturba porque modifica as qualidades linguísticas e visuais do território que não foi pensado para isso. É um gesto obsceno, isto é, que faz entrar em cena algo que não deveria entrar, algo que deveria ficar fora de cena. E é nessa obscenidade que está ancorada a resistência, a subversão. É interessante perceber que, no instante de olhar essas intervenções, apaga-se o anterior significado do suporte, que foi marcado por esse anônimo com seu estilete e pela força dos discursos que, às vezes, entram em uma palavra só. Os escritos são para alguns conhecidos e para outros incompreensíveis. Eis uma forma de colocar em submissão o transeunte, fazendo-o esbarrar com o desconhecido.

Essa forma de relação se dá no sentido de que no momento de ter as respostas, mudam-se as perguntas. A modo de ilustração, o pichar em “hieróglifos” também estabelece uma resistência ao sistema da estrutura gramatical. São práticas que conformam uma imagem de cidade por meio de uma mensagem codificada, complexa e veloz. A linguagem estabelecida é tensionada por outra que rouba a cena e, como elemento cultural, se instala em igualdade de condições nesse simbólico instante.

Dessa forma, a cidade se ressignifica em espaços de resposta, num sentido de justiça espacial que rapidamente se apropria de expressões e sentires urbanos. Por isso, há domesticação das pichações por parte das lógicas midiáticas ou de museologização, procurando transformá-las em mercadoria pronta para o consumo de “respeitosa” oficialização, como forma de catapultar, para bem ou para mal, àqueles

anônimos e torná-los celebres por meio de ação fagocítica. Os exaltados como artistas ou aqueles que são sentenciados sofrem as necessárias e respectivas metamorfoses “sugeridas” pela estrutura oficial.

Já caminhando para o desfecho destas conjeturas (e próximas refutações), posso entender as pichações também como manifestações do grotesco, do riso, dirigidas à multidão que, encantada, aplaude o rei. São gestos não oficiais que gritam, por meio dessas efêmeras expressões, “o rei está nu”. Por isso, podem ser observadas como vitórias sobre o medo. Note-se a importância dessas manifestações na época da ditadura ou contra atuais genocidas procurando, por meio do riso, da ironia e do sarcasmo essencial, exorcizar o *status quo*. Lembro de Bakhtin (1993) ao considerar o riso como importante no desenvolvimento sociocultural e que jamais poderia ser instrumento de opressão ou embrutecimento do povo, mas arma de libertação. Eis a razão de ficarem estupefatos aqueles que ouviram aquela voz que entregava o rei na sua nua condição. Porque o medo e o oficial têm vergonha de rir. O riso é resistência.

No riso, o corpo está nu e provoca o tabu do corpo vestido. O grotesco se estampa. As pichações podem assim ser entendidas como gestos e expressões iconoclastas, que na “lógica interna de todos esses exageros é, (...), a lógica do crescimento, da fecundidade, da superabundância. Todas as imagens mostram o mesmo ‘baixo’ que devora e procria” (BAKHTIN, 1993, p.55).

Entre pensamentos alegremente descabelados compartilho o desafio de pensar, porque pensar as pichações não é simplesmente pensar sobre a cidade, mas também compreender formas de habitar a cidade. Estou em uma luta para fortalecer, em todas as ambiências, sentipensares de cafés como oportunidades de encontro. Sair do pensar cafezinhos, que estão mais para Mônica e Susanita – onde as cadeiras são fixas e ninguém pode movimentá-las – do que para Mafalda... quer dizer, lutar por aqueles lugares-saberes nos quais temos o tempo de nos encontrar iconoclasticamente...

...a terra nasce. Com suas maravilhas e crueldades, seus prazeres e angústias, com o amor e a morte. Ela se enche de criaturas variadas, adoráveis e odiosas, doces e selvagens, horríveis e insignificantes, belas e repulsivas. A centopeia, o cavalo, a solitária, a águia, o furão, a gazela, o rododentro. O leão! A noite cai. O senhor, exausto, mas contente, cochila. Ele sente de repente que alguém puxa a ponta de seu manto: é o inoportuno, o inventor do casal humano, que volta à carga. Que ideia louca, até perigosa! pensa o Criador. Mas que jogo fascinante, que tentação! E, num semissono, ele aceita o projeto fatal. Francois Jacob

REFERÊNCIAS

- BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na idade média e no renascimento: o contexto de François Rabelais**. São Paulo: HUI TEC, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. **La distinción**. Crítica social del gusto. Madrid: Taurus, 1988.
- CANEVACCI, Massimo. **Antropología da comunicação visual**. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- CANEVACCI, Massimo. **Sincretismo**: uma exploração das hibridações culturais. São Paulo: Studio Nobel, 1996.
- CORTÁZAR, Julio. **Queremos tanto a Glenda**. Argentina: Sudamericana, 1980.
- DIESEL, Ursula B.; RUSSI, Pedro. Em torno da pichação e sua semiose, uma reflexão. **Passagens**, v. 12, n. 1, p. 160-187, 31 jul. 2021.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Consumidores y ciudadanos**. Conflictos multiculturales de la globalización. México: Grijalbo, 1995.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas Híbridas**: estrategias para entrar y salir de la modernidad. México: Grijalbo, 1990.
- GILLER, Sarah. **Graffiti**: inscribing transgression on the urban landscape. *In: Artcrime/Online/Internet*. www.graffiti.org/faq/giller.html ; 1997.
- GUBERN, Roman. **La mirada opulenta**. Barcelona: Gustavo Gili. 1987.
- GULLAR, Ferreira. **Corpo a corpo com a linguagem**. Coleção Mapa. Museu / Arquivo da Poesia Manuscrita, 1997.
- HALL, Edward T. **“Proxêmica”**. *In: WINKIN, Yves (Org.) La nueva comunicación*. Barcelona: Kairós, 1994, p. 151-229.

HARVEY, David. **A Condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

MAFFESOLI, Michel. **El tiempo de las tribus**. El declive del individualismo en las sociedades de massa. Barcelona: Icaria, 1990.

DUARTE, Pedro Russi. Estética comunicativa das pichações. *In*: ANAIS DO 18º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2009, Belo Horizonte. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2009. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2009/papers/estetica-comunicativa-das-pichacoes>. Acesso em: 14 ago. 2021.

DUARTE, Pedro Russi. **Grafitis**: trazos de imaginación y espacios de encuentros. Barcelona: Editorial UOC, Universitat Autònoma de Barcelona, 2016a.

DUARTE, Pedro Russi. Prolegômenos ao jogo. *In*: DUARTE, Pedro Russi. D'ORS, Eugenio; PEIRCE, Charles S. **Jogo e pragmatismo em ação**. Sarapuí, SP: OJM, p. 9-17, 2016b.

DUARTE, Pedro Russi. Epígrafes. Imaginaciones deseables y otras epistememes. **Contratexto**, n. 33, p. 19-32, jul. 2020.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: HUCITEC-EDUSP, 1994.

9

Laura Wottrich

**TRAVESSIAS
METODOLÓGICAS
NA PRÁTICA
DA PESQUISA
EM COMUNICAÇÃO**

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.9

INTRODUÇÃO

Neste texto abordo as travessias metodológicas na prática de pesquisa no campo da Comunicação, instigada pela reflexão sobre os deslocamentos de pesquisa instaurados com a pandemia de Covid-19, mas não limitada a esse contexto, pois as travessias são iminentes à posição social dos pesquisadores, a partir de sua condição como trabalhadores (PINTO, 2020). Primeiramente, apresento alguns atravessamentos constitutivos da prática investigativa – epistemológicos, políticos e subjetivos – que formam a *práxis* articuladora da reflexão e da ação no trabalho científico. A tomada de consciência sobre eles acontece a partir do exercício refletido da metodologia como dimensão constitutiva e norteadora de uma pesquisa (BONIN, 2011). Ao realizar a dimensão metodológica, nos refazemos como sujeitos, em um movimento constitutivo da própria *práxis*. Os atravessamentos nos revelam como nos situamos como pesquisadores. Já as travessias refletem sobre os caminhos possíveis para nos deslocarmos no terreno em que pisamos. Na segunda parte do texto, dedico-me justamente a explorar estas travessias, após analisar brevemente o contexto atual de produção do conhecimento no campo da Comunicação brasileiro. A discussão aborda três travessias possíveis: a valorização da reflexividade, a constituição de espaços de diálogo e o fortalecimento da metodologia como *práxis*.

O percurso é constituído pelas reflexões originadas em minha prática docente na disciplina Metodologias da Pesquisa em Comunicação⁶⁸, costurada com as discussões suscitadas pelos resultados de uma pesquisa em andamento⁶⁹ sobre a prática metodológica nas

68 Agradeço aos discentes da disciplina Metodologias da Pesquisa em Comunicação, ofertada aos cursos de Jornalismo, Publicidade e Relações Públicas da Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação (Fabico) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), pelos aprendizados coletivos que possibilitaram a discussão apresentada aqui.

69 Projeto “A análise metodológica no aprendizado e consolidação da prática de pesquisa no campo da comunicação”, financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Edital MCTIC/CNPq no. 28/2018).

teses e dissertações realizadas pelos pesquisadores dos Programas de Pós-Graduação (PPGs) em Comunicação no país.

As travessias são um gesto interpretativo, fundado numa noção abarcadora da metodologia que se concretiza a partir da tomada de consciência sobre nossa inscrição como pesquisadores no mundo. Mais do que indicar rotas, significa pensar em como nos movemos na prática de pesquisa. Por isso, não se trata de uma prescrição de caminhos, mas de um movimento que deve ser apropriado e realizado pelo leitor a partir de seu próprio contexto.

ATRAVESSAMENTOS CONSTITUTIVOS DA PRÁTICA CIENTÍFICA: EPISTEMOLÓGICOS, SUBJETIVOS E POLÍTICOS

No trajeto de produção de conhecimentos, alguns atravessamentos constituem nossa prática investigativa na Comunicação e nossa forma de pensar e experimentar a instância metodológica (WOTTRICH, 2021). Eles possuem ordem diversas – epistemológicos, políticos e subjetivos – e costuram uma pesquisa, nossa temporalidade interna da descoberta com os tempos do mundo, nossas inspirações e devaneios com as demandas institucionais e formais. São, então, dimensões que articulam experiência e estrutura na vivência de uma investigação. Se aproximamos nosso olhar para analisar de que matéria essas costuras são feitas, notamos que, tal como um bordado cujo verso revela os alinhavos constitutivos de um desenho, no caso dos atravessamentos e de suas interrelações, a linha dessa costura é feita de matéria metodológica.

Os atravessamentos não são contextuais, mas constitutivos de nossa condição como pesquisadores, e são mais ou menos percebidos de acordo com a tomada de consciência sobre nossa dupla condição de sujeitos pesquisadores e sujeitos do mundo (HISSA, 2019).

Mais do que dimensões teóricas, são espaços articuladores da nossa experiência reflexiva com as estruturas institucionais. Pensar sobre eles permite conectar a nossa posição singular como pesquisadores aos contornos mais abrangentes do campo comunicacional.

Os atravessamentos epistemológicos são um assunto familiar no campo comunicacional, pois fazem parte dos debates sobre os próprios contornos e estatuto da Comunicação como ciência, seus limites, porosidade, identidade, constituição⁷⁰. Dentre os diversos prismas dessa discussão, destaco a multiplicidade de angulações que constituem a Comunicação. No espaço de ensino-aprendizagem da disciplina Metodologias da Pesquisa não é raro, no início do semestre, observar rostos aflitos dos estudantes que desejam saber se o seu tema “é de Comunicação”, como se pudesse ser atribuída determinada credencial a esse espaço científico.

Na pesquisa metodológica em teses e dissertações do campo comunicacional, apenas no recorte da Região Sul (com um total de 800 pesquisas), encontramos mais cerca de 60 subáreas de conhecimento e 900 conceituações centrais nas pesquisas originadas nos Programas de Pós-Graduação em Comunicação (WOTTRICH *et al.*, 2020), número que tende a se expandir na consolidação da análise geral, incluindo os outros estados. Ao observar o conjunto dos trabalhos, parece pouco produtivo centrar o debate no que é ou não comunicacional; é mais fértil pensar em como esse estado das coisas amplia ou limita nossas visadas sobre os objetos do mundo que podem ser analisados. Entre o elogio à multiplicidade e o risco da dispersão cognitiva (SODRÉ, 2012; BRAGA, 2004) está a construção de espaços de diálogo ou de tensão entre as linhas e as perspectivas de investigação.

70 Em razão do enfoque deste texto, esta discussão não será explorada aqui. Sugiro ao leitor interessado que consulte Lopes (2003), Moura e Lopes (2016) e as discussões historicamente empreendidas no GT de Epistemologias da Comunicação da Compós, disponibilizadas a partir de seus anais.

Os atravessamentos políticos naturalmente não podem ser apartados dos epistemológicos (LOPES, 2003). Através da noção de campo comunicacional, sabemos que as formas como refletimos sobre o conhecimento que produzimos estão associadas às relações de força a partir das quais a produção dos conhecimentos é considerada, regulada e avaliada interna e externamente ao campo. Em chave histórica, não podemos perder de vista que, apenas recentemente, a comunicação se constituiu como um espaço específico de reflexões, ainda povoado por práticas instrumentais e geopoliticamente marcado em sua origem, nascido em uma intensa relação com o poder hegemônico (MALDONADO, 2012; SODRÉ, 2003). Pairaria, assim, certa dependência epistêmica sobre nossas práticas, que vem sendo enfrentada desde muito e em diversos lugares⁷¹.

Se tomamos os anos 70 do século XX como um marco (ainda que arbitrário⁷², por certo) da emergência do conhecimento científico sobre Comunicação no país, observamos que se trata de um percurso recente, deflagrado a partir de condições históricas, sociais e políticas determinadas. Nesse ínterim, aproximar a Comunicação da ciência significou dotá-la como um fenômeno de capital simbólico, legítimo, distinto de outros saberes e possibilidades de conhecimento (BARBOSA, 2020). O discurso científico da Comunicação floresce na mesma terra em que são fincados os pilares da Universidade como a conhecemos e suas visões em torno do que pode, ou não, ser considerado científico.

Nesse sentido, os atravessamentos políticos constitutivos da pesquisa em Comunicação são vincados por uma lógica fabril de produção de conhecimento. E, historicamente, a forma como esse

71 Os estudos decoloniais ou, ainda, a perspectiva feminista, apontam desestabilizações nesse âmbito, produzidas no sentido de questionar os modos hegemônicos de produzir ciência, que impactam nossa forma de considerá-la e de estabelecer as relações entre o conhecimento científico e o mundo. Sobre os engendramentos específicos da perspectiva feminista na produção de conhecimento na Comunicação, ver Oliveira-Cruz e Wottrich (2021).

72 Foi em meados dos anos 70 que surgiram os primeiros Programas de Pós-Graduação no país e que foram sendo edificadas as bases para configuração do campo em termos institucionais (PRADO; FRANÇA, 2014).

conhecimento é produzido é permeada por como a “Universidade-Fábrica” o legitima e reproduz:

A ciência moderna tem à sua disposição um sistema de organização da produção do conhecimento parcelar e serial. Esta se constitui, sobretudo, de artigos encaminhados para espécies de esteiras virtuais movidas a roldanas eletrônicas e de velocidade digital. A produção desemboca em *containers* disciplinares, de modo a garantir mais pontos, conceitos, bolsas [...] Portanto, a despeito de proferir o discurso em prol do entrecruzamento envolvendo campos diversos do conhecimento, na universidade moderna, a partir das referências do sistema operacional, prevalece o corporativismo e a competição (HISSA, 2019, p. 91-2).

Essa condição desemboca nas exigências da Comunicação como campo científico, espaço em que se dão as disputas concorrenciais pelo monopólio da autoridade científica e pelos recursos disponíveis. Se, por um lado, temos uma expansão dos centros de pesquisa em Comunicação, especialmente nas últimas duas décadas⁷³, com discussões em torno da sua multiplicidade ou dispersão, por outro, as raízes originadas nesse processo encontram uma terra que sofre com poucos recursos, fortes exigências em termos de produtividade e com questionamentos vários sobre o próprio estatuto e a validade da ciência.

A escassez de recursos não é nova, mas é necessário pontuar o desinvestimento institucional na ciência a que assistimos, evidente nos cortes orçamentários direcionados a projetos, bolsas, iniciativas, enfim, ao essencial para o desenvolvimento da ciência no país⁷⁴. Junto disso, altos índices de produtividade são requeridos, postulados a partir de exigências que, por vezes, reafirmam o ideário da Universidade fabril. Tais condicionantes possuem variadas implicações e

73 Uma retomada importante sobre o desenvolvimento do campo comunicacional pode ser consultada em Prado e França (2014).

74 O orçamento da União para investimento em pesquisa, em 2021, foi considerado o menor da história em relação ao necessário para atender às demandas de pesquisadores e instituições. Ver em: <https://jornal.usp.br/ciencias/orcamento-2021-compromete-o-futuro-da-ciencia-brasileira/>.

interferem nas vivências de produção e circulação do conhecimento. No âmbito da experiência da pesquisa, os tempos externos não raramente se opõem ao tempo interno de uma pesquisa, em termos de fluxos e vivências. Nesse sentido, vale “pensar quanto tempo tem o tempo que temos, e de que modo a duração dos processos de pesquisa se articulam, confrontam e tensionam com os tempos institucionalizados” (WOTTRICH, 2021, p. 27).

Há ainda outro atravessamento constitutivo da posição dos pesquisadores, de ordem subjetiva, que fala das costuras entre o sujeito pesquisador situado no mundo e sua inscrição, a partir da lógica científica, nele. É uma dimensão inerente à prática científica, mas, nem por isso, sempre considerada. O escamoteamento – ou, por vezes, a supressão – do âmbito subjetivo constitutivo de uma pesquisa é tributário de uma visão formalista da prática científica, ou de sua dimensão colonial (BORSANI, 2014), sustentada em algumas falácias, como a impessoalidade ou a objetividade, consideradas como uma externalidade constitutiva do pesquisador em relação ao objeto pesquisado que, quando não respeitada, corre o risco de “contaminar” a investigação. Não se trata de rejeitar a objetividade como um atributo da pesquisa científica⁷⁵, mas entender que uma investigação sobre o mundo será configurada pelo olhar do pesquisador inscrito como sujeito nesse mesmo mundo.

Dirá a palavra da ciência: estou aqui para ler o mundo, mas não me deixo contaminar por ele; é por tal motivo, feito de razão, que elaboro a leitura do mundo tal como ele é. A palavra da ciência que lê o mundo, nesses termos, contudo, é vazia de mundo. Quando leio o mundo, como retirar a minha história de leituras do mundo, a minha própria presença no mundo, de modo a permitir, paradoxalmente, uma leitura asséptica que faço do mundo? Como fazer que a minha leitura do mundo

75 Não enfrentarei esse debate aqui por limitações de espaço e também por entender que ainda é necessário amadurecer, no campo da Comunicação, o lugar ocupado pela objetividade na pesquisa. Um debate mais aprofundado é observado em alguns campos teóricos como o feminismo, como apresenta Góes (2019).

exista independentemente da minha existência? Não há existência do mundo tal como ele é. Não há mundo em si mesmo (HISSA, 2019, p. 175, grifos do autor).

Não é minha ambição esgotar aqui a exploração desses atravessamentos. Menciono-os porque nos auxiliam a fazer essa relação entre a nossa experiência de pesquisa e o sentido social dessa atividade a partir da nossa inserção como pesquisadores no campo da Comunicação. Num âmbito mais abstrato, podemos entender que os atravessamentos são uma *práxis* articuladora da reflexão e da ação no trabalho científico, que existe porque o pesquisador não se descola da sua situação, das condições materiais e circunstâncias objetivas e intersubjetivas. Ou seja, como advoga Álvaro Vieira Pinto, é necessário que compreendamos nossa condição como trabalhadores. Afinal,

É o sujeito concreto que executa esses atos a partir da sua situação e em função dos motivos sociais que a definem e dentro dos quais está situada a sua existência. Não devemos cair na concepção ingênua da epistemologia sem sujeito, da metodologia sem o homem, que dita as finalidades orientadoras da escolha e a aplicação dos métodos, da gnosiologia sem a consciência de alguém que por necessidade existencial conhece o que lhe é possível conhecer no lugar, no tempo e nas condições em que se encontra. A pesquisa faz-se sempre como fruto de uma situação, e funda-se no núcleo humano que a empreende (2020, p. 277).

O autor defende que a tomada de consciência em relação a essa situação (entendida aqui a partir da noção de atravessamentos) parte do desenvolvimento de uma consciência de si, articulada a uma epistemologia e metodologia críticas. A partir da ideia da situacionalidade do pesquisador na articulação entre a reflexão e a ação no escopo de uma pesquisa particular, compreendo que essa tomada de consciência se realiza a partir da dimensão metodológica.

Para entendermos isso, é importante situar o lugar da metodologia de modo mais abarcador, como uma instância presente em qualquer pesquisa, mesmo quando não é apresentada (LOPES, 1990).

Afinal, “criar, na pesquisa – criar a pesquisa – é criar metodologias” (HISSA, 2019, p. 126). A estruturação de qualquer investigação é realizada a partir de um processo de tomada de decisões, no qual a problemática é montada, as teorias e a observação da realidade interagem – e se tensionam – a todo momento. Não é uma reflexão abstrata, mas vinculada ao cenário em que a investigação se realiza, como uma “instância corporificada em fazeres, operações, experimentações e procedimentos que dão feição ao objeto do conhecimento, que se inscrevem em lógicas atuantes na captura e fabricação pensada deste objeto” (BONIN, 2011, p. 2). A dimensão metodológica, encarnada no cotidiano de uma pesquisa, impulsiona o movimento de inscrição dos pesquisadores no mundo. A partir dessa noção mais abrangente de metodologia, proponho um deslocamento da ideia dos atravessamentos para pensarmos nas travessias metodológicas que podemos fazer enquanto pesquisadores, considerando o tempo histórico atual.

DOS ATRAVESSAMENTOS ÀS TRAVESSIAS

Se os atravessamentos nos mostram como nos situamos como pesquisadores a partir da *práxis* científica, a ideia de travessia propõe refletir sobre os caminhos possíveis para nos deslocarmos no terreno em que pisamos. É um gesto interpretativo que busca não apenas compreender o estado das coisas, mas acompanhar o seu desenvolvimento. Vale lembrar que a palavra “travessia” vem do latim *transversus*, que significa o que está através, o que cruza. Sinaliza, acima de tudo, um movimento ativo, um deslocamento entre dois pontos.

As travessias possuem caráter mais contextual; por isso, o primeiro movimento para realizá-las é examinar o terreno no qual esses deslocamentos são feitos. No tempo de escrita deste texto, esse cenário configura um “contexto remoto” em pelo menos dois aspectos: de nossa inscrição no mundo e experiência objetiva neste, mediada por

distintas telas e temporalidades; e o remoto como incerteza, indefinição, inscrita nas próprias noções que são cultivadas – ou disputadas – sobre a prática científica na atualidade. A partir de agora, exploro um pouco a configuração desses dois contextos.

Uma pandemia coloca-se como um fato total (BASCHET, 2020) de origem inicialmente biológica, mas com configuração centralmente social, pois é um fenômeno caracterizado por nossa forma de vivê-lo e de elaborá-lo. Em um âmbito das vivências individuais, as implicações são profundas e diversas. Naturalmente, a pandemia nos deslocou também na forma de viver uma pesquisa. Num âmbito da condução individual, nos obrigou a adaptações de diversas ordens, seja da construção da problemática, no redimensionamento do universo empírico, nos desvios metodológicos, para ficar na superfície das nossas vivências.

Nessa inscrição das vivências de pesquisa observo, na condição de professora de metodologia nestes tempos, algumas situações: um sofrimento dos pesquisadores por uma implicação profunda em suas subjetividades, sobre as quais pairam dúvidas se devem ou não estar inscritas na pesquisa e na abordagem dos objetos; o incômodo pela solidão dos processos investigativos, dado que a necessidade do distanciamento nos retirou o potencial hermenêutico dos encontros cotidianos que margeavam a constituição de uma pesquisa⁷⁶; e também o assombro da incerteza, a partir de certo esvaziamento da noção de futuro, algumas vezes em choque com a necessidade do trabalho científico que exige, constitutivamente, a capacidade de pré-figuração e a imaginação criadora.

Mas, além das telas e suas mediações, há um outro sentido deste contexto remoto que gostaria de abordar, do remoto como indefinição. Se o que estamos fazendo é uma travessia, para onde mesmo estamos

76 Como contou uma doutoranda: “Que falta eu sinto dos cafezinhos ou conversas na saída da aula para pensar sobre o meu projeto de pesquisa...”, evidenciando o lugar sempre social de construção da ciência.

indo? Aqui, é fundamental enfrentar o debate em torno da legitimidade do conhecimento científico, pois a intenção da sua desestabilização compõe esse quadro de incertezas agudizado pela pandemia no Brasil.

Para isso, é importante compreender quais os sentidos dessas desestabilizações. Se há uma crise no fazer ciência, ela remonta aos anos 60 do século passado, a partir da chamada virada linguística, que sintetiza um questionamento do estatuto de verdade universal da ciência e incorpora saberes inicialmente postos à margem da condição científica. Na esteira desses debates, em conjunto com as profundas mudanças sociotécnicas, surge o que poderíamos chamar de certas epistemologias pós-modernas (BARBOSA, 2020), que põem em xeque a racionalidade científica hegemônica e suas condições de inteligibilidade do mundo a partir de movimentos gestados na psicanálise, no pós-estruturalismo, nos feminismos, dentre outros. São movimentos epistemológicos que relocalizam a prática científica e problematizam suas vinculações com o mundo social, no sentido de evidenciar os limites e iluminar as potencialidades desse conhecimento.

No entanto, há outros sentidos inculcados nessas desestabilizações sobre a ciência, e que incidem sobre ela de forma aguda, como a desinformação, o desinvestimento institucional e a plataformação. A incidência da desinformação sobre a ciência é um fenômeno global, associado a mudanças no paradigma de comunicação e a crises em torno da legitimidade do conhecimento produzido por instituições tradicionalmente associadas à produção da verdade (OLIVEIRA, 2020). No caso do Brasil, o cenário adquire notas ainda mais severas quando articulado ao crescente corte de investimentos e à descredibilização das instituições científicas por parte da política institucional.

Embora abundem exemplos de contestações à ciência realizadas na esteira da desinformação⁷⁷ cabe refletir que, mesmo entre os

77 Movimentos antivacina, em defesa da teoria da Terra plana, ataques direcionados a instituições de pesquisa e a universidades são alguns graves exemplos atuais. Ver detalhamento em Oliveira (2020).

disseminadores de teorias da conspiração – que costumam contestar as explicações científicas – há constantemente um reforço em relação ao capital simbólico da ciência: “[...] a autoridade científica é um capital simbólico de extrema importância para a circulação da informação de teorias da conspiração relacionadas à ciência” (OLIVEIRA, 2020, p. 21). Para enfrentar esse cenário, é necessário construir mecanismos para estabelecer diálogos com os sujeitos que vêm sendo afetados nessas disputas sobre a informação. Dados sobre a percepção pública da ciência e da tecnologia no Brasil sugerem uma abertura nesse sentido, considerando que 73% da população acredita que a ciência e a tecnologia trazem mais “benefícios que malefícios” ou “trazem apenas benefícios” para a sociedade e boa parte dos participantes defende que os investimentos em ciência deveriam ser aumentados (66%) (CCGE, 2019).

A plataformização da ciência (OLIVEIRA *et al.*, 2020) resume os processos de penetração das plataformas digitais (suas infraestruturas, processos e estruturas governamentais) nas práticas investigativas. É perceptível, por exemplo, uma maior dependência dos cientistas em relação a alguns oligopólios, como editoriais científicos (monopolizados por grandes editoras), serviços de indexação de dados analíticos e gigantes tecnológicos⁷⁸.

O fenômeno realoca os critérios de excelência e de produtividade científica, muitas vezes com base em parâmetros alheios às experiências e às condições de produção do conhecimento no país, a partir de lógicas e infraestruturas constituídas globalmente. Esse processo, aos poucos, penetra nas políticas de avaliação e de investimento, tornando pesquisadores reféns de lógicas sobre as quais, por vezes, possuem pouca margem de contestação (OLIVEIRA *et al.*, 2020). A plataformização pode agudizar a lógica produtivista que matiza o ideário da “Universidade-Fábrica”. Se, no campo da comunicação, assistimos nos anos recentes a uma expansão dos centros de pesquisa,

78 Oliveira *et al.* (2020) e Oliveira (2019) exploram aspectos importantes da plataformização da ciência com foco no contexto brasileiro.

cabe refletir em como o conhecimento produzido vem sendo atrelado aos imperativos da produção (PRADO; FRANÇA, 2014).

Esse breve quadro evidencia um conjunto de incertezas que enfrentamos, como cientistas e campo do conhecimento, no cenário atual. Para discuti-lo, é oportuno compreender a construção dessa incerteza em chave histórica, ao considerar a produção de conhecimento situada em um país na periferia do capitalismo como o nosso. Essa situação, como argumenta Álvaro Vieira Pinto (2020), matiza nossa reflexão e ação como pesquisadores e torna-se constitutiva dos modos como a ciência é entendida.

Fazer ciência neste país exige, segundo o autor, um duplo movimento. O primeiro é o de promover o avanço do conhecimento a partir da investigação própria do objeto de estudo ao qual se devota. O segundo, a partir disso, é o de promover “[...] a superação dos modos e condições em que é executado, em virtude da revelação das contradições a que está ligado” (2020, p. 248). Nesse raciocínio, a atividade científica só se completa se ultrapassar o âmbito da descoberta em torno dos objetos do conhecimento e se materializar na tomada de consciência sobre a situação em que esse conhecimento é produzido, em suas contradições.

Mesmo que, enquanto trabalhador, o cientista não possua controle dos condicionantes externos que afetam sua produção, é necessária a tomada de consciência de que o produto de seu trabalho – o conhecimento científico – é justamente o que contribui para transformar a sociedade em que se forja. Frente a um cenário incerto, remoto, ao pesquisador não é lícito ceder à descrença, julgando que nada é possível fazer nas circunstâncias deste país, e por isso se encerrar na inatividade prática ou no pessimismo teórico. Trata-se aqui de uma chave ética, fundada em uma perspectiva humanista e dialética do trabalho científico.

Para nos deslocarmos nesse contexto remoto, finalizo propondo algumas travessias possíveis, organizadas a partir deste olhar mais abarcador da metodologia. Estas podem ser divididas em dois grupos: as travessias que operam nos arranjos internos da prática de pesquisa (aquilo que Lopes (1990) chama de metodologia na pesquisa) e as travessias mais abarcadoras, num sentido mais amplo de enfrentamento a este cenário de incertezas (o que a autora chamaria de metodologias da pesquisa).

A primeira travessia possível é a valorização da reflexividade. Dimensão muito cara à tradição antropológica, o cultivo da reflexividade é muitas vezes articulado a alguns métodos específicos na Comunicação, como a etnografia ou a cartografia, mas não estruturado como um elemento condicionante da *práxis* científica. Seguindo o diálogo com Álvaro Vieira Pinto, podemos inscrever a reflexividade como uma tomada de consciência de si, que

[...] implica o saber do porquê age da maneira que age, não apenas em função de uma tabela subjetiva de valores, mas sobretudo em função da situação objetiva onde vive, como homem obrigado a vencer constantemente a contradição da ignorância, que também pode se chamar, indiferentemente, a contradição do conhecimento (2020, p. 503).

As mudanças originadas desse contexto remoto desvelaram algo que é muitas vezes encoberto nos relatos da pesquisa: que a realidade prescinde de um ordenamento objetivo e previsível. A organização textual e lógica de trabalhos de conclusão de curso (TCCs), dissertações e teses é uma forma de apresentar um processo de pesquisa edificado num chão umedecido de dúvidas⁷⁹. A falácia de um pesquisador distanciado do contexto leva, muitas vezes, a um escamoteamento das condições intersubjetivas de produção do conhecimento e a um pouco relevo à sua explicitação. No contexto relatado, talvez estejamos mais estimulados (ou obrigados) a refletir como as incertezas (enormes e

79 As ensinanças da dúvida, Thiago de Mello (1989).

crecentes) permeiam o fazer da pesquisa, a nomeá-las e a assumi-las como constitutivas da produção de conhecimento.

Junto disso, emergem a necessidade de ancorar as incertezas a partir da processualidade metodológica e inseri-las nos relatos de pesquisa. Na análise das teses no projeto já mencionado, notamos que cerca de 80% dos quase 800 trabalhos realizaram movimentos de apresentação da metodologia, o que é animador. No entanto, isso muitas vezes se resume a uma apresentação operacional da metodologia em torno das técnicas que são usadas na pesquisa, sem trazer essa processualidade reflexiva. Há, ainda, pouco aprofundamento da instância metódica em seu potencial hermenêutico, lugar por excelência para o exercício dessa reflexividade (WOTTRICH *et al.*, 2020).

A segunda travessia possível é a configuração de espaços de diálogo. Em sua origem, *diálogo* remete a um significado que atravessa. Na configuração de uma relação dialógica, existem espaços de fala e espaços de escuta. Esse segundo espaço, que gostaria de priorizar, entendido a partir de Paulo Freire como “a disponibilidade permanente por parte do sujeito que escuta para a abertura e a fala do outro” (2018, p. 117), não leva a “autoanulação” ou à impossibilidade de discordância, mas a uma posição aberta e respeitosa às diferenças na qual, ao escutar, eu aprendo com. Esses espaços de diálogo possuem diversas dimensões. A primeira é colocada na relação entre orientador/orientado nessa “clínica de orientação” de pesquisa, como falam Martino e Marques (2019), que possui suas especificidades. Outra dimensão é a relação direta com os pares e refere-se à necessidade de termos uma comunidade de confiança na partilha de nossos processos de pesquisa, com quem dividir nossos escritos e dúvidas (BECKER, 2015). Uma terceira dimensão desse diálogo refere-se à escuta realizada em relação às pesquisas semelhantes, normalmente conhecida como “estado da arte” ou ainda como “pesquisa da pesquisa”, movimento necessário, mas, arrisco a dizer, ainda não corrente nas pesquisas do campo.

É o estado da arte, como busca sistemática sobre o conhecimento produzido no diálogo com nossa problemática de pesquisa, que nos permite inscrever nossa investigação no curso histórico de produção do conhecimento. Na análise das teses e dissertações, pode-se observar que a dimensão do estado da arte, se não é ausente, também não se mostra hegemônica, pelo menos nos relatórios depositados nos repositórios. Essa terceira dimensão relaciona-se um pouco com os atravessamentos epistemológicos sobre os quais falei no início e torna-se uma via para valorizar a multiplicidade e evitar a dispersão cognitiva dos nossos estudos no campo da Comunicação.

A terceira travessia refere-se ao fortalecimento da dimensão metodológica como *práxis* na produção do conhecimento. Aqui não se trata de uma reiteração do lugar hegemônico da ciência como única prática legitimada para apreensão do mundo, em uma perspectiva mais formalista de método. Temos a oportunidade, na prática concreta das pesquisas, de costurar temas, organizar reflexões e propor abordagens teóricas pertinentes e socialmente relevantes. Um dos critérios para a validação do saber científico é mostrar suas entranhas, sujeitos e pulsões. No âmbito da *práxis*, compreendo que isso pode ocorrer a partir de um gesto de abertura às processualidades investigativas com a enunciação metodológica no texto, o que se refere à explicitação dos métodos e técnicas, mas também à enunciação da problemática e dos objetivos. Sob pena de parecer prescritiva, advogo por essa necessidade considerando a análise das teses e dissertações produzidas pelos PPGs de excelência no país. Em relação aos dados já consolidados da Região Sul, observamos menção à problemática de pesquisa em 78% dos trabalhos e aos objetivos, em 97% deles. Numa análise mais qualitativa, notamos que a enunciação dos objetivos se coloca, algumas vezes, de forma operacional, sem empreender as tessituras – angulações – entre o cenário empírico, as reflexões teóricas e a problemática analisada. Considero, assim, ser ainda possível avançar em como apresentamos a nossa pesquisa e colocamos nossas intenções na mesa. A partir da

metáfora de Orozco Gómez (2011) sobre a “cozinha” metodológica, em um momento de descredibilização das práticas investigativas, torna-se importante abriremos a cozinha de nossas pesquisas, expondo aos leitores os caminhos, tentativas, frustrações e achados – ou seja, o próprio processo de uma pesquisa inscrita no curso da vida.

TRAVESSIAS... PARA ONDE?

Refletir sobre travessias é prefigurar as possíveis rotas que enfrentamos (e, ou desfrutamos) no percurso de elaboração de uma pesquisa. Por isso, se os atravessamentos são constitutivos de uma pesquisa, as travessias são contextuais e pensar sobre elas exige, primeiramente, compreender o terreno em que pisamos. Nas páginas anteriores, esse terreno foi situado como um contexto remoto, em termos da nossa vivência da pesquisa em um cenário de pandemia, mas também em termos das incertezas que assolam a prática científica. Se nossas experiências de pesquisa deverão ser resgatadas no compasso em que progredimos no combate à crise sanitária global, o mesmo não se pode afirmar sobre o contexto de incertezas sobre a legitimidade do conhecimento científico. O desinvestimento institucional, a incidência da desinformação, o ideário da “Universidade-Fábrica” e a plataformação da ciência são alguns desafios densos e de incidência mais ampla.

Para enfrentá-los, advogo pelo cultivo de uma postura ética, fundada em uma perspectiva humanista e dialética do trabalho científico, a partir da tomada de consciência da condição de pesquisador no mundo e na periferia do capitalismo, no caso brasileiro. Um movimento oportunizado pela reflexão metodológica em uma concepção mais abarcadora. É a partir disso, então, que são propostas as travessias como um gesto, um movimento para caminhar no cenário em que nos situamos. Foram discutidas, aqui, três travessias:

a valorização da reflexividade, a configuração de espaços de diálogo e o fortalecimento da dimensão metodológica como *práxis*. Não são as únicas, muitas outras são possíveis, a depender do contexto em que nos situamos (e do compasso do pesquisador).

Se as travessias são um gesto interpretativo que busca não apenas entender como as coisas são o que são, mas acompanhar o seu movimento, gostaria de finalizar pensando um pouco sobre para onde estamos indo. Recentemente, acessei digitalmente parte da exposição Limbo, do fotógrafo Hick Duarte⁸⁰. A mostra reúne trabalhos em foto, vídeo, impresso e instalação em torno do que Hick enxerga como “um atual estado de exaustão/suspensão da juventude”. O vídeo da exposição já inicia com o questionamento sobre como é o sentimento de viver em um tempo que parece ter um longo passado pela frente. O projeto toca centralmente a experiência da juventude, e o curioso é que foi realizado em 2019, ou seja, antes da pandemia. Esse sentimento de “suspensão” suscitado pelo artista estranhamente serve muito bem para descrevermos o período atual. Ao considerar a *práxis* científica em seu eixo formativo, especialmente para pesquisadores jovens que estão construindo seus percursos de pesquisa, cabe pensar o quanto esse estado de “suspensão” afeta os caminhos de pesquisa que prefiguramos nas travessias.

Aqui, a ideia de futurabilidade talvez mereça atenção, como comenta o filósofo Franco Berardi (2019). Ela indica a necessidade de pensarmos o futuro com uma chave histórica. A partir disso, identificar o devir de outros futuros possíveis que estão inscritos no presente. Precisamos compreender a prática de pesquisa como uma das formas de construção dos futuros possíveis que realizamos a partir de nossa condição de pesquisadores inseridos no mundo, com suas contradições e incertezas constitutivas.

80 LIMBO. Disponível em: <https://limbo2019.net/>. Acesso em: jul. 2021.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Marialva. **Comunicação e método**: cenários e práticas de pesquisa. Rio de Janeiro: Mauad X, 2020.
- BASCHET, Jérôme. **Covid 19**: o século XXI começa agora. *Pandemia Crítica*: N-1 Edições, 2020. Disponível em: <https://www.n-1edicoes.org/textos/50>. Acesso em: jul. 2021.
- BECKER, Howard S. BECKER, Howard. 2015. *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- BERARDI, Franco; SILVA, Regina. **Depois do futuro**. São Paulo: Ubu, 2019.
- BONIN, J. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: MALDONADO, A. E. **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011.
- BORSANI, Maria Eugenia. Reconstrucciones metodológicas y / o metodologías a posteriori. **Astrolabio**, [S. l.], n. 13, 2014. Disponível em: <https://revistas.unc.edu.ar/index.php/astrolabio/article/view/9028>. Acesso em: 15 ago. 2022.
- BRAGA, Jose Luiz. Os estudos de interface como espaço de construção do Campo da Comunicação. **Revista Contracampo**, n. 10/11, p. 219-236, 2004.
- CGEE. Centro de Gestão e Estudos Estratégicos. **A ciência e a tecnologia no olhar dos brasileiros**: Percepção pública da C&T no Brasil, Brasília, 2019.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz & Terra, 2018.
- GÓES, Juliana. Ciência sucessora e a (s) epistemologia (s): saberes localizados. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 27, n.1, p.1-11, 2019.
- HISSA, Cassio Vianna. **Entrenotas**: compreensões de pesquisa. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2019.
- LOPES, Maria Immacolata V. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Loyola, 1990.
- LOPES, Maria Immacolata V. Sobre o estatuto disciplinar do campo da Comunicação. *In*: LOPES, M. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2003.
- MALDONADO, Alberto Efendy. E. A transmetodologia no contexto latino-americano. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

MARTINO, Luis Mauro Sá; MARQUES, Angela Cristina Salgueiro. A afetividade do conhecimento na epistemologia. **MATRIZES**, São Paulo. v.12, n.2, p.217-234. 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v12i2p217-234>. Acesso em: 12 ago. 2021.

MELLO, Thiago de. **Poesia comprometida com a minha e tua vida**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1989.

MOURA, Cláudia Peixoto; LOPES, Maria Immacolata. **Pesquisa em comunicação: metodologias e práticas acadêmicas**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2016.

NAVARRO, Raul Fuentes. Pesquisa e metapesquisa sobre comunicação na América Latina. **MATRIZES**, São Paulo, v. 13, n. 1, p. 27-48, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v13i1p27-48>. Acesso em: 12 ago. 2021.

OLIVEIRA, Thaianie. As políticas científicas na era do conhecimento: uma análise de conjuntura sobre o ecossistema científico global. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 24, n. 1, p. 191-215, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/fY6npwPvcTjd4ZRCWfsykyF/?lang=pt>. Acesso em: 12 jul. 2021.

OLIVEIRA, Thaianie. Desinformação científica em tempos de crise epistêmica: circulação de teorias da conspiração nas plataformas de mídias sociais. **Fronteiras-estudos midiáticos**, São Leopoldo, v. 22, n. 1, p. 21-35, 2020. Disponível em: <http://revistas.unisinus.br/index.php/fronteiras/article/view/fem.2020.221.03> Acesso em: 10 set. 2021.

OLIVEIRA, Thaianie Moreira de et al. Acabou o quadriênio, e agora? alguns desafios em relação à avaliação de periódicos na área de comunicação. **E-COMPÓS**, v. 23, p. 1-18, 2020. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/218212/001121726.pdf?sequence=1>. Acesso em: 4 ago. 2021.

OLIVEIRA-CRUZ, Milena Carvalho Bezerra Freire de; WOTTRICH, Laura. Quando a desigualdade mora nos detalhes: engendramentos das relações de gênero no campo da Comunicação. *In*: ANAIS DO 30º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2021, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. Campinas, Galoá, 2021. Disponível em: <https://proceedings.science/compos/compos-2021/papers/quando-a-desigualdade-mora-nos-detalhes---engendramentos-das-relacoes-de-genero-no-campo-da-comunicacao> Acesso em: 14 ago. 2021.

OROZCO GÓMEZ, G. **La investigación en comunicación desde la perspectiva cualitativa**. La Plata: Ediciones de Periodismo y Comunicación, 2000.

PINTO, Álvaro Vieira. **Ciência e existência**: problemas filosóficos da pesquisa científica. Rio de Janeiro: Contraponto Editora, 2020.

PRADO, José L. Aidar; FRANÇA, Vera. Comunicação como campo de cruzamentos, entre as estatísticas e o universal vazio. **Questões Transversais**, Porto Alegre, v. 1, n. 2, 2014. Disponível em: <http://revistas.unisinos.br/index.php/questoes/article/view/7659>. Acesso em: 4 ago. 2021.

SODRÉ, Muniz. Ciência e método em comunicação. *In*: LOPES, Maria Immacolata. (Org.). **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyola, 2003.

SODRÉ, Muniz. Comunicação: um caos criativo. **Logos**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2012. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/logos/article/view/5617/4133>. Acesso em: 4 ago. 2021.

WOTTRICH, Laura et al. A metodologia na prática de pesquisa em comunicação: análise de teses e dissertações da região sul. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 43., 2020. **Anais [...]**. São Paulo: Intercom, 2020. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/sis/eventos/2020/resumos/R15-2520-1.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2021.

WOTTRICH, Laura. Atravessamentos metodológicos da pesquisa em comunicação. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, São Paulo, v. 44, n.2, p.21-33, mai.-ago., 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/Y4htwCv4Zjz5NfHfwBDh4t/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 4 ago. 2021.

10

Graziela Bianchi
Felipe Collar Berni

(RE)PENSANDO O GRUPO FOCAL COMO RECURSO INVESTIGATIVO:

o percurso desenvolvido no contexto *online*
e de pessoas com deficiência

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.10

A pandemia de COVID-19 impactou diferentes esferas das experiências sociais, inclusive o ofício do pesquisador. Em 2020, as medidas de enfrentamento ao Coronavírus reivindicaram a necessidade do isolamento e distanciamento social, levando pesquisadores e copartícipes a reformularem suas estratégias metodológicas inicialmente mobilizadas. Por sua vez, o registro e a reflexão desses rearranjos, no futuro, ajudarão a compreender os encadeamentos que o vírus provocou nas ciências. Esta talvez seja uma das provocações que nos leva a repensar o grupo focal como recurso investigativo, haja vista que seu manuseio no percurso que construímos sofreu implicações que, direta ou indiretamente, reverberaram nos achados da pesquisa.

Desta forma, reportamos a pesquisa *A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos*, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG)⁸¹. Neste texto, de maneira particular, volta-se a atenção para o grupo focal, etapa fundamental de investigação e que foi uma das que mais exacerbou a necessidade de redefinição dentro do percurso investigativo.

Nosso objetivo, portanto, é refletir sobre o desenvolvimento do grupo focal a partir de duas perspectivas centrais: sua usabilidade em “condições habituais”, ou seja, no formato presencial; e nas condições de “adaptação” para o formato *online*, alternativa definida a partir da necessidade do distanciamento social, imposta pela pandemia. Serão trabalhadas duas concepções que se atravessam: o uso da tecnologia para o encontro virtual dos copartícipes e as implicações relacionadas às especificidades na participação de pessoas com deficiência intelectual (PCDI). Busca-se tensionar os sentidos que se atravessam; os avanços obtidos a partir deste processo; as limitações e fragilidades vivenciadas; e as alternativas possíveis e suas formas de mobilização.

81 Para conhecer a pesquisa por completo, consulte Berni (2021).

CONTEXTOS INVESTIGATIVOS: PROBLEMÁTICA, OBJETIVOS E METODOLOGIAS

A crise que o jornalismo experimenta – ao menos em alguma parte – é fomentada também por um desconhecimento a respeito de seus públicos, e tal compreensão constitui-se como provocação inicial para reconhecer as PCDI como sujeitas comunicantes. E ao privilegiar refletir questões metodológicas, não temos pretensão de avançar no debate teórico que deu sustentação à nossa problemática, porém, torna-se oportuno sinalizar nossos elementos balizadores. O entrelaçamento entre cidadania e comunicação sustentou a materialidade da pesquisa. Compreende-se o jornalismo como forma de conhecimento público capaz de fazer com que os acontecimentos tomem contornos na consciência das pessoas.

Por sua vez, quando trazemos as especificidades das pessoas com deficiência, reivindicamos que o jornalismo produza conteúdos acessíveis a todos os sujeitos, para, assim, exercer de forma legítima e significativa a função social que lhe foi delegada – de orientar e situar-nos frente aos acontecimentos sociais com o propósito de que possamos exercer nossa cidadania. Compreendendo, portanto, o jornalismo como organismo essencial para a vida em sociedade, manutenção e garantia da democracia e do exercício cidadão, compete-lhe realizar esse movimento de agregar as pessoas com deficiência à sociedade através da cidadania comunicativa, oportunizando inter-relações que não excluam aqueles que historicamente a sociedade hegemônica marginaliza. Nesse sentido, foi construída uma investigação com o desejo de entendimento sobre a recepção jornalística de PCDI. O intuito era de compreender quais sentidos, significações e ressignificações produzem junto às suas relações sociais cotidianas.

Provocados em compreender os processos comunicacionais em suas complexidades, multidimensionalidades e contradições, os

Estudos Culturais tornam-se entrada para a investigação dos conflitos, das negociações e dos consensos que estão em tensão no âmbito do cotidiano. É pela cultura, de acordo com Martín-Barbero (2015), que podemos observar e compreender esses sentidos, isso pelo fato de que muitas das experiências sociais são atravessadas por vivências mediadas por elementos de natureza cultural, religiosa, etária, étnica, de gênero e de classe; questões estas que necessitam de um olhar mais aprofundado para seu entendimento, tornando inevitável a mobilização de um aparato metodológico que dê conta de uma aproximação complexa e constante em busca de elucidações. Por seus fundamentos, os estudos de recepção se apresentam como possibilidade de compreensão dos sentidos, construídos por um determinado grupo, a partir dos conteúdos veiculados pelos *meios*. Assim, torna-se importante reposicionar o sujeito “receptor” no processo comunicativo, rechaçando a forma com que o funcionalismo e as pesquisas de audiência historicamente o relacionam. Assumimos, portanto, as PCDI como sujeitas comunicantes, ou seja, “*pessoas em comunicação*, que se inter-relacionam contemporaneamente com os sistemas e os processos midiáticos, produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversora” (MALDONADO, 2013, p. 90, grifos do autor).

A pesquisa em recepção seria, portanto, uma prática epistêmica viva, segundo Jiani Bonin (2018a; 2018b), ou seja, constitui uma conquista e construção progressiva do objeto a partir do trato com as realidades pesquisadas. Por consequência, para investigar nas complexidades do social e construir um caminho seguro e consistente, é fundamental entrelaçar diferentes dimensões de tempo, espaço e nível analítico no manuseio de recursos metodológicos distintos, isso buscando prevenir distorções relativas à utilização de um único método. A triangulação metodológica, na visão de Roseli Figaro (2014), é o percurso que permite observar as realidades e tensões por diferentes angulações, sendo capaz de tocar as confluências, rupturas, os falseamentos, as dúvidas e os consensos que emergem para construção e análise dos dados.

Desta forma, articulou-se técnicas e recursos metodológicos que buscassem revelar dados para identificar os hábitos de consumo jornalístico da pessoa com deficiência; analisar a interação que possuem com os meios de comunicação; explicitar apropriações que esses atores fazem dos conteúdos jornalísticos; e avaliar a participação do jornalismo nas relações cotidianas. Para alcançar esses objetivos, mobilizamos quatro recursos: entrevista compreensiva, história de vida, história oral e grupo focal. Também é importante sinalizar para o fato que este arranjo metodológico foi articulado considerando as especificidades dos sujeitos copartícipes da investigação, assim, buscou-se valorizar aspectos da oralidade, haja vista que a leitura e escrita das PCDI são prejudicadas (PAN, 2008). Assim, de forma breve e oportuna, recuperamos os principais eixos de análise de cada um dos movimentos realizados, resguardando o grupo focal para ser tensionado na sequência.

A pesquisa exploratória se apresenta como recurso fundamental para o desenrolar da própria construção metodológica, isso pelo fato de ser capaz de colher as especificidades dos copartícipes da investigação. Bonin (2018b) alerta para a necessidade de pensá-la como prática inter-relacionada com as articulações teóricas, tornando-se alicerce para o percurso investigativo ao, também, gerar materialidade empírica. No caso particular da pesquisa, ela tornou-se ponto de partida nas problematizações, na constituição do *corpus* de pesquisa e no delineamento dos conteúdos investigados (BERNI, 2021). Foi a partir da pesquisa exploratória que percebermos as nuances e características do consumo comunicacional das PCDI: nota-se a televisão como meio de comunicação diretamente ligado às rotinas e aos hábitos de consumo desses atores; o rádio majoritariamente associado à música; o imediatismo quando há referência ao jornalismo; a predominância do jornalismo de proximidade; o questionamento da qualidade jornalística, atrelado à violência, aos roubos e fatos sensacionalistas; o reconhecimento da importância do jornalismo para a vida social, tanto para se informar sobre os acontecimentos quanto para lidar com as decisões cotidianas.

A história oral, por sua vez, contribui para elucidar as trajetórias comunicacionais das PCDI, pela sua competência em fornecer uma visão mais bem situada dos processos em questão. Pela oralidade, conhecemos informações a partir das narrativas de quem as viveu; assim, “mais importante que o factual, é o significado que ele adquire para quem lembra” (RIBEIRO, 2015, p. 75). Técnicas e recursos que valorizam a oralidade das pessoas com deficiência intelectual são fundamentais, visto que possuem, majoritariamente, sua escrita e leitura prejudicadas.

Ao constituir o histórico midiático de cada coparticipante – Aroldo (45), Augusta (56), Dandara (16), Paulo (16) e Rosa (24)⁸² – por meio das entrevistas, percebeu-se alguns atributos gerais da relação que estes têm com a televisão. A influência do jornalismo de proximidade no seu consumo; a personificação e referência da experiência midiática a partir de apresentadores; o consumo de pautas sensacionalistas; a aderência ao agendamento midiático; e a presença da família na audiência.

A etapa seguinte foi de construção de um grupo mediado pelo aplicativo de mensagens WhatsApp, com todos os sujeitos coparticipantes, mobilizado como tentativa de suprir um movimento que, por prevenção à COVID-19, não fora possível realizar, que seria acompanhar junto a eles, em suas residências, os conteúdos televisivos. Assim, buscou-se observar o cotidiano midiático dos pesquisados por uma semana, na medida que eram estimulados a compartilhar naquele espaço as notícias que mais lhe chamavam atenção. A forma que compartilhariam aquela experiência poderia ser a que compreendessem como melhor: mensagem escrita ou falada, *prints*, fotografia e vídeo, assim como *links* de reportagens etc. A expectativa para com os dados

82 Para construir o *corpus* de pesquisa, estipulou-se um critério de seleção que não adentrasse nas especificidades dos tipos de deficiência intelectual, haja vista que são múltiplos, portanto, optou-se por selecionar PCDIs que estavam inseridos ou em processo de inserção no mercado de trabalho. Outra característica comum refere-se à questão geográfica, todos são residentes da Região Metropolitana de Maringá (PR). Em Berni (2021, p. 92-93) é possível ter acesso a um breve histórico de vida de cada coparticipante. Respeitando suas identidades foram adotados pseudônimos.

colhidos pelo grupo estava em perceber: quais conteúdos televisivos e emissoras eram privilegiados? O que mais reverberava? Quais as pautas articuladas? Ainda, quais ganharam aderência na agenda pessoal? Como as emissoras participam dessa narrativa?

Como resultado podemos sinalizar: a personificação do jornalismo na figura do apresentador; a aderência ao jornalismo de proximidade; o sensacionalismo presente nos conteúdos jornalísticos consumidos; a baixa influência de jornais de cobertura nacional; a pauta do coronavírus; e o gerador de caracteres (GC) no telejornalismo como referência. A discussão detalhada a respeito desses movimentos encontra-se em Berni (2021, p. 99). De certa forma, a construção de um ambiente para o compartilhamento de notícias e trocas de impressões através do aplicativo WhatsApp foi o primeiro estágio de contato entre os coparticipes da investigação, isso porque, embora alguns já se conhecessem previamente, o grupo tornou-se mediador das relações mútuas entre os sujeitos que compuseram o *corpus* da pesquisa, mesmo que, ainda, de forma tímida.

As interações ali se deram, majoritariamente, por meio de áudio e fotografias referentes aos telejornais que assistiam naqueles momentos. Notou-se uma espécie de encorajamento na participação dos demais: quando algum coparticipante apresentava um novo conteúdo para o grupo, desencadeava uma série de reações, tanto referentes ao tema compartilhado quanto à introdução de novos conteúdos a partir da audiência que o sujeito estava dando naquele momento. Destacamos, ainda, dois elementos em relação à interatividade do grupo: um engajamento maior nas pautas que repercutiam a vacinação contra o coronavírus e uma maior responsividade quando as questões vinham a partir dos estímulos realizados pelo próprio pesquisador.

Findado cada movimento na investigação, notou-se que seria oportuno construir um espaço no qual todos os coparticipes pudessem estar juntos para dialogar, haja vista que o WhatsApp sinalizou

para início do estreitamento de sociabilidade de um grupo que até então não se conhecia. O grupo focal foi pensado como instrumento propício para registrar a interação entre os participantes, ou seja, a partir do debate entre os sujeitos e da mobilização da argumentação, a possibilidade de emergirem novas percepções, no nosso caso, sobre os conteúdos jornalísticos. O contexto era janeiro de 2021, a pandemia de COVID-19 continuava em curso e era necessário proteger os co-participantes da investigação. A saída foi a adaptação do formato para o ambiente *online*. As consequências, problemáticas e os resultados dessa tomada de decisão serão discutidos nos próximos tópicos.

O MANUSEIO DO GRUPO FOCAL: DA PRESENCIALIDADE AO AMBIENTE *ONLINE*

É importante frisar que, mesmo articuladas de forma complexa, as estratégias metodológicas não nos possibilitam incorporar toda a realidade constituída, ou seja, aquilo que as pesquisas sinalizam são compreensões construídas e parciais, e se constituem pela essência teórico-metodológica mobilizada numa investigação. Porém, o exercício sucessivo de aproximações ao objeto, por diferentes angulações, em distintas configurações de espaço-tempo, e o tensionamento multi-dimensional possibilitam conhecer o real na sua essência: contradição, disputa, confluências etc. Foi pensando nessas questões que o grupo focal foi trazido para compor nossa estratégia metodológica.

Podemos assumi-lo como instrumento propício para capturar a interação entre os participantes por duas entradas: a partir do debate entre os sujeitos e da mobilização da argumentação (BARBOUR, 2009). Por sua natureza, reivindica encontros, trocas e envolvimentos. O grupo focal possibilita que o olhar avance para que se busque compreender o discurso e a linguagem como prática social e de disputa.

Assim, temos o grupo focal como recurso propício para observar as interações e relações comunicacionais e sociais dos participantes. “Pesquisador e informantes desafiam-se mutuamente, surpreendem-se, desconfiam, intimidam-se, estranham-se e reconhecem-se” (MARQUES; ROCHA, 2006, p. 51). Temos, portanto, a oportunidade de visualizar como os participantes conduzem suas argumentações e seus discursos e negociam sentidos e significados. Ângela Marques e Simone Rocha (2006, p. 39) defendem que compreendamos o grupo focal

[...] como uma mediação capaz de incentivar a produção de sentido e situações de recepção coletiva e evidenciar processos políticos de questionamento de representações, formação e sustentação de identidades, reconhecimento, legitimidade e inserção das questões levantadas por grupos marginalizados na esfera pública.

O espaço construído pelo grupo focal é convidativo e motiva os sujeitos participantes a expressarem suas opiniões e defenderem seus argumentos numa experiência de debate e discussão da temática central. No caso das pessoas com deficiência intelectual que, historicamente, têm o direito de voz e participação social minimizados e renegados, o grupo focal, de certo modo, estabelece uma esfera de discussões onde esses sujeitos são protagonistas e posiciona este conhecimento alinhado às epistemologias do Sul⁸³ (SANTOS, 2020), pelo fato de assumir a palavra dos PCDI como saber válido, indo na contramão de uma visão dominante que avalia esses indivíduos como mentes inválidas para produção de conhecimento e participação em decisões na esfera social. Assim, existe um estímulo de se reconhecerem e reconhecerem o outro como cidadãos.

Os grupos focais explicitam uma compreensão cara aos estudos de recepção que sinalizam para o fato das opiniões, dos sentimentos e sentidos estarem em constantes processos de (re)construções, influenciando e sendo influenciados pelos contextos em que

83 Aqui pensadas a partir dos Boaventura de Sousa Santos como aquelas que “referem-se à produção e à validação de conhecimentos ancorados nas experiências de resistência de todos os grupos sociais que têm sido sistematicamente vítimas da injustiça” (2020, p. 17).

estão inseridos. As contribuições deste recurso legadas aos estudos de comunicação não se limitam à simples interpretação de um fato ou fenômeno, mas favorecem a processualidade que as sustentam, ou seja, as dúvidas, confluências, embates, sentidos e ressignificações que se atravessam. E a própria interação grupal que interessa, uma vez que propicia que a opinião de um participante incentive outros a se posicionarem, possibilitando um mapeamento dos pontos de consensos e dissensos, e uma compreensão geral do tema. Por isso, a riqueza metodológica dos grupos focais consiste não nas respostas individuais de cada um dos sujeitos, mas sim na fala que emerge do grupo (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009).

O grupo focal *online* não difere da essência organizacional e objetiva do modelo tradicional, embora existam especificidades nesta modalidade que a distinguem dos grupos focais presenciais. Pelas potencialidades da tecnologia, dois modos de construção em ambiente *online* são possíveis: de forma síncrona em uma sala virtual ou assíncrona utilizando as ferramentas de e-mail e de aplicativos de mensagens, por exemplo. Os limites geográficos se findam, possibilitando reunir sujeitos de diferentes localidades, como foi o caso particular da nossa pesquisa. Outros benefícios são possíveis de serem levantados considerando questões operacionais, porém, como nosso objetivo é estipular uma comparação entre os modelos, vamos avançar pensando no que lhes é particular.

Neste processo, é importante tensionar a ausência do contato físico, haja vista que compreendemos o corpo como elemento performático e comunicativo, que expressa sentidos que, muitas vezes, lhe são singulares e difíceis de serem observados por outras formas de manifestação. Assim, há a diminuição de recursos de comunicação não-verbal, como gestos, expressão facial e a própria postura corporal. Como foi possível experimentar durante a pandemia de COVID-19, a interface mediada pelas telas tende a desestimular uma presença ativa e prolongada do usuário, assim, os grupos focais *online* inclinam-se a

serem mais curtos, porém, com intensidade necessária maior, o que dificulta na manutenção da atenção dos participantes.

Em algumas perspectivas, entende-se que “as pessoas em geral se revelam menos inibidas em suas respostas e tendem a expressar mais sinceramente os seus pensamentos em grupos focais virtuais, pois inexistem os fatores inibidores relativos à maneira de falar e de se expressar ou até mesmo de se vestir” (ABREU; BALDANZA; GONDIM, 2009, p. 11), questões que influenciam a sociabilidade e interação não apenas em grupos focais, mas nas experiências sociais cotidianas.

É oportuno trazer as especificidades das pessoas com deficiência intelectual para este contexto, não com o intuito de contrapor a compreensão apresentada por Abreu, Baldanza e Gondim (2009), mas de questionar e alargar entendimentos constitutivos dos grupos focais. Como veremos na discussão adiante, as plataformas para encontros virtuais, majoritariamente, carecem de recursos de acessibilidade para pessoas com deficiência, sua usabilidade foi uma barreira condicionante para a experiência desses sujeitos como participantes de um grupo focal. Perspectiva que repercute na compreensão da inibição provocada pelo contexto *online*, visto o desconforto provocado pela dificuldade de uso dos recursos das plataformas de encontros remotos por PCDI. Outra questão que interpela essa discussão diz respeito à sociabilidade no contexto *online*, uma vez que é evidente que existe uma maior dificuldade de criação de laços e proximidades por pessoas que até então nunca haviam se conhecido pessoalmente, isso quando comparado às dinâmicas do presencial. A presença do corpo, das trocas de olhares e expressões, dos bastidores e corredores, essa vivência que o digital não consegue experimentar de forma aprofundada ou que necessita de maior tempo para a constituição dessas relações, precisam ser levadas em consideração e problematizadas nesse debate.

Essa mesma discussão apresentada acima esteve presente nas estratégias de reformulação metodológica que a pesquisa sofreu.

Era sentida a necessidade dos copartícipes se reunirem, uma vez que questões levantadas no espaço de interação mediado pelo WhatsApp estavam em aberto e precisavam ser interpeladas. O grupo focal se apresentava como recurso propício para tal objetivo. Assim, foram ponderadas as preocupações em decorrência da pandemia de COVID-19, bem como as medidas de isolamento defendidas pela Organização Mundial de Saúde, e o balanceamento entre prós e contras da utilização do grupo focal *online*. Essa possibilidade foi apresentada aos demais coparticipantes da investigação, na tentativa de observar se teriam condições técnicas para a realização do encontro, ou seja, aparelho capaz de realizar o acesso à plataforma, conexão de rede e disponibilidade para aquela atividade. O retorno foi positivo, dessa forma, o grupo focal foi realizado.

O GRUPO FOCAL *ONLINE* COM PCDI

Oportunizamos neste espaço debater as contribuições que o grupo focal *online* trouxe para nossa investigação, assim, deixaremos para refletir sobre as particularidades de sua usabilidade com as pessoas com deficiência intelectual no tópico seguinte. A principal intenção deste movimento foi de reunir e motivar uma conversa entre os participantes, a partir dos conteúdos que os mesmos compartilharam durante o movimento anterior pelo WhatsApp, ou seja, perceber como os demais participantes receberam aquelas notícias, quais as familiaridades entre suas preferências e destaques, além de observar como mobilizavam a argumentação e o raciocínio para justificar suas predileções e escolhas.

A dinâmica elaborada para o grupo focal *online* consistiu em exibir cinco reportagens (quatro de programas citados pelos copartícipes em etapas anteriores da pesquisa e uma de abrangência nacional, que não havia tido menção), estas, por sua vez, foram divididas em “próximas” e “distantes” ao conteúdo cotidianamente consumido

por eles. Após a exibição de cada pauta foram colhidas impressões e feitos destaques de cada um sobre o fato narrado. Ao final dessa fase, buscou-se compreender as características gerais dos programas que têm a preferência do grupo, isto é: quais pautas são destaques? Qual a lógica de funcionamento do jornal, como e por que se dá a audiência? Perceber as características dos apresentadores que ganham destaque no consumo dos sujeitos participantes, alcançando os motivos que levam à manifestação de um sentimento de admiração entre a audiência e os jornalistas; e, por fim, características do jornalismo consumido, ou seja, pautas, horários, as diferenças entre os telejornais, o viés sensacionalista presente na programação e suas implicações, além de debater o que cada um melhoraria no jornalismo, buscando perceber relatos que atravessassem as especificidades das PCDI.

Um dos objetivos do grupo focal era compreender como os sujeitos com deficiência intelectual visualizavam a lógica empregada na construção de cada programa jornalístico, questionando sobre as diferenças possíveis de serem observadas entre eles. De um lado, programas sustentados pelo jornalismo sensacionalista, e de outro, um jornalismo posicionado como de referência. Notou-se que não houve o reconhecimento de diferenças entre os telejornais que assumem programação e linha editorial distintos.

Foi possível observar que o que mobiliza o consumo das PCDI não é necessariamente o telejornal em si, embora exista preferência por um em detrimento de outro, mas a pauta jornalística veiculada por eles. Notaram-se semelhanças nas pautas entre os programas jornalísticos assistidos, ao buscar entender o que era noticiado em cada um deles. Há um predomínio e coincidência de pautas e situações cobertas pelos diferentes jornais – acidentes, casos de violência e acontecimentos cotidianos do local – que, nesse caso, ganham aderência na agenda pessoal da audiência. Propositamente trazidas para o grupo focal, notícias com características “distantes” àquelas compartilhadas pelos

participantes no grupo de mensagem foram escolhidas para observar se ganhavam relevância e interesses na agenda pessoal de cada um.

Neste caso, o retorno foi baixo, confirmando a hipótese de que era empregada pouca atenção em pautas distantes dos seus cotidianos, haja visto que existe uma mobilização na audiência por informações que podem influenciar diretamente na concretude do seu cotidiano, como acidentes, roubos e problemas na ordem pública da cidade ou do bairro. Novamente, foi possível perceber a relevância e personificação dos apresentadores na experiência jornalística, seus nomes eram mobilizados para se referir a algum telejornal ou para expor sua relação com o jornalismo.

Expostas, de forma breve, as contribuições do grupo focal para nossa investigação, avancemos, portanto, nas reflexões envolvendo a usabilidade do grupo focal no contexto *online* e de pessoas com deficiência intelectual.

GRUPO FOCAL *ONLINE* E PCDI: PROBLEMÁTICAS, POTENCIALIDADES E FRAGILIDADES

Já debatemos os motivos pelos quais o grupo focal foi pensado no arranjo metodológico construído para investigar a recepção jornalística de PCDI – a interlocução, o encontro e debate entre os coparticipantes foram considerados necessários para pensar suas inter-relações com o jornalismo. Para sua realização, foram avaliados os prós e contras de sua adaptação para o ambiente virtual e, posteriormente, a proposta foi levada aos coparticipantes da investigação. Com o aceno positivo por estes, observou-se a necessidade de uma assistência relacionada ao uso da plataforma. Assim, como exercício prévio, houve o contato de forma

individual com cada copartícipe para o envio de orientações e apoio para o acesso à plataforma Google Meet. Rosa (24) foi a única a reclamar da dificuldade da ferramenta, questionando a necessidade do seu uso, ao invés da chamada de vídeo via WhatsApp. Após compreender as funcionalidades que a plataforma possibilita, como compartilhamento de tela e a possibilidade de gravação do momento, aceitou participar. Desta forma, com o retorno positivo dos participantes quanto ao *download* e acesso ao aplicativo da plataforma nos seus respectivos *smartphones*, foi marcado o dia para a realização do grupo focal *online*.

Chegado o dia e o horário marcado, apenas um participante, Aroldo (45), se fez presente. Os demais, ao serem contatados por mensagens, não visualizaram, tão pouco retornaram. Devido à impossibilidade de se desenvolver a dinâmica com apenas um participante, encerrou-se aquele encontro sem avançar na ordem do dia. Uma segunda tentativa foi realizada: depois de outro contato com os copartícipes, uma nova data foi sinalizada para o encontro, que durou 69 minutos. Na oportunidade, Rosa, Aroldo, Paulo (16) e Dandara (16) receberam o *link* que dava acesso à sala virtual⁸⁴. Porém, apenas os três últimos efetivamente participaram do encontro. Rosa chegou a entrar na sala, mas não conseguiu habilitar sua câmera e microfone. Questionada se ouvia o grupo, ela não retornava. Por meio de mensagens no WhatsApp, a participante se apresentava nervosa pelo fato de não estar conseguindo participar. Novas orientações foram dadas, mas sem êxito. Houve uma nova tentativa de acesso, que também não mudou a situação. Sendo assim, para preservar o tempo do grupo, optou-se, em acordo com Rosa, que já se encontrava desconfortável com a situação, por sua não participação.

O teor dos conteúdos apresentados e das conversas realizadas durante o grupo focal podem ser observados em Berni (2021, p. 152).

84 Augusta (56), quando contatada para participar do grupo, retornou afirmando que não poderia se comprometer, devido às mudanças em sua rotina com os novos horários de trabalho que estavam ocorrendo naquela semana.

Na leitura é possível observar em algumas oportunidades a expressão “áudio inaudível”, isso pelo fato de implicações com a estabilidade de rede e conexão, o que leva a ruídos e cortes que impedem a compreensão exata da fala dos participantes. Como não se tratou de um caso isolado, é oportuno pontuar esse empecilho.

Outro fato merece ser contextualizado: a falta de habilidade no manejo da tecnologia, pois era a primeira vez daqueles sujeitos participantes naquela plataforma e realizando uma conversa coletiva por meio da internet. A dificuldade em manusear as ferramentas da plataforma, como ligar e desligar o microfone, fez com que ruídos atravessassem a conversa, principalmente quando um participante fazia uso da palavra sem que os demais desligassem seus áudios; sons e ruídos atrapalharam, em alguns casos, a compreensão do teor da fala. Fato que nos leva a refletir a acessibilidade comunicativa, entendida por Marco Bonito (2015, p. 88) como “o conjunto de processos que visam desobstruir e promover a comunicação sem barreiras como direito humano fundamental”, e a usabilidade dessas plataformas por pessoas com deficiência. Repercutimos o fato que ferramentas como o Google Meet e semelhantes foram e são exaustivamente utilizadas no contexto de isolamento e distanciamento social em decorrência da pandemia de coronavírus para intermediar encontros, reuniões e seminários, por exemplo. Porém, como experimentamos, sua usabilidade por pessoas com deficiência, haja vista a complexidade das ferramentas e a maneira pouco responsiva das plataformas, impede o uso pleno por uma parcela da população, repelem esse grupo de participar desses espaços, implicando na exclusão desses sujeitos de distintos processos sociais que foram levados para ambientes virtuais.

Outro fato que trazemos diz respeito à atenção dos coparticipantes durante o processo. Para isso, torna-se oportuno buscar as especificidades em relação à atenção e memória das pessoas com deficiência intelectual, que podem ser prejudicadas, segundo Miriam

Pan (2008). Evidente que esses condicionantes não ocorrem exclusivamente no ambiente virtual, porém, sentidos nesse contexto, sua problematização torna-se inevitável. Em três oportunidades foram observados e sentidos problemas de concentração e atenção dos sujeitos participantes. A primeira, presenciada a partir da fala de Dandara, ocorreu após a exibição de uma reportagem que tratava dos projetos de leis arquivados na Câmara Municipal de Maringá (PR). Houve uma interpretação equivocada por parte da participante, confundindo, ao que tudo indica, a palavra *leis* por *leitos*, levando o debate para a discussão sobre a vinda de pacientes com COVID-19 de Manaus (AM) para serem internados e tratados na capital paranaense. Outra ocorreu com Paulo, ao questionar se o grupo já tinha ouvido a “música do coronavírus”, atravessando o teor do conteúdo conversado naquele momento. Em outra oportunidade, quando se debatiam os conteúdos sensacionalistas costumeiramente veiculados nos programas de audiência, Paulo interrompeu: “eu tenho uma música que bombou na internet pra cantar”. Fora esses momentos, o que se presenciou foram pequenas situações de falta de entendimento de alguma terminologia ou pergunta, resolvidas logo em seguida.

A baixa interatividade entre os participantes do grupo foi sentida. Elemento que na literatura referente aos grupos focais *online* é bastante tensionado, visto que se restringe, em muitos casos, apenas à linguagem verbal, em comparação com a percepção do corpo e do espaço que a presencialidade possibilita. Adicionamos, ainda, uma condicionante, dado que os elementos não-verbais disponíveis na plataforma, como *emojis* e “reações”, que eventualmente poderiam minimizar essa lacuna, não foram projetados para uma usabilidade acessível e responsiva para pessoas com deficiência.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O que nos motiva a tensionar o grupo focal *online* não é estimular uma análise dicotômica e/ou competitiva sobre qual modelo seria melhor. Ambos estão apresentados como recursos disponíveis para contribuir com o desenho metodológico que pesquisadores dão para suas investigações. Nosso movimento busca problematizar esses recursos pensando em seu manuseio com pessoas com deficiência. Isso pelo fato de uma defasagem em estudos no campo da comunicação que privilegiem e reconheçam as pessoas com deficiência como sujeitos comunicantes e que não incorpore suas demandas, especificidades e reivindicações nos percursos investigativos.

Uma percepção que merece ser registrada refere-se ao grupo focal como recurso que possibilita valorizar, legitimar e reconhecer a fala de sujeitos que são socialmente deslegitimados, como é o caso das pessoas com deficiência, como saberes, opiniões e considerações úteis e válidas para a ciência e para a sociedade. O espaço da pesquisa, ao posicionar o pesquisador na escuta, valoriza a fala desses indivíduos quando toma suas vozes como elementos constituintes do conhecimento que se busca construir. É na aposta no *aprender-com* em detrimento do *aprender-sobre* que se fundamentam perspectivas anti-extrativistas de ciência.

Ao pensar em estudos de recepção e mobilizar os grupos focais, reivindicamos a escuta como alicerce nos estudos em comunicação, posicionando os sujeitos não como meros “receptores”, mas sim como sujeitos comunicantes que se inter-relacionam com os *medios*. Assim, compreendendo-os como copartícipes do processo de construção de conhecimento comunicacional, não simplesmente como informantes ou participantes, desta forma, o trabalho investigativo se materializa como “tradução” deste saber para a ciência. Ao nos colocarmos na

posição de escuta, nós, pesquisadores, temos a oportunidade de construir, conjuntamente com os sujeitos comunicantes, uma pesquisa que avance e explore em maior profundidade e complexidade os saberes, os usos, as táticas que são mobilizadas pelos copartícipes na concretude dos seus cotidianos e no exercício deste conhecimento.

Isso posto, de maneira particular, o texto que finalizamos nos possibilitou revisitar as estratégias metodológicas organizadas durante a construção da pesquisa, repensar de forma crítica sua usabilidade e compartilhar com o campo resultados, avanços e lacunas, reivindicando construir e alargar os saberes comunicacionais sobre e com pessoas com deficiência.

REFERÊNCIAS

ABREU, Nelsio Rodrigues; BALDANZA, Renata Francisco; GONDIM, Sônia M. Guedes. Os grupos focais on-line: das reflexões conceituais à aplicação em ambiente virtual. **ISTEM - Journal of Information Systems and Technology Management**, São Paulo, v. 6, n. 1, p. 05-24, 2009.

BARBOUR, Rosaline. **Grupos focais**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BERNI, Felipe Collar. **A recepção jornalística de pessoas com deficiência intelectual**: um estudo sobre os usos e significações que fazem em seus cotidianos. 2021. Dissertação (Mestrado em Jornalismo) – Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2021.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível**: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015.

BONIN, Jiani Adriana. Dos meios às mediações: chaves epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. **Intexto**, Porto Alegre, n. 43, p.59-73, set./dez. 2018a.

BONIN, Jiani Adriana. Processos e percursos de construção de pesquisas em recepção: algumas reflexões epistêmico-metodológicas. **Conexão – Comunicação e Cultura**, Dossiê, p. 13-25, 2018b.

FIGARO, Roseli. A triangulação metodológica em pesquisas sobre a Comunicação no mundo do trabalho. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 16, n. 2, p. 124-131, maio/ago. 2014.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizatória. In: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Orgs.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013, pp. 87-103.

MARQUES, Ângela Cristina Salgueiro; ROCHA, Simone Maria. A produção de sentidos nos contextos de recepção: em foco o grupo focal. **Fronteiras – Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 38-53, jan./abr. 2006.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2003.

PAN, Miriam Aparecida Graciano de Souza. **O Direito à Diferença**: uma reflexão sobre deficiência intelectual e educação inclusiva. Curitiba: Ibepe, 2008.

RIBEIRO, Ana Paula Goulart. A história oral nos estudos de jornalismo: algumas considerações teórico-metodológicas. **Contracampo**, Niterói, v. 32, n. 2, p. 73-90, abr./jul. 2015.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: a afirmação das epistemologias do Sul. Belo Horizonte: Autêntica, 2020.

11

Elson Faxina

**NARRATIVAS
AUDIOVISUAIS,
MOVIMENTOS
SOCIAIS E CIDADANIA:
o desafio do olhar plural sobre
pluralidades comunicativas**

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.11

INTRODUÇÃO

Este artigo procura fazer um recorrido sobre a natureza da pesquisa e da análise de produções audiovisuais de movimentos sociais, a partir de um olhar transdisciplinar e com enfoque em processos transmetodológicos para evidenciar os conhecimentos em questão, seja do conteúdo explicitado, seja das apropriações tecnológicas e de linguagem requeridas nesse tipo de produção. Por meio da transdisciplinaridade, busca-se a apropriação de olhares teóricos e práticos da comunicação – como cinema, jornalismo, publicidade e propaganda e relações públicas –, em articulação com outras disciplinas das ciências humanas, para compreender tais produções a partir do viés da cidadania, com foco na cidadania comunicacional. Com a apropriação transmetodológica, procura-se fugir de uma análise “contaminada” por formas narrativas audiovisuais hegemônicas, em busca da necessária abertura de olhar para as formas de ser, refletir, atuar e produzir, próprias dos movimentos sociais.

Esse recorrido é feito por meio de uma espécie de relato de experiência de vida profissional e de pesquisa a que tenho me proposto, sempre inundando de dúvidas o fazer, o pensar e o analisar produções audiovisuais. A cada resposta encontrada (como se possível fosse!), formulo outras dúvidas, numa inquietação que não me soa como incapacidade de reconhecer o feito, mas busca antever um movimento permanente ao encontro de algo sempre melhor (também como se possível fosse!). É esse modo de fazer ciência o solo pisado e repisado pelo grupo de pesquisa *Narrativas Audiovisuais e Cidadania – o desafio da comunicação voltada aos movimentos sociais (GPNAC)*, integrado por estudantes de graduação em Comunicação da UFPR, em seu primeiro trabalho de pesquisa, isto é, de Iniciação Científica, que, de alguma maneira, funcionará como guia neste artigo.

Deliberadamente buscamos fugir de fórmulas engessadas, como mágicas capazes de sorver qualquer conteúdo e dar a ele um formato desejável, enquanto produto comunicacional, ou mesmo algumas soluções plausíveis no âmbito da ciência em comunicação. Portanto, mais que desenhar um percurso fixo para o caminhar desses incipientes cientistas, a proposta foi reproduzir estratégias caras à formação em comunicação popular, em que teoria e prática caminham *pari passu*, num processo permanente de experimentação-reflexão-refacção.

Entendemos aqui como essencial ao processo pedagógico do fazer, inclusive científico, que, tão importante quanto o resultado perquirido, é o processo percorrido para se chegar a ele. No caso da ciência, um percurso iniciado a partir da primeira preferência pelo objeto, ainda impuro (BACHELARD, 1981), com hipóteses provisórias, envolto em certezas e muitas dúvidas, com planos e trilhas feitos e refeitos, na busca pela compreensão teórica do tema com seus esclarecimentos e vazios, assim como nas subjetividades, nos ditos e não-ditos, nos erros e acertos, nos atalhos equivocados, na carpintaria utilizada e que, provavelmente, serve somente a esta, não necessariamente a outra pesquisa. É nesse processo simbiótico de fazer-pensar-refazer-repensar em permanente espiral construtiva de busca de conhecimentos novos, conclusões a serem repensadas, num processo de novas circularidades, que buscamos juntos romper com o nosso objeto imediato em procura da objetividade científica.

Ao longo deste artigo, tratamos dessas buscas e, fundamentalmente, do desafio de se analisar o audiovisual como linguagem complexa, fazendo uma crítica a métodos que restringem tal olhar à análise textual e/ou à estética da narrativa, desviando dos processos sensoriais igualmente caros a essa narrativa. Por fim, descrevemos as categorias de análise que desenvolvemos no GPNAC, incorporando essas três esferas produtivo-analíticas para melhor compreender produções audiovisuais referentes a movimentos sociais, que necessariamente trazem entranhado o fenômeno da cidadania.

A COMPLEXIDADE DAS NARRATIVAS AUDIOVISUAIS

Analisar um produto audiovisual, assim como produzi-lo, é uma tarefa árdua pela sua vastidão de possibilidades interpretativas – e construtivas –, que vem de sua origem visceral: a imagem. Se interpretar um produto forjado na linguagem verbal exige habilidades teóricas hercúleas – cuja análise foge ao foco aqui –, interpretar uma imagem é redobrar a tarefa, porque, ao contrário da fala e da escrita, trata-se de uma linguagem com milhões de anos de construções gestadas nas relações iniciadas com os primeiros hominídeos e evoluídas no decorrer da longa história da Humanidade.

Pode-se dizer que a linguagem verbal é neta da linguagem imagética, nas complexas relações entre os seres humanos. Cientistas ouvidos pela repórter Analía Llorente (2021)⁸⁵, da BBC News, relatam diversas pesquisas que os permitem estimar que a linguagem, embora muitos acreditem ter menos de 50 mil anos, possa ter surgido há cerca de meio milhão de anos com os neandertais, mas não antes deles. Se tomarmos, então, a escrita, ela é jovem demais, quiçá tataraneta da imagem, por ser neta da oralidade. Pesquisadores vinculados ao *Espaço do Conhecimento da UFMG* (2021)⁸⁶ afirmam que, embora as primeiras maneiras de trocar mensagens e registrar experiências datem de 40 mil anos atrás, com as pinturas rupestres, a “escrita sistematizada aparece somente por volta de 3500 a.C., quando os sumérios desenvolveram a escrita cuneiforme na Mesopotâmia”.

Claro que aqui tratamos gerações como evoluções milenares, com centenas de milhares de anos entre uma e outra e, talvez, milhões de anos quando surgiram as primeiras formas agregadoras dos

85 <https://www.bbc.com/portuguese/geral-55985319>

86 <https://www.ufmg.br/espacodoconhecimento/historia-escrita/>

humanos. No mesmo texto, resultado de entrevistas com quatro cientistas – da linguística, da antropologia, da biologia e da psicologia –, Analía discorre sobre os gestos manuais e a vocalização, que são os embriões da linguagem como conhecemos, e as dificuldades de se saber qual surgiu primeiro: “Uma das teorias mais difundidas — e debatidas — é que a linguagem humana se originou primeiro por meio de gestos manuais”. Sem negar aí o surgimento de uma racionalidade, ainda que preambular, fato é que ambos são significados a partir da presencialidade, ou seja, da imagem referencial, em que os processos empáticos são determinantes como modo de cognição.

O que buscamos aqui é diferenciar o *lócus* de cada ferramenta agregadora da espécie humana ao longo de sua evolução, a fim de entendermos o lugar social de cada uma e o elemento cognitivo acionado com preponderância. Esse percorrido histórico nos permite entender que a linguagem – verbal e escrita – é mais diretiva, objetiva e, portanto, mais redutora de possibilidades interpretativas se compararmos à imagem, que em si é mais, digamos, democrática, porque permite a cada um forjar, intuir sua própria semântica. A primeira – e de maneira especial a escrita – é construída a partir da racionalidade, enquanto a imagem é produto e fruto de processos cognitivos empáticos, emocionais. Não se quer dizer com isso que a linguagem verbal não possa ser tão subjetiva, democrática, inventiva em termos de semântica, que não possa ser fruto de processos cognitivos empáticos e emocionais e tampouco que, embora sejam campos diferentes de percepção, de cognição, não sejam igualmente importantes no âmbito da sociabilidade humana. Quer-se, sim, estabelecer que são narrativas distintas e que precisam ser vistas e reconhecidas nas suas particularidades, sem que uma tenha sobre a outra alguma forma de supremacia, como tem ocorrido com a linguagem escrita, supervalorizada por seus processos cognitivos racionais acima dos emocionais e empáticos.

Por isso mesmo concordamos com Lorite-García (2015) ao defender que a análise do tratamento e da representação da sociedade nos meios audiovisuais deve ser feita também desde uma perspectiva audiovisual. Para ele, é preciso

[...] analizar el audiovisual desde el audiovisual y hacerlo desde la mirada de la cámara y no desde el pensamiento únicamente oral y textual. No hay que pensar en concluir la investigación tan sólo en un mensaje escrito (informe, libro o artículo) sino en una obra audiovisual que proponga, de manera audiovisual también, lo analizado y criticado de la producción audiovisual. (LORITE-GARCÍA, 2015, p. 179).

O que se busca retomar aqui é que, embora se constitua como linguagem muito recentemente – pouco mais de um século –, o audiovisual tem seus elementos essenciais perpassando a história da Humanidade. Suas bases narrativas estão nas pinturas rupestres, mas suas raízes profundas remontam às formas relacionais emergidas entre os mais primitivos seres humanos. A elas foram se agregando outras maneiras de relacionar-se e de narrar, próprias da linguagem verbal, de maneira especial pela contação de histórias, muito bem registradas posteriormente em livros sagrados e em mitologias dos mais variados povos.

No seu início, a linguagem audiovisual foi beber na escrita, na literatura, no jornalismo, no teatro, nas artes plásticas, na fotografia, nas expressões musicais, na percepção de que cada lugar tem seu próprio som, assim como cada som se vincula a um tipo de sentimento, de emoção, e, muito recentemente, realiza uma espécie de retorno à oralidade, esquadrinhando a reconexão com seu próprio público.

Por fim, as enormes evoluções tecnológicas, que permitirão o som direto e os equipamentos portáteis, vão dinamizar as possibilidades narrativas e, neste exato momento, as últimas invenções humanas – fruto ainda da grande revolução da eletricidade, que possibilitou o surgimento da eletrônica, das comunicações digitais – vão permitir produções audiovisuais quase instantâneas por equipamentos

que legitimam a afirmação de McLuhan ao referir-se à tecnologia elétrica como uma “extensão do nosso sistema nervoso central” (1996, p. 386). Destarte, as tecnologias atuais ampliam substancialmente as nossas capacidades, tornando-se uma extensão de nossa própria nervura, quase como parte das nossas sinapses, afetando diretamente a produção audiovisual, acessível a uma enorme parcela da sociedade, porque independe de grandes recursos financeiros.

Hoje a produção comunicativa de qualidade estética, de conteúdo e compromisso ético com a humanidade, depende mais das competências e técnicas dos meso e micro produtores, e a clareza que tiverem sobre os agires cidadãos, que de grandes financiamentos condicionados por todo tipo de poderes. (MALDONADO, 2012, p. 27).

A complexidade para se entender o audiovisual se dá, portanto, em duas simetrias quase assimétricas: de um lado, entender como todos esses elementos comunicacionais – relacionais, técnicos e tecnológicos – se somam de forma colaborativa; de outro, como qualificar essa análise sobre um tema que a quase totalidade dos viventes tem certeza de entendê-la, exatamente porque ela é herdeira e, portanto, uma extensão da comunicação relacional que dá sentido à nossa existência social. Produzir e analisar audiovisual hoje assemelha-se à tarefa de treinador de um time de futebol: cada torcedor se sente um técnico capaz de escalar o time perfeito.

Já no campo da pesquisa, o problema da análise de produtos audiovisuais é quando se resume a uma observação ancorada apenas no discurso textual, onde a imagem é tomada mais como ilustração que como o realmente dito. Há ainda um segundo problema a ser observado: quando se faz a análise das imagens de forma restrita a duas vertentes simplificadoras que, por isso mesmo, dão um ar de segurança “científica”.

Ou se toma a imagem da mesma forma como se toma o signo lingüístico, discutindo-lhe as questões relativas à arbitrariedade,

à imitação, à referencialidade⁸⁷, ou se toma a imagem nos traços específicos que a caracterizam, tais como extensão e distância, profundidade, verticalidade, estabilidade, ilimitabilidade, cor, sombra, textura etc., buscando-se a definição de que modo se dá a apreensão (ou leitura?) da imagem naquilo que lhe seria específico. (SOUZA, 1998, p. 3).

No primeiro caso, ao se entender o não verbal através do verbal, o que ocorre é um reducionismo na própria conceituação de linguagem, por ser pensada a partir do signo linguístico. Já no caso seguinte, toma-se a relação com os traços da imagem entendidos a partir de um olhar técnico. “Em ambos os casos, acaba-se por se propor para o estudo do não verbal uma descrição formal da imagem, não entrando em pauta a materialidade significativa da imagem na sua dimensão discursiva” (SOUZA, 1998, p. 3). Há buscas importantes por metodologias com esse objetivo, mas, duas décadas depois, persistem proposições reducionistas que, focadas no texto-audiovisual, pugnam por “uma metodologia integradora” (GODOI; MASTELLA; UCHOA, 2016) que, embora importante, visa a enquadrar o não enquadrável ao demarcar o audiovisual de forma restritiva ao texto, incorrendo num erro de origem, por isso não venial.

Ao tratar da importância de uma análise técnica da imagem, ou seja, da estética audiovisual, o cineasta Fernando Severo ressalta que o “que importa mais num audiovisual são as sensações que ele cria” (informação verbal)⁸⁸. Embora pareça uma afirmação excludente do ponto de vista da análise do audiovisual, convém destacar a importância que o cineasta e pesquisador atribui para as questões sensoriais e intuitivas de uma narrativa audiovisual, nem sempre trazidas para a manufatura da ciência por ter uma verificação pouco estática, de observação fugaz.

87 Vilches (1991) localiza de forma pertinente os trabalhos que pautam a análise da imagem pelos estudos linguísticos.

88 Roda de conversa com o grupo de Pesquisa Narrativas Audiovisuais e Cidadania, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sobre narrativas audiovisuais. Programa Narrativa Cidadã, TV Nestante. 11 maio 2021. 1 vídeo (1h 7 min 58 s). Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=pmFLDT-DHnk>.

No entanto, é necessário destacar que o nosso objetivo aqui é colocar num mesmo patamar do fazer ciência três componentes do audiovisual: o textual, o estético e o sensorial, este entendido como o observável a partir do processo de recepção. Ou seja, é preciso levar em conta que o audiovisual é necessariamente plurívoco, polifônico e polissêmico e se enriquece na sua condição polifórmica e policênica, fazendo emergir significações distintas em cada enunciado e, muito mais, em cada telespectador – individual ou grupo social – segundo seu próprio repertório.

O olhar científico redutor da imagem aos processos estéticos narrativos gera uma certa procrastinação na pesquisa e na análise do audiovisual, fundamentalmente na formulação de metodologias – sim, no plural – que ajudem a entendê-lo na sua complexidade narrativa, abrindo-se inclusive a devaneios intuitivos, não sem razoabilidade fincada em facticidades, como forma de fazer ciência.

Ao trata do cinema, Wilson Gomes (2004, p. 91) fala da incompatibilidade entre a pesquisa científica, reconhecida como tal, e a análise fílmica. Para ele, o sucesso do procedimento de pesquisa científica “depende da sua capacidade de isolar uniformidade e regularidade no objeto de forma a tornar possível a previsão de qualquer ocorrência de fenômenos e processos”. Trata-se, para o autor, de um critério de validade estranho.

Bem compreender um filme dificilmente pode coincidir com a identificação de uma lei geral da natureza do filme, à luz da qual, a peça particular nada mais seria do que a ocorrência específica de um caso universal. Por menos que saibamos sobre o fenômeno da compreensão de objetos como filmes, não é difícil admitirmos que o entendimento de um filme resulta da compreensão daquilo que ele tem de singular, único e específico, resulta, pois, da compreensão daquilo que não interessa à ciência. (GOMES, 2004, p. 91-92).

No entanto, adverte ao autor, “é igualmente inaceitável acreditar-se que o fenômeno da compreensão de filmes não comporte conhecimento e verdade” (GOMES, 2004, p. 92). O problema, então, é da natureza do conhecimento e da verdade entendidos pela ciência e da natureza de ambos que se apresentam no ato de compreensão do filme. Por isso mesmo, Penafria (2009, p. 7) alerta que cada tipo de análise deve instaurar a sua própria metodologia, e que ao se optar por apenas um tipo de análise “poderá o analista ficar com a sensação de dever cumprido mas, também, com a sensação de que muito terá ficado por dizer acerca de um determinado filme ou conjunto de filmes”.

Não se trata, em absoluto, de partir do nada, do zero, mas das várias metodologias existentes, que guardem sintonia com o objeto da pesquisa, assim como abrir-se para novos olhares, dando maior elasticidade às possibilidades interpretativas exigidas em cada imagem, cada plano, enquadramento, profundidade de campo, movimento de câmera, cena, sequência e, obviamente, pela sonoridade do audiovisual, formada sempre por sons que vão do sonoro linguístico e suas intencionalidades, aos sons incidentais que reforçam a ação, ao *foley* e aos que dão o tom emocional de cada cena e do produto como um todo. Em suma, é preciso entender que o audiovisual tem sua potencialidade na “própria natureza expressiva: uma criação sempre imaginária do mundo. Por mais que exista o esforço objetivo, é próprio da linguagem audiovisual sua dimensão psicológica, enigmas de identificação, projeção, realização catártica” (MARTINI, 2013, p. 5).

Portanto, de início, cabe destacar que uma análise do audiovisual deve ser sempre de natureza qualitativa. O quantitativo pode ser interessante, mas apenas como forma de atribuir legitimidade ao que fora desnudado pela análise qualitativa. E tanto melhor será essa análise se estiver ancorada numa abordagem transmetodológica, na forma como define Maldonado (2012, p. 31, grifo do autor):

Uma vertente epistemológica que afirma a necessidade de *confluências* e *confrontações* entre vários métodos, realizando processos de atravessamento lógico, desconstrução estrutural, reconstrução de estratégias e problematizações redefinidas, em cada empreendimento/projeto de investigação iniciado. Nutre-se de conhecimentos transdisciplinares, na dimensão teórica, e promove estratégias de exploração, experimentação e reformulação metodológicas.

Com isso, podemos afirmar que uma pesquisa coerente do audiovisual deve partir da opção por processos transmetodológicos nos seus modos de operar, de maneira muito especial na observação da sensorialidade espalhada no universo do receptor/consumidor.

MOVIMENTOS SOCIAIS E CIDADANIA

É nessa seara multifacética que o GPAC/UFPR se propõe a pesquisar, juntando outros dois temas, não menos áridos, porém igualmente caros à sociedade: cidadania e movimentos sociais. Ambos vêm sendo estudados nas várias ciências, mas ainda reféns, em grande medida, de concepções políticas liberais e formulações jurídicas positivistas. Porém, entender os movimentos sociais não é uma tarefa tão simples, pela complexidade de formas organizativas que a própria sociedade desenvolve em determinadas situações sociopolíticas, demandadas pela democracia.

A democracia em sociedades complexas requer condições suficientes para que grupos sociais se auto-afirmem e sejam reconhecidos pelo que são ou desejam ser. Essas condições incluem espaços públicos independentes das instituições e estruturas governamentais e do sistema partidário. Espaços públicos autônomos que representem novas formas de poder. E os movimentos sociais inserem-se nestes espaços. (GOHN, 1997, p. 162).

Portanto, os movimentos sociais precisam ser vistos como um espaço político essencial na construção e consolidação da democracia, por sua própria particularidade.

Em cada momento histórico, são os movimentos sociais que revelam, como um sismógrafo, as áreas de carência estrutural, os focos de insatisfação, os desejos coletivos, permitindo a realização de uma verdadeira topografia das relações sociais. [...] Os movimentos sociais deixam entrever mais do que puras carências percebidas e demandas interpostas; eles permitem, de fato, o conhecimento do modelo de sociedade dentro da qual se articulam, cujas feridas se tornam, por intermédio deles, materialmente visíveis. (BEM, 2006, p. 1138).

Por isso mesmo, entendemos que um novo projeto de sociedade deve contemplar todas as forças constitutivas da realidade social, que para Gramsci “são as esferas da sociedade civil, da sociedade política e da sociedade econômica” (SIMIONATTO, 1995, p. 70). Por sua natureza, portanto, uma democracia – para além da liberal – exige “paridade de armas” entre essas três esferas Gramscianas. Caso contrário, com uma sociedade civil desorganizada, o que existe é uma espécie de rolo compressor do mercado e do – seu refém – Estado sobre a sociedade, sob o argumento de que a representam. A sociedade civil torna-se então um conglomerado de indivíduos em busca de sobrevivência, habitantes erráticos de um espaço geográfico em que predomina a dinâmica do “salve-se quem puder”. É contra isso que surgem os movimentos sociais, entendidos como múltiplas formas de organização social fora do Estado e do mercado, conforme Távola (1999 apud LIMA, 2011, p. 97), como atores essenciais no processo de construção e consolidação da cidadania, para além dos modelos jurídicos e liberais contemporâneos.

No horizonte dos movimentos sociais deve estar sempre essa nova sociedade, ainda que seja uma conquista processual. Afinal, as grandes reformas sociais e políticas – que resultaram em ampliação de

direitos sociais e individuais, que pugnaram por uma nova sociabilidade, por uma construção, ainda que lenta, gradual, da superação de formas de castas sociais que, por milênios, legitimaram a degradação humana, a subserviência, a escravidão – tiveram os movimentos sociais como berço. Os direitos sociais – coletivos e individuais – conquistados nos últimos séculos não são resultados de um amadurecimento natural do Estado liberal, mas fruto de muita luta iniciada no amplo espectro dos movimentos sociais, ainda que não fossem assim conceituados.

Ao dizer que melhores e mais humanas condições de vida e trabalho, desde o início do sistema capitalista, foram sempre conquistas da classe trabalhadora, Magnani (2000, p. 30-31) aponta, inclusive, um grande paradoxo:

O tempo livre, necessário e funcional do ponto de vista da lógica do capital – como fator indispensável para a manutenção e reprodução da força de trabalho – é resultado da luta do movimento operário pela diminuição da jornada de trabalho, descanso semanal remunerado, férias e outros benefícios.

O mesmo poderíamos dizer de outras conquistas, como o voto feminino, resultado das lutas dos movimentos de mulheres; a reforma agrária, pelos movimentos de produtores rurais; e muitas outras, inclusive presentes na Constituição brasileira de 1988, que são resultado de muita luta dos movimentos sociais daquele momento.

Por isso, a questão da cidadania é decorrência natural do olhar militante, no sentido amplo do conceito de militância que defendemos. É a partir dessa ótica que tomamos os movimentos sociais, entendidos como sujeitos ativos na construção de uma cidadania que se concretiza no processo de alargamento dos direitos individuais e coletivos tanto de ordem política quanto econômica, social e cultural. Contudo, não podemos perder de vista que fazemos pesquisa em comunicação e, portanto, interessa-nos aqui, de maneira especial, a cidadania comunicacional.

A cidadania *comunicativa, política*, como o *direito/desafio/compromisso/ pertença/participação* para produzir estratégias e táticas de comunicação que possibilitem processos e estruturas enriquecedoras da diversidade cultural, da vida comunitária, dos ecossistemas e dos modos de vida pós-capitalistas nas *formações (macro/meso/micro) sociais* contemporâneas. (MALDONADO, 2012, p. 25, grifo do autor).

Aqui está o eixo de nossa pesquisa: verificar como a narrativa audiovisual contribui, ou não, com uma cidadania que não se restrinja à simples passagem de uma cidadania formal para a substantiva, ou como fazer valer a cidadania já instituída, considerando-se que o essencial nesse processo é ter no horizonte a cidadania reivindicada e sempre no processo de cidadania ativa (CHAUI, 1984). Isto é, interessa, sim, cada passo dado no processo de ampliação de direitos, mas o horizonte que deve mover os movimentos sociais é: Um outro mundo é possível (Fórum Social Mundial). E essa contribuição está, sim, nos conteúdos audiovisuais, muito especialmente nos seus modos de produção, que precisam ser frutos de um processo horizontal de discussão, de definição de narrativa, a fim de expressar um conjunto de falas que espelhem um lugar social democrático.

UM OLHAR PLURAL PARA COMPREENDER PLURALIDADES

Para deflagrar um processo metodológico de pesquisa, é essencial ater-se ao objetivo geral do trabalho proposto. No caso do projeto de pesquisa aqui referido, o propósito é: “Identificar práticas narrativas audiovisuais que significam uma ruptura com os modelos narrativos praticados pela mídia tradicional e que engendram elementos processuais possibilitadores da construção de uma cidadania ativa, do ponto de vista individual e coletivo” (FAXINA, 2020, p. 6). Para isso, definimos como

objetivos específicos: 1) mapear os modelos narrativos existentes nas práticas produtivas de audiovisual, tanto nas produções telejornalística e documental de mercado quanto nas produções próprias da sociedade civil organizada; 2) examinar essas práticas narrativas para identificar como se processam e em que apresentam elementos de simples difusão de uma verdade já dada ou, em contrapartida, elementos novos que visam à autonomia do sujeito, a uma cidadania ativa; 3) produzir uma reflexão sistematizada em que constem esses elementos para que possa servir a quem produz audiovisual voltado aos movimentos sociais.

Para dar conta desse olhar, foi essencial a busca de um processo que combinasse metodologias confluentes, em que uma continuada pesquisa teórica estivesse em concomitância com a observação permanente e sistemática de campo, buscando uma compreensão da experiência empírica, refletida e problematizada, de forma a possibilitar conhecimentos dali extraídos. Assim, a pesquisa teórica e a exploratória foram se retroalimentando, a fim de “compôr um quadro compreensivo para a especificidade do problema/objeto investigado” (BONIN, 2012, p. 54). Tratando da importância da pesquisa exploratória, Bonin (2012, p. 53) enfatiza:

As pistas relativas ao fenômeno investigado geradas através dela facilitam a construção e a concretização dos problemas/objetos investigados; permitem trabalhar na elaboração de configurações teóricas sensíveis aos objetos concretos da realidade comunicacional e suscitam o aprofundamento de dimensões que se revelam importantes na sua configuração.

No caso do GPNAC, optamos por iniciar simultaneamente a pesquisa teórica e a pesquisa exploratória, fazendo um duplo movimento: aprofundar a fundamentação teórica proposta, para detectar o estado da arte referente a seus conceitos norteadores, e iniciar o mapeamento em busca de definir o corpus da pesquisa. Como se trata de um projeto de Iniciação Científica – IC, a opção em relação à fundamentação teórica foi por uma combinação de estudos: 1) Leitura

e discussão de textos sobre os temas centrais da pesquisa – narrativas audiovisuais, movimentos sociais e cidadania –, além de temas correlatos e essenciais, como comunicação popular, metodologias de pesquisa em comunicação e sobre os olhares do jornalismo, das relações públicas e da publicidade e propaganda, uma vez que os estudantes de IC vêm desses três cursos de comunicação da UFPR; 2) Diálogo com pesquisadores dessas temáticas por meio da produção de um programa para a (Web)TV Nestante, destinada à difusão de conteúdos para formação em comunicação de lideranças sociais do Nordeste brasileiro. Para isso, firmamos acordo com o Instituto Ubíqua, com sede em Teresina-PI, responsável pelo programa de capacitação de lideranças populares e pela TV Nestante.

Com um tempo flexível, de uma hora a uma hora e meia de duração, o programa quinzenal conta sempre com um pesquisador da área, que faz uma breve exposição do tema e, em seguida, responde a questões formuladas pelos integrantes do grupo, a partir dos textos lidos. Quase sempre feito ao vivo, os programas produzidos, com a finalidade imediata de aportar conteúdos para a pesquisa em desenvolvimento pelo GPNAC, são disponibilizados pelo *site* <https://www.youtube.com/c/nestante>, além da página no Facebook do departamento de comunicação da UFPR, para uso dos movimentos sociais, professores e estudantes interessados nos respectivos temas.

Em relação à definição do *corpus* da pesquisa, levou-se em conta o alcance social do movimento e o fato de ter produções audiovisuais como parte de sua luta. Desse mapeamento, realizado a partir de contatos pessoais e de buscas em meios de comunicação, redes sociais e repositórios de pesquisas e de projetos de extensão, de maneira especial da UFPR, o grupo fez uma opção por quatro recortes de movimentos sociais: campo, periferia, racial e gênero.

Definidos esses recortes, teve início o segundo mapeamento, agora de produções audiovisuais e respectivo movimento social, divididos em três tipificações: 1) Realizadas por profissionais, a serviço dos meios de comunicação, em que retratam os movimentos sociais; 2) Realizadas pelos próprios integrantes de movimentos sociais; 3) Realizadas por profissionais da área, pactuadas com movimentos sociais.

Com esse acúmulo de reflexões teóricas e com o corpus de pesquisa definido, foram construídas as categorias de análise, a partir de diversas metodologias e desafios específicos do objeto, a fim de entender a linguagem audiovisual e suas contribuições ao movimento social na construção da cidadania. Essa análise se dá em três categorias que, conforme vimos antes, são necessárias e confluentes para uma observação mais amíúde de uma produção audiovisual.

1. Linguagem verbal

Finalidade: identificação dos enunciantes e seus discursos, ou seja, aquilo que é explicitado, dito oralmente ou escrito.

No caso do primeiro tipo de audiovisual, busca-se entender o lugar de enunciação do sujeito enunciador e, por conseguinte, o lugar do sujeito da enunciação, do objeto analisado. Sobre o primeiro sujeito, estamos diante de um duplo enunciante:

[...] o individual e o institucional, isto é, o jornalista e o veículo, embora estejam completamente imbricados e funcionam na forma de apagamento de um no outro, pela própria condição espaço-temporal de construção da enunciação. Algo como: o jornalista produz um discurso que é dele enquanto é da TV e a TV produz e veicula um discurso que é dela enquanto é do jornalista. (FAXINA, 2012, p. 69-70).

E é esse discurso que, na imensa maioria das vezes, vai definir a forma de narrar. Já em relação ao sujeito da anunciação do objeto –

neste caso, do movimento social –, busca-se entender as similitudes ou discrepâncias de representação enquanto movimento social e, ao mesmo tempo, de enunciador no audiovisual.

Em relação ao segundo tipo de audiovisual, a proposta é entender o lugar de enunciação do sujeito enunciador e, por conseguinte, o lugar do sujeito da enunciação, em busca das similitudes e discrepâncias entre as narrativas próprias das mídias tradicionais e as que se manifestam nas produções endógenas ao próprio movimento. Busca-se evidenciar se trata-se de uma narrativa própria, autóctone, ou se configura-se apenas como uma mudança de lugar de narrar, em que a métrica narrativa é a mesma, mudando apenas a serviço de quem – pessoa ou instituição – está.

Quanto ao terceiro tipo de audiovisual, a proposta é entender se se trata de uma produção semelhante às feitas sob encomenda de instituições ou pessoas de Estado e de mercado ou se há a compreensão de que produzir para a sociedade civil organizada exige uma nova forma de narrar, por se tratar de outro olhar, inclusive sobre os mesmos fatos. Por isso mesmo, a narração que se processa aqui deve partir do fato, da história em si, e não daquele que narra, a exemplo do discurso fílmico ou jornalístico hegemônicos.

Aqui é feito um processo de decupagem, para resgatar falas ou textos essenciais desse processo de enunciação. No caso de material jornalístico, anota-se também o tempo de fala e a localização de cada sujeito ao longo do produto audiovisual, uma vez que a ordem de fala é parte essencial da posição ocupada pelo sujeito no discurso. Em seguida, busca-se identificar o tipo de cidadania proposto pelo vídeo. Trabalha-se aqui com as três dualidades mais consagradas: formal ou substantiva, instituída ou reivindicada, ativa ou passiva. Como interessa aqui o processo, isto é, a cidadania comunicacional, observamos se estamos diante de uma narrativa que responde a um projeto de difusão ou de comunicação (MEDINA, 2003). Só o de comunicação

responde a uma cidadania comunicacional, em que a narrativa se processa em respeito a uma horizontalidade dos sujeitos da comunidade de pertencimento, conforme Livia Saggin (informação verbal)⁸⁹.

2. *Estética audiovisual*

Finalidade: entender as presenças genuínas da linguagem audiovisual ou se trata-se de uma simples transposição da linguagem verbal.

Procura-se aqui entender a estrutura narrativa: história, arco e miniarcos narrativos. Por meio do estudo das opções de roteiro, produção e direção, quer-se entender se o formato faz um esforço para contar uma boa história, a fim de alcançar os elementos cognitivos próprios da linguagem audiovisual: empatia, emoção e razão.

Em seguida, pergunta-se pelo lugar social de cada narrador e os tempos de fala. Numa reportagem, observa-se o sujeito enunciante, que é o narrador institucional (apresentador/a e repórter). Em seguida, o sujeito do enunciado: especialista, liderança do movimento social, personagem. Ordem e tempo de fala são essenciais nessa análise.

Já num documentário ou ficção, analisa-se a relação de horizontalidade entre o sujeito enunciante e o sujeito do enunciado: principal(is), coadjuvante, interlocutor e antagonista (presente ou latente).

Em seguida, analisa-se a imagem propriamente dita, buscando-se entender os planos, enquadramentos, movimentos de câmera, cores..., de acordo com cada sujeito e em determinadas situações. Analisa-se também cenários, ações, descrições, infográficos...

89 Roda de conversa com o grupo de Pesquisa Narrativas Audiovisuais e Cidadania, da Universidade Federal do Paraná (UFPR), sobre cidadania. Programa Narrativa Cidadã, TV Nestante. 20 abr. 2021. 1 vídeo (1h 51 min 3 s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Fo_4APh3Oj8.

Em seguida, analisa-se se a edição guarda coerência com a proposta do audiovisual, mantendo dinâmica e ritmo narrativo, incluindo aí a sonorização. Por fim, busca-se saber se existem simbologias explicitadas nas imagens ou falas e suas intencionalidades.

3. Sensorial

Finalidade: explicitações das percepções de quem assiste ao vídeo.

A ideia é entender qual é o conceito e o propósito desse vídeo. Para isso, parte-se de uma pergunta chave: o que mais te chamou a atenção (gostou e não gostou) e por quê? Busca-se entender os sentimentos provocados pelo audiovisual e, a partir deles, quais informações foram realmente contempladas pelo telespectador.

A segunda pergunta a ser respondida refere-se à imagem síntese do produto, isto é, a imagem subjetiva, o que fica como síntese em nosso imaginário, a partir de tudo o que foi mostrado e de como foi mostrado.

Por fim, uma pergunta busca tirar o sujeito da análise de uma posição passiva: O que você (jornalista, relações públicas ou publicitário) mudaria ou faria diferente?

Concluída essa primeira etapa da análise, é produzido o relatório final para proceder a outras duas análises: 1) entrevista com os realizadores e representantes do respectivo movimento social para entender os objetivos do produto audiovisual, seu público-alvo e o nível de satisfação com o produto; 2) grupo focal independente, integrado pela representação do público-alvo.

No primeiro caso, visa a confrontar os resultados obtidos pela análise acadêmica, isto é, do grupo de IC, com a análise dos produtores e do próprio movimento social em questão. No segundo,

confrontar as duas análises anteriores, com o público destinatário, uma vez que a recepção é parte essencial dos processos de significação e ressignificação de um produto comunicacional, de maneira especial quando se trata de audiovisual.

UMA QUASE CONCLUSÃO

Buscamos, neste texto, apresentar o enorme desafio de se pesquisar audiovisual, pela dificuldade natural da compreensão da imagem, portadora de significados complexos, escorregadios, suscetíveis aos enquadramentos técnicos, mas também à estruturação da narrativa, à história contada, bem como a ordem, o tom e o tempo de fala, além de um sem-número mais de elementos constitutivos desse discurso que poderiam ser enumerados aqui. Propomos, inclusive a partir de reflexões teóricas, a transmetodologia como essencial para dar conta de uma análise do audiovisual, por incorporar outras formas de observação, como este fenômeno exige.

Advogamos a necessidade de se repensar o fazer científico a partir de enquadramentos fechados, fundamentais em outras áreas do conhecimento, mas incapazes de responder a questões elementares da complexidade própria das relações sociais. Também delimitamos que, embora trabalhemos com fenômenos mais afeitos à análise em outras ciências, nosso olhar aqui é definido como o da comunicação – neste caso específico, o da cidadania comunicativa.

Por se tratar de um projeto de Iniciação Científica, é uma pesquisa com iniciantes na verve, no molejo e na seriedade – sem rigidez – do processo de pesquisa no enorme campo das ciências humanas. E, por isso, a proposta foi de uma imersão por vez, de forma que todo tropeço possa ser corrigido na sequência do percurso. Para isso, definimos um

processo permanente de experimentação-reflexão-refacção, envolvendo três análises complementares, sendo que a pesquisa participante com produtores, militantes dos movimentos sociais e grupos focais será essencial não só para fechar o circuito do processo comunicacional do próprio objeto de pesquisa, mas também para reconhecer outros conhecimentos essenciais no complexo processo comunicacional.

Como cientistas, precisamos duvidar também da nossa capacidade onipresente de conhecer por inteiro um objeto tão complexo como o audiovisual. Há sabedorias acumuladas ao longo da história – neste caso, nos movimentos sociais –, forjadas na luta, no embate, mas também nas relações de solidariedade e busca por cidadania quase sempre fora de moda numa sociedade liberal. Da mesma maneira, há conhecimentos essenciais em comunicação que orbitam o mundo da recepção, movido por racionalidades próprias, mas também por processos empáticos e emocionais elementares da vivência e da convivência humanas. Esses conhecimentos precisam ser alçados ao patamar de ciência, até porque, sem que saibamos bem como, são forjados em processos metodológicos próprios da sociabilidade humana.

Trata-se de uma reflexão do primeiro ano de atividades do GP-NAC/UFPR, que tem os passos futuros – inicialmente para quatro anos – ligeiramente rabiscados – talvez devesse dizer planejados. Mas se trata de um mapa flexível, sem linhas divisórias peremptórias, porque deve ser assim quando se tem um pé fincado nas ciências sociais aplicadas. Sim, sabemos aonde queremos chegar, mas sabemos igualmente que a estrada até lá precisa ser construída na medida da caminhada. Nunca é demais lembrar o poeta Antonio Machado Ruiz: “Caminante no hay camino, se hace camino al andar”, que arremata, ao final do poema: este caminho se faz “golpe a golpe, verso a verso”.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1981.

BEM, Arim Soares do. A centralidade dos movimentos sociais na articulação entre o estado e a sociedade brasileira nos séculos XIX e XX. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 27, n. 97, p. 1137-1157, set./dez. 2006.

BONIN, Jiani Adriana. A dimensão metodológica na orientação de pesquisa em comunicação. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

CHAUI, Marilena. **Cultura e democracia**. São Paulo: Moderna, 1984.

FAXINA, Elson. **Do mercado à cidadania**: o desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira. 2012. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2012.

FAXINA, Elson. **Narrativas audiovisuais e cidadania**: o desafio da comunicação referente aos movimentos sociais. Projeto de pesquisa – Departamento de Comunicação Social, Universidade Federal do Paraná, 2020.

GODOI, Christiane Kleinübing; MASTELLA, Adriano Silveira; UCHOA, Antonio Giovanni Fligliuolo. Análise qualitativa de material texto-audiovisual: por uma metodologia integradora. *In*: ENCONTRO ÍBERO-AMERICANO EM INVESTIGAÇÃO QUALITATIVA, 5., 2016, Porto. **Atas** [...]. Porto: Universidade Lusófona do Porto, 2016, v. 3, p. 417-422. Disponível em: <https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2016/article/view/984/960>. Acesso em: 22, jul. 2021.

GOMES, Wilson. La poética del cine y la cuestión del método en el análisis fílmico. **Revista Significação** (UTP), Curitiba, v. 21, n. 1, 2004, p. 85-106.

GOHN, Maria da Glória. **Teoria dos movimentos sociais**: paradigmas clássicos e contemporâneos. São Paulo: Loyola, 1997.

LIMA, Venício Artur de. **Regulação das comunicações**: história, poder e direitos. São Paulo: Paulus, 2011.

LORITE-GARCÍA, Nicolás. La cámara como principal herramienta para la investigación audiovisual de los procesos de dinamización intercultural mediatizados. **Intexto**, Porto Alegre, UFRGS, n. 34, p. 178-199, set./dez. 2015.

MCLUHAN, Marshall. **Os meios de comunicação como extensões do homem**. 8. ed. São Paulo: Cultrix, 1996.

MEDINA, Cremilda. **A arte de tecer o presente**: narrativa e cotidiano. São Paulo: Summus, 2003.

MAGNANI, José Guilherme. Quando o campo é a cidade. Fazendo antropologia na metrópole. *In*: MAGNANI, José Guilherme; TORRES, Lílian de Lucca (Orgs.). **Na metrópole**: textos de antropologia urbana. São Paulo: EDUSP/FAPESP, 2000. p. 12-53.

MALDONADO, Alberto Efendy. A transmetodologia no contexto latino-americano. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy et al. **Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

MARTINI, Felipe. Pesquisa audiovisual em comunicação: um convite ao diálogo. SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA EM COMUNICAÇÃO (SIPECOM), 5., 2013, Santa Maria. **Anais eletrônicos** [...]. Santa Maria: UFSM, 2013. Disponível em: https://www.ufsm.br/app/uploads/sites/513/2019/05/Felipe_Martini_Sipecom.pdf. Acesso em: 28, jul. 2021.

PENAFRIA, Manuela. Análise de Filmes: conceitos e metodologia(s). CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE COMUNICAÇÃO (SOPCOM), 6., 2009, Lisboa. **Atas** [...]. Lisboa: Universidade Lusófona, 2009. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/bocc-penafria-analise.pdf>. Acesso em: 11, ago. 2021.

SIMIONATTO, Ivete. **Gramsci**: sua teoria, incidência no Brasil, influência no Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1995.

SOUZA, Tania Clemente de. Discurso e imagem: perspectivas de análise do não verbal. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 1, s.p., 1998. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/ciberlegenda/article/view/36741/21317>. Acesso em: 22, mar. 2020.

12

Sônia Maria Queiroz de Oliveira

**PERCURSOS
(TRANS)METODOLÓGICOS
PARA INVESTIGAR
PROCESSOS
COMUNICACIONAIS
DE SUJEITOS
COMUNICANTES SURDOS**

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.12

FUNDAMENTOS DA CAMINHADA: PERSPECTIVA TRANSMETODOLÓGICA

[...] Caminante, no hay camino, se hace camino al andar (Antonio Machado)⁹⁰.

Os caminhos de pesquisa que serão focalizados neste texto foram norteados pelo desafio de investigar os processos comunicacionais dos sujeitos surdos membros da Associação de Surdos de Governador Valadares (Asugov) – MG e os usos e apropriações que realizam no Facebook, a partir da página dessa associação e de seus perfis pessoais, na perspectiva da constituição de cidadania comunicativa. A problemática demandava uma estratégia sensível, reflexiva, multidimensional, requisitando aportes marcados pela diversidade de estratégias transmetodológicas.

A transmetodologia, como propõe Maldonado (2002, 2008), procura ir além da tendência de pensar epistemicamente as problemáticas da pesquisa sob as perspectivas hegemônicas europeias e norte-americanas e marca a necessidade de reconfiguração teórico-metodológica em Comunicação para dar conta das realidades socioculturais existentes. Sob o olhar do pesquisador, que fundamenta e sistematiza esta perspectiva, podemos entender a transmetodologia como:

Uma vertente epistemológica que afirma a necessidade de confluência e confrontações entre vários métodos, realizando processos de atravessamentos lógicos, desconstrução estrutural, reconstruções estratégicas, problematizações redefinidas, em cada empreendimento/projeto de investigação iniciado. Nutre-se de conhecimentos transdisciplinares, na dimensão teórica, e promove estratégias de exploração, experimentação e reformulação metodológicas. (MALDONADO, 2012, p. 31).

90 Antônio Cipriano José Maria e Francisco de Santa Ana Machado Ruiz – poeta espanhol.

Neste percurso transmetodológico, apartando-me de fórmulas repetidas, aproximei minha reflexão à de Porto (2019, p.105) no sentido de pensar a transmetodologia como “uma vertente epistemológica orientadora da *práxis*”. Nesse sentido, o pensamento, como orientador da *práxis*, levou-me a pensar na necessidade de dar conta das interfaces com outros campos do conhecimento, pensar como uma espécie de ruptura e ao mesmo tempo um interagir com o melhor que a pesquisa comunicacional e social do século XXI nos oferece. (MALDONADO, 2008).

Os percursos transmetodológicos foram orientados por um constante diálogo com as premissas propostas por Maldonado (2008). A primeira premissa nucleia o ser humano, a espécie, a vida, bem como os outros elementos existentes, como merecedores de respeito, atenção e consideração. Nessa linha de raciocínio, busquei a construção de uma ecologia científica baseada em culturas e valores diversos. Por certo, isso inclui afastar “[...] valores utilitaristas, individualistas e instrumentais do modo de vida hegemônico contemporâneo.” (MALDONADO, 2008, p. 10) A segunda premissa é a de que o mundo precisa ser transformado, não mais por depredações, e sim em uma transformação aberta, gerida por razões “multiléticas”⁹¹, articulando revoluções culturais técnico/científicas numa dinâmica sem orientação mercantilista e sim social. A terceira premissa apresenta e define a investigação como *práxis* central do aprendizado das pessoas e a quarta aponta que a partir de uma postura construtiva transdisciplinar devemos estabelecer “[...] relações, intercâmbios, convergências, atravessamentos, reformulações teórico/metodológicas com base no conhecimento sistemático, organizado, empírico e teórico das diversas áreas do saber”. (MALDONADO, 2008, p. 12) A quinta premissa parte da assertiva de que os sentidos científicos precisam dos bons sentidos culturais. A sexta premissa solicita habilidades para caminhar transmetodologicamente e discernimento sobre quais são as problemáticas pertinentes e relevantes socialmente em

91 Termo apresentado pelo autor.

nosso campo. A sétima premissa valida o caminhar transmetodológico trazendo a multidimensionalidade comunicacional como impeditiva de abordar os desafios do conhecimento de maneira unilateral, dado que os problemas sociocomunicacionais requerem construções metodológicas, as quais implicam reformulações e configurações múltiplas. A oitava premissa parte da assertiva de que todo trabalho científico, se não assume um compromisso ético com a humanidade, não tem sentido filosófico, ético. A nona premissa parte da proposta multilética que combina práxis teórica e empiria. Por fim, e não menos importante, a décima premissa sustenta que a formação de um pesquisador deve ser de caráter complexo e multidimensional, multicultural, atravessada pelos mundos culturais nos quais as práxis acontecem. Assim, a perspectiva transmetodológica abraça a fabricação de raciocínios inter-relacionados para a construção do conhecimento.

A transmetodologia apresenta-se como uma linha de pesquisa metodológica que procura trabalhar visualizações epistêmicas, concepções teóricas, desenhos e estratégias metodológicas, operacionalizações técnicas, combinando-as com o que a História, a Filosofia, a Sociologia e a lógica da Ciência oferecem para realizações férteis. (MALDONADO, 2008, p. 22).

Maldonado (2008) chama atenção para a necessidade de o pesquisador em Comunicação ter uma visão transdisciplinar que fortaleça os conhecimentos do campo específico, compreendendo os saberes científicos gerais, dialogando com as redes de conceitos comunicacionais, as quais suscitam resolução de problemáticas teóricas e empíricas relevantes para a vida social dos nossos países. (MALDONADO, 2008).

Bonin (2011, p. 31) marca a necessidade de realizarmos diálogos com os conhecimentos já produzidos, pois a “construção de novos conhecimentos se faz em relação com esse saber acumulado, por rupturas, mas também por continuidades”. Neste sentido, o primeiro movimento metodológico feito na pesquisa construída foi um levantamento bibliográfico que auxiliasse a traçar aspectos de contexto

relativos aos diversos caminhos percorridos pelos sujeitos surdos no mundo ocidental, e mais especificamente no Brasil, incluindo dimensões históricas, sociais, políticas e legais.

Um segundo movimento metodológico foi construir um mapeamento de pesquisas já realizadas sob a problemática investigada para fundamentar o exercício de pesquisa da pesquisa, “prática relevante para tomar contato com essa produção, a fim de que as novas investigações contemplem e considerem esses desenvolvimentos e aquisições e busquem efetivamente avançar com e a partir deles”. (BONIN, 2011, p. 48-49). A partir de palavras-chave⁹² relacionadas ao objeto de pesquisa, garimpei investigações com a finalidade de sustentar a pesquisa, ora com a possibilidade de surgimento de novos horizontes, novos rumos passíveis de serem descobertos.

Um terceiro movimento foi a realização de pesquisa teórica. Neste movimento, direcionei-me ao trabalho de estudo e apropriação de conceitos relevantes para a pesquisa, a partir das reflexões e atravessamentos constantes entre teoria e empiria. Sem ordem de primazia relacional entre teoria e empiria, os diálogos foram sendo estabelecidos entre searas do conhecimento das Ciências Sociais Aplicadas e Humanas. O eixo articulador destes diálogos foi o da comunicação, dos processos comunicacionais digitais como fenômeno social. Neste sentido, Bonin (2011) apresenta-nos a pesquisa teórica como linha fundamental construtiva e, que uma construção sob este olhar, permite que se visualize uma rede de conceitos trabalhados em articulações para sustentar a compreensão do problema investigado. Assim, o aporte teórico foi consubstanciado por autores cujos olhares entrelaçaram-se com os processos comunicacionais digitais – ricos de dinâmica de transformações, vivenciados em rede e articulados com a experiência comunicacional e midiaticizada dos sujeitos surdos.

92 Palavras-chave: midiaticização, mídias digitais, cultura surda, cidadania comunicativa, usos e apropriações, Facebook, comunidade virtual.

Na caminhada dessa construção, um primeiro movimento foi identificar eixos temáticos nas pesquisas levantadas. Estes eixos foram assim identificados: a) História das pessoas surdas; b) Recepção e mídias digitais; c) Usos e apropriações midiáticas no Facebook; d) Cultura surda; e) Cidadania comunicativa; f) Facebook (Comunidade virtual). O corte temporal considerado com relação aos trabalhos produzidos foi de 2005 a 2020. Para os eixos “História das pessoas surdas” e “Cultura surda” desconsiderei o lapso temporal.

PERCURSO DE APROXIMAÇÃO E DE IMERSÃO NA ASUGOV: CAMINHO EMPÍRICO

Outro movimento realizado foi o de aproximação e de imersão na Asugov. A princípio senti uma espécie de “insegurança” com as pessoas surdas. Aos poucos ultrapassei a barreira do medo por não ser bilíngue, por não ser pertencente à cultura surda e fui ao espaço da Asugov, às reuniões abertas ao público, buscando construir sentidos em observações sem o recurso da fala. Tratava-se de ouvir com os olhos (SKLIAR, 2016). Deste modo, o método de espera e a técnica do ultrapasse configuraram a construção incipiente da comunicação que se estabelecia.

Neste contorno de ser ouvinte e não possuidora de conhecimentos básicos da língua Libras, senti a necessidade de repensar o modo de acompanhar aqueles processos comunicacionais, os sujeitos envolvidos, o que ocorria naquele contexto cultural, além do meu desconhecimento de Libras e, portanto, revisei a pesquisa metodológica. No revisitar, recuperei a ideia de que os métodos devem dialogar entre si para redesenhar, reformular figurações epistêmico-teórico-metodológicas diante do(s) desafio(s) que se apresentavam. (BONIN, 2011) Com o propósito de buscar suprir as dificuldades avistadas, inspirei-me nos métodos cartográfico e etnográfico em uma primeira visada transmetodológica.

Desta forma, busquei orientar esses primeiros percursos exploratórios naquelas lógicas diferenciadas, naqueles perpasses, atravessamentos e inter-relações epistemológicos advindos de diferentes áreas do conhecimento e da minha experiência de vida, compartilhando com Bonin (2011, p.5) a ideia de que “a pesquisa exploratória se realiza através de aproximações empíricas ao fenômeno concreto a ser investigado com o intuito de perceber seus contornos, nuances, singularidades.”

Caminhei neste processo com um planejamento inicial de pesquisa aberto a um fazer/refazer constante a partir das necessidades postas pelo problema e pelas condições concretas da realidade investigada. Nesse sentido, é pertinente a observação de Peruzzo (2002, p. 67) de que “método não é uma fórmula, um código pronto e acabado que cabe explicar”.

Alinhada aos pensamentos de Paulo Freire (2000), desenvolvidos nos escritos *Pedagogia da Indignação*, a posição que busquei era do tipo progressista, a favor da vida e não da morte⁹³, da convivência com o diferente e não da sua negação, buscando diminuir, assim, a distância entre o que dizemos e o que fazemos.

Eu era inicialmente ouvinte sem nenhuma formação em Libras, com pouco conhecimento sobre a cultura surda. Sabemos que as pessoas surdas estão inseridas, desde o nascimento, em um contexto no qual a Língua Portuguesa, principalmente em sua forma escrita, está completamente presente. O reverso é que me assustava, pois desde o meu nascimento, não tive contato com a cultura surda, e fui desafiada a mergulhar neste contexto que até então era desconhecido e inexistente para mim. Este movimento, causador de certa angústia, veio paradoxalmente me permitir um florescer investigativo pois, ao me desafiar a sair da condição de ouvinte comunicadora hegemônica,

93 Uso a expressão “morte” metaforicamente, pois ela permite um paralelo com os desmandos do nosso atual (des)governo em relação à ciência e à pesquisa nas áreas das Ciências Sociais e Humanas, com cortes em todo o orçamento voltado à ciência e pesquisa.

para considerar a perspectiva não hegemônica surda, passei a oxigenar e desafiar meu *habitus*⁹⁴ fabricado em termos comunicacionais humanos, sobre mim, ouvinte (MALDONADO, 2013). Vi-me com pessoas surdas comunicantes e me sentia a não comunicante. O ponto-chave, nevrálgico, era comunicar. Mas como? “Se não tivéssemos voz nem língua e ainda assim quiséssemos expressar coisas uns aos outros, não deveríamos, como aqueles que ora são mudos, esforçar-nos para transmitir o que desejassemos dizer com as mãos, a cabeça e outras partes do corpo?” (SACKS, 2010, p. 25). Da mesma forma que esta frase dita por Sócrates impressionou o abade de l’Epée, busquei refletir sobre minha condição e sobre os obstáculos à comunicação. O desconhecimento da cultura surda e a invisibilidade de sua forma existencial na cultura à qual pertença “retirava-me o chão”.

Em uma espécie de acalanto, a memória trouxe à tona um indicativo já pontuado por Sacks (2010, p. 19) de que as pessoas, ao pensarem sobre a surdez, tendem a considerá-la menos grave do que a cegueira em uma sociedade excludente, quase nunca como algo devastador em um sentido radical. Faltou-me o chão, pois naquele momento a “deficiente” na linguagem era eu. Até pensei nas benesses da cegueira em contraponto à surdez. Neste sentido, revivo Sacks:

E ser deficiente na linguagem, para um ser humano, é uma das calamidades mais terríveis, porque é apenas por meio da língua que entramos plenamente em nosso estado e cultura humanos, que nos comunicamos livremente com nossos semelhantes, adquirimos e compartilhamos informações [...]. (SACKS, 2010, p. 19).

Neste processo, recorri a Strobel (2018), em seu livro *As imagens do outro* sobre a cultura surda, e busquei ancorar-me em seus ensinamentos sobre cultura (Campo de Estudos Culturais), esta sim ferramenta de transformação, de percepção, da forma de ver diferente, não mais de homogeneidade e sim de vida social diferente: diferentes

94 *Habitus*, à guisa de Bourdieu: processo que passa a ser mediado pela coexistência de distintas instâncias produtoras de valores culturais e referências identitárias, que configura esquemas de ação, apreciação e valoração.

jeitos de ser, fazer, de compreender e de explicar. Sim, eu era diferente entre tantos diferentes. Faltava-me conhecer a cultura surda do ponto de vista da pele, do viver, do sentir.

Fui percebendo que precisava de reconfigurações em minhas concepções. Na realidade presente, necessitava ressignificar a surdez como uma diferença cultural e não como um problema patológico. Dessa maneira, e em diálogo com Emiliana Rosa (2011), fui percebendo que a característica principal da comunidade surda não é a ausência do som, mas sim a forma de comunicação, que é através da língua de sinais, artefato cultural dos surdos, constitutivo de suas identidades.

[...] ao descobrir-se como parte de uma cultura, o surdo se manifesta, e movimenta o que existir ao seu redor e no seu interior. A história de um surdo é a história de muitos. É a história de uma comunidade que luta desde sempre pela queda do muro que a segrega e impede que os ventos da valorização penetrem nos campos em que habitam. É uma história de luta pela valorização linguística, lutando contra as amarras da opressão à língua de sinais, e contra a imposição da língua oral. (ROSA, 2011, p. 149).

Eu precisava experimentar o espanto ocorrido pela vivência da realidade atravessando a minha “pele”. Precisava, ainda, ser reconhecida por um nome. E como jeito de se fazer identificado, um nome definido pela comunidade surda substitui a necessidade de representação manualmente de cada letra. Assim, é comum que uma pessoa ganhe um nome inspirado em seus traços físicos, trejeitos e aspectos da personalidade. A representação escolhida pelos sujeitos da comunidade surda com os quais estabeleci contato na Asugov para mim foi “Pinta na mão”.

Assim, começava a sentir-me parte do grupo. Tinha um nome próprio em Libras, inspirado em uma representação de uma característica específica que me identificava. Foi reconfortante e acalentadora a experiência de adquirir um nome representativo da minha pessoa, da minha identidade junto a eles, nome escolhido pelos sujeitos comunicantes surdos.

Minha aproximação com a associação foi calcada no método da observação participante. Em diálogo com Minayo (2016), compreendo o método de observação como o que possibilita a aproximação da realidade sobre a qual formulei uma questão central de estudo, visando interações com os componentes que fazem parte da realidade observada. A maior parte das ciências recorre à observação como forma metodológica complementar aos objetivos traçados. Pelas possibilidades que oferece para a obtenção de dados, a observação ajuda o pesquisador a desenvolver uma visão profunda do que está sendo visto e registrar as impressões de situações relevantes. No diálogo com Minayo (2016) podemos afirmar que o observador é um elemento crucial nesse processo, pois colhe conscientemente os dados da realidade a qual observa, utilizando meios diversos de registro das informações percebidas dos seus sentidos: visão, olfato, paladar, tato e audição.

Definimos observação participante como um processo pelo qual um pesquisador se coloca como observador de uma situação social, com a finalidade de realizar uma investigação científica. O observador, no caso, fica em relação direta com seus interlocutores no espaço social da pesquisa, na medida do possível, participando da vida social deles, no seu cenário cultural, mas com a finalidade de colher dados e compreender o contexto da pesquisa. (MINAYO, 2016, p. 64).

Tendo dado ciência da pesquisa e seus objetivos à comunidade asugoviana desde o início, passei a realizar as observações na associação. Como participante nas reuniões, ora realizadas às sextas feiras, ora aos domingos, frequentei o espaço da Asugov. Com a autorização do Comitê de Ética⁹⁵ registrei observações e para tanto utilizei um gravador de voz digital⁹⁶ e uma folha para realizar anotações sobre minhas observações relativas às interações comunicacionais ali ocorridas. Para orientar este processo, construí um roteiro que incluía os seguintes aspectos de observação: a) configuração das identidades culturais e dos ethos (costumes, práticas, rotinas) no espaço Asugov;

95 Parecer: 3.637.504 - CAAE: 22539819.7.0000.5344.

96 Samsung, Galaxy J7 Prime, modelo SM-G610M, RQ8J90KRMDZ.

b) configuração do sujeito comunicante na Asugov (quem são os sujeitos da Asugov?); c) espacialidades e equipamentos existentes no espaço Asugov; d) atividades empreendidas (cursos, encontros); e) comportamento sociocomunicacional (interno e externo): interações, tensões, instituições da sociedade de Governador Valadares (GV) envolvidas, pessoas da sociedade de GV envolvidas.

Utilizei estes eixos para ordenar o pensamento na escrita, pois na prática a observação mais flexível deixou-me mais livre para tomar notas mais detalhadas. Norteava-me em meus conhecimentos prévios de reunião de grupos e na minha experiência de vida como professora de escolas periféricas, especificamente com grupos populacionais excluídos. De certa forma, com a observação participante pude registrar os comportamentos nas atividades realizadas naqueles encontros, observando e conhecendo a cultura do grupo observado.

Os registros imagéticos e narrativos das sociabilidades observadas realizados no espaço Asugov foram vistos como elementos que colaboram para a observação de aspectos daquelas realidades. O equipamento de registro fotográfico utilizado no campo foi a câmera digital do celular Samsung.

As relações estabelecidas nessa fase metodológica de observações empíricas contribuíram para uma realização profícua da fase seguinte de realização das entrevistas com os sujeitos comunicantes surdos.

ENTREVISTAS COM SUJEITOS SURDOS

Entre caminhares, tentativas, obstáculos e ultrapasses⁹⁷ na aproximação com o grupo (sujeitos surdos asugovianos), circunscrevi como universo de interesse da pesquisa os surdos participantes e assíduos

97 Chamamos de ultrapasses as persistências em idas frequentes a Asugov, espera de resolução de impasses internos, investidas em jogos com os associados, participação na pastoral dos surdos, bem como a realização do curso básico de Libras.

da Asugov que fossem membros da Associação e do Facebook Asugov GV⁹⁸. Considerando a repetição presencial dos associados ora as sextas, ora aos domingos e as negativas recebidas de participação nas entrevistas, pude contar com a participação de 12 sujeitos surdos associados à Asugov e ao Facebook Asugov GV nesta fase.

O método de coleta de dados escolhido para a realização desta fase foi a entrevista. Compreendo a entrevista, em diálogo com Minayo (2016), como uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, sempre dentro de uma finalidade voltada para a construção de dados pertinentes à pesquisa. O método foi desenhado para dar conta das especificidades comunicativas do grupo participante da pesquisa. Neste sentido, a principal adaptação foi feita em relação ao processo de realização, no qual contei com o auxílio de uma intérprete habilitada em Libras.

As entrevistas foram realizadas na associação após apresentações e explicações relativas aos objetivos e às implicações da participação na pesquisa, ao teor dos questionamentos e à assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE). As interlocuções guiadas por um roteiro de tipo semiestruturado⁹⁹, edificado em 4 blocos de perguntas que objetivavam colher informações sobre: 1) o perfil socioeconômico dos entrevistados; 2) aspectos da sua trajetória familiar, educacional, religiosa, comunitária, cultural e política; 3) seus vínculos com a Asugov; 4) suas relações com a rede social Facebook Asugov GV.

Realizar entrevistas de modo a propiciar situações de contato, ora formais, ora informais, de forma a provocar um discurso mais ou

98 Disponível em: <https://www.facebook.com/asugov.gv.9>. Acesso em: 10 maio 2021

99 A entrevista semiestruturada foi uma combinação de perguntas fechadas e abertas escolhida pela possibilidade de discorrer sobre o tema estabelecido sem me prender a ordem estabelecida ou ao questionamento *ipsis litteris*, contudo, sem fugir da temática/ ideia nuclear dos questionamentos.

menos livre, mas que atendesse aos objetivos da pesquisa e que fosse significativo no contexto investigado e academicamente relevante, foi uma tarefa complexa. Partindo da premissa de que a entrevista pode ser considerada um processo de interação dialógica entre o(a) entrevistador(a) e o entrevistado(a), uma iniciativa de estabelecimento de relações movidas pela palavra, o momento exigia reflexões sobre como abordar e realizar as interlocuções. Não que as palavras não existissem. Em oralidade e ações sedimentadas pela escrita às quais eu estava acostumada, não existiam. Existia a presença de um relacionamento de caráter ativo, dinâmico e desafiador, por visualidades. Nesse momento valeram-me as aulas do curso básico de Libras que realizei para melhor me habilitar para os desafios comunicativos desta pesquisa e as participações nos diversos momentos na Asugov. A cada movimento comunicacional gestado por visualidades o fiz anotar, considerando-o como significado e significante em correspondência ao conceito estabelecido na Língua Portuguesa, pois “a palavra revela-se, no momento de sua expressão, como o produto da interação viva das forças sociais.” (BAKHTIN, 2004, p.66). Nessa visada, busquei nortear as descrições correspondentes à visualidade expressada como um ato comunicativo que não se restringia apenas a um conceituar simbólico, com sentido acabado e singular, e sim que considerasse o significado referente a uma determinada realidade concreta em condições igualmente reais de comunicação discursiva (BAKHTIN, 2003).

Aproximei-me dos sujeitos surdos com atitude de reconhecimento e valorização de suas histórias, por me identificar, reconhecer e apreciar o outro por suas vivências e experiências, num sentimento de reciprocidade, numa crença de que “todos somos uns para os outros e outros para uns, enquanto há alguma possibilidade de identificação, de reconhecimento” (GARCÍA CANCLINI, 1997, p.24).

OBSERVAÇÕES NOS AMBIENTES DIGITAIS: FACEBOOK ASUGOV GV

Após as entrevistas, fiz uma primeira observação no perfil do Facebook Asugov GV, com uma atenção voltada às participações dos entrevistados. Nessa primeira incursão, constatei poucas participações destes sujeitos naquele perfil. Recorri aos perfis pessoais de cada um deles. Percebi que a maioria dos colaboradores não possuía vida digital ativa. Apenas três dos sujeitos comunicantes surdos possuíam regularidade de atividades na rede social Facebook nos dois ambientes observados. Para entender os usos e apropriações realizados pelos sujeitos surdos no ambiente Facebook Asugov GV seria necessário trabalhar com uma amostra de pessoas que fizessem uso efetivo daqueles ambientes.

As observações nos ambientes digitais Facebook Asugov GV e nos três perfis dos participantes da pesquisa foram realizadas mediante observação, no período de junho de 2018 a junho de 2020. Por questões éticas e características particulares dos sujeitos comunicantes surdos asugovianos, optei por não realizar postagens ou quaisquer manifestações no perfil Asugov GV durante esse lapso temporal.

Com base no questionamento central da tese, desenhei os passos para conduzir a construção das análises dos dados a partir das seguintes dimensões de observação: a) os conteúdos e os recursos comunicativos da Asugov; b) os usos e apropriações dos sujeitos comunicantes surdos daquela página; c) os usos e apropriações realizados por eles em seus perfis pessoais. Considerando perspectivas teórico-metodológicas e epistemológicas que norteiam toda a metodologia, argumento que a flexibilidade e adaptabilidade dos métodos são exercícios necessários para confrontar as problemáticas investigadas no campo da Comunicação. Nesse sentido, a abordagem netnográfica é a realizada para o estudo que envolve

ambientes digitais. A netnografia é uma modalidade de pesquisa caracterizada por ampla variedade de procedimentos fundamentados em pesquisa social (Relações sociais) via internet.

A análise de relações sociais, na perspectiva de Kozinets (2014, p. 52), é “um método analítico que focaliza as estruturas e os padrões de relacionamentos entre atores sociais em uma rede”. Nesse sentido, duas são as principais unidades de análise: “nodos”, conceito que se refere aos atores sociais de uma rede; e “vínculos”, que representam as relações estabelecidas entre esses atores sociais, composta do conjunto de atores ligados por um conjunto de laços relacionais. Os “nodos”, atores sociais que interessam a esta pesquisa, são o perfil do Facebook Asugov GV e os três perfis dos comunicantes surdos, escolhidos dentre o conjunto dos 12 entrevistados, conectados por relação social virtual, compartilhando informações por interesse comuns.

O cenário de pesquisa no contexto digital é protagonizado pelo Perfil Facebook Asugov GV. Este território digital escolhido cria, de certa forma, modos de convívio e de sociabilidade entre seus associados. Utilizo aqui a noção de território digital entendido como desdobramento da construção identitária resultante de sentimentos de posse ou pertença, por parte dos sujeitos surdos que interagem na rede, compondo a multiplicidade de poderes que instituem o caráter do território virtual (HAESBAERT, 2005).

Das observações realizadas tanto na pesquisa exploratória (visitas na rede), quanto na pesquisa sistemática (coleta de dados no Facebook Asugov GV) registro um aspecto relevante: o uso das imagens grafadas em suas diversas possibilidades de escrita¹⁰⁰ foram e são indícios, indicativos de nuances da realidade comunicacional desses atores sociais.

100 Refiro-me ao uso dos *emojis* e *gifs*.

REFLEXÕES FINAIS

O leitor que acompanhou as trilhas percorridas na construção da investigação, em afinidade com a problemática e com a realidade investigada, observa que foi um exercício denso, de apropriações e interpretações, de idas e vindas. Busquei ultrapassar cada obstáculo inevitavelmente surgido. Foram percursos exploratórios, processos de observações na Asugov, entrevistas com os sujeitos surdos e observações nos ambientes digitais, cujo desenho evoca um trabalho artesanal, com suas tramas elaboradas, estruturadas em desenhos manifestados sob diversas formas. Dialoguei, neste sentido, com Charles Wright Mills (1975) para pensar que os exercícios de produção da pesquisa e de reflexão do cientista social constituem um artesanato intelectual (MILLS, 1975). Assim, nas tramas elaboradas, nos desenhos dos percursos, na transmetodologia proposta por Maldonado (2002, 2008), o aporte metodológico foi construído.

Para seguir esta caminhada, quantifiquei as postagens e estabeleci duas categorias de observáveis: as realizadas pelo perfil Asugov GV e as realizadas por associados amigos. Do total de 188 publicações no interregno de 2018 a 2020, 55 foram postagens realizadas pelo perfil Asugov GV e 133 foram postagens realizadas por amigos deste perfil.

Em relação às temáticas das postagens, identifiquei a presença das seguintes: política; saúde; identidade; datas comemorativas; jogos; saúde; violência; religiosidades e relações afetivas. Para além da relativização do grau da surdez, no âmbito digital, o processo comunicacional estabelecido e observado indica a ampliação da participação comunicacional de surdos e ouvintes na rede social Facebook, já que o inconcebível é permanecer no senso comum ser pessoa surda deficiente, e sim, alguém que participa de um grupo cultural e linguístico distinto.

Os ambientes digitais, nos quais se posicionam sujeitos surdos e sociedade, oferecem possibilidades renovadas para estes sujeitos se expressarem, seja em seu caminho educacional, em seus pensamentos políticos, em sua ascensão profissional, em suas aquisições culturais ou em suas reivindicações enquanto cidadãos com direitos.

Sob esta perspectiva, é importante destacar o tecido intersticial, híbrido, visualizado nos processos comunicacionais estabelecidos entre os territórios físico e virtual; entre sujeitos surdos (Asugov) e rede social Facebook Asugov GV. Estes *territórios* não são desconectados, separados, e sim híbridos, como sujeitos comunicantes nos processos comunicacionais e midiáticos vinculados à Asugov e aos seus “usos e apropriações” realizados na rede social.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**: problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. São Paulo: Editora 34, 2004.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: MALDONADO, A. E. *et al.* (Orgs.). **Metodologias da pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011.

BONITO, Marco. **Processos da comunicação digital deficiente e invisível**: mediações, usos e apropriações dos conteúdos digitais pelas pessoas com deficiência visual no Brasil. 2015. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2015. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4834>. Acesso em: 17 nov. 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação, cartas pedagógicas e outros escritos**. São Paulo. Editora Unesp, 2000.

GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Culturas híbridas**: estratégias para entrar e sair da modernidade. São Paulo: EDUSP, 1997.

HAESBAERT, Rogério Costa. Da desterritorialização à multiterritorialidade. *In*: Congresso de Geógrafos da América Latina, 2005, São Paulo. **Anais** [...]. São Paulo: USP, 2005. Disponível em: http://www.planificacion.geoamerica.org/textos/haesbaert_multi.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020.

KOZINETS, Robert V. **Netnografia**: Realizando pesquisa etnográfica online. Porto Alegre: Penso, 2014.

MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção. A perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, v. 9, p.1-15, 2002. Disponível em: www.uff.br/mestcii/efendy2.htm. Acesso em: 14 jul. 2018.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: desafios na prática investigativa. João Pessoa: Editora Universitária da UFPB, 2008. p.27-54.

MALDONADO, Alberto Efendy. Epistemologia, investigação e formação científica em comunicação. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; MÁXIMO, Maria; LACERDA, Juciano de Sousa; BIANCHI, Graziela. (Orgs.). **A transmetodologia no contexto latino-americano**. Rio do Sul: UNIDAVI, 2012.

MALDONADO, Alberto Efendy. Pensar os processos sociocomunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. *In*: BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do. (Orgs.). **Processualidades metodológicas configurações transformadoras em Comunicação**. Florianópolis: Insular, 2013. p.87-104.

MINAYO, Maria Cecília Minayo; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu Gomes. **Pesquisa Social**: Teoria, método e criatividade. Petrópolis, RJ: Vozes, 2016.

PERUZZO, Cicilia Maria Krohling. Em busca dos objetos de pesquisa em comunicação no Brasil. *In*: WEBER, Maria Helena *et al.* **Tensões e objetos**: da pesquisa em comunicação. Porto Alegre: Sulina, 2002. p.52-72.

PORTO, Helânia Thomazine. **Processos comunicacionais, digitais, identitários e cidadãos**: Pataxós em “territórios” de resistências e de utopias. 2019. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/8696>. Acesso em: 15 maio 2020.

ROSA, Emiliania Faria. **Educação de surdos e inclusão:** caminhos e perspectivas atuais. Reflexão e Ação, v. 19, n. 2, p. 146-157, 5 jul. 2011. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.17058/rea.v19i2.2132>. Acesso em: 29 maio 2020.

SACKS, Oliver. **Vendo Vozes:** uma Jornada pelo Mundo dos Surdos. Rio de Janeiro: Companhia de Bolso, 2010.

SKLIAR, Carlos. **A surdez:** um olhar sobre as diferenças. Porto Alegre: Mediação, 2016.

STROBEL, Karin. **As imagens do outro sobre a cultura surda.** 4. ed. Florianópolis: editora UFSC, 2013.

13

Paulo Júnior Melo da Luz
Renata Cardoso de Almeida
Vitória Brito Santos

**CONHECIMENTOS
COMPARTILHADOS
NA EXPERIÊNCIA:**
a construção de uma metodologia
dos afetos

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.13

INTRODUÇÃO

A história de vida é construída na trajetória de vivências das pessoas e, por isso, não se faz sozinha. Mesmo que as subjetividades sejam únicas e as sujeitas e os sujeitos mantenham suas percepções individuais, o trajeto é social e coletivo, constituindo um conhecimento que é compartilhado. A proposta que trazemos aqui é de refletir sobre o que chamaremos de uma *metodologia dos afetos* a partir de experiências científicas compartilhadas. Nosso texto objetiva explorar, com essa *metodologia dos afetos*, uma forma de entender como as experiências pessoais e coletivas constituem as produções acadêmicas. Refletimos com Francisco Karam (2014, p. 29) que:

O reconhecimento do indivíduo é o reconhecimento da multiplicidade de indivíduos que, embora diferenciados entre si, possuem uma inseparável conexão com a totalidade social, da qual devem se apropriar para afirmar tanto a sua singularidade quanto a particularidade que carregam, seja cultural, social ou política. O reconhecimento público dessa diversidade é o reconhecimento da diversidade dos outros.

Acreditamos que reconhecer a importância e a influência dos *afetos* enquanto formadores das nossas identidades e, por conseguinte, dos trabalhos desenvolvidos, não significa negar a cientificidade, a criticidade ou a qualidade das reflexões propostas, uma vez que eles são uma dimensão componente de nossa condição de pesquisador e de nosso modo de entender o mundo. Além disso, reconhecer os afetos como dimensão constituinte da vida do pesquisador e de sua prática é um exercício salutar de reflexão epistemológica (BACHELARD, 1971).

Partindo do pressuposto de que o pesquisador ou a pesquisadora não está separado do social e é constantemente atravessado ou atravessada por suas vivências (BONIN, 2011), propomos realizar um processo reflexivo sobre a importância das escolhas que fizemos

no campo da ciência. Fazer Iniciação Científica (IC), como tivemos oportunidade de realizar, não é um caminho comum entre os e as estudantes que ingressam nos cursos de graduação. Os estágios em setores da instituição voltados para o mercado de trabalho no qual o curso está inserido geralmente pagam mais, têm mais visibilidade e são mais valorizados para quem busca inserção em empresas após a universidade. No caso da comunicação (sendo as autoras e o autor deste texto estudantes de Jornalismo à época em que fizeram IC), a busca por trabalho costuma se dar em agências de comunicação, jornais, grupos editoriais, televisões e rádios.

Não foi o caminho mais comum o que resolvemos trilhar. No início da graduação, começamos uma trajetória como bolsistas de IC no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (PPGCC) da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS). Foi no terceiro andar do atual prédio D da instituição que nossa história sobre *afetos* entrelaçados à academia começou. Agora, quando escrevemos esse texto, já se passaram 10 anos da primeira vez em que estivemos juntos. Foi na sala do grupo de Pesquisa Processocom que aprendemos sobre pesquisa e sobre escolhas, e foi lá, principalmente, que entendemos o quanto pensar afetivamente era de suma importância.

Os processos metodológicos começaram a ser pensados por nós no acolhimento desse grupo de pesquisa. A partir dos contatos que nele fizemos, construímos as bases acadêmicas para entender que aquele caminho conjunto era parte da *transmetodologia* que nós, autor e autoras, construiríamos em nossos trabalhos futuramente.

Em nossa formação, o professor Efendy Maldonado é uma das principais referências. Com ele aprendemos, entre outros ensinamentos, sobre a importância de, na lógica *transmetodológica*, mudarmos as condições de produção da ciência, já que “no sistema atual, muitos talentos e possibilidades de avanço do conhecimento são perdidos pela atuação conservadora da tecnoburocracia institucional”. (2013, p. 47).

Deste modo, olhamos com mais atenção para as relações interpessoais que se dão dentro da academia; pensamos também que, na ciência, as histórias de vida e a bagagem de cada um e de cada uma precisam ser colocadas como prioridade para o fortalecimento de um processo acadêmico mais humano e inclusivo.

Maldonado (2013, p. 47) também ensina que “os jovens cientistas brasileiros e latino-americanos precisam cultivar saberes éticos/políticos/filosóficos/socioculturais que respondam às urgentes demandas de transformação das suas sociedades”. Para que isso seja possível pensamos que, além de uma formação integral dos sujeitos e das sujeitas, esses e essas jovens precisam de compreensão e acolhimento nos processos – que não raras vezes são academicistas, selvagens e podem levar ao adoecimento.

Entre os múltiplos processos pelos quais passamos juntas ao longo desses anos que nos conectamos após a inserção no espaço acadêmico, adoecemos, nos curamos, começamos e finalizamos ciclos, mas sempre estivemos presentes nas vidas uns de outros. Foi essa presença que permitiu construir reflexões profundas sobre nossas existências que afetaram nossos processos investigativos e de escrita e se tornaram parte das pesquisas que realizamos.

Para pensar essas processualidades, em um primeiro momento retomamos a importância de se deixar ser afetado pelas experiências vividas e como a *transmetodologia* nos auxiliou no entendimento sobre nossas escolhas. Num segundo momento partilhamos um pouco das nossas histórias de vida e do nosso percurso acadêmico até então. Finalmente, realizamos uma retomada das premissas da *transmetodologia* que embasaram nossa proposta para refletir que, se a pesquisa demanda de cada pesquisador/a a construção de uma metodologia própria, ela é *afetada* pelas partilhas com a alteridade de modo a incluir outras existências dentro de uma autoria.

SER AFETADO OU AFETADA: COMPARTILHANDO EXPERIÊNCIAS

A *transmetodologia*, como opção epistemológica, está presente em nossos trabalhos desde o início da formação acadêmica quando, ainda na graduação, ingressamos no grupo de Pesquisa Processocom e tivemos contato com as processualidades metodológicas desenvolvidas pelos e pelas integrantes do coletivo. Partimos da concepção de olhares, trilhas e processos nos quais a *transmetodologia* é mais do que um conceito, caminho metodológico ou capítulo explicativo sobre os passos dados na pesquisa. Ela é uma perspectiva epistemológica que inclui várias dimensões e se materializa também como uma configuração na forma de pensar-sentindo¹⁰¹ que serve como guia para nossas reflexões teórico-epistêmicas, assim como um embasamento para as nossas experimentações e ideias no decorrer das investigações, a fim de dar conta das problemáticas colocadas como importantes a serem investigadas.

Bonin (2011, p. 37) nos lembra que a construção da pesquisa exige não negligenciar a dimensão da metodologia, pois ela é uma dimensão crucial na produção do conhecimento e, de forma “consciente ou não, o pesquisador, ao iniciar um processo de pesquisa, trabalha concepções de método, tanto num nível mais geral (teorias do conhecimento, do método científico) quanto em níveis mais específicos da sua construção (teorias dos métodos de observação, de descrição, etc.)”. Assim, pudemos vivenciar na prática, ao longo dos anos, que optar pela vertente *transmetodológica* coloca sujeitos e sujeitas, sejam pesquisadores e pesquisadoras ou colaboradores e colaboradoras da investigação, no centro das atenções. Isso nos levou a perceber que, assim como a noção de recepção denota uma falsa sensação de pessoas sem senso crítico, no caso apenas “receptoras”, pensar que pesquisadores

101 “Termo e ideias do pensador Simón Rodríguez (1769-1854), que coloca que um pesquisador não pode usar o pensamento para justificar subjugação e opressão, que é sempre preciso pensar sobre outras bases. É preciso pensar sentindo, que seria pensar uma realidade de liberdade para todos os que ‘habitam estes solos’”. (SANTOS, 2022, p.46)

e pesquisadoras são pessoas estéreis de *afetos* – e que eles e elas não influenciam no modo como fazemos ciência – é igualmente enganoso.

Efendy Maldonado (2013, p. 217, grifo do autor) coloca que “a *práxis científica* exige realizar pesquisas concretas, problematizadas em profundo vínculo com o real, situando tanto o teórico quanto o empírico como problema a construir e não como repetição de fórmulas ou preceitos generalistas e vácuos”. Deste modo, *práxis* teórico-metodológicas para a construção das nossas pesquisas perpassam a estrutura básica de uma investigação acadêmica, incluindo pesquisa da pesquisa, pesquisa teórica e conceitual, pesquisa metodológica, pesquisas empíricas exploratória e sistemática e análise.

Gostaríamos também de lembrar que a realização de uma pesquisa é um ato político e, inevitavelmente, pessoal. E vamos além: não acreditamos que esquemas prontos possam dar conta de um processo tão complexo e cheio de imbricações como os processos de significação que as pessoas engendram em suas relações comunicacionais, midiáticas e sociais. É preciso ter em mente que estes processos e os sujeitos e as sujeitas são complexos e complexas, demandando empenho construtivo para dar conta das variadas lentes pelas quais podemos observar os fenômenos.

Maldonado (2013) faz referência a dez premissas¹⁰² que precisamos levar em consideração quando estamos estruturando uma investigação. Destacamos, inicialmente, a primeira e a segunda premissa, que nos colocam a importância de olhar ao ou a Outre, de lembrarmos que ao fazer pesquisa estamos sempre lidando com seres e “[...] as ações estratégicas devem estar orientadas para o bem comum, controlando a lógica do *lucro fundamentalista*”. (MALDONADO, 2013, p. 40,

102 O autor (2013, p. 39) trabalha a partir da construção de que os desafios epistemológicos e metodológicos atuais demandam aprofundamento *transmetodológico* e, deste modo, surge a necessidade de pensar premissas que norteiem esse processo já que “não é possível investigar problemas multidimensionais a partir de lógicas excludentes ou totalizantes. É necessário observar e experimentar em perspectivas multifocais. O olhar Logocêntrico, unidimensional, especulativo ou pragmático torna-se redutor, retórico, vazio”. Sobre as 10 premissas, Maldonado (2013) cf.

grifo do autor). Precisamos estar cientes de que não podemos explorar a natureza e, ou as pessoas, mas conhecer com elas para benefícios múltiplos, para um reconhecimento do mundo e para contribuir com sua transformação, de forma multilética¹⁰³ e não instrumental, já que “todas as sociedades necessitam configurar-se, em especial as mais críticas, de modo tolerante, sábio, dialógico, democrático, solidário e artístico”. (MALDONADO, 2013, p. 41).

Nesse sentido, percebemos desde nossas primeiras experiências a importância dos *afetos*, do respeito, do cuidado com Outre, tanto na teoria quanto na vida prática. Entendemos ser mais do que necessário pensar afetivamente, especialmente quando falamos de pesquisa em Ciências Humanas e Sociais. Construir a metodologia com e a partir do *afeto* ajuda a descentralizar a pesquisa de objetivos mecanicistas e techno-burocráticos, porque ela se interessa pela vida que, apesar de estar envolta por essas dimensões, transcende esses aspectos.

Imagem 1 – Pensar afetivamente



Nota: Da esq. para a dir. Profa. Jiani Bonin, Prof. Efendy Maldonado, Maytê Pires, Renata Cardoso, Vitória Santos e Júnior da Luz, em março de 2014 na Sala do Processocom.

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

103 Nas definições de Maldonado (2013, p. 41) multilética refere-se “à compreensão de processos, fenômenos, e práxis de inter-relacionamentos dialéticos múltiplos, que expressam a densidade e a riqueza do concreto em movimento”.

Mais do que utilizar distintas metodologias que confluem para uma abordagem mais profunda de nossos objetos de pesquisa, a *transmetodologia* pressupõe a capacidade de problematizar e observar o objeto por diferentes prismas, levando em consideração seus diversos aspectos. Ela possibilita entender que cada passo dado é importante e deve ser refletido, problematizado, embasado e teorizado. Trata-se de uma forma de enxergar toda a processualidade do trajeto científico, incluindo os *afetos*.

Essa atitude de comprometimento com o fazer ciência também está ancorada em experiências diversas (incluindo as mais variadas, como viagens, apresentações artísticas, congressos, poesias, músicas, saberes populares e tantas outras possibilidades) que ajudam a compreender o mundo de uma forma mais integral e humana. Trata-se de uma reflexão sobre como construir, em qual cenário, quais as perspectivas e quais as possibilidades, mas sem esquecer de quem somos, das nossas bagagens e de quem nos acompanha nesse trajeto. O transmetodológico, nessa proposta epistêmica, nutre-se da vida, da experiência, das culturas, do mundo concreto. Situa-se longe das correntes especulativas abstratas e formais, propondo uma multilética que mescla *práxis* teórica e empírica no processo heurístico das descobertas, e construções de conhecimento (nona premissa da *Transmetodologia*) (MALDONADO, 2013).

Assim, integrar-se a um grupo permite, entre outras experiências, socializar saberes, dialogar e encontrar novas possibilidades *(trans)metodológicas* de conhecer e de viver. Por mais que o coletivo se conecte por afinidades, há também divergências e pluralidades de ideias que, quando se cruzam, potencializam a construção do conhecimento. O pesquisador e as duas pesquisadoras que escrevem esse texto participam de uma rede de apoio comum, amparada e conectada pelo grupo de pesquisa Processocom. Mesmo que suas trajetórias acadêmicas individuais tenham começado pelo vínculo com o grupo, a amizade e o *afeto* entre esses sujeitos possibilitou uma experiência de vida que colabora nas trilhas metodológicas de suas pesquisas.

Vitória, de nós três, foi a primeira a ingressar no grupo, como bolsista de IC vinculada à pesquisa da professora Jiani Bonin, no final de 2011. Júnior recebeu a bolsa de IC logo depois, em 2012, também sendo orientado pela professora Jiani. Já Renata iniciou o trabalho em 2013, sob orientação do professor Efendy Maldonado. A sala dos professores é compartilhada e, portanto, as trocas – e convivências – entre o estudante e as estudantes se davam no mesmo espaço, não por acaso batizado de “Laboratório de Experimentações Metodológicas”.

A relação de trabalho conjunto permitiu a descoberta de afinidades que, para além do *afeto*, colaboraram na construção e no desenvolvimento de projetos conjuntos. Após o período de Iniciação Científica, em que todos desenvolveram trabalhos, textos, conteúdos, eventos e viagens juntas, também perduraram os *afetos* e trocas nos demais cenários em que ocuparam. Vitória foi a primeira a graduar-se, em Pedagogia, pela UFPel. Júnior o segundo, em Jornalismo, pela Unisinos. E, por fim, Renata também em Jornalismo, pela Unisinos.

As trocas começaram por meio do trabalho, mas se expandiram para o mundo da vida. As ideias foram se conectando sem estarem exatamente atentas à metodologia, mas ao fim de cada processo é possível identificar as presenças de uns e de outros em suas pesquisas e trabalhos finais. Júnior e Vitória ingressaram no mestrado em 2016, na Unisinos e na Universidade Feevale, respectivamente. Enquanto Júnior integra o PPGCC na linha de pesquisa “Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação”, Vitória está no Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, na linha de Linguagens e Tecnologias. Renata ingressou no mestrado em 2018, também na Unisinos e na mesma linha de pesquisa de Júnior.

A pesquisa de Vitória está ligada à temática do *Casamento de Crianças no Brasil*; a de Júnior se direcionou, no mestrado, as inter-relações entre as identidades culturais de mulheres latinas e a recepção televisiva de séries; e a de Renata à construção das identidades femininas negras. Ingressando no Doutorado em 2018, Vitória seguiu sua

pesquisa aprofundando a temática e ampliando o escopo investigativo para a construção de identidade infantil e a correntezia da cultura; Júnior mudou sua trajetória adensando a pesquisa de gênero e dialogando com mulheres trans e travestis, a fim de pensar uma cidadania trans-comunicativa. Renata, apesar de não seguir (ainda) no Doutorado, permanece sendo ativa no grupo de pesquisa e é referência e apoio, uma vez que frequentemente conversamos sobre os trabalhos oferecendo, em cada situação, nossos diferentes pontos de vista uns a outros.

Muitas vezes, foram as leituras de textos uns de outros que permitiram a reflexão de outros percursos metodológicos possíveis, bem como a identificação de potencialidades e, ou necessidade de reestruturação das pesquisas. Os diálogos sobre as pesquisas (até mesmo em momentos de “ócio criativo”) fizeram com que um ou uma estivesse presente na construção epistêmica de outro, até mesmo porque a pesquisa é coletiva, construída a partir de leituras e compreensões possíveis apenas a partir de olhares múltiplos, que nos deslocam das zonas de conforto e das limitações ideológicas. Várias vezes nos pegamos, em momentos de lazer, questionando ao colega: “Mas quais são os teus objetivos mesmo? Tu achas que esse caminho é o melhor?” ou “Como foi a tua pesquisa exploratória?”. A partir das provocações, horas de conversa se passavam, angústias eram compartilhadas e novos caminhos traçados. É simplesmente impossível, para nós, pensar que nossos trabalhos seriam os mesmos sem tais diálogos, críticas e ideias.

CRUZANDO VIDAS E EXPERIÊNCIAS

A pesquisa que pulsa vida e trabalha com sujeitos precisa ser acolhida com *afeto* para se fazer também nele. Compreender as múltiplas dimensões de vida a partir das experiências reais de amizades e vínculos, interesses comuns de pesquisa, gera potências únicas para a

investigação. As duas pesquisadoras e o pesquisador provêm de situações diferentes de vida, nascidos em locais distintos e com experiências sociais relevantes que colaboraram nas suas compreensões identitárias como sujeitos, o que também acrescenta, em muito, as partilhas acadêmicas. Vitória é uma mulher negra, nascida em São Francisco de Paula, cidade pequena com pouco mais de 20 mil habitantes situada na Serra Gaúcha. Júnior é um homem branco gay, nascido em Sapiranga, cidade com cerca de 80 mil habitantes no Vale dos Sinos. Renata é uma mulher branca, nascida em Alvorada, cidade periférica¹⁰⁴ vizinha de Porto Alegre. Tódes fazem parte de famílias de classe média baixa e tiveram acesso à Universidade por meio de bolsas ou auxílio do governo/institucional, sendo que Vitória se graduou em universidade pública.

As experiências de vida e criação impactaram em suas visões de mundo assim como as trocas quase diárias permitiram uma ampliação de horizontes do grupo. Sem o carinho, a dimensão do sensível e o amor genuíno, não seriam possíveis a empatia, o olhar compassivo e a vontade de compreensão de outre, que desloca a pessoa para um espaço de escuta, atenção e vontade de construção conjunta e colaborativa. A vivência de Vitória enquanto mulher negra impacta a pesquisa de Renata, por exemplo, a partir de uma leitura empírica que possibilita sensibilizar suas próprias percepções. Vitória e Renata, enquanto mulheres cisgêneras, auxiliam Júnior no deslocamento da pesquisa de gênero, que abraça a questão trans e travesti, aprofundando essa percepção *(trans)metodológica*. Júnior e Renata, por terem vindo da área da comunicação, auxiliam a pensar a noção de correnteza da cultura debatida por Vitória e suas experiências de infância, atravessadas por contextos e vivências plurais como a infância em local violento ou a experiência de construção de identidade infantil homossexual, auxiliam-na a compreender classe e gênero com mais densidade.

104 De acordo com o Atlas da Violência de 2019, os maiores índices relativos e absolutos de violência letal no Rio Grande do Sul se concentravam em municípios da região metropolitana da capital, como Alvorada (112,6), Gravataí (60,0), Viamão (51,6), Porto Alegre (47,0) e Sapucaia do Sul (40,8).

Não poderíamos deixar de considerar uma pessoa muito importante, que auxilia afetivamente a dar sentido à construção dessa constelação, Maytê Ramos Pires, que chegou ao Processo com antes de nós três. Ela ingressou na IC no início de 2011 e, após o Mestrado concluído em 2017, não está mais diretamente ligada ao ambiente acadêmico. Mas ela continua interligada a nossas pesquisas, através das leituras e correções que faz dos nossos textos, das trocas e dos *afetos* em todos os momentos em que precisamos de conselhos e de orientação. Está presente também na nossa vida pessoal para além da academia. Maytê é como um eixo que conecta nossas subjetividades científicas porque, desde suas sabedorias e sensibilidades, constrói o *afeto* coletivo que permeia nossas metodologias. Suas contribuições hoje partem do vínculo *afetivo*, mas historicamente estão perpassadas pela relação acadêmica, ou seja, ela é, dentre outros aspectos, uma materialização do aspecto transmetodológico investigativo, que se funda nas co-construções entre a teoria e a empiria, os mundos da academia e da vida.

Imagem 2 – Afetividade cotidiana



Nota: Da esquerda para a direita Rê, May Vita e Jú – Banca de defesa de dissertação da Maytê em março de 2017.

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Imagem 3 – Momentos afetivos



Da esquerda para a direita Rê, May, Vita e Jú – Atividade comemorativa dos 15 anos do Processocom, no saguão da biblioteca da Unisinos em agosto de 2017.

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

A *transmetodologia*, aliás, baseia-se nessa confluência de métodos, que partem de diversas áreas e vertentes para a criação de algo específico para o problema da pesquisa. Além da construção teórico-metodológica e das imersões empíricas das dissertações ou teses, a imersão de vida compartilhada permite deslocar a construção metodológica vivida para um espaço de acolhimento, das amizades e partilhas sinceras, na qual não há receio de errar e experimentar, pelo contrário, existe a vontade de expor e contar para escutar e melhorar.

Acreditamos, portanto, no fazer ciência também como uma forma de construção de identidades que constituem cientistas e que isso é refletido em cada trabalho. Afinal, ser tocado pela realidade, seja aquela experimentada pelo pesquisador ou pela pesquisadora quando em interlocução com outros sujeitos comunicantes, seja a vivida durante

todo o processo, potencializa a tecelagem¹⁰⁵ das ideias em múltiplas dimensões. Nesse contexto, o *afeto* é fundamental para a produção de conhecimentos que sejam, de fato, relevantes para a sociedade. Não é possível separar um trabalho artesanal/científico da vida de seu criador ou sua criadora, pois quem trabalha intelectualmente forma seu próprio eu à medida em que aperfeiçoa seu ofício, como refletia Mills (1975). Ninguém pode se despir de seus valores ou deixar de ser impactado pelas trocas, pelas conversas, pelos conselhos, para realizar qualquer tipo de trabalho. Isso está longe de significar abrir mão do senso crítico, muito pelo contrário: é reconhecer-se sempre aprendiz, conhecendo as próprias limitações e aproveitando as vivências pessoais sem perder o caráter reflexivo, assim como a capacidade de duvidar e de discordar.

Assim como a comunicação não é um campo isolado das demais dimensões sociais, mas está profundamente imbricada nelas e atua para engendrar significados, os/as pesquisadores/as também não são seres estéreis de subjetividades. Nesse sentido, as amizades, os grupos de pesquisa, as pessoas com quem as ideias são discutidas são componentes importantes da construção científica que ganha, deste modo, um lastro coletivo.

UMA METODOLOGIA DOS AFETOS

Para pensar a construção de uma *metodologia dos afetos*, voltamos também à décima premissa da *transmetodologia*, que nos lembra que nenhum cientista se forma em uma “cadeia de produção massiva”, perspectiva infelizmente ainda presente no campo científico (MALDONADO, 2013, p. 46, grifo do autor). A “cadeia de produção massiva” só tem levado ao adoecimento, conforme podemos ver em investigações sobre a saúde mental de estudantes de pós-graduação. Pesquisas

105 Trabalhamos com a ideia de artesanato intelectual de acordo com a proposta de Charles Mills, cf.

recentes indicam que um terço de estudantes de pós-graduação sofre de depressão ou de ansiedade¹⁰⁶. Temos seis vezes mais chances de desenvolver esses sintomas do que a população em geral. Os prazos, a falta de incentivo governamental e, por vezes, também familiar, a cobrança por publicações, as métricas dos relatórios, o relacionamento com o orientador ou a orientadora, a dinâmica da instituição e o convívio com os e as colegas contribuem para esse índice, segundo pesquisa divulgada em 2020 na revista Nature¹⁰⁷.

Quando pensamos em nossa história de vida e em nossos processos acadêmicos, um ponto de equilíbrio sempre foi nosso encontro. Foi ter com quem compartilhar os anseios, as conquistas e os fracassos. É por este motivo que escrevemos esse texto em conjunto, para pensar no que estamos chamando de *metodologia dos afetos*. Estes *afetos* nos acolheram em momentos de instabilidade, de desespero, situações que experimentamos com mais reflexão e discernimento, diferente do que apontam estatísticas e acompanhamos com outros colegas. O pesquisador Henry Wallon traz, em seu livro sobre a psicologia genética, a importância dos *afetos* nos momentos de aprendizagem, já que todas as atitudes humanas acabam por serem permeadas pelo *afeto* e influenciam nas decisões a serem tomadas. Para Wallon (2000), precisamos dar importância para a afetividade e para as nossas vivências.

O que refletimos aqui está além da ideia de entender os sujeitos e as sujeitas como partícipes da pesquisa, de exercitar a empatia, de se colocar no lugar de Outre. Pensamos, nesse momento, na construção do pesquisador e da pesquisadora, no que forma as nossas identidades enquanto acadêmicos, em como nos constituímos enquanto sujeitos e sujeitas múltiplos/as e plurais e na forma como os afetos participam destes processos. Refletimos sobre o que sustenta as nossas escolhas, o

106 Disponível em: <https://www.metropoles.com/saude/um-terco-dos-alunos-de-pos-graduacao-tem-depressao-ou-ansiedade>. Acesso em: 13 ago. 2021.

107 Disponível em: <https://www.nature.com/articles/d41586-018-03803-3>. Acesso em: 13 ago. 2021.

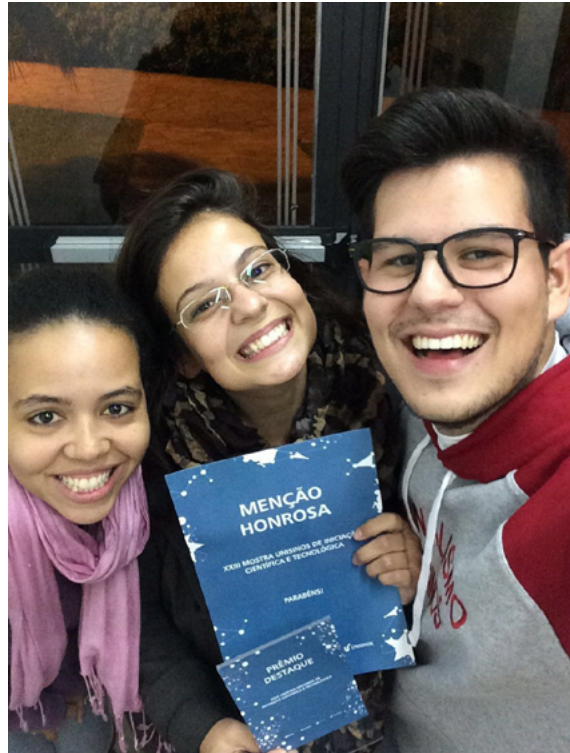
que nos ancora em nossas relações na academia e para além dela, e isso faz parte do que refletimos como *metodologia dos afetos*.

Conforme já narrado, nossas identidades foram construídas de formas diferentes. Do ponto de vista interseccional, nossas encruzilhadas se dão em formatos diversos (AKOTIRENE, 2019), mas se entrecruzam quando nos encontramos na academia. A partir deste ponto, estamos uns na vida de outros dando novos significados a cada um dos marcadores sociais que constituíram nossas vidas.

Quando nos propomos a pensar que para viver no ambiente acadêmico e construir pesquisas precisamos estar sustentados em mais do que questões epistemológicas, teóricas e metodológicas é por lembrarmos o quanto a academia pode ser solitária e o quanto a busca pela excelência pode fazer com que esqueçamos as coisas que são realmente importantes, inclusive academicamente. Contar nossa história de vida e como os *afetos* nos ajudaram a chegar até este momento é também resgatar um processo, em uma narrativa que nos convida a interpretar e reinterpretar um passado que muitas vezes nos escapa. Afinal, “[...] os eventos não só acontecem por conta de todas as coisas que o indivíduo vive, mas sim, por conta de determinados acontecimentos e dos significados que estes adquirem no decorrer do tempo”. (LIMA, 2014, p. 15).

Nesse cenário tão complexo e de múltiplas pressões, poucas coisas são mais incentivadoras durante a apresentação de um trabalho, por exemplo, do que o olhar atento e carinhoso das pessoas que conhecem nossa trajetória, que sabem das nossas renúncias e dos nossos esforços para chegar até aquele momento. Uma avaliação afetiva, com o intuito de colaborar na construção dos projetos e da formação do pesquisador ou da pesquisadora é, também, uma processualidade metodológica profunda e profícua, que transforma direcionamentos, opções e delineamentos teórico-metodológicos.

Imagem 4 – Momentos de afeto



Nota: Da esquerda para a direita Vitória, Renata e Júnior na Premiação acadêmica da Mostra de Iniciação Científica da Unisinos em 2016.

Fonte: Acervo Pessoal, 2021.

Ter com quem compartilhar a trilha acadêmica é como ter uma “pré-banca” afetuosa, que aponta possibilidades de melhoria, sinaliza os desvios e reconhece os avanços. Acreditamos ser transformadora essa construção – da pesquisa e de pesquisadores e pesquisadoras – tendo como alicerce os *afetos*, e isso está refletido em nossos trabalhos. Se a ciência que desejamos é aquela mais respeitosa e plural, se queremos construir um aprendizado comprometido e não alienante, se queremos que a academia não seja mais esse ambiente que faz adoecer

precisamos, entre outras coisas, reconhecer e legitimar a importância dos *afetos* nas nossas vidas acadêmicas e nas nossas pesquisas.

Assim como o pessoal é político, a resistência científica através do *afeto* também o é. Longe do caráter frio, impessoal e duro da pesquisa, buscamos uma forma de trabalho que valorize as multiplicidades de pensamento, que quando confluem se tornam mais potentes. Esse pensamento metodológico não é mero diálogo ou costura entre autores e autoras, mas uma genuína potência colaborativa que se permite afetar por Outre para tornar a pesquisa mais aprofundada e mais humana.

Pensamos que o impacto de nossas contribuições às ciências é mais forte quando há conexão e sensibilidade, interesse por transformação social e política. Assim, o ato da escrita a três e de pensar o *afeto* como uma importante dimensão metodológica é um passo em direção à virada científica que valorize os saberes tecidos na multiplicidade a partir da amorosidade, necessário para um olhar transmetodológico, solidário e de cidadania científica.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

“A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca.” (LARROSA, 2002, p. 21).

Fazer pesquisa é também um processo de crescimento pessoal, que nos modifica em muitos níveis da vida. Apesar de nossas vivências e escolhas terem se constituído em territórios diversos, o marcador social de ser um acadêmico ou uma acadêmica foi e é vivenciado por todos de formas diferentes, mas que afetaram aos demais marcadores sociais aos quais estivemos sempre assujeitado e assujeitadas. A construção da nossa identidade é complexa e podemos entendê-la como uma constelação de múltiplas dimensões. (LIMA, 2014).

Ademais, gostaríamos de frisar que a academia pode ser nutrida e constituída por *afetos*. Isso não invalida, de forma alguma, o rigor científico com o qual realizamos nossas pesquisas. Ter uma boa relação com o orientador ou a orientadora, com os e as colegas e com os e as integrantes dos grupos de pesquisa dos quais fazemos parte nos fortalece e às nossas investigações.

Nossa proposta nesse texto foi pensar a *metodologia dos afetos* não como algo pronto, muito menos tentar elaborar um novo conceito, já finalizado. De forma ensaística, problematizamos o quanto é necessário trazer à pauta científica a discussão sobre o valor das relações humanas para a metodologia investigativa, o quanto o amor é basilar para gerar conhecimento genuíno, interessado em algo que modifique a sociedade, levando em conta as dimensões sensíveis e vitais.

Ao problematizarmos essas questões na dimensão metodológica de nossas investigações, percebemos a materialização daquilo que Brandão (2014) reflete sobre a necessidade de trazerem perspectivas de solidariedade à educação, à pesquisa e à experiência humana. Quando nos tornamos cooperativos, não apenas olhamos o “eu” que investiga, mas o “nós” que participa dessa investigação, percebemos que o outro me salva, me faz e cria em mim, também, quem eu sou (BRANDÃO, 2014). Além dos fundamentos e das bases teóricas necessárias à compreensão dos fenômenos pesquisados, a confluência e a confrontação epistemológica realizada nos afetos nos permitem complexificar os olhares.

Desenvolvendo a metodologia dos afetos, nos damos conta de que rompemos as fronteiras do “eu” para encontrar as viagens fecundas entre o “nós”, porque talvez não exista um “eu-mesmo” fora do “nós-outros”, como afirma Brandão (2014). Afinal, aqueles e aquelas que amamos, por quem nutrimos o afeto, também nos auxiliam a trilhar o caminho, a realizar escolhas, trajetões empíricas e de encontros de subjetividades que, em conjunto, se tornam uma fonte original de saber e de construção de conhecimento.

Não vemos a vida acadêmica como um emaranhado de situações imprecisas, mas sim como uma dimensão complexa composta, entre outros aspectos, por escolhas. Assim como na metodologia, precisamos elaborar caminhos que vão se modificando ao longo do percurso. O trajeto que promoveu nosso encontro foi decisivo para nossas pesquisas. No cruzamento de nossas afinidades, o *afeto* se construiu e se constituiu como elemento fundamental para a continuidade, a fecundidade e sanidade da investigação. É por isso que a *metodologia dos afetos* precisa ser pensada dentro da pesquisa, porque é um eixo vivencial e de configuração e estabilidade emocional necessário à constituição (*trans*)*metodológica* contínua de pesquisadores e pesquisadoras.

Já falamos que as escolhas que fazemos ao longo do percurso existencial e acadêmico que nos constituem, ou seja, mesmo em períodos dolorosos ou de dificuldades no fazer investigativo, a escolha do afeto é um manifesto, um ato da nossa capacidade de agência, de Ser e agir sobre e com Outro. Essa ação promove a prática de educação libertadora, já proposta também por Paulo Freire (2001), que permite nos encontrarmos em conexão, amar e trabalhar pela sociedade a partir de nossos espaços de investigação.

Pensando em diálogo com Erich Fromm (1983), vemos o quanto podemos lidar com nossos pensamentos e sentimentos, analisando-os a partir da convivência, do amor e da fraternidade, da amizade e do afeto, para nos libertarmos. Perdemos o medo de encontrar nossa liberdade teórico-metodológica manifestando em nossas pesquisas a vontade de tomar partido das problemáticas que nos afetam, por mais dolorosos e intensos que sejam os processos quando lidamos com aquilo que nos toca pessoalmente.

O conhecimento que geramos em conjunto, a partir dessa metodologia dos afetos, gera uma ação efetiva em relação ao coletivo. Afinal, quando temos noção de nossas particularidades e sabemos porque agimos de determinada forma em cada situação, podemos

desenvolver melhor nossas agências e potencialidades. Promovemos um encontro e uma valorização de nós mesmos, singular e coletivamente. Permitimo-nos ser contraditórios, entendendo que o erro ensina e que dentro de nós existe mais de um ser, múltiplas capacidades que se interconectam em um corpo em contato com outros.

Enquanto não formos capazes de entender as nossas subjetividades e como o nosso eu dialoga com Outros, não poderemos ser livres.¹⁰⁸ Por isso, frente a um período sombrio, é fundamental que dialoguemos, desde nossos espaços de cidadania acadêmica, que ofereçamos contribuições críticas e reflexivas em casa, na universidade, nos bares ou eventos que participamos juntas, fortalecendo os vínculos.

Ao encontrarmos nossa liberdade (para pensar e agir), construindo em comum, podemos liberar amarras e condicionamentos que nos prendem e produzir transformações. Com uma metodologia dos afetos, nos tornamos capazes de oferecer atenção a problemáticas que geram encontro conosco mesmos e com Outros, abrindo possibilidades de construir um mundo mais humano, justo e comprometido com a vida.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Jandaíra, 2019.

BACHELARD, Gaston. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1971.

BONIN, Jiani Adriana. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy *et al.* **Metodologias de pesquisa em comunicação: olhares, trilhas e processos**. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 19-42.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Aprender o amor: sobre um afeto que se aprende a viver**. São Paulo: Papyrus, 2014.

108 Talvez lidemos com demasiada relatividade ao falar em "liberdade", mas é fato que nosso "livre-arbítrio" permite a tomada de decisões mesmo em situações adversas.

- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 19. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2001.
- FROMM, Erich. **O medo à liberdade**. 14. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1983.
- KARAM, Francisco José Castilhos. **Jornalismo, ética e liberdade**. São Paulo: Summus, 2014. p. 15-32.
- LARROSA, Jorge. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.
- LIMA, Alúcio Ferreira de. História oral e narrativas de história de vida: a vida dos outros como material de pesquisa. *In*: LIMA, Alúcio Ferreira de; JUNIOR LARA, Nadir (Org.). **Metodologias de pesquisa em psicologia social crítica**. Porto Alegre: Sulina, 2014. p. 13-34.
- MALDONADO, Aberto Efendy. Explorações sobre a problemática epistemológica no campo das ciências da comunicação. *In*: LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. **Epistemologia da Comunicação**. São Paulo: Loyla, 2003. p. 205-225.
- MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social, 2013. p. 31-54.
- MILLS, Charles Wright. Do artesanato intelectual. *In*: MILLS, Charles Wrigh. **A imaginação sociológica**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1975. p. 211-243.
- SANTOS, Vitória Brito. **Condição de ser gente**: entre a mídia, a construção das identidades infantis, os direitos humanos e o (não)olhar docente. 2022. Tese (Doutorado em Diversidade Cultural e Inclusão Social) – Programa de Pós-Graduação em Diversidade Cultural e Inclusão Social, Universidade Feevale, São Leopoldo, 2022.
- WALLON, Henri. A psicologia genética. Trad. Ana Ra. *In*: WALLON, Henri. **Psicologia e educação da infância**. Lisboa: Estampa, 2000. Originalmente publicado em 1973/1975.

Parte



**CONSTRUÇÕES
INVESTIGATIVAS
CONCRETAS**

14

Helânia Thomazine Porto

CULTURA DIGITAL E CONECTIVIDADE CONTESTATÓRIA:

**Pataxós da Bahia
em redes sociais digitais**

DOI [10.31560/pimentacultural/2022.95972.14](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95972.14)

INTRODUÇÃO

Neste texto analisamos as lógicas discursivas que estruturam os posicionamentos políticos e de resistência dos Pataxós, incluindo suas participações em redes sociais digitais. A interpretação das ações políticas dos Pataxós em suas enunciações na plataforma do Facebook demandou a combinação de procedimentos teórico-metodológicos de pesquisa, conforme proposição da epistemologia transmetodológica, em convergência com as teorias relativas à análise de discursos de Bakhtin (2010; 2003), aos usos de mídias digitais por coletivos em Castells (2015; 2013; 2002), sem desconsiderar as orientações de Hine (2011) e de Bonin (2013; 2014) acerca de metodologias de pesquisas empíricas.

Nessa direção, o estabelecimento das redes de sentidos referentes aos movimentos sociais Pataxós em redes, à comunicação digital e às práticas culturais na internet se efetivaram a partir do estudo das teorias de Verón (1994), Martín-Barbero (2004, 2006), Maldonado (2013), Pereira (2013) e Bonin (2013; 2014) para, assim, pensarmos nas contínuas transformações das tecnologias da comunicação na era digital e na possibilidade de ampliação de seu alcance pelos Pataxós, com suas configurações em redes locais e globais, genéricas e personalizadas, em constante mudança; atravessadas por novas organizações sociais, usos e apropriações de tecnologias de comunicação e formas de enunciação. A realidade dos Pataxós¹⁰⁹ da Bahia é bastante dinâmica e diversa e, com o avanço dos processos de globalização e sociocomunicacionais, essas organizações têm se configurado de forma complexa, o que exige pensarmos seus projetos políticos a partir de

109 O povo Pataxó, classificado como *meridionais*, vivia entre os rios São Mateus (ES) e Santa Cruz Cabralia (BA), distinguindo-se dos *Pataxós Hã-Hã-Hãe*, que ocupavam a região entre os rios de Contas e Pardo, mais ao norte da Bahia. Esse povo é pertencente ao tronco linguístico Macro-Jê, registrado por pesquisadores estrangeiros desde o século XVI como pertencente ao grupo dos *Aimorés*.

múltiplas relações sociais e comunicacionais “entranhadas” na constituição de uma discursividade intercultural e multimodal¹¹⁰.

A população indígena estimada no estado da Bahia é de 35.476 pessoas, constituindo 14 povos. No Sul e Extremo Sul baiano vivem aproximadamente 14 mil Pataxós, instalados em mais de 40 aldeamentos, distribuídos em seis terras indígenas no entorno dos municípios de Santa Cruz Cabrália, Porto Seguro, Itamaraju, Prado e Alcobaça.

Nesse contexto, entendemos que as táticas de resistência dos Pataxós são anguladas a partir de suas discursividade no tempo presente, situadas no contexto da economia globalizada e dos consequentes avanços das políticas econômicas neoliberais sobre os seus territórios e direitos. Assim, pensar na possibilidade de eficácia de enunciações reivindicatórias realizadas pelos Pataxós no Facebook é também refletir sobre os limites desse dispositivo para as suas mobilizações. Portanto, estabelecemos dialéticas com outras formas comunicativas, como de suas mobilizações e de expressões em espaços públicos para entendê-los.

É coerente lembrarmos que as organizações em redes sociais como forma de participação política em diversos espaços vêm ocorrendo há muito tempo no contexto dos Pataxós da Bahia, sendo na atualidade, expressivas as das redes sociais digitais. A escolha dessa modalidade de discursividade talvez seja explicada pela capacidade que esta oferece quanto à descentralização de informações e de ampliação do campo de integração de seus participantes.

Assim acolhemos a perspectiva de Bakhtin para as descrições e análises de suas ações comunicativas em suas redes sociais digitais na plataforma do Facebook, apreendendo o conceito

110 Nesse contexto, discursividade multimodal tem sido entendida como aquela que se estrutura pela conjunção de textos verbais e não verbais, ou seja, pela associação da escrita com a imagem, por uma relação quase que indissociável. Essa junção tem sido facilitada pela própria configuração e distribuição de textos na plataforma do Facebook.

de discurso como enunciações, formatadas por textos verbais e não verbais, acrescentando às práticas linguísticas digitais as demais ações enunciativas no contexto presencial, considerando assim, que as enunciações podem ser lidas como “vozes sociais e históricas” (BAKHTIN, 2003, p. 100) que dão aos Pataxós determinadas signifi-cações concretas às suas práticas políticas.

O discurso, nessa perspectiva, passa a ser entendido como evento ao mesmo tempo dos campos das subjetividades e objetividades, que se constrói na intertextualidade ou interdiscursividade. Produções e circulações de discursos em plataformas digitais oferecem, nesse sentido, possibilidade de leituras críticas das intuições, criações, subjetividades e racionalidades, materializadas em *multimodalidades* discursivas, como os hipertextos constituídos de códigos, ícones, grafismos, linguagens, sons, vídeos, textos em um mesmo espaço enun-ciativo (CASTELLS, 2013; 2015). Nessa dinâmica o destinatário é entendido como um participante-interlocutor diverso e complexo, podendo ser seus próprios pares, uma coletividade diferenciada de quem produz o texto ou, ainda, um leitor totalmente indefinido, não concretizado (BAKHTIN, 2003). Logo, podemos pensar os Pataxós em redes sociais digitais como sujeitos na/da comunicação, em que seus processos midiáticos não podem ser apreendidos como situações isoladas e desvin-culadas de suas demandas sociais, especificamente quando os usos da internet e de telefonia móvel adquirem, além do papel informacional e comunicacional, a função de articulação política (PORTO, 2019).

A dialética com as teorias de Bakhtin e de Castells nos instiga a analisar os Pataxós, em seus processos midiáticos, como sujeitos em movimento, especificamente na produção e difusão de produtos, sinalizando que com a internet, os movimentos sociais conseguiram maior autonomia comunicativa, visto que governos e corporações não conseguem, na maioria das vezes, o controle das ações mobilizadas em redes digitais (CASTELLS, 2013, 2015).

Contraditoriamente Thompson, em 1995, negara que a comunicação mediada pela tecnologia computacional fosse capaz de resolver questões de participação democrática e de promover na esfera pública uma participação política. Essa crítica é apresentada por Moglen (2012), Lacerda (2008) e Maldonado (2015) mas sem adesão a essa visão pessimista, ao apontarem que a sociedade pode construir uma cidadania comunicativa ao edificar movimentos coletivos sediados também no território digital. Nesta perspectiva, a participação democrática pode se alinhar à formação política, educativa e cidadã, uma vez que é “preciso quebrar a lógica do mercado capitalista fundamentalista e os sistemas de segregação e conservadorismo, de maneira que a revolução tecnocultural comunicacional [...] potencialize a riqueza da diversidade cultural, pela revolução no pensamento dos sujeitos, esta propiciada por uma educação que leve em consideração as competências e as inteligências múltiplas” (MALDONADO, 2015, p. 719).

Nesse sentido indagamos: Como os Pataxós, por meio da utilização das redes sociais digitais, podem construir uma cultura contra hegemônica? Qual é o papel que a cultura digital tem no processo de instrumentalização das classes subalternizadas? Sob a motivação dessas indagações realizamos ainda diálogos com o pensamento de Gramsci, principalmente com seus “Cadernos do Cárcere” (1999), registrados no período em que esteve submetido à prisão política pelo regime fascista italiano. Esses escritos podem ser lidos como um quadro interpretativo da política e da sociedade, por meio de um processo de superação dialética do pensamento marxista, quando o referido teórico deu ênfase ao ético-político, propondo uma reforma intelectual e moral a partir da formulação de novas categorias conceituais de sociedade civil e de Estado.

É por isso que se deve chamar a atenção para o fato de que o desenvolvimento político do conceito de hegemonia representa, para além do progresso político-prático, um grande progresso filosófico, já que implica e supõe necessariamente uma unidade intelectual e uma ética adequada a uma concepção do real que

superou o senso comum e tornou-se crítica, mesmo que dentro de limites ainda restritos. (GRAMSCI, 1999, p. 104).

Nessa perspectiva o sentido atribuído ao Estado pelo marxismo clássico – de garantir a reprodução da ordem capitalista pela coerção – é ampliado por Gramsci, que o concebe atuando tanto pelo uso dos aparatos coercitivos, para disciplinar e intimidar a ação reivindicatória e as lutas sociais, quanto pela busca de consenso “espontâneo”, quando age perante as massas populares para controlar o jogo de forças sociais.

Consideramos que o conceito de *consenso* trazido por Gramsci (1999) nos instrumentaliza no entendimento de que um grupo social pode imprimir ao outro seus valores, sua cultura e visões de mundo. Desse modo, uma contra hegemonia pode se estruturar no campo de luta pelo poder e na busca por consensos entre as classes, dependendo da correlação de forças que, pendendo para a sociedade civil, favoreça a conquista de sua hegemonia e viabilize a garantia de seus interesses perante a intervenção do Estado, pois,

As ideologias não são de modo algum arbitrarias; são fatos históricos reais, que devem ser combatidos e revelados em sua natureza de instrumentos de domínio, não por razões de moralidade etc., mas, precisamente por razões de luta política: para tornar os governados intelectualmente independentes dos governantes, para destruir uma hegemonia e criar uma outra, como momento necessário da subversão da *práxis*. (GRAMSCI, 1999, p. 392).

Os processos pelos quais uma classe pode exercer domínio sobre as outras se estabelece pelo consenso, isto é, pela transformação da ideologia de um grupo em um conjunto de verdades que se acredita ser válido para toda a sociedade. Nessa apreciação o conceito de cultura aparece imbricado ao conceito de hegemonia. Cultura, na perspectiva gramsciana, é um patrimônio reflexivo, emotivo e intersubjetivo que caracteriza um determinado ambiente social (classe, grupos, razões, nações etc.), que se manifesta nas formas de normas, ideias e convicções por um dado grupo social constituindo-se, em certa medida, como a fonte da vontade e do comportamento coletivos. Entretanto, Gramsci

reconhece a existência de manifestações de cultura intelectual própria do capitalismo, uma vez que numa sociedade constituída por classes pode-se produzir duas culturas: a dos dominantes e a dos subalternos.

Nesse contexto teórico, pode-se pensar que os sujeitos comunicantes que se utilizam dos processos sociocomunicacionais com responsabilidade política, podem enfrentar discursos opressivos com argumentações mais coerentes e plausíveis, para que os subalternos sejam os atores sociais da história humana, o que demanda que esses atuem de modo consciente e articulado aos movimentos e organizações sociais, utilizando com sabedoria a capacidade de hegemonizar, para que se façam portadores de um projeto universal para e pelos subalternos.

Na contemporaneidade a internet vai se constituindo, assim, como parte importante dessa lógica, quando opiniões pessoais representam o grupo político, sendo possível elas evoluírem para uma opinião constitutiva da esfera pública, a partir da circulação de demandas coletivas. Consideramos, no entanto, que nas redes sociais digitais podem ocorrer restrições em função de “lógicas/protocolos” que regulam os funcionamentos de processos midiáticos, no caso do Facebook, abreviando autonomies dos sujeitos, desde critérios que definem a inserção do perfil na referida rede, do controle do que é apresentado em *timeline* até as formas de interação. O algoritmo *EdgeRank* do Facebook originalmente adotava três critérios: afinidade – quando há interação com o autor do *post*; engajamento – número de *likes*, comentários e compartilhamentos que o *post* teve e tempo – notícias mais velhas são descartadas. A cada dia o sistema tem se tornado muito mais complexo, com mais de 100 mil variáveis ajustadas de acordo com cada usuário (PORTO, 2019).

A interpretação das táticas discursivas dos Pataxós foi pensada na perspectiva da *filosofia e estética da linguagem* e da *multimodalidade textual*, pois interessa-nos saber daqueles que fazem uso do Facebook de forma mais intensa, como utilizam as várias funções e os meios técnicos disponibilizados pela plataforma para revelarem suas concepções de políticas sociais no âmbito da sociedade não indígena, visto que os meios podem ser parte do *tecido dos discursos e da ação*

política (MARTÍN-BARBERO, 2004), especificamente nas articulações entre práticas de comunicação e movimentos sociais. Logo, empreendemos esforços para a visualização de seus processos comunicacionais em conectividades digitais, com acompanhamento de vinte e dois perfis indígenas no Facebook, selecionados entre os trinta e seis Pataxós participantes do grupo *Aldeia Midiática*¹¹¹, considerando para seleção aqueles com maior protagonismo no Facebook.

As investidas na *Aldeia Midiática* ofereceram elementos para pensarmos as mídias não só no campo comunicacional mas, também, nas relações vinculares. Assim, sem encerrar a página *Aldeia Midiática*, passamos a realizar uma etnografia no contexto digital, acompanhando 22 sujeitos comunicantes na Plataforma do Facebook, individualmente, entre o período de junho de 2016 a agosto de 2018,¹¹² a partir do perfil da autora desse texto, selecionamos a função “ver primeiro”, que significava acompanhar as publicações dos 22 perfis no topo do *feed de notícias*.

MAPEANDO A PARTICIPAÇÃO DOS PATAXÓS NO AMBIENTE DIGITAL

Nesse mapeamento no contexto digital, consideramos que a transmetodologia é uma epistemologia transgressora às vertentes estruturalistas promovendo, assim, uma leitura crítica dos processos comunicacionais dos Pataxós, conforme proposições de Maldonado (2013), da *transmetodologia* como uma *ecologia científica* em que o respeito e consideração às experiências dos Pataxós do tempo presente sejam os

111 Na plataforma do Facebook criamos, no mês de abril de 2016, uma página denominada de “Aldeia Midiática”, por pensarmos que a adoção do termo *aldeia* (*lôcus* comum de interação) traria aos 36 *Pataxós adicionados* um sentimento de pertencimento, como de suas experiências comunitárias.

112 Trata-se da pesquisa intitulada *Processos comunicacionais, identitários e cidadãos: Pataxós em “territórios” de resistências e de utopias*, realizada por Helânia Thomazine Porto, desenvolvida como tese de doutorado em Ciência da Comunicação, orientada pela Prof.^a Dr.^a Jiani Bonin. O convite para participar da “Aldeia Midiática” foi apresentado na abertura da página, tentando romper com a formalidade: “Olá, a página Aldeia Midiática tem como objetivo ser um espaço de diálogo sobre o uso da internet pelos Pataxós, especificamente do Facebook. Caso você possa participar dessas interações, ficarei muito grata.”

elementos centrais do fazer investigativo (p. 41). Reconhecemos nessa proposição, que o mundo e as ideias precisam ser transformados de formas radicalmente distintas, por meio da razão *multilética* e não de uma razão instrumental (MALDONADO, 2013, p. 41).

A *Transmetodologia* foi a proposta teórico-metodológica-empírica adotada, o que permitiu a convergência de diversos movimentos de pesquisa, tais como as *pesquisas teórica, de contextualização, empírica/exploratória, metodológica e da pesquisa*. Assim, na constituição das argumentações teóricas e metodológicas, houve diálogos interdisciplinares com conhecimentos científicos dos campos da Comunicação, Antropologia, História, Linguística e Semiótica.

Para descrição e análise dos usos e apropriações realizados pelos Pataxós no contexto digital, utilizamos técnicas da etnografia digital com vistas a entender as táticas de construção enunciativa desses sujeitos em interface com suas pautas políticas e militantes.¹¹³ Também, em perspectivas multicultural e transversal, as análises foram enriquecidas com dialéticas estabelecidas com os discursos dos sujeitos comunicantes, esses coletados em entrevistas realizadas em duas fases distintas (exploratória e sistemática) dos movimentos da pesquisa empírica. Na fase sistemática da pesquisa foram entrevistados quatro sujeitos comunicantes, um da aldeia Boca da Mata e três sujeitos da aldeia de Barra Velha, além de serem realizadas observações etnográficas em suas atividades culturais em territórios indígenas de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália, leitura semiótica de práticas culturais Pataxós, e observações etnográficas dos vinte e dois perfis Pataxós em redes sociais digitais, no Facebook.¹¹⁴

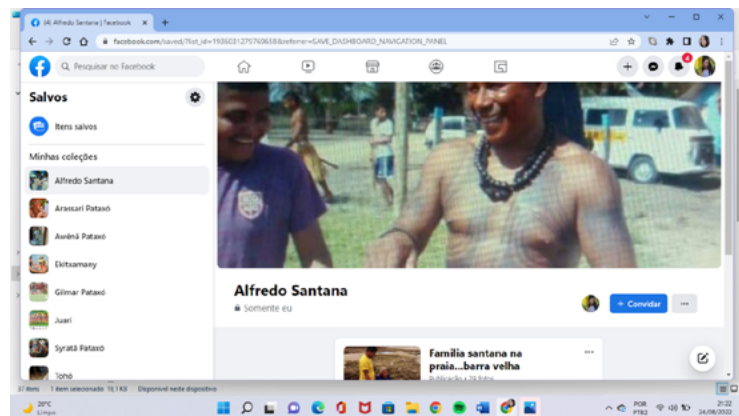
113 A *etnografia digital*, na perspectiva de Hine (2011), possibilita um olhar mais detalhado das maneiras pelas quais os sujeitos experimentam a tecnologia.

114 Nesse sentido, observamos como esses sujeitos faziam uso de vídeos, álbum de fotos, cartazes de eventos e como divulgavam suas produções. Assim, utilizamos a opção “salvar” disponibilizada aos usuários do Facebook para arquivamento das publicações. Com essa função, armazenamos os conteúdos compartilhados pelos Pataxós, como *links*, vídeos, músicas, imagens, entre outros, com a possibilidade de serem consultados em momentos futuros. E, quando éramos informados das publicações dos sujeitos comunicantes em nosso *feed de notícias*, a depender dos conteúdos, clicávamos na seta da alternativa “salvar”, adicionando cada item a um dos perfis que constituíam as “Minhas Coleções”, conforme menu lateral esquerdo, em que se consta “Itens Salvos”.

A *etnografia virtual*, na perspectiva de Hine (2011), possibilita um olhar mais detalhado das maneiras pelas quais os sujeitos experimentam a tecnologia, assim sistematizamos roteiros que nos permitissem, de forma mais pontual, acompanhar as suas diversas publicações.

Nesse contexto digital, observamos como esses sujeitos faziam uso de vídeos, álbum de fotos, cartazes de eventos e como divulgavam suas produções. Assim, utilizamos a opção “salvar” disponibilizada aos usuários do Facebook para arquivamento das publicações. Com essa função, armazenamos os conteúdos compartilhados pelos Pataxós, como *links*, vídeos, músicas, imagens, entre outros, com a possibilidade de serem consultados em momentos futuros. E, quando éramos informados das publicações dos sujeitos comunicantes em nosso *feed de notícias*, a depender dos conteúdos, clicávamos na seta da alternativa “salvar”, adicionando cada item a um dos perfis que constituíam as “Minhas Coleções”, conforme menu lateral esquerdo, em que consta “Itens Salvos”.

Figura 1 – Lista de perfis Pataxós salvos em “Minhas Coleções” no Facebook



Fonte: Arquivo da pesquisadora (2019)

Essa etnografia na plataforma do Facebook nos possibilitou perceber que as enunciações apresentadas pelos sujeitos antecipavam

alguns dados, como a territorialidade ocupada, a idade, o grau de instrução acadêmica (concluída ou em formação), a função e/ou cargo que desempenha na aldeia, a quantidade de amigos e a intensidade de participação. A apresentação visual também foi outra questão observada, sendo notada a preferência por fotografias em que estão adornados por uma estética que remete ao que é ser indígena. Observamos, também, que os sujeitos demonstravam habilidades na utilização da plataforma do Facebook. Cada perfil tinha em média dois mil contatos.

Quanto às profissões exercidas, havia um assistente social na secretaria de saúde indígena; dois empregados em empresas de turismo; oito professores vinculados às secretarias de educação, dois ao departamento de esporte e cinco como assessores de questões culturais e articulistas da política municipal; três artesãos e um fotógrafo. Desse total, sete eram mulheres e quinze homens. Dos quinze homens três atuavam como caciques em suas aldeias. Eram oriundos de aldeias localizadas nos municípios de Prado, Santa Cruz Cabrália e Porto Seguro, com exceção de dois, que residem em outros estados, São Paulo e Rio de Janeiro.

Os acompanhamentos das publicações nas *timelines* dos 22 perfis, no período de junho de 2016 a novembro de 2016, possibilitaram estabelecer uma leitura quanti-qualitativa das temáticas que se repetiam. Computamos 99 postagens dentre as salvas em nossas coleções. O mapeamento dessas postagens permitiu-nos organizar uma classificação das temáticas. Assim, identificamos que havia um número expressivo de postagens sobre questões inerentes às *lutas pelo território indígena* a partir das quais os Pataxós utilizavam-se da plataforma para falar de seus processos de retomada do território. São incluídas nessa categoria as ameaças de despejo, os atos de violência e atentados sofridos, respaldados em vídeos e em textos jornalísticos. A educação específica, diferenciada e multicultural pleiteada e realizada em suas comunidades, do nível fundamental ao médio, em diálogo

com a socialização de eventos educacionais e culturais de outros estados, constitui a segunda categoria. Havia também publicações sobre as artes Pataxós e seus projetos de sustentabilidade a partir de ações culturais das aldeias. Sobre as práticas esportivas e desportivas em nível local, regional e nacional, havia circulação de informações e convites de campeonatos. Ainda, verificamos um grupo de textos que tratavam da questão de assistência médica e odontológica nas aldeias, incluindo o alcoolismo como uma questão de saúde pública.

A organização dessas temáticas, conforme percentual de ocorrência, possibilitou-nos perceber como esses sujeitos fazem uso dessa plataforma como *lócus* enunciativo que, além da função informacional e de comunicação, apresenta-se com potencial de produção de mecanismos políticos e de interações sociais, configurando-se como oportunidade de visibilidade de seus pleitos políticos (direitos humanos), de divulgação da economia comunitária, de vinculações sociais, de afirmação de suas identidades étnico-culturais, junto à construção de uma cidadania comunicativa. Portanto tem sido buscada, junto à formação pessoal e educacional, em que o autorreconhecimento e reconhecimento dos demais Pataxós como produtores de culturas, de mudanças sociais e políticas, vem demandando desses sujeitos formação educacional, letramento nas mídias e o desenvolvimento de competências e habilidades de criação enunciativa e de interações em diversas esferas públicas.

Quadro 1 – Relação das temáticas socializadas pelos Pataxós no Facebook em 2016

Temáticas	Percentual
Retomada do território: organização e divulgação de encontros, mobilizações	95,4%
Educação específica e diferenciada nas aldeias: reivindicações e divulgação de ações empreendidas	90,9 %
Eventos/ Conferências / Fóruns regional e nacional: informações sobre organização e participação em eventos (congressos, fóruns, seminários)	81,8%

Ameaças de despejo/Violência/Atentados	54,5%
Artes e ações culturais	45,4%
Mídias nas aldeias: divulgação de oficinas e cursos de capacitação acerca das mídias indígenas	40,9%
Etnocultura/Questão ambiental/Ciência tradicional indígena (fitoterapia)	40,9%
Práticas esportivas e desportivas indígenas	13,6%
Políticas Públicas de Saúde: denúncias acerca de assistência médica e odontológica nas aldeias, inserindo nesta questão a preocupação com o alcoolismo.	4,5%

Fonte: Sistematização dos dados das páginas dos 22 Pataxós no Facebook pela acadêmica (2016), publicada em Porto (2019, p. 140).

Dentre os pontos sinalizados dessas participações, consideramos importante destacar que os Pataxós que apresentaram maior autonomia em suas produções, inclusive com criação de matérias de outros formatos, foram os que publicavam sobre educação indígena. Suas habilidades e competências linguísticas são percebidas na estruturação de seus textos, como a construção do gênero discursivo semelhante a boletins informativos, com variedade de produções (fotografias, vídeos, curtas, documentários) acerca de uma mesma temática. Logo, observamos que há uma preocupação estética na apresentação do conteúdo dessas mensagens, pois não basta só seduzir os demais usuários da plataforma do Facebook, há uma intencionalidade nessas criações. Subjetividades e racionalidades em *multimodalidades* discursivas talvez sejam a forma que esses sujeitos encontraram de ampliação do alcance dos conteúdos apresentados nas redes sociais digitais.

Não podemos ignorar que a referida plataforma se configura como um conjunto de ferramentas que possibilita que o *site* interaja com programas externos escritos por outros desenvolvedores. Assim, os usuários podem interagir com os amigos na rede social, com uma grande variedade de aplicativos, além dos criados pelo próprio Facebook. Nesse sentido, buscamos interpretar como as

discursividades sociocomunicacionais digitais dos Pataxós se alinhavam com suas lutas, demandas e participações políticas. Ou seja, procuramos entender como esses sujeitos comunicantes construíam suas enunciações no contexto digital, ao tempo em que apreendíamos os seus processos de auto-organização política e de criação de condições de transformação social.

CULTURA DIGITAL E CONECTIVIDADE CONTESTATÓRIA

A mídias digitais configuram-se num processo histórico no âmbito do qual os cenários socioculturais vão sendo modificados, entre outros fatores, pelo desenvolvimento tecnológico e pela constituição das culturas digitais. Nesse sentido, práticas comunicativas constituídas em ambientes digitais podem ser entendidas como uma dimensão coletiva estabelecida por vínculos sociais (VERÓN, 1994) que possibilitam a construção de sentidos, interações, acesso e produção de informações e conhecimento. E têm como principal característica a comunicação mediada por computador ou por dispositivos móveis, em que ferramentas (como o Facebook) dinamizam as relações societárias em diferentes contextos. Essa dinamização corresponde a uma nova forma de atuar, interagir e perceber o mundo, “uma espécie de cultura planetária, atuando como uma matriz, em um vasto conjunto global, mas ainda em grande parte diversificado” (PEREIRA, 2013, p. 6).

Importante se faz mencionarmos que a temática indígena na internet já se fazia presente, em outra dimensão, em *sites* de organizações não governamentais indigenistas, como do Instituto Socioambiental, do Centro de Trabalho Indigenista, do Conselho Indigenista

Missionário (CIMI), e em *sites* de instituições governamentais indígenas, da Fundação Nacional do Índio (FUNAI) e da Fundação Nacional de Saúde (Funasa). Entretanto, o que se modifica na modernidade é o consumo de aparelhos celulares digitais pelos Pataxós, por meio dos quais expressam e acessam as culturas digitais.

Ao observarmos os usos e apropriações dos Pataxós, inferimos que há uma democracia participativa, uma conectividade contestatória, a ação coletiva e individual, essas mobilizadas quando pensamos nas enunciações denunciativas e de resistências que fundamentam seus conteúdos e mensagens (CASTELLS, 2015). Assim, pensamos a noção de midiatização a partir do entendimento do lugar de fala dos Pataxós em suas redes sociais multidimensionais, compreendendo que ela não se organiza de maneira homogênea, há formas distintas de operá-la segundo as particularidades dos sujeitos e em razão dos diferentes universos materiais, culturais e políticos em que se realiza. Nesse sentido, trazemos três exemplos enunciações, dentre os 22 perfis, atentando-nos para o potencial de articulação discursiva delas.

As enunciações presentes na maioria das publicações dos Pataxós envolvem a questão do território, os projetos político-pedagógicos e as atividades culturais, e não emergem como mera repetição, mas estão circunstanciadas a partir de aspectos sócio-históricos. na página de Dário Ferreira (2017), por exemplo, foi possível visualizarmos manifestações políticas de reivindicação do território indígena, como a mobilização de indígenas baianos em Brasília em 1º de maio de 2016 que, ao se juntarem com organizações não governamentais, o Acampamento Terra Livre e demais movimentos, realizaram ações políticas em nível nacional em prol da recuperação do território tradicional, no grito “Fora Temer Golpista”.

Figura 2 – Povo Pataxó, Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá fazem passeata



Fonte: Informações divulgadas por Dario Neves Ferreira em sua página no Facebook (2016), publicado em Porto (2019, p. 185).

Sob o eixo dessa enunciação, a utilização das mídias digitais é colocada como face complementar às demais ações políticas de suas redes

sociais, como no exemplo anterior relativo à participação dos Pataxós em Brasília, constituída pela adesão de outras etnias (Pataxó Hã-Hã-Hãe e Tupinambá) e de movimentos sociais revelando que, junto à denúncia no contexto digital, houve outras formas de mobilização que a antecederam. As articulações em fóruns presenciais ampliam-se quando são socializadas no ambiente digital. Essa dupla dimensão política, articulada em contextos diversos e em multimodalidade de enunciações, vem possibilitando pensar o discurso midiático dos Pataxós a partir do entendimento desses indígenas como sujeitos complexos que, em movimentos integradores não homogêneos, atravessam as fronteiras do espaço e do tempo. E, em redes sociais digitais, atualizam informações sobre suas atuações políticas, bem como, enquanto corpos em deslocamento, ocupam outras esferas públicas. Desse modo, é possível pensarmos na natureza dessas práticas midiáticas como modos associativos de processos sociocomunicativos em diferentes espaços geográficos (PORTO, 2019).

Assim, podemos deduzir que as enunciações de Dário Ferreira (2016), em suas diversas modalidades, só fazem sentido se forem capazes de fomentar as condições de produção de um movimento identitário coletivo e político, ainda que sob a atmosfera do tensionamento da falta de consenso da sociedade envolvente e do Estado sobre suas reivindicações. Portanto, pressupomos que os Pataxós, em seus usos das mídias digitais, conscientes da função política da comunicação e do uso das linguagens (escritas e imagéticas), são capazes de compartilhar projetos comuns com os demais, a fim de reorganizar suas manifestações em defesa de suas proposições políticas.

Nesse sentido, as enunciações no contexto digital passam a ser estruturadas com um formato direcionado ao outro, carregando dupla funcionalidade, um contorno em atendimento à ideologia Pataxó orientada a alguém, pois os interesses e a validade de seus discursos encontram-se submetidos à apreciação dos demais. Tais enunciações também se organizam a partir da utilização das redes sociais digitais como espaço de expressões multimídia, pretendendo adesão às suas reivindicações por parte daqueles que almejam uma sociedade igualitária.

A reivindicação do território tradicional indígena é um tema central apresentado em diferentes ações comunicativas. Como situação permanente em suas vidas, as mensagens parecem ser a reedição de materiais do final do século XX. Infelizmente, o que se tem de novo é o ambiente enunciativo em que circulam as denúncias de violências sofridas pelos Pataxós e a negligência do Estado quanto aos processos de legalização de seus territórios. A sucessão de matérias acerca desse tema revela que essas violências têm sido duradouras, e que eles almejam com suas atuações políticas alcançar algumas mudanças, apresentadas em suas enunciações como urgentes.

Logo, as enunciações nesse ambiente digital têm possibilitado “revitalizar” a questão da desapropriação das terras indígenas Pataxós, especificamente a que remonta ao século XIX, quando os Pataxós do Extremo Sul da Bahia perderam parte do território indígena de Porto Seguro e de Santa Cruz Cabrália. Mesmo que tenham sido realizadas publicações jornalísticas desse evento na década de 1950, esse fato é desconhecido pela sociedade em geral. Para os Pataxós, o ambiente digital vem se apresentando como uma possibilidade de propagação dessas informações, de trocas sociais e de sensibilização da sociedade acerca de suas reivindicações.

Os princípios que norteiam essas enunciações incorporam formas de uma discursividade política e de resistência que, do nosso ponto de vista, parecem ser um dos aspectos centrais da proposta discursiva arquitetada pelos Pataxós no Facebook. Assim, vemos constituir-se um discurso fundamentado em uma dialética aberta e horizontal em que os sujeitos, na aderência à referida plataforma, visam a transformação social e a equiparação de seus direitos.

Sem deixarmos de considerar as limitações presentes em todas as formas de midiaticização, o Facebook tem possibilitado aos Pataxós apresentarem, de um lugar da enunciação particularmente significativo, suas denúncias das agressões sofridas também em 2015, quando homens armados alvejaram o veículo em que estava o cacique de

uma das aldeias de Cumuruxatiba, localizada no Parque Nacional do Descobrimento, município de Prado (BA). Assim, uma comissão de caciques Pataxós foi a Brasília denunciar as perseguições políticas e as agressões sofridas, conforme a descrição e a confirmação dessa participação publicada por Anderson Ferreira em sua página do Facebook.

Figura 3 – Cacique Anderson e demais lideranças em Brasília



Fonte: Imagem publicada na página Anderson Pataxó Ferreira na sua *timeline* do Facebook (2016) (PORTO, 2019, p. 188).

Os discursos (verbais e não verbais) nos remetem a uma questão que não é recente, a desapropriação de terras indígenas Pataxós que ainda não foram avaliadas, demandando diversas iniciativas coletivas desse povo. Assim, os Pataxós apreendem a importância do uso das redes sociais digitais em favor da construção de um domínio contra-hegemônico, em que as apropriações dessa mídia digital têm sido realizadas de forma mais crítica e política, em prol do fortalecimento de demais movimentos de luta e de resistência, sendo as redes sociais digitais talvez o lugar onde essas demandas possam ecoar, traduzindo o anseio de cada sujeito comunicante em estabelecer pactos de cidadania com os demais.

O movimento reivindicatório de retomada do território tradicional indígena onde foi sobreposto o Parque Nacional do Descobrimento tem sido acompanhado, numa perspectiva histórica, em enunciações de outros Pataxós no espaço digital. Assim, as diversas formas de enunciação estruturadas nas experimentações midiáticas dos Pataxós viabilizadas pela internet nos conduzem a reconhecer que essas apropriações são construídas por um protagonismo individual e coletivo, pois apesar de o Facebook trabalhar com o algoritmo de personalização de cada usuário, quando se trata de questões políticas, ambientais e educacionais, cada sujeito usa sua *timeline* em nome do povo Pataxó. Como exemplo, temos Aruã Pataxó (2016) que dedica sua página à veiculação das demandas do coletivo, como a revelação de violência empreendida por militares contra os indígenas que foram a Brasília barrar a sessão da CPI Funai/Incra.

O posicionamento de Aruã Pataxó (2016) revela algumas das funções atribuídas às redes sociais digitais por esses sujeitos, dentre elas, a de mobilizações presenciais em espaços públicos em convergência com as participações políticas nas redes sociais digitais. Desse modo, as enunciações no contexto digital são pensadas pelos Pataxós como possibilidades de produção e circulação de informações, especificamente de denúncias, que podem ser apreendidas como discursos de resistência, com vistas a alterar seu *modus vivendi* pelo engendramento de suas utopias, como a da regulamentação do território indígena e do acatamento dos direitos constitucionais.

Nessas enunciações, encontramos sustentações que nos ajudam a cogitar acerca de um *ethos* discursivo que se expressa no diálogo, na troca constante e recíproca entre o mundo objetivo e o mundo subjetivo, sinalizado por uma memória coletiva que continua sendo acionada para o desdobramento de práticas comunicativas políticas no contexto digital, movendo-se dialeticamente com outras ações políticas, por uma racionalidade que se materializa nessas e em demais táticas discursivas.

Figura 4 – Spray de pimenta é usado contra povos tradicionais



Fonte: Informações publicadas pelo Cacique Aruã Pataxó em sua página no Facebook (2016) (PORTO, 2019, p. 190).

Observamos também, nos usos e apropriações do Facebook pelos Pataxós, que suas participações têm sido estruturadas de forma mais fluida, móvel e conjuntiva, uma vez que não se percebe cerceamento de interlocutores “digitais” quanto ao conteúdo das mensagens que circulam. Apesar de considerarmos que nesta racionalidade um número seletivo de leitores apreende essas informações, não podemos negar que o compartilhamento desses enunciados por aqueles que defendem as mesmas causas possibilita que esses discursos em fluxo estejam presentes em outros processos midiáticos, como no *site* do Conselho Indigenista Missionário, e de jornais *on-line* da região. Podemos, assim, pensar na natureza das interações discursivas entre o Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e os Pataxós que não são determinadas só pelo ambiente físico enquanto tal, mas pela *circularidade das informações*. Nessas *interlocuções discursivas*, acreditamos que esses indígenas têm feito valer o objetivo de suas comunicações, construídas na situacionalidade de suas mobilizações políticas e das associações com os movimentos e segmentos sociais. Assim, da herança de sujeitos excluídos das mídias nacionais e regionais, hoje projetam outro tipo de realidade, não tão abrangente como seria se tivessem acesso às mídias hegemônicas; entretanto, vemos que os jornais *on-line* do CIMI são *ecos de vozes* Pataxós, uma comunicação que se faz cidadã, circulada por ambos os contextos comunicacionais, missionário e indígena.

CONCLUSÕES

As redes sociais digitais, afora serem um espaço de comunicação e de integração, no contexto dos Pataxós, vêm viabilizando interdiscursividades. Assim, enunciações em circulação que apresentam denúncias são veiculadas para além dos limites do “espaço físico”, possibilitando a promoção da descentralização das mensagens, permitindo um ativismo que também acontece no contexto digital, mas associado às organizações presenciais.

De tal modo, discutir a participação dos Pataxós nos ambientes digitais permite considera-los, também, como formas de interpelação mais autônoma, envolvendo socialização, participação política, estabelecimento de vínculos sociais e de subjetividades. Assim as redes comunicacionais presenciais, articuladas às dimensões digitais, podem ser lugares estratégicos de promoção, de operacionalização e de (re)valorização de identidades e saberes locais, bem como de reivindicações. Conforme a proposição de Castells (2015), “a tecnologia e a morfologia dessas redes de comunicação moldam o processo de mobilização e, conseqüentemente, o de mudança social, tanto como processo quanto como resultado” (p. 56).

O projeto comunicacional desses Pataxós no contexto digital, em discursividade com outros coletivos que também utilizam o espaço digital para suas pautas políticas tem sido, em certa medida, promotor de desvelamento das ações arbitrárias do Estado, ao mesmo tempo em que tensiona a sociedade para a adesão às lutas pela garantia de seus direitos constitucionais.

Ao revelarem as contradições políticas, sociais e econômicas nas quais estão inseridos os Pataxós, por meio de seus processos comunicacionais digitais, reivindicam a condição de cidadãos. Em diferentes esferas públicas, estruturam suas práticas culturais e políticas em mídiatizações híbridas, com linguagens, estéticas e conteúdos para os espaços digitais e presenciais.

No contexto digital os Pataxós, ao realizarem uma comunicação com potencial de se constituir tanto em pauta reivindicatória quanto em proposição de reafirmações étnico-culturais, não elegem um leitor específico. Há implicitamente, nessa interdiscursividade, remissão a diversos leitores, incluindo os desconhecidos, especificamente quando se trata de temas recorrentes como territorialidade, violência, identidades e culturas indígenas.

As redes sociais digitais Pataxós não se organizam como uma cultura avulsa, na enunciação indígena no contexto digital há ressonância de ações políticas organizadas em dimensões presenciais. Subjaz, nas organizações desses projetos e lutas, a sustentação de uma identidade étnico-cultural que resistentemente se estrutura como força de oposição ao Estado e ao capital; e estes agentes, por outro lado, também têm seus mecanismos de desarticulação de resistências. Assim, ainda que seja por meio dos usos e apropriações de códigos culturais da plataforma do Facebook, os Pataxós resistem e, assim, constroem enunciações no contexto digital em linguagem multimodal, com vistas a questionar o *status quo*.

Nessa linha de pensamento, a globalização do capitalismo vem significando historicamente, para eles, um uso abusivo de processos de exploração, de alienação, de exclusão e de violência, incluindo a produção de *déficits* econômicos, pois o período pós-industrial não significou que a estrutura de exploração capitalista fosse superada. E os Pataxós reconhecem que são dependentes dessa relação política e econômica. Buscam, assim, alternativas humanizadoras em prol da cidadania. Na perspectiva de Bonin (2013; 2014) seria por uma cidadania comunicativa em que os sujeito comunicantes, em seus processos sociocomunicacionais, atuam numa dimensão participativa, interativa, por meio de diferentes usos e apropriações dos meios de informação e comunicação com finalidades de construção e luta pela cidadania.

Os discursos analisados permitiram identificar que as redes sociais digitais são utilizadas como espaços de circulação de uma cultura contra-hegemônica indígena respaldada em suas ações políticas. Nessa perspectiva, as participações dos Pataxós em redes sociais digitais podem ser lidas como espaços comunicativos e interativos que potencializam suas atuações democráticas nas lutas por seus direitos, principalmente quando são dinamizadas com as mobilizações presenciais, pois as táticas discursivas Pataxós estão associadas às suas políticas

públicas de acesso à informação e à comunicação, à educação e à equidade social. Assim, cada sujeito comunicante busca negociar, discutir, ressignificar, reelaborar suas participações, ao fazer usos e apropriações das mídias, criando enunciados e discursos, abrangendo suas sensibilidades, subjetividades, experiências, competências e habilidades. Os usos e as apropriações das mídias não estão desvinculados da vida cotidiana e, ao realizarem-nos, a ela incorporam novos objetos técnicos.

Os Pataxós atuantes em redes sociais podem ser pensados, também, como operadores de sentidos, de conhecimentos, de vínculos e de políticas, principalmente quanto aos conteúdos e às formas de organizar suas produções, ao transformarem suas páginas em *boletins informativos*, com mural de fotografias, apresentação de vídeos e documentários de contorno hipermídia. Assim, inferimos que os usos e as apropriações digitais realizados pelos Pataxós articulam-se com as demais ações em redes sociais multidimensionais; como táticas e estratégias de denúncias e de resistência política, não se comportam como fenômeno linear, mas são moventes e adaptáveis a aspectos subjetivos. Assim, estes sujeitos organizados combinam estruturas em processo contínuo e dinâmico de compromisso político-revolucionário.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BONIN, Jiani A. Problemáticas metodológicas relativas à pesquisa de recepção/produção midiática. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy (Org.). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**. Salamanca: Comunicación Social, 2014. P. 41-54.

BONIN, Jiani A. A pesquisa exploratória na construção de investigações comunicacionais com foco na recepção. *In*: BONIN, Jiani. Adriana; ROSARIO,

- Nisia. Martins do. (Orgs.). **Processualidades metodológicas**: configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2013. P. 23-42.
- CASTELLS, Manuel. **O poder da comunicação**. Rio de Janeiro; São Paulo: Paz & Terra, 2015.
- CASTELLS, Manuel. **Redes de indignação e esperança**: movimentos sociais na era da internet. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. (A era da informação: economia, sociedade e cultura). Vol. 1. São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- HINE, Christine. Towards ethnography of television on the internet: a mobile strategy for exploring mundane interpretive activities. *Media Culture Society*, v. 33, n. 4, p. 567-582, 2011. Disponível em: <http://epubs.surrey.ac.uk/24874/2/Towards%20ethnography%20television%20on%20the%20Internet.pdf>. Acesso em: 19 abr. 2019.
- GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.
- LACERDA, Juciano de S. **Ambiências comunicacionais e vivências midiáticas digitais**. 2008. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2008.
- MALDONADO, Alberto Efendy. Perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSARIO, Nisia Martins (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social, 2013.
- MALDONADO, Alberto Efendy. Transmetodologia, cidadania comunicativa e transformação tecnocultural. **Intexto**, Porto Alegre, n. 34, p. 713-727, set./dez., 2015.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. Tecnicidades, identidades, alteridades: mudanças e opacidades da comunicação no novo século. *In*: MORAES, Denis de. (Org.). **Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2006. P. 51-79.
- MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Ofício de cartógrafo**. São Paulo: Loyola, 2004.
- MOGLEN, Eben. El manifiesto puntoComunista. *In*: LAGO, Silvia Martinez. (Comps.) **Ciberespacio Y Resistencias**: exploración en la cultura digital. Buenos Aires: Hekht Libros, 2012. p. 69-81.

PEREIRA, Carmen Rejane Antunes. Ameríndia midiaticizada: algumas reflexões teóricas sobre configurações de identidades étnicas históricas e suas relações com os usos sociais das mídias. *In*: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 36., 2013, Manaus. **Anais** [...]. São Paulo: Intercom, 2013.

PORTO, Helânia Thomazine. **Processos comunicacionais, identitários e cidadãos**: Pataxós em “territórios” de resistências e de utopias. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2019.

VERÓN, Eliseo. Mediatización, Comunicación política y mutaciones de la democracia. **Semiosfera**: humanidades-tecnologías, Madrid n. 2, p. 5-36, 1994. Disponível em: <https://e-archivo.uc3m.es/handle/10016/7830#preview>. Acesso em: 19 abr. 2019.

15

Luan Correia Cunha Santos

Lisiane Machado Aguiar

EXPERIÊNCIAS METODOLÓGICAS ANTROPOFÁGICAS:

produção de *podcast* como ferramenta
de comunicação alternativa e subversiva
com comunicadores indígenas

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.15

INTRODUÇÃO

Como podemos produzir, politicamente, articulações que instiguem a criação de espaços capazes de subversão, quando as lógicas em que estamos inseridos, nos remetem a processos de colonialidade, dominação, apropriação e violência? Como podemos encarar o protagonismo de sujeitos indígenas em produções de comunicação, no formato podcast, tendo em vista a podosfera enquanto um território conflituoso e em relação contínua com outras territorialidades complexas, como no caso da Amazônia brasileira?

Por meio dessas problematizações, temos como proposta tensionar territorialidades indígenas em produções de podcast. Para isso, selecionamos algumas experiências de produções amazônico-roraimenses realizadas por Comunicadores Indígenas em dois momentos distintos: primeiro no I Encontro Estadual de Comunicadores Indígenas de Roraima, promovido pelo Conselho Indígena de Roraima (CIRR), em janeiro de 2020; e segundo, na oficina preparatória para produção do podcast do CIRR, ministrada a partir de julho de 2021.

Dos trabalhos elaborados no *Encontro dos Comunicadores Indígenas*, selecionamos duas produções de podcast realizadas durante a oficina. Da capacitação com o CIRR, selecionamos o piloto e descrevemos os bastidores do processo de formação e produção das comunicações. A oficina foi a principal atividade da programação do Encontro, no dia 30 de janeiro 2020, e teve duração de 10 horas, divididas em três unidades: a) apresentação do conceito de podcast, seus usos e potencialidades; b) ferramentas para a construção de um programa em formato podcast e; c) elaboração dos programas. Estas etapas vislumbraram uma visão ampla da linguagem, dando condições para que os participantes conhecessem todos os processos de produção de podcast após as 10 horas de atividades, passando pela

elaboração de uma pauta até a gravação e edição. As unidades A e B foram feitas por todo o grupo de forma simultânea. Durante a unidade C, os comunicadores foram divididos em grupos, para que pudessem produzir as comunicações. Ao final do dia, cada grupo compartilhou sua produção com os demais.

Os dois programas de podcast trazidos para interpretação neste capítulo são: “Grupo A – Cultura indígena e o avanço da tecnologia” e “Grupo B – Terceira Idade e Cultura Indígena”. Ambos trazem as territorialidades indígenas para o centro das discussões, buscando agenciar as potencialidades da linguagem podcast. Os programas foram compartilhados pelos participantes com outros membros de suas comunidades através do aplicativo *WhatsApp* e fazem parte do acervo do Conselho Indígena de Roraima e da Agência de Produção de *Podcasts* da Amazônia – AmaCast.

Durante a abertura da programação do dia, enquanto nos preparávamos para ministrar a oficina, o então Coordenador Geral do CIRRR, Enock Taurepang, esteve presente com a turma e relatou a visão da coordenação em relação à promoção da oficina. Ele explicou que a proposta é compreender como as tecnologias desenvolvidas fora das comunidades podem ser utilizadas também como ferramentas de luta pelos comunicadores indígenas; falou sobre a importância da comunicação para batalhas futuras e explicou que essa iniciativa se soma a outras já em andamento, como a luta por ocupar espaços universitários e atualizar conhecimentos junto com os tradicionais indígenas. Sua fala inicial serviu como base e aproximação para todo o conteúdo que havíamos proposto e preparado para aquele momento.

Adotamos a perspectiva antropofágica como metodologia de construção comunicacional decolonial a partir da ética, da estética e da política na sua relação com estruturas sociais e de poder. Logo, desenvolvemos uma crítica da podosfera, buscando compreender as experiências estéticas comunicacionais nos seus trânsitos entre a produção e consumo de *podcasts*.

CRÍTICA METODOLÓGICA ANTROPOFÁGICA

Em 2004, o jornalista Adam Curry percebeu como as deficiências das normalizações morais, estéticas e tecnológicas do rádio impediam outras possibilidades de uso da comunicação oral. Foi então que, com o trabalho de adaptar a tecnologia do RSS¹¹⁵, já existente na época, passou a indexar as produções de áudio. E assim surgiu a linguagem emergente do podcast, que por muito tempo era conceituada, dentro e fora da academia, como produções sonoras veiculadas por RSS (SANTOS, 2020). Porém, a própria definição sofreu alterações à medida em que outras combinações foram sendo evocadas pelos usuários, que foram transformando o podcast nesse produto com voçações híbridas por excelência.

Como temos pensado nossas experiências sonoras e o que elas revelam sobre nossas produções de subjetividades? No campo da comunicação, como tem se dado nossa experiência com processos alternativos cada vez mais híbridos e mediados por novas tecnologias? Tendo estas questões no horizonte, neste trabalho olhamos para o podcast, que definimos como uma mídia híbrida, resultante da transculturação entre a linguagem sonora herdada do rádio e as lógicas de produção e veiculação da internet. A podosfera, enquanto o conjunto totalizante de elementos que envolvem o podcast, é um campo onde podemos perceber, de forma intensa, uma zona de trânsito, em que sujeitos comunicantes são produtores e consumidores.

A podosfera brasileira tem crescido e se consolidado em processos de produção e consumo diferentes do modelo americano. Esses traços não devem ser compreendidos de forma à parte das dinâmicas sociais aqui vigentes. Os sujeitos que produzem podcast no Brasil o

115 *Really Simple Syndication* (RSS), permite aos usuários seguirem determinado conteúdo *online*, sendo notificados toda vez que este lançar uma nova comunicação.

fazem com base na identificação com a tecnologia a partir da necessidade de comunicar suas pautas cotidianas, aliada à possibilidade de assim fazer. Suas produções são majoritariamente protagonizadas por não profissionais da comunicação (PIAUÍ, 2019); constitui-se, então, uma zona de estudos críticos para a comunicação.

A proposta de estudar o campo da podosfera com o recorte que investigue as produções de normalizações¹¹⁶ se traduz em uma oportunidade de compreender como sujeitos têm se comunicado diante de uma possibilidade mais acessível de uso e compartilhamento. Permite também compreender os processos de experiência metodológica na construção de narrativas que subvertem uma estética partilhada moralmente e, a partir disso, construir uma genealogia dessa padronização.

Quando pensamos as normalizações estéticas, compreendemos como um microdispositivo político está relacionado a uma estrutura de poder e de saber. Estudar e consolidar experiências metodológicas capazes de criticar normalizações estéticas no campo científico é fundamental para pensarmos a comunicação como dimensão emancipadora.

Apoiado no pensamento de Bonin (2018), Maldonado (2013) e Aguiar (2021) de que nenhuma metodologia deve ser inflexível e fechada, defende-se que cada pesquisador seja seu próprio metodologista e constitua seu artesanato intelectual a partir de suas propostas de investigação.

O pesquisador deve ser pensado como sujeito concreto, imerso em um sistema social, cultural, político, econômico, histórica e geograficamente situado. Ele é detentor de conhecimentos e competências

116 Foucault, na obra *Segurança, Território, População*, lembra que o controle da população era realizado por mecanismos de normalização em que o poder se exerce sobre o domínio da norma e não da lei. Ele estabelecia que a "operação de normalização vai consistir em fazer essas diferentes distribuições de normalidade funcionarem umas em relação às outras e em fazer de sorte que as mais desfavoráveis sejam trazidas às que são mais favoráveis" (FOUCAULT, 2008, p.83).

construídos em uma trajetória de vida que configura seu modo de sentir, pensar e se relacionar com o mundo. O que nos permite refletir que nos meios acadêmicos, precisamos descolonizar as metodologias e as investigações sobre os povos indígenas (TUHIWAI, 2017).

O conhecimento científico é produto de um sujeito que, no processo investigativo, não caminha sozinho. Ele estabelece relações na construção de conhecimentos com outros sujeitos, relacionando-se com o mundo, com seus pares e com os conhecimentos acumulados no campo científico (BONIN, 2018). Por isso, é necessária uma perspectiva crítica neste processo investigativo e nas interações entre sujeito-mundo-campo científico. O pesquisador não é um sujeito finalizado, mas em constituição simultânea com o seu objeto de pesquisa, sendo parte dos fenômenos que pesquisa e do seu campo de estudo.

Desta forma, não podemos partir de concepções prontas ou estabelecidas sobre podcast e podosfera, mas devemos construir estes objetos a partir dos movimentos de pesquisa, tanto em uma esfera epistêmica como empírica. Com este propósito, elaboramos uma metodologia de pesquisa Crítica Antropofágica que, em seu processo de construção, compreende a crítica enquanto um movimento de delimitação de normalizações no âmbito sonoro e em perspectiva acadêmica, tendo como base a experiência antropofágica como uma metodologia dinâmica apoiada nas vivências da pesquisa (ROLNIK, 1987).

Pensamos o processo metodológico como tomada de decisão e, por isso, partimos da crítica como um exercício de buscar pontos conectivos entre dois campos que ainda não haviam sido agenciados em um arranjo científico: podosfera brasileira e normalizações antropofágicas. Desse encontro questionamos: existe uma experiência estética subversiva às normalizações já moralmente consolidadas no meio de produções sonoras? Até que ponto podemos problematizar os campos de poder e política nas produções sonoras sem pensar

uma produção subversiva? Tais reflexões nos fazem chegar à problematização: como a experiência estética antropofágica na metodologia de construção de podcast oferece uma crítica às normalizações comunicacionais sonoras na podosfera?

Pensar um podcast antropofágico, em seus vários trânsitos plásticos e formas de existir também é pensar um *podcast* crítico ou uma antropofagia capaz de produzir críticas sobre comunicação e podcast. Tal produção é necessariamente crítica, se pensarmos na forma como esta oferece outros caminhos, baseando-se nos traços da vanguarda modernista.

Neste sentido, Butler (2000) nos auxilia a compreender a crítica como prática direcionada a algo institucionalizado. Seu exercício existe apenas como referente a alguma outra coisa que não ele mesmo, desempenhando um papel de policiamento das estruturas de poder ao tempo que não é capaz de, por si só, alterar alicerces.

A crítica não refaz as leis e as morais, mas consegue delimitar e apresentar novas possibilidades de ser, ao examinar o quê institucionaliza determinadas práticas e marginaliza (e em alguns pontos até criminaliza) outras (FOUCAULT, 1990). Não é como um manifesto contra todo um padrão, mas o questionar de como a padronização é instituída e institucionalizada. A crítica mantém essa relação. Não se trata de tornar-se totalmente ingovernável, mas sim, de uma questão específica associada a uma relação de governo delimitada (BUTLER, 2000).

Foucault sintetiza esses dois pensamentos a partir de duas perguntas: Como não ser governado? E como não ser governado assim? No que defende o autor, e posteriormente Judith Butler, a atitude crítica refere-se à segunda pergunta. Questiona-se assim os princípios que formam as legitimidades, seus objetivos, procedimentos e agentes.

Para dar limites, encontrar as medidas que fundam os alicerces e posteriormente ampliá-los em outras possibilidades de ser, é necessário conhecer o que se é. Entendemos, então, o podcast como uma mídia híbrida, resultado da deglutição de duas linguagens distintas, porém complementares, o rádio e a web, que em um processo de transculturação, convergem em uma mídia antropofágica em que conteúdos de matriz sonora serão acessados, produzidos e veiculados a partir das lógicas da internet. E dessa mistura de vozes (radiofônicas e digitais) nasce o podcast.

Figura 1 – Genealogia do podcast antropofágico



Fonte: Os autores.

Mas como chegamos a essa genealogia? Construímos alguns passos metodológicos para essa constituição genealógica, partindo de uma adaptação das diversas fases de leitura que constituem uma pesquisa bibliográfica¹¹⁷. Esses processos que desenvolvemos nos permitiram traçar o mapa genealógico e, a partir dele, partir para uma leitura

117 Esta etapa foi elaborada a partir de material já publicado e organizado em modelos científicos, como, dissertações, teses, artigos e livros, além da inclusão de novos formatos de fontes, como o caso de materiais disponibilizados na internet e até mesmo *podcasts* que auxiliam no processo de compreensão sobre ele mesmo em uma pesquisa da pesquisa.

crítica da antropofagia, do podcast e do arranjo que nomeamos como podcast antropofágico, apreendendo este como uma atitude crítica.

Compreendemos a podosfera como uma comunidade política, que compartilha uma estética própria e que está inserida numa partilha sensível que diz respeito às estéticas da comunicação (RANCIÈRE, 2009). Em uma “comunidade sensível”, sujeitos se reconhecem em posições identitárias, desiguais, mas amalgamadas (RANCIÈRE, 2012).

Tal comunidade passa a ser encarada como um arranjo temporário de um mundo comum que é sustentado por esta partilha, sendo que o “sensível”, a produção do desejo, as subjetividades e a gênese de significações, quando passam a ser partilhados configuram um sistema de sensorialidades comumente normalizadas (RANCIÈRE, 1999). Não há no campo social uma ordem hierárquica que não seja produzida ou delineada pelo arranjo estético que é determinado na própria percepção de comunidade (SPINELLI, 2003).

A partilha da sensível, enquanto uma moral compartilhada socialmente, ao mesmo tempo que tem um caráter unificador, reparte sujeitos e institui uma hierarquia, diferenciando sujeito qualificado daquele sem qualidades. Tem como base um regime de sensorialidades que forja a existência de títulos e legitima a palavra de alguns em detrimento de outros. Essa relação hierárquica produzida e delineada pela estética, partilhada por uma comunidade, é moralmente naturalizada, reforçando uma relação de autoridade e submissão (RANCIÈRE, 2011).

As desigualdades, marcadas por traços estéticos e que remetem a expressões próprias de cada lugar, são reiteradas à medida em que a legitimidade e o valor de cada um são apreendidos, antes de mais nada, pelo sujeito e o seu posicionamento hierárquico dentro de uma comunidade de partilha.

A partir disso, podemos pensar que a moral institucionaliza e legitima um grupo de comunicadores em detrimento a outros, um modelo de comunicação ao qual é atribuído um valor superior, considerando uma estética socialmente partilhada e normalizada. Ainda que haja a possibilidade de comunicar, com as aberturas tecnológicas do ciberespaço que impulsionam criações de podcast de temas alternativos, é no campo estético que essa legitimação opera estruturas de poder. Quem tem o poder de falar e ser escutado? E aqueles que falam de forma a reivindicar participação ativa no ecossistema comunicacional têm possibilidades de ter legitimidade?

Compreendemos como práticas normalizadas o padrão estético na constituição de comunicações sonoras, construído e partilhado em um primeiro momento pelo rádio, mas que se atualiza para as lógicas híbridas de veiculação na podosfera.

Com o exercício crítico, busca-se delimitar esse padrão, compreendendo os processos estéticos que classificam as produções e os produtores através de uma normalização partilhada. Dialogando com o campo de uma partilha estética da podosfera, o exercício crítico que buscamos não visa uma total ingovernabilidade, tampouco forjar um modelo, mas questionar como se é governado. A própria crítica mantém essa relação; como explica Butler (2000), trata-se de pensar uma questão específica associada a uma relação de governo delimitada.

PODCASTING CIRR: CONSTRUINDO OUTRAS FERRAMENTAS

Algumas semanas após a primeira oficina, todo nosso planejamento de continuidade e de outras propostas de formação e criação foi interrompido por conta da pandemia causada pela COVID-19 e da perda de diversas lideranças indígenas.

Junto com os desafios impostos por este cenário, algumas propostas de comunicação e integração foram apresentadas para os coordenadores como difundir os protocolos de segurança para as comunidades espalhadas ao redor do estado, manter o distanciamento social, usar máscara e álcool em gel como também orientações relativas ao combate às *fake news* que circularam aos montes nos grupos de *WhatsApp* em diversas comunidades.

Em paralelo com os cuidados e o distanciamento, o podcast apresentava-se cada vez mais como uma linguagem emergente. O distanciamento social fez com que sua tendência de crescimento se potencializasse; cada vez mais pessoas têm produzido *podcasts* e falado sobre ele – cenários esses que não imaginávamos quando começamos a abordar o tema ainda em 2017.

Em 2021, a nova coordenação geral do Conselho Indígena julgou possível e necessária uma retomada nos processos de formação de comunicadores para a produção de *podcast*, investindo agora na elaboração de um produto para o próprio CIRR. A proposta foi de se criar, inicialmente, um *podcast* mensal para levar informações de temas variados para diversas comunidades, com partes ou versões dessas produções em línguas indígenas, como Wapichana e Macuxi. Os programas seriam veiculados por tocadores na internet, mas especialmente por meio do *WhatsApp*.

Tal perspectiva se alinha com os resultados iniciais de um processo que teve, como um dos primeiros pontos, a Oficina para Comunicadores Indígenas, ministrada em 2020, também em parceria com o CIRR. Assim, nos voltamos à análise destas produções, colhendo pistas desse processo de comunicação e organização política a partir de uma metodologia decolonial crítica antropofágica.

O primeiro programa que analisamos (Podcast A) trata justamente da identidade indígena na comunidade Barro, região Surumu, em Roraima, sua relação com a agropecuária e as transformações

do processo de manutenção das identidades indígenas roraimenses. O episódio é composto por quatro vozes, sendo elas de Tais Cristina Barbosa, da comunidade Barro, região Surumu (narrador 01); Ricardo Peterson Rodrigues, comunidade Tabalascada, região Serra da Lua (narrador 02); Ronilson Souza Queiróz, comunidade Pedra Branca, região Serra (narrador 03) e Elissiane Henrique Oliveira, da comunidade Barro, região Surumu.

O *podcast* é composto por dois momentos. No primeiro, cada um fala sobre suas percepções acerca da manutenção da cultura indígena local em contraste com a tecnologia. Nessa etapa, podemos identificar dois tipos de discursos presentes nas falas dos narradores. O discurso inicial contextualiza as temporalidades indígenas contemporâneas, dizendo “que a cultura indígena era mais respeitada antigamente” (narrador 01); “vivia-se mais em coletividade, em comunidade e união” (narrador 02). “Um sempre ajudava o outro” (narrador 03) e “a tecnologia começou a mudar essa união. As comunidades que agora têm *wi-fi* deixaram um pouco de lado as tradições” (narrador 04).

Saquet (2010) indica que a sociedade, construindo o território, se relaciona-se com o ambiente historicamente. O autor define identidade como “código genético local, material e cognitivo: é um produto social, da territorialização, e se constitui no patrimônio territorial de cada lugar, economia, política, cultural e ambientalmente” (2010, p. 148). As identidades são definidas e consolidadas através de línguas, mitos e ritos, religião e pelos atos territorializantes dos atores sociais históricos. Como podemos observar nestes quatro primeiros discursos do *podcast* A, existe essa preocupação na manutenção das identidades indígenas locais em relação às suas territorialidades e às suas formas de expressão contemporâneas.

Porém, também é importante ressaltar que a identidade, assim como as territorialidades e temporalidades, não é estanque ou essencialista, mas constantemente reconstruída, histórica e coletivamente, e

que ganha sua materialidade especialmente através de ações políticas e culturais. Considerando este pensamento, podemos acionar o outro tipo de discurso presente no *podcast A*, introduzido pelo terceiro narrador, Ronielson, que segue uma linha de conciliação entre costumes antigos e mudanças trazidas pelas novas tecnologias: “A tecnologia também veio ajudar, principalmente quando usamos para os estudos. Podemos ver muitas coisas boas [...] O desafio é tentar conciliar a tecnologia e a cultura, mostrar como podemos resgatar a nossa cultura através dela”.

Observamos que este discurso entra em sintonia com a proposta da oficina de pensar as novas ferramentas tecnológicas (e no caso específico, da comunicação) com formas de preservação e a atualização das territorialidades indígenas locais. Neste ponto do *podcast A*, os narradores trazem um exemplo de como estes aspectos podem andar juntos nas comunidades locais, citando a Escola do Centro de Formação Indígena, que fica na comunidade Barro, da região Surumu, cuja proposta é apresentar uma educação diferenciada e específica pensando as territorialidades indígenas. Como explica o segundo narrador, Ricardo Peterson Rodrigues, “além do suporte técnico para as comunidades, existe a formação de lideranças, que busca o resgate da identidade dos povos indígenas”.

É interessante notar que, neste momento, o *podcast* muda sua dinâmica narrativa. Se na primeira parte os discursos dos narradores eram voltados a um público externo, neste segundo momento a dinâmica assumida é mais interna, parecida com uma roda de conversa, em que os protagonistas perguntam e respondem curiosidades entre si. Aqueles que não frequentaram a Escola do Centro de Formação têm então a curiosidade de saber mais sobre seu funcionamento. O narrador 01 problematiza: “como a diversidade é ensinada? Como levar para casa o que se aprende no centro?”

Existe também uma demarcação no campo cultural que permeia as falas dos narradores nos últimos minutos do *podcast*. O narrador 02

então questiona e logo em seguida complementa: “E essa cultura que tu falas é de que tipo? São cultivos, né?! Cultivos de plantas, tipos de solo das diferentes regiões. Saber de tudo isso resgata a cultura indígena, é uma forma de nos fortalecer. Não são todas as escolas que ensinam”. O debate então segue com um detalhamento sobre os cultivos indígenas e como eles são acionados dentro desse ensino específico.

Podemos interpretar essa demarcação do campo cultural associada ao cultivo agrário e sua relação com a produção do *podcast* como uma forma em que a natureza passa a ter significações inéditas a partir do desenvolvimento de novas tecnologias. Para isso, compreendemos a comunicação em rede, que permite a constituição de circuitos e interações, que manifestem conexões de várias naturezas, nas quais os sujeitos, as mídias e o território estão imersos de forma indissociável em uma dimensão que os conecta e envolve, ao tempo que também lhes constitui. Desta forma, “a prática comunicativa não é mais aquela do sujeito com a natureza, mas aquela complexa e interativa entre sujeito-media-circuitos informativos-territorialidades” (DI FELICE PEREIRA, 2017, p. 27).

O exercício *podcasting*, dentro dessa dinâmica, também nos possibilita pensar uma multiplicidade em que a dimensão território-sujeito se inscreve junto com as mídias, para além da linguagem escrita. Por meio da ação humana, por muito tempo, a natureza esteve submetida à inteligibilidade da sua representação por uma lógica da centralidade da escrita. O ambiente tornou-se texto, realidade conceitual abstrata. A partir da eletricidade e do desenvolvimento de novas tecnologias, como as redes digitais, “a natureza moderna passa a adquirir multiplicidade informativa, gerando a emancipação do território em relação a interpretações conceituais produzidas por suas representações escritas” (DI FELICE, PEREIRA, 2017, p. 25). Com esse processo de eletrificação do território, este se transforma cada vez mais em interação comunicativa, o que gera, por consequência, alterações na percepção de espaço e nas formas de interagir com a natureza (DI FELICE, PEREIRA, 2017).

Tais considerações encontram reforço nos dizeres finais do podcast A: “Assim percebemos a grande importância da cultura dentro da nossa comunidade. É que a tecnologia possa nos ajudar a divulgar a cultura em si” (narradora 01, Tais Cristina). Desta forma, podemos trazer brevemente as considerações acerca desses processos de centralidade de aspectos da urbanidade, como no caso da eletrificação da natureza. Pensando as relações de acesso e possibilidade de produção, a adaptação de processos *podcasting* pode se consolidar como estratégia de comunicação, inclusive de significação das territorialidades indígenas, o que nos leva a problematizar: Quais as potencialidades do *podcast* para tratar a multiplicidade da natureza, do território e das territorialidades indígenas?

Essa multiplicidade narrativa também pode ser colocada em perspectiva quanto a outro traço de territorialidade dos povos indígenas: a língua materna. Este é o assunto central do podcast B, intitulado “Terceira idade e cultura indígena”. O mesmo também segue uma estrutura com quatro narradores, sendo eles: Vanderson da Silva Machado, Wapichana da região Amajari (narrador 01); Carlos Henrique, Macuxi da comunidade Serrinha (narrador 02); Beatriz Silva Bento, Macuxi, da comunidade Anta 2 (narrador 03) e Elivanilda da Silva, Wapichana da comunidade Pium (narrador 04). Durante o *podcast*, os quatro conversam entre si, no formato “mesa redonda”. Mais uma vez, há a indicação do conflito entre preservação da cultura local e as novas tecnologias de comunicação, mas, desta vez, com foco nos sujeitos da terceira idade como importantes agentes diante dessa dinâmica.

A problemática central deste episódio gira também em torno de pensar as novas tecnologias de comunicação como ferramentas não apenas estratégicas para a luta, a preservação de identidades, mas também, como forma de aproximar gerações. “Os idosos são os verdadeiros protagonistas para que as conquistas da era digital pudessem acontecer [...]”. A população indígena hoje é muito jovem e

não liga muito para a nossa história, para como conquistamos o que temos hoje”, relata a narradora 03. “Aconteceu de alunos não quererem fazer a formatura deles aqui no malocão da comunidade, que é o nosso cartão postal. Em toda a minha vida eu nunca falhei em nenhuma formação que tive aqui dentro da comunidade. Hoje estou na área da medicina, mas nunca falhei com nenhum curso aqui. Toda a minha formação foi aqui dentro”, relata a narradora 04.

É interessante pensar tais problematizações trazidas pelos protagonistas, especialmente quando pensamos em uma abordagem múltipla do território, que reconhece inclusive sobreposições em uma mesma zona. Saquet (2010) define quatro visões sobre o território que nos permitem compreender essas reivindicações. Assim, podemos pensar um território cotidiano, que é local de uma territorialidade imediata, banal e original. É o cotidiano vivido simultânea, territorial e linguisticamente. Quando a narradora propõe pensar que “o mais importante é a língua materna”, evoca justamente as territorialidades presentes nos cotidianos das comunidades. Como consolidar estratégias políticas a partir do uso cotidiano das línguas maternas? Essa evocação problematiza as relações de poder sócio-históricas dos povos indígenas que tiveram, em vários momentos de conflito com o “povo branco”, esse traço destituído.

O *podcast*, a partir de suas potencialidades, pode ser uma ferramenta nessa constituição estratégica de retorno das línguas maternas indígenas em seus cotidianos digitais, além de ser uma ponte entre gerações. Saquet (2010) também define um território das trocas, em que há um fluxo contínuo entre articulações do que é regional, nacional e internacional. Nesta perspectiva, podemos pensar as próprias negociações da língua portuguesa no território brasileiro e nos territórios indígenas, mas também os usos e apropriações do *podcast* nesses constantes processos de territorialidades.

Consideramos os territórios de referência como dimensões articuladas de forma material e imaterial. Não se trata de um território que

se habita, mas sim aquele que se habitou, evocado a partir das manifestações culturais ou das narrativas históricas dos povos indígenas. “São imagens que nutrem a identidade atual” (SAQUET, 2010, p. 150).

A narradora 03 conta um pouco sobre algumas relações entre esse território de referência e sobre problemáticas que devem ser consideradas para que se efetue seu acesso: “Os jovens só nos procuram quando precisam fazer alguma atividade da escola que vale ponto”. Ela é complementada pela quarta narradora: “Eles falam, ‘não vou na casa daquele vovô não, porque ele é chato, fala muito, não para mais de falar’, mas isso é bom, porque é o passado que está nos ensinando”.

O narrador 02 então complementa: “Quem mais batalha para que a gente mantenha a língua materna é a 3ª idade [...]. São pessoas que não tiveram a oportunidade de conhecer essas novas ferramentas [...] e que precisam de ajuda dos mais jovens”. Tal problemática reforça a potencialidade que a prática *podcasting* pode assumir dentro dessas relações intergeracionais. Além disso, reforça também os esforços estratégicos dos protagonistas em manter e atualizar este território de referência das territorialidades indígenas locais.

O *podcast*, então, é encerrado com o depoimento da narradora 04, Elivanilda da Silva, em língua Wapichana, que utiliza o momento para forjar o que Saquet (2010) denominou como território sagrado, ligado a aspectos políticos e de religião, a partir dos rituais de identidade localizados em determinados territórios. Ao fazer este gesto de grande simbologia, sua narrativa atualiza traços do próprio *podcast*, das territorialidades indígenas e torna possível uma ação política como resultado dessa hibridização.

Como já indicado, ao final da oficina foram reproduzidos os *podcast* para que todos os participantes pudessem contemplar e comentar. No geral, os comunicadores sentiram-se satisfeitos com suas produções, tanto em âmbito técnico, como em relação ao conteúdo

produzido. Nos comentários finais, prevaleceu a interpretação de que a linguagem de *podcast* pode se configurar como uma ferramenta de comunicação na luta por emancipação dos povos indígenas, assim como da importância de consolidar espaços de interculturalidade crítica, como no caso da oficina.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A antropofagia de Oswald de Andrade encara o desajuste à norma como algo a ser encorajado e exaltado. É subversiva. Regenerativa. Criativa. Híbrida. E, por que não, resiliente? Diante da falta de recursos: a gambiarra. Ela indica uma vontade de fazer, apesar do modelo hegemônico, apesar da falta de recursos. Ela nos entrega reapropriações e usos do cotidiano, e reivindica espaços e bens que nos foram historicamente negados.

Mas, se é o brasileiro antropófago por vocação, seu apetite não é pelo saciar da fome de sobrevivência, mas sim pelo ritual: o outro já não é mais outro, mas elemento híbrido, digerido e deglutido juntamente com o sujeito antropófago. De tanto abrir os dispositivos, repará-los e fragmentá-los à sua conveniência, deixam de zelar pelos signos, pela unidade e identidade do projeto estético ao qual estes pertenciam.

Acionando a antropofagia nos processos metodológicos de produção sonora e utilizando-a como teoria para embasar a análise crítica, estamos nos referindo a um posicionamento político decolonial. A antropofagia, enquanto uma teoria cultural, inaugurou uma perspectiva política no campo científico, uma vez que delimita uma postura colonial da relação entre Brasil e outros países a partir da transformação do tabu em totem e, assim fazendo, a antropofagia a transgride.

Com isso, é possível observar as desigualdades produzidas pela estética no campo comunicacional. Qual o padrão estético sonoro hoje vigente na podosfera? Quem tem acesso aos meios de produção? Como são os discursos e narrativas evocadas? Quais suas raízes genealógicas? Como alguns *podcasts* a subvertem? Como esse desassujeitamento ético, resultante da experiência de produção, contribui para uma reflexão crítica sobre os padrões estéticos da comunicação e hierarquizações de sujeitos comunicantes?

Esse processo é capaz de romper com a dicotomia entre os polos Emissor-Receptor, considerando as singularidades da podosfera que configura, de maneira mais visível, uma zona de trânsito entre os sujeitos comunicantes. Estas problematizações possibilitam nos aproximarmos de campos de conhecimento em comunicação, tais como o *podcast*, as estéticas sonoras e a antropofagia, para pensar uma comunicação brasileira decolonial e capaz de se efetivar como uma dimensão de emancipação social a partir da comunicação.

A prática *podcasting*, observada durante a oficina e nos aspectos aqui interpretados, indica-nos que o hibridismo opera de maneira dupla e simultaneamente. Ao mesmo tempo cria novos espaços, estruturas e cenas, homogeneizando-as a partir de suas subversões, traduções e transformações. Se podemos pensar, no campo da podosfera contemporânea, relações de poder que institucionalizam algumas práticas, normalizando-as, também podemos pensar negociações, como as encaradas nas territorialidades indígenas expressas nestes exercícios de fazer podcast.

Em um contexto decolonial, o hibridismo não é apenas um instrumento de ruptura com a matriz do colonizador, mas representa também formas de resistência e de reterritorialização, recriando pela mistura outras formas de construção e de identificação com o território.

Compreendendo a podosfera como campo em que o trânsito entre sujeitos comunicantes é mais notório, este se configura como um tensionamento das legitimações de quem pode comunicar e como pode comunicar. Esses sujeitos são convidados a construir narrativas a partir de suas vivências, que muitas vezes, não se ajustam com um padrão estético moralmente partilhado. A atitude crítica é acionada neste quesito como maneira de dar limite, encontrar as medidas que cercam determinadas governanças, buscando nesse exercício de mostrar os alicerces fundantes, deslocá-los e ampliá-los.

Tal posicionamento, no entanto, é algo que tem como fundamento a estilização do eu, ou seja, o posicionamento pessoal e individual de cada sujeito em relação aos consensos, às regras e aos preceitos. Esses questionamentos se dão pela experiência de produção, e a partir deles se inicia um movimento de transformação da comunicação como ferramenta para emancipação social - através de um posicionamento estético. Desse modo, buscamos dar ênfase a produtos antropofágicos, capazes de articular subjetividades sonoras que ampliam as potencialidades estéticas, assim como reforçam espaços de reconhecimento identitário de atores sociais envolvidos na experiência de criação. Acionamos a antropofagia como caminho para pensar uma estética subversiva e decolonial.

Enquanto uma vanguarda modernista, que propunha um Brasil a partir da metáfora dos indígenas antropófagos que devorassem elementos estrangeiros, tendo como base o primitivismo, atributos estéticos inferiorizados hierarquicamente pelos colonizadores, a antropofagia devora e ressignifica aquilo que fortalece traços da cultura nacional e que, com o ato antropofágico, institui no Brasil uma postura de igualdade estética.

Logo podemos perceber que a podosfera é território em sobreposição de disputa e instabilidades e é um lugar privilegiado para observarmos movimentos (ainda que tímidos e desorganizados) de

emancipação humana por meio da comunicação. Afinal, as lógicas de emancipação transbordam as necessidades de sobrevivência, e passam por movimentos de reconhecer a ética, a estética e a política dos povos originários.

REFERÊNCIAS

- AGUIAR, Lisiane Machado. Perspectiva crítica y compromiso ético micropolítico: otros mundos posibles en la experiencia de investigación metodológica en comunicación. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; CASTRO, Edizon (Orgs.). **Pensamiento crítico em comunicação**: realizaciones transdisciplinares y transmetodológicas mattelartianas. Quito: Ciespal, 2021.
- BONIN, Jiani Adriana. Processos e percursos de construção de pesquisas em recepção: Algumas reflexões epistêmico-metodológicas. *In*: **Conexão: Comunicação e Cultura**, Caxias do Sul, v. 17, n. 34, p. 13-25, jul.-dez de 2018.
- BUTLER, Judith. O que é crítica? Um ensaio sobre a virtude de Foucault *In*: INGRAM, David (ed.). **The Political**: readings in continental philosophy. Londres: Basil Blackwell, 2000.
- DI FELICE, Massimo Di; PEREIRA, Eliete. **Redes e ecologias comunicativas indígenas**: as contribuições dos povos originários à teoria da comunicação. São Paulo: Paulus, 2017.
- FOUCAULT, Michel. Qu'est-ce que la critique? **Critique et aufklarung bulletin de la société française de philosophie**, v. 82, n.2, p.35-65. Tradução de Gabriela Latefá Borges. 1990.
- FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Tradução Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- HAESBAERT, Rogério; MONDARDO, Marcos L. Transterritorialidade e antropofagia: territorialidades de trânsito numa perspectiva brasileiro-latino-americana. **GEOgraphia**, v. 12, p. 19-50, 2010.
- MALDONADO, Alberto Efendy. **Perspectivas metodológicas em comunicação**: novos desafios na prática investigativa. Salamanca: comunicación social ediciones y publicaciones, 2013.

RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 1999.

RANCIÈRE, Jacques. Contemporary art and the politics of aesthetics. *In*: HINDERLITER, Beth *et al.* (Orgs). *Communities of Sense*. Duke University Press, Durham e London, 2009.

RANCIÈRE, Jacques. A Comunidade estética. **Revista Poiésis**, v. 12, n. 17, p. 169-187, 1 jul. 2011.

RANCIÈRE, Jacques. **O espectador emancipado**. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

REVISTA PIAUÍ. **Interação com o público ajuda a ganhar e manter audiência**. 2019. (1h01m39s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=EQMhiVTZwL8&list=PLn_YkZF2TTNs2aqIzscZ6zeV2ZD1TEbpf&index=3

ROLNIK, Suely. **Cartografia sentimental da América**: produção do desejo na era da cultura industrial. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Psicologia Social, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1987.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

SANTIAGO, Silvano. **Nas malhas da letra**. Rio de Janeiro: Rocco. 2000.

SANTIAGO, Silvano. O entre-lugar do discurso latino-americano. *In*: SANTIAGO, Silvano. **Uma literatura nos trópicos**: ensaios sobre a dependência cultural. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

SANTOS, Luan Correia Cunha. A estética da podosfera brasileira: Os devires e atualizações de uma comunidade sensível. **Revista Brasileira de Iniciação Científica em Comunicação Social**, São Paulo, v. 9, n. 3, s.p., out., 2020.

SPINELLI, Miguel. **Filósofos pré-socráticos**: primeiros mestres da filosofia e da ciência grega. 2. ed. Porto Alegre: Edipucrs, 2003.

TUHIWAI, Linda. **A descolonizar las metodologias**: investigación y pueblos indígenas. Nova Zelândia: Txalaparta, 2017.

16

Taís Flores da Motta

DESCOBRINDO RUPTURAS NA PUBLICIDADE TRADICIONAL:

os vídeos do Porta do Fundos
no YouTube e a presença
incomum das marcas

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.16

Este texto parte de uma pesquisa mais ampla, desenvolvida ao longo do doutorado em Ciências da Comunicação (MOTTA, 2020). Percebemos que a publicidade, assim como as mais diversas práticas sociais, modifica-se e transforma-se à medida que as possibilidades de interação e comunicação se ampliam com a digitalização.

Os vídeos do Porta do Fundos, por sua vez, apresentam-se como um tipo de produção privilegiada para abordar a publicidade e o consumo de publicidade, especialmente em virtude das lógicas utilizadas nessas produções – que buscam, em vez de enaltecer as qualidades dos produtos, dos serviços e das marcas, expor suas fragilidades. Entendemos que seja relevante compreender os usos e as apropriações dos sujeitos comunicantes que passam a consumir a publicidade de outra forma, uma vez que as estratégias da publicidade incomum¹¹⁸ nos vídeos do Porta dos Fundos do YouTube, os quais foram nomeados PI-VPY, podem, por vezes, confundir-se com o conteúdo dos vídeos, naturalizando, para quem lhes assiste, a presença de marcas e produtos.

O Porta dos Fundos é um coletivo de humor criado por cinco amigos que, insatisfeitos com a falta de liberdade criativa da TV brasileira, decidiram montar um canal de esquetes de humor no YouTube. O canal surgiu por meio da parceria entre os integrantes do *site* de humor Kibe Loco e da produtora Fondo Filmes, em março de 2012. Mesmo com a venda do canal para a multinacional VIACOM, Fábio Porchat, Antonio Tabet, João Vicente, Gregório Duvivier e Ian Raul Samarão Brandão Fernandes afirmam continuar com total autonomia como principais responsáveis pela criação de roteiros dos vídeos (PORTA DOS FUNDOS, 2016?). Na atualidade, o Porta dos Fundos é o vigésimo segundo canal com maior número de inscritos do YouTube, com mais de 16 milhões de inscritos (SOCIAL BLADE, 2021). Com seu primeiro vídeo lançado em agosto de 2012, em apenas seis meses de atividades rapidamente atingiu a marca de 30 milhões de visualizações no *site* de compartilhamento de vídeos YouTube (THINK..., 2016).

118 Na tese, publicidade incomum é aquela que expõe fragilidades de marcas e produtos, ao contrário da publicidade tradicional.

O objetivo, na pesquisa empreendida, foi investigar os processos de transformação publicitária presentes nos vídeos do Porta do Fundos que apresentam as marcas de forma incomum em relação à publicidade tradicional, bem como seus usos e apropriações por inscritos em comunicação do canal no YouTube (ICPY). A pesquisa partiu de quatro bases conceituais para o processo de investigação, a saber: perspectivas epistemológicas, mídiatização, publicidade e inscritos em comunicação.

Consideramos importante explicitar nossa posição em relação à construção do conhecimento, que vai além de uma reflexão de filosofia da ciência, mas tem base na ideia de epistemologia. Apresentamos, então, algumas reflexões em relação à perspectiva da transmetodologia a partir da articulação de algumas premissas propostas por Maldonado (2013) e outros autores com os quais dialoga (BACHELARD, 1974; MILLS, 1975).

A perspectiva transmetodológica na pesquisa em comunicação pressupõe a necessidade de articulação com outros campos científicos, em especial as ciências humanas. Após o avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação, a pesquisa comunicacional tem se tornado mais complexa e, por esse e outros aspectos, existe a emergência do uso de metodologias e teorias múltiplas (MALDONADO, 2013). No caso do nosso objeto de estudo (a produção de sentidos dos Inscritos Comunicacionais do Porta dos Fundos no YouTube – ICVPY – a partir da PIVPY), precisamos desenvolver um diálogo criativo e investigativo com áreas que nos permitam entender desde as particularidades, as lógicas e as características em termos de discurso – vídeo de humor, plataforma na internet, publicidade – até as formas de relacionamentos e socialização de conteúdos dos sujeitos que são inscritos no canal.

O desenho transmetodológico afirma, ainda, que a prática teórica é uma condição indispensável da pesquisa realmente científica. É preciso ter uma postura que leve em conta a pesquisa dos vários paradigmas, correntes, perspectivas e experiências de produção e sistematização

teórica (MALDONADO, 2013). Procuramos, então, avançar a reflexão em torno do sujeito comunicante (MALDONADO, 2017) para compreender suas práticas comunicativas na sociedade midiaticizada, bem como da ciberpublicidade, da publicidade híbrida e da publicização, que são perspectivas que se apresentam como possibilidades de entendimento para as lógicas presentes na PIVPY, mas que deixam espaço para questões e avanços na perspectiva da nossa pesquisa.

As novas configurações sociais e tecnológicas modificaram os modos como as marcas se inserem no cotidiano. A publicidade continua presente e consumimos essa produção cultural mercadológica, agora, em instâncias antes não contempladas. Existe uma mudança da forma tradicional de fazer e consumir publicidade. Nesse cenário, as perspectivas teóricas até então formuladas já não dão conta de explicar a publicidade em suas reformulações. É necessário avançar.

Como propõe Bachelard (1981), é preciso não apenas romper com a visão tradicional, mas criar novas formas de ver o fenômeno; quando as teorias já não explicam o problema de pesquisa, devemos propor novas maneiras de olhá-lo e compreendê-lo. Para realizar avanços, muitas vezes é necessária uma ruptura mais expressiva e radical com as teorias de que dispomos. Nessa perspectiva, a pesquisa buscou avançar nos estudos sobre as práticas mercadológicas e simbólicas que permeiam as marcas e o cotidiano dos sujeitos. Nossos movimentos epistemológicos são de entendimento, ruptura, reflexão e avanço.

Percebemos, entre os autores clássicos de publicidade, um entendimento de que a propaganda e a publicidade usam a comunicação persuasiva para convencer os sujeitos. Entretanto, eles diferenciam as duas quanto ao objetivo final, ou seja, envolver ou não o interesse e a lógica comercial.

A origem da publicidade está vinculada à Revolução Industrial, quando, a partir da produção em massa, passou a existir a necessidade de divulgar os produtos e informar sobre eles. Mas ao longo do

tempo e, principalmente, com o avanço das Tecnologias de Comunicação e Informação, a sociedade passou a ter necessidades diferentes. Não deixamos de consumir produtos, pelo contrário, o acesso a eles passou a ser mais fácil, pois podemos adquirir algo sem sair de casa. As compras *online* não substituíram as compras físicas, mas são um exemplo de modificação das necessidades sociais vinculadas à publicidade. Os pontos de venda, que antes eram físicos, demandaram novas práticas de divulgação e organização ao se colocarem na internet.

O acesso aos dados dos clientes, que eram obtidos por meio de um cadastro físico e posteriormente usados para envio de uma mala-direta pelo correio com o objetivo de divulgar um produto ou serviço, passou a ser registrado em qualquer movimento dos sujeitos na internet. No *desktop* ou no celular, a partir dos rastros digitais, as organizações possuem uma infinidade de formas de chegar até seu cliente. Com isso, mais uma vez percebemos que as necessidades de consumo e informação continuam existindo, mas a publicidade evolui à medida que as práticas de consumo se transformam.

A mudança está também nas práticas publicitárias, mas o fenômeno macro é o consumo e a forma como as pessoas se relacionam com os bens. Esses sujeitos, que antes não tinham a possibilidade de falar sobre os produtos que consumiam, a não ser para pessoas do seu círculo de relacionamento mais íntimo, têm hoje acesso às redes sociais digitais e podem disponibilizar um vídeo que demonstre ao vivo sua relação com o produto adquirido. São fotos postadas, comentários em *sites* de notícias, *memes* e outras inúmeras possibilidades de apropriação e produção de conteúdo que desafiam as lógicas da publicidade tradicional.

Uma outra questão contextual que é importante destacar relaciona-se à desaceleração do consumo: percebemos um movimento de pessoas preocupadas com o meio ambiente, com as mudanças climáticas o aquecimento global, com a inclusão social. As marcas,

em contrapartida, apropriam-se de movimentos sociais, mas também buscam ter uma identidade que se aproxima mais dos sujeitos, com valores que vão além do produto oferecido.

Ao definir o que é publicidade, então, não podemos nos apoiar somente nas atividades desenvolvidas por publicitários. Não são anúncios, cartazes, *jingles* que definem e caracterizam a publicidade, e sim sua presença, sua relevância e seu alcance nos mais diversos fenômenos sociais.

Nesta pesquisa, portanto, publicidade é entendida como a prática mercadológica de propagação de ideias, produtos, serviços etc., sempre envolvida com um cliente que paga por uma produção cultural, seja ela tradicional ou não. Além disso, no nosso entendimento, a publicidade tradicional se caracteriza pela presença da marca de forma intencional e paga em qualquer meio de comunicação (TV, rádio, *site*, rede social etc.).

São inúmeras as novas estratégias publicitárias, como já citamos, mas a principal característica que percebemos daquelas desenvolvidas para a web é a busca de um contato mais atraente com o público, tentando não interromper ou atrapalhar o que o sujeito comunicante está buscando. A publicidade, assim como os diversos discursos sociais, apresenta lógicas e estratégias produtivas. Essas estratégias possivelmente buscam, entre outras coisas, estabelecer vínculos com o espectador, já que procuram retratar experiências que se relacionam com a sua realidade. Esses vínculos remetem ao que Verón (2005) denomina como marcas discursivas. De acordo com o autor, essas marcas, presentes nos produtos midiáticos, relacionam-se às gramáticas do reconhecimento e da produção.

O sistema de produção de sentidos é formado por dois polos – a produção e o reconhecimento –, e cada um deles tem suas gramáticas específicas (VERÓN, 2005). O elo entre esses polos é o que o autor chama de circulação, ou seja, a defasagem entre as condições de produção

do discurso e a leitura feita pela recepção, sendo o sentido, então, constituído entre esses dois polos. Esse sentido, no entanto, não é uniforme, variando de acordo com as condições de produção e, também, com as diversas gramáticas de reconhecimento que são postas em funcionamento nas leituras por parte dos sujeitos. E ambas as gramáticas estão, também, configuradas pelos processos de mediação.

Entendemos a mediação como processo configurador, tanto no âmbito dos vídeos do coletivo de humor Porta dos Fundos quanto no da produção de sentidos e das apropriações dos sujeitos inscritos, comunicantes. A mediação, além de reestruturar a realidade social, também pode configurar a renovação ou reestruturação de um sistema social. Como argumenta Sodré (2006, p. 23), “Da mídia para o público não parte apenas influência normativa, mas principalmente emocional e sensorial, com o pano de fundo de uma estetização generalizada da vida social [...]”.

Conforme Bonin (2018, p. 61),

A comunicação é um processo complexo e multidimensional e a recepção uma das dimensões ou instâncias componentes deste processo. Pensar a comunicação, nesta perspectiva, inclui considerar que suas instâncias (produção, produto, recepção) se inter-relacionam complexamente, em vínculos que se constituem – e só podem ser inteligíveis – historicamente.

Nosso estudo segue a perspectiva de que as instâncias do processo comunicacional são interdependentes e inter-relacionadas e, tendo em vista o ambiente digital em que está inserida, a complexidade das instâncias é um dos pontos que devemos considerar, porque existe a possibilidade de produção e produto estarem em parte na instância da recepção. Entretanto, não podemos deixar de considerar que uma boa parte dos sujeitos consome os vídeos do YouTube e não faz parte da produção ou do produto. Assim, mesmo em vídeos disponibilizados no YouTube, que têm uma característica mais flexível de produção, ainda é

interessante observarmos as diferentes instâncias, atentando para o fato da digitalização, que configura e transforma a produção de sentidos.

Nas palavras de Bonin (2018, p. 62),

Os processos comunicacionais se realizam em contextos históricos concretos – sendo constituídos e constituintes destes contextos. [...] os processos de comunicação, e, em específico, aqueles relativos à recepção, não se realizam fora, mas estão atravessados por dimensões socioculturais, políticas e econômicas históricas (entre outras) que marcam, configuram, marcam – de diferentes formas, no concreto das realidades em que se inserem – estes processos, sendo parte das lógicas de sua inteligibilidade.

Seguindo essa perspectiva, entendemos que tanto os vídeos do Porta dos Fundos que apresentam publicidade de forma incomum quanto os sujeitos inscritos no canal estão atravessados por diferentes dimensões – socioculturais, políticas, econômicas e históricas –, não havendo, assim, uma produção única de sentidos, e sim diversas, que são transformadas a partir da historicidade dos sujeitos inscritos. Mesmo em um ambiente de digitalização, que complexifica o processo, entendemos que a diversificação de perfil e realidades socioculturais, políticas, econômicas e históricas dos participantes é essencial para compreendermos o que configura e atravessa sua produção de sentidos.

Buscando avançar na proposta de estudar os processos comunicacionais, Maldonado (2013) argumenta que os meios de comunicação digitais reconfiguram e transformam os padrões culturais. Embora os sistemas e meios de comunicação hegemônicos continuem a permear boa parte da audiência, as formas de comunicação digital permitem o desenvolvimento de produções independentes, que muitas vezes subvertem a lógica do lucro, transformando, assim, a relação dos sujeitos com as mídias.

Coloca-se a necessidade de pensarmos no caráter dos agentes sociais participantes dos processos comunicacionais, nesse contexto. Eles se configuram como públicos dos sistemas midiáticos ou como comunicadores socioculturais no atual sistema? É necessário, assim, aprofundar a problemática do sujeito comunicante. Nos estudos de recepção, já se assumia que o receptor não era passivo, mas também produtor. Entretanto, como argumenta Maldonado (2017), os termos receptor, consumidor, usuários e massa são concepções instrumentais, funcionalistas, estruturais, tecnicistas e mercadológicas:

Os sujeitos comunicantes ou as pessoas em comunicação produzem sentido de maneira fluída, caótica, estruturada, condicionada, livre, pactuada, enquadrada e subversiva. A maioria dos processos está em confrontação com os sistemas midiáticos estabelecidos. Os fluxos de comunicação são atômicos, as pessoas migram circulam e se transferem. O digital permite o comunicador-produtor. Não que fossem passivos, mas com o digital os sujeitos vão dando continuidade a suas culturas midiáticas históricas. Assim, combinam possibilidades de experimentação permitidas pelo digital. (MALDONADO, 2017, p. 93).

Temos que considerar, então, que as condições de produção simbólica se transformaram. As formas de circulação quebraram o domínio das mídias hegemônicas. O YouTube é uma plataforma que amplia o acesso e o compartilhamento de conteúdo. Mas isso não quer dizer que não exista controle: mesmo o YouTube tem suas limitações e seus mecanismos de vigilância. Podemos dizer que vivemos um momento de socialização da experimentação. Os sujeitos em comunicação mudaram suas competências, suas características, seus hábitos e seus esquemas operacionais (MALDONADO, 2017).

Vivemos hoje, portanto, uma renovada configuração, onde os sujeitos são produtores de informação e comunicação, além dos enquadramentos conservadores (MALDONADO, 2017). Nesse sentido, entendemos que um canal do YouTube não substitui outros meios de comunicação, mas complementa e oferece novas ofertas midiáticas, por meio de seus usos e significações.

Em alinhamento com a perspectiva de Maldonado (2013, 2017), assumimos nessa tese a expressão *inscritos em comunicação* para nos referir aos participantes da pesquisa, levando em conta que não são meramente receptores, produtores de sentido ou produtores de conteúdo, mas tudo isso de maneira complexa e atravessada por um contexto digital midiaticizado.

Nossa perspectiva metodológica parte da ideia de que é necessário construir um caminho único e artesanal para investigar o fenômeno. Sendo uma pesquisa complexa que envolve contexto, sujeitos e publicidade, foi necessário criar formas de compreender cada âmbito e, também, articular os dados para responder ao problema de investigação.

Iniciamos nosso percurso buscando entender o que estava sendo desenvolvido no campo sobre a problemática investigada. A pesquisa da pesquisa ajudou a identificar propostas de avanço, não apenas nos estudos que colocam a produção de sentido dos sujeitos como perspectiva principal, mas também na publicidade.

No âmbito Contextualização, por meio de pesquisa documental, entendemos e apresentamos o YouTube, bem como as possibilidades e os tipos de publicidade presentes na plataforma. Além disso, buscamos dados para compreender o Porta dos Fundos desde o seu surgimento, incluindo questões como a estrutura do canal e formas de apropriação das lógicas publicitárias do YouTube.

Já no âmbito PIVPY, mapeamos, sistematizamos e analisamos as características da publicidade incomum dos vídeos do Porta dos Fundos no YouTube. Por meio de categorias desenvolvidas para apreender esse fenômeno¹¹⁹, buscamos compreender como a publicidade incomum se caracteriza nos vídeos com mais de 10 milhões de acesso selecionados a partir de critérios pré-definidos.

119 As categorias de análise são: personagens, cenários, ações, temporalidade; linguagem audiovisual e característica da publicidade. (MOTTA, 2020).

Para investigar o âmbito dos ICPY, organizamos a coleta de dados em três etapas. Na primeira, cujo objetivo foi entender os usos que os sujeitos fazem do YouTube e identificar indícios de como os sujeitos que acessam a plataforma percebem a publicidade, desenvolvemos um questionário estruturado por meio do aplicativo *Microsoft Forms* e o disponibilizamos em nossas redes sociais. Para diversificar a amostra, tendo em vista os algoritmos e nossa bolha social, encaminhamos o *link* para algumas pessoas com um perfil diferente do pesquisador. Ou seja, pessoas que não estão no meio acadêmico e da comunicação.

Nas fases 2 e 3, para a coleta de dados, elegemos a videoconversa¹²⁰ como procedimento. Na fase 2, o objetivo foi coletar a percepção dos ICPY em relação à publicidade e aos vídeos do canal. Já na fase 3, o objetivo foi identificar, sistematizar e compreender os usos e apropriações que os ICPY fazem da PIVPY.

Para apresentar os resultados das videoconversas, inicialmente reconstruímos o perfil de cada sujeito, coletado na primeira etapa, quando solicitamos que os participantes preenchessem um questionário sobre dados de perfil, usos das mídias e hábitos em relação ao humor.

Na segunda etapa, eles assistiram a cada um dos quatro vídeos e responderam, após cada um deles, a perguntas de um roteiro previamente estruturado, que se referia às categorias de audiovisual, humor e publicidade. A cada bloco de perguntas, o vídeo poderia ser reexibido, conforme a necessidade dos participantes.

Para a análise dos dados das videoconversas, agrupamos as opiniões a partir das mesmas categorias de análise dos vídeos e sistematizamos o conjunto de dados por vídeo, sendo que as produções de sentido sobre cada um dos vídeos foram expostas de forma agrupada.

120 A videoconversa consiste em assistir ao vídeo com o participante e, em seguida, entrevistá-lo a partir de um roteiro semiestruturado. (MOTTA, 2020).

REFLEXÕES E AVANÇOS

Ao dialogarmos com Perez (2016) e sua proposta de Ecologia Publicitária, concordamos que publicidade tradicional não abarca mais a complexidade e a diversidade de possibilidades de relações possíveis no mundo digital. A ideia de criar vínculos, mais que usar a persuasão, pode ser um caminho interessante para pensar a publicidade incomum nos filmes do Porta dos Fundos.

Existe, de alguma forma, a presença das marcas, mesmo que de maneira incomum, e os sujeitos produzem sentidos sobre elas, nem sempre positivos. Um exemplo é quando uma das entrevistadas expressa que não importa como as marcas estejam representadas nos vídeos de humor: o simples fato de serem expostas em um vídeo do Porta dos Fundos é vantajoso para a marca.

Ou quando outra participante da pesquisa percebe a marca do sorvete¹²¹ em um dos filmes assistidos e diz que isso é negativo para a marca, pois estão relacionando o sorvete com drogas ilícitas. Existe um vínculo, mesmo que não seja uma relação positiva entre sujeito e marca.

Nas interações com os sujeitos, identificamos, ainda, que existe uma confusão quando as marcas mencionadas nos filmes são diferentes da embalagem que a personagem principal mostra. Em um dos filmes, intitulado Pobre (2014), a personagem principal mostra embalagens de produtos diversos, mas na sua fala as marcas são diferentes (por exemplo, mostra uma embalagem de achocolatado Toddy e fala Nescau). Nesses casos, percebemos que os sujeitos ficam confusos e não dão conta de entender a intenção das marcas. Dessa forma, compreendemos que há um vínculo, mas existe também um estranhamento entre sujeitos e marcas, pois os sentidos produzidos pelos sujeitos são confusos.

121 Trata-se do filme SORVETE (2015).

Em nossa pesquisa, não tivemos contato com a produção dos filmes do Porta dos Fundos, mas para entender que filmes eram esses que selecionamos e se existia alguma relação com as marcas expostas, percebemos que o canal diferencia os vídeos de produções que são encomendadas (*product placement*) das demais. Os quatro filmes que fizeram parte do nosso *corpus* de análise não estavam na listagem de produções encomendadas, ou seja, filmes que se caracterizam como *product placement*. Por isso, entendemos que as marcas aparecem como mais um elemento do cotidiano, e a troca e a confusão de marcas que é feita pela personagem ajuda a compor a piada.

Ao assistir a um filme do Porta dos Fundos que apresenta de alguma forma as marcas, os sujeitos esperam que as mensagens sejam positivas em relação a essa marca, pois essa é a gramática de reconhecimento (VERÓN, 2005) desenvolvida sobre publicidade tradicional. Mas nem sempre as mensagens negativas deixam de criar um vínculo com esses sujeitos.

O que vemos quando os sujeitos não entendem a mensagem, ou seja, o tipo de exposição das marcas nos filmes do Porta dos Fundos, é um choque entre duas gramáticas de reconhecimento distintas (VERÓN, 2005). A primeira delas é sobre os produtos culturais de humor que são ofertados no YouTube. Existe, por parte dos sujeitos, o reconhecimento de que uma marca estar inserida em produtos culturais como os vídeos do Porta dos Fundos caracteriza um tipo de publicidade, devido ao alcance que esses vídeos têm junto ao público do respectivo canal. Os sujeitos compreendem que os produtos culturais não inserem marcas sem patrocínio. Ao mesmo tempo, a gramática de reconhecimento em relação à publicidade é de que ela expõe as marcas de forma positiva, ou seja, as marcas não permitem que sejam expostas sem consentimento ou de forma negativa.

Percebemos que, com a transformação na forma de fazer publicidade, uma nova gramática de reconhecimento pode estar em

desenvolvimento. Porém, ainda não existe por parte dos sujeitos investigados um entendimento da intenção da presença dessas marcas, de forma incomum, nesse tipo de produto cultural.

Sabemos que a gramática de reconhecimento não é única e que os sentidos não são uniformes (VERÓN, 2005). As gramáticas de reconhecimento das marcas expostas de forma incomum nos vídeos do Porta dos Fundos relacionam-se com a história, a cultura e as mediações constitutivas do entendimento por parte dos sujeitos. Mas uma quebra na gramática de reconhecimento interfere na capacidade de entendimento dos sujeitos, podendo, com isso, gerar sentidos diversos e incoerentes.

Tendo em vista que a competência para a publicidade dos sujeitos investigados, mesmo os mais jovens, pode ser configurada a partir de um entendimento tradicional da prática publicitária (falar bem das marcas e produtos, explicar para o que servem, exaltar suas qualidades), inferimos que, quando as marcas aparecem de uma forma diferente, existe uma confusão, e os sujeitos não conseguem entender a intenção da mensagem, quase sempre atribuindo a isso uma forma negativa de mostrar a marca.

Ao retomarmos as ideias de Sodré (2006) sobre o processo de midiaticização, pensamos sobre as rupturas presentes na publicidade a partir do contexto dos vídeos do Porta dos Fundos e das produções de sentido dos sujeitos. Percebemos uma nova composição para a prática publicitária, que permite, por meio do humor, comparar marcas, fragilizar aspectos das marcas e inseri-las de forma natural e interessante nas produções culturais. Essa presença das marcas com seus defeitos e fragilidades, quase que como um ser humano, é uma ruptura necessária na atualidade.

Mattelart e Vitalis (2014) abordam a infinidade de dados que entregamos para as organizações em nossos usos da internet e as

estratégias de comunicação dirigida que são desenvolvidas pelas empresas, a partir dos nossos perfis. Destacamos que existe, em contrapartida, por parte dos sujeitos, uma infinidade de formas de reconhecer se as marcas são verdadeiras, ou seja, se elas se posicionam por meio de valores que são praticados no dia a dia das empresas e das grandes corporações. Se uma marca se posiciona de uma forma que vai contra os princípios que ela mesma expõe em sua publicidade, é instantâneo o reconhecimento por parte do público.

A humanização das marcas é uma ruptura necessária na sociedade digitalizada. Não existe mais a possibilidade de defender o indefensável, quando todos estamos sendo vigiados e expostos. O humor, por sua vez, promove essa humanização. O humor brinca com a fragilidade e aproxima ainda mais as marcas aos sujeitos. As marcas estão rindo de si mesmas e isso causa empatia e leveza.

Ao refletir sobre a publicidade tradicional, que tem como principal aspecto a persuasão, ou seja, levar os sujeitos ao consumo e aumentar a circulação de mercadorias, saberes e desejos no sistema capitalista, percebemos, inicialmente, uma transformação que perpassa a forma de criar desejo não somente por produtos, mas também por valores de cooperação, responsabilidade ambiental e solidariedade. Em nosso estudo, percebemos uma mudança de paradigma, pois não estamos mais presenciando a mesma forma de exposição das marcas. A linguagem persuasiva não desaparece por completo, ela está presente, mas em um embate com essa nova forma de expor as marcas. A ruptura está na lógica proposta pelos vídeos do Porta dos Fundos.

A configuração social atual é complexa. Não existe segurança, controle e domínio dos processos como tínhamos na época analógica da comunicação. Os sujeitos, nesse contexto, estão a cada dia mais aptos para investigar e descobrir o que quiserem sobre as marcas. Para os sujeitos, ampliaram-se, mesmo com acessos e realidades diferentes, as possibilidades de desenvolverem competências para criar, compartilhar, propagar e disseminar ideias, valores e percepções.

As marcas presentes nos vídeos do Porta dos Fundos representam essa ruptura. Não podemos inferir, com isso, que os sujeitos são mais críticos do que antes, não se trata disso. O que muda é a forma como a publicidade se insere no cotidiano. A proposta de Bachelard (1981) sobre ruptura nos mostra a necessidade de entender o que podemos chamar de publicidade tradicional, para compreender a nova configuração publicitária. Essa configuração não pode ser entendida como uma técnica, pensada e desenvolvida para vender produtos e marcas. São movimentos condicionados pela própria configuração social, que é conformada e atravessada pelo digital. As marcas precisam estar presentes, precisam ser expostas. Mas os sujeitos, ao ampliarem suas possibilidades de atuação, exigem uma nova forma, mais humana e natural.

A publicidade incomum nos vídeos do Porta dos Fundos pode ser entendida como uma experimentação, uma estratégia de inserir a marca de forma mais natural, frágil e espontânea. No entanto, se levarmos em conta o âmbito dos sujeitos, nem sempre usar as marcas dessa forma pode ser efetivo do ponto de vista estratégico da publicidade. Inferimos que essa escolha – a de usar a publicidade incomum – gera vínculos com os sujeitos, mas nem sempre positivos, pois são configurados pelo contexto, pela formação histórica, pelas mediações e vivências que configuram suas produções de sentido.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, Gastón. O racionalismo aplicado. *In*: BACHELARD, Gastón. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1981. p. 113-141.

BACHELARD, Gastón. **A epistemologia**. Lisboa: Edições 70, 1974.

BONIN, Jiani Adriana. Dos meios às mediações: chaves epistêmicas, teóricas e metodológicas legadas à pesquisa de recepção. **Revista Intexto**, Porto Alegre, n. 43, p. 59-73, set./dez., 2018.

MALDONADO, Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Efendy

(Org.). **Perspectivas metodológicas em comunicação:** novos desafios na prática investigativa. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y publicaciones, 2013. p. 31-57.

MALDONADO, Efendy. Pensar os processos comunicacionais em recepção na conjuntura latino-americana de transformação civilizadora. *In:* BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins (org.). **Processualidades metodológicas:** configurações transformadoras em comunicação. Florianópolis: Insular, 2017.

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al cibercontrol.** Barcelona: Gedisa, 2014.

MOTTA, Taís Flores da. **Descobrimo rupturas paradigmáticas na publicidade:** os vídeos do Porta do Fundos, a presença incomum de marcas e os usos e apropriações dos inscritos comunicacionais do Canal no YouTube. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) –Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

MILLS, C. Wright. **A imaginação sociológica.** 4. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1975.

PEREZ, Clotilde. Ecosistema publicitário: o crescimento sígnico da Publicidade. *In:* Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 39., 2016, São Paulo. **Anais eletrônicos [...].** São Paulo: Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo – USP, 2016. Disponível em: <http://portalintercom.org.br/anais/nacional2016/index.htm>. Acesso em: 12 dez. 2019.

PORTA DOS FUNDOS, [2016?]. Disponível em: <http://www.portadosfundos.com.br/sobre/>. Acesso em: 27 out. 2018.

POBRE. [S. l.: s. n.], 13 fev. 2014. 1 vídeo (3 min 14s). Publicado pelo canal Porta dos Fundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8NILQp2xmZ8>. Acesso em: 17 dez. 2019.

SOCIAL BLADE. [S. l., 2021?]. Disponível em: <https://socialblade.com/youtube/user/portadosfundos>. Acesso em: 10 ago. 2020.

SODRÉ, Muniz. Eticidade, campo comunicacional e midiatização. *In:* MORAES, Dênis de. **Sociedade midiatizada.** Rio de Janeiro: Mauad, 2006. p.19-31.

SORVETE. [S. l.: s. n.], 29 jan. 2015. 1 vídeo (2 min 30s). Publicado pelo canal Porta dos Fundos. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=8aDRbKSyO-M>. Acesso em: 17 dez. 2019.

THINK with google. Como o Porta dos Fundos se tornou o maior canal do Brasil. [S. l.], jan. 2014. Disponível em: <https://www.thinkwithgoogle.com/intl/pt-br/advertising-channels/v%C3%ADdeo/como-o-porta-dos-fundos-se-tornou-o-maior-canal-do-brasil/>. Acesso em: ago. 2016.

VERÓN, Eliseo. **Fragmentos de um tecido.** São Leopoldo: Editora Unisinos, 2005.

17

João Batista Nascimento dos Santos

MÁQUINAS DE SIGNOS E SUBJETIVAÇÃO:

a potencialização das semióticas
assignificantes na publicidade
contemporânea

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.17

APRESENTAÇÃO

Consideramos que, na contemporaneidade, a esfera assignificante da publicidade assumiu tanta relevância quanto seu aspecto significante. Nesse sentido, neste artigo, buscamos investigar o modo de funcionamento da publicidade a partir das semióticas assignificantes (GUATTARI; ROLNIK, 2011). Assim, nosso objetivo é problematizar alguns aspectos do Gerenciador de Anúncios do Facebook, uma ferramenta disponibilizada para anunciantes que opera por lógicas assignificantes, a partir dos acionamentos teóricos sobre publicidade, subjetivação e controle sobre o comportamento dos indivíduos.

Considerando-se alguns aspectos da conjuntura atual, entendemos que a publicidade se vê atravessada por atualizações e demandas hodiernas, em um contexto marcado por profundas transformações econômicas, sociais e tecnológicas. Sobre este último aspecto, referimo-nos especificamente ao aparato oriundo da informática. Tudo isso acaba por afetar essa forma de comunicação.

Essas mutações na sociedade já podiam ser observadas após o final da Segunda Guerra Mundial, período em que foi estabelecido um Estado com característica dual, que se apresentava nas funções providencial e securitária. Essa é uma fase em que passam a proliferar os primeiros arquivos da gestão administrativa e ainda a privada. No pós-guerra, tem início a Guerra Fria, e a bipolarização caba marcando o contexto (MATTELART; VITALIS, 2015).

Nesse ambiente, a doutrina da segurança nacional apresenta-se em tensão com as liberdades individuais. São produzidas pelos Estados Unidos as bases de um complexo militar-industrial. E, no interior dele, são desenvolvidos os grandes sistemas teleinformáticos, que servirão de base para os dispositivos de vigilância massiva. Com o fim da fase de grande prosperidade de aproximadamente trinta anos, o

estado social acaba tendo diminuída sua capacidade de ação, o que leva ao estabelecimento da lógica neoliberal (MATTELART; VITALIS, 2015). Na compreensão de Dardot e Laval (2018), o neoliberalismo constitui-se, de modo fundamental, como uma racionalidade. Sendo assim, propende a realizar a estruturação e a organização não somente da ação dos governantes, mas inclusive da conduta em si dos governados. A racionalidade neoliberal apresenta como aspecto fundamental a generalização da concorrência na qualidade de norma de conduta e da empresa enquanto modelo de subjetivação.

A debilidade do modelo providencial de estado de bem-estar, na década de 1970, sucede-se em um ambiente, que estava envolto em uma crise dupla: a de governança da democracia somada a do modelo de crescimento econômico. As sociedades industriais entenderam que um caminho para sair da estagnação seria o desenvolvimento das tecnologias da informação, o que coloca, em nosso contexto, simultaneamente uma revolução informática e outra no que diz respeito ao controle. Com os atentados de 11 de setembro de 2001 e com a ampla mobilização dos Estados Ocidentais, estes passaram a procurar meios para aprimorar a segurança, o que inclui a coleta de arquivos policiais e administrativos. Paulatinamente um conjunto de várias providências institui as bases de uma estrutura de controle renovada, por meio do desenvolvimento dos arquivos e de suas interconexões, bem como do aprimoramento da identificação dos sujeitos, com destaque para a biometria e ainda a experimentação de formas automatizadas, que agem classificando e detectando pessoas (MATTELART; VITALIS, 2015). A produção de perfis, inicialmente realizada por Estados, deixou de ser uma incumbência somente deles. Com o desenvolvimento da moderna indústria da publicidade e do marketing, isso se tornou tarefa também desse setor, que passou a usar recursos para estudar os hábitos dos consumidores, com o intuito de segmentá-los e conceber perfis deles.

Por essa via, combinamos um conjunto de reflexões que colaboram para que possamos ponderar acerca desse tema. A organização deste artigo foi elaborada em sete momentos. Iniciamos com esta apresentação, a qual exprime nossa inquietação quanto ao contexto que viabilizou a incrementação das lógicas assignificantes à publicidade contemporânea. Na sequência, abordamos a publicidade hodierna e as transformações pelas quais essa forma de comunicação tem passado, o que diz respeito ao seu vínculo com o marketing, e a potencialização das estratégias que criam uma proximidade cada vez mais íntima com os sujeitos. No terceiro ponto, trazemos a interação que as lógicas assignificantes estabelecem com os sujeitos, com a criação de perfis e a constante obtenção de dados comportamentais, além de outras questões. No quarto tópico, discutimos, entre outras coisas, como os algoritmos afetam as redes sociais e planejam a operacionalização da publicidade. Em seguida, explanamos sobre a subjetividade produzida pelo sistema capitalista e a relação dela com as semióticas significantes e as assignificantes. No sexto momento, fazemos a apresentação e comentamos o Gerenciador de Anúncios do Facebook, ferramenta que torna possível a produção e a veiculação de anúncios, que propicia informações acerca de perfis de públicos e oportuniza o monitoramento da interação das pessoas com os anúncios. Depois disso, na conclusão, procuramos relacionar o que expusemos na abordagem teórica com o que apresentamos e comentamos sobre o Gerenciador de Anúncios na penúltima seção.

A PUBLICIDADE

O processo publicitário, compreendido enquanto mediador das relações que se estabelecem entre a produção e o consumo, expõe uma concepção ampla deste. A publicidade, percebida como linguagem, viabiliza de forma plena as duas esferas. Assim, a produção é

efetivada somente no consumo, o qual, por sua vez, só se realiza a partir do que é propiciado pela esfera produtiva (CASAQUI, 2011).

O modo capitalista de produção tem, de parte da ação publicitária, uma contribuição relevante para a economia, entretanto, deve-se observar que a publicidade possui um aspecto cultural, o qual produz representações sociais que contribuem para o processo de atualização do imaginário hodierno (PIEDRAS, 2009). Isso nos faz pensar que, por construir representações sociais que interferem no imaginário do sujeito, a publicidade também repercute, de certo modo, no processo de subjetivação.

Casaqui (2011) e Piedras (2009) dão certas noções sobre a esfera significativa da publicidade e sua relação com os indivíduos e com a cultura. Contudo, entendemos que existe outra esfera já constituída da publicidade há algumas décadas, quando passou a ter uma organização planejada - uso de cálculos, estatísticas, com vários indicadores matemáticos nas áreas de mídia, para projetar a veiculação no planejamento da comunicação, com o intuito de alcançar a máxima eficiência junto ao público almejado, bem como as orientações do campo do marketing. Assim, compreendemos que já operava um aspecto assignificante nessas lógicas e que, atualmente, a informática potencializou tudo isso.

A INTERAÇÃO DA PUBLICIDADE A PARTIR DAS LÓGICAS ASSIGNIFICANTES

A publicidade opera por meio de semióticas significantes constituintes de suas mensagens e por semióticas assignificantes, produzindo sentidos sobre o mundo e elaborando modos de ser. Conforme Guattari e Rolnik (2011), o funcionamento das semióticas assignificantes fundamenta-se em cadeias sintagmáticas, sem o engendramento de efeitos

de significação em um sentido linguístico. As semióticas assignificantes já estão presentes na publicidade há certo tempo por meio de gráficos, cálculos, projeções de mercado, estudos estatísticos e outros, como referimos anteriormente. Entretanto, isso se dá de forma muito mais preponderante em sistemas de publicidade, como os do Google e do Facebook, que funcionam com elevado nível de automação, seja na obtenção e no armazenamento de dados dos usuários, seja na oferta de publicidade, constituindo-se sistemas que funcionam a partir da coleta de uma imensa quantidade de dados comportamentais do consumidor.

Atem e Tavares (2014) entendem também que há determinada reconfiguração da publicidade contemporânea, definindo-a como ciberpublicidade, a qual mantém determinados traços característicos da publicidade convencional. Não é de hoje que as estratégias de marketing e da publicidade têm como foco principal não o produto, mas o consumidor. E, atualmente, essas estratégias voltam-se para um efetivo diálogo com os consumidores por meio de novos recursos.

A ciberpublicidade apresenta-se como um instrumento de coleta, armazenamento e difusão de informações mercadológicas a respeito de bens e de consumo. A ruptura quanto à publicidade tradicional está no aspecto de que a ciberpublicidade necessita olhar para os consumidores permanentemente. Nesse sentido, a ciberpublicidade emprega novas ferramentas de pesquisa de mercado, com destaque, especialmente, para as novas mídias e redes sociais digitais *on-line*. O que tinha a denominação de *datamarketing behavior*, na década de noventa do século vinte, atualmente é definido como *datamining*, ou seja, mineração de dados, e objetiva formar e atualizar constantemente bancos de dados que servirão para sustentar as deliberações de marketing.

O indivíduo que acessa a internet, atualmente, encontra mais oportunidades para produzir conteúdos, interagir e reagir de modo espontâneo ao que está sendo anunciado por distintas marcas, contudo, tal interação leva à produção de dados *on-line*, os quais vêm

a ser uma informação bastante relevante para agências e empresas (SANTAELLA; MENDONÇA, 2014). Percebemos que é importante considerar que os dados *on-line* produzidos pelos indivíduos estão envolvidos em uma questão bastante complexa, que se refere à possibilidade de controle sobre seus comportamentos, a partir do uso de diversos equipamentos computacionais.

Nesse sentido, Mattelart e Vitalis (2015) apresentam uma importante contribuição por meio de sua genealogia dos usos e das funções das novas tecnologias voltadas ao controle social, entre outros tópicos. Essa abordagem ajuda a compreender como se origina o perfilado. O termo perfilado refere-se a um modo de controle indireto dos indivíduos, sustentando a exploração de informações adquiridas a respeito deles. Estes vão do controle de frequência dos trabalhadores aos arquivos policiais, incluindo também os arquivos manuais e o surgimento da informática e da internet. Esta última forma de controle está em constante aperfeiçoamento e expansão, haja vista que, hodiernamente, o perfil dos indivíduos e sua segmentação são efetivados com base nas informações em escala cada vez maior, extraídas de nossos comportamentos e deslocamentos. São várias as organizações que capturam e usam esses dados, como setores vinculados à justiça, ao sistema bancário, à área de serviços de saúde e de inteligência, como também as áreas do marketing e da publicidade, além de outros.

A grande capacidade de exploração dos dados é estabelecida a partir da desterritorialização dos processamentos, da coleta automatizada, bem como da atividade dos algoritmos ou do entrecruzamento e da disseminação dos dados.

Essa forma de vigilância indica uma grande transformação quanto ao âmbito disciplinário preexistente, ao passo que a disciplina funciona por meio do controle direto, colocando ao sujeito a exigência de ação sobre si, de forma a se adaptar às normas. Por sua vez, o perfilado comumente é efetivado sem que o indivíduo esteja ciente,

em razão de que não há solicitação para que esse participe, ou seja, a invisibilidade é uma das características desse modo de vigilância.

Destacamos que, anteriormente ao estabelecimento da sociedade de controle, apresentava-se a sociedade disciplinar. Deleuze (2008) destaca o entendimento de Foucault¹²², que situou as sociedades disciplinares nos séculos XVIII e XIX, mas que alcançaram seu auge no começo do século XX. Mattelart e Vitalis (2015) complementam tal noção, expondo que, durante os séculos XVII e XVIII, a ampliação progressiva das disposições disciplinares e dos dispositivos voltados ao exercício da disciplina por todo o corpo social possibilitou a formação da sociedade disciplinar. A seu tempo, as disciplinas também entraram em crise, em prol de novas forças que se estabeleceram paulatinamente e lançaram, após a Segunda Guerra Mundial, as sociedades de controle (DELEUZE, 2008).

Nesse contexto, o que se coloca não é mais a dupla massa-indivíduo, pois os indivíduos passaram a ser individuais, enquanto as massas viraram amostras, dados, mercados ou mesmo bancos (DELEUZE, 2008). Mattelart e Vitalis (2015) corroboram tal entendimento de Deleuze (2008), ajudando a esclarecer tais noções, afirmando que, com fins práticos e eficientes, sejam comerciais ou governamentais, esse individual é segmentado pelas bases de dados e pelo marketing.

A formação de disciplina deixa de ser a base da conquista de mercados, a qual agora acontece por meio da tomada de controle. O cerne da empresa é o serviço de vendas, sendo o marketing um instrumento de controle (DELEUZE, 2008). Para nós, destaca-se esse aspecto abordado pelo autor, que observa as transformações sociais e traz uma reflexão importante sobre o papel que o marketing assume nessa nova forma de funcionamento da sociedade sob o viés do controle.

122 Não vamos adentrar a questão da sociedade disciplinar sob os entendimentos de Foucault, pois isso iria além do objetivo deste artigo, que está centrado nas sociedades de controle.

Na proporção em que as tecnologias da comunicação são aprimoradas, os campos da publicidade e do marketing continuaram a otimizar suas formas de observação e análise dos comportamentos dos consumidores, de modo a se criarem perfis e segmentos, a fim de tomar conhecimento sobre seu público objetivo (MATTELART; VITALIS, 2015). Observamos aqui que a abordagem que coloca a publicidade e o marketing como produtores de perfis tem relação com o que entendemos ser o aspecto assignificante da publicidade.

Ainda conforme Mattelart e Vitalis (2015), com o contínuo crescimento da capacidade de memória dos equipamentos digitais, que passaram a integrar nosso cotidiano, as organizações privadas que fundamentam seu modelo econômico a partir das lógicas do marketing acabaram sendo as maiores arquivadoras dos consumidores, tanto reais quanto em potencial. A partir disso, são formados monopólios fundamentados na exploração mercantil de dados pessoais, originados muitas vezes do uso de serviços gratuitos ou da participação dos sujeitos nas redes sociais.

Atualmente, existem organizações que desenvolvem softwares que produzem estatísticas e realizam a análise do comportamento pessoal (SILVEIRA, 2017). Há ainda organizações que produzem soluções com o objetivo de conseguir dados dos indivíduos e fazer o acompanhamento da navegação na internet, buscando analisar as escolhas e o tempo empregado em uma página de determinado site, cores e textos que captam a atenção na publicidade em redes sociais e, também, as postagens evitadas pelos indivíduos de certos segmentos sociais.

Silveira (2017) questiona qual seria a matéria-prima para a criação de uma ciência da indução do comportamento social, no contexto de uma sociedade articulada por meio das redes sociais. Resposta a tal questionamento está no aspecto de que os dados pessoais se apresentam como elemento-chave para o engendramento de perfis de comportamento e para o consumo, alcançando, além disso, as opções

culturais e políticas. No ambiente contemporâneo, o mercado capitalista passou a se sustentar a partir de uma microeconomia da interceptação de dados pessoais. Essa é uma vigilância distribuída e extensamente usada pelo mercado com o propósito de modular condutas.

Na dinâmica e na estrutura das sociedades informacionais que se desenvolveram com tecnologias cibernéticas, em processos socio-técnicos de comunicação e controle, a circulação de dados entre entes comunicantes é efetivada por meio da ligação mediada e posicionada. O sustentáculo da interação se dá ao instituir-se o contato entre os aparelhos usados na comunicação. Esse processo produz informações minuciosas acerca de cada aparelho, como computador, roteador, enfim, todas as máquinas que tomam parte na comunicação. São informações que excedem o conteúdo comunicado por meio das redes cibernéticas, que são muito importantes para o sistema econômico (SILVEIRA, 2017).

OS ALGORITMOS

Na etapa em que a economia pós-industrial se apresenta, a informação referente ao consumo de um produto ou serviço retorna para as empresas na condição de elemento fundamental do processo de reprodução do capital. Dados que informam como se deu o consumo de um produto, o momento de sua aquisição e os metadados da transação são acessíveis às organizações, anterior ou simultaneamente ao dinheiro que resulta do processo de circulação. Desse modo, o aumento das transações de compra e venda efetuadas por meio das redes digitais produz uma quantidade crescente de dados em relação ao perfil do consumidor (SILVEIRA, 2017).

As estruturas algorítmicas intermediam e modulam nossas relações sociais. Os algoritmos, que integram uma rede de actantes, são rotinas finitas e logicamente encadeadas, executando tarefas com

base nas informações que recebem, e os *softwares* contêm muitos algoritmos (SILVEIRA, 2019). Os algoritmos afetam o contexto em que atuam, não são neutros, mas performativos, e geram reações, produzem mudanças nos espaços, bem como nos indivíduos que comumente não têm noção de sua presença invisível. As estruturas algorítmicas formadas por bancos de dados, modelos matemáticos e *softwares*, os quais os executam, passaram a ser muito relevantes nos processos de constituição da opinião pública. Tais estruturas são usadas pelas Redes Sociais, como o Facebook, e pelos mecanismos de busca, como o Google e o Bing, aos quais se somam as redes programáticas de distribuição de anúncios na internet, além de outros. Facebook, Twitter e outras redes de relacionamento social apresentam algoritmos, que organizam e distribuem os conteúdos publicados pelos indivíduos e as campanhas publicitárias veiculadas por anunciantes e agências.

A montagem de grandes bases de dados foi fundamental para os volumosos negócios da rede, o que foi exigido pelo avanço dos algoritmos de aprendizagem de máquina. Além de outras empresas, Amazon, Facebook e Google e as redes de publicidade estruturam mecanismos de obtenção de dados pessoais em grande proporção. Com a ideia de proporcionar aos indivíduos coisas de seu interesse, procurou-se conhecer tudo que fosse possível sobre cada pessoa. Os algoritmos desempenharam papel central na captura da atenção na internet em determinadas plataformas e sites.

Os algoritmos converteram-se em dispositivos com largo uso e distribuição na sociedade. Algoritmos não são *softwares*, sua origem é muito anterior à desses. O termo algoritmo passou a ter evidência em função da computação, contudo, sua origem matemática data do século IX, em Bagdá, em um tratado do matemático Abu Ja'far Muhammad Ibn Musa Al-Khwarizmi (SILVEIRA, 2017).

Algoritmo vem a ser um método para decifrar um problema, apresenta dependência de instruções em que não haja equívoco,

segue regras ordenadas de forma lógica, a partir de informações iniciais. Os algoritmos realizam o tratamento de dados de entrada que passarão por processamento, de acordo com procedimentos determinados, e produzem resultados enunciados por meio de outros dados e informações. Pode-se entender algoritmo como uma sequência de etapas devidamente determinadas para a resolução abstrata de um problema. “Podemos dizer que é um conjunto de instruções finitas e encadeadas numa linguagem formal, executáveis num determinado tempo” (SILVEIRA, 2017, cap.1).

A operação da sociedade por algoritmos coloca-a em uma condição matematizada, uma vez que a algoritmização das ações e interações denota uma ampla matematização das relações sociais. A compreensão da matematização da sociedade pode ser relacionada diretamente ao que apontam Guattari e Rolnik (2011) sobre o relevante papel que as semióticas assignificantes passam a ter com o capitalismo. A matematização, observa Silveira (2017), está, em certo sentido, nas promessas da modernidade que resultaram no Positivismo, na cientifização da vida, contexto em que se coloca a intenção de alcançar a ordem e o controle em oposição ao caos. A classificação é um aspecto muito importante nessa perspectiva, pois classificar é proporcionar ao mundo uma estrutura, é realizar a manipulação de suas probabilidades, vindo a fazer com que alguns eventos tenham maior probabilidade de se sucederem do que outros. Soma-se a isso desconsiderar a casualidade dos eventos ou, ainda, limitá-la ou excluí-la.

A operação da sociedade por meio de algoritmos corrobora os ideais da modernidade. A informação é transformada pelos algoritmos, e determinados algoritmos fazem classificações. Ao entrarem em conexão com um conjunto de dados, os algoritmos efetivam a seleção dos dados, que acabaram por ser definidos como tendo utilidade para o objetivo de sua programação. Há algoritmos que buscam padrões, enquanto outros efetivam uma sequência de operações mais simples.

Vários são ordenadores e organizadores de hierarquias muito eficientes. “Algoritmos podem ser determinísticos, probabilísticos, prescritivos, entre outras possibilidades de seu desenvolvimento. Servem como verdadeiros filtros informacionais” (SILVEIRA, 2017, cap.1).

Os algoritmos organizam as redes sociais *on-line*, determinando o que os indivíduos devem ver e, ainda, o número de amigos ou seguidores que visualizarão certo conteúdo publicado, além de outras ações. De acordo com Pariser (2012), tais algoritmos planejam a execução da publicidade e, assim, afetam nossa vida. Nova geração de filtros *on-line*, os quais investigam com minúcia do que parece que gostamos, são mecanismos de previsão, que produzem e aprimoram permanentemente determinado entendimento acerca de quem somos e do que faremos ou pelo que nos interessamos. Em seu conjunto, esses mecanismos geram uma grande quantidade de informações exclusivas para cada indivíduo, o que o autor define como bolha de filtros. Essa bolha cria um ambiente de cercamento para o indivíduo, com noções com as quais ele já esteja habituado, mas há uma expansão em grande escala da perspectiva de confirmação de informações que se adaptam a nosso entendimento do mundo (PARISER, 2012).

O *marketing* e os anunciantes são beneficiados pelas bolhas, pois necessitam de amostras precisas de determinados públicos consumidores ou aderentes às mensagens. “A organização e classificação que os algoritmos obtêm reavivam as velhas promessas científicas da modernidade” (SILVEIRA, 2019, cap.1). A busca por padrões que determinem futuras tendências é realizada por algoritmos de aprendizagem de máquina, *machine learning*, o que é realizado pela correlação de dados pretéritos e pela pesquisa por padrões. Esses são algoritmos com capacidade de autoaprendizagem.

Na sociedade contemporânea, a concentração de riquezas e o intenso fluxo de dados norteiam o desenvolvimento tecnológico no caminho da personalização das vendas. Assim, a procura por

consumidores é primeiramente a busca de dados acerca de cada indivíduo. Dados sobre o comportamento, sobre o que lhes propicia satisfação e os cativará futuramente, produzem informações imprescindíveis para capturar os compradores.

Os algoritmos tornaram-se essenciais para o marketing e para as redes sociais *on-line*, as quais fazem a distribuição dos anúncios e orientam as atenções dos indivíduos conectados.

SUBJETIVIDADE E SUBJETIVAÇÃO

Entendemos que a subjetividade, matéria-prima fundamental para o ser humano, engendra a forma como os indivíduos se constituem e, conseqüentemente, define modos de vida. Vemos que, no entendimento de Guattari e Rolnik (2011), a publicidade, da mesma forma que outros recursos do sistema capitalista, não nos apresenta apenas ideias e significações, assumindo, sim, um papel muito mais preponderante na sociedade. Para os autores, o próprio capitalismo produz a subjetividade — perspectiva que não estaria substancialmente vinculada a questões do eu.

Guattari e Rolnik (2011) observam que, em determinada tradição da Filosofia e das Ciências Humanas, o sujeito é entendido como do domínio de uma suposta natureza humana. Entretanto, os autores propõem que a noção de uma subjetividade seria de natureza industrial, maquinica, fundamentalmente fabricada, modelada, recebida, consumida. As forças sociais que administram o capitalismo na contemporaneidade têm a compreensão de que a produção de subjetividade talvez seja mais relevante do que qualquer outro tipo de produção. As transformações da subjetividade não seriam realizadas tão somente no registro das ideologias, “mas no próprio coração dos indivíduos,

em sua maneira de perceber o mundo, de se articular como tecido urbano, com os processos maquínicos do trabalho, com a ordem social suporte dessas forças produtivas” (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 26).

Lazzarato (2014), ao colaborar com a compreensão das ideias de Guattari, expõe que a produção de subjetividade ocorre no núcleo em que se cruzam os dispositivos de sujeição social e servidão maquínica. A sujeição social, por um turno, propicia uma subjetividade concedendo um corpo, uma identidade, uma função profissional, além de outras questões. Atendendo às demandas da divisão social do trabalho, gera sujeitos individuados, o que inclui sua consciência, suas representações e seu comportamento. A produção do sujeito individualizado ocorre simultaneamente a um processo que difere deste e pelo domínio de uma subjetividade muito distinta, por meio da dessubjetivação. Já a servidão maquínica opera o dismantelamento do sujeito individualizado, repercutindo em sua consciência e em suas representações, agindo sobre os níveis pré-individual e supraindividual.

Tanto as subjetividades quanto as subjetivações formadas pelo capitalismo são engendradas para a máquina, e, nesse aspecto, preponderantemente, para a máquina social, a qual abarca a máquina técnica na condição de um dos seus produtos (LAZZARATO, 2014). O que os indivíduos adquirem por meio da família, da linguagem e dos equipamentos com os quais convivem não são unicamente ideias ou a transmissão de significações com o emprego de enunciados significantes, nem se limita a modelos de identidade ou de identificações parentais. Tudo isso é produto da subjetivação capitalista (LAZZARATO, 2014).

Os comumente denominados trabalhadores sociais — jornalistas, psicanalistas, educadores e, embora Guattari e Rolnik (2011) não citem, pensamos que possivelmente também os publicitários e outros que produzem toda forma de atividade pedagógica ou cultural — têm uma ocupação voltada para a produção de subjetividade por agenciamentos de enunciação. A subjetivação e a semiotização, processos

que têm a ver com a totalidade da produção de sentido com eficiência semiótica, não têm sua centralização estabelecida em agentes individuais nem mesmo em agentes grupais. Esses processos são descentrados de forma dupla, envolvendo o funcionamento de máquinas de expressão, as quais têm a possibilidade de ser tanto de natureza extrapessoal como extraindividual:

(sistemas maquínicos, econômicos, sociais, tecnológicos, icônicos, ecológicos, etológicos, de mídia, enfim sistemas que não são mais imediatamente antropológicos), quanto de natureza infra-humana, infrapsíquica, infrapessoal (sistemas de percepção, de sensibilidade, de afeto, de desejo, de representação, de imagens, de valor, modos de memorização e de produção idéica, sistemas de inibição e de automatismos, sistemas corporais, orgânicos, biológicos, fisiológicos etc.) (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 31).

Quando tratam de agenciamento, os autores referem-se a uma compreensão de maior amplitude em relação ao de estrutura, sistema e processo, por exemplo. Agenciamento abrange componentes heterogêneos, os quais podem ser de ordem biológica, social, maquínica, gnosiológica, imaginária. A subjetividade é principalmente produzida e modelada no registro do social. A questão é que os processos de subjetivação são essencialmente descentrados com relação à individuação.

Cada processo de subjetivação envolve operações de semiótica mistas, isto é, significantes e assignificantes. As semióticas significantes dizem respeito às semiologias que produzem significação, como a enunciação dos sujeitos, e articulam cadeias significantes e, ainda, conteúdos significados. As primeiras diferenciam-se em relação às semióticas assignificantes, as quais funcionam com base em cadeias sintagmáticas sem a construção de efeitos de significação em uma acepção linguística, sendo passíveis de serem ligadas de modo direto a seus referentes quando ocorre uma interação diagramática. As semióticas assignificantes também não apresentam dependência da quantidade de significações que transmitam, operando figuras de

expressão que podem ser consideradas não humanas, sendo estas equações e planos que fazem a enunciação da máquina, levando-a a ter uma ação de modo diagramático em relação aos dispositivos técnicos e experimentais. Outros exemplos de semióticas assignificantes seriam as linguagens de computador, os índices do mercado de ações e as equações matemáticas (GUATTARI, 2012).

É nesse sentido que consideramos o sistema de publicidade do Facebook adequado para estudar os processos de subjetivação, pois, em seu sistema de anúncios publicitários, evidenciam-se, com muita potência, ambas as semióticas. O sistema de anúncios dessa Rede Social estrutura-se a partir das semióticas significantes, que se apresentam nos anúncios, e das assignificantes, que organizam os perfis dos sujeitos vinculados à rede e propiciam o ambiente automatizado de publicidade.

Da perspectiva semiótica, a servidão maquínica e a sujeição social abrangem regimes distintos de signos (LAZZARATO, 2014), enquanto a sujeição social mobiliza as semióticas significantes, notadamente a linguagem, a qual tem como propósito a consciência e coloca em curso representações que objetivam produzir um sujeito individuado — capital humano. Por sua vez, a operação da servidão maquínica ocorre com base nas semióticas assignificantes. É de acordo com duas lógicas dissimilares e complementares que os signos e a semiótica operam. Por um turno, sob o aspecto da servidão maquínica, estes signos são produtores de operações, levam a ações, atuam e formam componentes de *input* e *output*, *junção* e *disjunção*, em uma máquina social e tecnológica. Por outro, no que diz respeito à sujeição social, engendram sentido, além de significações, discursos, interpretações e representações por meio da linguagem. A primeira lógica é própria do capitalismo.

A ação das semióticas assignificantes dá-se sobre as coisas, pois elas ligam um órgão, uma atividade intelectual, um sistema de percepção, dentre outros, de modo direto à máquina, a procedimentos, a signos, desconsiderando a representação de um indivíduo (funcionamento

diagramático). No capitalismo, as semióticas assignificantes exercem uma função bastante específica, pois, “essencialmente, o capitalismo depende de máquinas assignificantes” (LAZZARATO, 2014, p. 40).

É nesse sentido que vemos o sistema de publicidade do Facebook, como uma máquina que se conecta aos sujeitos que usam a rede com a função de produzir seus perfis, segmentando-os para a publicidade, entre outras coisas. Assim, percebemos a importância do estudo de tais lógicas, que nos parecem instaurar novas perspectivas na comunicação publicitária e na forma como ela estabelece relação com os sujeitos. A publicidade, portanto, tem um funcionamento que extrapola a esfera da mensagem.

O agenciamento produtivo é impelido pela operação das semióticas assignificantes, as quais multiplicam sua potência. Há determinada dependência das semióticas assignificantes no tocante a semiologias significantes. Apesar disso, é no estado de seu funcionamento intrínseco que nem a linguagem nem as significações sociais dominantes as capturam. A ação dos signos assignificantes dá-se diretamente sobre o real, ao invés de produzir referência a outros signos. Uma máquina técnica como o computador é posta em funcionamento por meio dos signos da linguagem de programação. Em um prédio, os signos de diferentes cálculos matemáticos integram sua construção. Por sua vez, a máquina econômica tem seu funcionamento a partir da ação dos signos monetários.

A operação das máquinas de signos não ocorre majoritariamente no plano das representações sociais ou da produção de sentidos. Essas são máquinas que envolvem modos de semiotização mais abstratos, ou seja, desterritorializados, em comparação aos das semióticas significantes. As máquinas de signos, nessa concepção, exercem sua ação *antes* e *ao lado* da significação e geram um *sentido sem significado*, além de um *sentido operacional*. As operações diagramáticas as caracterizam, à proporção que sujeito, consciência e representação permanecem recuados.

Assim, vemos também o uso de semióticas assignificantes nos cálculos e nas estatísticas empregadas pela área de *marketing* e publicidade, até os atuais sistemas de segmentação, formação de perfil e veiculação de publicidade, como o do Facebook e de outras empresas similares. E entendemos que a publicidade contribui para a formação da subjetividade por operar por meio de ambas as semióticas, significantes e assignificantes.

É fundamental para o capitalismo ter o controle dos dispositivos semióticos assignificantes, sejam eles científicos, técnicos, econômicos ou outros, por meio dos quais intenta-se despolitizar e despersonalizar as relações de poder.

A força das semióticas assignificantes reside no fato de que, por um lado, elas são formas de avaliação e mensuração 'automática' e, por outro lado, elas unem e tornam 'formalmente' equivalentes esferas heterogêneas de força e poder assimétricos ao integrá-las e racionalizá-las para a acumulação econômica (LAZZARATO, 2014, p. 41).

A noção de máquina é bastante pertinente para a compreensão das semióticas assignificantes. O maquinismo foi ampliado para todos os campos da vida, não estando mais restrito à produção (LAZZARATO, 2014).

A máquina, ou o maquinico, à qual Guattari e Rolnik (2011) faz referência ao abordar as semióticas assignificantes, diz respeito a um conceito distinto em relação ao de máquina da mecânica. Guattari e Rolnik (2011) advogam que a mecânica se apresenta um tanto fechada em relação a si mesma, sustentando somente relações perfeitamente codificadas com o exterior. Já as máquinas, observando-se sua evolução, formam, de maneira oposta, um *phylum*¹²³ análogo ao das espécies vivas. As máquinas dão origem umas às outras, fazem seleções e eliminações entre si, vindo a gerar novas linhas de potencialidades.

123 Grande divisão taxionômica baseada apenas no plano geral de organização dos organismos, subdividida em classes. 2. Grande divisão sistemática em que se classificam os animais (FERREIRA, 1986, p. 779).

As máquinas, no sentido lato (isto é, não só as máquinas técnicas, mas também as máquinas teóricas, sociais, estéticas etc.), nunca funcionam isoladamente, mas por agregação ou por agenciamento. Uma máquina técnica, por exemplo, numa fábrica, está em interação com uma máquina social, uma máquina de formação, uma máquina de pesquisa, uma máquina comercial etc. (GUATTARI; ROLNIK, 2011, p. 385).

A abordagem sobre o conceito de máquina de Guattari e Rolnik (2011), exposta por Lazzarato (2014), auxilia no entendimento desse conceito. Coloca-se a necessidade, segundo o autor, de desconsiderar oposições como sujeito/objeto, porque a não consideração da máquina fez com que fosse possível sua separação da natureza humana. A máquina está incluída na natureza humana, não há, pois, oposição entre o ser humano e a máquina no entendimento de perceber correspondências. A concepção de Guattari é no sentido de fazer com que se comuniquem, explicando, dessa maneira, o modo como os indivíduos *compõem peça com a máquina* ou constituem peça com outra coisa, de forma a integrar uma máquina, havendo a possibilidade de esta outra coisa ser um animal, outro indivíduo ou um objeto.

A comunicação das máquinas com o ser humano ocorre por meio das semióticas assignificantes, ocorrendo da mesma forma no que diz respeito a outras máquinas e, ainda, com os fenômenos reais. Em um contexto maquinocêntrico, a ação sobre o real requer artificialidade, e esta é cada vez mais abstrata. O ser humano forma corpo com as máquinas e as semióticas assignificantes no âmbito maquinocêntrico.

O GERENCIADOR DE ANÚNCIOS DO FACEBOOK

Sem o propósito de realizar uma análise, iremos comentar e apresentar o Gerenciador de anúncios do Facebook, o qual proporciona a oportunidade de refletir sobre um sistema voltado a propiciar informações

sobre segmentos categorizados de públicos. Além disso, tal sistema fornece ferramentas para a produção de anúncios, a veiculação e o monitoramento da interação dos sujeitos com as peças publicitárias. Metodologicamente, consideramos esse sistema com suas especificidades, em relação mútua com a dimensão publicitária. Nesse sentido, levando-se em conta as singularidades do objeto empírico, nosso intento é refletir sobre a comunicação publicitária que incorporou em sua lógica de operação recursos assignificantes, do âmbito das tecnologias da informação, os quais potencializam seu processo de interação com os sujeitos.

De modo a entender algumas lógicas da publicidade contemporânea, nosso estudo centra-se no sistema de publicidade do Facebook, particularmente em seu Gerenciador de anúncios. Selecionamos esse site de rede social por ele agregar muitas pessoas, por realizar a coleta de dados comportamentais delas e por ter um sistema de publicidade integrado em sua lógica de funcionamento, o qual é de fácil acesso¹²⁴ e permite observar os vários critérios usados na formação de perfis e na categorização dos indivíduos que interagem na plataforma.

O Gerenciador de Anúncios do Facebook é uma área da Rede Social voltada à publicidade. Com ele, é possível veicular anúncios no Facebook, no Instagram, no Messenger ou no Audience Network. Nessa ferramenta, anunciantes e agências de publicidade podem criar peças publicitárias, realizar a compra de mídia, produzir estratégias de veiculação de acordo com o tipo de público que se quer atingir, direcionar campanhas em conformidade com uma ampla categorização dos sujeitos que o Facebook cria a partir do comportamento das pessoas que usam sua Rede Social. Tal categorização inclui a possibilidade do direcionamento de campanhas publicitárias com base em vários dados para segmentação do público a partir de seus interesses, de sua localização, de sua faixa etária, de seu gênero, além de outros dados,

124 Disponível em: <https://www.facebook.com/business/tools/ads-manager>. Acesso em: 10 jul. 2021.

sendo que, ainda durante a veiculação da campanha, é possível monitorar como os sujeitos reagem às peças publicitárias.

Em razão das limitações do artigo, faremos somente a descrição de alguns aspectos do Gerenciador de Anúncios que nos parecem mais pertinentes. Ao entrar no Gerenciador de Anúncios do Facebook, para dar início à produção de uma campanha, inicialmente, deve-se fazer a escolha do objetivo da campanha publicitária. Entre as opções, apresentam-se Reconhecimento de marca, Alcance, Tráfego, Engajamento, Instalações de Aplicativo, Visualizações do vídeo, Geração de Cadastros, Mensagens, Conversões, Vendas do catálogo e Tráfego para o estabelecimento. Tais objetivos, segundo informa a ferramenta de anúncios, têm por finalidade que o anunciante defina as metas do seu negócio. O objetivo Alcance tem o intuito de apresentar o anúncio para o maior número de pessoas. A campanha que vai ser veiculada pode ser configurada para fazer o Teste A/B, que vem ser a experimentação de diferentes anúncios com suas próprias imagens, textos e público, de forma a verificar que peça publicitária apresenta melhor resultado junto ao público. Na área de Otimização do orçamento da campanha, é feita a distribuição do valor investido entre os conjuntos de anúncios, com o propósito de obter melhores resultados, conforme a estratégia escolhida. No campo Orçamento e programação, é definida a data de início e o horário de veiculação da campanha, como também pode ser determinada a data e um horário de término. Nessa área, há também a informação sobre o alcance estimado diário, que mostra a relação do público de abrangência *versus* o orçamento diário investido. Já no campo Público, é oferecida a possibilidade de definir o público-alvo, a partir de vários critérios, tais como, localização geográfica, faixa etária, nível educacional, formação, se possuem filhos, além de uma ampla gama de interesses, que trata, entre outros aspectos, sobre comida, bebida, compras, moda, entretenimento, esportes, família e relacionamentos, saúde, boa forma e outros. Por sua vez, o item Comportamentos contempla atividades digitais, classificação do consumidor, comportamento de compra, data

comemorativa, viagem e outros. São itens que, em grande parte, agregam subáreas, em que é possível acessar várias outras informações de categorização do público. No Posicionamento de anúncios, é possível definir em quais plataformas será veiculado, no Facebook, Instagram, Messenger ou Audience Network, havendo, ainda, os posicionamentos que são locais específicos no interior das plataformas.

O Gerenciador apresenta também uma área para a criação da peça publicitária, onde é possível fazer a edição do conteúdo, escolhendo formatos, com imagem estática ou vídeo; possibilita a criação de carrossel, que é uma peça formada por uma coleção de imagens; e existe também a possibilidade de criar peças ali mesmo com algum efeito de animação e com adição de trilha sonora. O Facebook Studio oferece várias trilhas sonoras para serem usadas nos anúncios que serão veiculados em suas Redes. Os anúncios apresentam a possibilidade de incluir *link* para site, botão para acessar o WhatsApp e a possibilidade de rastrear as ações que o anúncio gerou e que tenham feito algum indivíduo acessar o site do anunciante.

No que se refere ao monitoramento das campanhas ou dos anúncios em veiculação, o Gerenciador de Anúncios proporciona uma área de monitoramento instantâneo sobre o desempenho da veiculação. Em um painel, são apresentadas colunas de desempenho, detalhamento e relatórios. Entre outras coisas, é possível visualizar a estratégia que está sendo usada na veiculação e as impressões, o que diz respeito ao número de vezes que um anúncio foi visualizado, o orçamento, os resultados e o custo por resultado etc. Na coluna de desempenho, é possível ter retorno sobre o engajamento, que é o número total de ações que os indivíduos executam envolvendo o anúncio. É possível ter noção de quanto tempo as pessoas interagiram com o anúncio, o número de cliques nos anúncios e as mensagens que foram enviadas ao anunciante a partir do anúncio. Através do acompanhamento constante do desempenho da campanha, o

anunciante tem a possibilidade de fazer mudanças nos anúncios que percebe como necessárias, com base no monitoramento das reações do público aos anúncios.

CONCLUSÃO

Consideramos que muito mais do que manter um efetivo diálogo com os consumidores, como descrito por Atem e Tavares (2014), a publicidade e o marketing, a partir de sua imersão na vivência dos sujeitos, oportunizada pelo fluxo constante de mensagens publicitárias no meio digital e ainda por meio da obtenção de dados comportamentais, formam corpo com os consumidores e potenciais compradores, realizando um efetivo agenciamento com eles.

O Gerenciador de anúncios do Facebook é uma ferramenta que é alimentada com dados oriundos principalmente dos perfis existentes nas Redes Sociais, Facebook e Instagram. A Rede Social captura os dados das pessoas com base em suas ações em seus perfis e pode obter mais informações fora do ambiente da plataforma por meio do rastreamento dos sujeitos em outros ambientes da internet. Possivelmente, poucas pessoas tenham conhecimento sobre isso. E, mesmo quando sabem, elas não consideram tal fato importante.

Com os dados pessoais, são engendrados perfis de comportamento. É tamanha a importância desses dados, que se constitui uma microeconomia sustentada na interceptação dessas informações conforme afirma Silveira (2017). Se considerarmos o caso do Facebook, este obtém lucro financeiro com o uso de dados comportamentais das pessoas que usam as Redes Sociais, oportunizando uma robusta base de informações sobre potenciais consumidores para as organizações anunciantes. As inúmeras informações proporcionadas no Gerenciador de Anúncios para as estratégias de campanhas publicitárias são

um demonstrativo de que a Rede Social acumula muito conhecimento sobre os sujeitos que usam seus serviços.

O Gerenciador de Anúncios possui a capacidade de apresentar informações sobre como os anúncios ali veiculados estão sendo recebidos, expondo dados sobre o processo de interação com a comunicação publicitária. Isto é muito importante para as organizações anunciantes, pois tais informações permitem que se aprimore e reelabore as estratégias de marketing e comunicação, conhecendo o interesse que as pessoas têm em consumirem determinados produtos, o que é um dado crucial para o processo de reprodução do capital.

Silveira (2017) define isso como o aspecto matematizado do ambiente social contemporâneo, que se apresenta muito evidente na operação da sociedade por meio de lógicas algorítmicas. Isto é algo que parece que Guattari e Rolnik (2011) entendem como de maior abrangência, ao compreender tal fato pela perspectiva das semióticas assignificantes, uma vez que por aí se percebe a abrangência disso, que vai muito além das questões relacionadas à informática. Isso porque o assignificante se apresenta nos cálculos da física, da matemática, no índice da bolsa, em um projeto de engenharia e nas linguagens de programação, o que é extremamente relevante para o funcionamento do sistema capitalista. Essa matematização no que diz respeito à publicidade e ao marketing vem se potencializando ao longo de décadas, partindo dos cálculos e de estatísticas já empregados pelas áreas de mídia e planejamento, até atualmente ao uso em grande escala dos recursos oriundos da informática.

As operações das semióticas assignificantes (LAZZARATO, 2014), como as que se apresentam no sistema do Facebook, fazem funcionar e impulsionam o agenciamento produtivo da Rede Social. Existe certa dependência das semióticas assignificantes em relação às significantes. Nesse sentido, observamos tal questão a partir do processo de obtenção de informações comportamentais pelo Facebook,

que se dá em grande medida pela esfera significativa, que diz respeito à comunicação realizada pelos sujeitos na Rede Social, o que posteriormente é capturado e processado pelo sistema do Facebook.

Entendemos que a publicidade participa do processo de subjetivação (GUATTARI; ROLNIK, 2011) por abarcar, em sua operação, semióticas mistas, isto é, significantes e assignificantes. Pelo aspecto significativo, sucede-se o agenciamento de anúncio por meio de suas mensagens. E as semióticas assignificantes, que constituem o objeto aqui tratado, conectam os sujeitos à máquina técnica, que produz dados sobre o comportamento das pessoas, e o que acaba compondo um processo de retroalimentação entre uma máquina social e outra tecnológica.

REFERÊNCIAS

- ATEM, Guilherme Nery; TAVARES, Mariana Ayres Tavares. 2014. O pathos discursivo na Ciberpublicidade. *In*: ATEM, Guilherme Nery; OLIVEIRA, Thaiane Moreira de; AZEVEDO, Sandro Tôrres de. (Orgs.), **Ciberpublicidade: discurso, experiência e consumo na cultura transmidiática**. Rio de Janeiro: E-papers/FAPERJ, 2014.
- CASAQUI, Vander. Por uma teoria da publicização: transformações no processo publicitário. **Significação: Revista De Cultura Audiovisual**, v. 38 n. 36, p. 131-151. 2011. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/significacao/article/view/70935>. Acesso em: 30 jul. 2019.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2018.
- DELEUZE, Gilles. **Conversações**. São Paulo: Editora 34, 2008.
- FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro/RJ: Editora Nova Fronteira, 1986.
- GUATTARI, Félix.; ROLNIK, Sueli. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 2011.
- GUATTARI, Felix. **Caosmose**. São Paulo: Editora 34, 2012.

LAZZARATO, Maurizio. **Signos, máquinas, subjetividades**. São Paulo: N-1 Editora, 2014.

MATTELART, A.; VITALLIS, A. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015. *E-book* (não paginado).

PARISER, Eli. **O filtro invisível**: o que a internet está escondendo de você. Rio de Janeiro: Zahar, 2012. *E-book* (não paginado).

PIEDRAS, Elisa R. **Fluxo Publicitário**. Anúncios, produtores e receptores. Porto Alegre: Sulina, 2009.

SANTAELLA, Lucia; MENDONÇA, Maria Collier de. Reconfigurações da Publicidade no ciberespaço: um cenário em construção. *In*: ATEM, Guilherme Nery; OLIVEIRA, Thaianne Moreira de; AZEVEDO, Sandro Tôres de. (Orgs.). **Ciberpublicidade**: discurso, consumo e experiência na cultura transmidiática. Rio de Janeiro: E-papers/FAPERJ, 2014.

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Tudo sobre todos**: redes digitais, privacidade e venda de dados pessoais. São Paulo: Editora SESC, 2017. *E-book* (não paginado).

SILVEIRA, Sergio Amadeu da. **Democracia e os códigos invisíveis**: como os algoritmos estão modulando comportamentos e escolhas políticas. São Paulo: Editora SESC, 2019. *E-book* (não paginado).

18

Camila Scarrone

TÁTICAS DE RESISTÊNCIA NO SUBCAMPO DA CRIAÇÃO:

desenvolvimentos
teórico-reflexivos sobre
as mulheres produtoras
da publicidade

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.18

A partir de recorte extraído dos resultados da dissertação de mestrado¹²⁵, procuro demonstrar neste texto que as disputas de poder e a hegemonia masculina constitutivas do campo publicitário e, sobretudo, do subcampo da criação, vêm sendo confrontadas pelas mulheres produtoras da publicidade, que atuam nesse espaço há décadas, por meio da utilização de táticas de luta e resistência que desafiam a naturalização da ordem social vigente no subcampo na criação. No contexto contemporâneo, essas mulheres contam com o fortalecimento dos movimentos feministas, potencializados pela expansão progressiva das redes digitais de comunicação. Diante deste renovado horizonte, é que as mulheres publicitárias passaram a se perceber como sujeitas comunicantes que buscam exercer e conquistar a cidadania comunicativa de gênero.

Em síntese, o conceito de cidadania comunicativa aparece, dentro das possibilidades vivenciadas pelas mulheres produtoras da publicidade, em uma espécie de elo com a publicidade onde o nó de amarração é o direito à participação (ou deveria ser). Uma participação não só no sentido concreto da palavra, isto é, de estarem presentes ativamente nos processos de trabalho, mas, também, a participação enquanto direito de estarem presentes nos produtos publicitários, uma vez que o exercício da cidadania envolve o acesso à representação (PERUZZO, 1999).

Quanto ao arranjo metodológico para a construção da investigação empírica da pesquisa em questão, este conta com dois movimentos: um de pesquisa exploratória, com questionários distribuídos em grupos do Facebook voltados para mulheres que trabalham na criação de agências publicitárias da cidade de Porto Alegre; e outro de pesquisa sistemática, em que foram feitas entrevistas em profundidade *on-line* com participantes selecionadas a partir do questionário.

125 Dissertação intitulada "Por que e de que forma lutam as mulheres produtoras da publicidade: táticas de resistência e cidadania comunicativa de gênero no subcampo da Criação" (2021), orientada pela Profa. Dra. Jiani Bonin, junto à linha de pesquisa Cultura, Cidadania a Tecnologias da Comunicação.

A amostra inicial de mulheres publicitárias investigadas totalizou 10 participantes. Posteriormente, duas delas foram desconsideradas em função da incompletude de suas respostas. Ao final dessa seleção, a pesquisa passou a contar com oito mulheres cujas formações, tempo e experiência de trabalho e demais demarcações de diferenciação são distintas. Vale dizer, considerando o *corpus* da pesquisa, que a intenção era justamente ter diversidade na amostra. Assim, levei em conta as características geracionais (a mais jovem está na faixa dos 20 anos de idade e uma delas tem mais de 60 anos); orientação sexual (uma delas se identifica como bissexual); raça (uma delas é negra) e classe social (uma das entrevistadas é periférica, outra é de classe média-alta e duas delas são de classe média-baixa). Assim, como sugere Luz (2018, p. 211), “é possível encontrar interseccionalidades e marcadores sociais operando na fala das mulheres”.

Delineados os aspectos mais relevantes para entender o percurso metodológico da investigação, passo a desenvolver as construções teórico-reflexivas.

O CAMPO DA PUBLICIDADE: UM CAMPO DE FORÇAS E DE LUTAS

Em uma matéria de 2015 para a revista eletrônica AdAge, traduzida pela Meio e Mensagem¹²⁶, o diretor de criação Jonathan Cude diz: “Por causa da alta porcentagem de risco na publicidade, você precisa encontrar alegria no processo. É isso o que você precisa amar: [...] a produção, as risadas, a estupidez, as apresentações e as madrugadas”. As palavras de Cude sintetizam as contradições e particularidades constitutivas dos processos comunicacionais do campo publicitário

126 Disponível em: <https://www.meioemensagem.com.br/home/comunicacao/2015/10/15/n-o-existe-amor-na-publicidade.html>. Acesso em: 10 fev. 2021.

contemporâneo, que se intensificaram em tempos de uma publicidade midiaticizada permeada por um tipo de consumo que vem reconfigurando as esferas da produção e da recepção. Assim, o cenário da criação está transformando-se, ou melhor dizendo, *institucionalizando-se*, como elucidou Juliana Petermann (2011), em um espaço que possui regras próprias, repaginadas pelas lógicas da economia capitalista neoliberal.

Um dos conceitos que percebo como fundamental, ao se discutir o campo publicitário contemporâneo, é a noção de *habitus* de Bourdieu (1983), apreendida como:

[...] um sistema de disposições duráveis e transponíveis que, integrando todas as experiências passadas, funciona a cada momento como uma matriz de percepções, de apreciações e de ações – e torna possível a realização de tarefas infinitamente diferenciadas, graças às transferências analógicas de esquemas [...] (BOURDIEU, 1983, p. 65).

Quando problematiza a publicidade, Wottrich (2017) assinala que “através do *habitus*, podemos observar as práticas não como frutos de vontades individuais, atomizadas, mas regidas por uma lógica determinada, relacionada à historicidade própria do campo publicitário” (p. 76). Nas palavras de seu criador, a noção de *habitus* é a “mediação universalizante que faz com que as práticas sem razão explícita e sem intenção significante de um agente singular sejam, no entanto, razoáveis, sensatas, e objetivamente orquestradas” (BOURDIEU, 1983, p. 87). Ou seja, são práticas reproduzidas e naturalizadas a tal ponto que nem mesmo os sujeitos percebem conscientemente que as estão reproduzindo e o porquê. É sob este funcionamento descrito pelos autores que o *habitus*, mesmo imperceptível, possui certa dinamicidade a ponto de gerar práticas e encadear ações empiricamente observáveis e organizadas no campo da publicidade, dentro e fora das agências.

É necessário destacar que considero a potencialidade de flexibilidade e de mutação do *habitus*. Se estou me referindo a transformações

ocorridas na publicidade contemporânea, torna-se fundamental incluir na discussão o fato de que o *habitus* contribui e/ou se reorganiza em tais reordenações, mas não de maneira estanque, dada ou pronta. Sua dinâmica se desenvolve conforme novos sentidos vão sendo incorporados aos sujeitos que o reproduzem. Dessa forma, se a publicidade está mudando, o *habitus* igualmente se comporta conforme essas reestruturações.

Junto ao conceito de *habitus*, a noção de campo de Bourdieu (1983; 1989) é outra conceituação importante para entender a publicidade como campo, a criação publicitária como subcampo, as relações entre os sujeitos, as posições que eles ocupam nesse espaço e suas formas de resistência. Isso porque, são nos e entre os campos que ocorrem disputas de poder que dividem o espaço social entre dominantes e dominados, pela posse de bens simbólicos e materiais (PETERMANN, 2017). Sobre a noção de campo, Bourdieu (1983, p. 44) argumenta: “Penso, em primeiro lugar, na noção de ‘campo’, entendido ao mesmo tempo como campo de forças e campo de lutas que visam transformar esse campo de forças”.

O conceito de campo pela perspectiva do autor pode ser capturado também como um espaço de forças e lutas travadas (disputas de poder) visando a transformação ou manutenção do campo em questão, sendo este constituído por agentes que podem ser indivíduos ou instituições, nos quais suas posições são determinadas pelo volume ou peso de capital que dispõem (BOURDIEU, 1989, 2004). Isso significa que as disputas ocorrem entre aqueles que possuem maior volume de capitais e aqueles que são praticamente desprovidos de tais capitais. Petermann (2017) esclarece que, ao identificar o campo da publicidade como um campo de forças e de lutas, é possível entender que os sujeitos ali inseridos se organizam para assumirem posições dominantes, um movimento que se baseia na busca pela aquisição ou pelo aumento do volume de capitais. Nesse sentido, a diferenciação entre os sujeitos no campo da publicidade se daria, então, pela posse e exercício (ou não) de poder.

Dado o entendimento de que é com base no capital que “os agentes e grupos de agentes são assim definidos pelas suas posições relativas neste espaço” (BOURDIEU, 1989, p. 134), interessa, neste texto particularmente, os capitais social, cultural e econômico, estando o capital social e o cultural na esfera do capital simbólico, referente a prestígio, reputação, fama, méritos e reconhecimento. Isso porque, enquanto o capital econômico está relacionado à renda, salários, bens e imóveis, o capital cultural diz respeito a conhecimento, qualificações educacionais, diplomas, títulos e o capital social está ligado a relações sociais, as quais podem se converter em recursos de dominação dentro das agências (BOURDIEU, 1989).

Quando demonstra o que vêm a ser as *relações institucionalizadas*, Petermann (2017, p. 181) elucida que o departamento de criação faz do capital social um grande e potente recurso:

Além das relações internas, que definem o departamento da criação publicitária, percebemos a atuação do capital social naquelas que extrapolam os limites deste e que engendram uma rede vital para o subcampo. Tais relações são fundamentais para o desenvolvimento das práticas da criação publicitária, já que se trata de um processo complexo que compreende [...] o cliente, os profissionais de atendimento, de planejamento, de mídia, de produção, da área de *web* e *design*, além de fornecedores, chegando até a esfera da recepção, quando atinge o público (PETERMANN, 2017, p. 181).

Em suma, a institucionalização da criação é como um ciclo vicioso da *práxis* publicitária, uma vez que, os sujeitos inseridos no campo da publicidade passam a acoplar em si condutas que são reproduzidas (por meio do *habitus*) no mercado de trabalho. Assim sendo, “no momento em que ações habituais tornam-se tipificadas, estamos diante de um processo de institucionalização” (PETERMANN, 2011, p. 73).

Se as relações entre os sujeitos definem o subcampo da criação e este é um espaço composto na maioria das vezes por homens,

que, em posse de seus capitais e favorecidos profissionalmente pelo *habitus* circulante, estiveram em condições de manterem vivos valores hegemônicos masculinos, mesmo disputando entre si no mercado de trabalho, a que ou a quem recorrem as mulheres publicitárias para fortalecerem seus capitais sociais e culturais? Motivada por esta inquietude, considerei ser preciso verificar a possibilidade de que as mulheres produtoras da publicidade desprovidas, muitas vezes, de um forte capital social dentro de seus espaços de trabalho (em função de terem tal capital prejudicado), recorram a táticas que beneficiem a criação de laços externamente às agências para as quais trabalham, e não entre elas mesmas, como apresento mais adiante.

O SUBCAMPO DA CRIAÇÃO: ORDEM SOCIAL E VIOLÊNCIA DAS COISAS

Correspondente às reflexões anteriores, há outra conceituação que se mostrou pertinente para identificar as táticas de resistência avistadas: a ideia de controle social, que consistem em:

Um conjunto de meios de intervenção, quer positivos quer negativos, acionados por cada sociedade ou grupo social a fim de induzir os próprios membros a se conformarem às normas que a caracterizam, de impedir e desestimular os comportamentos contrários às mencionadas normas, de restabelecer condições de conformação, também em relação a uma mudança do sistema normativo (BOBBIO, 1998, p. 283).

O conceito de controle social me permitiu pensar de que maneira a formação ideológica do subcampo da criação, de acordo com o processo de institucionalização, se utiliza de mecanismos de controle para obstaculizar as formas de conquista e exercício da cidadania comunicativa e de gênero das mulheres envolvidas na produção do subcampo. Bobbio (1998) distingue as formas de controle social de duas formas

a partir quais se serve um determinado sistema, denominadas por ele como área de controles externos e internos. A primeira designa aqueles mecanismos que se acionam contra sujeitos que não se uniformizam, nos termos do autor, com as normas dominantes. Significa dizer que os indivíduos que não seguem um padrão social estabelecido estão propensos a sofrerem punições (ações reativas ou sanções), e estas são aplicadas para que se garanta a manutenção de uma ordem.

No segundo caso, referente às áreas de controles internos, o autor se refere àquelas que fazem parte da consciência dos sujeitos. São normas e valores que estão interiorizadas em cada indivíduo, com base nas regras estabelecidas por determinado grupo ou sociedade. De outro modo, nas palavras de Bobbio (1998), fazem parte dos controles internos, meios a partir dos quais a sociedade procura mentalizar nos indivíduos “normas, valores e as metas sociais consideradas fundamentais para a própria ordem social” (p. 284).

Ademais, Motta (1979) exprime que as organizações são instâncias de produção de bens e de conhecimentos, mas também são instâncias de controle, a serviço de sistemas sociais maiores. O subcampo da criação publicitária pode ser observado sob estes moldes: uma instância na qual se produz bens e conhecimentos, mas que ao mesmo tempo possui regras e normas próprias que devem ser “uniformizadas” (neste caso, por meio do *habitus*) pelos sujeitos que a compõem. Se fazem presentes, desse modo, as duas formas de controle social indicadas por Bobbio (1998), a externa e a interna. Logo, assumindo o controle como constitutivo das experiências das publicitárias que participaram da investigação, foi preciso pensar as táticas que elas desenvolvem tanto para questionar, resistir, quanto para afrontar suas malhas.

Tendo essas questões em vista, Certeau (1998) encaminha os questionamentos ao encontro das respostas que procuro, ao manifestar que é fazendo uso de sua liberdade que os sujeitos procuram a melhor forma de viver a ordem social e a violência das coisas, abrindo,

assim, seus próprios caminhos. Significa dizer que a pessoa ordinária, utilizando a expressão do autor, inventa seu cotidiano com variadas formas de “caça não autorizada”, transgredindo a disciplina para dar conta das “artes de fazer”, “astúcias sutis”, ou “táticas de resistência” (CERTEAU, 1998). Como complementa Matos:

A crença na liberdade das práticas anônimas, as microliberdades, e o olhar para os movimentos de resistências cotidianas constituem, na obra Michel de Certeau, instrumentos de pesquisa capazes de permitir enxergar o que se passa nos minúsculos espaços sociais em que as táticas silenciosas e sutis jogam com o sistema dominante. Instrui-nos Certeau, na cultura ordinária, cotidiana, “a ordem é jogar”, isto é, por meio da astúcia, driblar o sistema, fingir seu jogo. Assim, no próprio interior da ordem instituída, anuncia-se a resistência à reprodução uniformizante (MATOS, 2011, p. 1).

Adjacente a esses desenvolvimentos, o conceito de estratégia, para Certeau (1998), é o cálculo (ou manipulação) das relações de forças que se torna possível a partir do momento em que um sujeito detentor do querer e do poder pode ser isolado. Para o empreendimento de estratégias, é preciso ter em posse um “próprio”, que “é uma vitória do lugar sobre o tempo” (p. 99), ou seja, a posse de um espaço físico ou simbólico que legitima as estratégias dos grupos que nesse espaço estão estabelecidos. De modo semelhante, as estratégias militares, ou científicas, sempre foram inauguradas graças à constituição de campos próprios, então o poder é a preliminar do saber – e não apenas seu efeito ou atributo –, permite e comanda suas características e se produz aí.

Em contrapartida, o autor chama de táticas “a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio” (CERTEAU, 1998, p. 100). Da mesma forma como a estratégia é postulada de um poder, a tática, para o autor, é a ausência do poder, ou como expõe Duran (2007), a tática é a arte do fraco, sem lugar próprio. Portanto, considero que não possuindo as condições necessárias (ou seja, não sendo possível exercer a prática das estratégias) para determinado enfrentamento, é que as mulheres publicitárias façam uso de táticas de resistência.

Seguindo essa mesma linha de pensamento, Fraser (1999) elabora uma distinção daquilo que chama de públicos fortes e públicos fracos, de acordo com o poder de decisão dos mesmos. Os públicos fortes seriam aqueles que detêm de um poder consentido pelo estado, estando no centro do sistema político, representando as elites. Penso que este viés se aproxima da perspectiva de Certeau (1998), considerando que os públicos fortes condizem com aqueles que, teoricamente, empreendem as estratégias. Os públicos fracos, por outro lado, são referentes aos grupos cuja prática deliberativa, isto é, “o processo argumentativo no debate público” (MAIA, 2008, p. 166), diz respeito apenas à formação da opinião e não envolve as tomadas de decisões. Esta demarcação, argumenta Maia (2008), serve para compreender as possibilidades de os diferentes públicos reivindicarem suas questões e os diferentes modos de participação política.

A autora sugere que o modo de acesso dos públicos fracos e públicos fortes às mídias se caracteriza de maneira desigual, pois os meios de comunicação hegemônicos não oferecem um espaço totalmente imparcial para os sujeitos divulgarem suas razões. Por isso os sujeitos comunicantes exercem a prática deliberativa colocando suas pautas em espaços alternativos, como nas mídias digitais (Facebook, Instagram, Twitter, dentre outras). Entendo que as mulheres produtoras da publicidade se aproximam da ideia de públicos fracos, mesmo que meu ponto de vista não admita pensar as mulheres como *fracas*, no sentido literal do termo; estou apenas me apropriando da terminologia desenvolvida por Fraser (1999) para teorizar e refletir, didaticamente, às condições políticas e sociais desiguais em que estão submetidas as mulheres interlocutoras da pesquisa em questão.

Conforme assinala Maia (2008), os públicos fracos necessitam chamar a atenção pública para determinado problema para, então, serem capazes de redefini-lo. É possível que as mulheres produtoras da publicidade estejam articulando-se desta mesma forma, dentro dos

parâmetros possíveis, inserindo suas discussões na esfera da visibilidade pública midiática, devido à falta de recursos outros, como a possibilidade de desenvolverem estratégias, segundo concepção de Certeau (1998), em oposição aos chamados públicos fortes (FRASER, 1999) para conseguirem redefinir os problemas vividos por elas.

AS MULHERES PRODUTORAS DA PUBLICIDADE: A ORDEM É JOGAR

O olhar voltado para os movimentos de resistências cotidianas, encontrados em fragmentos das falas das mulheres participantes da investigação referida neste texto, fertilizado pelas concepções de Certeau (1998), possibilitaram avistar quais táticas e formas de luta se configuram, pelas mulheres produtoras da publicidade, nos espaços sociais do subcampo da criação. São táticas algumas vezes silenciosas ou sutis; outras apresentam-se como mais facilmente perceptíveis, compreendidas pelas mulheres produtoras da publicidade para jogar com o sistema dominante.

Compartilhando com Certeau (1998, p. 100) a noção de tática como toda “a ação calculada” e o movimento dentro do campo de visão do inimigo no espaço por ele controlado, passo agora a apresentar as táticas de resistência identificadas e nomeadas, no sentido do *fazer* destas mulheres produtoras da publicidade. A investigação empreendida permitiu identificar três táticas de resistências. O primeiro tipo de tática, que chamo de *enfrentamento interpessoal*, foi identificada pelos relatos das mulheres produtoras da publicidade que giram em torno do confronto com chefes e clientes diretamente, em virtude de situações consideradas inadequadas. Assim como a transição gradual da sociedade para o sistema capitalista desencadeou mudanças nas dinâmicas de trabalho, o *enfrentamento interpessoal* foi identificado como

um tipo de tática utilizada pelas mulheres produtoras da publicidade com mais tempo de experiência na profissão e, principalmente, aquelas que vivenciaram o período antecedente à constituição mais ampla do sistema capitalista globalizado. Concebo que a utilização deste tipo de tática era viável porque os sujeitos produtores da publicidade no Brasil representavam um contingente de poucas pessoas qualificadas. Hoje, talvez a mesma tática de enfrentamento resultaria na demissão e substituição imediata da sujeita envolvida.

O segundo tipo de tática avistada foi nomeada como *forjar relações*, que diz respeito às relações que essas mulheres procuram estabelecer profissionalmente para resistir. Embora possuam derivações, são relações que fortalecem o capital social das mulheres produtoras da publicidade, entendido no decorrer da investigação como o capital mais prejudicado e que, inclusive, pode dificultar ou favorecer o progresso do capital econômico e cultural. Assim, as mulheres produtoras da publicidade forjam relações para se fortalecerem, como mulheres e publicitárias. Retomando as conceituações de Certeau (1998), na cultura ordinária, cotidiana, “a ordem é jogar”, isto é, por meio da astúcia, driblar o sistema, fingir – veja bem, *fingir* – seu jogo. Os relatos colhidos junto a uma sujeita participante da pesquisa, por exemplo, exprimem essa ideia. Ao se inserir nos círculos sociais de colegas homens, ela estrategicamente fortalecia e reforçava o seu capital social, tão importante no subcampo da criação, como já vimos.

Analogamente, outras relações são estabelecidas com foco no capital social, como quando as mulheres entrevistadas disseram inserirem-se em grupos *on-line* voltados para mulheres publicitárias ou, no caso particular de uma das interlocutoras, grupos de publicitários(as) negros(as). Em sua maioria, estes grupos contribuem na promoção de vagas de emprego para que mais mulheres e, em específico, mulheres negras, consigam entrar e permanecer nas agências de publicidade, para isso, circulam conteúdos informativos, notícias e atualidades sobre o mercado de trabalho na comunicação. Fora a

participação em grupos *on-line*, as mulheres interlocutoras da pesquisa demonstraram ser raro o estabelecimento e manutenção de firmes relações entre elas mesmas no espaço da criação.

O terceiro e último tipo de tática observada por meio das narrativas analisadas na pesquisa supracitada é a tática de *subverter para publicizar*, uma vez que, ainda que ocupem posições diferentes no tecido social, as mulheres produtoras da publicidade e as não produtoras (que não possuem formação como publicitárias, mas produzem e consomem conteúdos comunicacionais diversos) estão em pé de igualdade no sentido de conquista e exercício da cidadania comunicativa por intermédio do ato de publicizar. Sem exceções, todas as mulheres participantes da pesquisa disseram incorporar nas produções que elaboram diversificadas representações de pessoas. Elas manifestam ter plena noção de que, caso seja aprovada pelos chefes de seus departamentos, muito provavelmente a ideia seja rejeitada pelo anunciante, e, ainda assim, não desistem e mantêm constantes tentativas de rompimento da ordem social e política dominante por meio das produções desenvolvidas no cotidiano de trabalho.

Sendo assim, a partir dos relatos que pude colher junto às mulheres produtoras da publicidade, percebo que as táticas de resistência que utilizam podem ser descritas também com base nas formulações de Matos (2011): é por interferência das diferentes táticas empreendidas por elas que, no próprio interior da ordem instituída, se anuncia a resistência à reprodução uniformizante no subcampo da criação. Resistência mesma que controla e que institui as regras que devem ser obedecidas pelas mulheres, uma vez inseridas nos espaços pertencentes ao subcampo, o que inclui também o ambiente acadêmico, como evidenciou outra participante da pesquisa.

Os relatos colhidos pela pesquisa de mestrado demonstram que as mulheres produtoras da publicidade configuram táticas de resistências que são colocadas em prática durante o trabalho na criação

publicitária e fora dele. Seja confrontando o anunciante ou até mesmo procurando retratarem mulheres “reais” (sem nenhum tipo de estereótipo) com diversidade sexual e de raça em produções publicitárias criadas por elas; ou rejeitando participarem de determinadas produções que elas mesmas julguem desrespeitosas. Trata-se de exercer a cidadania comunicativa de gênero em um ato de nadar contra a corrente, considerando que os poderes hegemônicos incrustados na sociedade ficam descontentes com a possibilidade do exercício e conquista de uma cidadania comunicativa, pois isso os desestabilizaria. Além disso, tais narrativas legitimam o pressuposto de que a cidadania comunicativa envolve aspectos sociais e culturais incorporados aos “valores de igualdade de oportunidades, qualidade de vida, solidariedade e indiscriminação” (HOPENHAYN, Martín, 2005 *apud* MATA, 2006, p. 13).

A cidadania comunicativa inclui, também, pensá-la como um exercício e um direito essencial de reelaborar outros mundos possíveis, voltados à emancipação social em múltiplas dimensões, por meio da utilização refletida dos universos comunicacionais e midiáticos e de suas estratégias de produção e de circulação de sentidos. As mulheres produtoras da publicidade são compreendidas como *sujeitas comunicantes*. As diferentes táticas de resistência constituídas por elas demonstram uma busca por reinventar outras realidades possíveis, voltadas à emancipação social, e, neste cenário em específico, à emancipação social das mulheres.

Ao jogarem o jogo do subcampo da criação segundo *suas táticas*, as mulheres produtoras da publicidade fazem circular outros sentidos de realidade desde o universo comunicacional, investindo em maneiras próprias de produção encontradas por elas para tal. Em sociedades como o Brasil, onde a esfera pública é atravessada por relações de dominação, a igualdade em termos de participação e interação com os outros exige a constituição, portanto, de contrapúblicos subalternos (FRASER, 1999). Este conceito diz respeito às arenas discursivas paralelas onde membros de grupos sociais alternativos inventam e circulam contradiscursos,

o que permite que interpretações de oposição sejam formuladas sobre seus interesses, necessidades e seus papéis na sociedade.

Tendo isso em vista e levando em conta as argumentações de Mata (2006), de que a cidadania comunicativa é o reconhecimento da capacidade de ser sujeito de direito e demanda no terreno da comunicação pública, e o exercício desse direito, se pode dizer que determinados grupos de pessoas, incluindo as mulheres produtoras da publicidade investigadas pela pesquisa, precisam lutar pela conquista da cidadania comunicativa justamente por integrarem historicamente os contrapúblicos subalternos.

Ao colocarem em campo as táticas de resistência identificadas pela investigação aqui debatida – *enfrentamento interpessoal, forjar relações e subverter para publicizar* – as mulheres produtoras da publicidade apontam que a construção da cidadania comunicativa de gênero não demanda somente uma constante disputa com a questão da heteronormatividade. É uma cidadania comunicativa de gênero duas vezes conflituosa (ou mais), em que as lutas para a conquistar são proporcionalmente mais difíceis, dependendo de quantos marcadores sociais da diferença e padrões estéticos são incorporados à constituição das mulheres produtoras da publicidade.

Interessa destacar, ainda, que a cidadania comunicativa de gênero aparece nos processos de trabalho das mulheres produtoras da publicidade sob a forma de intenção em ser conquistada e em relação às quais desenvolvem certas táticas. O exercício deste tipo de cidadania não desponta como uma atividade corriqueira, livre e sem impeditivos. O que podemos perceber, ao analisar o trabalho das mulheres produtoras da publicidade, é que sempre há certos limites de atuação por parte dessas mulheres, limites estes que são afixados por esferas de poder dentro e fora das agências de publicidade em que trabalham e, também, por elas mesmas, como estratégia de preservação de seus empregos, seus corpos e suas vidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto analisava as concepções e as táticas acionadas pelas mulheres para afirmar seu lugar nos processos de trabalho vivenciados e em seus produtos desenvolvidos, localizei, a partir de suas falas, três tipos de táticas de resistência empreendidas por elas no subcampo da criação publicitária. Organizei essa classificação em três categorias, por ter me deparado com práticas recorrentes e similares (ou padrões de práticas) em comum entre as publicitárias investigadas, encontradas por meio dos relatos analisados.

No exercício da criação publicitária, as mulheres produtoras da publicidade utilizam táticas em movimentos de resistência cotidianos de luta contra os jogos de poder masculinistas e hegemônicos que visam controlá-las e subjugá-las, para, então, conquistarem e exercerem a cidadania comunicativa de gênero, até então desejada e almejada por elas. A realização destas táticas corrobora, também, à própria existência e manutenção das mulheres produtoras da publicidade nesses espaços. Servem como um guia de sobrevivência, que funciona como alternativa ao ambiente de trabalho que pouco alimenta a presença das mulheres, precariza sua atuação e existência e frequentemente evita a representação da diversidade.

Quanto aos desafios propiciados pelo percurso metodológico, destaco os primeiros movimentos aproximativos, cautelosos e dialogados junto às entrevistadas, que ajudaram a consolidar estratégias metodológicas e a construir a coparticipação das mulheres na pesquisa. Foram esses movimentos que contribuíram a construir um vínculo mais próximo com as participantes da investigação, permitindo uma reaproximação no momento da pesquisa sistemática. Ao partilharem de suas experiências pessoais comigo, não somente como pesquisadora, mas como alguém que está se dispondo a doar uma escuta atenta, as questões levantadas pelas mulheres produtoras da

publicidade ganham visibilidade e voz no campo científico. Ao fazer esta movimentação, a investigação oferece um espaço de protagonismo para essas mulheres e para a constituição do conhecimento científico, entrelaçando as narrativas das participantes da pesquisa com os arcaouços teóricos que nutrem a investigação.

Avalio, ainda, que certas noções apresentadas nos cursos de publicidade e propaganda, como por exemplo, a de *público-alvo*, devam ser repensadas e problematizadas. Cada indivíduo possui uma subjetividade própria e singular, o que demonstra, portanto, que este não pode ser pensado como um “alvo” que deva ser *atingido* por uma ideia, assumindo, automaticamente, os significados comunicacionais e deixando-se ser afetado, da forma como a já superada Teoria Hipodérmica procurava demonstrar.

Essa concepção, assim como as bases teóricas e, principalmente, mercadológicas, que são oferecidas como referências para futuros(as) publicitários(as), precisam ser repensadas e abertas à reflexão, até mesmo para alterar a rota que leva os(as) graduandos(as) às idealizações utópicas sobre o trabalho em publicidade. O mercado de trabalho em publicidade carece de indivíduos mais questionadores e reflexivos desde a graduação, que contem com o oferecimento de renovadas bibliografias (menos tecnicistas), com mais autoras e autores não-ocidentais, nas quais não se desconsiderem as técnicas tradicionais de ensino-aprendizagem, mas agreguem-se novas perspectivas ao processo de aprendizagem sobre o campo publicitário e o subcampo da criação.

REFERÊNCIAS

- BOBBIO, Norberto; MATEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de Política**. Editora Universidade de Brasília, 1998.
- BONIN, Jiani. Reflexões sobre a formação metodológica na orientação de projetos de pesquisa em comunicação. **Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación**, v. 9, n.16, p. 36-45, 2012. Disponível em: <http://revista.pubalaic.org/index.php/alaic/article/view/63>. Acesso em: 22 fev. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Editora Bertrand Brasil S. A., 1989.
- BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência**: por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: UNESP, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1983.
- CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**: artes de fazer. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- DURAN, Marília. Maneiras de pensar o cotidiano com Michel de Certeau. **Diálogo Educação**, Curitiba, v. 7, n. 22, p. 115-128, set./dez., 2007. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/viewFile/4177/4096>. Acesso em: 2 ago. 2021.
- FRASER, Nancy. Repensando la esfera pública: Una contribución a la crítica de la democracia actualmente existente. **Ecuador Debate**, Quito, n. 46, p. 139-174, 1999.
- LUZ, Paulo Júnior Melo da. Interpretações sobre gênero na recepção da série Queen of the South In.: MORALES; Yvets, SOUSA, Leila; LAPA, Bruna (Orgs.). **Experiências metodológicas em pesquisas da comunicação**. São Luís: EDUFMA, 2018.
- MAIA, Rousiley. Visibilidade midiática e deliberação pública. In.: GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. **Comunicação e democracia**: problemas e perspectivas. São Paulo: Paulus, 2008, p. 165-192.
- MATOS, Eliana Bragança de. A gênese da resistência criativa nas ideias de agência de Certeau e de habitus de Bourdieu. In: XXXV Encontro da ANPAD, Rio de Janeiro **Anais Eletrônicos** [...] Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: http://www.anpad.org.br/diversos/down_zips/58/MKT2526.pdf. Acesso em: 2 ago. 2021.

MOTTA, Fernando. Controle social nas organizações. **Revista de administração de empresas**, São Paulo. v. 19, n. 3, 1979. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rae/v19n3/v19n3a02.pdf>. Acesso em: 2 ago. 2021.

PETERMANN, Juliana. **Cartografia da criação publicitária**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2017.

PETERMANN, Juliana. **Do sobrevoio ao reconhecimento atento: a institucionalização da criação publicitária pela perspectiva do *habitus* e dos capitais social, cultural e econômico**. 2011. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2011. Disponível em: http://www.repositorio.jesuita.org.br/bitstream/handle/UNISINOS/3041/sobrevoio_reconhecimento.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 2 ago. 2021.

SCARRONE, Camila. **Por que e de que forma lutam as mulheres produtoras da publicidade: táticas de resistência e cidadania comunicativa de gênero no subcampo da Criação**. 2021. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2021. Disponível em: <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/9855>. Acesso em 15 ago. 2021.

WOTTRICH, Laura. **“Não podemos deixar passar”**: práticas de contestação da publicidade no início do século XXI. 2017. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/159339/001023542.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 2 ago. 2021.

19

Ana Paula Cardoso Dorneles

PADRÕES DE BELEZA FEMININOS:

colonialidade do gênero e do poder
em publicidades de cosméticos
na América Latina

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.19

VENDEM-SE COSMÉTICOS OU PADRÕES DE BELEZA?

Este trabalho foi desenvolvido ao longo de quatro anos, com pesquisa exploratória realizada com consumidoras de cosméticos do Brasil e do México (2016–2017) e pesquisa final em 2019, tendo como objeto de estudo publicidades de cosméticos das marcas Avon, Natura e Mary Kay e entrevistando 16 mulheres de 20 a 35 anos.

Começamos com uma pergunta para você: conhece alguém que nunca ouviu falar sobre cosméticos? A maquiagem ao longo do tempo foi se tornando uma parceira das mulheres. Mais do que números em vendas, os (dermo)cosméticos foram aumentando em quantidade, qualidade e especificações: para peles, para maquiagem, para limpeza, para cuidado e, nos últimos tempos, para prevenção. É um setor que vem ganhando espaço e, ao mesmo tempo, mostra que as mulheres estão insatisfeitas com seus corpos, com suas belezas. Podemos até pensar: o que a maquiagem tem a ver com isso? Na verdade, ela pode contribuir para o descontentamento feminino, e é nesse sentido que esta pesquisa vai mostrar a ligação dos cosméticos com os entendimentos das mulheres, brasileiras e mexicanas, sobre beleza e a sua relação com a construção de suas identidades.

Toda publicidade busca vender algum produto e, para isso, precisa comunicar da forma mais eficiente ao seu público-alvo, a fim de convencê-lo de que necessita daquele produto. Então, o que pensamos quando uma modelo alta, de pele e cabelos claros, anuncia um cosmético para mulheres baixas, de pele e cabelos escuros, afirmando que aquela maquiagem vai deixá-las mais belas? A consumidora está realmente se sentido representada nessa publicidade? O que essa peça está querendo comunicar?

Pensar na construção dessas publicidades está para além da comunicação: é político, é social e tem em seu contexto uma história de colonização, escravidão, submissão, desigualdades e inferiorização. É nesse sentido que este trabalho vai mostrar, através de pesquisa teórica e empírica, que a falta de representação das mulheres latino-americanas em publicidades de maquiagens direcionadas para elas tem uma forte relação com a colonialidade do gênero e do poder e como esse contexto afeta profundamente a construção de suas identidades e autoestimas.

FEMINISMO: COMPREENDENDO O CONTEXTO MACHISTA DAS PUBLICIDADES

Para pensarmos as publicidades de cosméticos e entendermos quais são os motivos que levaram a sociedade a impor padrões de beleza e o uso de maquiagem somente pelas mulheres, é necessário entender, antes de tudo, como a sociedade enxerga e qual foi o papel da mulher neste último século. Pensando que a publicidade dita padrões, é pertinente entender como estes foram forjados e ainda são sustentados, fazendo com que muitas mulheres se tornem dependentes de cosméticos para se sentirem aceitas.

Os padrões, que ao longo dos séculos vão mudando, têm um olhar especial sobre as mulheres, sobre seus corpos e suas belezas, e os usos dos cosméticos estão a seu favor, com intuito de deixá-las mais belas aos olhos da sociedade. O mesmo ocorre com as práticas de procedimentos estéticos e cirúrgicos, que atualmente são as formas mais modernas e eficazes de mudar a aparência para estar dentro dos padrões socialmente aceitos.

A problematização da sociedade patriarcal, da organização social determinada pela divisão sexual, foi um dos aportes centrais

dos movimentos de libertação da mulher e da teoria feminista. A ordem patriarcal fundamentou a explicação da dominação masculina, a qual impôs sua visão hegemônica ao separar o âmbito público do doméstico. A partir da fundamentação do homem como provedor econômico, a mulher foi subordinada ao seu comando e limitada ao espaço do lar (GARCÍA, 2015, p. 26).

Judith Butler (2007, p. 54) debate o feminismo através da subversão da identidade, isto é, sob a ótica de que a diferenciação entre sexo e gênero representa uma fragmentação no sujeito feminista, originalmente com a intenção de responder ao que se dizia no patriarcado, que “biologia é destino”. O gênero se constrói culturalmente, não sendo resultado casual do sexo nem aparentemente rígido como ele. Conforme a autora, o gênero não é uma interpretação cúmplice do sexo.

O gênero é uma maneira de se referir às origens somente sociais das identidades dos homens e das mulheres. Segundo essa definição, é uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, com a proliferação dos estudos do sexo e da sexualidade. Tornou-se uma palavra particularmente útil porque oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis atribuídos às mulheres e aos homens. Apesar de os/as pesquisadores/as reconhecerem as relações entre o sexo e os “papéis sexuais”, eles/as não colocam entre os dois uma relação simples ou direta. O uso do “gênero” dá ênfase a todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo nem determina diretamente a sexualidade, como nos mostra Scott (1989, p. 7).

Segundo a autora, mesmo se nesse uso o termo “gênero” afirma que as relações entre os sexos são sociais, ele não diz nada sobre os motivos pelos quais essas relações são construídas. Não diz também como elas funcionam ou como elas mudam. O uso descritivo do “gênero” é, portanto, um conceito associado ao estudo das coisas relativas somente às mulheres. O gênero é um novo tema, novo campo de pesquisas históricas, mas não tem a força de análise suficiente para interrogar os paradigmas históricos existentes (SCOTT, 1989, p. 8).

Alguns historiadores, conscientes desse problema, esforçaram-se para usar teorias que pudessem explicar o conceito de gênero e a mudança histórica. Nesse contexto, surgiram as feministas anglo-saxãs, as quais mostraram que a palavra “gênero” deve ser usada como distinta de “sexo”. Porém, não se pode negar que o gênero se constitui com ou sobre corpos sexuados. Assim, não se nega a biologia, mas enfatiza-se a construção social e histórica produzida sobre as características biológicas, conforme afirma Louro (1997, p. 21–22).

Se acreditam que os corpos são receptores passivos de uma lei cultural inevitável, quando a cultura pertinente que constrói o gênero se dá em função da lei ou do conjunto das leis, então o gênero é tão preciso e fixo como a afirmação de que a biologia é destino (Butler, 2007, p. 57). Para a autora, o gênero não é “[...] como un fenómeno variable y contextual, el género no designa a un ser sustantivo, sino a un punto de unión relativo entre conjuntos de relaciones culturales e históricas específicas” (BUTLER, 2007, p. 61).

Esse entendimento e o esclarecimento trazidos pelas feministas sobre o gênero ser culturalmente construído e não estar relacionado ao sexo fizeram as mulheres entenderem que o serviço do lar, o espaço privado e a subordinação ao homem não foram um destino, mas uma atribuição conveniente para os homens através de uma estrutura social patriarcal, negando às mulheres o direito de evoluir socialmente e intelectualmente, fora do espaço do lar. Assim, as feministas começaram a produzir trabalhos e iniciaram a luta pelos seus direitos, porque se o gênero é cultural, ele pode ser modificado, como tudo que faz parte da cultura. Mas, para isso acontecer, as leis, os direitos e principalmente os entendimentos das mulheres sobre elas mesmas precisavam ser mudados.

Para a feminista Joan Scott (1989, p. 21), a ideia central da definição de gênero se baseia na conexão integral entre duas proposições: a) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos; e b) o gênero é uma forma

primeira de significar as relações de poder, pois as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre à mudança nas representações de poder – mas é interessante observar que a direção da mudança não segue sempre um sentido único.

O gênero como forma de significar as relações de poder é facilmente compreendido por que o patriarcado não teria sido tão exitoso como foi e ainda é – na maioria dos países – se as mulheres não fossem coniventes com o entendimento de que “a biologia é destino” e a subordinação ao homem é a sua obrigação. O gênero, como elemento das relações sociais baseado nas diferenças entre os sexos, foi intencionalmente criado para atribuir o espaço doméstico à mulher como a pessoa destinada a ter filhos, a cuidar deles e, dessa forma, estar comprometida com o lar, zelando pela casa e pela sua família.

Scott (1989, p. 18) defende que é necessário rejeitar o caráter fixo e permanente da oposição binária “homem-mulher” e, para isso, é preciso historicizar e desconstruir os termos da diferença sexual. Louro (1997, p. 31–32) também acredita que, para desconstruir essa polaridade rígida dos gêneros, é necessário problematizar tanto a oposição entre eles quanto a unidade interna de cada um. Assim, deve-se observar que o polo masculino contém feminino e vice-versa, bem como saber que cada um desses polos é internamente fragmentado e dividido, pois não existe “a mulher”, existem várias e diferentes — elas não são idênticas entre si. Da mesma forma, existem gays, lésbicas, bissexuais e transexuais, e todos e todas constroem ao longo do tempo seus entendimentos de gênero, formando, assim, suas identidades.

É interessante a observação de Louro (1997, p. 32) quando mostra que a insistente construção binária vai além do gênero, revelando-se através de outros pares de conceitos como “produção-reprodução”, “público-privado” ou “razão-sentimento”. Se observarmos, eles correspondem ao masculino e ao feminino, demonstrando sempre a prioridade do primeiro elemento, pois o outro se deriva

através do pensamento dicotômico, tornando essa dinâmica inexorável. Essa lógica é problemática para a perspectiva feminista porque naturaliza um lugar fixo para cada gênero.

Dentro do entendimento das construções binárias, acreditamos que os pares dos conceitos “cuidado-desleixo” e “decência-indecência” fossem uma das atribuições ao gênero feminino referentes aos cuidados com a beleza, em estar bela e arrumada e a fim de manter a sua feminilidade. Isso porque a mulher entendida como “decente” era vista como a mulher correta, casta, inocente, pura e respeitável, e isso era transmitido através da aparência, com o cuidado com a pele, os cabelos, o corpo e as vestimentas. Assim, manter o cuidado e seguir os padrões era algo naturalizado e óbvio para a mulher ser considerada decente e estar dentro das regras da sociedade, bem como aderir aos modos de se comportar e falar perante os homens. Essas construções binárias poderiam referir-se somente ao passado, mas ainda seguem presentes em nossa sociedade e demonstram a presença do machismo.

É oportuno observar que, apesar de a sociedade ser mantida sob os desejos, os pensamentos, as leis, as ordens e o domínio dos homens, a eles próprios o cuidado com a aparência e o corpo não era — e ainda não é — entendido nem cobrado como era e é para as mulheres.

É necessário entendermos que qualquer sistema de sexo-gênero está intimamente interligado a fatores políticos e econômicos das sociedades. Por isso, a construção cultural do sexo em gênero e a assimetria de todos os sistemas de gênero que se dá pelas diferentes culturas são ligadas à organização da desigualdade social. É tanto uma construção sociocultural quanto um aparato semiótico, um sistema de representação que atribui significado, como identidade, valor, prestígio, a pessoas dentro da sociedade. Se as representações de gênero são posições sociais que trazem significados diferentes, logo apresentar-se como masculino ou feminino pressupõe a totalidade desses

atributos sociais. A construção do gênero é tanto o produto quanto o processo de sua representação (LAURETIS, 1994, p. 211–212).

Nosso estudo sobre cosméticos, por estes serem atribuídos às mulheres, ao gênero feminino, demonstra que o sistema sexo-gênero tem grande importância na construção das identidades, do ser mulher, ser feminina, ser vaidosa, e em relacionar muitas vezes a sua felicidade e realização pessoal ao fato de ser socialmente aceita e reconhecida como bela. É necessário nessa construção sociocultural manter um corpo que a mídia determina, falando sobre quais curvas são aceitas e quais devem ser escondidas e idealizando a juventude como permanente, pois ela deve ser mantida até mesmo quando o tempo passa.

Além da afirmação de Lauretis (1994, p. 19–20) sobre o gênero e o sexo estarem relacionados a fatores políticos, os estudos de Butler também debatem o tema, mostrando que “o sujeito” é uma questão crucial para a política porque a construção desta se dá pela vinculação a certos objetivos de legitimação e de exclusão, e essas operações políticas são efetivamente ocultas e naturalizadas. Desse modo, a crítica feminista deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é reproduzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder através das quais busca a emancipação. Há outro problema político nesse contexto: a suposição de que o termo “mulheres” denote uma identidade em comum, como já mencionado, visto que este não é exaustivo porque o gênero nem sempre se constitui de maneira coerente ou consistente nos diferentes contextos históricos. Ele estabelece interseções com modalidades raciais, classistas, étnicas, sexuais e regionais de identidades, discursivamente construídas, ou seja, não se pode separar a noção de “gênero” das interseções políticas e culturais em que invariavelmente ela é produzida e mantida (BUTLER, 2017, p. 20–21).

Louro (1997, p. 34) analisa que, ao romper com a dicotomia homem-mulher, rompe-se o enraizamento do caráter heterossexual que estaria, na visão de muitos/as, presente no conceito de gênero.

Esse conceito é marcado por sua origem acadêmica, branca, de classe média, sendo necessário desconstruir a polarização dos gêneros e problematizar a identidade no interior de cada polo. Se gênero é compreendido como os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não podemos afirmar que decorra de um sexo desta ou daquela maneira, porque a distinção sexo-gênero sugere uma descontinuidade radical entre corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. Quando o status construído do gênero é teorizado como radicalmente independente do sexo, o gênero torna-se flutuante, porque a consequência é que mulher e feminino podem facilmente significar tanto um corpo masculino como um feminino (BUTLER, 2017, p. 26).

As primeiras ondas de feminismo que surgiram na Europa problematizaram o machismo e o patriarcado de acordo com suas vivências, seus contextos de mulheres brancas, de classe média e heterossexuais, como relatou Louro (1997). Portanto, entendiam o gênero como dicotômico e não percebiam que, na realidade, a diversidade de mulheres estava muito além de seus conhecimentos, porque a realidade do local é diferente de país para país e muito mais de continente para continente.

Varela (2005) agrega ao debate trazendo as ondas de feminismo relacionadas ao poder, à economia, à globalização, à violência, ao corpo e à cultura. A autora afirma que o mundo se define em masculino e que se atribui ao homem a representação da humanidade inteira; tem-se o homem como medida de todas as coisas, distorcendo a realidade. Assim, a ciência é deformada com graves consequências na vida cotidiana, o que se aplica à comunicação, pois a visão denominada androcentrismo seleciona os eixos, acontecimentos e pessoas das notícias (VARELA, 2005, p. 144), bem como cria os estereótipos de beleza e corpo para serem um padrão estipulado através da publicidade para a sociedade.

O feminismo surgiu primeiro como prática e depois como palavra, movendo-se em reivindicações de sufrágio e logo construindo

seu discurso de igualdade, de diferença. Ao longo do tempo vem acarretando diversas polêmicas, indo de uma ação individual para uma ação coletiva e como movimento político, como observa García (2015, p. 37). Vai-se ao discurso reflexivo, ao trabalho teórico consistente, na tentativa de desenvolver uma nova compreensão da realidade desde os seus próprios parâmetros de análise.

Cabe salientar que a publicidade nesse contexto, de acordo com o produto, público-alvo e posicionamento, pode reforçar a cultura e as regras do patriarcado, assim como mostrar as mudanças que o feminismo trouxe para a vida das mulheres. Estas são notáveis através de suas lutas relacionadas principalmente à política pública, como os direitos ao divórcio, de estudar, de votar, de participar da política, de trabalhar fora do espaço doméstico e de estar no âmbito da sociedade que elas quiserem (havendo, contudo, cenários ainda desiguais).

COLONIALIDADE DO GÊNERO E DO PODER: NÃO SÃO SIMPLES ESCOLHAS NAS PUBLICIDADES

Sabemos que a herança do eurocentrismo está para além dos consumos e modas; também influenciou estudos, pensamentos e modos de ver o mundo, com os olhos europeus que por muito tempo foram referências em várias áreas do conhecimento. Mas acreditamos que ninguém entende melhor a realidade do que as próprias pessoas que vivem naquele lugar, as quais constroem suas identidades, seus saberes e suas vidas através de suas culturas, muitas vezes influenciadas pelo etnocentrismo — apesar de nunca similares a ele.

Desse modo, devemos considerar os estudos sobre pensar o feminismo dentro da América Latina através de um novo conceito com

potencial de construir uma mudança de paradigma em nossa América: a colonialidade do gênero. Os estudos de Quijano mostram que, através da colonização espanhola e de sua dominação na América Latina e no Caribe, junto com o conceito de colonialidade do poder, foi criada a ideia de raça oriunda do dito “descobrimento”. Desse modo, as pessoas que viviam nos países colonizados foram reclassificadas socialmente em forma de camadas, de acordo com as relações que tinham com o cristianismo, a “pureza do sangue” e as línguas europeias (MENDONZA, 2014, p. 91–92).

Ao construir essa classificação social, a colonialidade transpassa todos os aspectos da existência social, permitindo o surgimento de novas identidades geoculturais e sociais, de acordo com Quijano. Porém, deve-se salientar que colonialidade não se refere apenas à classificação racial; é um fenômeno abrangente que trata de um dos eixos do sistema de poder. Assim, todo controle do sexo, da subjetividade, da autoridade e do trabalho é relacionado e conectado com a colonialidade (LUGONES, 2014, p. 58–59).

O autor Quijano entendeu que o eurocentrismo como a construção do conhecimento do mundo surgiu com base na invenção da Europa e dos europeus como a versão mais completa da evolução humana na história do planeta. Assim, os povos latino-americanos foram classificados como pessoas sem história, tendo negadas as suas epistemologias e até mesmo o seu status de seres humanos. O eurocentrismo conduzia a construção de subjetividades e intersubjetividades entre europeus e não europeus baseado em oposições binárias como civilização e barbárie, assalariados e escravos, desenvolvidos e subdesenvolvidos, e dessa maneira a universalização da posição epistêmica dos europeus foi instaurada (MENDOZA, 2014, p. 92–93).

Iniciou-se a partir da colonização a compreensão dos latino-americanos como inferiores, como não civilizados. Ao colocar na balança apenas os saberes europeus, deixou-se de lado toda a cultura do continente americano, que foi classificada como não evoluída.

Lugones (2014) percebeu que, através do conceito de colonialidade do poder, o gênero e a sexualidade foram entendidos como elementos estruturadores de todas as sociedades humanas. Todavia, essa afirmação mostra as premissas patriarcais, heterossexuais e eurocentristas que Quijano adotava sobre gênero. A partir disso, Lugones propõe pensar que tanto gênero como a ideia de raça foram concomitantemente construções coloniais para racializar e formar as sociedades que dominavam. A subordinação de gênero foi a forma que os homens colonizados encontraram para negociar e manter certo controle sobre suas sociedades (MENDONZA, 2014, p. 93–94). Essa conspiração entre homens colonizados e seus colonizadores não permitiu que se construíssem laços fortes de solidariedade entre mulheres e homens do terceiro mundo nos processos de libertação, pois as colonialidades do poder e do gênero operavam em nível interno na América Latina e a independência não significou uma descolonização das sociedades (MENDONZA, 2014, p. 93–98).

As colonialidades, portanto, tornaram as mulheres as pessoas mais inferiorizadas, porque mesmo estando nas colônias, além de serem subordinadas aos colonizadores, deviam também obediência aos homens, seus parceiros, seus iguais. Estes sofriam das mesmas desigualdades de raça, mas, devido à colonialidade do gênero, detinham um nível superior ao organizarem as sociedades de forma patriarcal.

Nessa conjuntura, é importante evidenciarmos que os feminismos desenvolvidos no século XX não realizaram conexões explícitas entre gênero, classe e heterossexualidade e processos de racialização; eles focaram na luta e em formas de conhecer e teorizar, caracterizando as mulheres desse movimento como frágeis, fracas corporal e mentalmente, isoladas no espaço privado e sexualmente passivas. O que faltou, critica Lugones (2014, p. 68–69), foi não terem explicitado e ocultarem a relação entre essas características e a raça, já que o foco foi na construção da mulher branca e burguesa. Deixaram de lado a luta pelas mulheres indígenas e negras ao focarem o movimento nos

entendimentos do que é ser mulher branca ocidental, em circunstâncias nas quais apenas mulheres brancas e burguesas eram consideradas como mulheres. As não brancas eram consideradas animais, no sentido mais profundo de serem “sem gênero”, entendidas como fêmeas, ainda que sem as características da feminilidade.

Quando as mulheres colonizadas foram convertidas em um status elevado, tratadas como similares às mulheres brancas burguesas, não tiveram nenhum dos privilégios que faziam parte do “ser mulher” do mundo eurocêntrico (LUGONES, 2014, p. 69). As feministas que lutavam pela igualdade não entenderam que também deveriam lutar em termos interseccionais relativos à raça, gênero e outras marcas da submissão e dominação. Não percebendo isso, assumiram haver uma irmandade, uma sororidade e um vínculo já existentes devido à submissão do gênero feminino (LUGONES, 2014, p. 69–70).

Esse contexto estudado por autoras latino-americanas mostra que mesmo as mulheres da Europa, subordinadas aos homens através das atribuições de gênero, estavam avançando na luta pelos seus direitos, enquanto as mulheres da América ainda estavam sendo entendidas como mulheres. É discrepante a desigualdade de ser mulher na Europa e ser mulher na América Latina, e estudos como esses é que demonstram como é importante ter um olhar de quem é daqui para entender e ressaltar as desigualdades, as quais somente quem sofre sabe como há muito para evoluir.

Trouxemos essas questões sobre colonialidades para provocar a reflexão de que, se somente séculos depois os países latino-americanos como Brasil e México foram emancipados, deixando de ser colônias e tornando-se independentes de Portugal e Espanha, a colonialidade do poder também tardou séculos para “terminar” em relação ao poder político. Afinal, em relação às oposições binárias de desenvolvidos e subdesenvolvidos, países de “primeiro mundo” e de “terceiro mundo” seguem suas universalizações da posição epistêmica europeia. Se as

classificações da colonialidade do poder permanecem, é correto afirmarmos que a colonialidade do gênero ainda tem força nesses países. Mesmo com os feminismos avançando na luta pelos direitos das mulheres, a sociedade patriarcal, base da negociação e manutenção do controle das sociedades entre os homens colonizados e seus colonizadores, ainda é uma realidade nos países latino-americanos.

Queremos dizer com essa problematização que ainda há uma colonialidade do poder, mesmo que de forma subjetiva, baseada no eurocentrismo e nos Estados Unidos a partir do início do século XX. Ela se torna referência econômica, cultural e principalmente midiática, levando seus modelos e matrizes através da publicidade, estimulando o consumo mundial, mantendo altos índices econômicos, de desenvolvimento, moda, pesquisa e produção de cosméticos e perfumaria, entre diversos setores. Qual seria, para eles, o interesse em trazer a mulher latino-americana como modelo de suas publicidades? Qual seria o ganho em mostrar um dermocosmético revolucionário no combate ao envelhecimento da pele, através de uma garota-propaganda negra ou indígena, se o produto é europeu ou dos EUA? Por que gastar com a produção de publicidades diferentes para cada continente ou cada região, utilizando mulheres que têm as etnias desses lugares, se o padrão de beleza europeu e estadunidense é o que traz consigo toda a referência das mulheres que vivem no “primeiro mundo”, desenvolvido, que usam os melhores cosméticos?

Percebemos que a colonialidade de gênero e de poder perpassou — e em alguns casos ainda perpassa — as publicidades de cosméticos, ao entender que a beleza das mulheres europeias e estadunidenses (em relação à pele clara e aos corpos magros e altos, principalmente) deveria ser o padrão de beleza universal da área da moda e da beleza, já que atualmente o corpo magro e os traços finos do rosto são os vigentes nessas áreas. Nesse contexto, tratando-se de colonialidade de gênero e feminismo, há um grande atraso nos direitos e na igualdade das mulheres da América Latina.

OUVI-LAS TAMBÉM É NECESSÁRIO: COMPREENDENDO AS CONSUMIDORAS DE COSMÉTICOS LATINO-AMERICANAS

Os resultados trazidos aqui foram os obtidos em 2019 através de entrevistas com 16 mulheres, brasileiras e mexicanas. A mídia escolhida foi a internet, a qual se mostrou nitidamente como o meio de comunicação mais usado pelas mulheres. A rede social mais utilizada por elas foi o *Instagram*, pelo qual tivemos acesso às ciberpublicidades através das páginas das marcas. As empresas de cosméticos escolhidas foram as mais utilizadas em ambos os países, com páginas no Instagram, sendo: Avon, Natura e Mary Kay.

As marcas de cosméticos que as entrevistadas afirmam usar dizem muito sobre elas, os seus modos de consumir, os lugares onde vão comprar, as publicidades de que se recordam, as maneiras de aplicar os produtos, os lugares e tipos de maquiagem que devem usar, a rotina da beleza. Tudo está relacionado à cultura e ao consumo, tudo foi criado para que existam hábitos e as compras sejam sempre renovadas com as novidades do mercado.

As entrevistas foram divididas em várias temáticas relacionadas a mídias, consumo, identidades, beleza e análise das ciberpublicidades das três marcas escolhidas. Trazemos aqui alguns dos resultados mais pertinentes sobre o tema proposto.

As mexicanas foram as que afirmaram não se sentirem representadas nas publicidades de cosméticos no México e não recordaram nenhuma publicidade que circulou no país que trouxesse o conceito de suas identidades. Porém, quando tinham a oportunidade de escolher, durante a análise, demonstraram que optaram por seguir o padrão que estão acostumadas a ver nas mídias mexicanas: mulheres brancas, magras, jovens, com a pele “perfeita” (como elas

disseram), sem sinais de idade (rugas e linhas de expressão). A não escolha de publicidades com suas semelhantes também revela muito sobre suas vivências, cultura e hábitos.

De modo geral, elas escolheram ciberpublicidades de que gostaram, principalmente pela imagem das mulheres, para comentar, e posteriormente leram as descrições complementares e algumas explicativas sobre fotografia. Desse modo, concluímos que para todas as entrevistadas (Brasil e México), as publicidades são boas, tendo elas relatado principalmente o resultado dos cosméticos nos rostos das modelos. Elas interpretaram a proposta da fotografia/imagem e as descrições e analisaram que são convincentes.

As brasileiras têm maior interesse em seguir páginas de influenciadoras digitais nacionais, que dão dicas de cosméticos que elas podem comprar, que estão ao alcance, e por entenderem-nas melhor e poderem interagir, já que falam a mesma língua. Com a fama das influenciadoras, graças às suas seguidoras, as marcas fecharam parcerias para que elas trabalhassem juntas, e com isso unem a força da marca com o número de seguidoras da influenciadora.

A falta de influenciadoras digitais nas páginas de cosméticos do México reflete a análise que elas fizeram sobre as mulheres das ciberpublicidades. Todas as mexicanas afirmaram que as mulheres são modelos, pois sabem fazer pose, são muito seguras, têm traços finos no rosto, nariz com cirurgia, lábios grossos (preenchimento), e que elas não veem mulheres assim na rua — estas não têm cara de mulher “comum”, sua pele é muito bonita, sua dentição é perfeita, são magras e se preocupam com a aparência.

Em contrapartida, as brasileiras afirmaram que a maioria parece não serem modelos, relacionando atributos das aparências delas, como terem cabelo colorido, sobrancelha mais cheia, rosto não proporcional como os de modelos, a uma beleza mais “real”. Isso porque mulheres mais velhas não são modelos, e elas usam roupas e calçados ao estilo

de trabalho (dia a dia), cabelo preso e maquiagem não glamourosa, não são muito magras e parecem revendedoras. Essas descrições das brasileiras nos mostram a diferença de estratégia das marcas ao trazerem mulheres que se pareçam mais com a consumidora/seguidora.

Qual é a relação de tudo isso? Com essa mudança no marketing, de retirada aos poucos das modelos (com padrão magro, alto e de pele clara), relacionada a todas as mídias que circulam as publicidades de cosméticos no país, as brasileiras dividiram opiniões sobre a beleza das modelos ser ou não alcançável. Elas opinaram entre não ser (4), ser alcançável (3) e às vezes (1). Quando perguntamos se as belezas das modelos das ciberpublicidades são alcançáveis, as respostas foram muito diferentes: sete das oito afirmaram que sim, justificando que a pele é normal, tem linhas de expressão, que é uma beleza “real” e natural, que é uma mulher “real”, “gente como a gente”, que elas têm a pele e os cabelos cuidados e que são magras, mas não demais, que são bonitas e “normais”, que a mulher está na rotina do seu dia a dia, normal.

As mexicanas, em relação a todas as publicidades de cosméticos que circulam no México, disseram que a beleza das modelos é alcançável (3), que não é alcançável (3) e que talvez seja (2). Quando perguntamos sobre as publicidades do Instagram que analisaram, elas seguiram dividindo opiniões: metade afirmou que é alcançável, porque a cor da pele delas é parecida, que tem traços fortes e grandes, que se usassem a mesma maquiagem ficariam bem, se tivessem a sobrancelha e a textura da pele igual. As outras quatro, que acreditam que não é alcançável, justificaram pelo peso das modelos e as suas feições, pois estas não têm os traços mexicanos, mas olhos azuis, e porque elas são altas e grandes e são modelos.

Pedimos para que as mulheres analisassem, dentre as ciberpublicidades selecionadas, quais representavam “a beleza das mulheres de seu país”. Novamente foi notória a diferença: as brasileiras selecionaram 30 peças e as mexicanas, 19, o que demonstra o investimento

brasileiro em, cada vez mais, desconstruir o padrão de beleza que durante muito tempo vigorou como único desejável. Esse movimento ocorreu através das oportunidades que a internet trouxe, tornando acessível para todas as mulheres terem o seu direito e lugar de fala, fazendo das consumidoras mais exigentes e provocando que as marcas repensem suas estratégias e visões de padrões de beleza.

A América Latina se torna importante nesse contexto, porque a globalização e a grande expansão dos produtos cosméticos estrangeiros (a maioria de transnacionais) trouxeram consigo publicidades que falam de rostos, corpos e peles que muitas vezes não representavam (e muitos ainda não representam) as consumidoras latino-americanas em termos de estas se identificarem com essas publicidades. Porém, notamos como resultado da pesquisa que as mexicanas, mesmo consumindo em grande parte cosméticos de marcas estrangeiras, como dos EUA e da Europa, e mesmo não se vendo representadas nas publicidades, preservam a construção da identidade nacional com orgulho de serem mexicanas. Isso se deve em parte ao governo do país, que trabalha, mesmo com toda a enxurrada de informações e consumos estrangeiros, o orgulho em ser mexicano e carregar a herança indígena.

As estratégias de persuasão foram estandardizadas em nível mundial através dos padrões de beleza europeus e estadunidenses, de líderes econômicos mundiais e donos das maiores marcas de cosméticos transnacionais. Foi necessário que a internet desse voz às consumidoras para que mudanças começassem a ocorrer e as marcas ouvissem quem realmente as consome. A publicidade padronizou uma beleza e vendeu formas de alcançá-la por muito tempo — algo que no México ainda é realidade. A pesquisa mostrou que houve muitas diferenças nas respostas das brasileiras e das mexicanas sobre as publicidades de cosméticos, o que está diretamente relacionado ao fato de que as brasileiras consomem, em grande maioria, marcas nacionais, e as mexicanas, marcas estrangeiras.

A diferença entre as brasileiras, que citaram 60 vezes o consumo de cosméticos nacionais, e as mexicanas, que mencionaram apenas seis vezes, mostrou grande influência na maneira como elas pensam sobre as publicidades, nas formas de consumir, nas percepções sobre as identidades e nas divergências de opiniões. As mexicanas não são menos nacionalistas por não consumirem marcas do país; as marcas nacionais é que são poucas, se comparadas à oferta esmagadora das marcas estrangeiras (principalmente dos EUA e da França). Isso nos faz concluir que a baixa produção do mercado nacional é capaz de influenciar diretamente a construção das identidades das mulheres de seu país, e que o mercado estrangeiro influencia essa visão distorcida de apenas um padrão socialmente aceito, que tanto no Brasil quanto no México estimula e vende o consumo da eterna juventude com a pele lisa, sem rugas ou linhas de expressão.

As mexicanas não se sentem representadas nas peças publicitárias e não se lembram de publicidades de cosméticos que circularam no México com modelos e mulheres com a identidade mexicana, e mesmo assim afirmaram que estão satisfeitas com as publicidades que veem. Isso se deve à naturalização do padrão de mulheres, principalmente com a pele clara, corpos magros e pele jovem (identificados por elas), o qual subjetivamente trabalha os imaginários de beleza dessas mulheres e as faz buscarem esse referencial para que sejam aceitas em nível social.

Ouvimos de diversas mulheres, tanto brasileiras quanto mexicanas, sobre o que é beleza e corpos, e muitas responderam sobre padrões de beleza, sobre medidas e volumes, sobre a mídia ser a responsável por criar a “regra” de as mulheres terem um corpo perfeito. Mas o principal foi: nenhuma delas afirmou estar 100% satisfeita com seu corpo e sua beleza. Todas justificaram com algo que precisa ser mudado, seja no corpo (emagrecimento), seja no rosto (maquiagem como cuidado básico e conceito de boa aparência), sejam cirurgias (enrijecimento, diminuição ou aumento) ou procedimentos estéticos (desaparecimento de rugas e linhas de expressão e alteração de partes do rosto).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Procuramos identificar os usos e apropriações produzidos pelas publicidades de cosméticos nas entrevistadas para entender como as mulheres/receptoras absorvem os imaginários de beleza, pensando também no contexto político e social dessas peças publicitárias. Assim, buscamos entender por que por muito tempo o padrão de mulheres brancas e magras era o único, demonstrando a colonialidade do poder e do gênero na América Latina.

As pesquisadas entendem que ser bonita, ter beleza, está ligado à beleza interior e não à exterior, de forma subjetiva. Porém, sobre seus imaginários de beleza do corpo as opiniões mudam, e os padrões que circulam midiaticamente afetam diretamente a opinião e as apropriações que elas realizam a partir dessas publicidades, atribuindo à mídia a “culpa” por criar e manter esses padrões de corpos sem gorduras, principalmente na barriga.

Investigamos quais são os valores transmitidos pela publicidade em relação à “beleza e cuidado com a aparência” que se destacam na fala das brasileiras e mexicanas e concluímos que as opções de consumo, as escolhas para além dos cosméticos que “melhoram” a aparência, estão intrinsecamente relacionadas aos outros, à sociedade, aos seus convívios familiares e de trabalho e principalmente à mídia (potencializada pela internet). Ainda, essas escolhas surgem a partir de exigências que não estão ao alcance dessas mulheres, mas que ao mesmo tempo elas perpetuam, se cobram e acabam cobrando das outras, porque algo que é padronizado não aceita nada que esteja fora dos limites estipulados para se pensar beleza, juventude e corpo esbelto.

Esse cuidado com a aparência através do uso de cosméticos para se embelezarem perpassa o mundo real, porque no mundo virtual as mexicanas e as brasileiras demonstraram grande preocupação em estarem

maquiadas nas postagens, algumas chegando inclusive a afirmar que jamais postaram fotos sem maquiagem. As redes sociais também são redes de amizades, que virtualmente perpassam essa preocupação em demonstrar uma boa aparência, em estarem arrumadas e maquiadas.

As redes sociais se mostraram como extensões da sociedade e a ciberpublicidade acompanhou e se adaptou às propostas da internet que, através da mídiatização, aproximou como jamais visto as consumidoras/receptoras das marcas. Ainda, as redes sociais criaram a profissão de influenciador(a) digital, dando autonomia para que qualquer mulher, independentemente de padrões e estereótipos de beleza, pudesse trabalhar nessas redes com cosméticos e ter visibilidade, a ponto de as marcas procurarem tais influenciadoras para trabalhar com elas.

O uso da persuasão no âmbito dos cosméticos refletiu por muitos anos a hegemonia dos países “mais desenvolvidos” (mais ricos), chamados de primeiro mundo, porque o sistema de referenciais em nível social fala sobre padrões estéticos que vão além do corpo magro: fala de cabelos claros, olhos claros, pele clara, rostos com traços finos (citados diversas vezes pelas mexicanas como belos e opostos ao seu fenótipo), fala de belezas consideradas universais — mas que sabemos que não o são.

Concluimos que, apesar de as mensagens dos circuitos transnacionais trazerem estereótipos de beleza que não representam as mexicanas, estas não deixam de consumir por não se sentirem representadas; mas, do mesmo modo, também não deixam de sentir orgulho do seu país, da sua cultura e das suas tradições. Elas se apropriam de propostas de imaginários de beleza que não correspondem às suas identidades e os ressignificam através de suas realidades, suas vivências, seus modos de ser latino-americanas, mexicanas, com ascendência indígena, fazendo com que a maquiagem realce sua beleza, sua autoestima, seu entendimento de que, “apesar de a publicidade não me representar, eu tenho a minha beleza, eu sou bonita”.

Quando se trata de estereótipos de corpos, elas afirmam que não estão satisfeitas com os seus, descrevendo vontades de mudanças relacionadas aos padrões que circulam nas publicidades. As brasileiras notam que as mensagens das publicidades de cosméticos trazem, em partes, a imagem da mulher brasileira, e assim se sentem representadas, bem como cultivam suas tradições. Porém, mesmo com essa representatividade, elas não estão satisfeitas com seus corpos, desejando padrões que são midiaticamente veiculados como belos.

Acreditamos que o global afeta o local, porque as publicidades que circulam com modelos que possuem padrões de corpo magro e alto e pele clara emitem as mensagens nos circuitos transnacionais de que é aquela a beleza a ser alcançada, aquele tipo de corpo é o mais belo e aqueles traços, os mais desejados. A maioria das brasileiras e mexicanas se consideram bonitas, belas, mas o conceito delas de beleza está ligado à beleza interior, de forma subjetiva. Quando o assunto é o corpo, as opiniões mudam e os padrões que circulam midiaticamente afetam diretamente a opinião e as apropriações que elas realizam a partir dessas publicidades.

Percebemos na fala das entrevistadas uma crítica à mídia, principalmente à publicidade, sobre a imposição de padrões estéticos a serem seguidos, ao fazerem circular globalmente mensagens com mulheres que possuem um padrão ocidental e etnocêntrico, referente a somente um tipo de corpo, um padrão de beleza estética (europeu e estadunidense principalmente) até mesmo com pele e cabelos claros. Elas não deixam de comprar os produtos, afinal, as mexicanas afirmaram que não se sentem representadas nas publicidades de cosméticos que circulam no país, mas que isso não quer dizer que essas publicidades não vão afetá-las de algum modo. Como exemplo, citamos elas não se sentirem felizes com os corpos que têm, não estarem satisfeitas com seus formatos, não estarem de bem consigo mesmas. Isso está diretamente ligado ao bombardeio de mensagens

publicitárias que elas recebem cotidianamente, já que estão conectadas ao celular e às redes sociais todos os dias.

Pensar no lado social e cidadão que a mediação causa nas redes, é pensar que os movimentos feministas de décadas passadas, das ruas, migraram para o digital e fazem, através da consciência de suas agentes, com que pautas, modos e até mesmo publicidades sejam repensadas quando falam que, para as mulheres serem aceitas pela sociedade e pelos homens, elas precisam estar ou alcançar certos padrões de corpo e beleza. As marcas brasileiras por muito tempo não utilizavam modelos negras e muitas não tinham todas as tonalidades de bases, corretivos e pós que abrangem os tons mais escuros das peles, como possuem para as peles claras. As publicidades não veiculavam corpos obesos ou “encorpados, curvilíneos ou com quadril”, como descreveram as brasileiras sobre as características que fazem parte dos corpos brasileiros.

Toda mudança é gerada e estimulada por algum movimento, seja por insatisfações ou por desigualdade, e nesse contexto notamos que não foi diferente, porque a internet potencializou a fala das mulheres que não se sentiam representadas, fazendo as marcas repensarem seus posicionamentos e até seus produtos. Foram criadas pós e bases para os tons de pele de todas as brasileiras, protetores solares com base para peles negras, protetores solares para peles oleosas, um mesmo batom foi fotografado em vários modelos de tons de pele diferentes, foram usadas influenciadoras digitais que não seguem o padrão de “corpo perfeito” nas campanhas de marketing. Enfim, as marcas do Brasil estão repensando seus produtos e suas estratégias publicitárias para as novas demandas que as consumidoras apresentam.

Os estereótipos são representações simplificadas das diversas belezas e corpos das mulheres latino-americanas, porque padronizam um imaginário coletivo (que no caso não as representa) através da publicidade. Como constatamos, ele ainda está enraizado culturalmente

em suas apropriações e entendimentos sobre beleza, mostrando que mesmo elas já desconstruindo, em suas falas, esses padrões, na prática eles são muito difíceis de mudar.

Porém, conforme percebemos nas falas das brasileiras, a adaptação para as mudanças que as marcas, principalmente nacionais, estão fazendo – começaram a utilizar mulheres que representam o Brasil em termos de cores de pele, cabelos, olhos e corpos, trazendo a representação da diversidade de mulheres nesses cosméticos –já demonstra que o processo de desconstrução desse estereótipo de beleza começou. E a internet o potencializou, alavancando a voz dessas mulheres em um ambiente democraticamente aberto para problematizar os estereótipos e cobrar das marcas novos posicionamentos.

Se as classificações da colonialidade do poder ainda permanecem, concluímos que a colonialidade do gênero ainda tem força nesses países. Isso porque, mesmo com os feminismos avançando na luta pelos direitos das mulheres, a sociedade patriarcal, base da negociação e manutenção do controle das sociedades entre os homens colonizados e seus colonizadores, ainda é uma realidade nos países latino-americanos.

Podemos concluir que a mulher constrói sua identidade com atravessamentos machistas, oriundos do patriarcado, em confronto com o feminismo, que busca igualdade de direitos entre todos/as. A publicidade também está nesse embate, pois, ao midiaticizar estereótipos de beleza, contribui para fixar comportamentos às mulheres, que se veem muitas vezes perdidas por não estarem no padrão de beleza e de corpo que na mídia é veiculado.

Essas normas fazem girar um grande ciclo econômico, que se inicia desde os cosméticos, passa por academias e dietas e vai até procedimentos estéticos e cirurgias plásticas. As identidades das mulheres estão atravessadas por todos esses dilemas. Além do corpo,

busca-se na maquiagem e nos procedimentos estéticos e cirúrgicos um rosto magro, liso e jovem, como são as modelos e atrizes que dizem para elas o que devem comprar para serem iguais, vendendo a ideia de que a felicidade está nesse padrão.

REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. *Él género en disputa: el feminismo y la subversión de la identidad*. Barcelona: Paidós, 2007.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**: feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.

GARCÍA, Carola Calderón. **Entre la tradición y la modernidad**. Las identidades femeninas en las revistas mexicanas. México DF: LEEA, 2015.

LAURETIS, Teresa de. **O feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**. Uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis: Vozes, 1997.

LUGONES, María; MENDOZA, Breny et al. **Tejiendo de otro modo**: feminismo, epistemología y apuestas descoloniales. Popayán: Editorial Universidad del Cauca, 2014.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, [S. l.], v. 20, n. 2, 2017. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/71721>. Acesso em: 14 ago. 2022.

VARELA, Nuria. **Feminismo**. Barcelona: B. S. A., 2008. Disponível em: <https://mujerfariana.org/images/pdf/Varela-Nuria---Feminismo-Para-Principiantes.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2021.

20

Bruna Bonadeo

Joel Felipe Guindani

Rafael Foletto

COMUNICAÇÃO E AGRICULTURA FAMILIAR NO RIO GRANDE DO SUL:

da produção audiovisual
digital às práticas
de consumo midiático

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.20

INTRODUÇÃO: A COMUNICAÇÃO COMO UM PROCESSO

O espaço rural latino-americano apresenta significativas transformações sociais, históricas, políticas e midiáticas, por isso, sendo pertinente compreender, periodicamente, os conteúdos e o consumo de produções audiovisuais que tematizam a agricultura familiar. Para tanto, dada a importância de aliar diferentes métodos e teorias para entender uma realidade complexa, como é o caso da comunicação rural, neste estudo, adotou-se como estratégia metodológica a vertente transmetodológica da Comunicação de Maldonado (2002, 2011), pela qual se procura superar os métodos padronizados no sentido de observar o contexto em suas distintas dimensões. Da mesma forma, dialogou-se com Kaplún (2002), que enfatiza a permanente necessidade de uma comunicação centrada no processo, e não apenas nos efeitos e conteúdos, de modo a compreender os movimentos da produção audiovisual digital referentes à agricultura familiar do estado do Rio Grande do Sul-RS a partir da perspectiva das representações sociais (JOVCHELOVITCH, 2000), tendo por base, também, o cotidiano dos sujeitos desse contexto.

Acredita-se que a comunicação possa ser compreendida como encontro entre práticas culturais, vista, aquela, como um importante espaço de construção de intercâmbios e trocas. Trata-se de uma perspectiva pela qual se observa a necessidade de procurar um debate construtivo sobre a produção de conteúdo midiático, de forma a realçar a complexidade dos sujeitos, por exemplo, destacando as suas diversidades socioculturais. Assim, a comunicação é contemplada como espaço de exercício de criatividade e de resistência, nesse sentido, procurando a construção de modelos e concepções alternativas, de modo a romper com narrativas únicas ou com as monoculturas da mente (SHIVA, 2003) e, mediante isso, criar metanarrativas que permitam diversificar saberes e escalas de identificação,

análises e avaliações das práticas. Enfim, buscou-se compreender a comunicação conectada à visão do mundo e a práxis produzidas no âmbito de populações comumente marginalizadas, que não deveriam ser vistas como um “resto”, mas sim como formas de vida que produzem saberes e, assim, podem inspirar outros modos de pensar, incluindo a reflexão sobre a comunicação.

Nesse âmbito, concebe-se a agricultura familiar¹²⁷ como espaço central de produção de conhecimento nas sociedades contemporâneas, compreendendo esse grupo humano como atores de resistência e de enfrentamento às crises do capitalismo, a exemplo da crise climática e do avanço do agronegócio. Ademais, a partir dos saberes e das práticas desses sujeitos, pode-se entender processos de mudanças sociais, culturais, políticas do micro para o macro, desde uma resistência ancorada à necessidade ancestral de produzir pensamentos cosmológico (epistemológico) profundos e radicais.

A agricultura é muito mais do que a sua parte inserida nas cadeias produtivas, pois abrange a alimentação, a gestão do ambiente e a cultura humana. Para muito além do objetivo de gerar lucro, a agricultura deveria ser vista como a atividade humana de gerenciar o ambiente e de obter alimentos e outros produtos. As múltiplas formas de gestão do ambiente, especialmente das plantas e dos animais, dos quais o homem extrai seu alimento, certamente estão ligadas a bem mais do que aos aspectos econômicos, pois, estabelecidas há muito tempo, estão intimamente associadas às culturas locais, à religiosidade, aos costumes e aos hábitos alimentares. (DAL SOGLIO, 2016, p. 13).

Ou seja, uma grande riqueza econômica, social e cultural advém da agricultura familiar, diferente do que apresenta a principal emissora de televisão do Brasil, a Rede Globo, por meio da campanha “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”. Essa publicidade teve início em junho de 2016,

127 Conforme a Lei n.º 11.326, para ser classificado como agricultura familiar, o estabelecimento deve ser de pequeno porte (até quatro módulos fiscais); ter metade da força de trabalho familiar; atividade agrícola no estabelecimento deve compor, no mínimo, metade da renda familiar; e ter gestão estritamente familiar.

tratando de temas ligados ao meio rural, a exemplo de produtos agrícolas e produção animal, e visando colocá-lo como principal responsável pela geração de empregos e segurança alimentar no país. Ainda, a campanha buscou trazer uma abordagem mais moderna e coloquial sobre a produção do agronegócio no país, no sentido de destacar a importância dessa atividade econômica para o desenvolvimento do Brasil. Contudo, segundo dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2017¹²⁸, considerando-se, no entanto, os alimentos que vão para a mesa dos brasileiros, os estabelecimentos de agricultura familiar apresentam uma participação significativa, por exemplo, nas culturas permanentes, o segmento responde por 48% do valor da produção de café e banana; nas culturas temporárias, é responsável por 80% do valor de produção da mandioca, 69% do abacaxi e 42% da produção do feijão. Ainda, trabalhavam na Agricultura Familiar cerca de 10,1 milhões de pessoas, ou seja, 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários brasileiros (IBGE, 2017).

Enfim, o setor agrícola não pode ser entendido como um setor tradicional de produção que não tem sofrido nenhuma mudança, senão que, pelo contrário, é evidente o incrível desenvolvimento de suas forças produtivas (KALTTMEIER, 2019). Compreende-se que o meio rural apresenta significativa importância na realidade econômica e sociocultural da América Latina, assim, tornando indispensável um olhar mais atento às questões que envolvem esse contexto, sobretudo, em relação aos sujeitos que constituem esse espaço, valorizando a sua cultura, “já que, nas suas vivências e processos, os sujeitos receptivos adotam e misturam formatos, vertentes e possibilidades estéticas diversas” (MALDONADO, 2014, p. 19).

Desse modo, da perspectiva de encontros entre conhecimentos, saberes e problematizações, o presente texto propõe uma relação

128 O Censo Agropecuário, Florestal e Aquícola, 2017, foi realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), ao longo do período de 1º de outubro de 2016 a 30 de setembro de 2017, com o objetivo de conhecer as características e a produção de todos os estabelecimentos agropecuários do território brasileiro, no qual estão referidas as informações sobre estoques, efetivos da pecuária, da lavoura permanente e da silvicultura, entre outras totalizações.

entre os dados coletados e as análises desenvolvidas por duas pesquisas que foram realizadas em paralelo, no Departamento de Ciências da Comunicação, da Universidade Federal de Santa Maria – *Campus Frederico Westphalen*, problematizando a representação da agricultura familiar para o audiovisual, bem como para os próprios agricultores familiares. Ou seja, objetivou-se analisar e compreender tanto o ponto da produção das mensagens quanto o pronto da receptividade¹²⁹ dos conteúdos, tendo por base a questão da agricultura familiar. Nessa ótica, assume-se como importante problematizar, nas pesquisas em receptividade comunicativa, a inter-relação entre práticas sociais midiáticas (usos, consumos, apropriações, produções de sentidos, conversações, etc.) e as estruturas das formações sociais nas quais esses processos comunicativos acontecem (MALDONADO, 2014, p. 17).

Assim, a dimensão dos sujeitos é entendida como perspectiva teórica integradora do processo comunicacional e como momento privilegiado da produção de sentido, visto que, sem sujeito, não há comunicação. Dessa maneira, “o mundo da produção de sentidos, nas distintas culturas, é múltiplo, complexo e não configura estruturas de significação mecânicas e deterministas” (MALDONADO, 2014, p. 18). Porém Mattelart e Neveu (2004) enfatizam que também é necessário atentar para a questão da produção. Mais uma vez, a ideia é construir uma observação interdisciplinar ampla da realidade que, derivando da abordagem trazida pelos autores, pode ser compreendida como um processo social em fluxo.

Do mesmo modo, torna-se imperativo compreender o caráter múltiplo dos atores sociais, o que aponta à necessidade de adoção

129 Para tanto, partindo das contribuições teórico-metodológicas do campo da comunicação, especialmente aquelas vinculadas à pesquisa em recepção (MALDONADO, 2000; BONIN, 2004; RONSINI, 2007; MARTÍN-BARBERO, 2008), assume-se o termo receptividade comunicativa para compreender que as experiências pessoais se constituem em experiências sociais. Pois “as estruturas sociais, institucionais, na problemática da receptividade comunicativa, estão mediadas pela dimensão cultural, entendida como espaço-tempo da invenção simbólica da realidade humana” (MALDONADO, 2014, p. 21).

de estratégias teóricas e metodológicas que permitam investigar o processo comunicacional desses sujeitos, bem como da instância de produção de conteúdos. Ou seja, tem-se a pretensão de acompanhar o processo comunicacional como um todo, igualmente, atentando que esse processo é atravessado por outras vivências e mediações, aspectos que também precisam ser problematizados.

Enfim, entende-se que as processualidades do fazer científico, no campo da comunicação, devem buscar construções teórico-metodológicas e epistemológicas que sustentem uma visão global e complexa do processo comunicativo para além das dimensões dos efeitos e conteúdos (KAPLÚN, 2002). Ou seja, a trilha dos processos midiáticos em toda a sua extensão e inter-relação, compreendendo a produção de sentidos de forma ampla, tanto na construção dos textos/discursos quanto nas leituras e vivências dos sujeitos. Da mesma forma, observa-se a necessidade, no campo das ciências da comunicação, da inter-relação com distintas contribuições, visualizando os processos midiáticos de forma transversal. Nesse aspecto, dialoga-se com o pensamento de Martín-Barbero (2008), que atenta para a necessidade de problematizar os meios a partir das práticas comunicativas, as quais se apresentam inseridas em processos comunicacionais que atravessam o conjunto do tecido social.

ABORDAGENS METODOLÓGICAS PARA A INVESTIGAR A COMUNICAÇÃO COMO UM PROCESSO

Dialoga-se com a perspectiva transmetodológica de investigação de Maldonado (2002, 2011), que procura superar os métodos padronizados no sentido de desconstruir os modelos de investigação tradicionais, para sua posterior reconstrução segundo o que requer o

problema de investigação. Conforme o autor, na construção de uma concepção transdisciplinar, sempre se deve observar a natureza processual construtiva das convenções epistêmicas. Portanto, o acesso ao transdisciplinar como um campo de estudo analítico e transformador requer um esforço excepcional de construção teórica e experimentação metodológica para fomentar a construção de conceitos e processos para além do disciplinar, incluso os princípios e marcos teóricos na estruturação de organizações e instruções motivadoras para a prática da investigação. Esse ponto de vista metodológico procura pôr em perspectiva conceitos e abordagens que ficariam incompletos se ancorados em único ponto dos processos de construção do conhecimento.

Da mesma forma, tal procedimento possibilita a utilização de diferentes técnicas para a análise de um objeto específico. Ainda, compreende-se que a construção crítica e reflexiva do saber possibilita um desenvolvimento mais amplo dos conceitos e olhares sobre questões, epistemológicas e teorias, longe das correntes especulativas, abstratas e formais, propondo uma multilética que combina práxis teórica e empírica no processo heurístico das descobertas, fabricações e formulações de conhecimento (MALDONADO, 2008).

Nesta perspectiva, é trabalho do pesquisador desenvolver movimentos de aproximação empírica com o objeto da pesquisa, permitindo observar, viver e refletir sobre procedimentos, táticas e experimentações teórico-metodológicos demandados pela investigação, procurando observar o contexto do micro para o macro, articulando aspectos históricos, sociais, políticos e mediáticos.

Destarte, por intermédio da trilha metodológica da pesquisa de recepção, busca-se trabalhar com a diversidade de culturas locais e regionais que fazem parte das múltiplas identidades dos sujeitos com os quais se dialoga na construção da pesquisa. Entende-se a recepção como “um processo complexo, onde o sentido se

constrói na inter-relação entre produtos midiáticos e receptores socioculturalmente situados” (BONIN, 2005, p. 46). É nesse processo que operam as mediações, ambientes configuradores de produção de sentidos e de consumo de mensagens.

Desse modo, opta-se pela técnica da entrevista semiestruturada como estratégia qualitativa para mapear e compreender os sentidos produzidos pelos interlocutores, de modo a construir esquemas interpretativos para compreender as narrativas dos atores sociais (BAUER; GASKELL, 2010). Também são realizadas entrevistas com os sujeitos responsáveis pela criação de conteúdos para os meios de comunicação que chegam até a região, observando como eles trabalham as informações voltadas ao campo.

Assim sendo, com a finalidade de analisar o consumo e acesso a informações por parte dos agricultores familiares na região em que a pesquisa se insere, a metodologia adotada caracteriza-se pelo uso da complementaridade entre o método quantitativo e método qualitativo, objetivando generalizar os dados a respeito de uma população a partir do movimento de aproximação com uma parcela de interlocutores que represente o contexto observado, por intermédio de suas percepções, visões, compreensões da realidade analisada.

Com base nessa proposta de pesquisa, inicialmente, foram elaborados e realizados ao todo cinco (5) diferentes métodos e técnicas de coletas de dados, como questionários e roteiros de entrevistas semiestruturadas, com o intuito de compreender elementos socioculturais e econômicos dos agricultores familiares da região, bem como a relação com os meios de comunicação de maneira generalizada. Por meio dessas processualidades metodológicas, tornou-se possível abranger trinta e três (33) comunidades rurais de nove (9) municípios da região, totalizando cento e sessenta e quatro (164) famílias. A coleta dos dados se deu de forma aleatória e não probabilísticas,

visitando comunidades rurais dos diferentes municípios da região a partir de visualizações e estudos de mapas, bem como do contato e do conhecimento de entidades, organizações e trabalhadores com familiaridade com a área rural. Isso posto, com tal cenário, ocorreu a inserção nessas localidades, indo-se de porta em porta nos estabelecimentos rurais, o que permitiu o contato e a proximidade com os sujeitos participantes da pesquisa, bem como a observação e a reflexão sobre o contexto em que estão inseridos.¹³⁰

Figura 1 – Movimentos metodológicos da pesquisa



Fonte: elaborado pelos autores (2021)

As respostas foram então processadas e tabuladas através do *software* de coleta e análise de dados SPHINX Brasil®, que auxiliou na interpretação dos dados. Desse modo, na sequência do texto, sistematiza-se as interpretações e as problematizações referentes a esses movimentos metodológicos.

130 Ainda, acredita-se que, no contexto da iniciação científica no qual a pesquisa se insere, essa abordagem metodológica de porta em porta permite aos discentes a experimentação de diferentes métodos, técnicas e processualidades de pesquisa, de forma a contribuir para a formação acadêmica e pessoal ao relacionar teoria e prática de pesquisa no cotidiano do trabalho de campo. Nesse sentido, convém destacar a participação das bolsistas e voluntárias que atuaram no desenvolvimento do projeto: Bruna Bonadeo, Érica Baggio, Isadora Sant`Anna, Rafaela Rodrigues e Sabrina Lermen.

PRIMEIRA PARTE: A COMUNICAÇÃO PARA OS AGRICULTORES FAMILIARES

A comunicação rural iniciou, no Brasil, paralelamente ao processo de extensão rural, na década de 1950. O intuito era de “difundir pacotes que pudessem levar à modernização, da base tecnológica nas zonas urbanas, até o campo, baseando-se no tripé: ensino, pesquisa e extensão” (LUCENA; LEITE, 2014, p. 4). Por um ponto de vista mais amplo, a extensão rural buscava que as sociedades consideradas atrasadas se modernizassem rapidamente, objetivando “o aumento da produção agrícola, diminuição da mão de obra necessária para a produção, aumento de renda e, conseqüentemente, o aumento do bem-estar da família” (GONÇALEZ, 2007, p. 32-33). Contudo Bordenave (1983) alerta que os moradores rurais possuem uma maneira singular de se comunicar, pensar e sentir, sendo, por esses fatores, indispensável a elaboração de uma comunicação própria.

Da mesma forma, observa-se que a comunicação assumiu um papel referencial nas sociedades contemporâneas, por meio de significativos níveis de avanços tecnológicos, penetração social, organização sistêmica e poder simbólico (MATTELART, 2008), sobretudo, a partir de meios como a televisão, sendo pensada como “uma instituição social e um agente mediador entre a sociedade e o receptor, a qual produz agregação e interação social e cultural, dando as pessoas a sensação de fazerem parte de uma coletividade” (JACKS, 2006, p. 33).

Na década de 1980, os pesquisadores latino-americanos observavam a recepção “como um conjunto de relações sociais e culturais mediadoras da comunicação como processo social, ou atividade complexa de interpretação e de produção de sentido” (JACKS; ESCOSTEGUY, 2005, p. 15). Logo, a recepção seria um recorte pelo qual se é observado, a partir do olhar do sujeito, todo o processo de comunicação.

O significado da comunicação, as significações dos produtos culturais, incluindo os produtos dos meios de comunicação, relacionam-se com o cotidiano do sujeito receptor, com suas práticas culturais, com as marcas que influenciam seu modo de ver e praticar a realidade. (BACCEGA, 1998, p. 9).

Dentre os precursores da recepção da América Latina, Martín-Barbero (2008) destaca a necessidade de analisar a produção de significado do receptor, propondo a abordagem das mediações. Tal perspectiva busca entender o intervalo entre a fonte emissora e receptora, os espaços que “estruturam, organizam e reorganizam a percepção da realidade em que está inserido o receptor, tendo poder também de valorizar implícita ou explicitamente esta realidade” (JACKS; ECOSTE-GUY, 2005, p. 67). Ainda, Vassallo de Lopes (2014) defende a mediação como uma espécie de estrutura incrustada nas práticas sociais e na vida cotidiana das pessoas que, ao realizar-se através dessas práticas, traduz-se em múltiplas mediações.

Dessa forma, a recepção e, conseqüentemente, as mediações são acionadas para que se consiga entender como, por exemplo, a rotina cultural dos agricultores familiares pode ser configurada pelos veículos de comunicação. Logo,

[...] o compromisso com a realidade em que estamos inseridos (cujas dimensões incluem a política e a ética, entre outras) implica estar atento aos problemas relevantes colocados e suscitados por esta realidade, de modo que os conhecimentos possam responder aos problemas e desafios do seu tempo histórico. (BONIN, 2011, p. 23).

A partir das perspectivas teórico-metodológicas das mediações de Martín-Barbero (2008) e da pesquisa em receptividade comunicativa (MALDONADO, 2000; BONIN, 2004; RONSINI, 2007), realizou-se, nesta pesquisa, o mapeamento da atuação da comunicação regional no meio rural. E, com a finalidade de averiguar como ocorre o consumo midiático e o acesso a informações por parte dos agricultores familiares na região

do Médio Alto Uruguai do Rio Grande do Sul, bem como de conhecer a realidade, segundo a perspectiva dos sujeitos comunicantes, procedeu-se à elaboração e posterior realização de questionários com perguntas abertas e fechadas, tendo como suporte o método quantitativo e entrevistas semiestruturadas com agricultores familiares voluntários.

Da mesma forma, no desenvolvimento da pesquisa, enquanto processualidade complementar, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com profissionais da comunicação que produzem conteúdos sobre o rural, em diferentes meios de comunicação, como jornal impresso, rádio, televisão e comunicação digital, com a finalidade de compreender como as informações voltadas ao meio rural, em veículos de comunicação atuantes na região, são trabalhadas. Acredita-se que os dados obtidos nesse movimento metodológico podem contribuir para vislumbrar diversos aspectos que venham a ser transformados para melhorar a qualidade da passagem de informações para o campo.

Em termos quantitativos, observou-se, inicialmente, aspectos sociais da região, destacando que a maioria dos interlocutores era mulher, justamente, um paralelo com o cenário de crescimento da participação feminina na gestão de propriedades rurais no país, a partir do Censo Agropecuário de 2017, observa-se que quase 1 milhão de mulheres dirige propriedades rurais no Brasil. Contudo esse crescimento esbarra na desigualdade de gênero, como aponta uma pesquisa realizada pela Associação Brasileira do Agronegócio (Abag), na qual 71% das entrevistadas já tiveram alguma experiência em que o fato de ser mulher foi uma barreira para ser ouvida ou ascender profissionalmente. E, ainda, outra pesquisa, realizada pela Emater-RS, na qual se observou, em relação à participação das mulheres nas decisões da família, que 50% das entrevistadas se disseram satisfeitas com sua participação na gestão da propriedade, todavia 75% das participantes apontaram que a palavra final ainda é do marido (WOMMER; CASSOL, 2014). Compreende-se, a partir desses dados, que ainda que o cenário esteja

mudando, há ainda um caminho a ser trilhado para alcançar igualdade de gênero e respeito e para a valorização da mulher no meio rural.

Em termos etários, a maioria dos participantes correspondia à terceira idade (60 anos ou mais), dado que dialoga com os números observados pelo Censo Agropecuário do IBGE de 2017, que apontou um envelhecimento da população da agricultura familiar. Ainda, 46,6% dos interlocutores apresentavam Ensino Fundamental incompleto, o que reflete o desafio educacional ainda necessário de ser enfrentado no tocante à população rural, embora os dados do IBGE revelem que o analfabetismo entre os produtores rurais teve leve recuo de 24,5% para 23,03%.

Por fim, em termos econômicos, a produção leiteira destacou-se nas atividades agrícolas, contemplando 42% de toda a produção da região, fato que corrobora a presença de grandes empresas produtoras de leite nesse território, bem como pelo aproveitamento de políticas anteriores de incentivo à constituição de agroindústrias familiares, setor que tem crescido de maneira expressiva, sobretudo, por proporcionar alternativa de geração de renda aos agricultores familiares. Ainda, conforme dados da extinta FEE, 84,7% da produção de leite de vaca no RS vêm da agricultura familiar. Da mesma forma, segundo a base de dados do Programa Estadual de Agroindústria Familiar (PEAF), coordenado e operacionalizado pela Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, em maio de 2019, estavam cadastradas 1.334 agroindústrias familiares no RS. A maior parcela do pessoal ocupado e das agroindústrias familiares do RS está situada nas regiões dos Coredes¹³¹ Vale do Rio Pardo, Sul, Serra, Vale do Taquari, Fronteira Noroeste, Missões, Norte, Médio Alto Uruguai, Celeiro e Central (RIO GRANDE DO SUL, 2019).

131 Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), criados oficialmente pela Lei n.º 10.283, de 17 de outubro de 1994, são um fórum de discussão para a promoção de políticas e ações que visam ao desenvolvimento regional.

Nesse cenário, torna-se importante ponderar que a sustentabilidade da agricultura na região sofre um impasse quando se observa uma população cada vez mais envelhecida, vivendo sob garantia do benefício previdenciário e produzindo exclusivamente para a própria alimentação. Nesse sentido, acredita-se que há necessidade de um planejamento efetivo, por parte dos governos e organizações, que seja voltado para o processo sucessório na agricultura familiar, sobretudo, ao levar em consideração a diminuição do espaço ocupado por esse tipo de produção e o consequente avanço do agrogócio. Ou seja, a discussão reside não apenas na sucessão dos empreendimentos da agricultura familiar, mas também na resistência de uma forma de produção que gera boa parte dos alimentos consumidos no país, bem como que busca desenvolver essas culturas com maior cuidado em relação ao meio ambiente.

No que tange ao acesso às informações, no âmbito mais geral, o rádio se apresenta como mídia mais consumida por 35,1% dos participantes. Contudo a internet aparece próxima, com 31,1% de consumo, em segundo lugar, de modo a dialogar com um dos principais resultados do censo agropecuário, que constatou que o acesso à internet cresceu 1.900%, desde 2006, no meio rural. Ainda, a televisão, em terceiro lugar, representando cerca de 28% das mídias consumidas, destaca-se por mais de 20% dos respondentes afirmaram ter acesso também a canais por assinatura.

Acredita-se que esses dados sobre consumo midiático possam ser relacionados à praticidade que o rádio apresenta, pois os agricultores familiares, ao mesmo tempo que desenvolvem suas atividades diárias em ambientes múltiplos, conseguem acompanhar os noticiários e absorver informações sobre os assuntos de interesse no que tange ao meio rural. E, isso, ainda, dá-se devido à proximidade que as emissoras locais possuem quanto aos sujeitos da região, apresentando os seus conteúdos com linguagem e abordagem familiares aos sujeitos. Também se percebeu, na amostra investigada, uma inter-relação dos

entrevistados com os meios de comunicação no que concerne às suas atividades cotidianas. No entanto, ainda que essa relação esteja atrelada aos meios de comunicação tradicionais, como rádio e TV, nota-se um crescente consumo dos meios de comunicação digitais.

Pensa-se que essas questões trazem para o debate o estreitamento entre espaço rural e urbano, demonstrando uma aceleração no processo de modernização do campo, o que demanda a construção de novos olhares para problematizar as questões que envolvem essa temática, mormente, no que se refere aos sujeitos e suas práticas culturais.

Da mesma forma, ao pensar na questão das mediações, isso reflete a diversidade de olhares possíveis sobre um mesmo conteúdo, no caso, a comunicação rural, e as possibilidades de usos e apropriações que podem ser concretizadas pelos sujeitos, no sentido da prática cotidiana; o que pode ser visualizado, mais expressamente, em elementos socioculturais, como gênero, idade, escolaridade na busca por informações rurais.

Nesse âmbito, verificou-se, por exemplo, que os sujeitos tendem a ter mais proximidade com as tecnologias de comunicação, porém os interlocutores com maior idade, igualmente, demonstraram uma significativa participação na comunicação digital, por mais que tenham afirmado não possuírem domínio dos dispositivos tecnológicos, como telefone celular ou computador, reiteraram que conheciam espaços nos quais podiam acessar informações relevantes sobre as atividades no campo, como *sites* e páginas nas redes sociais de associações e organizações que atuam no setor rural. Em muitos casos, esse acesso é intermediado por familiares, como filhos ou netos, que fazem uso mais recorrente de plataformas digitais e acabam por compartilhar os conteúdos com os idosos.

A partir do panorama de que os produtores possuem acesso aos meios de comunicação e alcance aos dispositivos midiáticos, procurou-se saber como eles utilizam tais meios para buscar informações sobre suas

atividades. Os dados encontrados foram de que 77% responderam que sim, fazem uso dos meios para buscar informações rurais; 17% alegaram utilizar às vezes; e 6% não utilizam. Logo, percebeu-se uma relação de audiência e consumo sistemático dos meios de comunicação em relação à temática rural, os entrevistados assumem esse espaço como referência para a busca de informações e conhecimentos sobre suas atividades, ainda que, conforme as suas percepções, não se privilegie o contexto dos pequenos agricultores, mas sim do agronegócio.

Em vista de alguns resultados obtidos na análise quantitativa, como a questão em que maioria dos entrevistados afirmou não se sentir representado pelos conteúdos referentes à agricultura nos meios de comunicação, em termos de processualidade qualitativa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas com representantes de veículos de comunicação que chegam à região para buscar uma melhor compreensão das formas de produção da comunicação rural.

Mediante os resultados, notou-se a falta de preparo na formação acadêmica voltada à temática rural. Nesse sentido, a ausência de incentivos faz com que os profissionais não sintam proximidade pela área, interferindo diretamente na produção de conteúdos, o que prejudica a boa comunicação; sendo a agricultura parte importante no contexto econômico regional e nacional. Da mesma forma, os resultados obtidos apontam que a temática rural, conquanto pouco ou quase não trabalhada na formação acadêmica dos entrevistados, teve significativo impacto na construção do perfil profissional desses sujeitos, produzindo, em sua maioria, conteúdos de grande repercussão e, até mesmo, de reconhecimento em premiações, destacando-se, na fala dos entrevistados, conteúdos referentes à safra, ao cooperativismo e aos direitos trabalhistas. Ademais, fatores geográficos e econômicos foram mencionados consideravelmente nas justificativas dos produtores de conteúdo, nesse sentido, alegando que, muitas vezes, não é viável economicamente para o veículo fazer diversas incursões nas comunidades, priorizando acontecimentos de maior repercussão.

Com base nesses resultados, ressalta-se que os assuntos rurais carecem de maior destaque na produção de conteúdo dos diversos meios de comunicação, sobretudo, para apresentar melhor a realidade dos agricultores familiares, e não apenas do agronegócio, como indicado, na análise quantitativa, pelos moradores da região.

SEGUNDA PARTE: A COMUNICAÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE A AGRICULTURA FAMILIAR

A seguinte reflexão diz respeito aos resultados da segunda pesquisa, pela qual se examinou a produção audiovisual sobre agricultura familiar, a partir da análise quantitativa de conteúdos veiculados nas plataformas digitais dos principais grupos de comunicação do estado do Rio Grande do Sul, os Grupos RBS¹³², RECORD¹³³ e BAND¹³⁴.

É importante relatar que, mesmo se tratando de uma pesquisa quantitativa, o decorrer do estudo também proporcionou reflexões acerca da própria noção de agricultura familiar midiaticizada por esses grandes grupos de comunicação. Em outras palavras, a busca por quantificar as produções audiovisuais sobre a agricultura familiar provocou reflexões outras, particularmente no que tange à utilização da noção de agricultura familiar por esses grandes grupos de comunicação para nomear, por exemplo, eventos e acontecimentos do agronegócio ou do “universo agro”, entre outros termos amplos e genericamente adotados na identificação das suas pautas.

132 Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/>. As plataformas foram acessadas no período da pesquisa de campo, 21 de agosto a 21 de setembro de 2020.

133 Disponível em: <http://www.recordtvrs.com.br>.

134 Disponível em: <https://bandrs.band.com.br/>.

A netnografia (CORRÊA; ROZADOS, 2017) auxiliou a elaboração de instrumentos para a observação atenta e diária, no período de quatro semanas, nos meses de agosto e setembro de 2020. Tal observação e a coleta de dados se referem à veiculação de todos os conteúdos audiovisuais que, acredita-se, tematizassem a agricultura familiar. Possivelmente porque, ao realizar a primeira observação exploratória, nas primeiras páginas das plataformas digitais desses grupos de comunicação, identificou-se a inexistência de tematização da noção da agricultura familiar seja em títulos de matérias, chamadas de programas, ou a partir de outras “abas” de produtos, notícias, ou seções dessas plataformas noticiosas.

Por isso, optou-se pela construção de uma tabela de categorias em duas colunas: a primeira coluna refere-se a conteúdos audiovisuais gerais, “sem a especificação da noção de agricultura familiar”; e a segunda coluna, a conteúdo específico, ou seja, “com a especificação da noção de agricultura familiar” nos títulos desses conteúdos audiovisuais observados. Assim, definiu-se categorias de buscas como: 1) **categorias gerais:** agricultura, mundo rural, ruralidade, agro, agronegócio, hortigranjeiros, produtor rural e agricultor; 2) **categorias específicas:** agricultura familiar, agricultura camponesa, pequena propriedade rural e pequeno agricultor.

Essas categorias foram elaboradas previamente à realização da netnografia, mas também aprimoradas à medida que se identificavam outras noções referentes a atividades ou a acontecimentos relativos ao universo semântico da agricultura e, especificamente, da agricultura familiar. Essas categorias também foram construídas à luz de leituras que definem a noção de agricultura familiar de acordo com “o nível de desenvolvimento tecnológico e os sistemas de produção adotados que limitam a extensão da área que pode ser explorada com base no trabalho familiar” (SAVOLDI, 2010, p. 27).

Vale esclarecer que, mediante a complexidade da noção de agricultura familiar¹³⁵ e por se tratar de um estudo quantitativo, optou-se por investigar os títulos dos conteúdos audiovisuais, mas isso não limitou a análise a discorrer sobre questões epistemológicas acerca da noção de agricultura familiar.

NETNOGRAFIA DA PRODUÇÃO AUDIOVISUAL SOBRE AGRICULTURA FAMILIAR

No limiar desta netnografia nas plataformas digitais, identificou-se a generalidade de noções, ou de nomeações dos conteúdos referentes às atividades rurais, como, por exemplo, conteúdos nomeados como “a força do agro” veiculados em programas específicos, ou seja, fora de uma produção jornalística diária. Assim, o próximo passo investigativo foi selecionar esses produtos/formatos e propor um mapa de investigação e descrição, de acordo com a primeira visão ofertada pela plataforma digital, por exemplo:

1. *Grupo RBS*: ao abrir a página principal, a primeira visão foi da seção “Destaques” em forma de lista de audiovisuais produzidos diariamente. Descendo pela página principal, via-se o *link* de acesso ao conteúdo “Programa Campo e Lavoura” e, na sequência, ao lado direito, os telejornais “Bom Dia Rio Grande”, “Jornal do Almoço” (observou-se as produções da emissora matriz porto-alegrense e das emissoras sucursais de todas as regiões do interior do estado) e, por fim, o *link* de acesso ao canal Youtube da referida emissora.

135 Savoldi (2010), também, apresenta outras três perspectivas de identificação e classificação da noção de agricultura familiar: a) Família Agrícola de Caráter Empresarial; b) Família Camponesa e; c) Família Agrícola Urbana.

2. *BAND RS*: ao abrir a página inicial, não se encontrou a indicação de conteúdos audiovisuais, somente conteúdos textuais acompanhados de imagens gráficas e fotográficas. Optou-se, então, pela busca de conteúdos no canal Youtube. Os programas observados foram: “BandCidade”, “AgroBand”, “RS Acontece” e “RS Que dá Certo”.
3. *Record RS*: ao entrar na plataforma digital deste grupo de comunicação, não se identificou conteúdos audiovisuais relacionados às categorias de busca. A análise, então, deu-se através do telejornal “Balanço Geral RS”, localizado na opção “vídeos”. Também se observou o canal Youtube do referido grupo de comunicação.

Na sequência, quantificou-se, a partir dos seguintes conteúdos: reportagens, notas, reportagens especiais, documentários, entradas ao vivo de repórteres, anúncios e informes publicitários e cobertura de feiras e eventos agrícolas.

BREVE PONDERAÇÃO QUALITATIVA E RESULTADOS QUANTITATIVOS

É importante relatar que, após a observação dos conteúdos audiovisuais disponíveis nas plataformas desses grupos de comunicação¹³⁶, emergiram algumas provocações de ordem qualitativa. Por exemplo, já nos primeiros passos da netnografia – a partir da busca com as categorias gerais e específicas – observou-se a apropriação genérica das noções de agricultura familiar e de agronegócio. Não foi o objetivo desta pesquisa observar a relação/pertinência ou a identidade do título com o conteúdo audiovisual, no entanto foi inevitável a

¹³⁶ A netnografia se deu, no período noturno, para que houvesse uma captura completa dos conteúdos veiculados durante todo o dia de produção e observação.

percepção de que muitos conteúdos titulados como “agronegócio”, por exemplo, referiam-se, em alguma perspectiva, às tipificações, às características e a práticas da agricultura familiar. Como, também, verificou-se o inverso: muitos conteúdos audiovisuais titulados de “agricultura familiar” se referiam a práticas do agronegócio ou do “universo agro” – noção extensamente utilizada pelo Grupo RBS. Destaca-se que esta é uma problemática que merece melhor investigação, pois a noção de agricultura familiar é comumente apropriada para justificar e convencer o público sobre o avanço do agronegócio.¹³⁷

A seguir, apresenta-se a tabela com o quantitativo de conteúdos audiovisuais produzidos pelos três grupos de comunicação investigados e, como mencionado, quantificados a partir de recortes específicos já descritos.

Tabela 1 – Materiais produzidos

Semana	Quantidade de conteúdos audiovisuais: <i>categoria geral</i>	Quantidade de conteúdos audiovisuais: <i>categoria específica</i>
1ª semana	149	16
2ª semana	186	23
3ª semana	180	22
4ª semana	195	15
Total	710	76

Fonte: elaborado pelos autores (2019)

Como indicado, do total de 770 conteúdos audiovisuais identificados (categoria geral e categoria específica) pouco mais de 10% dos conteúdos se referem, em seus títulos, à noção de agricultura familiar. Portanto, ressalta-se que é preciso avançar para a análise qualitativa

137 Ver mais sobre esta discussão acerca da construção de noções relativas ao agronegócio pela mídia de massa em: campanha publicitária “Agro é tech, agro é pop, agro é tudo”, da Rede Globo de Televisão, como difusora da propaganda sobre o agronegócio no Brasil”. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/eptic/article/view/10910/8460>. Acesso em: 14 ago. 2021.

desses conteúdos identificados, pois, em muitas reportagens sobre eventos – sobretudo, a Expointer¹³⁸, por exemplo –, aborda-se a agricultura familiar na perspectiva de patrocinadores ou de campanhas tipificadas com o selo publicitário “Agro é pop”. Verificou-se, portanto, a necessidade de não apenas fomentar a produção de conteúdos audiovisuais, mas a importância de ampliar o debate acerca das perspectivas política, ideológica e científica no que concerne à noção de agricultura familiar. Este é um dever das universidades – que formam os profissionais –, como também das empresas de comunicação e das entidades representativas, como sindicatos e movimentos sociais.

Pode-se inferir que a noção de agricultura familiar é tecida por uma diversidade de sentidos empíricos e semânticos, mormente, por sentidos que deflagram um contexto geográfico, político e econômico de resistência aos avanços do agronegócio monocultor que impõem, diariamente, inúmeros desafios aos sujeitos e às famílias que ainda permanecem produzindo na perspectiva da biodiversidade e da preservação ambiental.

Concluindo, a baixa produção de conteúdos audiovisuais que de fato contemplam a noção de agricultura familiar, instiga-nos a outras observações críticas possíveis sobre esta relativização e invisibilidade midiática dos trabalhadores da agricultura familiar no cenário da mídia de massa estadual. O maior quantitativo dos conteúdos audiovisuais veiculados e analisados, permitem-nos inferir que a agricultura familiar não é pauta de interesse ou nem mesmo objeto de maior preocupação desses grupos de comunicação analisados. Isto pode ser observado pela ótica de que a agricultura familiar é uma atividade econômica não baseada na formação de grupos hegemônicos fundamentados no acúmulo de grande capital, o que não facilita, portanto, as possibilidades de um único e alto investimento – ou de patrocínio – em publicidade na programação desses grupos hegemônicos de comunicação.

138 Ver mais em <https://www.nfeiras.com/expointer/>. Acesso em: 14 ago. 2021.

Por outro lado, obviamente, também não há benfeitorias ou facilidades de acesso às famílias produtoras, às pequenas cooperativas da agricultura familiar por parte desses grupos de comunicação.

REFLEXÕES FINAIS: A CULTURA PARA A SUSTENTABILIDADE

A partir do caminho traçado ao longo do texto, percebeu-se a dispersão da produção de conteúdos midiáticos no ambiente da agricultura familiar, bem como a falta de preparo e incentivo aos profissionais de comunicação para atuarem nesse contexto. Posto isso, ressalta-se a necessidade de adaptação dos veículos de comunicação colaborando com a circulação de material informacional e com as inovações tecnológicas e científicas a serem desenvolvidas pelos indivíduos dessas regiões.

Ainda, aponta-se a necessidade de vincular a investigação acadêmica com a realidade, ou seja, pensar o que significa investigar a comunicação para compreender como representa a agricultura familiar e, então, trabalhar, em conjunto com as organizações (a exemplo da própria universidade) e os meios de comunicação, em modelos de qualidade dos conteúdos referentes à agricultura familiar, respeitosos com a diversidade desses sujeitos. Enfim, estimular parcerias que favoreçam um processo participativo de comunicação, que coloque os agricultores familiares como protagonistas na geração de saberes e práticas sobre o rural, bem como de resistência e enfrentamento às crises, como a crise climática.

Nesse sentido, pensa-se a comunicação como um elemento norteador para uma mudança cultural que favoreça a sustentabilidade enquanto ação efetiva de cuidado com o ambiente, com o outro e com as

gerações futuras. Por meio dos relatos recebidos dos agricultores familiares, pensa-se que esse espaço possa ser, justamente, central para a construção dessa cultura, ao levar em consideração saberes, experiências e práticas desses sujeitos nas suas relações com a natureza, visto que apresentam uma visão mais ampla de cultura, a qual está baseada no cuidado ambiental e no bem comum. Trata-se de alimentar e partilhar conhecimentos, princípios e valores visando à construção de uma racionalidade cultural que respeite a natureza, bem como a diferença e a diversidade humana. Como observa Castells (2019), ao sentir a possibilidade de estar juntos, que existem muitas pessoas que pensam o mesmo, surge a esperança de que é possível fazer algo diferente e, a partir disso, fortalecer as resistências e os enfrentamentos às estruturas de poder que tendem, ainda, a alinhar progresso e crescimento econômico com a exploração desenfreada dos recursos naturais.

REFERÊNCIAS

- BACCEGA, Maria Aparecida. Recepção: nova perspectiva nos estudos de Comunicação. **Comunicação & Educação**, [S. l.], n. 12, p. 7-16, 1998. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/comueduc/article/view/36353>. Acesso em: 14 ago. 2022.
- BAUER, Martin W.; GASKELL, George (ed.). **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som**: um manual prático. Rio de Janeiro: Vozes, 2010.
- BONIN, Jiani A. Revisitando os bastidores da pesquisa: práticas metodológicas na construção de um projeto de investigação. In: MALDONADO, A. Efendy et al (Orgs.). **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011, p. 19-42.
- BONIN, Jiani A. Estratégia multimetodológica de captação de dados em pesquisa de recepção: a experiência da investigação Telenovela, identidade étnica e cotidiano familiar. **Rastros**, Joinville, v. 1, p. 6-18, 2004.
- BONIN, Jiani A. Identidade étnica e recepção televisiva: revisitando dados de uma pesquisa empírica. **Revista FAMECOS**, Porto Alegre, v. 1, n. 28, 2005, p. 45-54.

BONIN, Jiani A. Estratégia multimetodológica de captação de dados em pesquisa de recepção: a experiência da investigação Telenovela, identidade étnica e cotidiano familiar. **Rastros**, Joinville, v. 1, p. 6-18, 2004.

BORDENAVE, Juan Diaz. **O que é comunicação rural**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

CASTELLS, Manuel. (Org.). **Outra economia é possível**. Rio de Janeiro: Zahar, 2019.

CORRÊA, Mauricio de Vargas; ROZADOS, Helen Beatriz Frota. A netnografia como método de pesquisa em ciência da informação. **Encontros Bibli: revista eletrônica de biblioteconomia e ciência da informação**, v. 22, n.49, p. 1-18, maio/ago., 2017.

DAL SOGLIO, Fábio. A agricultura moderna e o mito da produtividade. *In*: DAL SOGLIO, Fábio e KUBO, Rumi Regina (Orgs.). **Desenvolvimento, agricultura e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016, p. 11-38.

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED EMANUEL HEUSER. PIB Estadual. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2017/03/20170628tabela-pib-estadual-sh-2002-2016-1.xlsx>. Acesso em: 15 ago. 2021.

GONÇALVES, Gisela; **Publicidade a causas sociais ou um olhar sobre a sua (in) eficácia**. Covilhã: LabCom, 2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Agropecuário 2017. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=CA&z=t&o=11>. Acesso em: 14 ago. 2021.

JACKS, Nilda; ESCOSTEGUY, Ana Carolina. **Comunicação e recepção**. São Paulo: Hacker, 2005.

JACK, Nilda. Recepção televisiva: o que dizem as pesquisas acadêmicas de 1990? *In*: DUARTE, Elizabeth Bastos; CASTRO, Maria Lília Dias de. (Orgs.). **Televisão: entre o mercado e a academia**. Porto Alegre: Sulina, 2006.

JOVCHELOVITCH, Sandra. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

KALTMEIER, Olaf. **Refeudalización: desigualdad social, economía y cultura política en América Latina en el temprano siglo XXI**. Guadalajara, México: Centro Maria Sibylla Merian de Estudios Latinoamericanos Avanzados (CALAS), 2018.

KAPLÚN, Mario. **Una pedagogia de la comunicación** – el comunicador popular. La Habana: Editorial Caminos, 2002.

LUCENA, Adriana; LEITE, Sandra Nunes. Comunicação rural no Brasil. *In*: CONGRESSO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO NA REGIÃO NORDESTE (INTERCOM), 16., 2014, João Pessoa. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Intercom, 2014. Disponível em: <https://www.portalintercom.org.br/anais/nordeste2014/resumos/R42-0076-1.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2021.

SILVEIRA, Maria Helena; MARTINS FILHO, Protásio Dutra. O engenheiro: professor diante da educação. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE EDUCAÇÃO EM ENGENHARIA (COBENGE), 36., 2008, São Paulo. **Anais eletrônicos** [...]. São Paulo: Instituto Mauá de Tecnologia, 2008. Disponível em: <http://www.cobenge2008.com.br/trabalhos/trabalhos/999.pdf>. Acesso em: 12 dez. 2018.

MALDONADO, Alberto Efendy (Coord). **Panorâmica da investigação em comunicação no Brasil**: processos receptivos, cidadania e dimensão digital. Salamanca: Comunicación Social Ediciones y Publicaciones, 2014.

MALDONADO, Alberto Efendy. Produtos midiáticos, estratégias, recepção: a perspectiva transmetodológica. **Ciberlegenda**, Rio de Janeiro, n. 9, p. 1-23, 2002. Disponível em: www.uff.br/mestcii/efendy2. Acesso em: 20 jul. 2021.

MALDONADO, Alberto Efendy. Explorar a Recepção sem dogmas, em multiperspectiva e com sistematicidade. *In*: **Coletânea Mídias e Recepção/2000**. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2000. p. 1-13.

MALDONADO, Alberto Efendy. Práxis teórico-metodológica na pesquisa. *In*: MALDONADO, A. Efendy et al (Org.). **Metodologias de pesquisa em comunicação**: olhares, trilhas e processos. Porto Alegre: Sulina, 2011. p. 277-303.

MALDONADO, Alberto Efendy. A perspectiva transmetodológica na conjuntura de mudança civilizadora em inícios do século XXI. *In*: MALDONADO, Alberto Efendy; BONIN, Jiani Adriana; ROSÁRIO, Nísia Martins do (Orgs.). **Perspectivas metodológicas em comunicação**: desafios na prática investigativa. João Pessoa: Editora UFPB, 2008. p. 27-54.

MARTÍN-BARBERO, Jesús. **Dos meios às mediações**: comunicação, cultura e hegemonia. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2008.

MATTELART, Armand; NEVEU, Érik. **Introdução aos estudos culturais**. São Paulo: Parábola, 2004.

MATTELART, Armand. **Un mundo vigilado**. Barcelona-Buenos Aires-México: Paidós, 2008.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural. Agroindústrias cadastradas no Programa Estadual de Agroindústria Familiar. Porto Alegre, 2019.

RONSINI, Veneza Mayora. **Mercadores de sentido**: consumo de mídia e identidades juvenis. Porto Alegre: Sulina, 2007.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente**: perspectivas de biodiversidade e biotecnologia. São Paulo: Gaia, 2003.

SAVOLDI, Andréia; CUNHA, Luiz Alexandre. Uma abordagem sobre a agricultura familiar, PRONAF e a modernização da agricultura no sudeste do Paraná na década de 1970. **Revista Geografar**, Curitiba, v.5, n.1, p.25-45, jan./jun. 2010.

LOPES, Maria Immacolata Vassalo de. Mediação e recepção. Algumas conexões teóricas e metodológicas nos estudos latino-americanos de comunicação. **Matrizes**, v. 8, n. 1, p. 65-80, 2014.

WOMMER, Dulcenéia Haas; CASSOL, Claudionei Vicente. A participação feminina na gestão da propriedade rural: cuidado que qualifica e humaniza. *In*: Décio Cotrim. (Orgs.). **Desenvolvimento rural e agricultura familiar**. Porto Alegre: Emater/RS-Ascar, 2014. p. 469-493.

21

Mariluce L. Pedroso Veiga

**EDUCOMUNICAÇÃO
E CIDADANIA:**
práticas educativas
no contexto da pandemia
de COVID-19

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.21

INTRODUÇÃO

Estamos imersos em um cenário desafiador e inesperado que nos tem imposto intensas mudanças e transformações aceleradas nos mais diversos setores. Em dezembro de 2019, na cidade de Wuhan, China, foi reportado o primeiro caso de COVID-19. Em 11 de março de 2020, a OMS¹³⁹ declarou a caracterização de Pandemia para o surto de coronavírus. A chegada da pandemia e a intensificação da digitalização marcam uma intensificação de transformações nos mais diversos âmbitos sociais. Muitas práticas que ocorriam presencialmente, com o distanciamento social passaram a ser realizadas online, como a comunicação com amigos e familiares através das redes, comunicações de trabalho, o acesso a produtos e serviços. Mesmo com as desigualdades de acesso, a internet passou a ser o principal meio de interação social. E isso não foi diferente no campo da Educação, com a suspensão das aulas presenciais e a necessidades de reorientação das atividades educativas. Além do uso da televisão aberta, do rádio e a entrega de atividades impressas nas escolas, a comunicação digital foi a principal saída encontrada para a implantação do ensino remoto emergencial, exigindo uma rápida adaptação de gestores, professores, estudantes, funcionários e familiares.

Essas mudanças suscitam a reflexão e o repensar sobre as articulações entre Educação e Comunicação, demandando estudos de comunicação que considerem suas múltiplas transformações e o seu papel fundamental na formação de sujeitos críticos e autônomos na construção da cidadania. É importante analisar e refletir sobre como estão ocorrendo esses processos neste momento de excepcionalidade e seus possíveis impactos nos campos da Comunicação e Educação.

139 O diretor-geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Tedros Adhanom, declarou em uma conferência de imprensa em Genebra.

Diante deste cenário, esse artigo aborda a construção teórico-metodológica e os resultados da pesquisa: *Educomunicação e cidadania: Práticas educativas no contexto da pandemia de COVID-19 em uma turma de escola pública do Rio Grande do Sul*¹⁴⁰. A investigação teve como objetivo geral analisar, desde a perspectiva do professor até a dos estudantes, as práticas educativas desenvolvidas durante a pandemia em uma turma de nível médio de uma escola pública do Rio Grande do Sul na perspectiva da educomunicação e da cidadania comunicativa.

A estruturação do texto está organizada do seguinte modo: em um primeiro momento são retomados em linhas gerais aspectos da proposta teórica-metodológica que ampara a pesquisa; em seguida são trazidos alguns resultados da pesquisa pontuando possibilidades e limitações para o desenvolvimento educomunicativo digital cidadão.

LINHAS TEÓRICO-METODOLÓGICAS DA INVESTIGAÇÃO

A proposta teórica-metodológica de investigação busca valorizar o pensamento latino-americano e suas especificidades, o que é evidenciado na escolha da maioria dos autores utilizados, como também condizente com a nossa postura epistemológica humana e cidadã, que visa a construção de um pensamento crítico a favor da transformação social e da cidadania.

Para entender as práticas educativas desenvolvidas durante a pandemia de COVID-19 em termos de possibilidades e limitações ao desenvolvimento de uma efetiva educomunicação cidadã, trabalhamos principalmente com dois eixos conceituais fundamentais: educomunicação e cidadania comunicativa.

140 Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Publicidade e Propaganda), Orientadora: Jiani Adriana Bonin – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2020.

O pensamento dos autores latino-americanos Simón Rodríguez, Paulo Freire e Mário Kaplún é relevante para a construção de uma compreensão crítica da educomunicação. Simón Rodríguez (1769–1854), professor, político e escritor venezuelano, foi considerado pioneiro na Educação Popular na América Latina. Ele lutava pela emancipação dos povos latino-americanos, contra desigualdades, preconceitos sociais e pedagógicos. Entendemos, em consonância com o autor, a educação pública e popular como fundamental na construção de uma sociedade livre, justa e igualitária.

Rodríguez apresenta um pensamento revolucionário para a sua época. Seu projeto educacional é centrado na proposta de “educar las mentes y las manos” (RODRÍGUEZ, 2020, *apud* SAGGIN, 2020, p. 6), visa o desenvolvimento integral dos sujeitos para a vida. Nessa concepção, são valorizados tanto os conhecimentos teóricos como os práticos, a educação intelectual e a técnica. Privilegia o pensamento original e crítico, a criatividade, a autonomia e a experiência. Como Freire, o educador é crítico à concepção da educação como mera transmissão de conhecimentos, portanto, defendia a importância de ensinar as crianças a pensar e questionar. A educação é associada ao trabalho social, à formação de cidadãos conscientes que pensem no bem comum. Na perspectiva deste educador, para serem realmente cidadãos, os sujeitos precisam ser preparados através de quatro tipos de conhecimentos: “Instrucción Social, para hacer una nación prudente; Corporal, para hacerla fuerte; Técnica, para hacerla experta; y Científica para hacerla pensadora”. (RODRÍGUEZ, 2016, p. 371)

Já Paulo Freire (1921-1997) é um notório educador pernambucano reconhecido mundialmente pelo seu trabalho educativo progressista. Sua história e seu pensamento crítico são marcados pelo amor à humanidade e, como Rodriguez, pela luta pela liberdade, contra as injustiças, as desigualdades sociais e a opressão. Para Freire, a educação é política e ideológica, e é através dela que o homem pode reescrever a história e criar um futuro democrático, ético e humano.

Para pensar a Educomunicação, adotamos a pedagogia humanista e libertadora de Freire, que tem como base uma educação horizontal, dialógica, que valoriza o outro, sua multidimensionalidade, o seu pensar autêntico e crítico permeado pela realidade. Freire desaprova a educação com ênfase na aprendizagem receptiva através da repetição e memorização de conteúdos isolados., em que os aprendizados são desconectados da realidade e desvinculados dos interesses dos estudantes. Esse tipo de aprendizagem não estimula a curiosidade, a atividade mental e a consciência crítica, uma vez que é feito de forma automática, apenas se recebe e se arquiva informações, não se repensa ou se elabora o próprio pensamento. Para ele, essa forma de ensino é uma manifestação da opressão, já que estimula a passividade e a adaptação e não uma compreensão crítica da realidade que resultaria na atuação das pessoas como sujeitos, para *ser mais*. Conforme o educador, “só existe saber na invenção, na reinvenção, na busca inquieta, impaciente, permanente, que os homens fazem no mundo, com o mundo e com os outros”. (FREIRE, 2016, p.105).

A educação freireana tem sua essência baseada no diálogo, no encontro entre sujeitos através da reflexão e da ação, da práxis, para a transformação do mundo. Diálogo que implica o pensar crítico, a amorosidade, humildade e confiança, em que educador e educando se educam como sujeitos do processo. Na práxis de uma educação libertadora, é necessário vencer a concepção de que o professor é o centro do processo educativo, é o único que detém o conhecimento, que comunica. É importante respeitar os conhecimentos, experiências e a leitura de mundo dos estudantes. Educadores e educandos, permeados pela realidade, são sujeitos, aprendem e educam um ao outro simultaneamente através da comunicação.

Dialogamos também com pensamento de Mário Kaplún (1923-1998), comunicador e educador argentino conhecido por suas ideias transformadoras de comunicação participativa e libertadora inspiradas em pensadores como Paulo Freire, Antonio Pasquali e Luis Ramiro

Beltrán (BONA, 2007). Ele concebe os meios de comunicação como ferramentas com potencialidades educativas e transformadoras, de promoção comunitária.

Kaplún desenvolve a pedagogia da comunicação, uma educação com ênfase no processo, não em resultados ou em conteúdos. É um modelo problematizador, que se preocupa com o desenvolvimento crítico e com a consciência social, e respeita a individualidade e os contextos dos estudantes. Nela os educandos participam ativamente no processo de ensino-aprendizagem, através da interação dialética e da práxis, visando uma participação ativa e solidária na sociedade.

A pedagogia da comunicação de Kaplún é um processo permanente, e a comunicação tem um papel central pois, para ele, ela é fundamental na construção do conhecimento:

Aprender y comunicar son componentes de un mismo proceso cognitivo; componentes simultáneos que se interrelacionan y necesitan recíprocamente. Si nuestro accionar educativo aspira a una real apropiación del conocimiento por parte de los educandos, tendrá mayor certeza de lograrlo si sabe abrirles y ofrecerles instancias de comunicación. Educarse es involucrarse y participar en una red de múltiples interacciones comunicativas. (KAPLÚN, 1998, p.215).

Entendemos a Educomunicação através do pensamento de Rodríguez, Freire e Kaplún, como sendo, acima de tudo, uma práxis comunicativa pedagógica democrática que visa a transformação social. Pensamos ser fundamental para a existência de um processo educocomunicativo a interação dialógica crítica, que valoriza o outro e suas singularidades, e que constrói e (re)constrói o conhecimento em conjunto. Como lembra Freire (2016), nada se constrói sozinho, os homens aprendem juntos, mediatizados pelo mundo. Entendemos Educomunicação como um processo de criação e transformação, que só pode ocorrer com o aprendizado do pensamento crítico e problematizador sobre as realidades sociais, com o exercício da cidadania.

No eixo Cidadania Comunicativa trabalhamos em articulação com as concepções de Cortina (2015), Maldonado (2011) e Freire (2016), tendo em vista uma perspectiva de cidadania que considere múltiplas dimensões, contextos e subjetividades e que tenha o seu exercício baseado na participação consciente e coletiva de sujeitos autônomos. A Comunicação mostra-se não só como um campo importante, mas como uma esfera crucial na construção da cidadania, entre outros aspectos, “en tanto interacción que hace posible la colectivización de intereses, necesidades y propuestas. Pero al mismo tiempo, en tanto dota de existencia pública a los individuos visibilizándolos ante los demás y permitiendo verse –representarse ante sí mismos.” (MATA, 2002, p.66-67)

Entendemos a Cidadania Comunicativa a partir das contribuições de Mata como uma concepção complexa, que inclui direitos relativos à comunicação, como a liberdade de expressão, de informação, o acesso aos canais de difusão, entre outros. A liberdade aqui, não é relacionada somente aos interesses individuais (privados), mas ao desenvolvimento da consciência e oportunidade de ação para a participação pública visando à construção coletiva, o bem comum. Além disso, preocupa-se com questões relacionadas à igualdade e solidariedade, como expõe Mata:

[...] la ciudadanía comunicativa se entrelaza con las referencias identitárias, el reconocimiento de las diferencias y los reclamos más generales de igualdad, ya no sólo en relación al Estado sino en relación con la acción del mercado y de todo tipo de dispositivo que promueva la desigualdad. (MATA, 2006, p. 13).

O desenvolvimento das tecnologias de comunicação e informação possibilitam o avanço e a intensificação de desigualdades e ao mesmo tempo oportunizam formas de resistência, e de exercício de cidadania comunicativa, tornando emergente a reflexão a respeito da articulação entre comunicação e cidadania.

As mídias digitais encurtaram distâncias, possibilitaram o acesso a uma grande quantidade de informações, o compartilhamento de dados e trocas socioculturais. Auxiliaram nos processos de democratização da comunicação, pois incentivam o protagonismo comunicacional, individual e coletivo, favorecendo as mais diversas formas de comunicação, produção, modificação e disseminação de informações pelos sujeitos e coletivos, possibilitando sua expressão, mobilização e visibilidade pública. No entanto, o ambiente digital também é palco de vigilância, controle, manipulação e opressão imposta por governos e grandes corporações. Estar conectado hoje é uma exigência para a atuação integral na sociedade, nos mais diversos âmbitos. Muitos usuários são atraídos pelos benefícios de serviços gratuitos oferecidos por grandes corporações, sem perceber que são mecanismos de vigilância e controle. (MATTELART; VITALIS, 2015) Governos e corporações como o *Google*, *Amazon*, *Facebook*, *Apple* e *Microsoft* detêm o poder das tecnologias que controlam a distribuição e circulação de dados, influenciam comportamentos e estão transformando formas de organização e produção.

Essas corporações estão envolvidas nas mais diversas áreas, como a Educação. Durante a pandemia, houve a ampliação da oferta de produtos e serviços digitais no setor.

O *G Suite for Education*, hoje denominado *Google Workspace for Education*, pacote de serviços de educação com opções gratuitas do Google, está sendo um dos mais utilizados durante o ensino remoto emergencial no Brasil (FERNANDES, 2020), como também aplicativos como o *WhatsApp* e o *Youtube*, que como não foram desenvolvidos com essa finalidade, não possuem políticas de proteção de dados voltados para a proteção e a privacidade dos estudantes. Existem múltiplas questões éticas, políticas, econômicas, culturais e sociais que perpassam o uso cada vez maior da inteligência artificial nos processos comunicacionais, e os usos dessas tecnologias precisam ser analisados de forma crítica, visando regulamentar e fiscalizar para que

não violem direitos, não gerem alienação, desigualdades, mas que se configurem como facilitadores de processos a favor do interesse público e do exercício da cidadania.

Com base nos objetivos da investigação, trabalhamos as construções teóricas referidas em articulação com as aproximações empíricas. A pesquisa empírica foi realizada em uma turma de nível médio de uma escola do Rio Grande do Sul. Os critérios para a escolha da turma foram: pertencer a uma escola pública; e ter curso e metodologia pensados, de algum modo, em uma perspectiva comunicativa cidadã. Optamos por preservar a identidade da instituição, bem como dos participantes, em atenção aos critérios éticos relativos à garantia da preservação da confidencialidade dos dados dos professores e estudantes envolvidos.

A parte empírica da pesquisa ocorreu em duas fases inter-relacionadas. A primeira, de natureza exploratória, teve a finalidade de conhecer o perfil e alguns aspectos do contexto dos estudantes da turma investigada, incluindo idade, local onde moram, com quem moram, se trabalham, motivações e satisfação em relação ao curso, acesso a dispositivos e redes de comunicação, hábitos, preferências e competências digitais, entre outros. Esta etapa foi realizada com 24 estudantes. Os dados foram coletados no mês de setembro de 2020, através de questionário online via *Google Forms*.

A segunda fase, de natureza sistemática, objetivou compreender como estavam sendo configuradas e experimentadas as práticas educativas no ensino remoto na perspectiva dos estudantes e da professora, realizando uma abordagem mais aprofundada da pesquisa com um grupo menor de estudantes da turma e com a professora a partir da realização de entrevistas. Para a composição da amostra de estudantes, foram considerados os seguintes critérios: idade, ocupação, arranjos familiares e formas de acesso, visando a diversidade em relação aos perfis dos estudantes e uma maior representação da totalidade da turma. O grupo foi composto por cinco estudantes de

diferentes idades e arranjos familiares, com distintas formas de acesso com relação aos dispositivos que possuem, incluindo os que participavam das aulas via celular e os que participavam via computador, como também com formas de conexão variadas. As entrevistas foram realizadas de forma remota no mês de outubro de 2020.

Ao analisar os dados da pesquisa exploratória podemos visualizar aspectos do perfil dos estudantes e de seu contexto. Esses dados nos mostram que os estudantes são sujeitos que vivem em um contexto econômico, social e cultural similares, atravessados por vulnerabilidades sociais possuindo, assim, restrições de acesso que podem dificultar o desenvolvimento de práticas educacionais digitais cidadãs. Destacamos que são mulheres, cisgêneras, com idades que variam de 19 a 55 anos, sendo que a maioria está na faixa de 20 a 39 anos, residentes de bairros periféricos de uma cidade do Rio Grande do Sul. Por serem todas mulheres, estão imersas em questões socioculturais de gênero semelhantes. É um grupo heterogêneo no que se refere a arranjos familiares, ocupações, faixa etária, e suas implicações.

Esta fase da pesquisa também evidencia a vinculação e o atravessamento dos meios tradicionais, como a televisão, a qual todos os estudantes possuem acesso, consumindo filmes, séries e novelas. Os estudantes informam o uso contínuo do meio digital através do celular no seu cotidiano para interagir com pessoas próximas, ouvir música, manterem-se informados, estudar, trabalhar, entre outros. Todas as estudantes possuem celular, a maioria (83%) tem algum tipo de conexão móvel¹⁴¹, 42% afirmam utilizar o dispositivo o “tempo todo”. Como o ambiente digital favorece diversas formas de comunicação e produção pelos sujeitos, o processo de midiaticização que é evidenciado aqui pode ser produtivo para o estabelecimento de práticas educacionais, como também o emprego do uso do celular, abrindo portas

¹⁴¹ É importante lembrar que os planos de internet móvel ofertados no Brasil possuem a transferência de dados limitada de acordo com o plano contratado, diferente da internet fixa em que a transferência é ilimitada.

para uma maior incorporação deste dispositivo às futuras experiências educacionais de aprendizagem.

No entanto, apesar de possuírem celular, o acesso a outros dispositivos e a internet é restrito: somente 67% possuem acesso a um computador. Segundo a professora, no ensino presencial os estudantes também não teriam acesso a um computador na sua escola devido a precariedade das instalações e dos equipamentos. O agravante do ensino remoto, nesse caso, é que, sem os dispositivos tecnológicos e a conexão com a rede não é possível o estudante ter acesso à educação formal. Esta turma não tinha a possibilidade de participar das atividades de outra forma além do acesso através do meio digital. A professora dispõe de celular e computador em sua casa para as aulas remotas, mas tem algumas dificuldades com relação a isso e entende a situação dos estudantes: “o meu computador já está no limite, troquei de celular de 16GB para 128GB. E muitos alunos devem estar com dificuldades.”

A utilização massiva de redes e aplicativos de grandes corporações tecnológicas, mostra-se na pesquisa exploratória, com o uso contínuo pelos estudantes de aplicativos como *WhatsApp*, *Facebook* e *Instagram* sinalizando, em concordância com o pensamento de Mattelart (2015), Zuazo (2020), Bruno (2019) e García Canclini (2019), que os estudantes estão sujeitos aos mecanismos de vigilância e controle online.

Um dado preocupante foi a preferência dos estudantes pelas redes sociais como fonte de notícias, para se manterem informados: 79% dos estudantes as utilizam com essa finalidade. Nelas eles só têm contato com informações escolhidas através dos algoritmos, excluindo a pluralidade de conteúdos, o que demonstra a necessidade da reflexão e problematização desta relação com as redes sociais.

Eles costumam compartilhar muitas informações nas redes sociais (87%), principalmente “fotos pessoais” (62%), “publicações de familiares, amigos ou conhecidos” (52%); no entanto, poucos (12%)

afirmaram ter produzido algum tipo de conteúdo para o meio digital. Os formatos dos conteúdos que afirmam produzir para as redes são “vídeos”, seguido por “montagem fotográfica” e “música”. A maioria dos estudantes informou não ter muita experiência na produção de conteúdos digitais. No entanto, com o início do ensino remoto, o uso de novas plataformas e experimentações no meio digital aumentou significativamente, o que sinaliza que novas habilidades técnicas estão sendo desenvolvidas rapidamente pelos estudantes, o que é produtivo em uma perspectiva educacional. Os impactos da pandemia, principalmente econômicos e emocionais, também ficaram evidenciados, como as grandes dificuldades de comunicação encontradas pelas estudantes durante o isolamento social.

PRÁTICAS EDUCATIVAS EM TEMPOS DE PANDEMIA

Nem todos os estudantes estão conseguindo ter acesso às aulas, e dos que conseguem, a partir das entrevistas pudemos perceber que muitos têm seu acesso comprometido por falta de dispositivos, conexão e ambiente adequados. O uso do celular como dispositivo principal de participação das aulas dificulta a atuação dos estudantes e a realização das atividades de forma integral, principalmente por questões como: o tamanho pequeno da tela do celular; o fato de não possuírem teclado ou *software* adequado para a produção de textos; pouca capacidade de armazenamento de conteúdos; precariedade dos aparelhos e falta de habilidades técnicas.

Independentemente do dispositivo utilizado, a conexão com a internet impacta no acesso e na aprendizagem dos estudantes. Muitos não possuem uma conexão com velocidade ou quantidade de dados suficientes para realizar todas as atividades propostas, como assistir

vídeos e participar de aulas síncronas. Isso repercute fortemente na interação dos estudantes com os colegas e os professores e no seu acesso integral às aulas, limitando também as possibilidades de atividades e de métodos pedagógicos a serem propostos pelos professores.

Com relação à questão do ambiente como um espaço agradável e propício a realização das atividades pedagógicas, foram mencionadas dificuldades com relação à falta de um local adequado, silencioso, em que o estudante pudesse se concentrar em suas atividades sem ser interrompido. Existem estudantes com famílias grandes, com filhos, que necessitam de atenção e não estão acostumados com as dinâmicas de aulas e de trabalhos remotos.

Como contraponto, algumas facilidades relacionadas à questão da não necessidade de deslocamentos, que repercutem em menos gastos financeiros em transporte e alimentação e menos preocupações com segurança são compreendidas pelos estudantes como pontos positivos no formato do ensino remoto. Logo, no que tange às questões de acesso à educação, com relação aos dispositivos, conexão à internet e ambientação, podemos verificar que não há igualdade de acesso ao ensino remoto da turma; nem todos os estudantes têm acesso, e os que possuem o faz de formas diversas, de acordo com as suas possibilidades socioeconômicas. Isso se torna uma grande limitação em uma perspectiva educacional cidadã, pois impacta significativamente no exercício da cidadania comunicativa, na autonomia comunicativa dos sujeitos que, em consonância com Mata (2002), se entrelaça com dinâmicas de igualdade em relação a todos os dispositivos seletivos e excludentes. Isso ocorre também em relação às possibilidades de aprendizagem, pois além de negar educação de forma igualitária a todos, restringe o acesso e também as possibilidades efetivas de constituição da comunicação e do diálogo, componentes fundamentais da aprendizagem educacional considerando as perspectivas de Rodríguez (2016), Freire (2016) e Kaplún (1998).

As aulas da turma, no período da investigação, foram realizadas principalmente através do *Google Classroom*, plataforma do *Google G suite* utilizada no Rio Grande do Sul, visando organizar e homogeneizar as iniciativas educativas implantadas no estado. Além do *Google Classroom*, foram utilizados o *Google Meet* para atividades síncronas, o e-mail e o *WhatsApp*.

A respeito do letramento para o uso da plataforma, a educadora relatou que antes do início do ensino remoto só foram enviados alguns tutoriais no grupo de *WhatsApp* dos professores, “mas sem nenhuma orientação do porquê estavam enviando”, e logo as aulas começaram. Ela utilizou o *YouTube* para aprender a fazer as postagens, os professores tiveram acesso a *lives* com orientações. Muitos estudantes também não sabiam como se comunicar através da plataforma. As estudantes e a professora foram se familiarizando com a plataforma com o passar do tempo.

Além da questão do acesso, essa necessidade de adaptação do ensino às pressas, imposta pela pandemia, evidencia a importância da reflexão sobre as configurações do uso das tecnologias digitais no ensino e aprendizagem. Este uso precisa ser pensado e adequado aos objetivos de aprendizagem. Dependendo de como é utilizada, a tecnologia pode até ter um impacto negativo na aprendizagem, como indica o artigo da McKinsey¹⁴² com dados do Pisa 2018¹⁴³. A utilização do ambiente digital no ensino educacional é profícua, pois além do meio já fazer parte do cotidiano e da cultura dos sujeitos, cria novas

142 O artigo trata sobre a utilização e o impacto da tecnologia na aprendizagem. Disponível em: <https://www.mckinsey.com/industries/public-and-social-sector/our-insights/new-global-data-reveal-education-technologys-impact-on-learning?cid=other-pso-twi-mps-mps-tsp-2006-i3a&sid=5efb7a6ed9578c5794054fed&linkId=92424529>. Acesso em: 18 out. 2021.

143 Programa Internacional de Avaliação de Estudantes, realizado a cada três anos pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). O Pisa oferece informações sobre o desempenho de estudantes na faixa etária dos 15 anos, em leitura, matemática e ciências.

possibilidades pedagógicas. No entanto, demanda estrutura, apropriação crítica das tecnologias, condições de acesso aos dispositivos e à rede, saberes técnicos e metodológicos, o que é um desafio em um país em desenvolvimento, com grandes desigualdades sociais e desvalorização da educação como o Brasil. É importante ressaltar que é imprescindível que se mantenham as bases educacionais ao se utilizar dessas tecnologias no ensino, como a manutenção do diálogo, da interação, da autonomia dos estudantes como produtores de conhecimento crítico e o estímulo às práticas democráticas e cidadãs.

A maioria das estudantes entrevistadas mostrou-se satisfeita com a adesão à plataforma *Google Classroom*, principalmente porque, diferente das *Aulas Programadas*, atividades enviadas via e-mail ou *WhatsApp* no início da pandemia, é uma plataforma específica para este fim. Elas a consideram adequada devido à melhor organização das disciplinas e dos trabalhos, como também por facilitar a comunicação com os professores sobre atividades específicas. Mesmo não tendo experiências prévias com o uso desse tipo de plataforma educacional, no geral elas não tiveram grandes dificuldades na sua utilização.

Segundo a professora, devido à precariedade do acesso da maioria dos estudantes, eles tiveram poucas aulas síncronas e, em sua maioria, as aulas foram assíncronas através da postagem de atividades na plataforma. As poucas oportunidades de aulas síncronas no ensino remoto público, e a crescente tendência da adoção do ensino híbrido¹⁴⁴ no retorno gradual às aulas, como também no pós-pandemia, nos traz uma reflexão importante sobre as prioridades e metodologias do ensino. O tempo em “sala de aula” passa a ser mais raro, mais precioso, mostrando que ele precisa ser utilizado de forma mais produtiva, não com a transferência e recepção de conteúdos, mas sim, para a troca, para o diálogo, para a construção coletiva.

144 Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/ensino-hibrido-e-tendencia-para-vida-escolar-no-mundo-pos-pandemia>. Acesso em: 18 out. 2021.

Durante o período letivo investigado, as atividades da turma eram desenvolvidas pela professora e publicadas na ferramenta *Google Classroom*. Os estudantes realizavam as atividades e postavam na plataforma. As dúvidas eram sanadas através do e-mail via plataforma, do *chat* do mural do *Google Classroom*, do *WhatsApp* ou nas aulas síncronas.

O ensino desenvolvido apresenta práticas e posturas da educação tradicional bancária, como a verticalidade, em que o professor é o detentor do saber, a transmissionalidade de conteúdos, em que as atividades são colocadas na plataforma; o estudante realiza a tarefa e publica na ferramenta para a correção do professor. Isso é limitador pois, compartilhando do pensamento de Freire (2016), Kaplún (1998), Rodríguez (2016) e Soares (2011), não se trata apenas de ensinar conteúdos, mas ensinar a pensar criticamente. Devido à carência das aulas síncronas e às poucas opções de comunicação e de interação, nota-se a falta de um processo dialógico, de trabalho coletivo, da comunicação oral, gestual, de expressões corporais e faciais, importantes na interação interpessoal. A forma predominante de comunicação é escrita, indireta, o que dificulta também para as estudantes sanarem suas dúvidas sobre as atividades.

As estudantes que possuem acesso integral às aulas *online* em sua maioria comunicam-se parcamente com a turma nesse formato, não interagem muito. Comunicam-se mais através do *chat*; como comenta a professora: “eles não abrem as câmeras, não falam, não respondem”, mostrando que além da questão do acesso, existem desafios no que tange ao engajamento e estímulo para a participação dos estudantes nesse formato. Esta dificuldade de participação integral no ensino remoto pode estar ocorrendo, também, devido a condicionamentos dos estudantes advindos de uma perspectiva educacional unidirecional, de aprendizagem receptiva, que prega a passividade e a conformidade, uma educação com ênfase em conteúdos ou bancária, segundo o pensamento de Kaplún (1998) e Freire (2016).

Essa carência comunicativa no processo de ensino, devido à falta de acesso, de ferramentas e de metodologias adequadas, é outra grande limitação encontrada no ensino remoto da turma estudada, que interfere diretamente na aprendizagem, pois como afirma Kaplún, “conhecer é comunicar” (1998), e como nos lembra Freire, o entendimento dos conteúdos não é transferido, mas coparticipado, “não há inteligibilidade que não seja comunicação e intercomunicação e que não se funde na dialogicidade” (FREIRE, 2017, p.39).

Entretanto, avistamos também o desenvolvimento de práticas em uma perspectiva educ comunicativa, ainda que de forma mais individual, como a busca pela problematização de conteúdos com relação à realidade concreta dos estudantes, aproveitando suas experiências e vivências, tensionando também a realidade de mundo dos estudantes com os produtos midiáticos – fundamento educ comunicativo basilar nas propostas de Freire (2017), Rodríguez (2016), Kaplún (1998) e Soares (2011). Ainda, a preocupação com uma aprendizagem teórica reflexiva e analítica, como também a tentativa de apropriação prática desses conhecimentos em consonância com o pensamento de Rodríguez (2016), que valoriza a educação intelectual e a técnica, ainda que essa prática não estivesse sendo desenvolvida integralmente devido a pandemia. Constatamos também a consciência por parte da professora e dos estudantes da necessidade de comunicação e interação mais efetivas no ensino no formato remoto para um melhor aproveitamento.

Verificamos que a configuração do ensino remoto da turma, mesmo com as limitações constatadas, incentivou a autonomia estudantil e a busca por materiais além dos indicados pela professora. O respeito à autonomia, na perspectiva de Freire (2017), da qual compartilhamos, é um imperativo ético, refere-se ao respeito ao outro, às suas concepções, inquietações, linguagem, é liberdade com responsabilidade. Constatamos também um produtivo aumento na apropriação e produção de conteúdos e materiais midiáticos através dos meios tecnológicos com relação ao ensino presencial.

No entanto, existe um desconhecimento e uma falta de consciência crítica por parte dos estudantes com relação aos processos digitais, aos riscos e à veracidade de informações encontradas na internet, como também uma certa ingenuidade com relação ao poder público. Em uma perspectiva cidadã isso é limitador, pois a falta de consciência desses processos e configurações, do seu papel de sujeito partícipe na sociedade, dificulta o alcance da autonomia e o exercício integral de práticas comunicativas e cidadãs dos sujeitos para o desenvolvimento coletivo.

Cabe salientar que o ensino remoto e a pandemia estimularam, também, o sentimento de solidariedade e de amizade entre os colegas da turma e a reflexão cidadã sobre as desigualdades sociais no país, questões relevantes para a educomunicação, pois como afirma Cortina (2005), a cidadania pode ser aprendida. E o campo educamunicativo é um espaço para o desenvolvimento da solidariedade e da cidadania.

A investigação evidencia a produtividade da concepção educamunicativa para pensar os processos de ensino e aprendizagem no cenário atual, marcado pelo atravessamento das mídias digitais. Sinaliza que o ensino desenvolvido, apesar de possuir características predominantemente tradicionais, bancárias, contém traços e princípios de um ensino crítico e humanizador. Aponta ainda para a urgente necessidade de redução das lacunas existentes entre o desenvolvimento tecnológico e a estrutura socioeconômica do país, demonstrando a urgência de políticas públicas para que as concepções educamunicativas possam realmente se efetivar na amplitude de suas possibilidades. Bem como aponta, ainda, para a necessidade de formação educamunicativa e crítica para ancorar as práticas pedagógicas e os usos das mídias nos processos de ensino.

A pandemia está sendo um momento singular de transformações econômicas, culturais, sociais, comunicacionais. As necessidades de modificações impostas por ela estão impulsionando um novo

despertar de consciências, a abertura de novas possibilidades, novas concepções sobre o fazer pedagógico, colocando em mobilização, diálogo e experimentação saberes antes cristalizados.

REFERÊNCIAS

- BONA, Nívea; CONTEÇOTE, Marcelo Luis; COSTA, Laílton. Kaplún e a comunicação popular. **Anuário Unesco/Metodista de Comunicação Regional**, São Paulo, ano 11, n.11, p. 169-184, 2007.
- BRAGA, José Luiz. Circuitos versus campos sociais. *In*: MATTOS, Maria Ângela. JANOTTI JUNIOR, Jeder; JACKS, Nilda. (Orgs). **Mediação & midiatização**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 29-52.
- BRUNO, Fernanda. **Tecnopolítica, racionalidade algorítmica e mundo como laboratório**. [Entrevista cedida a] Rafael Grohmann. DIGILABOR, 25 out. 2019. Disponível em: <https://digilabour.com.br/2019/10/25/tecnopoliticaracionalidade-algoritmica-e-mundo-como-laboratorio-entrevista-com-fernandabruno/>. Acesso em: 18 mar. 2019.
- GARCÍA CANCLINI, Néstor. ¿En qué están pensando los algoritmos? *In*: GARCÍA CANCLINI, Néstor. **Ciudadanos reemplazados por algoritmos**. Guadalajara: Calas, 2019. p. 80 -102.
- FERNANDES, Elora Raad. Uso de tecnologias na educação básica em tempos de pandemia: reflexões sobre a proteção de dados de crianças. *In*: LIMA, Stephane. **Educação, Dados e Plataformas**: análise descritiva dos termos de uso dos serviços educacionais Google e Microsoft. São Paulo: Iniciativa Educação Aberta, 2020. p.14 15.
- CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo**: para uma teoria da cidadania. São Paulo: Loyola, 2005.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 60. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 55. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- KAPLÚN, Mario. **Una pedagogía de la comunicación**. Madrid: Ediciones de la Torre, 1998.
- MALDONADO, Alberto Efendy. A construção da cidadania científica como premissa de transformação sociocultural na contemporaneidade. *In*:

ANAIS DO 20º ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 2011, Porto Alegre.
Anais eletrônicos [...] Campinas, Galoá, 2011. Disponível em: <<https://proceedings.science/compos/compos-2011/papers/a-construcao-da-cidadania-cientifica-como-premissa-de-transformacao-sociocultural-na-contemporaneidade>> Acesso em: 18 ago. 2022.

MATA, María Cristina. Comunicación, Ciudadanía y poder: pistas para pensar su articulación. **Diálogos de la comunicación**, Lima, v. 16, n. 64, p. 64-75, 2002.

MATA, María Cristina. Comunicación y Ciudadanía: problemas teórico-políticos de su articulación. **Revista Fronteiras Estudos Midiáticos**, São Leopoldo, v. 8, n. 1, p. 5-15, 2006.

MATTELART, Armand; VITALIS, André. **De Orwell al cibercontrol**. Barcelona: Gedisa, 2015.

RODRÍGUEZ, Simón. **O inventamos o erramos**. Caracas: Monte Ávila Editores Latino-americana CA, 2004.

RODRÍGUEZ, Simón. **Simón Rodríguez, obras completas**. Caracas: Ediciones Rectorado, 2016.

SAGGIN, Livia. **Educomunicação comunitária**: horizontes para repensar a educomunicação, a comunicação comunitária e a cidadania comunicativa. 2020. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2020.

SAGGIN, Livia. **Alfabetização e Educomunicação**. III Telecongresso Internacional de Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2003. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/89.pdf>. Acesso em: 01 jul. 2020.

ZUAZO, Natalia. **Latin America in a Glimpse**: Algoritmos y desigualdades. Derechos Digitales America Latina. 2018. Disponível em: https://www.derechosdigitales.org/wpcontent/uploads/algoritmo_desigualdad_cast.pdf. Acesso em: 08 jun. 2020.

22

Alexandre Rossato Augusti

**CINEMA
NEONNOIR
ITALIANO:**

o hedonismo
e a *femme fatale*
contemporânea

DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.22

INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe apresentar algumas das investigações realizadas durante o pós-doutorado do autor¹⁴⁵. Tais investigações têm origem em sua tese, que traz pesquisas sobre o cinema *noir* e *neonoir* em seu contexto mais amplo, caracterizado sobretudo pelos filmes estadunidenses pertencentes ao gênero, e de sua experiência no doutorado sanduíche realizado na Itália, em 2012¹⁴⁶. No pós-doutorado, entretanto, orienta-se para o estudo específico sobre o cinema *noir* italiano.

A pesquisa do pós-doutorado propõe analisar filmes representativos do cinema *noir* e *neonoir* italianos, avaliando-se a presença do hedonismo¹⁴⁷ nesse gênero primordial e em sua sequência. Identifica-se o elemento *femme fatale* como o principal ponto de apoio para a análise de tais obras. Estabelecido esse recorte, busca-se especificamente: analisar como as abordagens concernentes ao hedonismo e à *femme fatale* se apresentam em cada época, no contexto de realização italiano; e verificar como se caracteriza o cinema italiano *noir* e *neonoir* em suas principais particularidades.

Tendo-se em vista que um primeiro artigo decorrente desta pesquisa já foi produzido¹⁴⁸, desenvolve-se este também a partir dos resultados do que o precedeu. Para a compreensão do leitor, resume-se que na primeira comunicação optou-se por apresentar parte da teoria

145 Realizado no PPGCOM da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de novembro de 2015 a outubro de 2016, sob a supervisão de Nísia Martins do Rosário e com bolsa Capes PNPd.

146 O estágio sanduíche de doutorado do autor foi realizado na *Università degli Studi di Salerno*, com bolsa Capes, sob orientação do Prof. Luigi Frezza, e contribuiu para a elaboração da tese de doutorado, intitulada *Cinema noir: as marcas da morte e do hedonismo na atualização do gênero* (AUGUSTI, 2013), com orientação de Cristiane Freitas Gutfriend.

147 A tese do autor traz em seu referencial teórico uma abordagem de como o hedonismo é compreendido filosoficamente, traçando um breve panorama que se inicia com as primeiras conceituações dele, até sua consideração mais contemporânea à nossa época. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2230/4/446023%20Substitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 20 jul. 2021

148 Intitula-se *Cinema noir italiano: o hedonismo e a femme fatale em Ossessione*. Disponível em: Ebook - Atena Editora. Acesso em: 20 jul. 2021.

e análise aplicadas na pesquisa de pós-doutorado de uma forma mais fluida, sistematizadas a partir da descrição e interpretação, concomitantemente, da obra *Obsessão* (*Ossessione* – Luchino Visconti, 1943), pertencente ao período do *noir* clássico italiano. Foram selecionadas algumas cenas, seqüências ou planos do filme que privilegiam os elementos a serem observados, e que também reportam a características basilares do gênero *noir*, a fim de que se perceba e justifique tal obra como pertencente ao gênero clássico. A análise teve maior foco na narrativa e nas personagens, não se propondo demasiadamente técnica.

Para esta comunicação, procede-se do mesmo modo em relação à operacionalização da análise, reportando-se à teoria e metodologia estudadas quando tal revisão estiver mais orientada para a análise que aqui se propõe e que, desta vez, refere-se à obra *Ligações perigosas* (*Romanzo Criminale*¹⁴⁹- 2005), de Michele Placido, pertencente ao *neonoir* italiano.

Para melhor sistematização do processo e dos resultados da pesquisa, apresenta-se na análise desta comunicação apenas um dos filmes considerados para o corpus central da pesquisa, e que diz respeito ao período do *neonoir* italiano, conduzindo à reflexão parcial sobre os objetivos da pesquisa macro, e que são desenvolvidos na íntegra quando somados todos os trabalhos decorrentes desta, já que apenas um artigo não é suficiente para dar conta satisfatoriamente da pesquisa realizada.

Os objetivos do trabalho são investigados através da orientação metodológica da análise fílmica. Para amparar essa metodologia, são utilizados principalmente os autores Jacques Aumont e Michel Marie (2009), e Francis Vanoye e Anne Goliot-Lété (2009). Salienta-se que os conteúdos

¹⁴⁹ *Romanzo Criminale* é também uma série televisiva, dirigida por Stefano Sollima. Originalmente, é uma obra literária, escrita por Giancarlo De Cataldo. A primeira edição publicada é de 2002. O livro é inspirado na verdadeira história do grupo mafioso italiano, conhecido como banda della Magliana, com atividades em Roma desde o final dos anos setenta, período que também ambienta o filme nas primeiras atividades do grupo.

extraídos do filme são escolhidos de acordo com a conveniência da análise, sustentada na tipologia apontada (o hedonismo, amparado pela figura da *femme fatale*), e que a separação dos elementos proposta ocorre para que se visualizem elementos que em conjunto em uma mesma obra não poderiam ser observados. A partir daí é que eles serão descritos e explicados de acordo com a teorização e metodologia indicadas.

O CINEMA *NEONNOIR* ITALIANO E A *FEMME FATALE*

Ao considerar especificamente o cinema *neonnoir* italiano para este artigo, reporta-se à especificidade deste no que se refere ao período considerado como inicial para tais produções. Ainda que não se trate de um consenso, defende-se que o cinema *neonnoir* italiano surge a partir dos anos 90 [conforme asseguram Frezza¹⁵⁰ (2012), e Caprara e Cozzolino (2016)¹⁵¹], enquanto geralmente já se pensam os filmes *neonnoir* estadunidenses a partir de 1958, considerando-se o período clássico do *noir*, sobretudo estadunidense¹⁵².

Ao se tomar a figura da *femme fatale* para amparar prioritariamente a abordagem hedonista dos filmes italianos, remete-se às alusões à beleza e ao sexo, como elementos que reportam ao hedonismo. O homem valoriza o hedonismo e a *femme fatale* utiliza essa tendência em prol de seus objetivos de ascensão social. Através de sua beleza e inteligência, essa mulher provoca o prazer masculino ou apenas incentiva a busca de sua realização. Nas narrativas *neonnoir*, tal prazer é representado mais acentuadamente pelos elementos sexuais que se visualizam ou percebem.

150 Luigi Frezza – em entrevista realizada pelo autor como instrumento de pesquisa em 2012.

151 Valerio Caprara e Giuseppe Cozzolino – em entrevista realizada pelo autor como instrumento de pesquisa em 2016.

152 De acordo com Heredero e Santamarina (1996), e Silver e Ursini (2004), limitado entre 1941 e 1958.

Faz-se remissão neste espaço a alguns elementos sistematizados como fundamentais para a classificação de um filme enquanto *noir*, a fim de que, minimamente, e conforme a pertinência da análise, alguns deles possam ser compreendidos dentro da obra analisada, colaborando para justificá-la enquanto filme pertencente ao gênero.

Há sete elementos necessários para compor um filme *noir*, de acordo com Borde e Chaumeton (1958), sendo um deles aquele que nos interessa prioritariamente: um crime; a perspectiva dos criminosos, às vezes superando a da polícia; uma visão invertida das tradicionais fontes de autoridade, acentuando a abordagem da corrupção policial; alianças e lealdades instáveis; a *femme fatale*; violência bruta; motivação e mudanças em complôs bizarros. Conforme Silver e Ursini (2004), é possível identificar alguns temas recorrentes nas produções *noir*: o crime perfeito; o pesadelo fatalista; o peso do passado; o amor em fuga; a violência masculina; as mulheres; o detetive particular; e a perversidade e a corrupção.

Ao avaliar as diferenças entre a *femme fatale* dos anos 50 e a das décadas posteriores, Cozzolino (2016) afirma que certamente a desenvoltura, a desinibição, um avanço na censura, permitem contar depois de um modo explícito o que nos anos 50 era apenas sugerido. Para Cozzolino, de um determinado prisma, poder-se-ia ainda sustentar que a sugestão tem um valor estético mais particular, mais curioso, com o que concorda Caprara. O uso da metáfora, por exemplo, leva a pressupor a mensagem que se quer transmitir e que, muitas vezes, traz implícito um teor moral/sexual que não poderia ser abordado diretamente, ou ainda que, se o fosse, poderia romper com o mistério, tão caro a essas narrativas. Ainda assim, a metáfora se reconfigura e é também trabalhada de outras formas nas narrativas cinematográficas *neonoir*.

Cozzolino defende que o *noir* italiano é mais brutal. Em relação ao cinema americano, traz um discurso ainda mais explícito no que se refere à violência e ao sexo, o que destaca justamente um diferencial

para os dois elementos base do gênero: a morte, violência e crime, por um lado; e o hedonismo, de outro.

O autor cita vários filmes que ainda hoje brotam na filmografia italiana inspirados na atmosfera *noir*, *pulp*, como *Eu não tenho medo* (*Io non ho paura* - Salvatores, 2003); *Come Dio comanda* (Salvatores, 2008); *Nero bifamiliare* (Zampaglione, 2007); *L'ultimo Capodano* (Rizzi, 1998). Diz que o último diretor realiza vários filmes considerados *noir*, mais de compromisso civil, como *Mary per sempre* (*Delinquência atrás das grades – Mary para sempre*, 1989), com Michele Placido no elenco; *Ragazzi fuori* (*Garotos de rua*, 1990); chegando a *L'ultimo capodano*, um conto de Niccolò Ammaniti, que define como um conto grotesco *pulp*, mas divertidíssimo. A seguir, citam-se ainda *Vallanzasca – gli angeli del male* (2010) e *Ligações perigosas* (*Romanzo criminale – 2005*), ambos de Michele Placido.

Em se tratando da relativa dificuldade de apontar determinados filmes como *noir*, Cozzolino menciona uma situação que diz respeito a muitos filmes, que têm uma veia *noir*, que às vezes é omitida por outros aspectos, como o político, o psicológico e o histórico, sendo este tanto um problema italiano quanto geral, no seu entendimento.

O crítico reflete sobre a distinção da Itália em relação às produções de outros países, pensando a identificação de um elemento que operasse tal diferença. Nesse sentido, diz que talvez seja simplesmente a contaminação com a política de um lado e de outro talvez uma linguagem mais explícita do âmbito gráfico da violência, do sexo, que em alguns pontos os italianos tentaram superar outras cinematografias. Frezza (2012) também se refere à ousadia do cinema italiano entre as décadas 50 e 70, defendendo ter sido fortemente portador de uma modernidade da linguagem, apresentando assim mais cenas de sexo.

Quanto à ousadia, Cozzolino destaca que o cinema italiano sempre foi um pouco ousado, agindo com astúcia, já que encorajar o elemento sexual ou o elemento violência significa atrair muito mais,

explica. Exemplifica ainda com o cinema cômico dos anos 50, que explorava as formas das atrizes. E, também, nos anos 70, igualmente, com os filmes *noir*, policiais etc., que possuíam elementos de violência ou de sexo, defendendo serem explícitos.

O HEDONISMO E A *FEMME FATALE* CONTEMPORÂNEA¹⁵³

Geralmente, a palavra grega *hedoné* é traduzida como “prazer”. Na época dos sofistas não era incomum considerar que o prazer vinha da harmonia ou boa disposição de diferentes elementos do corpo. Sentia-se prazer ao se estar pleno, talvez no sentido de corporalmente bem provido, reflete Mora (2001), para quem o sentimento contrário seria um vazio, que dava origem ao desejo, que ao se cumprir, por sua vez gerava o prazer. Chamou-se hedonismo a tendência que consiste em considerar que o prazer é um bem. Em muitos casos, inclusive, avalia-se que o prazer é o maior bem, ou ainda se identifica o prazer com bem. Esse “bem” correspondeu muitas vezes a um bem-estar, que no sentido literal tem significado muito próximo à harmonia ou boa disposição. Contudo, partindo das muitas maneiras de se entender o prazer, existiram também diversas formas de hedonismo, tomado como uma tendência da filosofia moral.¹⁵⁴

Considerou-se que defenderam uma moral hedonista os cirenaicos e os epicuristas antigos, os epicuristas modernos, os materialistas do século XVIII – em especial os franceses – e os utilitaristas ingleses. Muitos, entretanto, são considerados anti-hedonistas, como Platão e Kant. (MORA, 2001).

153 Este tópico traz excertos da tese do autor deste artigo, já citada. Para uma compreensão mais ampla e complexa dos temas discutidos, orienta-se pesquisá-los na própria tese.

154 De acordo com Mora (2001).

Onfray (1999, p. 177) afirma que, “Do epicureísmo, dever-se-á falar de toda a carga, semelhante à dos estoicos, contra os desejos e os prazeres e mostrar o quanto, com o platonismo, as escolas filosóficas da Antiguidade prepararam o terreno ideológico do cristianismo.”

Os epicureístas relacionam o prazer “[...] à satisfação negativa, à quietude que atua nos cadáveres. Os cirenaicos fazem dele um fim em si mesmo: o gozo vale por aquilo que ele é, pelo que é, não pelo que permite, além dele.” (ONFRAY, 1999, p. 239). Conforme o autor, o prazer epicurista é evitação da dor, ao passo que para os cirenaicos se objetiva o que de mais pleno a vida pode oferecer.

Considerando que se produz hoje – em tempos de busca exagerada de beleza, com acentuado culto à saúde e à forma – mais do que em qualquer outro período, uma violência simbólica dos indivíduos sobre seu próprio corpo, conforme defende Fischer (1998), apontam-se as imagens publicitárias, as fotos da moda e principalmente a imprensa feminina como exemplos da penetração da mídia até no mais íntimo, principalmente no que se refere à aparência do corpo.

A aparência corporal diz respeito a todas as características da superfície do corpo, até como modos de vestir e de se enfeitar, visíveis pelo indivíduo e pelos outros, e a postura determina como o corpo é mobilizado em relação às convenções que fazem parte da vida cotidiana (GIDDENS, 2002). O corpo passa a ser, assim, parte da reflexividade da modernidade, afirma Giddens (2002, p. 98): “Regimes corporais e a organização da sensualidade na alta modernidade se abrem à atenção reflexiva contínua, contra o pano de fundo da pluralidade de escolha.” Dessa forma, explica que o planejamento da vida e a adoção de opções de estilo de vida estão integrados aos regimes corporais.

Evocando a ideia de rejuvenescimento presente na sociedade, Fischer (1998) garante que, do ponto de vista da expectativa de vida, somos mais velhos, e, pela perspectiva cultural, somos ou devemos ser, sempre e eternamente, jovens. Explica que belo e digno de exemplo

seria aquele adulto que se conserva fisicamente jovem, mesmo que se continue afirmando que importa mesmo é a “beleza interior”. “A culpa ocidental cristã em relação aos valores externos, à materialidade da beleza dos corpos, exige que se afirme uma bondade interna, o que é permanentemente negado pelo elogio à juventude e pela rejeição do corpo que envelhece.” (FISCHER, 1998, p. 428).

Segundo Empoli (2007), estamos em uma sociedade da adolescência perpétua, em que a juventude não é mais um estágio transitório, mas uma aspiração permanente.

Com essa sucinta base teórica contextual, pretende-se dar alguma ideia sobre como as orientações hedonistas básicas podem direcionar as personagens do *noir*, sobretudo as que dizem aqui respeito ao nosso foco de interesse: aquelas construídas nos contornos do *neonoir* italiano. Para tanto, recuperam-se ainda algumas noções sobre a *femme fatale*, conforme propostas por Zizek (2009), que estabelece diferenças quanto aos períodos para a condução dessas personagens e dos seus destinos.

A nova *femme fatale* [do *neonoir* dos anos 80 e 90, conforme Zizek – mas que se entende aqui como abarcando um período mais amplo para o *neonoir*] triunfa diretamente na própria realidade social (ZIZEK, 2009), mas paga um preço pelo seu triunfo e sucesso material. O autor pergunta se, no *neonoir*, ela não sabotará o seu triunfo fantasmagórico, muito mais forte, não representando assim uma ameaça espectral, que seria indestrutível mesmo com a destruição física, tornando-se apenas fria, manipuladora e sem aura.

(...) a *femme fatale* clássica, longe de constituir simplesmente uma ameaça para a identidade patriarcal masculina, funciona como a transgressão inerente do universo simbólico patriarcal, como a fantasia masoquista-paranoica masculina da mulher manipuladora e sexualmente insaciável que nos domina e ao mesmo tempo tem prazer no seu próprio sofrimento, provocando-nos violentamente para que a possuamos e abusemos

dela. (A fantasia da mulher poderosa cuja atracção irresistível representa uma ameaça não só para o domínio masculino, mas também para a própria identidade do sujeito masculino, constitui a fantasia fundamental contra a qual a identidade simbólica masculina se define e na qual se apoia.). (ZIZEK, 2009, p. 240 – parênteses e destaques do autor).

A ameaça da *femme fatale* constitui, então, uma falsa ameaça, correspondendo a um apoio fantasmático do domínio patriarcal, ou seja, a figura do inimigo criada pelo próprio sistema patriarcal. Mas o *noir* clássico precisa punir essa mulher ameaçadora ao patriarcado. De outra forma, o *neonoir* nos traz a *femme fatale* que concorda plenamente com a manipulação proposta pelo homem, vencendo-o ao final e se afirmando mais eficaz na ameaça ao patriarcado. (ZIZEK, 2009).

ROMANZO CRIMINALE: OPERACIONALIZAÇÃO DA ANÁLISE

Para facilitar a compreensão sobre o procedimento analítico proposto para a presente comunicação, apresenta-se o seguinte quadro:

Quadro – Etapas da análise e principais elementos norteadores do método analítico

Etapas da análise:		
Descrição da cena, sequência ou plano		
Recurso: resumo do conteúdo da imagem, considerando a dimensão sonora, com eventual reprodução de diálogos		
Interpretação dos dados		
Atenção aos elementos:		
Dimensão visual	Dimensão sonora	
Imagens	Diálogos / Falas	Música
		Ruídos

Fonte: Elaboração do autor, 2021.

O filme começa com flashbacks em relação ao período em que se desenvolve a narrativa, que é contemporânea a nossa época. Os flashbacks mostram um grupo de meninos furtando um carro. Na fuga do local, um deles é ferido (Andrea – codinome Il Grana, interpretado por Brenno Placido) ao baterem o carro enquanto fogem da polícia. Grana morre. Líbano (interpretado por Emiliano Giuliani e por Pierfrancesco Favino, quando adulto), Il Freddo (interpretado por Marco Bauccio e por Kim Rossi Stuart, quando adulto) e Dandi (interpretado por Nicolò Malfatti e por Claudio Santamaria, quando adulto) sobrevivem e se tornam criminosos no tempo atual da narrativa, trabalhando em conjunto. O flashback faz perceber sua inclinação para o crime e antecipa também a constante fuga à polícia, que cada vez mais tem dificuldades para capturá-los, já que ascendem periodicamente enquanto grupo de crime organizado. Para tal, participam também de disputas internas entre mafiosos, o que rende muitos assassinatos à narrativa.

No primeiro sequestro que decidem fazer, matam o sequestrado e ainda conseguem obter o dinheiro do resgate, o que colabora para que o espectador perceba a falta de limites até para os crimes por parte do grupo, que tanto vezes ignora qualquer possibilidade de bom senso, bem como avalie a criatividade dispensada para driblar os infortúnios que atingem o grupo. Desfechos como o deste crime ocorrem também em outras cenas e servem ainda para proporcionar uma espécie de humor negro, tão comum à narrativa *noir*. Em contraponto ao humor, aparecem muitas cenas com constante violência física e com armas, de forma muito evidente e intensa também no que diz respeito a essas performances, que fazem brotar farto sangue vermelho e chocam quanto à frieza dos agressores. A característica do sangue vermelho é outro atributo do *neonoir* italiano (assim como o estadunidense), que pelo menos em relação ao *noir* da década de 40 e a muitos filmes *noir* da década de 50 traz um diferencial devido ao avanço da técnica.

Dandi é apaixonado por uma belíssima prostituta, chamada Cinzia, cujo codinome é Patrizia (interpretada por Anna Mouglalis).

Em uma determinada cena, ele a encontra enquanto um investigador (o comissário Scialoja, interpretado por Stefano Accorsi) a vigiava. O investigador é atraído por ela e os espia enquanto Dandi a beija, linda, sobre o capô do carro de modo muito provocante (figura 1).

Figura 1 – Scialoja espia Patrizia entregando-se a Dandi



Fonte: Placido (2005).

De forma atualizada, mas seguindo a orientação clássica, há muitas cenas em ambientes como bares ou ruas à noite, sendo as últimas valorizadas desde o cinema expressionista alemão, que inspirou e deu o tom para os filmes *noir* no que se refere a diversos elementos reorganizados pelo último. Tais escolhas tornam mais escuro este filme já colorido. A meia luz da iluminação escassa sempre favorece essa ideia.

Quando Patrizia volta à sua casa, o investigador, que estava à sua espera, domina-a violentamente. É visivelmente atraído por ela, que flerta com Scialoja. Após se trocar, ela volta do banheiro com um chameleão transparente e simula espancá-lo com um chicote, em uma provocação ao estilo sadomasoquista. Ela se joga na cama. Ele se senta na cama e observa seu corpo provocante enquanto a interroga. Logo ela o beija, de olhos abertos, enquanto ele mantém os seus fechados. Verifica-se assim

que ela está observando se conseguiu seduzi-lo, o que se dá efetivamente. Veem-se os seios dela, eles transam e o comissário dorme com ela, até que os colegas de Dandi a chamam e ela dispensa o detetive, que deixa um cheque como pagamento pela transa.

Os colegas de Dandi a levam a uma grande casa, oferecendo-a a Patrizia para que abra um bordel. Apesar de resistente, ao final ela aceita. No bordel, aparece nudez total, de algumas personagens, tanto masculina quanto feminina, o que era absolutamente vetado no período do *noir* clássico americano e no mesmo período do cinema *noir* clássico italiano.

Outra cena traz o detetive sendo ameaçado por Patrizia, em uma evidente subversão a autoridade: a prostituta é empoderada em relação ao policial. Ele é tão atraído por ela que, mesmo sendo ameaçado, tenta beijá-la, roçando-se em seu corpo. Ela cospe em seu rosto e ele lhe dá um tapa, parecendo retomar assim a autoridade. Ela, entretanto, começa a masturbá-lo sobre a roupa, recuperando assim o domínio (Figura 2). São os artifícios da *femme fatale*, astuta e poderosa, bem usados de acordo com o que já se permite mostrar no *neonoir*.

Figura 2 – A *femme fatale* provoca o investigador



Fonte: Placido (2005).

Freddo, por sua vez, gosta de uma moça boa, que traz prerrogativas de pureza. É a moça (Roberta, interpretada por Jasmine Trinca) quem flerta com ele e mora no mesmo prédio de seu irmão. Ela não sabe o que ele faz e ele mente ter um trabalho honesto.

Freddo está com Roberta quando policiais entram na casa armados e o prendem e acusam na frente dela, que chora muito. Patrizia vai à delegacia e o comissário diz que foi Dante quem pediu que ela servisse de álibi a Freddo. Pede-lhe que diga isso verbalmente para que ele coloque Dandi na cadeia, ao que ela responde que faz os homens sonharem e não morrerem entre quatro paredes. Tem-se aí mais uma declaração do poder desta mulher, que alça aos sonhos os homens com seu potencial de sedução.

Adiante, entretanto, enquanto Dandi ameaça um de seus comparsas, Patrizia liga para o comissário. É a traição da *femme fatale*, que compromete seu amante mafioso. Liberto, Freddo vai ao encontro de Roberta, que já descobriu quem ele é. Ela lhe pede que a deixe viver tranquila, ainda que Freddo se declare apaixonado. Enquanto Dandi é traído por sua amante prostituta, Freddo é abandonado por sua amada. Patrizia, a seguir, procura o comissário e ficam juntos. Ela também é notoriamente atraída e simpatiza por ele, que lhe pede para que o ajude a prender Dandi. Ela, então, informa-lhe sobre um rapaz, que, interrogado, dá informações sobre os demais da organização criminosa de Freddo e Dandi.

Adiante, Patrizia deduz que o comissário poderá ser morto pelo grupo e seduz Dandi, despindo-o (momento em que aparece parcialmente seu pênis) e dizendo que ele deve providenciar para que o policial não seja tocado se ele, Dandi, a quer para sempre (Figura 3).

Figura 3 – Dandi seduzido por Patrizia



Fonte: Placido (2005).

Antes havia já dito querer ser a patroa de sua casa. Ela dá as cartas, portanto. Convence-o, dizendo que o policial a havia tratado bem ao interrogá-la e o faz jurar pelo filho que dará a ele que não matará o comissário. Ele jura e eles transam, o que sugere um selo para o pacto firmado.

As *femme fatales* são peritas na arte do fingimento, de acordo com Heredero e Santamarina (1996), e frequentemente submetem suas vítimas a seu domínio apenas com promessas. Ao passo que o espectador mais facilmente percebe tal estratégia, os homens apaixonados primeiro cedem a elas para talvez mais tarde perceberem o jogo perdido.

Noutra cena, Patrizia, bêbada, sai da casa de Dandi durante uma festa, dirigindo, e pega um garoto de programa na rua, o que também nos reporta à mulher de sua época, que mais livremente pode pagar para obter prazer sexual. No entanto, sofre um acidente de carro e pede para localizarem o comissário. Ela está suja de sangue quando ele chega e ela o abraça. Logo, leva-a para casa onde ela mora com Dandi. O último agradece ao comissário, mas alerta-lhe que também este deveria

agradecer a ele, Dandi, antes ainda a ela, dizendo que Patrizia acreditou que foi bem tratada quando na delegacia e que por isso o comissário está vivo. Verifica-se que Dandi foi efetivamente enganado pela *femme fatale*, que o persuadiu adequadamente para poupar a vida do policial.

Ao final da narrativa, Dandi é assassinado. Rivais do grupo colocam uma bomba no carro de Roberta, que explode com ela. Freddo, oferecendo a ideia de uma espécie de reconciliação com Deus, vai à Igreja em que Roberta o levara no passado. Há um outro criminoso também no local. Freddo preparou-lhe uma armadilha, simulando um encontro dele com o pároco. O criminoso percebe e sai. Vê, então, Freddo, que o espera do lado de fora. Saca a sua arma, mas Freddo dispara antes. Logo, no entanto, Freddo é baleado na escadaria da Igreja por um bandido encapuçado e morre ali.

De acordo com a Silver e Ursini, temos aqui a noção tanto do peso do passado quanto do pesadelo fatalista. Sobre o peso do passado, salienta-se que é comum encontrar os protagonistas do cinema *noir* obstinados pelo passado (SILVER; URSINI, 2004). Após tal confronto, raramente são permitidas saídas inocentes, garantem os autores, sendo comuns os ajustes de contas com situações que precederam e muitas vezes determinaram a atual. Freddo, devido a sua vida de crimes (pecados), é atormentado pela constante ameaça a sua felicidade e a sua vida, não tendo sucesso em nenhuma tentativa de se libertar das consequências de seus crimes, configurando assim também o pesadelo fatalista: estar na iminência de que algo dê errado, até que a vida lhe é tirada, efetivamente. Quanto ao pesadelo fatalista, destaca-se que “O mundo do *noir* é essencialmente um mundo de pesadelo. Está repleto de estranhos sincronismos, acontecimentos inexplicáveis e encontros do acaso, que criam uma corrente de acontecimentos que por fim arrastam o infeliz protagonista para o seu fim pressagiado.” (SILVER; URSINI, 2004, p. 39). Resta a sugestão de que a alma lhe seja poupada, nessa última aproximação com Deus, que

vem sugerida pelo retorno à igreja. Ao pensarem a temática do *passado sombrio*, que é comum às narrativas *noir*, Silver e Ursini afirmam que os protagonistas raramente são criaturas da luz e que situações da atualidade estão estreitamente ligadas a ocorrências do passado, como incidentes traumáticos ou crimes cometidos, impossibilitando a fuga do próprio passado e limitando a esperança de alcançar a redenção apenas às situações em que há confronto com tal passado. Na presente narrativa, a ideia de redenção poderia estar associada exclusivamente à salvação da alma, já que o fim pressagiado de Freddo corresponde ao desfecho da narrativa, que também vem ao encontro de outra característica dos filmes *noir*: o final infeliz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tem-se no filme *Ligações criminosas* diversos elementos *noir* atualizados para compor o que em geral se encontra em uma narrativa *neonoir*, que explora a beleza e o sexo de forma mais evidente, intensa e explícita. É incontestável que o elemento morte, associado à violência e ao crime (que juntamente ao hedonismo – ligado à beleza e ao sexo, sobretudo sustentados pela *femme fatale* – formam os eixos que sustentam as narrativas *noir*), também ganha dimensão superior àquela encontrada nos filmes *noir* clássicos italianos. Verifica-se bastante isso na forma como é explorada a violência que envolve os crimes cometidos na narrativa e que confere, em geral aos cadáveres, farto sangue vermelho. Entretanto, o recorte pressuposto nessa comunicação direciona para a observação mais atenta do hedonismo, com foco ainda nesta narrativa *neonoir*.

Nesse contexto, a personagem Cinzia ganha destaque, ao assumir já de início sua performance como prostituta, encarnando a *femme fatale* Patrizia. Uma mulher ousada e corajosa, que geralmente não

precisa se mostrar como frágil para conquistar a proteção dos homens que deseja explorar. Quando lhe convém, entretanto, apela para a fragilidade feminina, como fez com Dandi, quando pediu que poupasse a vida do comissário que a teria tratado bem na delegacia. A atualização temporal da narrativa acompanha a atualização que se percebe na sociedade em relação aos moldes que normatizam as condutas nas décadas de 40 e 50. Se naquela época a *femme fatale* ousava, agora ela ousa ainda mais, dadas as permissões atuais, que afrouxam em muito o que se quer e é possível mostrar em termos de sexo.

A narrativa *noir* italiana, atualizada, já que o filme é de 2005 e o período retratado vem a partir dos anos 70, aborda problemáticas frequentes, com especificidades da sociedade italiana do período, principalmente no que concerne à ação da máfia. As drogas ilícitas, o cigarro e a bebida, bem como a prostituição trazendo a ideia de perversão sexual, são trazidos de forma crua, reportando à degradação consequente de comportamentos impulsivos e/ou compulsivos relacionados a tais hábitos. Nesse sentido, violência e sexo são explorados esteticamente de um modo peculiar no *neonoir*. Os corpos *seminus* ou nus, muitas vezes encenando atos sexuais, reportam a um hedonismo muito mais carnal, fetichista e até destrutivo/fatal, como se verifica no destino de algumas personagens.

Ao passo que Dandi morre, Patrizia não. Conforme Zizek, enquanto a *femme fatale noir* é destruída na realidade para sobreviver enquanto espectro, a do *neonoir* destrói esse suporte fantasmático e sobrevive na realidade. Em toda a trama se percebe a dedicação do mafioso por se fazer presente na vida da única mulher que lhe interessa. Ela, entretanto, parece nutrir mais simpatia e carinho (quem sabe, amor – contribuindo com o potencial de ambiguidade que também caracteriza as personagens *noir*) justamente pelo homem que talvez oferecesse maior ameaça às ambições de Dandi: o comissário.

REFERÊNCIAS

AUGUSTI, Alexandre Rossato. Cinema *noir* italiano: o hedonismo e a *femme fatale* em *Ossessione*. In: NETO, Thais Helena Ferreira (Org.) **Comunicação e jornalismo**: conceitos e tendências 2. Ponta Grossa: Editora Atena, 2018. p. 243-258. E-book. Disponível em: Ebook - Atena Editora. Acesso em: 30 jul. 2021.

AUGUSTI, Alexandre Rossato. **Cinema noir**: as marcas da morte e do hedonismo na atualização do gênero. 2013. Tese (Doutorado em Comunicação Social) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013. Disponível em: <http://repositorio.pucrs.br/dspace/bitstream/10923/2230/4/446023%20Substitui%C3%A7%C3%A3o.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2021.

AUMONT, Jacques; MARIE, Michel. **A análise do filme**. Lisboa: Texto e Grafia, 2009.

BORDE, Raymond; CHAUMETON, Etienne. **Panorama del cine negro**. Buenos Aires: Ediciones Losange, 1958.

CATALDO, Giancarlo De. **Romanzo criminale**. Turim: Einaud, 2002.

COME Dio comanda. Direção: Gabriele Salvatores. Intérpretes: Filippo Timi, Elio Germano, Alvaro Caleca. Itália: Colorado Film Production, Rai Cinema, 2008, 103 min, son., color.

EMPOLI, Giuliano da. **Hedonismo e medo**: o futuro brasileiro do mundo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Mídia e produção de sentidos. In: SILVA, Luiz Heron da (Org.). **A escola cidadã no contexto da globalização**. Petrópolis: Vozes, 1998.

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e identidade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

HEREDERO, Carlos. F.; SANTAMARINA, Antonio. **El cine negro**: maduración y crisis de la escritura clásica. Barcelona: Paidós, 1996.

IO non ho paura. Direção: Gabriele Salvatores. Intérpretes: Aitana Sánchez-Gijón; Dino Abbrescia; Giorgio Careccia. Itália, Espanha, Reino Unido: Colorado Film Production, Cattleya, Alquimia Cinema, The Producers Films, 2003, 108 min, son., color. Versão do título em português: Eu não tenho medo.

L'ULTIMO capodano. Direção: Marco Risi. Intérpretes: Max Mazzotta; Monica Bellucci; Beppe Fiorello. Itália: Sorpasso Film, Istituto Luce, 1998, 109 min, son., color.

MARY per sempre. Direção: Marco Risi. Intérpretes: Michele Placido, Claudio Amendola, Francesco Benigno. Itália: Int Set, Numero Uno International, 1989, 102 min, son., color. Versão do título em português: Delinquência atrás das grades – Mary para sempre.

MORA, José Ferrater. **Dicionário de filosofia**. São Paulo: Loyola, 2001.

NERO bifamiliare. Direção: Federico Zampaglione. Intérpretes: Claudia Gerini; Luca Lionello, Emilio De Marchi. Itália: Lupin Film, Moviemax, 2007, 90 min, son., color.

ONFRAY, Michel. **A arte de ter prazer**: por um materialismo hedonista. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

OSSESSIONE. Direção: Luchino Visconti. Intérpretes: Clara Calamai; Massimo Girotti; Juan de Landa. Itália: Industrie Cinematographiche Italiane, 1943, 140 min, son., preto e branco. Versão do título em português: Obsessão.

RAGAZZI fuori. Direção: Marco Risi. Intérpretes: Francesco Benigno; Alessandra Di Sanzo; Roberto Mariano. Itália: Numero Uno International, 1990, 110 min, son., color. Versão do título em português: Garotos de rua.

ROMANZO Criminale. Direção: Michele Placido. Intérpretes: Kim Rossi Stuart; Anna Mouglalis; Pierfrancesco Favino. Itália, França e Reino Unido: Cattleya Babe Film, Warner Bros., Aquarius Films, 2005, 152 min [174 – versão estendida], son., color. Versão do título em português: Ligações criminosas.

SILVER, Alain; URSINI, James. **Film noir**. Colônia: Taschen, 2004.

VALLANZASCA: gli angeli del mare. Direção: Michele Placido. Intérpretes: Kim Rossi Stuart; Filippo Timi; Valeria Solarino. Itália, França e Romênia: Cosmo Production, Fox International Production Italy, Babe Film, 2010, 125 min, son., color.

VANOYE, Francis.; GOLIOT-LÉTÉ, Anne. **Ensaio sobre a análise fílmica**. 6. ed. Campinas: Papyrus, 2009.

ZIZEK, Slavoj. **Lacrimae rerum**: ensaios sobre cinema moderno. São Paulo: Boitempo editorial, 2009.

23

Vivian Corneti

**PERSPECTIVAS
MATERIALISTAS
PARA O ESTUDO
DA CIDADANIA
DIGITAL DE PESSOAS
COM DEFICIÊNCIA**

[DOI 10.31560/pimentacultural/2022.95972.23](https://doi.org/10.31560/pimentacultural/2022.95972.23)

O artigo parte da análise comparativa entre duas situações relacionadas à prática da cidadania pelas plataformas digitais. Os exemplos serão o guia para evidenciar particularidades da prática comunicacional das pessoas com deficiência física e a complexidade da ação desempenhada pelos objetos e elementos técnicos que se fazem atuantes em suas práticas cidadãs, demonstrando diferentes correntes teóricas que permitem aprofundamentos sobre a temática. O levantamento perpassa por discussões que demonstram possibilidades de compreensões e tensionamentos acerca do fenômeno cidadão decorrentes de interpretações sobre as materialidades, o novo materialismo e a potência das transformações decorrentes dos usos improvisados das novas tecnologias de informação e comunicação.

CASO I: YOANI SÁNCHEZ

No ano de 2007, aos 32 anos, a cubana Yoani Sánchez lançou o *blog* “*Generación Y*”, onde compartilhava com o mundo a sua indignação e revolta com o regime comunista adotado em seu país. Pela crítica aos irmãos Castro, a blogueira tornou-se mundialmente conhecida e, já no ano seguinte, foi escolhida pela revista “*Time*” como uma das cem personalidades mais influentes do mundo, ao lado de pessoas como Dalai Lama e George W. Bush.

Deus sabe, mas se a engenhosa e corajosa Yoani Sánchez, 32 anos, tivesse surgido antes da *Internet*, é bem provável que nunca tivéssemos ouvido falar dela. Tampouco teríamos a oportunidade de ler seus charmosos mas belicosos retratos de Cuba sobre a vida, que ela envia através do ciberespaço desde abril de 2007 como blogger da Geração Y (desdecuba.com/generation) (*TIME MAGAZINE*, jul. 2020)¹⁵⁵

155 Disponível em: <https://goo.gl/ZgfYma>. Acesso em: 16 maio 2020.

CASO II: ELIANA ZAGUI

Por conta das precárias condições financeiras e do desejo de ter sua moradia própria, em setembro de 2016, aos 42 anos, Eliana Zagui deu início a uma campanha, cujo objetivo era arrecadar fundos para que pudesse se mudar¹⁵⁶. A primeira postagem com o *link* da campanha¹⁵⁷ foi feita em sua página pessoal no *Facebook* e foi compartilhada por 311 pessoas.

Me ajude a divulgar e compartilhar: O objetivo dessa campanha é a busca da realização de meu sonho de um dia poder sair daqui definitivamente, sendo eternamente grata à “casa” que me acolheu todos esses anos. Não querendo ficar mais 40 anos aqui, espero a sua colaboração. (Página pessoal do *Facebook* de Eliana Zagui. Consulta em 15 mar. 2020)

PROXIMIDADES E ASSIMETRIAS

A apropriação da mídia enquanto estratégia de organização da sociedade civil pode ser notada em momentos como a veiculação de discursos e campanhas políticas, convenções e reivindicações de movimentos sociais e sindicais, propaganda ideológica, bélica e armamentícia, estímulo ao consumo, dentre outros. No âmbito individual, os usuários apropriam-se dos meios de comunicação digitais em busca de sua constituição cidadã, pelo exercício de atividades democráticas e representativas, bem como pela batalha por direitos e questões de interesse.

156 Eliana residiu por mais de 40 anos na cidade de São Paulo em um imóvel pertencente ao Governo do Estado.

157 Disponível em: <http://www.sobrati.com.br/eliana-zagui-sobrati.htm>. Acesso em: 16 jun. 2020.

A cidadania digital não é simplesmente um conjunto de direitos e responsabilidades ou comportamentos apropriados, mas surge como uma interface fluida que conecta os mecanismos de controle às pessoas e às práticas, mesmo dentro dos contextos culturais mais íntimos¹⁵⁸. (VIVIENNE MCCOSKER; JOHNS, 2016, p. 10).

Os exemplos de Yoani Sánchez e Eliana Zagui demonstram, igualmente, oportunidades em que duas mulheres exerceram sua cidadania pela *internet*, mas diferem em termos de organização e suscitam questionamentos quando nos debruçamos a investigar sobre as peculiaridades dessa ação comunicacional. Para tornar públicas suas postagens, as ações de Yoani Sánchez provavelmente se desencadeiam da seguinte forma: a cubana senta-se defronte a um computador conectado a uma rede de *internet* (via cabo, rádio, satélite, 3G/4G ou *wi-fi*) cujo sistema de geração de energia esteja adequadamente funcionando (bateria carregada ou ligado na tomada), abre algum *software* de edição de texto e, com o movimento de mãos e dedos, passa a apertar as teclas que correspondam à sua opinião particular. Ou seja, ela traduz em caracteres todo seu descontentamento e o compartilha com o mundo (talvez também utilize um *smartphone* para tanto). Após digitar o texto, informa seus dados pessoais de *login* e realiza a postagem das suas convicções no endereço: http://www.14ymedio.com/blogs/generacion_y/.

Os motivos que levaram Yoani a realizar tais publicações são diversos¹⁵⁹ e fazemos a descrição da ação que dá origem às postagens dessa forma por conhecermos sua imagem através de aparições em vídeos veiculados em *sites* de notícia ou na mídia televisiva. Sabemos que Yoani tem a plenitude de sua capacidade física.

158 Do original: "Digital citizenship is not simply a set of rights and responsibilities or appropriate behaviours, but emerges as a fluid interface that connects control mechanisms with people and practices within even the most intimate of cultural contexts."

159 Como queixas de prisões ilegais aos manifestantes que são opositores ao regime comunista e denúncias de privação da liberdade de expressão, através da limitação do acesso à internet.

Figura 1 – Yoani Sanchez de cabelos presos, sentada, utilizando um *notebook*

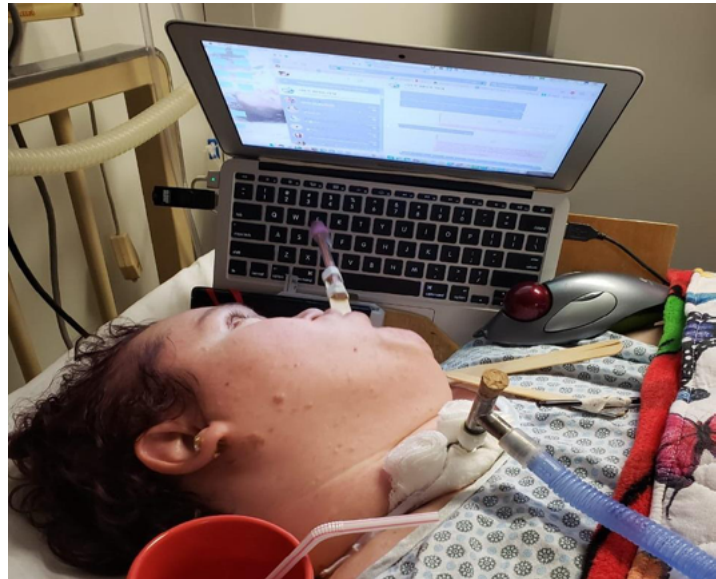


Fonte: <https://repeatingislands.com/2012/09/29/yoani-sanchez-protests-groundingthreats/> Acesso 20 abr. 2020

O caso II, de Eliana Zagui desenvolveu-se de maneira peculiar: deitada em uma maca, ela utiliza uma espátula de madeira (tipo palito de sorvete) acoplada a uma caneta, presa com esparadrapos e que tem na ponta um material do tipo borracha para controlar o cursor do *mouse* na tela do computador. Com a espátula na boca, isto é, utilizando uma gambiarra¹⁶⁰ um produto construído artesanalmente, ela movimentava seus dentes e seu maxilar, fazendo com que a caneta presa na ponta alcance e movimente seu *mouse*, e com que também possa digitar em teclados convencionais para computadores ou *notebooks*. O *smartphone* também é utilizado através desse pincel improvisado, mas, então, a borracha da ponta é retirada. Eliana Zagui é tetraplégica; suas limitações físicas impõem a necessidade da construção de artefatos artesanais e improvisados para que possa desenvolver suas relações pela *internet*.

¹⁶⁰ Para aprofundamentos, ver LIMA (2019).

Figura 2 – Eliana Zagui, tetraplégica, utilizando o computador



Fonte: Arquivo pessoal da autora (2019).

O caso I é ilustrativo, enquanto o caso II é uma situação preliminar para o estudo do fenômeno abordado como objeto central em nossa análise: a construção material da cidadania. Mais do que entender sobre os usos e apropriações das ferramentas digitais ou abordar a ampla temática da cidadania, interessa-nos estudar a especificidade de casos que possam ser representativos para ilustrar particularidades do processo comunicacional desenvolvido por deficientes físicos e apresentar correntes teóricas que permitam uma melhor compreensão sobre a ação dos instrumentos e objetos materiais nessa atividade.

O DESENVOLVIMENTO DA CIDADANIA DIGITAL POR PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Pessoas com ou sem deficiência podem exercer a sua cidadania pela internet, mas os equipamentos e procedimentos que lhes dão condição de estar on-line, são drasticamente diferentes, especialmente no grau de complexidade das associações e nas descobertas inusitadas de diferentes usos para os equipamentos. Pessoas com deficiência, aquelas que mais têm dificuldades quando da movimentação de seus corpos, são as que mais precisam executar uma diversidade de atividades inovadoras quando do uso das tecnologias de informação.

Um *notebook*, uma espátula de madeira, uma caneta, esparadrapos e uma borracha foram os objetos utilizados para que Eliana Zagui pudesse iniciar a sua campanha de arrecadação de fundos. Antes disso, também precisou da ajuda de outras pessoas para que tais objetos se adequassem às suas necessidades. Precisou ainda de conexão à *internet* e cadastro em uma das redes sociais mais utilizadas no país, o *Facebook*.

Se a análise dos casos introdutórios fosse feita por um “sociólogo do social” (LATOIR, 2012), ela se iniciaria, afirmando que frustrações pessoais, políticas e financeiras levaram Yoani e Eliana a criarem suas páginas na *internet*, já que a insatisfação e a revolta são características próprias da organização coletiva em sociedade. Tais respostas, contudo, apresentam informações superficiais e são insuficientes para dar conta das questões que levantaremos nesta pesquisa. Pensamentos generalizantes ocultam os pormenores das relações sociais e quando se pretende compreender com eficácia as singularidades das ações dos sujeitos é imprescindível evitá-los. É preciso então ter uma perspectiva realista acerca da questão e pensar em propostas de cidadania digital que contemplem a adequação e o acesso facilitado às arquiteturas digitais que permitem seu desenvolvimento.

'Cidadania' é um termo de associação entre estranhos. O acesso a ela envolve forças discursivas: identidades contestadas e significados simbólicos, diferentes relações de poder e estratégias de inclusão, exclusão e ação, e margem de manobra ou produtividade desiguais nas apropriações de cidadania para qualquer grupo ou indivíduo.¹⁶¹ (HARTLEY, 2010, p. 233).

A inclusão pode ser criticada por outros vieses, como o aspecto financeiro, já que, ao menos no Brasil, as tecnologias ainda têm um alto custo de aquisição. Como recorda Lévy (1999, p. 237), cada novo sistema de comunicação carrega consigo um novo modelo de exclusão, como os iletrados, que deixaram de ser beneficiados pelas transformações trazidas com a escrita. Percebemos que a cidadania é construída por meio de plataformas digitais, mas que tais plataformas não contemplam as necessidades de todos os usuários, fazendo com que alguns precisem desenvolver usos peculiares de equipamentos e objetos distintos. Pessoas, organizações, objetos, acessórios e outros elementos materiais precisam atuar em conjunto a fim de desenvolver adequações que tornem viável inclusão ao ambiente digital de pessoas com deficiência física.

Estudos sobre a materialidade da comunicação conduzem o entendimento para uma perspectiva mais detalhista e realista acerca das funcionalidades e das transformações que decorrem a partir de características técnicas dos equipamentos e dispositivos.

A análise da cidadania digital exercida por uma usuária com deficiência nos faz compreender que a atividade dos objetos, ou mesmo do próprio corpo, quando estes apresentam deficiências, limitações, falhas ou carências no uso, complexifica o trajeto a ser desenvolvido no processo. Naturalmente então somos condicionados a transportar

161 Do original: *"'Citizenship' is a term of association among strangers. Access to it involves discursive struggle: contested identities and symbolic meanings, differing power relations and strategies of inclusion, exclusion and action, and unequal room for manoeuvre or productivity in the appropriations of citizenship for any given group or individual."*

questionamentos e orientar nossa pesquisa para correntes de pensamento que reflitam o mesmo interesse.

TEORIA DA MATERIALIDADE DA COMUNICAÇÃO

A dificuldade que determinadas pessoas enfrentam para estabelecer uma comunicação relaciona-se com a materialidade dos objetos por ela utilizados. O reconhecimento dessa característica foi apresentado no início da década de 1990, em Stanford/CA, pelo grupo de pesquisadores que desenvolveu a teoria denominada “Materialidade da Comunicação”, liderada por Hans Ulrich Gumbrecht e K. Ludwig Pfeiffer. Tal aspecto também se tornou explícito pela análise da comunicação digital de uma pessoa com deficiência física, visto que sua forma de comunicar permeia, inevitavelmente, a prevalência de apoios materiais.

Na tentativa de romper com o dualismo da análise entre expressão e interpretação, proposto pelo paradigma hermenêutico, Gumbrecht (1998, p. 143) sugere uma nova perspectiva de estudo, fundada pela crise das premissas de temporalidade, totalidade e referencialidade, que seriam conceitos-chave do campo hermenêutico, não suficientes para responder aos questionamentos do mundo contemporâneo. Pensar sobre o campo não-hermenêutico significa um pensamento que foge de proposições metafísicas sobre o sentido e a essência humana, mas um posicionamento que considera a ação do homem como algo condicionado a instâncias materiais anteriores e posteriores.

A proposta da materialidade da comunicação apresenta certa similaridade com McLuhan, especialmente em “Os meios de comunicação como extensões do homem”, pelo reconhecimento da interação entre o homem e as tecnologias. A diferença entre ambos é que “em McLuhan, a brilhante intuição sobre os meios de comunicação como

“extensões do homem”, próteses destinadas a expandir as capacidades de seus vários membros, não chega a ser elevada ao *status* de um paradigma de pesquisa normalizado” (FELINTO, 2001, p. 6).

A análise de uma ação instrumental requer dedicação à materialidade dos artefatos utilizados e à ação desempenhada pelos objetos. Da mesma forma, a análise da ação social/cidadã também requer esforços de análise sobre os materiais, para que se chegue ao entendimento pleno das relações estabelecidas com os meios. Para a compreensão desse processo tecno-social, faz-se necessário o diálogo com autores e teorias que reconheçam a centralidade dos objetos na constituição social.

Faz-se pertinente uma aproximação centrada nesses objetos, que permita buscar compreender o que é possível às pessoas com deficiência realizar com os *notebooks*, os *mouses* e/ou com os outros tipos de suportes, por exemplo, para além da hermenêutica, isto é, sem buscar interpretar somente as atividades comunicacionais que podem ser realizadas a partir de seu uso.

O campo hermenêutico produz o pressuposto de que os significantes da superfície material do mundo nunca são suficientes para expressar toda a verdade presente na sua profundidade espiritual, e, portanto, estabelece uma constante demanda de interpretação como um ato que compensa as deficiências da expressão. (GUMBRECHT, 1998, p.12-13).

O legado produzido pelos pensadores que integravam a primeira organização sistemática sobre os estudos da materialidade da comunicação delineou uma corrente de pensamento cuja preocupação teórica não negligenciasse as condições que se fazem necessárias para a emergência dos meios. Nomes como Friedrich Kittler, Jeffrey Schnapp, Niklas Luhman e David Wellbery compunham a equipe de pensadores europeus e norte-americanos que contribuiu com essa corrente. Desse nomes, destacamos a contribuição do primeiro como imprescindível para o fortalecimento e desenvolvimento da perspectiva. A mais

conhecida análise de Friedrich Kittler versa sobre a relação entre o desenvolvimento do pensamento do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, a partir de sua atividade fundamental com sua máquina de escrever.

Um dispositivo inócuo, “uma coisa ‘intermediária’, entre uma ferramenta e uma máquina” quase cotidiana e, portanto, despercebida”, fez história. A máquina de escrever não pode evocar nada imaginário, como o cinema; não pode simular o real, como pode soar gravação; inverte apenas o gênero da escrita., no entanto, inverte a base material da literatura.¹⁶² (KITTLER, 1986, p.182).

As pesquisas realizadas por Kittler apuram que a máquina de escrever teve papel essencial no desenvolvimento das perspectivas filosóficas de Nietzsche, visto que relatos bibliográficos anteriores evidenciavam a insatisfação do pensador alemão com sua caligrafia, decorrente de suas deficiências visuais. Sua análise remonta para diferentes formas de construir e desenvolver um pensamento, tendo como base a introdução de uma nova tecnologia aos hábitos cotidianos, o que possibilita novos arranjos para a materialização de concepções, até então, apenas mentais. Cardoso Filho (2012) faz uma síntese desse estudo e consegue visualizar três principais estratégias utilizadas por Kittler para desenvolver sua argumentação:

Em primeiro lugar, uma operação de descrição dos aparatos que possibilitam o armazenamento, transmissão e reprodução de certos objetos/conteúdos. O foco, como se pode ver, é a prática e não os conteúdos, uma vez que estes são possíveis graças às estruturas materiais, que são anteriores ao sentido. A máquina de escrever, que possibilita deslocar a escritura da caligrafia do escritor, por exemplo. Em segundo lugar, uma operação de identificação dos “ruidos” trazidos pela medialidade daquela prática, efeitos trazidos pelas características físicas dos meios, que podem impor à prática certo padrão, um elemento

162 TEXTO ORIGINAL: “An innocuous device, “an ‘intermediate’ thing, between a tool and a machine,” “almost quotidian and hence unnoticed,”² has made history. The typewriter cannot conjure up anything imaginary, as can cinema; it cannot simulate the real, as can sound recording; it only inverts the gender of writing. In so doing, however, it inverts the material basis of literature.”

da experiência, como os borrões de tintas oriundas das fitas dessas máquinas de escrever. Por fim, é necessário observar e descrever o corpo como o âmbito de convergência das práticas culturais, também como um medium, conformado e reformado pelo sistema de notação no qual está inserido. O próprio corpo que datilografa se adapta a esta nova configuração técnica. (CARDOSO FILHO, 2012, p. 183).

Percebe-se, assim, a imprescindibilidade do acompanhamento contíguo dos fenômenos a que se pretende observar. No caso específico de nossa análise, em que o fenômeno em questão é a cidadania digital de pessoas com deficiência, fica evidente defender e aplicar o desenvolvimento de estratégias analíticas que privilegiem a descrição aprofundada dos fatos. Uma descrição atenta e cuidadosa ao modo como a ação comunicacional se desenvolve neste cenário, a fim de perceber a forma como a técnica pode construir, alterar ou modificar um uso peculiar dessa relação social.

Na obra “Produção de Presença – o que o sentido não consegue transmitir”, Gumbrecht apresenta uma crítica em relação à interpretação hermenêutica, sugerindo que haja um estágio anterior que não pode ser alcançado por ela, aquele que serve como pontapé inicial para sua processualidade, qualquer que seja a materialidade. As considerações de Gumbrecht na obra podem, de maneira muito objetiva, ser apropriadas pelo campo da comunicação digital.

TEORIA ATOR-REDE – TAR

Pensadores como Bruno Latour, Michel Callon e John Law são os principais precursores da TAR e têm desenvolvido a perspectiva desde a década de 1980, em pesquisas inicialmente realizadas dentro da área dos Estudos de Ciência e Tecnologia (*Science and Technology Studies*

– STS), expandindo-se ao longo dos anos para uma multiplicidade de áreas¹⁶³. Segundo Lemos (2013), a TAR deve ser considerada enquanto

[...] uma “sociologia das associações e da tradução”, uma “sociologia da mobilidade” que nos coloca em questão a noção de social e de sociedade, de ator e de rede. O hífen da expressão é uma forma de sair da improdutiva discussão sobre de que lugar falar sobre os fenômenos sociais: da agência micro, individual, ou da estrutura, macro, do contexto, do fundo. É também uma questão do tempo, já que “ator-hífen-rede”, aponta para uma circulação, para o que “faz fazer” e não para a imobilidade de um dos polos da ação. Ator não é sinônimo de indivíduo, assim como rede não é sinônimo de sociedade. (LEMOS, 2013, p. 31).

Law (1992) reforça seu caráter provocativo, suscitando questões acerca dos elementos que costumemente eram ignorados em uma análise sociológica. A singularidade dessa interpretação consiste no fato de se tratar de uma abordagem que considera crucial a observação e o estudo da heterogeneidade dos elementos que compõem uma ação social, e não falando apenas das idiossincrasias identitárias dos sujeitos ou das instituições, mas de toda a gama de elementos que se agrupam e operacionalizam as relações do homem no cotidiano.

Conforme explica Law, o objetivo da TAR é “a preocupação com a forma como atores e organizações mobilizam, justapõem e mantêm juntos os pedaços dos quais eles são compostos” (LAW, 1992, p. 6¹⁶⁴). A ação cidadã das pessoas com deficiência requer a instrumentalização de objetos de apoio e associações com demais sujeitos que possam auxiliar na concretização de seus ideais e, portanto, a TAR (LATOURET, 1994, 2008, 2012; LAW, 1992; VENTURINI, 2010; LEMOS, 2013) se faz pertinente por buscar análises que possam dar conta de compreender a complexidade das relações.

163 Um estudo aprofundado sobre as bases fundadoras da teoria pode ser encontrado na pesquisa desenvolvida por Holanda (2014), onde são explicitados os pormenores do desenvolvimento desta perspectiva de análise.

164 TEXTO ORIGINAL: “*is the core of the actor-network approach: a concern with how actors and organizations mobilize, juxtapose and hold together the bits and pieces out of which they are composed*”

Atores humanos e não-humanos (terminologias propostas pelos teóricos ator-rede) associaram-se a fim de desenvolver adequações que tornem viável sua inclusão ao ambiente digital. No caso I a ação dos humanos aparentemente enquadra-se numa rotina convencional. Yoani utiliza sem a ajuda de terceiros os equipamentos, da forma como eles foram adquiridos, sem precisar realizar malabarismos para a publicação de suas atividades on-line. No caso II, como Eliana não movimenta seu corpo, foi preciso acionar uma rede de contatos para o desenvolvimento da ação comunicacional. Neste caso, os humanos em questão provavelmente sejam seus familiares, amigos ou enfermeiros e demais integrantes das equipes de acompanhamento que atuam profissionalmente no hospital onde Eliana reside.

Quanto aos objetos, também denominados de atores não-humanos, que emergiram da análise no caso II, afirmamos que são múltiplos, diversos e inabituais. São objetos que, à primeira vista, não teriam relação com as tecnologias de comunicação digitais, fato que conduz os estudos para seu desempenho e desenvolvimento. Em virtude da imprescindibilidade de sua ação e do desconhecimento acerca das gambiarras e usos improvisados dos objetos, tal percepção nos suscita a importância de direcionarmos a investigação para questões relacionadas à materialidade e à atividade desses dispositivos.

NOVO MATERIALISMO

A partir das insatisfações com apropriações sobre as representações e significações simbólicas, a vertente filosófica denominada “*new materialism*” (novo materialismo, em português) é encabeçada por pensadores que defendem uma guinada dos estudos sociológicos por perspectivas mais materialistas, realistas ou não-humanas e tem como bases influências derivadas de múltiplos campos, englobando propostas que sugerem que:

- o mundo material e seus conteúdos não são entidades fixas e estáveis, mas relacionais, desiguais e em constante fluxo (BARAD, 1996; COOLE E FROST, 2010: 29; LEMKE, 2015);
- “Natureza” e “cultura” não devem ser tratadas como domínios distintos, mas como partes de um *continuum* de materialidade. Tanto o físico quanto o social têm efeitos materiais em um mundo em constante mudança (BRAIDOTTI, 2013: 3; HARAWAY, 1997: 209);
- e uma capacidade de “agência” – as ações que produzem o mundo social – estende-se além dos atores humanos para os não-humanos e inanimados (BRAIDOTTI, 2013; DELANDA, 2006; LATOUR, 2005). (FOX; ALLDRED, 2017, p. 12)¹⁶⁵

O “novo materialismo” tem se desenvolvido no sentido de acenar e redirecionar o foco dos estudos para interpretações que considerem os aspectos materiais das relações, sejam elas relações sociais ou naturais. Com forte amparo das perspectivas simétricas propostas pela Teoria Ator-Rede, Fox e Alldred (2017, p. 17) apontam quais seriam as principais razões em termos de oportunidades para a sociologia oferecidas pelo novo materialismo, que englobam desde a ênfase à ontologia em detrimento da epistemologia, vista como uma oportunidade para compreender os tipos de coisas que existem e não somente como essas coisas podem ser compreendidas por um observador; a rejeição aos dualismos entre natural/cultural ou micro/macro e também pelo aparecimento de uma força política intelectual, originada por estudiosos efetivamente engajados em suas áreas de análise.

165 TEXTO ORIGINAL: “the material world and its contents are not fixed, stable entities, but relational, uneven, and in constant flux” (BARAD, 1996; COOLE AND FROST, 2010: 29; LEMKE, 2015); “nature’ and ‘culture’ should not to be treated as distinct realms, but as parts of a continuum of materiality. The physical and the social both have material effects in an ever-changing world” (BRAIDOTTI, 2013: 3; HARAWAY, 1997: 209); “and a capacity for ‘agency’ – the actions that produce the social world – extends beyond human actors to the non-human and inanimate” (BRAIDOTTI, 2013; DELANDA, 2006; LATOUR, 2005).

Em termos do engajamento dos pesquisadores, destacamos o trabalho de Karen Barad acerca do materialismo feminista, interpretado pela ótica da teoria quântica.

Afastando-me da armadilha representacionista da ótica geométrica, mudo o foco para a ótica física, para questões de difração, em vez de reflexão. A leitura difractiva das ideias das abordagens feminista e da teoria *queer* e dos estudos da ciência implica o pensamento “social” e “científico” em conjunto de uma forma esclarecedora¹⁶⁶. (BARAD, 2003, p. 803).

A difração é o fenômeno físico que estuda o movimento das ondas, sejam elas mecânicas, como as ondas do mar, ondas sonoras ou as eletromagnéticas, como a luz ou o raio-x. Compreende-se, assim, por difração, o desvio e a capacidade das ondas em superar obstáculos. Esse é o paralelo adotado por Barad (2003) enquanto metáfora para compreender fenômenos no campo das humanidades, em especial, o feminismo, que é pensado e discutido filosoficamente enquanto o entrelaçamento de sujeitos e objetos. Sua análise deixa de tratar apenas da interação de uns com os outros, mas das possibilidades de reconfiguração dos elementos materiais e discursivos, que formam e transformam a sociedade.

Em relação à cidadania de pessoas com deficiência física, faz-nos refletir a respeito das diversas alternativas que poderiam ser desencadeadas caso a utilização dos elementos materiais pudesse ser realizada com mais facilidade. Imaginamos que a quantidade (bem como a qualidade) das interações seja mais eficaz quando realizada através de equipamentos que permitem mais flexibilidade àqueles que são os responsáveis pela articulação dos projetos cidadãos. A comprovação de tal raciocínio pode ser vislumbrada ao constatarmos que não apenas a campanha apresentada em 2016 permanece ativa quatro anos após,

166 Do original: “Moving away from the representationalist trap of geometrical optics, I shift the focus to physical optics, to questions of diffraction rather than reflection. Diffractively reading the insights of feminist and queer theory and science studies approaches through one another entails thinking the “social” and the “scientific” together in an illuminating way.”

como outras iniciativas com a mesma finalidade (mudar-se para uma casa nova) continuam a ser impulsionadas por Eliana¹⁶⁷.

ONTOLOGIA ORIENTADA AOS OBJETOS – OOO

Ao ser questionado sobre a existência de uma virada “materialista”, “realista” ou “não-humana”, Parikka (2018, p. 365) chama a atenção para os primórdios das perspectivas que deram origem ao “novo materialismo”, investigações que teriam se iniciado na Alemanha, ainda na década de 1980. O teórico finlandês, cujo estudo compreende a estética e a arqueologia das mídias, também destaca a Ontologia Orientada ao Objeto – OOO enquanto uma das correntes que fortaleceram o estudo sobre as materialidades.

De fato, pode-se encontrar esta ideia na ontologia orientada aos objetos (OOO), com destaque para a filosofia de Quentin Meillassoux, o projeto mais amplo do realismo especulativo, as novas filosofias materialistas que se articulam como ideias diversas como a de Rosi Braidotti, de Manuel Delanda e muitos outros. (PARIKKA, 2018, p. 365).

A OOO considera tudo o que existe enquanto um objeto, desde um ser vivo até uma folha de papel, e considera também que os objetos existem independentes de nossas vontades. A compreensão sobre os objetos que proporcionam possibilidades de ação aos seres humanos precisa ser feita de forma vigorosa.

Ao invés de substituir os objetos por uma descrição sobre o que eles fazem (como a TAR) ou do que eles são feitos (como o materialismo tradicional), a OOO usa o termo “objetos” para referir

167 Uma nova campanha lançada pelo site vakinha.com tinha como objetivo a arrecadação de R\$ 36.000,00 tendo atingido apenas cerca de 15% do valor estimado até 06 jul.2020 <https://www.vakinha.com.br/vaquinha/eliana-zagui-sonho-de-deixar-o-hospital>

toda entidade que não pode ser parafraseada em termos de seus componentes ou seus efeitos. (HARMAN, 2016, p. 11¹⁶⁸).

Como esclarece Lemos (2013, p. 246-247), mesmo que parcialmente os objetos teriam sua essência revelada somente a partir do entendimento de tensões fundamentais: o objeto sensual, o objeto real, a qualidade sensual e a qualidade real; e as tensões entre os tipos de objetos e suas qualidades geram as principais questões da filosofia de Harman: o tempo, o espaço, a essência e o eidos. Harman entende que o “objeto real” é inescrutável, ou seja, jamais pode ser compreendido em sua totalidade e, desta forma, teríamos apenas o entendimento parcial sobre o “objeto sensual”, que é aquele que compreendemos por uma percepção de nossa consciência. A “qualidade sensual” é aquela que pode ser percebida a partir dos sentidos, enquanto a “qualidade real” apenas pode ser evidenciada quando se aciona o intelecto.

Os objetos reais utilizados por Eliana Zagui para se conectar à *internet* são um palito de madeira, um pedaço de esparadrapo e uma caneta. A simples observação e descrição dos mesmos é insuficiente para nos apresentar todas suas funcionalidades, bem como para que possamos compreender algumas possibilidades de uso e, por tal motivo, jamais é possível conhecer todas as particularidades desse “objeto real”. Entretanto, ao observá-los, estamos diante de concepções deles enquanto objetos sensuais, visto que temos condições de compreendê-los a partir das percepções, vivência e repertório que constituem nossa experiência. Diante de uma controvérsia, ao depararmos com um tetraplégico que deseja utilizar a *internet*, olharíamos para um computador, bem como para demais equipamentos que estejam ao nosso redor e procuraríamos formas de torná-los úteis à situação, acionando um entendimento sobre eles enquanto objetos “sensuais”. A solução para possibilitar a navegação viria então a partir das descobertas das “qualidades sensuais” dos objetos, que emergem quando

168 Do original: “Instead of replacing objects with a description of what they do (as in ANT) or what they are made of (as in traditional materialism), OOO uses the term “object” to refer to any entity that cannot be paraphrased in terms of either its components or its effects.”

eles são experimentados. As qualidades reais desses objetos poderiam ser atingidas apenas pela nossa consciência.

É inegável em nossa pesquisa a importância de reconhecermos o elemento técnico, o objeto ou a “coisa” como sendo o articulador de oportunidades para o desenvolvimento não apenas da cidadania, da sociabilidade ou de vínculos afetivos, mas como da própria subjetividade de pessoas com deficiência. Ao invés de ignorar as proposições de Latour, Harman reconhece a relevância de sua obra, chegando, inclusive, a destacar a similaridade existente entre as duas teorias (TAR e OOO), visto que as ambas incorporaram os objetos à teoria social (HARMAN, 2016). Para Harman (2016; 2017) a TAR é o método filosófico mais importante desde o nascimento da fenomenologia, mas, ainda assim, sua análise por vezes é incisiva em apontar aquilo que o autor denomina de “debilidades” da TAR, resumidas em cinco pontos¹⁶⁹: a) as relações são tratadas como se fossem recíprocas; b) as relações são tratadas de maneira simétrica; c) distintas relações são tratadas como igualmente importantes e d) a TAR, de certa forma, continua favorecendo o oposicionismo já corriqueiro ao modernismo.

CONSIDERAÇÕES

As pessoas com deficiência desenvolvem seu papel cidadão pela *internet* a partir de usos diferenciados dos equipamentos de comunicação. A deficiência impõe-lhes o desenvolvimento de novas habilidades

169 Sobre suas críticas, temos alguns entendimentos. Considerar a ação enquanto prioridade num estudo sociológico não significa uma visão reducionista, mas sim uma observação dinâmica, que somente se depreende a partir da vivacidade das relações. A reciprocidade não é uma premissa da TAR, os atores podem ser considerados por diferentes níveis da intensidade e fecundidade de suas ações, aspecto que se consolida quando buscamos compreendê-los enquanto intermediários ou mediadores. As relações não são tratadas, de antemão, de maneira simétrica; o princípio da simetria é mais uma característica que se pretende desenvolver em termos metodológicos da análise, buscando um equilíbrio em termos da compreensão do fenômeno pelo pesquisador, do que um aspecto interpretativo sobre as relações.

para a utilização dos dispositivos convencionais, bem como, em muitos casos, a necessidade de adaptações improvisadas que acarretam novos usos dos objetos. Conhecer as peculiaridades e transformações das materialidades desses objetos é imprescindível para que possamos alcançar o entendimento pleno acerca de sua cidadania.

A materialidade dos objetos viabilizou a materialidade de uma relação que poderia ser considerada subjetiva, demonstrando assim, que a presença do elemento material na construção das relações sociais permite aos indivíduos o desenvolvimento de suas atividades cidadãs.

A Teoria Ator-Rede propõe que eliminemos a purificação nos estudos dos fenômenos sociais. Ela considera que as relações somente surgem a partir das associações e que estas incluem os atores humanos e não-humanos. A Teoria das Materialidades, por sua vez, compreende que cada objeto traz consigo características específicas que modificam as formas de manifestar opiniões e sentimentos e é responsável por transformar nossas capacidades intelectuais a partir dessas especificidades de cada instrumento. A OOO uma perspectiva mais radical, no sentido de considerar todos os envolvidos na ação enquanto objetos, com uma existência que independe de anseios e predeterminações. Já aquilo que vem sendo chamado de o “novo materialismo” assume e acentua o direcionamento das perspectivas no âmbito das ciências sociais para uma ênfase ao estudo das materialidades e dos não-humanos, ignorando divisões entre as questões materiais e simbólicas. Tudo isso nos leva a compreender o fenômeno da cidadania enquanto um processo híbrido, que decorre das articulações, entrelaçamentos e associações de diversos atores. A cidadania envolve aspectos que coordenam as relações entre os sujeitos humanos, mas é constituída por associações desses junto aos fenômenos naturais, políticos, econômicos, tecnológicos e culturais.

Em relação à cidadania de pessoas com deficiências severas, entendemos que ela tenha um enfoque mais acentuado às suas associa-

ções com os objetos em virtude dos meios digitais serem sua principal plataforma de ação social. Como apontado nos casos que introduziram o capítulo, as adaptações realizadas pela usuária tetraplégica para construir seus suportes (*mouses*) têm aspectos precários e conduzem os objetos a novos usos, diferentes dos quais eles habitualmente se destinam. Os objetos destacam-se nesse cenário não apenas pela complexidade das articulações desenvolvidas para sua utilização, mas também por serem os agentes diretos no processo que resulta em sua inserção digital e social. Nesse sentido, em estudos futuros, é válida uma análise mais aprofundada que demonstre as particularidades de sua constituição, que envolvem um alto grau de inventividade, bem como a descoberta, o aperfeiçoamento e a reinvenção de suas capacidades técnicas.

REFERÊNCIAS

BARAD, K. Posthumanist Performativity: Toward an Understanding of How Matter Comes to Matter. **Journal of Women in Culture and Society**: The University of Chicago, v. 28, n. 3, p. 801-831, 2003.

CALLON, Michel. The sociology of an actor-network: the case of the electric vehicle. *In*: CALLON, Michel., LAW, John; RIP, Arie. (eds.) **Mapping the dynamics of science and technology**: sociology of science in the real world. London: The Macmillan Press, 1986b, p.19-34.

CARDOSO FILHO, Jorge Luiz Cunha. Inflexões metodológicas para a teoria do uso social dos meios e processos de mediação. *In*: MATTOS, Maria Ângela; JANOTTI JR., Jeder; JACKS, Nilda (Orgs.). **Mediação & mediação**. Salvador: EDUFBA; Brasília: Compós, 2012. p. 171-191.

LIMA, Vivian Maria Corneti. **A cidadania digital de pessoas com deficiência física**. 2019. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura Contemporâneas) – programa de Pós-Graduação em Comunicação e cultura contemporâneas. Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

FELINTO, E. Materialidades da comunicação: por um novo lugar da matéria na teoria da comunicação. **Revista Eletrônica Ciberlegenda**, n. 5, s. p., 2001. Disponível em: <http://www.ciberlegenda.uff.br/index.php/revista/article/download/308/190>.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Modernização dos sentidos**. São Paulo: Editora 34, 1998.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Produção de presença**: o que o sentido não consegue transmitir. Rio de Janeiro: Contraponto e PUC-Rio, 2010.

GUMBRECHT, Hans Ulrich; PFEIFFER, Ludwig. (Orgs). **Materialities of communication**. Stanford: Stanford University Press, 1994.

HARAWAY, Donna. Manifesto ciborgue: Ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: **Antropologia do ciborgue**: as vertigens do pós-humano. Tradução/organização de Tomaz Tadeu. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.

HARMAN, Graham. **Immaterialism**: objects and social theory. Malden, MA: Polity, 2016.

HARMAN, G. Decadencia en el sentido biográfico: Tomando distancia de la Teoría del Actor-Red, Graham Harman. **Cuadernos de Teoría Social**, [S. l.], v. 2, n. 4, p. 52–70, 2016. Disponível em: <https://cuadernosdeteoriasocial.udp.cl/index.php/tsocial/article/view/27>. Acesso em: 17 ago. 2021.

KITTLER, F. A. **Gramophone, film, typewriter**. Stanford: Stanford University Press, 1986.

LATOURE, Bruno. **Jamais Fomos Modernos**. São Paulo: Editora. 34, 1994.

LATOURE, Bruno. **Reagregando o social, uma introdução à teoria do ator-rede**. Salvador - Bauru: EDUFBA-EDUSC, 2012.

LATOURE, Bruno. **An inquiry into modes of existence**: an anthropology of the moderns. London: Harvard University Press, 2013.

LAW, J. **Notes on the theory of the actor network**: ordering, strategy and heterogeneity. Lancaster: Centre for Science Studies, Lancaster University, 1992. Disponível em: <http://www.comp.lancs.ac.uk/sociology/papers/Law-Notes-on-ANT.pdf>. Acesso em: 17 ago. 2021.

LEMOS, A. **A comunicação das coisas**: teoria ator-rede e cibercultura. São Paulo, Annablume, 2013.

LÉVY, P. **Cibercultura**. São Paulo: Editora 34, 1999.

LIMA, V. M. C de. **Deficientes on-line, ciborgues midiaticizados**. 2014. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) – Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2014.

PARIKKA, Jussi; DIETER, Michael. Novo materialismo e não humanização. **Revista Eco-Pós**, [S. l.], v. 21, n. 2, p. 364–380, 2018. DOI: 10.29146/eco-pos.v21i2.20500. Disponível em: https://revistaecopos.eco.ufrj.br/eco_pos/article/view/20500. Acesso em: 17 ago. 2021.

VENTURINI, Tommaso. Diving in magma: how to explore controversies with actor-network theory. **Public Understanding of Science**, Thousand Oaks, v. 19, n. 3, p. 258-273, abr. 2010.

MCCOSKER Anthony; VIVIENNE Sonja; JOHNS, Amelia. **Negotiating digital citizenship**. Control, contest and culture. London: Rowman & Littlefield International, 2016.

SOBRE AS ORGANIZADORAS

Jiani Adriana Bonin

Professora e pesquisadora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Fez pós-doutorado no Programa de Estudios en Comunicación y Ciudadanía, do Centro de Estudios Avanzados da Universidad Nacional de Córdoba e doutorado em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. Foi professora visitante da Universidade Autônoma de Barcelona (UAB-Espanha) em 2005 e 2007. É vice coordenadora do GT Estudios de recepción da ALAIC. Coordena o grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (PROCESSOCOM). Integra a rede temática de cooperação Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT).

E-mail: jianiab@gmail.com

Lívia Saggin

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Professora do curso de Relações Públicas da Unipampa. Trabalhou como professora substituta na Unipampa entre 2016 e 2018 no curso de Jornalismo. É integrante do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (PROCESSOCOM) e da rede temática de cooperação internacional: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração (Rede AMLAT). Tem experiência de trabalho, pesquisa e docência em diferentes áreas da comunicação, com ênfase em comunicação comunitária, educomunicação, cidadania, comunicação alternativa e popular.

E-mail: liviasaggin@gmail.com

SOBRE AS AUTORAS E OS AUTORES

Alberto Efendy Maldonado Gómez de la Torre

Professor e pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo-USP e Pós Doutor em Comunicação pela Universidade Autônoma de Barcelona. Professor titular da Cátedra Armand Mattelart, do CIESPAL. Prêmio honorário de mérito em pesquisa da Cátedra UNESCO-UMESP-SP em 2006 pelo conjunto de trabalhos sobre América Latina e de maturidade acadêmica pela Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação (INTERCOM, 2022). É fundador do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, mediatização, mediações e recepção (PROCESSOCOM). Coordenador da rede temática de cooperação Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT).

E-mail: efendymaldonado@gmail.com

Alexandre Rossato Augusti

Pós-doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (bolsa PNPd/CAPES, 2016). Doutor em Comunicação Social pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (2013), com estágio sanduíche na Università degli Studi di Salerno (Itália). Mestre em Comunicação e Informação na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2005). Especialista em Cinema pela Universidade Franciscana (Santa Maria, 2019). Graduado em Comunicação Social, habilitação em Jornalismo, na Universidade Federal de Santa Maria (2002). É professor do curso de Jornalismo da Universidade Federal do Pampa, unidade de São Borja, desde 2006.

E-mail: alexandreaugusti@unipampa.edu.br

Ana Paula Cardoso Dorneles

Assessora de comunicação da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre – UFCSPA, atua também como social media. Vice coordenadora do Grupo Temático “Comunicação Publicitária” da Associação Latino-americana de Pesquisadores da Comunicação - ALAIC. Doutora e Mestra pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação na Universidade do

Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com doutorado sanduíche (CAPES) no PPG de Ciências Políticas e Sociais da Universidad Nacional Autónoma de México - UNAM. Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda, pela Universidade Federal do Pampa - Unipampa. Integrante do Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM (CNPq/CAPES/Unisinos) e da Rede AMLAT.

E-mail: ana.cdorneles@gmail.com

Bruna Bonadeo

Pós-Graduada em Liderança e Sustentabilidade pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS), Unidade de Frederico Westphalen. Graduada em Relações Públicas e Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Integrante do Grupo de Pesquisa Laboratório de Investigação e Imagem (UFSM/CNPq).

E-mail: bbbonadeo@gmail.com

Bruna Lapa

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Possui graduação em Jornalismo pela Universidade Federal de Ouro Preto, mestrado em Comunicação Social: Interações Midiáticas pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC-Minas). É integrante do grupo de pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, midiatização, mediações e recepção (PROCESSOCOM).

E-mail: lapaguia.bruna@gmail.com

Camila Scarrone

Mestra em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Graduada em Comunicação Social – Publicidade e Propaganda pela Universidade Federal do Pampa (Unipampa). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos comunicacionais: Epistemologia, midiatização, mediações e recepção (PROCESSOCOM).

E-mail: camilascarronecso@gmail.com

Elson Faxina

Professor e pesquisador em Comunicação da Universidade Federal do Paraná (UFPR) desde 2009, é pós-doutor em Produção Audiovisual e Divulgação Científica pela UCM – Universidade Complutense de Madri/Espanha (2022). Doutor em Ciências da Comunicação pela Unisinos (2012). Mestre em Ciências da Comunicação, na área de Cinema, Rádio e Televisão, pela ECA/USP (2001). Graduado em Comunicação Social – Habilitação Polivalente, pela PUCPR (1981).

É coordenador do grupo de pesquisa Narrativas Audiovisuais e Cidadania da UFPR. É membro da Comissão de Ética da ABI – Associação Brasileira de Imprensa (2022-2024). Tem experiência profissional em rádio, televisão e gestão em comunicação institucional em instituições de Estado e movimentos sociais.
E-mail: elfaxina@gmail.com

Fabício Silveira

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Pós-Doutor pela School of Arts and Media (Salford University, UK). Atualmente, realiza estágio pós-doutoral (bolsa PNPd Capes) junto ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFRGS. Foi professor do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos. É formado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo pela UFSM, mestre em Comunicação e Informação (UFRGS).
E-mail: fabriciosilveira@terra.com.br

Felipe Gue Martini

Doutor e Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Fez doutorado sanduíche na Universidad Autònoma de Barcelona – UAB (bolsista CAPES/DGPU). Obteve menção Honrosa pela Tese de doutorado da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação – COM-PÓS. Especialista em Projetos Sociais e Culturais (UFRGS, 2006) e Jornalista. Coordenador do bacharelado em Jornalismo e do Tecnólogo em Produção Audiovisual, do Centro Universitário da Serra Gaúcha FSG (Caxias do Sul, RS). Produz devaneios e abstrações em gestalt.blogspot.com.
E-mail: guemartini@gmail.com

Felipe Collar Berni

Doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos, com bolsa de estudo financiada pela CAPES. Mestre em Jornalismo pela Universidade Estadual de Ponta Grossa e bacharel em Comunicação e Mídias pela Universidade Estadual de Maringá. Integra o Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM (Unisinos/CNPq), a Rede Temática de Cooperação Científica: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT) e o Grupo de Estudos e Pesquisas em Mídias Digitais (GEMIDI/UEPG/CNPq). Pesquisa cidadania comunicativa e pessoas com deficiência.
E-mail: felipecollar@gmail.com

Graziela Bianchi

Professora adjunta no curso de Pós-Graduação em Jornalismo (Mestrado) e Graduação em Jornalismo da Universidade Estadual de Ponta Grossa (UEPG). Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos – Unisinos. Realizou doutorado sanduíche, com bolsa Capes, na Universidad Autónoma de Barcelona. Participa do Grupo de Pesquisa Processocom (Unisinos/CNPq) desde a sua fundação, em 2002. Também é membro integrante do Grupo de Pesquisa Rádio e Mídias Sonoras (Intercom) desde 2003. Lidera, desde 2016, o Grupo de Estudos e Pesquisas em Mídias Digitais – GEMIDI (UEPG/CNPq). Foi coordenadora do curso de Jornalismo da UEPG nos anos de 2020 e 2021.

E-mail: grazielabianchi@yahoo.com.br

Helânia Thomazine Porto

Doutora em Ciências da Comunicação pela Universidade do Rio dos Sinos (Unisinos). Professora e pesquisadora da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), lotada no Departamento de Educação, Campus X. Participa da coordenação-colegiada do Projeto de Extensão “Mulheres Insubmissas: feminismos e ações afirmativas no/do DEDC-X/UNEB. Docente no Programa de Pós-graduação Educação do Campo (UNEB/SEC-BA). Membro do Grupo de Estudos Interdisciplinares em Cultura, Educação e Linguagens (GEICEL/CNPq/CAPES/UNEB), do Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (PROCESSOCOM).

E-mail: hthomazine@hotmail.com

João Batista Nascimento dos Santos

Doutor e mestre em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Graduado em Publicidade e Propaganda pela Unisinos. MBA em Gestão de Marketing em Serviços e Varejo pelo UNILASALLE. É membro do Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM: Processos comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção e integra a Rede Temática: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (REDE AMLAT). Integra o Núcleo de Pesquisa Corporalidades. Também participa do projeto de pesquisa. Quebra-se o espelho: uma cartografia da configuração semiótica do corpo abjeto. Pesquisa os temas publicidade, corpo e subjetivação.

E-mail: joabnasc.santos@gmail.com

Joel Felipe Guindani

Docente Associado na Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Docente permanente no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa – UNIPAMPA. Doutor em Comunicação e Informação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bacharel em Rádio e TV pela UNOESC. Coordenador do Laboratório de Investigação em Imagem (UFSM/CNPQ). Pesquisador convidado da Linha 2 do Grupo de Pesquisa Ciência, Saúde, Gênero e Sentimento – Cisges/Unisa/CNPq.

E-mail: joel.guindani@ufsm.br

Laura Wottrich

Professora do departamento de comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRGS). Coordena o Laboratório de Experiências Metodológicas na Comunicação (Leme/UFRGS) e integra os grupos de pesquisa Comunicação e Práticas Socioculturais (UFRGS) e Processos Comunicacionais: epistemologia, mediatização, mediações e recepção (PROCESSOCOM/Unisinos). É autorado livro *Publicidade em Xeque: práticas de contestação dos anúncios* (Sulina, 2019). Pesquisa a publicidade na interface com os estudos culturais e a área de metodologias da pesquisa na Comunicação.

E-mail: lwottrich@gmail.com

Lisiane Machado Aguiar

Professora e pesquisadora no Programa de Pós-graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Coordena o Projeto de Cooperação Científica Internacional na Amazônia: Fronteiras, Territorialidades e Diversidades Socioambientais do Programa de Desenvolvimento da Pós-Graduação do Amazônia-Legal. Participa do Projeto Comunicadores indígenas e territorialidade amazônica: o protagonismo na criação de conteúdos para as mídias digitais em Roraima. Membro do Grupo de pesquisa Processos comunicacionais: epistemologia, mediatização, mediações e recepção (PROCESSOCOM) da Unisinos, do grupo Observatório Cultural da Amazônia e do Caribe (AMAZOOM) da UFRR e da Rede Temática de Cooperação, Comunicação, Cidadania, Educação e Integração da América Latina (Rede AMLAT).

E-mail: lisiaguiar@gmail.com

Luan Correia Cunha Santos

Doutorando do Programa de Pós-graduação em Ciências Comunicação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Mestre em Comunicação pelo Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Roraima (UFRR). Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Roraima. Integrante do Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais: Epistemologia, Miatização, Mediações e Recepção (PROCESSOCOM) e da Rede Temática de Cooperação Científica: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT). Desenvolve pesquisas sobre podcast, linguagens sonoras, decolonialidades e trânsito entre os gêneros.

E-mail: luanjack@gmail.com

Mariluce L. Pedroso Veiga

Mestranda em Ciências da Comunicação no Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (PPGCOM-Unisinos), na linha de pesquisa Cultura, Cidadania e Tecnologias da Comunicação. Graduada no Curso de Comunicação Social – Publicidade e Propaganda na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Integrante do Grupo de Pesquisa Processos Comunicacionais: epistemologia, miatização, mediações e recepção (PROCESSOCOM) e da Rede Temática de Cooperação Científica: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT).

E-mail: maripveiga@gmail.com

Paulo Júnior Melo da Luz

Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos), com bolsa do CAPES. Bacharel em Comunicação Social – habilitação em Jornalismo pela Unisinos, Mestre em Ciências da Comunicação (Unisinos). Integrou a pesquisa Publicidade, propaganda, alteridade e cidadania: estratégias transmetodológicas de análise da diversidade nos contextos de mudança econômica e social do Brasil e da Espanha

E-mail: juniormelodaluz@hotmail.com

Pedro Russi

Atualmente é docente e pesquisador na Universidad de la República (UDELAR-Uruguai) CENUR-Litoral Norte no Departamento de Ciências Sociais. É Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Tem Pós-doutorado em Filosofia. É Professor [licenciado] da Universidade de Brasília (UnB)-FAC. Coordena do Grupo METICs (Modos Epistemológicos, Teorías Interdependientes y Complejidad Social) UDELAR.

É integrante da Rede AMLAT e diretor do CISECO (Centro Internacional de Semiótica e Comunicação). Áreas de atuação como docente, pesquisador e publicações: epistemologias y metodologias, semiótica-discurso, processos comunicacionais, intervenções urbanas-cidades, América Latina.

E-mail: pedrorussi@gmail.com

Rafael Foletto

Professor do Departamento de Ciências da Comunicação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM), Campus Frederico Westphalen. Docente do Programa de Pós-graduação em Comunicação e Indústria Criativa da Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA). Doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Graduado em Comunicação Social - Relações Públicas pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) e em Ciências Sociais também pela UFSM. Membro dos Grupos de Pesquisa Texto (Unipampa), e PROCESSOCOM (Unisinos). Integra a Rede Temática de cooperação Comunicação, cidadania, educação e integração da América Latina (Rede AMLAT).

E-mail: rafael.foletto@ufsm.br

Renata Cardoso de Almeida

Mestra em Ciências da Comunicação pelo Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) (bolsa CNPq). Bacharel em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo pela Unisinos, graduada com bolsa parcial do Programa Universidade para Todos (ProUni). Jornalista com experiência em meios de comunicação, assessoria de imprensa, assessoria de comunicação interna. Membro do Grupo de Pesquisa PROCESSOCOM – Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção.

E-mail: renatacardoso.alm@gmail.com

Sônia Maria Queiroz de Oliveira

Docente na Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Campus Governador Valadares. Doutora pelo programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação (Unisinos). Pós em Gestão do Território e Patrimônio Cultural (Univale) e em Direito Público (Fadivale), com ênfase em Direito Constitucional. Mestre em Direito pela Universidad Autónoma de Asunción, com ênfase em Processo Constitucional. Mestre em Gestão Integrada do Território, com ênfase em Direitos Humanos (Univale).

E-mail: sonia.queiroz@ufjf.br oqms@hotmail.com

Taís Flores da Motta

Doutora e mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). Graduada em Relações Públicas (Unisinos, 2003), possui Especialização em Cooperativismo (Unisinos, 2009). Atua como coordenadora dos Cursos de Relações Públicas (Presencial e Ead) e do Tecnológico em Eventos Multiplataforma da Unisinos. É professora nos cursos de graduação em Relações Públicas e Publicidade e Propaganda na Universidade do Vale do Rio dos Sinos. É orientadora no programa de relacionamento da Unisinos - Conecta. Integra, desde 2010, o Grupo de Pesquisa Processos comunicacionais: Epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (PROCESSOCOM). Principais áreas de interesse: comunicação institucional, cooperativismo, metodologia de pesquisa.

E-mail: taisfm.tfdm@gmail.com

Vanessa Drehmer

Mestra em Comunicação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). É Formada em Comunicação Social, Habilitação em Publicidade e Propaganda pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e cursa Licenciatura em Artes Visuais também pela UFRGS. Pesquisa temas relacionados à cultura, em especial masculinidades e feminismos.

E-mail: vdrehmer@gmail.com

Vivian Corneti

Professora Adjunta na Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB. Doutora em Comunicação e Cultura Contemporâneas pela Universidade Federal da Bahia UFBA e Mestre em Comunicação Social pela Unisinos. Cursou MBA em Gestão de Pessoas e graduação em Publicidade e Propaganda pela Universidade de Taubaté.

E-mail: vivicorneti@gmail.com

Vitória Brito Santos

É Doutora e Mestra em Diversidade Cultural e Inclusão Social pela Universidade FEEVALE (Linha de pesquisa Linguagens e Tecnologias). Atualmente é Líder Pedagógica no Senac Uruguaiana. Graduada em Comunicação Social habilitação Jornalismo pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e Licenciada em Pedagogia pela Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), integrante dos grupos de pesquisa Criança na Mídia: Núcleo de Estudos em Educação, Comunicação e Cultura e Processos Comunicacionais: epistemologia, midiaticização, mediações e recepção (PROCESSOCOM). Membro da

Rede de Pesquisa em Comunicação, Infâncias e Adolescências (Recria) e da rede temática de cooperação científica: Comunicação, Cidadania, Educação e Integração na América Latina (Rede AMLAT).

E-mail: vita.saochico@gmail.com

Yvets Morales Medina

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Comunicación y Cultura pela Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha. Mestre em Ciências da Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Comunicadora Social formada pela Universidade Central del Ecuador – FACSO e especialista em Educação Virtual. É integrante dos Grupos de Pesquisa PROCESSOCOM (Unisinos) e Corporalidades (UFRGS), da REDE AMLAT e do Coletivo Mulheres Insubmissas (UNEB).

E-mail: yvetsmorales@gmail.com

ÍNDICE REMISSIVO

A

aberturas 81, 342
ação iconoclasta 180
afetos 18, 31, 151, 160, 283, 284, 285,
288, 289, 290, 291, 294, 296, 297, 298,
299, 300, 301, 302, 303
agricultura 32, 46, 443, 444, 445, 446, 447,
455, 456, 458, 459, 460, 461, 462, 463,
464, 465, 467, 469
agricultura familiar 32, 443, 444, 445, 446,
447, 455, 456, 459, 460, 461, 462, 463,
464, 465, 469
antropofágicas 333, 338
antropologia 82, 244, 263
apropriações tecnológicas 30, 241
articulação política 309
atividade paradigmática 27
atividades estratégicas 39
audiovisuais 30, 240, 241, 242, 245, 246,
247, 253, 255, 256, 262, 444, 459, 460,
461, 462, 463, 464
audiovisual digital 32, 443, 444
autoestimas 420

B

beleza femininos 32, 418

C

cidadania 15, 16, 20, 24, 28, 29, 30, 33,
42, 43, 44, 47, 55, 56, 91, 100, 101, 102,
103, 104, 105, 106, 107, 109, 110, 111,
113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120,
121, 181, 182, 222, 240, 241, 242, 250,
251, 252, 253, 254, 255, 256, 257, 258,
260, 261, 262, 265, 268, 292, 300, 303,
310, 317, 324, 329, 331, 400, 405, 411,
412, 413, 414, 417, 468, 470, 471, 472,
475, 476, 478, 482, 487, 488, 489, 510,

511, 513, 515, 516, 517, 521, 525, 528,
529, 530, 533, 536, 539, 540
cidadania científica 15, 16, 24, 42, 43, 44,
47, 120, 300, 488
cidadania comunicacional 117, 241, 252,
257, 258
cidadania comunicativa 20, 28, 30, 100,
101, 102, 103, 114, 115, 116, 117, 118,
119, 120, 121, 222, 253, 260, 265, 268,
310, 317, 329, 331, 400, 405, 411, 412,
413, 414, 417, 472, 476, 482, 489, 536
cidadania digital 33, 510, 513, 516, 517,
521, 530
cidadania multifacetada 103
ciência 17, 20, 21, 22, 23, 25, 26, 28, 38,
40, 43, 58, 59, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67,
68, 69, 71, 72, 74, 75, 76, 77, 78, 80, 82,
84, 89, 97, 98, 99, 111, 144, 202, 203, 204,
205, 208, 209, 210, 211, 214, 215, 217,
237, 241, 242, 247, 248, 249, 261, 270,
273, 280, 285, 286, 288, 290, 295, 299,
354, 357, 380, 416, 426, 467, 525
ciência anárquica 28, 58
Cinema 27, 490, 491, 508, 534, 535
coletividade diferenciada 309
coletivos feministas 103, 112, 120
colonialidade 32, 334, 418, 420, 428, 429,
430, 431, 437, 441
comunalidade científica 18
comunicação 17, 20, 21, 24, 28, 31, 33, 35,
36, 37, 38, 41, 45, 46, 48, 49, 51, 52, 53,
54, 55, 56, 57, 58, 61, 62, 67, 72, 76, 77,
78, 79, 83, 85, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 95,
96, 99, 100, 101, 103, 110, 111, 112, 113,
114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121,
131, 135, 138, 153, 154, 177, 188, 192,
197, 199, 200, 203, 209, 210, 217, 218,
219, 222, 223, 224, 229, 235, 237, 238,

239, 241, 242, 246, 252, 253, 255, 256,
257, 260, 261, 262, 263, 268, 269, 271,
272, 276, 280, 281, 285, 293, 296, 303,
304, 307, 309, 310, 313, 317, 319, 322,
327, 328, 329, 330, 331, 333, 334, 335,
336, 337, 339, 341, 342, 343, 345, 346,
347, 350, 351, 352, 353, 356, 357, 358,
360, 361, 362, 363, 364, 365, 369, 371,
373, 375, 376, 380, 381, 389, 391, 392,
396, 397, 400, 408, 410, 413, 416, 420,
426, 432, 444, 445, 447, 448, 450, 452,
453, 454, 457, 458, 459, 460, 462, 463,
464, 465, 466, 467, 468, 469, 471, 474,
475, 476, 477, 478, 479, 481, 482, 484,
485, 486, 488, 489, 491, 492, 499, 506,
511, 512, 517, 518, 519, 521, 523, 528,
530, 531, 533, 534, 536, 538, 540, 541
comunicação alternativa 31, 333, 533
comunicação digital 20, 87, 89, 238, 280,
307, 362, 454, 457, 471, 518, 521
comunicacionalmente 25, 96
comunicadores indígenas 333, 335
comunicantes surdos 264, 272, 274, 277,
278
comunicativa vinculada 28, 102, 103
confrontações 81, 250, 265
conhecimento científico 39, 42, 203, 209,
211, 215, 338, 415
Construções investigativas 31, 305
consumo midiático 443, 453, 456
contemporânea 48, 85, 88, 94, 107, 163,
351, 372, 375, 377, 384, 392, 403, 490,
491, 500
cosméticos 32, 418, 419, 420, 425, 431,
432, 433, 434, 435, 436, 437, 438, 439,
441
cultura 9, 15, 16, 19, 20, 23, 31, 38, 53, 55,
56, 60, 66, 76, 86, 97, 100, 101, 103, 117,
119, 121, 131, 133, 143, 151, 155, 157,
159, 164, 166, 167, 172, 178, 185, 188,
191, 192, 197, 223, 239, 268, 269, 270,

271, 272, 274, 282, 292, 293, 310, 311,
312, 319, 329, 331, 344, 345, 346, 347,
352, 354, 368, 376, 397, 398, 407, 410,
422, 426, 427, 428, 432, 433, 438, 445,
446, 466, 467, 468, 483, 524, 530, 541
cultura acadêmica 16
cultura crítica 16
cultura digital 31, 53, 55, 100, 310, 331

D

deficiência 33, 154, 155, 220, 221, 222,
224, 225, 228, 230, 231, 232, 233, 235,
236, 237, 238, 239, 280, 510, 511, 516,
517, 518, 519, 521, 522, 525, 528, 530,
536
demandas sociais 309
desafio epistemológico 28, 35
descontentamento feminino 419
digital 20, 30, 31, 32, 33, 51, 53, 55, 56,
87, 89, 100, 116, 204, 230, 238, 273, 274,
277, 278, 279, 280, 306, 307, 310, 313,
314, 315, 319, 322, 323, 324, 325, 327,
328, 329, 331, 347, 361, 362, 363, 364,
366, 370, 395, 438, 440, 443, 444, 454,
457, 461, 462, 468, 471, 472, 477, 479,
480, 481, 483, 510, 513, 516, 517, 518,
521, 523, 530, 532
dimensão constitutiva 16, 45, 113, 200
dispositivo ideológico 108

E

economia globalizada 308
educacionais 15, 25, 37, 97, 317, 325, 404,
488
Educomunicação 101, 470, 472, 474, 475,
489
emancipação humana 115, 353
epistêmico-teóricas 81
epistemológico 23, 26, 28, 29, 35, 53, 55,
59, 60, 61, 63, 66, 67, 70, 71, 72, 74, 80,
82, 89, 90, 97, 111, 160, 445

estratégias metodológicas 30, 221, 227,
238, 267, 414
experiência acadêmica 27

F

feministas 28, 102, 103, 111, 112, 118,
120, 143, 154, 400, 422, 430, 440
formação científica 15, 22, 217, 262, 263,
281

G

gestos urbanos 180
grupo focal 30, 220, 221, 224, 227, 228,
229, 230, 231, 232, 233, 234, 237, 239,
259
grupos sociais 86, 104, 110, 111, 113, 131,
138, 160, 228, 250, 412

H

hedonismo 32, 490, 491, 493, 495, 496,
506, 507, 508
hegemonia 32, 38, 48, 50, 51, 90, 137,
140, 145, 151, 239, 310, 311, 400, 438,
468

I

igualmente políticas 104
injustiças sociais 25, 97
interespecies 16
investigação científica 25, 88, 273
investigação crítica 25

L

lutas feministas 28, 102

M

máquina social 386, 388, 391, 397
masculinidades 29, 140, 141, 142, 143,
144, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151,
153, 154, 155, 156, 157, 541
metodologia indicadas 493

movimentos sociais 20, 30, 111, 113, 114,
187, 240, 241, 242, 250, 251, 252, 253,
254, 255, 256, 261, 262, 307, 309, 313,
322, 331, 360, 464, 512, 536
mulheres produtoras 32, 399, 400, 405,
408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 417
multiculturalidade 105, 106, 117

N

Narrativas audiovisuais 240, 262
natureza complexa 82
novas tecnologias 33, 336, 345, 346, 347,
378, 511

O

olhar plural 240

P

pandemia 22, 30, 33, 149, 200, 208, 209,
215, 216, 221, 227, 229, 231, 235, 342,
470, 471, 472, 477, 481, 483, 484, 486,
487, 488
pensamento burguês 92, 93
pensamento epistemológico 23, 55, 67, 82,
89, 90, 97
pensamento questionador 25
Percurso(s) metodológicos 264
Perspectivas materialistas 510
perspectiva transmetodológica 19, 23, 30,
56, 121, 267, 281, 304, 357, 370, 448, 468
pesquisas científicas 15
plataformas digitais 33, 210, 309, 457, 459,
460, 461, 511, 517
pluralidades comunicativas 240
posicionamentos políticos 31, 307
práticas educativas 470, 472, 478
práxis 15, 16, 17, 19, 20, 21, 25, 28, 31,
35, 36, 39, 40, 41, 42, 43, 44, 48, 53, 68,
91, 97, 98, 112, 117, 181, 200, 206, 207,
212, 214, 216, 266, 267, 288, 289, 290,
311, 404, 445, 449, 474, 475

práxis teórica 28, 35, 39, 40, 41, 42, 44, 48,
53, 267, 290, 449
presença incomum 32, 355, 371
processos comunicacionais 20, 28, 51, 87,
88, 114, 222, 264, 265, 268, 269, 280, 313,
328, 362, 363, 371, 401, 448, 477, 540
produção audiovisual 32, 246, 256, 443,
444, 459
produção científica 25, 27, 31, 46, 75, 83,
98, 99
publicidade 31, 32, 153, 154, 193, 241,
255, 355, 356, 357, 358, 359, 360, 362,
364, 365, 366, 367, 368, 369, 370, 371,
372, 373, 374, 375, 376, 377, 378, 380,
382, 384, 385, 388, 389, 390, 392, 395,
396, 397, 399, 400, 401, 402, 403, 404,
405, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414,
415, 417, 419, 420, 426, 427, 431, 432,
435, 437, 438, 439, 440, 441, 445, 464,
537, 538
publicidade contemporânea 372, 375, 377,
392, 403

R

realidade comunicacional 103, 254, 278
recurso investigativo 220, 221
redes sociais 31, 112, 114, 147, 154, 255,
306, 307, 308, 309, 310, 312, 314, 318,
320, 321, 322, 324, 325, 327, 329, 330,
359, 365, 375, 377, 380, 384, 385, 438,
440, 457, 480, 516
redes sociais digitais 31, 114, 306, 307,
308, 309, 310, 312, 314, 318, 322, 324,
325, 327, 329, 359, 377
reelaboraões 81
reflexão epistemológica 284

relações mercadológicas 17
rua 29, 126, 158, 160, 163, 165, 169, 175,
177, 183, 184, 185, 194, 433, 495, 504,
509

S

semióticas assignificantes 32, 372, 373,
376, 377, 383, 387, 388, 389, 390, 391,
396, 397
skate 29, 158, 159, 160, 161, 162, 163,
164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171,
172, 173, 174, 175, 177
sociedades capitalistas 17, 48
socioeconômicas 25, 43, 97, 482
sônicas 29, 158, 175
subsídios epistêmicos 91
sujeitos comunicantes 54, 100, 114, 121,
237, 238, 264, 272, 274, 277, 280, 312,
313, 314, 315, 319, 336, 351, 352, 356,
363, 408, 454

T

tecnologias 33, 45, 46, 54, 86, 114, 118,
131, 246, 307, 335, 336, 345, 346, 347,
374, 378, 380, 381, 392, 457, 476, 477,
483, 484, 488, 511, 516, 517, 518, 523
Territorialidades sônicas 158
transformação sociocultural 54, 90, 96,
120, 488
transmetodologia 21, 30, 178, 217, 260,
263, 265, 266, 267, 279, 281, 285, 286,
287, 290, 295, 296, 313, 357
transmetodológico investigativo 294
transmetodológicos 30, 44, 241, 250, 266
Travessias metodológicas 199



www.pimentacultural.com

INVESTIGAÇÃO CRÍTICA EM COMUNICAÇÃO

construções epistêmicas, teóricas e metodológicas

